UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS

Carlos Eduardo Frankiw de Andrade

**Ruas Livres: Insurgências do Uso, Desvios do
Espaço e Direito à Cidade na Belo Horizonte
Contemporânea**

Versão Corrigida

São Paulo

2019

Carlos Eduardo Frankiw de Andrade

**Ruas Livres: Insurgências do Uso, Desvios do
Espaço e Direito à Cidade na Belo Horizonte
Contemporânea**

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, para obtenção do título de
Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Humanidades, Direitos e
Outras Legitimidades

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A553.8
94r Andrade, Carlos Eduardo Frankiw de
Ruas Livres: Insurgências do Uso, Desvios do
Espaço e Direito à Cidade na Belo Horizonte
Contemporânea / Carlos Eduardo Frankiw de Andrade ;
orientadora Zilda Márcia Grícoli Iokoi. - São Paulo,
2019.
622 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Direito à Cidade. 2. Práticas Sócio-espaciais.
3. Contestações Contemporâneas. 4. Insurgência do Uso.
5. Desvio do Espaço. I. Iokoi, Zilda Márcia Grícoli,
orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Carlos Eduardo Frankiw de Andrade

Data da defesa: 07/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: ANDRADE, Carlos Eduardo Frankiw de

Título: Ruas Livres: Insurgências do Uso, Desvios do Espaço e Direito à Cidade na Belo Horizonte Contemporânea

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dra.

Instituição:

Julgamento:

*Para as companhias que tive nas ruas,
suportando os estrondos de bombas,
ensaiando desajeitados passos de dança*

AGRADECIMENTOS

Nunca é fácil sintetizar em poucas linhas a imensidão e a multiplicidade de pessoas e gestos que tornaram as páginas que seguem materiais: são muitas, são muitos, e sempre há o risco de lacunas nas recordações. Ainda assim, vale o esboço, e as desculpas antecipadas a quem aqui, por venturas das desmemórias, injustamente não estiver.

Agradeço aos meus pais, José Antonio e Vera Lúcia, cujo apoio logístico ao continuar de meus estudos foi imprescindível para que este trabalho fosse realizado. A eles, devo incontáveis gestos de estímulo e carinho que me permitiram prosseguir. Grato igualmente ao Zé, meu irmão, cujas discotecagens nestes anos todos em muito serviram para incorporar leveza ao transcorrer dos dias de estudo e pesquisa. Aos meus tios Fernando, Iara e Maria Helena, e aos meus primos Fernando, Ana e Sérgio, pelos convívios legados nos meses que perpassei em Paulicéia Desvairada.

Aos companheiros antitarifários, anarcos e carnavalescos Thiago, Otávio, Jéssica, Fabi, Sara, Pabs, Kaíque, Henrique, João, Paulo, Clessio, Luiza Max, Luiza B., Hugo, Maria, Guto, Rafa, Jana e Milene: no gás lacrimogêneo ou no confete, foram vocês que ajudaram a criar as (u)topias que aqui esbocei narrar.

Aos diversitaníssimos Luiz, Roberta, Fabiana, Cássia, Fábio e Cleiton: nas amizades forjadas, nos cafés e nas cabeças trituradas de nosso grupo de estudos, se encontra aqui muito do que cada uma destas irreduzíveis e rebeldes subjetividades partilhou, na escrita, e no coração.

Aos comparsas Igor, João Rafael e Márcio, pelos toques, cachaças, risadas e insights (não necessariamente nesta desordem) que desvelaram tantos horizontes.

À Bia (flor), cuja companhia transtornou em poéticos muitos dos dias pregressos. À Mariana (pequena ornitorrinca), de cujas danças e ajudas uspianas tudo isso também foi possível. À Cassinha, pela escuta de tanto dessa vida que nos últimos anos percorri.

Aos inestimáveis Ricardo, Miguel, Maria, Pedro e Paulinha, pelos descompassos, pelo suporte, pelas biritas, pelos sorrisos. Ciça, Zizi, Aninha, Boca,

Fênix, Tércio, Breno, Jaburu, Bords, Larah (Larica) e enturmados, cujos churrascos, aventuras rpgísticas e festas semearam tantos alívios, tantos delírios.

À Bela Arquiduquesa dos Unicórnios Cíntia Vieira da Silva, pelos inebriantes da companhia, pelo compreensivo incontável do afeto e da escuta, pelas mãos dadas em toda a trajetória de escrita: sem a ti ao lado, nada teria de tanto inspirar naquilo que aqui esbocei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma inestimável gratidão pela bolsa que tudo isso possibilitou. Ao Diversitas-USP, seus professores e funcionários, incansáveis em compreensão com meus desvios, inspiradores em tantos horizontes abertos.

RESUMO

ANDRADE, Carlos E. F. **Ruas Livres: Insurgências do Uso, Desvios do Espaço e Direito à Cidade na Belo Horizonte Contemporânea**. 2019. 622 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.

Ao longo da década de 2010, a cidade de Belo Horizonte se tornou palco do aparecimento de numerosas movimentações políticas de caráter emancipatório, tendo por eixo a constituição de intervenções urbanas sobre seus espaços públicos. Atuando em meio a uma cidade marcada por uma paisagem profundamente segregada, decorrência de um histórico de desenvolvimento desigual e contraditório de seu tecido urbano, tais coletividades constituíram todo um arcabouço de práticas sócio-espaciais de contestação, diretamente direcionadas a se contrapor a tal cenário. Em meio às singularidades imersas em tais práticas, se encontra um arcabouço comum, fundamentado em confluências de coletividades atuantes em favor de efêmeras insurgências de usos diversificados de suas espacialidades públicas, que se interligam diretamente a formas de reivindicação do Direito à Cidade. Pelo seu caráter singular, concomitantemente efêmero e potencialmente transformador que se atrelam a tais usos, em sua relação para com as funções predominantes destas espacialidades, designam-se aqui suas práticas na qualidade de Desvios do Espaço. Dentre os cenários aqui investigados aonde tais práticas e confluências se materializaram, se encontram, respectivamente: as Praias da Estação, em 2010; a Assembleia Popular Horizontal, em 2013; a renovação do ativismo em favor da mobilidade urbana; a reinvenção do carnaval de rua da cidade. Em seu conjunto, as práticas e confluências estabelecidas em tais cenários apontavam para múltiplas formas de democratizar o deslocamento e o acesso à cidade, assim como permanências e convívios coletivos como formas de uso de seus espaços.

Palavras-chave: Direito à Cidade – Práticas Sócio-espaciais – Contestações Contemporâneas - Insurgência do Uso - Desvio do Espaço

ABSTRACT

ANDRADE, Carlos E. F. **Free Streets: Use Insurgencies, Deviation of Spaces and Right to the City in the Contemporary Belo Horizonte**. 2019. 622 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.

In the course of the 2010 decade, the city of Belo Horizonte became the stage of the emergence of numerous emancipatory political movements, based on the constitution of urban interventions in its public spaces. Acting amidst a city marked with a landscape of profound segregations, as an outcome of an inequal and contradictory historical development of its urban texture, these collectivities formed an understructure of challenging socio-spatial practices, directly driven to counterpose these scenery. Between the singularities of those practices, lies a common understructure, based on the confluencies of collectivities acting in favour of ephemeral insurgencies of diversified uses of its public spaces, directly interlinked with forms of claiming the Right to the City. Because of the singular characteristics of these usages, concomitantly ephemeral and potentially transformative, as well as linked in a challenging relation with the predominant functions of these spaces, these practices are here designated as Deviation of Spaces. Among the scenarios investigated where these practices and confluences materialized, the following were selected for study: the Praias da Estação, in 2010; the Assembleia Popular Horizontal, in 2013; the renewal of the urban mobility activism; the reinvention of the city street carnival. In its conjunct, the practices and confluences established in these scenarios were pointed towards multiple forms of democratizing the the collective displacing and the access to the city, as well as the collective permanency and living together, as shapes of the usages of the public spaces by them.

Keywords: Right to the City – Socio-spatial Practices – Contemporary Challenges – Use Insurgency – Deviation of Spaces

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Praia da Estação, 2010.	44
IMAGEM 2: Vista aérea da Praça da Estação.	46
IMAGEM 3: Faixa em Ato de Protesto durante as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte.	51
IMAGEM 4: Flyer virtual do ato de protesto Vá de Branco.	62
IMAGEM 5: Primeira Praia da Estação, 2010.	71
IMAGEM 6: Banhistas na Praia da Estação, 2010.	76
IMAGEM 7: Banhista da Praia da Estação, 2013.	86
IMAGEM 8: Passeata do Movimento Fora Lacerda, 2012.	91
IMAGEM 9: Ato de protesto na Praça Duque de Caxias em solidariedade aos manifestantes turcos em favor da manutenção do Parque Gezi, em Istambul.	95
IMAGEM 10: Primeiro Ato de Protesto em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho de 2013.	110
IMAGEM 11: Sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, 2013 (a).	113
IMAGEM 12: Sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, 2013 (b).	123
IMAGEM 13: Bandeirão estendido durante a Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2013.	131
IMAGEM 14: Ato de Protesto em Belo Horizonte durante a Copa do Mundo de 2014.	141
IMAGEM 15: Panfleto da Frente Única Contra o Aumento durante a campanha de 2015.	160
IMAGEM 16: Flyer virtual do Aulão “O Aumento é ilegal e a gente prova”, 2015. ...	176
IMAGEM 17: Pichação da Frente Única Contra o Aumento, 2015.	178
IMAGEM 18: Mapa do município de Belo Horizonte, dividido por suas regionais administrativas.	195
IMAGEM 19: Mapa da trajetória do Primeiro Ato da Frente Única Contra o Aumento.	196
IMAGEM 20: Faixa de Frente da passeata do Primeiro Ato de Protesto da Frente Única Contra o Aumento.	198
IMAGEM 21: Repressão ao Primeiro Ato da Frente Única Contra o Aumento.	203
IMAGEM 22: Mapa da trajetória do Segundo Ato da Frente Única Contra o Aumento. O trajeto percorrido se encontra pontilhado.	205

IMAGEM 23: Passeata do Segundo Ato da Frente Única Contra o Aumento.....	209
IMAGEM 24: Terceiro Ato da Frente Única Contra o Aumento.....	214
IMAGEM 25: Mapa do local onde ocorreu o Terceiro Ato da Frente Única Contra o Aumento.	216
IMAGEM 26: Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015.	222
IMAGEM 27: Duelo de MCs durante a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015.	226
IMAGEM 28: Adesivos colados durante a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015.	233
IMAGEM 29: Planta original da cidade de Belo Horizonte.	241
IMAGEM 30: Desfile do Bloco Leões da Lagoinha em Belo Horizonte durante o carnaval de 1957.....	245
IMAGEM 31: Desfile do Bloco Mamá na Vaca em Belo Horizonte durante o carnaval de 2010.	260
IMAGEM 32: Bloco da Praia da Estação em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2010.....	263
IMAGEM 33: Estandarte do Bloco Filhos de Tchá Tchá.	270
IMAGEM 34: Mapa do percurso do Bloco Filhos de Tchá Tchá pelo bairro de Santa Tereza durante o carnaval de 2010.	276
IMAGEM 35: Desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá no Alto dos Piolhos, durante o carnaval de 2010.....	279
IMAGEM 36: Desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá em Santa Tereza durante o carnaval de 2011.....	285
IMAGEM 37: Estandartes de blocos carnavalescos de Belo Horizonte durante o Bloco Vira o Santo, na Praça da Estação, 2013.	297
IMAGEM 38: Flyer virtual de ensaio de blocos para marcha do Movimento Fora Lacerda, 2012.	305
IMAGEM 39: Desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá durante o carnaval de 2012.	310
IMAGEM 40: Concentração do Bloco Filhos de Tchá Tchá em frente à sede do Centro Espírita São Sebastião, durante o carnaval de 2013.	320
IMAGEM 41: Cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá em meio às ruas da Vila Dias, durante o carnaval de 2013.....	331
IMAGEM 42: Bloco Filhos de Tchá Tchá entrando no campo de futebol do Inconfidência Esporte Clube, durante o carnaval de 2013.	333
IMAGEM 43: Bloco Filhos de Tchá Tchá no campo de futebol do Inconfidência Esporte Clube, durante o carnaval de 2013.	335
IMAGEM 44: Cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá durante o carnaval de 2018.....	339

IMAGEM 45: Mapa dos locais de realização dos desfiles do Bloco Filhos de Tchá Tchá desde sua fundação.	340
IMAGEM 46: Flyer virtual de convocação da Semana de Mobilização contra o aumento da tarifa de ônibus em Belo Horizonte, 2019.	346
IMAGEM 47: Caminhão pipa durante edição da Praia da Estação em 2016.....	347
IMAGEM 48: Desfile do Bloco Vira o Santo, durante o carnaval de 2018.....	349

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
<u>CAPÍTULO 1 – CONTESTAR, CONSTITUIR: PRAIAS DA ESTAÇÃO, ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL E AS POTÊNCIAS DEMOCRÁTICAS EM BELO HORIZONTE</u>	43
A. 1.1 – “E TINHA UM CARTAZ ESCRITO ‘OCUPE A CIDADE’”	43
B. 1.2 – JANEIRO DE 2010: “A PRAÇA É DE TUDO E DE TODOS – A PRAÇA É A NOSSA PRAIA!”	55
C. 1.3 – JUNHO DE 2013: “É COMO SE AQUELE VIADUTO FOSSE UMA ÁGORA, SABE?”	90
<u>CAPÍTULO 2 – DESVIAR, INSURGIR: A FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO E A LUTA PELO ACESSO À CIDADE EM BELO HORIZONTE (2015)</u>	137
D. 2.1 – “DESCOBRIMOS MUITO RÁPIDO QUE NÃO IA SER ASSIM”	137
E. 2.2 – JULHO-AGOSTO DE 2015 - INSTIGAÇÕES: “ERA ONDE AS PESSOAS FICAVAM E ERAM ESSAS PESSOAS QUE A GENTE QUERIA ATINGIR”	153
F. 2.3 – AGOSTO DE 2015 – INTERRUPÇÕES: “CAUSAR O DESCONFORTO”	187
G. 2.4 – SETEMBRO DE 2015 - SUSTENTAÇÕES: “A GENTE TINHA QUE MANTER O MÁXIMO POSSÍVEL NA MÍDIA, NA IMPRENSA, O FATO DE QUE O AUMENTO ERA INACEITÁVEL”	217
<u>CAPÍTULO 3 – DESVIAR, FESTEJAR: OS CORTEJOS DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ E A REINVENÇÃO DO CARNAVAL DE BELO HORIZONTE (2010 – 2013)</u>	238
H. 3.1 – “O QUÃO SEGREGADORA É A CIDADE DE BELO HORIZONTE”	238
I. 3.2 – CARNAVAL DE 2010 – EXPERIMENTAÇÕES: “A ONDA DE OCUPAR A CIDADE, VIVENCIAR A CIDADE”	255
J. 3.3 – CARNAVAIS DE 2011 E 2012 – CONSOLIDAÇÕES: “COMO ASSIM VOCÊS JUNTARAM, E TÃO ANDANDO NA RUA TOCANDO?”	284
K. 3.4 – CARNAVAL DE 2013 – COMUNHÕES: “HOMENAGEAR O BAIRRO CONCÓRDIA, QUE É UM BAIRRO TÃO AFETIVO: UM BAIRRO TÃO NEGRO, UM QUILOMBO GRANDE, UM QUILOMBAÇO!”	311
<u>CONCLUSÃO</u>	342
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	351
<u>ANEXO 1 – FRAGMENTOS ETNOGRÁFICOS</u>	366
<u>ANEXO 2 – METODOLOGIA DE PREPARAÇÃO E ROTEIRIZAÇÃO DE ENTREVISTAS</u>	390
<u>ANEXO 3 – RELATOS SOBRE A FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO DE 2015</u>	401
<u>ANEXO 4 – RELATOS SOBRE A TRAJETÓRIA DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ THÁ DURANTE A RETOMADA DO CARNAVAL DE RUA DE BELO HORIZONTE (2010 – 2013)</u>	520

INTRODUÇÃO

"A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada.
Henri Lefebvre. A Revolução Urbana

Em determinado momento de seu relato, o professor e historiador Augusto Borges se dedicou a tecer considerações diretamente concernentes à geração à qual pertenceu em sua juventude, nos anos 1990:

Existe uma geração aí que encarna muito propriamente esse inferno mesmo, que foi ser jovem nos anos 1990 no Brasil: o fato de ser da classe média, classe média baixa, não salvava a gente de viver uma experiência aterradora. Existia um projeto dessa época, que incluía essa redução de horizonte muito drástica: não há espaço, não há muito pra onde você ir. Era um corredor muito curto, que é o que o mundo liberal abertamente coloca: do formar, ter um emprego. Um corredor curto de expectativa, de horizonte de exercício humano: a questão da Thatcher de que não existe mundo social, o que existe é o mundo privado. Então, a gente viveu isso: o Brasil era isso.

O panorama traçado em sua fala traduz muito do que foram algumas das primeiras experiências desta geração para com o mundo público e seus limitados horizontes de então. Retratando o prisma das angústias partilhadas por uma geração perante as perspectivas sociais redutoras que lhes eram apresentadas como ideais de vida, suas recordações também contextualizam, em parte, o próprio cenário inicial perpassado por muitas das trajetórias individuais abordadas neste estudo, em sua primeira relação com a cidade de Belo Horizonte ao seu redor – incluindo a do autor desta pesquisa. Um cenário ao qual, cumpre afirmar, despertou tanto angústias, quanto inquietações, sobre esta geração e sobre aquelas com a qual a mesma entrou em contato: foi perante o deserto de realidade apresentado nos anos 1990 para indivíduos como o próprio autor que se situam algumas das origens mais remotas do nascimento das disposições insubordinadas de encarar, e intentar transformar a capital mineira, que perfazem o corpo daquilo que este estudo recupera e dialoga.

Nesse ângulo, o estudo aqui apresentado também é um reflexo situado num entrecruzamento de fragmentos, por vezes descontínuos, de aspectos da trajetória pessoal do autor, seja numa perspectiva política, seja no percurso acadêmico individual que caminhou, desde sua juventude: há, como um pano de fundo da leitura aqui tecida, um entrelaçamento entre dispersas experiências de sociabilidade insubordinada na e pela cidade de Belo Horizonte por sua geração, cujas origens individuais remontam a fins da década de 1990. Dessa maneira, as narrativas aqui tecidas são um retrato dos resultantes desses fragmentos de vivências insubordinadas, individuais ou interconectadas com a geração ao qual o autor pertence: não são nem pretendem ser um retrato exclusivo de uma geração, mas sim dos resultados de contatos de parte de seus integrantes com outros espaços, outros cenários, outras gerações. Foi em meio a tais vivências, entre shows punks e incontáveis manifestações políticas e culturais de rua, que floresceu o interesse e a simpatia para com o anarquismo enquanto corrente política, bem como o desejo de estudar seu desenvolvimento histórico no Brasil, a partir de um prisma acadêmico.

Dessa trajetória, resultou uma dissertação de mestrado, tendo por tema uma análise centrada na produção colaborativa de saberes e práticas em jornais da militância anarquista no Brasil, no início do século XX. Do ponto de vista de suas origens acadêmicas, pode-se dizer que o trabalho agora apresentado também tem suas raízes em descobertas e inquietações surgidas à época: os capítulos a seguir formam narrativas que, até certo ponto, espelham o entendimento e a vivência de um anarquista, em Belo Horizonte, ao longo das últimas duas décadas.

Nesse percurso, pode-se dizer que, de um lado, foi dentre os textos escolhidos para debate no grupo de estudos coordenado pela professora Zilda Márcia Grícoli Iokói, nesse período, que se deu o primeiro contato com o livro *O Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 2001). Ainda que sem relações diretas para com a dissertação então apresentada, sua leitura, assim como as discussões suscitadas à época, serviu como ponte de abertura a inspirar uma progressiva imersão na cena ativista existente em Belo Horizonte e, com esta imersão, a explorar, interagindo com suas diversas nuances. De sua leitura, gravou-se um entendimento e uma disposição de deparar com a cidade como espaço a reunir, simultaneamente, camadas de conflitos e de contradições, assim como de encontros e esperanças marginalizadas de transformação, que em muito guiam as narrativas aqui apresentadas.

O outro lado dos legados desse período de estudos em fins da década de 2000 se encontra nas inquietações surgidas diretamente do tema pesquisado, particularmente quanto à pertinência no tempo presente das concepções que guiaram, 100 anos antes, os sujeitos investigados ao longo do mestrado. De maneira informal e despretensiosa, este trabalho é também, em parte, um perscrutar na contemporaneidade aquilo que Francisco Foot Hardman (HARDMAN, 2002) poeticamente denominou como os indícios de um vulcão extinto, outrora formado pelos magmas transformadores e em erupção das polissêmicas formas como aqueles militantes, nas mais adversas condições, ousavam lutar para mudar seu mundo.

Foi como simpatizante e apoiador eventual que o autor passou a se inserir, a partir do início da década de 2010, em alguns dos cenários aqui estudados: como banhista das primeiras Praias, folião de alguns dos primeiros blocos surgidos durante a reinvenção do carnaval belo-horizontino, e participante de grupos de estudos e intervenções de coletivos autonomistas à época existentes na capital mineira. Esse conjunto de experiências serviu como verdadeira instância de transformação pessoal de formas de relacionar, e viver, em Belo Horizonte: além de revelar o quão agudo eram e são suas desigualdades, tais vivências igualmente permitiram vislumbrar e adentrar em algumas das múltiplas cidades e territórios que compõem sua paisagem social e cultural, assim como admirar suas dinâmicas e suas lutas.

Tal se deu paralelamente ao acompanhamento de disciplinas ofertadas pelos programas de pós-graduação em História e em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais: além do aprofundamento em outras obras de Henri Lefebvre voltadas ao pensamento urbano crítico, tais disciplinas igualmente legaram a primeira aproximação com outras leituras voltadas para a problemática urbana na contemporaneidade, em particular quanto a Milton Santos, Raquel Rolnik (ROLNIK, 1999), Otilia Arantes, Carlos Vainer (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000) e David Harvey. Até certo ponto, pode-se dizer que os diálogos aqui traçados com as obras de alguns desses autores tiveram seu início nesses anos: a leitura de suas reflexões foi fundamental para as interpretações aqui tecidas. No caso, particularmente no que tange à transposição de perspectivas teóricas gerais do pensamento lefebvriano para a compreensão das lutas urbanas contemporâneas, em suas multifacetadas dinâmicas específicas: seja na influência dos desdobramentos recentes do capitalismo sobre este cenário (SANTOS, 1997; SANTOS, 2000), seja na interligação de sua contestação para com prismas orientadores voltados à criação de instâncias e práticas de

radical democratização coletiva do viver na cidade (HARVEY, 2006; HARVEY, 2012). Num contexto aonde irrompiam mundialmente diversas iniciativas contestatórias urbanas, interconectadas pelo que foi designado como Movimentos Occupy (HARVEY, et. al., 2012; CASTELLS, 2013; GRAEBER, 2015), tais leituras e debates foram fundamentais não só na compreensão de tais acontecimentos, como igualmente na inspiração para florescer a ideia de investigar tais temáticas num doutorado. Nesse ângulo, pode-se dizer que, em parte, os fenômenos aqui estudados também são compreendidos como formas de irrupção de todo um arcabouço contemporâneo de contestação: seja nas formas de ocupação dos espaços, ou nas tessituras estabelecidas de confluências em favor do florescer de instâncias de poder comum (NEGRI, 2002; HARDT; NEGRI, 2002; HOLLOWAY, 2003; HARDT; NEGRI, 2005; VIRNO, 2008), tais eventos aqui são enquadrados como prospecções de outros horizontes de funcionamento, gestão e produção do cotidiano urbano contemporâneo, com múltiplas e ambivalentes reverberações espaciais e temporais. Dessa maneira, também é possível afirmar que o estudo agora apresentado procura se inserir e contribuir diretamente para com discussões e investigações voltadas aos campos do urbanismo crítico, e das contestações em torno das cidades, na contemporaneidade.

Também não foi menor a influência exercida nos caminhos investigativos aqui traçados a eclosão das Jornadas de Junho de 2013, e os desdobramentos singulares surgidos, à época, em Belo Horizonte, em meio a este processo de lutas. Como um entre milhares de manifestantes em suas passeatas de rua, ou tomando parte em algumas das primeiras sessões da Assembleia Popular Horizontal e nas reuniões do coletivo Tarifa Zero em 2014, os impactos do testemunhar tais experiências foram determinantes para a seleção de um recorte investigativo contextual que contemplasse e dialogasse direta ou indiretamente com este cenário, em seus antecedentes e desdobramentos posteriores mais imediatos. Nesse aspecto, o contato e a leitura de toda uma bibliografia e todo um debate sobre este fenômeno (JUDENSNAIDER, et. al., 2013; ARANTES, 2014; CAVA; COCCO, 2014; ALVARENGA, 2016), foram fundamentais para inspirar uma investigação tendo por pano de fundo compreender as reverberações locais desse processo de lutas, assim como as origens de sua dinâmica singular nas circunstâncias recentes de Belo Horizonte. O estudo de tais investigações e debates permitiu em muito traçar instâncias de condensação num sentido comum de experiências dispersas de carnavais, Praias, atos de rua, e militância agora apresentadas: partilham perspectivas de

se relacionar de maneira contestatória para com a cidade, seu cotidiano, seus espaços e seus ordenamentos predominantes.

Se tal condensação era uma junção de experiências e inquietações individuais, políticas e acadêmicas, do autor, o processo de investigação conduzido tornou possível igualmente perceber que os eventos investigados se interligavam, num prisma amplo, a toda uma dinâmica histórica de contestação existente na capital mineira. São, portanto, desdobramentos atuais, diretos e indiretos, de lutas organizadas visando reivindicar diversas formas de democratização da cidade, cujas origens remontam ao contexto situado entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 (SOMARRIBA, 1984; NEVES; DULCI, 1996; VELOSO, 2015). Nesse cenário amplo, uma das características mais singulares dos processos aqui investigados se situa na perspectiva de que os mesmos seriam reverberações da incorporação de todo um conjunto de influências e concepções de ativismo e contestação disseminadas no país, a partir da década de 1990: conjugando democratização organizacional com a aglutinação de temas de reivindicação de dimensões locais, e por vezes nacionais e internacionais (VINÍCIUS, 2014; SOUZA, 2015), se instaurou nesse período todo um processo de profunda renovação de perspectivas contestatórias que também teve seus desdobramentos em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2012).

Dessa maneira, pode-se dizer que a introdução desses elementos nas circunstâncias presentes no início do século XXI em Belo Horizonte culminou por materializar radicais formas de contraposição a um histórico institucional recente, pautado seja pela atrofia das perspectivas de democratização da cidade, seja pela profunda mercantilização de sua vivência cotidiana. Neste conjunto polissêmico de resistências e de transgressões que também marcam a história recente da cidade, não foram poucos os conflitos inspirados por tais concepções que tiveram por lócus de expressão suas ruas e suas praças: nas mais variadas formas e em favor de diversas demandas, tais espaços públicos foram palcos de inúmeras práticas contestatórias, fundadas na articulação de encontros, moleculares e anônimos ou de grande vulto, em defesa de transformações democratizantes em seu cotidiano.

Em meio a este arcabouço histórico transgressor, são algumas de suas expressões contemporâneas ocorridas em Belo Horizonte ao longo da década de 2010 que perfazem o foco do que aqui será investigado. Nesse sentido, a hipótese geral que norteia este estudo se encontra na perspectiva de que os cenários e coletividades a serem investigados teriam se revestido de uma relação contestatória singular, e inovadora, para

com as ruas, praças e territórios da capital mineira, em suas intervenções: conjugariam contraposições fundadas na articulação entre expressividade de demandas, e a politização dos usos destas espacialidades enquanto modalidade de territorialização¹ das mesmas, como característica imersa em suas atuações. No último aspecto, parte-se aqui do prisma de que tal politização envolveria uma relação pautada pela explícita diversificação efêmera dos usos possíveis de tais territórios, que transgrediriam suas prescrições regulatórias institucionais: desestabilizariam suas funções predominantes de circulação, no caso das ruas, assim como a preponderância dada ao mercado como mediador de seu acesso para fins de sociabilidade coletiva na cidade, no caso de praças e demais espaços públicos. Na leitura aqui efetuada, associa-se igualmente a tal hipótese a perspectiva de que, nas alterações efêmeras decorridas dessa diversificação de usos, também se encontrariam elementos que permitiriam delineá-las como práticas voltadas a transformações, que teriam por pano de fundo uma ampla democratização de Belo Horizonte. A partir desse ângulo, o estudo aqui efetuado se dedicou a retrair os cenários e coletividades selecionadas tendo por foco suas intervenções, suas características singulares, e de que maneiras elementos presentes em suas práticas, e nas relações tecidas por estas com os espaços públicos e territórios da cidade, permitiriam atestar sua pertinência como perspectiva interpretativa.

Dentre as expressões contestatórias estabelecidas em suas ruas e espaços públicos recentemente em Belo Horizonte, foram selecionados os seguintes eventos, a serem recuperados e interpretados nesse estudo: o surgimento das mobilizações contestatórias da Praia da Estação, em 2010; sua interconexão com o aparecimento da Assembleia Popular Horizontal, durante as Jornadas de Junho de 2013; os desdobramentos e influências, diretas e indiretas, das questões levantadas por estes dois acontecimentos, no panorama político da cidade. Numa perspectiva geral, estes cenários recentes e seus desdobramentos se articulam entre si precisamente tanto pelas

¹ O entendimento do termo territorialização é inteiramente tributário da compreensão adotada por Marcelo Lopes de Souza (SOUZA, 2013), quando assevera que “o essencial, conceitualmente, é que uma territorialização ou desterritorialização é, *sempre e em primeiro lugar*, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção destas relações no espaço” (SOUZA, 2013, p.102). Nesse prisma, mais do que um substrato puramente material, entende-se aqui a ideia de espacialidade e território como igualmente lócus de um feixe de relações socialmente instauradas ou contestadas, incluindo nessa delimitação aspectos políticos e culturais-simbólicos predominantes ou dissidentes em meio às interações constituídas por diversos agrupamentos sociais coexistentes num dado espaço. Considerando o enfoque desta pesquisa em práticas de ocupação espaciais contestatórias, os usos dos termos território e territorialização se referem, acima de tudo, à caracterização dos efeitos dissidentes de cunho democratizante das práticas sócio-espaciais das coletividades e cenários estudados sobre as dimensões simbólico-materiais predominantes nos espaços públicos ocupados de Belo Horizonte em sua atuação.

abrangências daquilo que contestariam – a cidade e suas contradições, decorrentes da postura institucional de reiterado antagonismo perante os fazeres de seus habitantes –, quanto pelas formas com as quais o teriam feito: ocupariam espaços públicos, por meio de práticas interconectando expressividade política e livre diversificação coletiva de seus usos possíveis, em sentido de explícita extrapolação das prescrições existentes de suas funções, delineando em comum também o aparecimento de um arcabouço de concepção contestatória singular em Belo Horizonte.

Será neste último prisma que esta investigação dialoga, e procura contribuir para com outras pesquisas produzidas sobre estes eventos. Diferentemente de abordagens que evocam o fenômeno das Praias a partir de uma perspectiva de confluência de ativismo geracional (OLIVEIRA, 2012), de sua perspectiva de sociabilidade performática (MELO, 2014) ou de suas dinâmicas referentes ao uso singular da ambiência virtual (ALBURQUE, 2013; GONZAGA, 2017), o prisma aqui estabelecido busca investigar este fenômeno como detonador de encontros de distintas cenas e coletividades, e aglutinador de práticas de contestação tendo por foco os espaços públicos da cidade, e seus ordenamentos, como eixo de narrativa. A escolha deste eixo também tem implicações no que tange à confecção de um recorte que contempla as Jornadas de Junho de 2013, e a eclosão da Assembleia Popular Horizontal naquele contexto, como desdobramentos indiretos das dinâmicas surgidas a partir deste primeiro fenômeno: nesse prisma, as Assembleias aqui são vislumbradas não tanto em relação a eventos similares ocorridos à época em outras cidades (CAVA, 2013; ALVARENGA, 2016), nem em suas interligações para com o ativismo em favor da moradia urbana (MAGALHÃES, 2015), mas sim também como formas de aperfeiçoamento e direcionamento de confluências que inicialmente se tornaram presentes a partir das Praias. Desse modo, parte-se aqui da perspectiva de que as Praias e as Assembleias impulsionaram e tornaram possível a continuidade do florescer de práticas contestatórias alicerçadas na ocupação de espaços públicos de Belo Horizonte, em outras circunstâncias.

Em meio aos cenários aonde recentemente teriam se dado tal continuidade da articulação contestatória influenciada por estes eventos, dois são aqui de particular importância: o renovar do ativismo em torno da mobilidade urbana e dos transportes públicos na cidade, e a reinvenção do carnaval de rua da capital mineira. No que tange a estes, a reconstituição de suas dimensões e de suas dinâmicas se dará a partir da recuperação e interpretação das trajetórias tecidas por dois agrupamentos: a Frente

Única Contra o Aumento, confluência de coletividades da cena ativista de Belo Horizonte, em sua campanha contra o reajuste de tarifas de ônibus, entre julho e setembro de 2015; o Bloco Filhos de Tchá Tchá e seus cortejos carnavalescos entre os anos de 2010 e 2013, em meio ao cenário de retomada do carnaval de rua belo-horizontino. Quanto ao primeiro cenário, a perspectiva alicerçada no eixo das intervenções contestatórias imprime diálogo distinto para com a bibliografia que se debruçou, em planos gerais ou locais, com o tema do ativismo em torno da mobilidade urbana: ao considerar aqui a atuação da Frente Única Contra o Aumento a partir desse prisma de recuperação de sua história, importa aqui vislumbrar de que maneiras tanto ela articulou legados do histórico recente de ativismo nesta cena na cidade (VELOSO, 2015) em torno de sua campanha, quanto de que maneiras seus participantes reelaboraram, naquele contexto, todo um arcabouço de concepções militantes nesse tema disseminadas no país, desde a década de 2000 (VINÍCIUS, 2014). Já no que tange ao carnaval, a perspectiva de recuperação da trajetória de uma de suas coletividades foi o que permitiu perceber como, a partir deste eixo geral, todo um conjunto de significados e práticas contextualmente estabelecidas nesta cena como um todo foi reformulado nos anos 2010 (DIAS, 2015), visando precisamente intensificar suas perspectivas de contestação às concepções predominantes na cidade, quanto ao uso de seus espaços públicos para fins de convívio.

Dessa maneira, no entrelaçamento dos cenários selecionados, uma primeira forma de legitimar o recorte temporal e de exposição aqui adotado, quanto à seleção de eventos e de coletividades, se atém diretamente à consideração de que formam um panorama contra hegemônico singular na história recente da cidade: articulam coletividades, concepções, práticas e cenas inteiramente dedicadas a questionar e transformar diretamente seu cotidiano, tendo por eixo não somente a ocupação de espaços públicos, como sua conjugação para com a diversificação de seus usos, como uma de suas características mais marcantes (OLIVEIRA, 2012; MAGALHÃES, 2015). Além de tal eixo, tais coletividades teriam adquirido tanto um relativo grau comum de nuances de entendimento da capital mineira e seu funcionamento, quanto dos papéis atribuídos à sua atuação, que propiciam aberturas para seu delineamento em prismas mais abrangentes de compreensão de ambos.

No que tange ao primeiro ponto, pode-se dizer, em linhas gerais, que se enfocarão as formas de compreensão de sua atuação, a serem aqui recuperadas, a partir de um prisma de que revelariam um entendimento de Belo Horizonte como uma

espacialidade regida por uma institucionalidade que, em seus cenários específicos, adotava uma postura que instaurava dimensões tanto contraditórias, quanto particularmente antagônicas às relações que teciam com a cidade. Tal antagonismo se faria, nas suas cosmovisões, seja perante as contestações que instauravam, seja, no limite, em sentido contrário a qualquer forma de autoprodução de usos de seus espaços públicos fora de seu controle: desse modo, suas compreensões, forjadas ou aprofundadas em meio aos seus cenários de atuação, tanto apontariam para a mercantilização da cidade como fator de desagregação e limitação da existência de instâncias comuns de vivência cidadina, quanto à necessidade de seu combate direto.

Nesse último ângulo, no recorte de compreensão aqui adotado, parte-se da ideia de que tais entendimentos igualmente carregariam consigo uma espécie de contraface, quanto aos significados atribuídos à sua própria atuação: se interligariam a prospecção de horizontes de transformação democrática da capital mineira, seu funcionamento, e seu cotidiano. De modo a aprofundar o entendimento dos significados singulares aqui atribuídos à suas intervenções, em seu caráter contestatório, pode-se dizer o realce de compreensão adotado parte do prisma de que compartilhavam um imaginário dotado de pontos de diálogo para com aquilo que Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1999) designa como pensamento urbanístico:

O pensamento urbanístico (não estamos dizendo: o urbanismo), isto é, a reflexão acerca da sociedade urbana, reúne os dados estabelecidos e separados pela história. [...] Ele não pode colocar-se senão do ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da reunião, ou seja, dos traços específicos da *forma urbana*. Consequentemente, ele reencontra, num nível superior, numa outra escala, após a explosão (negação), a comunidade, a cidade. Ele recupera os conceitos centrais da realidade anterior para restituí-los num contexto ampliado: formas, funções, estruturas urbanas. O que se constitui é um espaço-tempo renovado, topologia distinta do espaço-tempo agrário (cíclico; que justapõe as particularidades locais), como do espaço-tempo industrial (que tende para a homogeneidade, para a unidade racional e planificada das coações). O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como *diferencial*: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o (LEFEBVRE, 1999, p.44).

Dos parâmetros delineados por Lefebvre, importa sobremaneira ao entendimento aqui adotado de que as contraposições, interpostas pelas intervenções das coletividades a serem investigadas, buscariam transcender imperativos homogêneos e redutores de funcionamento da cidade, disseminados pelo poder estatal local. Num sentido amplo, tal se faria a partir de uma conjugação singular, imersa em suas compreensões da cidade:

entende-se aqui que partilhariam de um imaginário portando aspectos comuns, que se situaria na ideia de seus espaços públicos enquanto mananciais potenciais de multifacetadas sociabilidades não somente desatreladas de um prisma mercantil, como também, nas interações decorrentes dos encontros possibilitados em suas ruas e praças, profundamente democratizantes, quanto à vivência da capital mineira.

Diante dessas considerações, a opção nesse estudo pelos cenários e coletividades enfocados como temas de investigação também ganha dimensões específicas. Ao focar a atuação do ativismo entorno dos transportes e da mobilidade urbana na capital mineira, busca-se aqui resgatar, e traçar um prisma concernente à sua importância no que tange ao deslocar por Belo Horizonte, como fator de democratização do acesso à vivência de suas múltiplas espacialidades. Já ao abordar a reinvenção de sua cena carnavalesca de rua, a partir de uma das coletividades que nela se inseriu, procura-se destacar a relevância qualitativa dos usos destes espaços, a partir de sua compreensão como agente a materializar formas de sociabilidade voltadas às permanências, encontros e convívios, tecidos a partir deste relacionar. Nessa dimensão ampla de entendimento de contestações sobre o panorama da capital mineira, conjugando circulação e permanência, busca-se precisamente investigar e destacar de que maneira suas intervenções trariam igualmente a compreensão do próprio papel político de suas contraposições aos antagonismos e contradições instauradas pelo poder estatal local, na contemporaneidade.

Nesse último sentido, numa perspectiva geral, o enfoque de compreensão aqui adotado procura articular a dimensão política de suas intervenções a partir de um prisma que as situa enquanto práticas urbanas de contestação. Nesse caso, busca-se aqui, primeiramente, traçar uma perspectiva de leitura de que suas intervenções não somente interagiriam para com a esfera política existente na cidade, como igualmente o fariam a partir de um relacionar atinente à politização contestatória de seus territórios, materializada através de sua ocupação como eixo de atuação singular. De modo a aprofundar tal entendimento, cumpre colocar que o mesmo se inspira nas seguintes considerações de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1999), sobre contestações citadinas:

Na contestação manifestam-se as ideologias próprias aos grupos e às classes que intervêm, aí compreendida a ideologia ou as ideologias dos que contribuíram para a elaboração dos projetos, o *urbanismo ideológico*. A intervenção dos ‘contestadores’ introduz conflitos nas lógicas sociais (na sócio-lógica, que não passa da ideo-lógica). A possibilidade de contestação faz essas lógicas aparecerem enquanto ideologias e permite sua confrontação,

o que mensura o grau de democracia urbana. A passividade dos interessados, seu silêncio, sua prudência reticente quanto ao que lhes concerne, dão a medida da ausência de democracia urbana, isto é, de democracia concreta. Em poucas palavras, a revolução urbana e a democracia concreta (desenvolvida) coincidem. Só por essa via a *prática urbana*, a dos grupos e das classes, ou seja, sua maneira de viver, a morfologia da qual dispõem, pode confrontar-se com a ideologia urbanística. Assim, a contestação se transforma em reivindicação [...] (LEFEBVRE, 1999, p 124).

O panorama tramado acima por Lefebvre se encontra diretamente atrelado à compreensão do uso do termo contestação, ao longo desse trabalho. Parte-se aqui, portanto, da perspectiva de que, em dimensões abrangentes, a atuação das coletividades a serem investigadas se fundamentaria no tipo singular de relação que teciam para com os antagonismos e contradições predominantes na capital mineira e seus espaços públicos. Nesse último aspecto, coloca-se aqui que a perspectiva de abordagem se situa no entendimento de que sua atuação tanto revelaria, quanto instauraria conflitos atinentes a tais contradições e sua reiteração, através da politização explícita de seu uso. No entorno deste relacionar com tais contradições, compreende-se aqui que, no articular sua atuação em direções que as transfigurariam em reivindicações coletivas, se encontraria igualmente uma perspectiva exploratória: buscariam igualmente as extrapolar, a partir da incorporação de prismas transformadores em suas intervenções, fundados em efêmeras alterações dos funcionamentos cotidianos desses espaços, que se interligam a um horizonte de ampla e radical democratização da vivência da cidade.

Dessa maneira, torna-se importante delinear aqui os significados que articulam, em perspectivas amplas, essa orientação contestatória para com os prismas de democratização inseridos nas intervenções das coletividades aqui investigadas. No caso, uma primeira dimensão dos parâmetros de entendimento aqui tecidos diz respeito ao caráter de interconexão dessa articulação para com mobilizações contemporâneas atinentes a reivindicações de transformação cidadina. Nesse ângulo, compreende-se aqui que o teor do que seria reivindicado pelas coletividades aqui investigadas possui pontos de diálogo direto para com alguns dos sentidos que David Harvey (HARVEY, et. al., 2013) atribui às contestações em favor do Direito à Cidade, na atualidade:

O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do

empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente. Elas podem ter aprendido a inserir-se em estruturas de governança, por vezes com poderosos efeitos (tal como em numerosas questões ambientais). Recentemente, toda sorte de inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal têm emergido na cena urbana (HARVEY, et. al., 2013, p.29).

Diante do prisma traçado acima por Harvey, busca-se aqui enfocar, numa dimensão ampla, a interligação tecida pelas coletividades investigadas entre suas reivindicações e a democratização da vivência em Belo Horizonte. Nesse aspecto, tal interligação aqui é abordada a partir de uma perspectiva de que, no redor de suas intervenções, se encontraria também um conjunto de articulações em um prisma inteiramente voltado para a elaboração, a defesa e a ampliação dos direitos coletivos de seus habitantes. Dessa maneira, compreende-se aqui que um dos pontos específicos de suas atuações em que tal se faria presente se daria na elaboração de âmbitos inclusivos, situados em suas intervenções e nas instâncias de diálogo que teceram, ou se inseriram: seriam perpassadas por um prisma amplo de preocupação para com a incorporação, o envolvimento e a participação seja dos públicos ao redor do transcorrer de suas práticas, seja com outras searas do ativismo local. Em seu conjunto, tais âmbitos inclusivos são aqui entendidos como experimentações que abrangeriam um pano de fundo, situado numa ampla e radical democratização generalizada da própria gestão da capital mineira.

Nesse sentido, as narrativas que perfazem o escopo deste estudo procuram articular a compreensão do termo democratização a partir de um enfoque holístico: inspirando-se nas perspectivas traçadas por Antonio Negri e Michael Hardt (HARDT; NEGRI, 2005) acerca do prisma político da multidão, o uso deste termo se associa diretamente à constituição de perspectivas autônomas de colaboração ativa entre contestadores, voltadas para a produção de instâncias de gestão democrática da cidade. De acordo com estes autores, tal prisma teria por eixo fundamental a construção do comum:

O comum que compartilhamos, na realidade, é menos descoberto que produzido. [...] Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. [...] Esta produção biopolítica e a expansão do comum que acarreta é um dos principais pilares em que se assenta hoje a possibilidade da democracia global.
A segunda característica da multidão que pode ser considerada particularmente importante para a democracia é sua organização 'política'

(não esquecendo que político rapidamente se amalgama com o econômico, o social e o cultural). Podemos ter um primeiro vislumbre desta tendência democrática ao contemplarmos a genealogia das modernas resistências, revoltas e revoluções, que evidencia uma tendência para a organização cada vez mais democrática, das formas centralizadas de comando ou ditadura revolucionária para organizações em rede que deslocam a autoridade para relações colaborativas. Esta genealogia revela uma tendência das organizações de resistência e revolucionárias não só para se constituírem em meios para alcançar uma sociedade democrática como para criar internamente, dentro de sua estrutura organizacional, relações democráticas. Além disso, a democracia vem-se tornando uma exigência cada vez mais disseminada em escala global, às vezes explícita mas não raro implícita nas inúmeras queixas e resistências manifestadas contra a atual ordem global. A moeda comum que circula hoje em dia em tantos movimentos e lutas de libertação através do mundo - no nível local, no regional e no global - é o desejo de democracia. Nem é preciso lembrar que desejar e reivindicar a democracia global não assegura sua concretização, mas não devemos subestimar o poder que essas demandas podem ter. (HARDT; NEGRI, 2005, p.14, 15)

Do entendimento traçado acima por Hardt e Negri, cumpre, visando a compreensão da atuação das coletividades abordadas neste estudo, fundamentalmente reter a amplitude daquilo que designam como demanda democrática na contemporaneidade. No caso, primeiramente a relação entre concepções de incentivo à participação e instâncias colaborativas de experimentação democrática: ambas se articulariam a partir de uma perspectiva reflexiva abrangente, entre estruturação interna de coletividades e prospecção de potenciais cenários de transposição destas experiências, enquanto fonte comum de poder coletivo. Em segundo lugar, pela ótica de conjugação entre tais formatos de poder comum e seu exercício enquanto democracia: associam gestão coletiva e perspectivas de partilha e pulverização de autoridade entre seus participantes, reforçando mecanismos de incentivo à sua expansividade inclusiva. Desse modo, ainda que como pano de fundo, o olhar com o qual se contemplará as práticas de ocupação contestatória de espaços públicos, nos cenários a serem abordados, parte de um escopo de compreensão de que, em suas circunstâncias específicas, a atuação das coletividades aqui recuperadas igualmente constituem vislumbres de constituição de instrumentos de gestão coletiva participativa destas searas, enquadrada como um de seus aspectos intrínsecos mais fundamentais.

Para os propósitos aqui delineados, também é importante enfatizar que tais parâmetros de compreensão se forjaram a partir do diálogo com o conjunto de dados obtidos durante o processo de pesquisa que subsidia este estudo. Nesse sentido, para este processo de coleta e interpretação de dados, o trabalho aqui apresentado optou pela utilização de uma metodologia de aproximação perante o recorte investigado, que se

fundamenta na fusão entre a Observação Participante, procedimentos da História Oral e o Método Progressivo-Regressivo. Já a construção da constelação de noções apresentadas ao longo da tese, oriundas do contato entre dados e conceituação pertinente, se embasa em princípios da Sociologia do Conhecimento.

Como método de obtenção de dados, a Observação Participante traça suas origens em todo um conjunto de trabalhos sociológicos realizados, ao longo das primeiras décadas do século XX, pela chamada Escola de Chicago (MINAYO, 1996; HAGUETTE, 1997; VELHO, 1999). À época, essa metodologia tinha por objetivo o estudo de aspectos da sociedade estadunidense, através da inserção direta do pesquisador em meio às comunidades enfocadas. Ao longo do século XX, este instrumento foi ressignificado e utilizado no campo da antropologia para a confecção de registros etnográficos, tendo destaque sua recuperação crítica para os propósitos de estudos em antropologia urbana (VELHO, 1999; CARDOSO, 2004; BRANDÃO; STRECK, 2006). Em linhas gerais, a pesquisa que busca essa modalidade de interação pode ser estabelecida a partir da premissa de que

este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado.

Este esforço não pode ser feito se não se coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo. A teoria do conhecimento nos oferece um caminho para compreender a realidade e não uma série de 'verdades' a serem comprovadas. O encontro com desconhecidos, com que se pode cultivar uma relação de alteridade, é que permite conhecer o modo de operar de sistemas simbólicos diversos que são postos em movimento por esta interlocução. O objeto do conhecimento é aquilo que nenhum dos dois conhece e que, por isso mesmo, pode surpreender. Logo, a novidade está na descoberta de alguma coisa que não foi compartilhada e não - como que a noção usual de empatia - na comunhão (CARDOSO, 2004, p.103).

Nesta pesquisa, tal modalidade de interação entre pesquisador e sujeitos investigados foi utilizada como ferramenta de aproximação e delimitação do campo de estudos². Partindo desse método, foram desenvolvidas as seguintes atividades: inserção

² Para o aprofundamento do entendimento das dimensões específicas da pesquisa de campo efetuada neste estudo, foi adicionado o Anexo 1 ao mesmo, aonde se encontram considerações inteiramente dedicadas a retratar, em linhas gerais, os parâmetros em que esta experiência se deu.

no Movimento Passe Livre – Belo Horizonte (MPL-BH), no período compreendido entre fevereiro de 2015 e junho de 2016, para a confecção de um diário de campo; observação direta e confecção de diário de campo dos desfiles do Bloco Filhos de Tchá Tchá, durante os carnavais dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Ainda que os dados concernentes a tais pesquisas de campo não serão utilizados aqui como fonte documental direta, é importante situar que parcela significativa tanto do que subsidia a recuperação e interpretação apresentada ao longo deste estudo advém da trajetória percorrida nessa experiência participante, quanto que o recorte de cenários escolhido se deve à mesma.

Dessa maneira, essa modalidade de inserção foi crucial para a apreensão das atividades conduzidas por estas coletividades, em suas intervenções urbanas em Belo Horizonte, bem como para a delimitação dos contextos específicos escolhidos para estudo: a mobilização das Praias da Estação em 2010, como ponto fundador de dinâmicas contestatórias tendo por eixos a ocupação de espaços públicos, e a convergência diversas de coletividades dela participantes, durante as Jornadas de Junho de 2013, na Assembleia Popular Horizontal; a campanha conduzida pela Frente Única Contra o Aumento, que contou com o MPL-BH como um de seus integrantes, entre julho e setembro de 2015; os desfiles do Bloco Filhos de Tcha Tcha durante os feriados carnavalescos, entre os anos de 2010 e 2013. A demarcação específica desses contextos como privilegiados para essa investigação se justifica pela importância relativa destes acontecimentos seja na circunscrição dos cenários próprios de inserção dessas coletividades, seja pelas singularidades de sua atuação contestatória nos mesmos.

No que tange à Frente Única Contra o Aumento, a pesquisa de campo realizada permitiu situar a relevância da campanha que conduziu, entre julho e setembro de 2015, a partir de dois prismas: a diversidade de coletividades que nela se inseriu, que possibilita enfoca-la como instância de atuação conjunta a recuperar, e singularizar, formatos organizatórios surgidos na capital mineira em 2013, durante o aparecimento da Assembleia Popular Horizontal; a pluralidade de modalidades de intervenção contestatória, tendo por eixo a ocupação de espaços públicos, que permite situar sua presença também como um desdobramento específico a esta cena das concepções de atuação surgidas na cidade a partir das Praias, em 2010. Considerando a singularidade organizacional e de atuação da Frente nessa campanha, a pesquisa de campo teve papel determinante nesse recorte, particularmente em assinalar a necessidade de se debruçar

num foco que procurasse retrair os caminhos de origem recente na capital mineira desses dois fatores, e de suas especificidades que ali se fizeram presentes.

Já no que concerne à escolha de recorte referente à atuação do Bloco Filhos de Tchá Tchá entre os carnavais de 2010 e 2013, por vias distintas, a pesquisa de campo foi crucial em sua seleção, pelos reordenamentos de foco contextual que propiciou. No caso, este redirecionamento se deu fundamentalmente em virtude de uma característica específica dos desfiles dessa coletividade, que se fez presente durante as pesquisas de campo realizadas entre 2015 e 2018: a variação ininterrupta dos territórios de realização de seus cortejos a cada ano, ao longo desse período.

A percepção desta característica singular se desdobrou, primeiramente, na necessidade de situar e compreender as origens de tais deslocamentos, aonde se tornou possível perceber que as dinâmicas existentes no carnaval de rua de Belo Horizonte, entre 2010 e 2013, foram determinantes para a incorporação desse elemento. No caso, durante a pesquisa realizada, pôde-se perceber que este fator revestiu-se de importância ainda maior, ao se ter em vista que tanto nos primeiros três carnavais desde sua fundação, entre 2010 e 2012, esse bloco realizou seus cortejos centralizados num mesmo território, quanto que, a partir de 2013, se inicia na agremiação um processo itinerante singular pela cidade. Em segundo lugar, tal reordenamento de foco também permitiu a percepção e a articulação de dois fatores: um mapear das origens da agremiação, e do ressurgir da cena carnavalesca de rua na capital mineira, como desdobramentos específicos da mobilização contestatória das Praias da Estação, em 2010; situar determinadas interconexões tecidas entre o carnaval e o ativismo na cidade, de importância especial para a compreensão do aparecimento das Assembleias Populares Horizontais, durante as Jornadas de Junho de 2013.

Dessa maneira, foi precisamente o conjunto de indagações surgidas, na pesquisa de campo efetuada nos dois cenários, o que igualmente determinou a incorporação de uma ênfase e de um aprofundamento inteiramente em específico sobre os acontecimentos concernentes às Praias da Estação, e sobre a Assembleia Popular Horizontal. Tal se deu a partir da compreensão adquirida sobre esses dois cenários como pontos temporais formadores e disseminadores de todo um conjunto de concepções organizacionais, de interações e de práticas contestatórias na cidade: se tornaram fundamentais para o entendimento das dinâmicas que se deram nos contextos recuperados sobre o ativismo em torno da mobilidade e dos transportes, e no desenvolvimento da cena carnavalesca da capital mineira. Nas interconexões tecidas

entre si, ou nos desdobramentos decorridos de suas existências, o aprofundamento nestes eventos impulsionadores foi o que permitiu situar a existência de todo um processo singular de recuperação e ressignificação de aspectos de seus legados, nesses dois últimos cenários abordados. Desse modo, as Praias e a Assembleia se tornaram cruciais para a compreensão destes últimos cenários enquanto contestações diversificadas, complexas e potencialmente transformadoras perante as contradições e antagonismos institucionais ao autoproduzir cidadão, existentes no panorama contemporaneamente predominante de Belo Horizonte.

No percurso de pesquisa, a determinação deste recorte também se atrelou diretamente aos enfoques tecidos quanto ao aprofundamento da coleta de dados, realizado primordialmente a partir do uso de procedimentos da História Oral como instrumentos de abordagem perante os participantes das cenas aqui estudadas. Surgida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial (THOMPSON, 1998), esse campo de produção de saberes se caracteriza primordialmente pela intenção de confeccionar documentos visando a jogar luz sobre “histórias e versões mantidas por segmentos populacionais antes silenciados, por diversos motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não-oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea (MEIHY, 1996, p.9)”. Por seu caráter de confecção de documentos, a partir da recuperação, no tempo presente das entrevistas, da memória de sujeitos que testemunharam determinados acontecimentos históricos, pode-se dizer que os dados obtidos a partir da História Oral se configuram na perspectiva de que situariam “sempre uma *história do tempo presente* e também conhecida como por *história viva* (MEIHY, 1996, p.13)”.

No uso das técnicas e concepções teóricas desenvolvidas nesse campo, a ênfase aqui adotada se ateve tanto ao tipo de utilização da documentação confeccionada, quanto aos procedimentos seguidos em sua elaboração. No que tange ao primeiro ponto, o caminho aqui efetuado se atrelou a uma perspectiva de entrecruzamento de diversas formas de abordagem e de exposição do material coletado a partir das entrevistas. Em linhas gerais, a articulação entre exposição e abordagem aqui efetuada se inspira diretamente nas considerações abaixo de Paul Thompson (THOMPSON, 1998), acerca das formas de apresentação de narrativas orais:

Igualmente fundamental, em qualquer forma de apresentação, é decidir entre abordar a história por meio da biografia, ou mediante uma análise social mais

ampla. A evidência oral, por assumir a forma de histórias de vida, traz à tona um dilema subjacente a toda interpretação histórica.

[...] De maneira geral, há três modos pelos quais a história oral pode ser construída. A primeira é a narrativa da história de uma única vida. [...] Em casos importantes, ela pode ser utilizada para transmitir a história de toda uma classe ou comunidade, ou transformar-se num fio condutor ao redor do qual se reconstrua uma série extremamente complexa de eventos.

[...] A segunda forma é uma coletânea de narrativas. Uma vez que pode ser que nenhuma delas seja, isoladamente, tão rica ou complexa como narrativa única, esse é um modo melhor de apresentar uma história de vida mais típico. Permite, também, que as narrativas sejam utilizadas muito mais facilmente na construção de uma interpretação histórica mais ampla, agrupando-as – como um todo ou fragmentadas – em torno de temas comuns.

[...] A terceira forma é a da análise cruzada: a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo. Naturalmente, é possível, num mesmo livro, associar a análise com a apresentação de histórias de vida integrais. [...] Porém, sempre que o objetivo primordial passe a ser a análise, a forma global já não pode ser orientada pela história de vida como forma de evidência, mas deve emergir da lógica interna de exposição. Em geral, isso exigirá citações muito mais curtas, comparando a evidência de uma entrevista com a de outra, e associada à evidência proveniente de outras fontes. Evidentemente, a exposição e a análise cruzada são essenciais em todo desenvolvimento sistemático da interpretação da história. Por outro lado, o que se perde com essa forma de apresentação também é evidente. Devido a isso, essas formas básicas não são tanto alternativas exclusivas, mas sim complementares, e, em muitos casos, o mesmo projeto precisa ser apresentado em mais de uma delas (THOMPSON, 1998, p.301, 302, 303).

A partir das perspectivas acima traçadas por Thompson, cumpre colocar que a utilização aqui efetuada nesse estudo se ateve, fundamentalmente, à utilização da documentação obtida visando confeccionar uma análise social de caráter amplo, que conjuga aspectos das três formas mencionadas pelo autor. Nesse sentido ampliado, nas análises efetuadas ao longo dos capítulos a seguir, os registros obtidos nas entrevistas foram articulados enquanto suportes principais, ainda que não exclusivos, a subsidiar as descrições e interpretações históricas presentes nas narrativas elaboradas nesse estudo por seu autor. No uso aqui efetuado, portanto, ainda que a segunda e a terceira das formas mencionadas pelo autor (coletânea de narrativas e análise cruzada) sejam aquelas adotadas como princípios ordenadores preponderantes, buscou-se, sempre que possível, ter em conta também o prisma de que, em suas individualidades, tais documentos sejam fios condutores, por si só plenos e multifacetados, de reconstrução dos eventos históricos abordados.

Dessa maneira, torna-se importante ressaltar que não se considera nem os usos aqui efetuados desse material como suporte de narrativas tecidas pelo autor, nem a articulação de recortes para fins expositivos, ou as interpretações dele extraídas, como vias exclusivas de sua utilização: ao contrário, enquadra-se o trato dado ao mesmo como

um entre vários caminhos potenciais de conjugação de todos esses fatores, que se atrela mais à relação entre as hipóteses levantadas, e os recortes contextuais adotados, do que à preponderância da análise aqui efetuada sobre outras possíveis. De modo a preservar precisamente essa potencialidade, formada pelos múltiplos caminhos expositivos e interpretativos de seus conteúdos, para sua futura utilização em estudos efetuados por outros pesquisadores, os registros aqui coletados foram anexados ao final da tese, sendo separados de acordo com os cenários de inserção dos mesmos nos capítulos 2 e 3³.

No que tange aos procedimentos adotados para a elaboração destes registros documentais, foram utilizadas as perspectivas singulares de realização e trato de entrevistas preconizadas por este campo de saber. Nesse aspecto, importa ressaltar que um dos prismas fundamentais que articulam esses dois fatores se encontra no caráter específico da relação estabelecida entre pesquisador e sujeito investigado. Diferentemente de outras formas de abordagem presentes no campo das Ciências Sociais, a Moderna História Oral preconiza uma dimensão ativa de interação do sujeito pesquisado perante o investigador, ao enquadrar o entrevistado não na perspectiva de informante, mas na qualidade de colaborador:

Colaborador é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. É fundamental, sobretudo porque estabelece uma relação de afinidade entre as partes.

O entrevistador, por um lado, deixa de ser aquele que olha para o entrevistado, contemplando-o como um mero *objeto de pesquisa*, por outro ângulo, ele próprio deixa de ser um observador da experiência alheia e se compromete com o trabalho de maneira mais sensível e compartilhada.

A mudança do significado dos papéis, de quem é quem, não está apenas ligada à superação das formas tradicionais de se fazer entrevistas. A dependência do *colaborador* passa a ser muito maior do que antes. Não apenas este tem de dar a autorização para a publicação de parte ou do todo da entrevista, mas também de participar das etapas de transcrição e revisão do texto (MEIHY, 1996, p.28).

Nessa relação de colaboração entre entrevistador e entrevistado, constitui-se uma forma de produção documental de cunho dialógico, a partir de um processo interativo pautado pelo contato entre o pesquisador e seus saberes acadêmicos e o colaborador, portador da unicidade da experiência daquilo que vivenciou. Seria também nesta elaboração conjunta de um documento, fundamentado na memória do sujeito

³ Os documentos produzidos a partir das entrevistas se encontram ordenados cronologicamente. A ordem de realização das entrevistas se deu a partir das indicações do primeiro colaborador entrevistado, em cada um dos agrupamentos estudados: no caso da Frente Única Contra o Aumento, um dos indivíduos que convidou o autor a ingressar no Movimento Passe Livre – Belo Horizonte; no que tange ao Bloco Filhos de Tchá Tchá, o primeiro colaborador foi um de seus fundadores.

entrevistado no momento da entrevista, que se estabeleceria de maneira mais clara a dimensão da História Oral como história do tempo presente: se de um lado o eixo das entrevistas busca recuperar aquilo de vivido pelo colaborador, por outro não se deve perder de vista que esta elaboração da memória se dá num tempo presente, próprio à entrevista, que interfere na configuração dos significados dados às suas experiências.

Quanto aos processos de registro e transposição da fonte oral para a fonte escrita, importa também notar que o documento final não se encerra na transcrição na íntegra da entrevista. Além da entrevista e da transcrição, esse processo de produção documental detém mais dois procedimentos (MEIHY, 1996): a textualização, fundamentada na retirada tanto das perguntas do entrevistador do corpo textual, quanto de vícios de linguagem e repetições que não são relevantes para o entendimento da narrativa; por fim, a transcrição, onde o pesquisador tem um papel mais ativo, tendo em vista que esta fase permite realocar e adequar formas de concordância gramatical e exposição temática, que possibilitem uma melhor compreensão daquilo narrado, ou seja, a transformação plena da linguagem oral em escrita.

Naturalmente, é razoável ponderar que a linguagem oral difere da expressão escrita precisamente por conter aspectos como formas de entonação, silêncios, espontaneidade narrativa e características expressivas que impossibilitam uma transposição literal do que foi dito: tendo em vista esta dimensão, o trabalho de adequação do narrado à linguagem escrita se faz tendo por base efetuar aproximações entre estes dois tipos de expressão comunicacional, na direção de facilitar e preservar a compreensão e os sentidos do narrado pelo entrevistado. Dessa maneira, este conjunto de procedimentos permite afirmar que o pesquisador progressivamente se transfigura em espécie de autor, ao menos no que tange ao processo de organizar e interferir no registro colhido.

De modo a conferir legitimidade ao que é produzido neste processo, é fundamental ao pesquisador apresentar para conferência do narrador o documento confeccionado a partir desta interação, e que esse se reconheça naquilo que foi forjado a partir de suas memórias. A partir dessa conferência e desse reconhecimento, será facultada ao entrevistado a decisão de autorizar ou não sua utilização como fonte documental. Tendo em vista a impossibilidade de recuperação do passado em sua plenitude, o tipo de documento produzido por um processo tendo por base as memórias de um sujeito carrega a potencialidade de servir como forma de aproximação dos

sentidos em que esse percebe, expressa e compreende uma experiência societária coletiva por ele vivenciada.

Para viabilizar tanto, no processo de pesquisa aqui desenvolvido, adotou-se uma perspectiva tanto atinente aos critérios de seleção de narradores, quanto ao enfoque de modalidade dado ao uso de seus procedimentos. No que tange ao primeiro aspecto, optou-se pela abordagem às coletividades e participantes selecionados a partir de sua caracterização enquanto comunidades de destino, delineadas como espécie de agrupamentos coletivos detentores de experiências sociais relevantes para a investigação. Comumente, começa-se esse processo com um colaborador que represente um ponto inicial ao estudo do tema proposto. Ele é considerado o marco zero do processo de formação desta rede, por ser o indivíduo que franqueou ao pesquisador seu acesso à comunidade investigada, e espera-se que o mesmo forneça indicações e sugestões de outros indivíduos que possam prestar registros relevantes referentes à experiência coletiva estudada.

No segundo aspecto, dentre as modalidades existentes em meio a esse campo de saber (MEIHY, 1996), a perspectiva aqui selecionada se ateu à História Oral Temática. Buscou-se, dessa maneira, nas entrevistas realizadas, de um lado, “o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido (MEIHY, 1996, p.41)”: no caso, enfocaram-se as descrições e interpretações dos narradores sobre os eventos e cenários recortados, sob um prisma em que aspectos de suas histórias pessoais foram mobilizados sempre que pudessem auxiliar na compreensão dos mesmos. De outro, na estruturação das narrativas dos capítulos que compreendem este estudo, o uso de seus registros se deu sob a perspectiva de resguardar a relevância única de seus conteúdos, em sua relação perante outras fontes escritas mobilizadas (MEIHY, 1996)⁴.

Neste trabalho, a intenção franqueada pelo recorte escolhido culminou por investigar duas comunidades de destino: militantes e ex-militantes de organizações aglutinadas no entorno da Frente Única Contra o Aumento; articuladores do Bloco Carnavalesco Filhos de Tchá Tchá. Conforme anteriormente exposto, essas coletividades possuem em comum a atitude de, a partir de práticas sócio-espaciais inseridas em diferentes contextos, estabelecerem relações com os espaços públicos de Belo Horizonte pautadas por seu caráter de contestação tanto das regulações dos

⁴ De modo a aprofundar a compreensão concernente aos procedimentos de realização de entrevistas embasados por esta modalidade de História Oral, foi inserido ao final deste estudo, no Anexo 2, um conjunto de considerações concernentes à roteirização adotada para o uso deste instrumento de coleta de dados.

poderes estatais, quanto do seu funcionamento cotidiano. Através do uso da História Oral, pretendeu-se precisamente recuperar essas experiências coletivas de contestação sócio-espacial, tendo por base o relato de indivíduos inseridos nestas coletividades.

Ao longo deste processo de coleta, foram realizadas onze entrevistas, contemplando diversos integrantes destas duas comunidades de destino. No caso da Frente Única Contra o Aumento, o marco zero foi um dos indivíduos que convidou o pesquisador a tomar parte nesse coletivo, entre janeiro e fevereiro de 2015; já no que tange ao Bloco Filhos de Tchá Tchá, o ponto inicial foi um dos indivíduos que fundaram esta coletividade, pouco antes do carnaval de 2010. De modo a abranger uma perspectiva mais holística de compreensão coletiva dos cenários aqui estudados, o recorte dos narradores se deu a partir do entrecruzamento entre critérios etários, de gênero, e de tipo de inserção individual perante os contextos e a atuação nessas comunidades de destino: dessa maneira buscou-se igualmente um enfoque que diversificasse os olhares e entendimentos portados por seus participantes acerca dos fenômenos estudados. Tais critérios, englobando diversidade e perspectiva holística, também fundamenta a forma de uso de seus registros neste trabalho: nesse aspecto, na medida do possível, procurou-se retraçar os cenários estudados, nos três capítulos que se seguem, a partir de um prisma polifônico de entrelaçamento de trechos de suas narrativas, efetuado de modo a preservar as dimensões coletivas de vivência intrínsecas a tais fenômenos.

De modo a articular os dados obtidos a partir deste método em uma estruturação que fundamentou as exposições narrativas que seguem, o caminho escolhido se inspira diretamente no Método Regressivo-Progressivo, originariamente proposto por Henri Lefebvre em suas reflexões teóricas sobre o campo da sociologia rural (LEFEBVRE, 1981 I; LEFEBVRE, 1981 II). Em linhas gerais, tal método detém como prisma singular de sua estruturação a preocupação para com o estabelecimento de dinâmicas tanto de interação direta entre descrição e interpretação de dados, quanto de recuperação de associações e dissociações, entre passado e presente, concernentes à temporalidade e interligação dos fenômenos estudados, num todo expositivo. No que tange ao entendimento aprofundado deste método, e de seu uso como fundamento da exposição que se seguirá, este estudo procura se embasar na interpretação confeccionada por José de Souza Martins (MARTINS, 2008) acerca de suas nuances:

Essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes. A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Esse é o momento descritivo do método. Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como narrador que expõe e ordena os dados de sua pesquisa. O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele, a realidade é analisada, decomposta. [...] Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. Nesse momento, fica evidente a importância do domínio das disciplinas especiais - a sociologia, a antropologia, a história, a economia, a geografia, a estatística, etc. Sem as quais a reconstituição feita permaneceria indefinida porque referida ao pressuposto da homogeneidade do tempo de data única, aprisionada pela impossibilidade de datação de seus diferentes componentes. [...] O terceiro momento do método da dialética de Lefebvre é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, 'mas elucidado, compreendido, explicado'. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades que ainda não se cumpriram. Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado (MARTINS, 2008, p.104, 105).

Acerca da forma com a qual esse método foi utilizado nesse estudo, cumpre destacar alguns pontos que dialogam com a interpretação de Martins, particularmente no que tange à contextualização e interpretação dos cenários abordados, à seleção e manejo da documentação coletada, e à organização da exposição das narrativas aqui confeccionadas.

No que tange ao primeiro ponto, é importante colocar que a confecção das narrativas aqui tecidas optou por um prisma de não dissociação entre descrição e interpretação dos contextos, seja na abordagem para com a bibliografia mobilizada, seja nos registros coletados e demais documentações pertinentes angariadas ao longo da pesquisa. Nesse aspecto, ao longo das narrativas que compõem esse estudo, buscou-se, sempre que possível, mobilizar fontes e referências bibliográficas através de uma relação dialógica tanto descritiva, quanto atinente à exploração de aberturas interpretativas teóricas e históricas potenciais, como eixo de estruturação do desenvolvimento dos capítulos a seguir.

Conforme se verá ao longo deste estudo, o uso desta relação dialógica e exploratória igualmente imprimiu contornos singulares ao trato conceitual de interpretação dos fenômenos estudados: permitiu a articulação de uma constelação de conceitos mobilizados nesse trato analítico para a abordagem e compreensão dos cenários recuperados, particularmente no que tange às formas organizacionais e de intervenção contestatória das coletividades aqui enfocadas. Em suas dimensões amplas, o referencial aqui adotado, nessa perspectiva relacional de desenvolvimento da etapa analítica desse método, se situa em considerações oriundas do campo da Sociologia do Conhecimento desenvolvidas por Karl Mannheim (MANNHEIM, 1982).

Partindo de uma delimitação da esfera política enquanto campo permeado por relações de forças desiguais entre parcialidades em disputa numa totalidade social, Mannheim propõe que o trabalho investigativo em torno desta esfera societária se embase numa dimensão ativa de seleção conceitual, pautada pela perspectiva de que tanto “o ângulo de visão é guiado pelos interesses do observador”, quanto os conceitos incorporados sejam “apenas aqueles que, à luz dos interesses do investigador, seja essencial dominar e abranger (MANNHEIM, 1982, p.295)”. De um lado, tal perspectiva fundamenta a opção aqui adotada de desenvolver uma discussão conceitual menos relacionada com o estabelecimento de uma espécie de genealogia de suas discussões, e mais enfocada na recuperação de aspectos pertinentes para a interpretação que se pretende constituir sobre os fenômenos estudados. De outro, também é importante perceber que, de acordo com Mannheim, o estudo desta esfera societária implicaria uma perspectiva do pesquisador pautada pela ideia de que

ao entrarmos no campo da política, onde tudo se acha em processo de transformação e onde o elemento coletivo em nós, como sujeitos cognoscentes, contribui para moldar o processo de transformação, onde o pensamento não é contemplação do ponto de vista de um espectador, mas, antes, a participação ativa e a remodelação do próprio processo, parece emergir um novo tipo de conhecimento, que é aquele em que decisão e ponto de vista se acham inseparavelmente ligados. Nestes campos, nada existe que se pareça com uma visão puramente teórica da parte do observador. A visão do homem é dada justamente pelas intenções que o homem tenha, muito embora seus interesses lancem apenas uma luz parcial e prática sobre aquele segmento da realidade total no qual se acha envolvido, e para o qual se orienta em virtude de seus propósitos sociais básicos (MANNHEIM, 1982, p.194, 195).

Se esse tipo de abordagem da produção de conhecimento na esfera política implica a admissão de que este processo não se dissocia da valoração subjetiva do

investigador, também é importante notar que essa perspectiva igualmente incentiva uma dimensão relacional de interação entre pesquisador e sujeito investigado. Isso torna possível um aspecto crucial dos rumos aqui adotados, no trato teórico sobre a documentação: a de cunhar e abrigar noções, a partir do contato entre conceitos e fenômenos, de modo a permitir um maior aprofundamento na compreensão dos contextos e sujeitos estudados. Nesse aspecto, conforme se verá, para além das balizas propriamente temporais, um dos eixos de estruturação da exposição das narrativas aqui desenvolvidas se remete diretamente a tal trato conceitual, e seus desdobramentos, nas noções aqui confeccionadas.

Um segundo aspecto derivado do uso aqui do Método Progressivo-Regressivo diz respeito à incorporação de um segundo corpus documental, no transcorrer das narrativas a seguir: no caso, a cobertura da grande imprensa belo-horizontina acerca dos cenários estudados ao longo dos próximos capítulos. Nesse ponto, tal incorporação atende à perspectiva de instaurar narrativas relativamente holísticas de recuperação e interpretação destes fenômenos: a partir do noticiário de imprensa, foi possível dimensionar e aprofundar determinadas instâncias atuantes nas dinâmicas destes cenários, particularmente no que tange a retrair as posturas antagônicas e contraditórias estabelecidas pela institucionalidade local quanto aos mesmos. Na abordagem desse corpo documental igualmente procurou-se estabelecer um prisma majoritariamente interpretativo: na medida do possível, a relação aqui estabelecida para com essa documentação se deu de maneira a problematizar seus conteúdos, tanto aprofundando aquilo que descreviam, quanto aquilo que silenciavam, nos enfoques que traziam.

Para tanto, efetuou-se um processo de coleta de reportagens divulgadas por meios virtuais destes setores da imprensa local, sendo mobilizadas, nas narrativas a seguir, aquelas que mais diretamente se relacionaram com as circunstâncias que se desenrolaram durante as dinâmicas estabelecidas nos fenômenos estudados. Quanto a esse processo de coleta em específico, também importa denotar que sua ênfase nos meios virtuais se ateve ao próprio uso dessa esfera, por parte das coletividades atuantes nos cenários estudados, para fins de divulgação de suas atividades. Ainda que essa utilização não seja objeto de interpretação aprofundada ao longo das narrativas a seguir, a seleção desse recorte procurou se ater e dialogar precisamente com a concatenação singular entre práticas materiais e imateriais de divulgação de sua atuação.

Um último ponto aonde este método influenciou na confecção deste trabalho diz respeito ao entendimento e articulação das temporalidades históricas aqui recuperadas, ao longo da exposição das narrativas que seguem. Nesse sentido, num plano geral do prisma de exposição a ser aqui adotado quanto aos contextos expostos, parte-se aqui da perspectiva de que, de um lado, os eventos estudados tanto demarcaram dinâmicas singulares de desenvolvimento aos seus cenários, quanto formaram entrecruzamentos em suas temporalidades, fundamentadas em suas mútuas influências. De outro, de que, em parte, a elucidação de determinadas dimensões singulares, apresentadas nos cenários abordados, imprimia a abordagem de reverberações temporais tanto no que tange à história local de curta, quanto na de longa duração: nesse último caso, foram exploradas aberturas, em meio à exposição, para o alargamento da historicidade dos fenômenos expostos, de modo a delinear, e realçar, a complexidade das circunstâncias enfocadas ao longo das narrativas que compõem o corpo desse estudo.

Nesse aspecto histórico, portanto, parte-se aqui do panorama de que, no curto ou no longo prazo, os fenômenos aqui estudados, em suas aproximações e distanciamentos entre si e perante a história da cidade, denotariam igualmente relações temporais contestatórias singulares tecidas pelas coletividades investigadas. No caso, tal singularidade se iluminaria na relação traçada entre os eventos, e as intervenções que elaboraram, perante os aspectos predominantes no cotidiano da cidade: direta ou indiretamente, suas contestações igualmente teriam sido formas de se opor a toda uma historicidade excludente, fundamentada nas contradições decorrentes dos antagonismos institucionais contínuos diante da autoprodução da capital mineira por seus habitantes. Nesse prisma, o entendimento dessa dimensão histórica contestatória, que perpassa as narrativas a seguir, se inspira diretamente nas considerações abaixo de Milton Santos (SANTOS, 1997), concernentes à vivência temporal do espaço socialmente produzido:

O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas, ou hegemônicas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemônicos pelos primeiros, devem contentar-se de tempos mais lentos (SANTOS, 1997, p.31, 32).

Esta perspectiva de temporalidade social e espacial como terreno de disputa traçado por Santos é o que denota uma última dimensão do entendimento do trato histórico aqui adotado: a de que os eventos, e as coletividades aqui estudadas, ao mesmo tempo se inseririam e elaborariam traços singulares em linhas temporais não

hegemônicas de vivência coletiva, existentes em Belo Horizonte na contemporaneidade. Desse modo, entende-se aqui que suas ações tanto contestariam as segregações e contradições instauradas na cidade como um todo, quanto instaurariam prospecções potenciais de transformação, fundamentadas na formação de horizontes democratizantes efetivamente contra hegemônicos de experiência coletiva cidadina.

De forma a retrair a amplitude singular histórica dos fenômenos estudados, ao longo do primeiro capítulo desta tese se encontra uma narrativa inteiramente dedicada ao primeiro aparecimento das mobilizações contestatórias das Praias da Estação, bem como das reverberações temporais e políticas de sua existência nas dinâmicas que se deram em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho de 2013, que culminaram com o surgimento da Assembleia Popular Horizontal. Fundamentada na resistência a um polêmico decreto da Prefeitura Municipal concernente à Praça da Estação, as mobilizações das Praias teriam se revestido de um arcabouço singular de práticas contestatórias, aqui abordadas a partir de dois prismas: seu eixo de ocupação política enquanto territorialização de um espaço público da capital mineira, a desafiar funções e regulações institucionais acerca daquela espacialidade pela diversificação de seus usos; as interações que teria propiciado, entre coletividades atuantes em diversos cenários da cidade. Na perspectiva aqui adotada sobre a história recente da cidade, tais prismas, mesmo que indiretamente, teriam tido ressonância singular, particularmente quanto ao campo das confluências, quando das dinâmicas instauradas pela eclosão das Jornadas de Junho de 2013: ambos teriam sido recuperados, e reelaborados, a partir do surgimento da Assembleia Popular Horizontal, instância coletiva de reunião e deliberação comum, atuante no direcionamento dos protestos de rua na capital mineira.

Além dos traços de interligação temporal e política existente entre as Praias e a Assembleia, é intenção deste capítulo se debruçar sobre os mesmos igualmente num segundo prisma: no caso, a dimensão de aberturas que teriam propiciado para a recuperação de seus legados específicos pela diversificada cena contestatória existente na cidade, nos cenários abordados nos dois capítulos seguintes. Dessa maneira, para a narrativa destes dois eventos, adotou-se procedimento distinto daquele efetuado nos capítulos adiante: sua abordagem se ateve mais a um diálogo com os participantes entrevistados num plano geral voltado à recuperação e entendimento de práticas e concepções surgidas a partir de suas existências, e que delineiam seus legados, do que à trajetória de alguma coletividade em específico, dentre aquelas que neles se inseriram. Foi a partir de tal enfoque distinto que se tornou possível traçar as narrativas dos

capítulos seguintes como recuperações e reelaborações específicas de tais legados, nos cenários de atuação das coletividades ali abordadas.

Nesse último sentido, a narrativa do segundo capítulo desse estudo se estruturou a partir da atuação da Frente Única Contra o Aumento, durante sua campanha contra um reajuste extemporâneo de tarifas de ônibus em Belo Horizonte, entre julho e setembro de 2015. Espécie singular de articulação de diversas coletividades, a Frente é abordada nesse capítulo a partir do prisma de que sua existência delinearía um resgate e reelaboração das instâncias de confluência, deliberação e atuação conjunta, primeiramente surgida nas Praias, e posteriormente refinada, em sua estruturação, durante a experiência da Assembleia Popular Horizontal. A partir de sua campanha, teriam sido não só recuperadas as ênfases singulares de intervenção voltadas à ocupação de espaços públicos na capital mineira originadas nas Praias, como igualmente reelaboradas, através de um prisma que conjugaria efemeridade e diálogo com seu tema de atuação, se posicionando em desafio e denúncia direta à estrutura de mobilidade existente na cidade, em suas contradições. Nesses últimos aspectos, partiu-se da perspectiva de que, enquanto pano de fundo geral, sua campanha tanto poria em questão tais contradições, quanto iluminaria dimensões de uma ampla transformação de Belo Horizonte, diretamente situada na democratização das condições de acesso e deslocamento na cidade.

Por fim, o terceiro capítulo tem por objetivo reconstituir, a partir dos cortejos carnavalescos do Bloco Filhos de Tchá Tchá entre os anos de 2010 e 2013, as dinâmicas singulares de imbricação, entre cultura e política, que teriam perpassado a cena da reinvenção do carnaval de rua belo-horizontino em seus primórdios. Conjugando tanto esta cena, quanto esta coletividade, como desdobramentos mais imediatos das dimensões singulares de ocupação de espaços públicos que surgiram a partir das mobilizações das Praias da Estação, neste capítulo busca-se retrair as inventivas maneiras com as quais esta festa teria se tornado fator de articulação de formas organizacionais específicas, inteiramente voltadas para sua disseminação e expansão sobre o território da cidade. Em meio à sua articulação organizacional, teria se delineado um panorama de criação de zonas de contato singulares para com as dinâmicas da cena ativista da cidade durante esse período, de importância para a compreensão da formação do cenário do aparecimento da Assembleia Popular Horizontal em 2013. Igualmente, este capítulo situa uma perspectiva sobre o carnaval de rua, através da trajetória desta coletividade, sobre como esta cena teria recuperado e

reelaborado, de maneira específica à sua dinâmica, o eixo de ocupação contestatória de espaços públicos das Praias, particularmente a partir dos diálogos tecidos com as diversas nuances desiguais, territoriais e comunitárias, existentes na cidade. Nesse último prisma, partiu-se do panorama de que, em meio a seus cortejos, e à expansão da cena carnavalesca local, se situaria uma articulação entre descentralização, enaltecimento de laços territoriais comunitários e a prospecção de formas de democratização da capital mineira, envolta na perspectiva do uso de seus espaços públicos para fins de estabelecimento de permanências e mútuos convívios entre diferentes setores que compõem o perfil multifacetado de seus habitantes.

CAPÍTULO 1 – CONTESTAR, CONSTITUIR: PRAIAS DA ESTAÇÃO, ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL E AS POTÊNCIAS DEMOCRÁTICAS EM BELO HORIZONTE

*“Tenho certeza que valeu a pena,
É um absurdo o tal decreto,
Pois se o Lacerda curte a canetada,
Que dê uma canetada no próprio reto”*

Trecho da marchinha carnavalesca belo-horizontina *Fui me banhar na Praia da Estação*

*“Sociedade capitalista,
Vai se foder com essa polícia fascista,
Mais um aumento, não vou pagar
Mais um despejo e essa cidade vai parar”*

Canto anarquista em protestos de rua em Belo Horizonte

1.1 – “E TINHA UM CARTAZ ESCRITO ‘OCUPE A CIDADE’”

Em determinado momento de sua narrativa, a professora e arquiteta Priscila Musa descreve de maneira detalhada um evento que testemunhou em 2010, em uma praça situada no Centro de Belo Horizonte:

A gente chegou lá na Praia, ela estava cercada com uma grade, um muro - era uma grade na verdade, de vez em quando eles cercam ali. Estava cercada, e era um dia que tinha show dos Direitos Humanos: tinha uma grade verde gigante tampando tudo. Fiquei fotografando a grade, as pessoas pequeninhas lá dentro, e tinha um cartaz escrito “Ocupe a Cidade”. Aí eu olhei aquilo, e falei:

- Ocupe a Cidade.

E o povo sentadinho com um guarda-sol, eu falei:

- Tem alguma coisa ali! Esses vinte gatos pingados aqui, eu acho que é uma manifestação!

Conversamos, tiramos foto, era muita pouca gente que tinha no começo dessa Praia, com canga - aquela esplanada gigantesca, a sombrinha da árvore e todo mundo debaixo da sombrinha da árvore. E aí depois que a gente fotografou, foi embora e ficou comentando.

Suas recordações trazem um conjunto de elementos diretamente concernentes ao que ali transcorria.

Primeiramente, cumpre notar que a Praça onde ocorreram os eventos que descreveu se encontrava cercada por grades, aparentemente em virtude da realização de uma apresentação cultural no local. Em segundo lugar, a presença de um cartaz com os dizeres “Ocupe a Cidade” lhe permitiu inferir que ali ocorria alguma espécie de ato de protesto. Num terceiro plano, dois elementos davam uma dimensão incomum no enquadramento daquilo como um ato político: um guarda-sol e indivíduos com canga eram uma parte diminuta, e inusitada, de um cenário formado por uma grande esplanada sem sombras, própria àquela Praça. Por fim, a denominação que deu de Praia ao evento em que se viu presente: ao que parece, o protesto que ali ocorria se compunha não só pelo ocupar diretamente a espacialidade cercada da Praça, como igualmente por uma dimensão performática de cunho lúdico.

IMAGEM 1: Praia da Estação, 2010. Fonte: Priscila Musa.

Musa relatava acima aquela que foi sua primeira experiência na Praia da Estação, mobilização de protesto ocorrida na Praça da Estação, a partir dos primeiros dias de 2010. Situada na região central de Belo Horizonte, frente à edificação que servia como a antiga Estação Ferroviária da cidade, a Praça Rui Barbosa veio a ser

popularmente conhecida como Praça da Estação pelos habitantes locais. Conforme coloca o site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aquela Praça é revestida de toda uma importância simbólica singular para a história da capital mineira:

Na Praça Rui Barbosa, ou Praça da Estação, nome popular do local, estão plantados alguns dos marcos das origens da história e arquitetura neoclássica da capital mineira. O lugar, na região central de Belo Horizonte, viu a cidade nascendo, em 1894, cinco anos após a proclamação da República do Brasil, com a instalação da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais no antigo Arraial de Curral del Rei. A cravação da estaca zero do ramal férreo de ligação com a Estrada de Ferro Central do Brasil, a partir do entroncamento da Estação de General Carneiro, em Sabará, simbolizou o início da construção da capital. No ponto mais baixo da malha urbana da nova capital, foi lançada a pedra fundamental do prédio da Estação de Minas, erguido às margens do ribeirão Arrudas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, SEM DATA).

Do que é colocado acima, foi a partir de sua espacialidade que, em fins do século XIX, se iniciou a construção da cidade, arquitetonicamente planejada para servir de sede administrativa do Estado de Minas Gerais. Seja como local de chegada dos materiais usados em sua edificação, ou dos milhares de migrantes e trabalhadores utilizados na construção da capital mineira que formaram grande parte de seus primeiros habitantes, a Praça da Estação foi, durante décadas, a principal porta de entrada de Belo Horizonte. Por sua localização singular no território da cidade, na região chamada de Baixo Centro belo-horizontino, a Praça testemunhou não só a formação da capital mineira, como também as sucessivas reconfigurações de seus entornos, no passar dos anos.

Mais do que testemunha, a Praça foi diretamente impactada por tais reconfigurações, particularmente com o progressivo declínio da primazia dos sistemas ferroviários de transportes para a capital mineira, a partir dos anos 1950 (RODRIGUES, 2012; RIVERO, 2015). A acelerada expansão territorial da cidade, ocorrida paralelamente a este processo, também acarretou em significativas mudanças em sua paisagem social: a proliferação de diversos estabelecimentos comerciais, majoritariamente atrelados à zona boêmia do centro da capital mineira, o paulatino abandono dessa região como lugar de morada por estratos economicamente favorecidos de suas classes médias, e a importância adquirida pelas vias rodoviárias de seu entorno para seu sistema de transportes metropolitano, resultaram numa progressiva diversificação dos públicos que a frequentavam cotidianamente (RIVERO, 2015).

Particularmente a partir dos anos 1970, tal diversificação igualmente trouxe consigo uma espécie de pluralização dos usos e funções informalmente atribuídos a seu

espaço pelos habitantes da cidade, no cotidiano. Pela sua configuração, formada por uma esplanada frente à Estação Ferroviária, e por sua localização central na geografia territorial da cidade, o território da Praça historicamente serviu, em diversos momentos, como local de realização de manifestações culturais e políticas de vulto na capital mineira (ALBUQUERQUE, 2013; RIVERO, 2015; GONZAGA, 2017).

IMAGEM 2: Vista aérea da Praça da Estação. Fonte: O Tempo, 3 de mar. 2019/Cristiane Mattos.

Data também desse período a disseminação de um imaginário, que se tornou predominante entre o poder estatal e a imprensa da cidade, acerca da necessidade de “revitalização” da Praça e de seu entorno: o próprio termo utilizado– revitalização – não escondia tanto uma carga profundamente depreciativa no vislumbrar seu espaço, quanto denegava diretamente a legitimidade e a riqueza das formas diversificadas com as quais os habitantes da capital mineira usufruíam de seu território. Veio desta imagem predominante a criação de políticas públicas da institucionalidade local, a partir dos anos 1980, que culminaram no tombamento de seu conjunto arquitetônico, e na elaboração de diversos planos de requalificação e “revitalização” da região aonde se situa a Praça (RODRIGUES, 2012; RIVERO, 2015).

Não raramente confeccionados sem passarem por quaisquer instâncias de participação popular, assim como ignorando os usos cotidianos de seu espaço por seus frequentadores, tais planos majoritariamente previam transformar seus entornos em uma espécie de centro cultural, dotado de diversos equipamentos. Em certo sentido, pode-se

dizer que a conjugação entre tal imaginário, e as políticas públicas para a Praça, eram sintomas localizados de uma espécie de antagonismo estrutural, que forma a relação da institucionalidade para com a cidade: denegava aos habitantes da capital mineira qualquer tipo de autonomia e participação em seus rumos, denegação esta que abrangia o reconhecimento do papel destes na produção de sua vivência cotidiana.

Ainda assim, é também possível considerar que, mesmo de maneira deformada pela institucionalidade, as funções da Praça da Estação, ao longo das últimas duas décadas, são em parte tributárias precisamente dos acúmulos históricos de suas utilizações cotidianas pelos habitantes da cidade. Tão somente ao longo da década de 2010, por exemplo, a esplanada que forma a Praça serviu de local onde foram realizadas as FIFA Fan Fests de Belo Horizonte durante a Copa do Mundo de 2010 – eventos marcados pela concentração de público para assistirem as partidas do torneio, por meio de telões e apresentações culturais –, enquanto que entre 2015 e 2016, seu espaço serviu como ponto de dispersão de diversas manifestações políticas, concernentes ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff – majoritariamente aquelas realizadas em defesa da continuidade de seu mandato. Na atualidade, seu conjunto arquitetônico abriga tanto a Estação Central do Metrô de Belo Horizonte, quanto serve de sede ao Museu de Artes e Ofícios. Pelos seus usos contemporâneos, se depreende que, pela ótica dos poderes estatais, tanto a edificação da estação, como a Praça anexa deteriam duas finalidades: ser local de passagem cotidiana de milhares de usuários dos sistemas de transporte ferroviários e rodoviários municipais e intermunicipais oferecidos em seus entornos; servir como espaço dotado de instalações que propiciam o consumo dos equipamentos e atrações culturais que ali ocorrem.

Particularmente no que tange às funções e atrações culturais que se deram em seu espaço nos últimos anos, cumpre notar uma característica distintiva: tanto o Museu, quanto parcela dos eventos de grande público que abrigou, eram inteiramente geridos ou promovidos pela iniciativa privada local. Esta situação é decorrente da execução, ao longo da década de 2000, de um plano de reforma da Praça, que a dotou de sua configuração atual (GONZAGA, 2009; RIVERO, 2015): uma ampla esplanada de concreto, contando com holofotes e fontes d'água, numa estruturação espacial explicitamente voltada para transformá-la em local de recepção de grandes aglomerações de público. Conforme assevera Elena Rivero (RIVERO, 2015), essa remodelação da Praça da Estação era parte integrante de um abrangente plano de

intervenção e requalificação do Centro de Belo Horizonte pelos poderes estatais, batizado de Centro Vivo:

No nome dado ao programa “Centro Vivo” já podemos perceber que as propostas partem da hipótese do Centro como um espaço sem vitalidade, já nas fundamentações, para os planejadores, revitalizar, dar vida ao espaço, pressupõem uma série de ações e reformas com o objetivo de reverter o processo de “popularização” do Hipercentro de Belo Horizonte e, por “popularização” entende-se uma “área [que] continua viva e diversificada, porém com atividades de caráter mais popular: espaço depreciado e abandonado pelo “capital” mas intensamente apropriado pelo “social” [...]. Essa imagem corresponde com a do público que não frequenta a área e que, como expressa o documento, tem uma imagem de um local inseguro e degradado (RIVERO, 2015, p.83).

O cenário traçado acima acerca do programa Centro Vivo traduz diversas dimensões, a representar um aprofundamento da contradição imersa na forma com a qual institucionalidade local lidava com a cidade.

Primeiramente, cumpre notar que o programa não fazia qualquer questão de camuflar o fato de que as intervenções que propunha sobre a região central de Belo Horizonte eram efetuadas em completa desconsideração para com os públicos que frequentam a área: ao contrário, em sua própria concepção, espelhava precisamente o imaginário depreciativo de setores da cidade que não tinham quaisquer relações cotidianas com esse território. Em segundo lugar, percebe-se igualmente que seu planejamento trazia consigo um aprofundamento contemporâneo da concepção de gestão do território onde a Praça se inseria: incorporando e espelhando a ascensão de princípios neoliberais de administração citadina em Belo Horizonte (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000; HARVEY, 2006), o programa transferia, na prática, a regulação daqueles territórios para a iniciativa privada, assegurando, desse modo, o predomínio de uma visão intrinsecamente mercantilizada desses espaços.

Dialogando com último aspecto, a situação na qual se encontrava a Praça ao longo da década de 2000, a partir das remodelações efetuadas em seu conjunto arquitetônico, adquiriu significação distinta: seu espaço era entrevisto tanto pela Prefeitura, como por setores da cena cultural da cidade ligados ao mercado, enquanto espécie de embrião de formas de gestão de equipamentos públicos, fundadas em parcerias público-privadas (RIVERO, 2015), que deveriam servir de modelo a ser adotado em outras espacialidades similares da capital mineira. Nesse sentido, é precisamente este último fator o que explica não só o início da gestão privada do edifício da Estação Central pelo Museu de Artes e Ofícios nos anos 2000, como

igualmente a progressiva concessão da esplanada da Praça para a realização de grandes eventos privados: associando-se às reiteradas tentativas de retirada de serviços públicos existentes em seu entorno que atendiam as populações periféricas ou de rua que frequentavam essa região da cidade, tal remodelação de suas funções e formas de administração não escondiam sua total despreocupação para com qualquer forma de participação popular nestes processos.

Diante desse panorama, também é importante destacar que todo esse processo institucional de se relacionar com a Praça da Estação, que se iniciou nos anos 1980, não decorreu sem a irrupção de conflitos com seus frequentadores costumeiros: ao longo das últimas décadas, não foram poucos os dispersos, diversos e microscópicos gestos cotidianos de desobediência e resistência que efetuaram, majoritariamente em reação à desagregação da legitimidade de seus usos sobre aquele território, assim como a intensificação de tais conflitos na década de 2000 (GONZAGA, 2009). Até certo ponto, pode-se dizer que o evento testemunhado por Priscila Musa descrito acima se inseria em continuidade direta desses gestos historicamente acumulados de resistência contra hegemônica, dado que dizia respeito à contestação de medidas tomadas pela Prefeitura, referentes aos usos daquele espaço, naquele contexto.

Nesse sentido, o que diferia aquela manifestação perante esse acúmulo anterior se situava em dois elementos: primeiramente, uma politização explicitamente assumida por seus participantes da questão da Praça, seus usos, e os conflitos decorrentes da forma predominante como seu espaço era administrado; em segundo lugar, pela maneira com a qual realizaram aquele protesto, tendo por eixo formas singulares de ocupação contestatória de seu território. A junção desses dois fatores daquele protesto, numa mobilização contínua em Belo Horizonte ao longo dos primeiros meses de 2010, igualmente possibilitou aberturas a todo um conjunto singular de desdobramentos futuros sobre a cena política e cultural da cidade.

Dentre estas aberturas, pode-se dizer que um dos desdobramentos indiretos do que ali ocorreu se deu cerca de três anos após este evento narrado por Musa. Sobre este desdobramento em específico, o relato da estudante Virgínia Woolfe⁵ traz uma descrição particularmente vívida de algumas de suas dimensões:

Eu não lembro muito da primeira reunião: fui com meu amigo, e estava cheiíssimo debaixo do Viaduto Santa Tereza. Foi nos primórdios da APH, e

⁵ Por pedido da entrevistada, será usado esse pseudônimo no lugar de seu nome nesse trabalho.

então não havia uma metodologia bem estabelecida: uma assembleia longuíssima em que trouxeram um caminhão de som com microfone, e cada um podia subir naquele palco que tem ali debaixo do Viaduto e falar o que tivesse pra falar. Não lembro nem se eu fiquei até o final dessa assembleia: tinha trezentas pessoas lá embaixo, uma multiplicidade, e acho que todo mundo lá estava tentando se encontrar também. Ninguém tinha discurso pronto ou sabia o que queria com aquele discurso: pelo que entendi, as pessoas estavam indo lá pra desabafar, se conhecer, e se agrupar nas suas afinidades.

A narrativa de Woolfe dizia respeito à realização de uma espécie de reunião pública, convocada por um conjunto de movimentos sociais e políticos atuantes em Belo Horizonte, em meio aos protestos ocorridos durante as Jornadas de Junho de 2013.

Na perspectiva do que era e como se desenrolou o evento, sua narrativa faz transparecer, de um lado, que parece ter sido intenção de seus proponentes constituírem uma espécie de instância coletiva, de livre interlocução e deliberação, entre os múltiplos sujeitos individuais e coletivos ali presentes. De outro, chama atenção, em suas recordações, a existência de uma atmosfera permeada por uma espécie de radical abertura na própria forma como a reunião transcorreu: ao que parece, a multiplicidade de coletividades ali presentes acabou por agir em sentido de o transformar em lugar de experimentação de formas radicalmente democráticas de participação política.

Sua narrativa dizia respeito a uma das primeiras reuniões da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH), instância de deliberação coletiva, inteiramente forjada no calor dos acontecimentos que se desenvolveram na capital mineira durante junho de 2013. Em certo sentido, o aparecimento desta instância, no contexto surgido em 2013, trazia consigo todo um conjunto de acúmulos, elaborações e ressignificações de formas de se relacionar e contestar a cidade, e suas ordenações dominantes, cujas origens, em parte, se deram três anos antes com as Praias.

IMAGEM 3: Primeira sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, durante as Jornadas de Junho de 2013. Fonte: Assembleia Popular Horizontal.

As primeiras reuniões da APH se deram em meio aos equipamentos públicos existentes embaixo do Viaduto Santa Tereza. À época, a formatação física deste lugar, contando com um palco e uma pequena arquibancada de concreto, o tornava propício para tais reuniões: ademais, era um espaço cotidianamente utilizado pela cena cultural independente da cidade para apresentações variadas, tendo destaque a realização dos Duelos de MC's nas noites de sexta-feira⁶ (RODRIGUES 2015; PERDIGÃO, 2016). Situado à cerca de dois quarteirões da Praça da Estação, e igualmente beneficiado pela concentração de oferta de transportes públicos existente nessa região do Centro de Belo Horizonte, o viaduto parecia ser uma escolha particularmente pertinente para os propósitos destas reuniões.

Ainda que a Praça em si não estivesse em questão nessa mobilização, a escolha de um espaço que se interligava diretamente ao seu conjunto arquitetônico era uma forma de reverberar sua multifacetada importância para a cena contestatória então existente na capital mineira. No período enfocado por esse estudo, pode-se dizer que os eventos ocorridos a partir da existência da APH também tiveram especial relevância tanto para os imediatos desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013 na cidade, quanto no contexto imediatamente posterior à sua existência: se situava igualmente

⁶ O Duelo de MC's é um evento de batalha de rua de MC's de Rap em promoção da cultura Hip-Hop em Belo Horizonte organizado pelo Coletivo Família de Rua. Para saber mais: <https://familiaderua.bandcamp.com/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

enquanto eixo temporal de abertura a todo um conjunto de reverberações particularmente pertinentes para sua cena ativista posterior.

Os eventos narrados por Musa e Woolfe configuram um singular cenário de lutas pela democratização de vários aspectos do funcionamento e do cotidiano de Belo Horizonte e suas espacialidades, que formam precisamente o objeto de recuperação e análise desse capítulo. Para tanto, busca-se ter por foco norteador a seguinte problemática geral: como se formaram e se disseminaram coletividades e concepções contestatórias e potencialmente transformadoras na capital mineira, em contraposição ao histórico predominante institucional de se relacionar com a cidade, nesse contexto recente. Em um segundo plano, essa problemática procura se abrir em responder sobre quais eventos recentes ocorridos na cidade podem ser considerados marcos temporais impulsionadores destes cenários contestatórios, bem como quais as características singulares da atuação dessas coletividades nesses eventos, considerando que um de seus eixos fundamentais seja a elaboração de formas específicas de ocupação contestatória de seus espaços públicos. Por fim, busca-se recuperar precisamente quais desdobramentos se tornaram possíveis a partir destes eventos históricos, considerando que se ligam diretamente com a formação de linhas temporais singulares de contestação contra hegemônica da cidade, e de aspectos de seu cotidiano, que serão abordadas nos capítulos seguintes.

Ao elencar esses dois eventos narrados por Musa e Woolfe como foco deste capítulo, cumpre adiantar que se considera aqui que suas semelhanças se insinuam mais nessa linha temporal histórica comum, e no propiciarem pontos de abertura, do que efetivamente naquilo que concerne ao que neles foi desencadeado especificamente. Nesse sentido, tal afirmação se faz tendo em mente as próprias especificidades das dimensões da abrangência da contestação da capital mineira, e seus ordenamentos, que suscitaram, a partir de suas existências: no caso da Praia, a questão concernente à forma como a Prefeitura lidou com a Praça, e seus usos, acabou por dar ensejo a uma abertura de olhares e vivências comuns potenciais em Belo Horizonte em diversas searas; já no que tange à APH, a própria cidade e sua gestão estava em questão, de uma maneira não diretamente relacionada a algum território em específico, mas sim na plenitude de seu próprio funcionamento cotidiano.

Visando precisamente preservar as distinções efetuadas acima, a partir da problemática geral que orienta esse capítulo, a recuperação e análise a ser efetuada a seguir desses dois eventos se fará por meio tanto do uso das vozes polifônicas de alguns

de seus participantes diretos, quanto da forma como a imprensa local veio a cobri-los. De modo a melhor situar a importância desses eventos, e de suas reverberações para a capital mineira na contemporaneidade, este estudo busca interpretá-los, em suas dimensões de vivência coletiva, sob o prisma de que podem ser enquadrados pela noção aqui proposta de *acontecimentos constituintes*.

Para os propósitos de entendimento dos significados desta noção atribuídos ao termo *acontecimento*, cumpre colocar que o mesmo busca reter uma dimensão de alteração qualitativa das vivências coletivas, propiciadas por estes eventos: situa-os enquanto experiências ativas de constituição de fissuras contestatórias nas dimensões temporais predominantes no ordenamento cotidiano da cidade. Ao menos tendencialmente, tais fissuras igualmente apontariam para a prospecção de possibilidades de transformação da própria vivência cidadina, inteiramente decorrentes das convergências possibilitadas por suas existências. Nessa primeira dimensão de significados, esse trabalho se inspira nas considerações de Manuela Mendonça de Alvarenga (ALVARENGA, 2016) atinente ao termo *acontecimento*, no diálogo que teceu entre os conceitos de momento, de Henri Lefebvre, e de situação, de Guy Debord:

Henri Lefebvre (1968) batizou a revolta de maio de 1968 na França de irrupção e disse que ela se afigurou como um “acontecimento”. O acontecimento, para o autor, é aquilo que frustra as previsões, derruba as estratégias, abala as estruturas que o permitiram existir, reúne o que se dispersava, restitui o movimento do pensamento e da prática e faz aparecer a situação. A situação, de acordo com Debord [...], é o momento do desmoronamento da noção de espetáculo, é a construção de algo a ser vivido de fato por seus construtores. Aproxima-se do sentido da teoria dos “momentos” de Lefebvre. “O papel do ‘público’, de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores, mas, num sentido novo do termo, vivenciadores” (ALVARENGA, 2016, p.80).

Da aproximação tecida pela autora entre estes conceitos, de um lado, importa a esse trabalho reter, sobremaneira, as perspectivas que apontam para a designação de *acontecimento* como instantes de instauração de dimensões ativas de se relacionar com o espaço-tempo citadino. De outro, de que tal dimensão ativa é revestida de características singulares, que também permitem situá-los enquanto instantes de irrupção de linhas diretamente divergentes perante a temporalidade predominante: são em tais linhas que se inserem o aparecimento - e a continuidade - de experiências contestatórias coletivas, tecidas pelos sujeitos aqui investigados sobre espaços públicos de Belo Horizonte, considerando que estes iluminam e questionam diretamente suas

contradições historicamente formadas. Nesse sentido, considera-se aqui que, ao menos como potencialidade, as dinâmicas iniciadas em tais acontecimentos também carregam consigo um caráter intrinsecamente transformador, através dos horizontes efetivamente contra hegemônicos das experiências coletivas de vivência que propiciam da cidade.

Já no que concerne ao termo *constituente*, sua significação busca primordialmente enfatizar o caráter coletivo da elaboração e vivência destes acontecimentos, relacionando seu sentido contestatório ao reforço de possibilidades de vivência comum da cidade. Nesse sentido, a inspiração para os significados conferidos a esse termo nesse trabalho advém diretamente das considerações de Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT; NEGRI, 2002), concernentes ao caráter específico de lutas e movimentos de contestação na contemporaneidade:

Esse paradoxo do isolamento torna muito difícil captar e expressar o novo poder proposto pelas lutas que surgiram. Devíamos ser capazes de reconhecer que, o que as lutas perderam em extensão, duração e comunicabilidade ganharam em intensidade. Deveríamos ser capazes de reconhecer que embora todas essas batalhas se concentrem em suas circunstâncias locais e imediatas, ainda assim elas levantam problemas de relevância supranacional, problemas próprios da nova configuração da regulamentação capitalista imperial. [...] Deveríamos ser capazes de reconhecer que isso não é o aparecimento de um novo ciclo de lutas internacionais, mas, antes, a emergência de uma nova qualidade de movimentos sociais. Deveríamos ser capazes de reconhecer, em outras palavras, as características fundamentalmente novas que essas lutas apresentam, apesar de sua diversidade radical. Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas eliminam a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais - e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma da vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade (HARDT; NEGRI, p.73, 74).

Para os propósitos desse estudo, essa definição de Hardt e Negri tem serventia fundamental para a caracterização do próprio conteúdo político das dinâmicas desencadeadas, a partir desses eventos, pelas coletividades aqui investigadas, considerando a contradição historicamente estabelecida no funcionamento de Belo Horizonte, por conta da relação antagônica tecida pela institucionalidade com a cidade e seus habitantes. Ou seja, diante de um cenário pautado pelo reforço do autoritarismo e da impermeabilidade institucional às demandas de sua população, intrínsecas à concepção neoliberal de cidade incorporada pela Prefeitura contemporaneamente, as dinâmicas surgidas nesses eventos, pela atuação dessas coletividades, podem ser situadas como momentos particularmente inventivos de criação potencial de formas

radicalmente democráticas tanto de poder comum, quanto de uso de suas especialidades públicas.

Será no enquadramento dos acontecimentos analisados a seguir no prisma de entendimento fornecido pelos significados associados a essa noção que este capítulo abordará a problemática de estudo proposta: desse modo, busca-se interliga-los as formas contemporâneas de contestação surgidas em Belo Horizonte, principalmente pela relação que tecem com a cidade, tendo por eixo tanto a ocupação de seus espaços públicos, quanto em que medida se contrapuseram aos ordenamentos predominantes de funcionamento da capital mineira, em seus contextos de aparecimento.

1.2 – JANEIRO DE 2010: “A PRAÇA É DE TUDO E DE TODOS – A PRAÇA É A NOSSA PRAIA!”

No dia 30 de dezembro de 2009, o jornal belo-horizontino O Tempo publicava a seguinte notícia, referente à situação à época da Praça da Estação:

Eventos proibidos na praça da Estação a partir de amanhã

A partir de amanhã, dia 1º de janeiro, a praça da Estação, no centro de Belo Horizonte, está proibida de receber qualquer tipo de evento, como shows e apresentações culturais e religiosas.

De acordo com a prefeitura, o lugar é tombado pelo Patrimônio Histórico do Município e a realização de eventos gera depredações como a danificação da fonte, do granito, do piso e dos jardins, além da sujeira.

Para o integrante do grupo Terceira Margem e membro da Rede de Empreendedores Culturais, Cristiano Pena, a decisão da prefeitura é autoritária. "A classe artística fica sem entender a medida que foi tomada de forma unilateral, sem o diálogo. Avalio isso como uma forma de censura, afinal, a praça é pública e todos temos o direito de utilizá-la", disse Pena.

Shows

Agenda

Só neste ano, a praça da Estação recebeu os shows de Jota Quest, Fernanda Takai,

Nação Zumbi, Maurício Tizumba e o concurso do Arraial de Belô, uma das mais tradicionais festas populares da cidade (TEIXEIRA, 2009).

Em breves linhas, a reportagem anunciava a interdição por tempo indeterminado da Praça para a recepção de “qualquer tipo de evento” pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Procurando ressaltar sua qualidade como espaço normalmente utilizado para apresentações de cunho cultural, o texto da reportagem enfatizava que a restrição

promulgada abrangia principalmente tais atividades. Elencando o conjunto de atrações ocorridas no local ao longo do ano de 2009, como forma de atestar sua importância na cena cultural da cidade de então, também informava que a motivação alegada pela Prefeitura, em certa medida, também abarcava tal dimensão: tratava-se de um patrimônio tombado, que supostamente estaria sendo alvo constante de depredações pelo público que frequentava tais apresentações, além de que as mesmas estariam sendo alvo de reclamação de moradores situados no entorno daquele território. De modo a sublinhar os potenciais impactos da medida no cotidiano da capital mineira, era ouvido um produtor cultural local, que afirmava o caráter arbitrário e autoritário da medida.

É importante notar a ausência de qualquer menção nesta matéria aos ocasionais usos do território da Praça diretamente atinentes à cena política da cidade, relatados no início deste capítulo. Até certo ponto, pode-se dizer que tanto esta ausência, quanto à ênfase dada à relação deste espaço com a vivência cultural local, parece circunscrever uma espécie de separação consagrada referente à sua funcionalidade: se de um lado, a cultura era associada ao cotidiano, e aos ordenamentos predominantes prescritos pelo poder estatal - então reforçado pela ênfase a tal tipo de utilização em sua remodelação nos anos 2000 -, de outro, seu simbolismo político era vislumbrado como dimensão mais afeita ao extraordinário em sua utilização pelos habitantes da cidade. Aparentemente, ao menos à época, tais usos simbólicos da Praça eram entrevistados, acima de tudo, por um prisma pautado por sua mútua dissociação.

Também cumpre destacar outra dissociação, igualmente decorrente daquilo que esta reportagem apresenta como o foco das interdições interpostas pelo decreto da Prefeitura: no caso, trata-se da própria definição do que em seu texto é delimitado como uso cultural da Praça, abrangendo tão-somente grandes eventos, em geral organizados pela iniciativa privada local. Conforme coloca Elena Rivero, no imaginário conferido à Praça da Estação pela imprensa belo-horizontina nas últimas décadas, tornou-se particularmente comum trabalhar com esta delimitação restrita de cultura:

É interessante observar que a “recuperação” da praça para a população” considerada por essas matérias trata-se, na verdade, de uma recuperação “momentânea” do espaço, que dura apenas o tempo do festival. Assim, são apresentadas duas praças: a praça dos eventos, como palco cultural, e a praça em seu cotidiano. Neste sentido, a Praça da Estação, torna-se, durante os eventos, uma outra praça; é uma praça que se transforma, que passa por um momentâneo “travestimento”.

[...] Temos assim dois discursos sobre um mesmo espaço, o da praça como palco de eventos que reforça a ideia de uma nova espacialidade e um novo tempo e que se constrói por oposição ao da praça em seu cotidiano. No dia a

dia, a praça é apresentada em suas dimensões físicas, destacando-se a falta de manutenção do local e o seu caráter “árido” (RIVERO, 2015, p.51).

De suas considerações, pode-se perceber que, à dissociação entre cultura e política quanto à utilização do espaço da Praça, se interpunha também uma segunda separação, atinente aos seus usos culturais: reduzindo sua associação nesse tema aos eventos de grande porte, este imaginário relegava a um cotidiano, delineado por uma leitura profundamente depreciativa, as manifestações culturais informais populares que ali eventualmente se davam. No limite, pode-se dizer que a leitura decorrente desse imaginário predominante acarretava na invisibilidade completa das relações cotidianamente tecida pelos habitantes da cidade com a Praça: foi por meio precisamente de leituras eivadas por essas dissociações de termos, e as opacidades delas decorrentes, que a imprensa local noticiava os impactos do decreto da Prefeitura.

Em certo sentido, o próprio teor do decreto, promulgado no dia 9 de dezembro de 2009 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, era emblemático da postura da institucionalidade decorrente desse imaginário predominante. Em seu texto, lia-se:

DECRETO Nº 13.798, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei Orgânica Municipal, considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte, decreta:

Art. 1º Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2009

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte (DIÁRIO OFICIAL DO MUNÍCIO DE BELO HORIZONTE, 2009)

No reforço desse imaginário, o texto redigido para delimitar e justificar a existência do decreto era, em si mesmo, indicativo das relações entre poder estatal e cidade, que vieram a caracterizar a administração Lacerda ao longo do tempo.

Nesse ínterim, chama atenção a forma com a qual sua gestão atualizava as tendências historicamente predominantes em Belo Horizonte de autoritarismo institucional, a partir desse decreto. Primeiramente, cumpre notar que, além de optar

pela medida drástica de interditar a Praça, este decreto foi expedido sem passar por qualquer instância institucional, consultiva ou deliberativa, existente na cidade. Em segundo lugar, destaca-se que o motivo alegado para a interdição dizia respeito diretamente ao que seriam aspectos negativos do uso autônomo e cotidiano da Praça pelos habitantes da cidade: para a Prefeitura, havia uma associação imediata entre tais usos e a depredação de seu espaço que justificava sua medida. Em si, o decreto, sua justificativa e aquilo que estipulava eram, portanto, formas diretas de expressão do antagonismo imerso na concepção que embasava a relação da institucionalidade com a cidade e seu cotidiano: reforçava sua recusa em reconhecer que o funcionamento da capital mineira detinha a participação, e a produção popular de vivências de seus espaços públicos, como um de seus componentes intrínsecos. Nesta recusa, a existência de tais vivências parecia ser entrevista de uma perspectiva de obstáculo a ser superado: a persistência de tais usos limitava diretamente o objetivo de transferência da administração daquele espaço para a iniciativa privada, assim como sua transfiguração enquanto território configurado pela ótica de sua exploração exclusivamente mercantil.

Por fim, cumpre notar que o hiato temporal de quase um mês, entre a promulgação do decreto e a reportagem que noticiava seus efeitos, aparentava ser indicativo de que, salvo entre nichos bastante específicos, a medida da Prefeitura havia passado praticamente despercebida pela maior parte da população belo-horizontina. Em todos os casos, a notícia concernente à Praça não era a única que nesse contexto tinha objeto a cidade, e a forma com a qual seus habitantes e o poder estatal local se relacionavam com ela. Por volta de fins de janeiro de 2010, a imprensa belo-horizontina também repercutia matérias acerca de uma campanha publicitária da iniciativa privada local em parceria com os poderes estatais, concernente à imagem da capital mineira. Numa destas reportagens, lia-se:

Belo-horizontino é convocado a provar seu amor pela cidade

Divulgar Belo Horizonte e estimular a população a cuidar melhor da cidade são os objetivos da campanha "Eu amo BH radicalmente e provo" da fundação BH Convention & Visitors Bureau (BHC&VB). Criada em 2006, a novidade neste ano é o convite para os belo-horizontinos provarem o amor pela capital por meio de ações de cidadania e preservação da cidade.

A campanha, que já começou a ser veiculada em TV e rádio, terá o lançamento oficial no próximo dia 4 de fevereiro, com um show no Chevroliet Hall com o DJ Cateb, a banda Tianastácia e o cantor sertanejo Eduardo Costa.

A campanha tem apoio da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e do Ministério do Turismo e a participação de ilustres belo-horizontinos. Um

dos personagens da campanha é o vocalista Podé, do grupo Tianastácia. "BH é a melhor cidade para se morar", afirma o músico.

O presidente da BHC&VB, Noronha Filho, explica a iniciativa também como uma maneira de preparar a capital para a chegada de turistas durante a Copa do Mundo de 2012. "Quem chega de fora vê que a própria população tem amor pela cidade e começa a gostar daqui também", afirma.

A organização do evento está sorteando ingressos para o show. Basta acessar: www.euamobhradicalmenteeprovo.com.br (RAMOS, 2010).

Voltada para a promoção da capital mineira e de seus atrativos para turistas tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014, a campanha acima se objetivava a estimular em sua população demonstrações de cidadania e preservação do que seriam seus patrimônios.

Em si, essa campanha desvelava o grau aprofundado de relações entre poder estatal e iniciativa privada na regulação do cotidiano da capital mineira. No caso, tal relação se manifestava pela própria intermediação de entes privados na confecção e promoção da imagem desejável de Belo Horizonte para fins comerciais: a campanha se encontrava longe seja de contemplar a autoprodução dessa imagem por sua população no cotidiano da cidade, seja de ao menos construir canais em que suas opiniões fossem levadas em conta. Ao contrário, evidenciava uma espécie de privilégio informalmente concedido à iniciativa privada local para a delimitação daquilo que, em seu território, pudesse ser considerado atrativo e passível de divulgação não a seus habitantes, mas sim ao fluxo potencial de turistas que iriam se dirigir à capital mineira durante os megaeventos que sediaria posteriormente. Por aquilo que pretendia, pode-se dizer que essa campanha buscava mais um mapeamento de locais com potencial de exploração econômica pela via do consumo do que efetivamente valorizar os simbolismos, não de todo mercantilizados, atribuídos historicamente à cidade por seus habitantes. Em certo sentido, portanto, essa campanha era sintomática precisamente da forma com a qual, através da delegação progressiva de parcelas de regulação da cidade à iniciativa privada, se atualizava na cidade a interdição ao reconhecimento de sua população como interlocutora diretamente interessada em seus rumos: considerando sua relação para com a futura realização de megaeventos tendo Belo Horizonte como uma de suas sedes, sua existência era sintomática enquanto prenúncio da intensificação dessa dimensão de antagonismo perante os interesses de seus habitantes.

Cerca de dez dias antes, um pequeno conjunto de cidadãos, certamente não "convocados" ou influenciados por esta campanha, conduziu sua própria versão de "Eu

amo BH radicalmente e provo”. Sobre o que conduziram, uma notícia publicada pelo jornal O Tempo em 16 de janeiro de 2010 dava um registro sucinto:

Grupo protesta contra proibição de eventos na Praça da Estação, em BH

Um grupo de pelo menos 50 pessoas se reuniu na manhã deste sábado (16) na Praça da Estação, em Belo Horizonte, para protestar contra a proibição da realização de eventos naquele espaço. A decisão, assinada pelo prefeito Márcio Lacerda, foi publicada no dia 10 de dezembro do ano passado no Diário Oficial do Município (DOM) e diz que eventos de qualquer natureza estão proibidas na Praça desde o 1º de janeiro deste ano.

Na época, a proibição pegou de surpresa os moradores, frequentadores e promotores de eventos da capital. De forma bem-humorada, o grupo usou o local como uma praia, com direito a biquini, guarda-sol e toalha estendida no chão.

De acordo com a Polícia Militar e a BHTrans, não houve tumulto no local (COSTA, 2010).

A reportagem informava sobre a realização daquela que foi a primeira Praia da Estação da história de Belo Horizonte.

Sinteticamente, destacava-se a dimensão “bem-humorada” dessa manifestação, que teria transformado o vão da Praça em uma espécie momentânea e inusitada de praia por parte dos manifestantes. De certo modo, pode-se dizer que o que ali transcorreu era, à sua maneira, uma “ação de cidadania e preservação da cidade”: aparentemente, bastou a esse pequeno conjunto de cidadãos o decreto municipal proibindo “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação para materializarem um protesto em favor dos usos autônomos daquele espaço pelos habitantes locais. Diante das concepções então predominantes da institucionalidade local de se relacionar com a cidade, talvez o primeiro aspecto a se notar se encontrava na radicalidade daquilo que negavam, na prática: recusavam concretamente a legitimidade tanto da municipalidade em interditar aquele espaço a seus habitantes, quanto quaisquer perspectivas de restrição e exploração de seus usos unicamente pelas forças de mercado. Ao irromperem em conflito direto com essas duas dinâmicas, iluminavam a própria contradição que as unificava mediante aquele decreto: a concretude de um ideário de uma cidade cujos habitantes não tivessem qualquer papel a desempenhar na elaboração de suas condições de acesso e vivência cotidiana. Também é importante ressaltar um ponto que marcou a cobertura da imprensa belo-horizontina ao longo das primeiras Praias da Estação, decorridas durante o verão de 2010: afóra a ênfase no inusitado daquele protesto, tais reportagens praticamente nada diziam sobre a confluência de encontros e mútuos reconhecimentos de diversas

coletividades a partir de sua existência, que marcariam essa movimentação enquanto *acontecimento constituinte*.

No contexto estudado, pode-se dizer que o que originou tal confluência se encontrava numa proposta de protesto, inicialmente disparada por meios virtuais, intitulada de Vá de Branco. De acordo com o antropólogo e produtor cultural Rafael Barros, a primeira manifestação concernente à polêmica da Praça se formou a partir de

um e-mail com o link dum blog - Vá de Branco - em dezembro: estava compartilhando a publicação do decreto, denunciando a arbitrariedade do ato do prefeito e convocando um ato pra Praça dia 7 de janeiro, com o objetivo de se posicionar e pensar numa forma de construção de resistência coletiva ao decreto.

Eu não lembro quem mandou esse e-mail: lembro que recebi o e-mail.

[...] Nós éramos, sei lá, umas trinta pessoas, no máximo - tipo, não foi ninguém: aquele povo lá, um e-mail que ninguém sabe quem mandou, um blog que ninguém sabe quem inventou. A gente fez uma roda, deu um abraço simbólico na Praça e sentamos pra discutir o que podia fazer.

O Paulo Rocha, do Conjunto Vazio⁷, estava; o Dedé, porque tinha uma galera do Ystilingue⁸. A gente encontrou com umas figuras lá que tinham ido: Bizoca, com uma moçada do Instituto Helena Greco⁹ - os meninos do COMPA¹⁰, estavam o Peá, o Thomaz, Luiz, Sávio Leite, Arthur Senra -, Bruno Vieira, se eu não me engano, que era da Comunicação - o Bruno, jornalista negro. Eu não lembro se Fidélis estava nesse dia já. Tinha uns meninos, num sei se era da UBES¹¹, da AMES¹². Acho que Ed já foi nesse

⁷ O Conjunto Vazio é um coletivo artístico-político belo-horizontino de influência situacionista e autonomista. Em seu site, o mesmo se descreve enquanto “um coletivo anticapitalista e não hierárquico/horizontal de anti-arte, intervenção urbana, performance, negação prática, masturbação teórica e experimentos de estratégias para charlatanismo crítico.” Para saber mais: <https://conjuntovazio.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 22 de dez. 2018.

⁸ O Ystilingue era um espaço de sociabilidade e encontro gerido por anarquistas e autonomistas pertencentes à cena ativista belo-horizontina que funcionava numa sobreloja da galeria comercial do Conjunto Arcângelo Maletta, situado na região central de Belo Horizonte. Funcionou entre a segunda metade da década de 2000 e primeira metade da década seguinte.

⁹ O Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania é um espaço que se auto-intitula enquanto “autogestionário, autônomo, livre e independente.” Concentra sua atuação tanto na defesa da memória dos mortos e desaparecidos da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 quanto na confecção de reuniões abertas e formação de grupos de estudos atinentes em temáticas voltadas para diversas correntes de pensamento das esquerdas. Para saber mais: <https://institutohelenagreco.blogspot.com/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

¹⁰ O Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA) é uma organização anarquista atuante na região metropolitana de Belo Horizonte fundada no ano de 2012. Afora a confecção de reuniões abertas, grupos de estudos e eventos voltados à disseminação do anarquismo em Belo Horizonte, seus militantes atuam em diversos movimentos sociais existentes na capital mineira. Na referência acima de Barros à organização, o mesmo faz menção a integrantes e ex-integrantes que vieram a fundar o coletivo em momento posterior aos acontecimentos que narra. Para saber mais: <https://compa.noblogs.org/quem-somos/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

¹¹ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é uma organização estudantil fundada em 1948 cujo principal foco de atuação se concentra na representação nacional de demandas e interesses dos estudantes de Ensino Médio. Para saber mais: <https://ubes.org.br/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

¹² A Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES-BH) é uma organização estudantil que busca representar os estudantes de Ensino Médio de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana. Quando da realização desta pesquisa, seu site se encontrava desativado, restando apenas a página da organização na rede social Facebook. Para saber mais: <https://www.facebook.com/AmesBH/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

dia também: o Ed Marte, que não chamava Ed Marte - posso te contar, o nome Ed Marte surge na Praia, eu que dei o nome pra Ed. Não sei se Erikinha já estava nesse dia, acho que o Igor também estava nesse dia. A gente sentou e falou:

- Então, o que é que nos vamos fazer?

A narrativa de Barros sobre este protesto simbólico, ocorrido no início de janeiro de 2010, discorre detalhadamente sobre como ali se formou um mosaico de confluências de grande importância para o entendimento das dinâmicas desencadeadas pelas Praias.

Numa primeira dimensão, chama atenção o próprio caráter anônimo e apócrifo de sua convocação por meios virtuais: até então, sabia-se do decreto e de que o mesmo gerara repercussão restrita na cidade, e parece ter sido intenção de quem o propôs, com o uso do anonimato, conferir um caráter eminentemente coletivo para o ato simbólico Vá de Branco. Um segundo plano dizia respeito aos próprios participantes mencionados por Barros: a manifestação acabou por interconectar, ainda que de maneira incipiente, integrantes de diversas cenas então existentes em Belo Horizonte, indo daqueles inseridos nas movimentações culturais a aqueles com experiências em movimentos sociais e no ativismo autonomista local.

IMAGEM 4: Flyer virtual do ato de protesto Vá de Branco. Fonte: Blog Vá de Branco.

Do que se depreende tanto da leitura da bibliografia que estudou a Praia da Estação (OLIVEIRA, 2012; ALBUQUERQUE, 2013; MELO, 2014; GONZAGA, 2017) quanto dos registros coletados para esta pesquisa, o que havia em comum entre essas distintas coletividades se situava em dois pontos de convergência: a presença de uma espécie de experiência associativa prévia, sob a forma de coletivos mais ou menos informais; iniciativas que estas coletividades produziram, tendo por eixo o uso da espacialidade pública de ruas e praças de Belo Horizonte, num contexto anterior à este protesto simbólico. Entre aqueles pertencentes à cena cultural da cidade, a engenheira e produtora cultural Janaína Macruz traz recordações pertinentes para sua caracterização:

Nesse mesmo ano de 2008, os meninos do Cinza, da MONO¹³ – esqueci o nome das outras bandas –, se juntaram pra fazer um festival de rock. O Arthemius trabalhava na Prefeitura, na Fundação¹⁴ na época, e a gente fez uma reunião geral de várias bandas pra fazer um festival de rock na rua. Foi na Praça Floriano Peixoto¹⁵, nem era reformada ainda: era uma praça super abandonada, inclusive. A gente conseguiu palco e som com a Prefeitura, e criou-se essa rede: foram doze bandas independentes de rock lá. Fizemos esse festival mais dois anos – um foi na Savassi -: aí teve um ano que ficou meio parado.

Antes o Outro Rock era um festival: a partir desse ponto, desse ataque público ao Transmissor, sem pensar muito, a gente virou um movimento. Foi muito legal esse processo: a gente começou a reunir toda segunda-feira! A TV Queijo Elétrico - super forte na época -, entrou, porque não era só um movimento de banda: era um movimento da cena da música, e a TV Queijo Elétrico¹⁶ era muito importante pras bandas autorais. Começou a reunir e discutir várias coisas: foi um momento muito bonito, pra gente se politizar também, pra discutir várias políticas públicas da música.

A narrativa de Macruz se refere diretamente a experiências associativas pessoais pregressas anteriormente à eclosão das Praias. Do que ela coloca, pode-se dizer que, desde a segunda metade da década de 2000, ao menos parte da cena cultural de Belo Horizonte já se estruturava em formas associativas, para finalidades relacionadas à promoção de apresentações, gravações e divulgação, particularmente nos setores relativos à música autoral independente. Ao menos de maneira indireta, sua fala também permite situar que tais associações atuavam em um sentido politizado, principalmente no que tange a demandas concernentes às políticas públicas culturais locais.

¹³ Cinza e MONO eram bandas da cena de rock independente de Belo Horizonte.

¹⁴ Trata-se da Fundação Municipal de Cultura: criada em 2008 durante a administração de Fernando Pimentel, sua existência tinha por objetivo substituir a existência de uma Secretaria Municipal de Cultura.

¹⁵ Trata-se da Praça Floriano Peixoto, situada no bairro de Santa Efigência, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A existência de um coreto na Praça era aproveitada para a realização de festivais musicais à época dos acontecimentos narrados por Macruz.

¹⁶ A TV Queijo Elétrico era um coletivo voltado à divulgação audiovisual e virtual da cena cultural independente belo-horizontina entre fins da década de 2000 e início da década de 2010. Para saber mais: <https://blogqueijoeletrico.wordpress.com/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

A menção à confecção de apresentações de rua a partir desse período, por meio de iniciativas como festivais de rock, possibilita situar não só uma experiência prévia de territorialização de usos da cidade para tais fins, como igualmente referenciar seu interesse na questão da Praça: para estes, havia o temor de que a Prefeitura interpusse medidas similares em outros espaços públicos que eram utilizados para tais apresentações. Ainda que a própria Macruz não estivesse presente quando a manifestação Vá de Branco decorreu, o fato de à época Rafael Barros ser produtor de uma banda inserida nesse nicho permite dizer que esse conjunto de experiências também se fazia representar na Praça de Estação, no dia 7 de janeiro de 2010.

Outra espécie de coletividade ligada à cena cultural da cidade que se inseriu não diretamente em Vá de Branco, mas a partir da existência das Praias, situava suas origens no carnaval de 2009: integrantes de então incipientes blocos carnavalescos, que desfilaram nas ruas de Belo Horizonte no feriado daquele ano. Sobre a experiência destes blocos em 2009, as recordações do historiador e professor Augusto Borges sobre o cortejo de um deles - o Bloco Tico Tico Serra Copo¹⁷ – igualmente trazem elementos pertinentes para a caracterização dessa coletividade:

O Tico Tico, em 2009, é curioso também - tem uns vídeos na internet, é muito engraçado, porque é uma descoberta mesmo, em todos os níveis -: estava falando de conhecer melhor a cidade, fazia parte dessa revisão do papel como músico, como atuante na cena pública, cultural da cidade, também com o sentido do que tocar. O primeiro carnaval eu fui com um banjo, que tenho até hoje: tocando um banjo, que vinha um pouco dessa referência minha - a nossa banda tocava uma coisa meio country, meio folk -, e existe o banjo no samba também, com a mesma afinação. Fui com um banjo num território¹⁸: foi o que eu encontrei de interseção entre esses dois mundos. Tem alguns vídeos muito engraçados da gente cantando - todo carnaval é um pouco isso -, tirando do fundo da memória as letras, as músicas, tentando fazer aquilo funcionar, ainda descobrindo como tocava as coisas.

[...] Eu lembro muito do primeiro momento desses blocos: a tentativa era de diálogo, a gente saiu na rua tentando conversar com as pessoas que estavam nas janelas, e isso desde então é um exercício - esse é um território aonde a gente caminha desde então em Belo Horizonte. Eu não tenho uma formação, e o que aprendi [...], aprendi fazendo na rua: aprendi na lida, aprendi nesse improviso, nesse diálogo, um reconhecimento.

[...] É uma história que a princípio desenrolou nesse contexto: chamei algumas pessoas, vizinhos, amigos que trabalhava ali e tal, ativei uma redezinha assim de músicos.

¹⁷ Tico Tico Serra Copo foi um dos primeiros blocos fundados em Belo Horizonte no período de retomada recente de seu carnaval de rua. Caracteriza-se por sua perspectiva itinerante quanto a locais de realização de seus cortejos ao longo dos anos de sua existência.

¹⁸ Durante o carnaval de 2009, o cortejo do Bloco Tico Tico Serra Copo fez um percurso abrangendo ruas e avenidas dos bairros da Serra e de Funcionários, situados na região centro-sul de Belo Horizonte.

O relato de Borges delineia, num primeiro plano, a perspectiva de que o “experimento” ocorrido naquele domingo de carnaval de 2009 teria sido acima de tudo fruto da disposição informal, de um agrupamento de amigos, de passarem aquele feriado nas então esvaziadas ruas de Belo Horizonte. A improvisação desse desfile igualmente se espalhava na maneira pela qual se formou a banda do bloco: a partir de conhecidos que por ventura tocassem quaisquer instrumentos musicais, em meio a tentativas de recordação de letras de canções carnavalescas tradicionais que os presentes provavelmente conheciam, bem como em investidas de transplantar aspectos acumulados em experiências pessoais em carnavais anteriores, passados em outras localidades.

Também se depreende das experiências relatadas por Borges que a ida à rua desses blocos, naquele carnaval, se deu a partir de uma tentativa quase involuntária de confecção de diálogos e reconhecimentos dos habitantes e dos territórios urbanos, que então lhes serviram de plateia e palco. Em certo sentido, pode-se dizer que, mesmo em um caráter então profundamente incipiente, o pequeno conjunto de indivíduos que participou desses desfiles e se fez presente nas Praias também trazia consigo um arcabouço de experiência coletiva de uso alternativo das ruas de Belo Horizonte, marcadamente em uma dimensão lúdica.

Ainda no que tange às coletividades presentes em Vá de Branco recordados por Barros, além de representantes de movimentos sociais atuantes em outras demandas na capital mineira, também se encontravam aqueles mais intimamente ligados à cena delineada pelo ativismo de corte anarquista e autonomista, que floresceu na cidade ao longo da década de 2000. Segundo Igor Oliveira (OLIVEIRA, 2012), esse conjunto específico de coletividades se formou e atuou na cena local desde fins da década de 1990: tratava-se de uma geração de jovens ativistas, profundamente influenciados pela confluência de movimentos contestatórios reunidos na atuação da Ação Global dos Povos (AGP), naquele contexto (VINÍCIUS, 2014).

Além do acúmulo e disseminação entre participantes da cena autonomista local de todo um conjunto de conteúdos direta ou indiretamente produzido pelas movimentações da AGP, essa geração igualmente teve como um de seus eixos a formação de encontros de intercâmbios de experiência militante, contando com ativistas de outras partes do país e do mundo. Dentre esses encontros, um detém particular importância para os propósitos deste estudo: o Carnaval Revolução. No texto de apresentação da edição de 2006 desse encontro, lia-se:

Sai o samba, o desfile e a cerveja; entra a antiarte, a música eletrônica e o veganismo. Sai o folião e entra a revolução. Mas algo se conserva entre a festa tradicional e a revolução: o espírito coletivo e a liberdade de expressão. Se hoje não é mais, ao menos em sua origem o carnaval é uma festa do povo para o povo. A sua versão revolucionária procura ser aberta também: uma construção coletiva e autogerida. O grito de carnaval é libertário.

[...] O tradicional bloco do CR que ia às ruas no último dia do evento não sairá este ano. Os confrontos com a polícia e a avacalhão (afinal, era mais uma manifestação política do que grupo carnavalesco) por parte de alguns integrantes distorciam o objetivo e a imagem da organização. Identificar quem está lá realmente pela causa é um dos maiores desafios para os organizadores (CARNAVAL REVOLUÇÃO, 2006).

Espécie de encontro anual de ativistas autonomistas que ocorreram majoritariamente na capital mineira a partir de 2002, o Carnaval Revolução tinha como um de seus principais eixos a construção de espaços de debate e intercâmbio de experiências nas mais variadas searas. Conforme colocado na descrição acima, o encontro eventualmente contou, até mesmo, com uma espécie de bloco carnavalesco que saía pelas ruas belo-horizontinas: aparentemente, era uma mescla singular de desfile lúdico e protesto político, concernente às pautas em voga em cada um dos encontros em que o mesmo existiu (OLIVEIRA, 2012; VINÍCIUS, 2014).

Outra dimensão particularmente importante referente ao Carnaval Revolução, e à realização de seu bloco carnavalesco de protesto, se encontra naquilo que impulsionaram na cena autonomista da cidade. No caso, teriam inspirado uma ênfase radical de atuação de integrantes dessa cena em sentido da confecção de variadas modalidades de intervenção urbana na capital mineira, particularmente a partir da segunda metade da década de 2000. De acordo com Oliveira, teria sido a partir desse período que surgiu dessa cena um conjunto de coletivos voltados a intervenções político-estéticas de rua: espécies efêmeras de happenings como shows-relâmpagos de bandas de rock em rotatórias, assim como festividades mensais em espacialidades da região central de Belo Horizonte, caso dos Domingo Nove-e-Meia, que ocorreram embaixo do Viaduto Santa Tereza entre 2007 e 2009. Dessas experiências de intervenção de rua em sentido político-estético, também importa notar que um de seus traços distintivos se dava a partir de dimensões performáticas, inteiramente voltadas a usos de espaços públicos em sentido de contestação, pela prática, de suas finalidades e funções cotidianas.

Mesmo que de maneira não necessariamente intencional, o decreto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte concernente à Praça da Estação de dezembro de 2009

acabou por dar ensejo à interconexão entre as coletividades acima, seja a partir de Vá de Branco, seja principalmente com o início da movimentação das próprias Praias. Nesse sentido, para os propósitos desta narrativa, tais interconexões conferem uma primeira singularidade ao enquadramento das Praias enquanto *acontecimento constituinte*: terem sido ocasiões de reunião de coletividades inseridas em distintas searas do cotidiano da cidade, que atuaram conjuntamente, num primeiro momento, na própria polêmica referente à Praça.

Num delineamento geral, pode-se igualmente dizer que esta primeira singularização de enquadramento das Praias, e a dimensão contestatória que ali se encontrava em formação a partir da manifestação Vá de Branco, intensificaram uma radicalização direta da própria experiência de cidade por parte destas coletividades. Ou seja, considera-se aqui que tanto essa característica de reunião desses eventos, quanto a seus desdobramentos no contexto de início da década de 2010 da capital mineira, também possuem pontos de interconexão que podem ser aproximados a aquilo que o filósofo francês Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1999; LEFEBVRE, 2001) denomina como vivência coletiva do urbano.

Para Lefebvre, o urbano seria um conjunto de tendências potenciais, inerentes à contestação das dimensões dominantes da vivência cidadina, no sentido de transformá-las em efetivas experiências democráticas comuns. Em suas reflexões, o urbano seria descrito enquanto espécie de

forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a *simultaneidade*. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive. Trata-se de uma abstração, mas, ao contrário de uma entidade metafísica, trata-se de uma abstração concreta, vinculada à prática. O urbano é *cumulativo* de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

Para o filósofo francês, o que singularizaria o urbano perante outras formas societárias de vivência e inteligibilidade de mundo se encontraria precisamente em seu caráter agregador, forjado a partir do uso comum da espacialidade cidadina. Ou seja, em usos fundamentados pela criação e expansão da simultaneidade de usos, propiciados pelo encontro de diferentes coletividades e perspectivas socialmente constituídas em seu território, situadas enquanto atributos específicos de mútuo convívio democrático.

No que tange à relação com a cidade decorrente do urbano, importa igualmente destacar outra característica que lhe seria intrínseca: o aspecto tanto auto instituído e momentâneo de centralidade conferido aos espaços, quanto sua dimensão mútua de concentração e dispersão das diferenças ali reunidas. Nesse sentido, o urbano seria menos um atributo específico, conferido arbitrariamente a um lugar, e mais a forma com a qual um espaço seria qualitativamente transformado por vivências comuns socialmente instauradas nos mesmos, em perspectivas polissêmicas e inventivas de uso:

Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é e será concentrado e poli(multi)cêntrico. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções súbitas. O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram—e diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas (LEFEBVRE, 1999, p.46).

Tendo em vista tais considerações, cumpre destacar o que aproxima aqui as reflexões de Lefebvre com a experiência qualitativa das Praias enquanto *acontecimento constituinte*, a partir de dois âmbitos: seu caráter reunidor de diversas coletividades, dotadas de experiência e interesses em intervirem conjuntamente em sentido contestatório sobre um território da cidade, conforme visto anteriormente; a condição de centralidade adquirida pela espacialidade da Praça da Estação no contexto aqui narrado, decorrente da medida promulgada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Nessa segunda acepção, importa notar, portanto, que independentemente da própria centralidade geográfica da Praça no território da capital mineira, o que torna seu espaço tanto um centro, quanto a contestação que lhe dizia respeito, no contexto estudado, um *acontecimento constituinte*, se encontra fundamentalmente nas vivências, relações e desdobramentos ali tecidos, a partir da polêmica surgida quanto à interdição de seus usos. Ou seja, trata-se aqui de enfatizar, de um lado, em que medida a contestação ali elaborada nesse contexto se contrapunha à contradição existente na cidade, que se desvelou a partir da existência desse decreto; de outro, de realçar que o conflito ali instaurado portava apontamentos potencialmente transformadores, em sentido de democratização da vivência da capital mineira e de seus espaços públicos.

Tendo em vista tais considerações, cumpre aqui enfocar uma última dimensão atinente ao ato simbólico Vá de Branco narrado por Barros, referente aos seus

desdobramentos mais imediatos. No caso, trata-se da atmosfera de imprevisibilidade sobre o próprio caráter do que ocorreria nessa manifestação que, aparentemente, envolvia seus participantes: tal circunstância permitiu transformá-la em momento não somente de reunião de distintas coletividades diversamente interessadas na questão envolvendo a Praça da Estação, mas, também, num foro instaurador de uma mútua interlocução sobre as próprias perspectivas futuras de politizá-la em sentido contestatório. De acordo com Barros, tal dimensão de interlocução, possibilitando a continuidade da contestação, se deu por meio da formação de uma rede virtual informal, inteiramente dedicada a debater o assunto:

Tai o decreto, ninguém sabe quem puxou, o que vai fazer. Nós criamos um grupo de e-mails da Praça - Praça Livre - pra se comunicar e planejar as coisas. Não sei se já nesse primeiro dia - acho que não -, a gente criou a sugestão de criação do blog da Praça Livre¹⁹. Começamos a pensar num ato manifesto: no grupo de e-mail, o Paulinho joga a ideia de fazer um ato performance, de ir vestido de sunga, biquíni, caixa de isopor, etc. e tal. - rolou uma adesão geral. Foram onze dias, passou-se mais de uma semana - a gente ficou nesse processo de discussão no e-mail.

Ainda que brevemente, o relato de Barros situa de maneira precisa a importância dessa instância nos eventos imediatamente seguintes referentes àquela contestação. Para os propósitos desta narrativa, pode-se dizer que essa instância de discussão entre as coletividades envolvidas na polêmica da Praça - e sua permanência após a primeira Praia da Estação - singularizava essa mobilização enquanto *acontecimento constituinte* sob outra dimensão: a da criação de um ambiente de interação, para fins de elaboração das formas de atuação contestatória conjunta, nas circunstâncias ali dadas, de importância para sua continuidade entre janeiro e fevereiro de 2010.

Nos diálogos ali travados, ao que parece, surgiu a ideia de contestar pela prática a medida da municipalidade, por meio de um protesto focado num uso performático inteiramente inusitado da Praça: ou seja, transformar este espaço situado a cerca de 450 quilômetros de distância do ponto mais próximo do litoral brasileiro numa Praia. Numa performance em que se esperava que seus participantes usassem sungas e biquínis, bem como levassem caixas de isopor contendo cerveja ou farofa, cadeiras, guarda-sóis, petecas e raquetes e bolas de frescobol e de futebol, surgia uma insólita forma de

¹⁹ Ainda que inativo desde 2011, o blog ainda se encontra disponível para consulta na internet. Seu endereço é: <https://pracalivrebh.wordpress.com/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

protestar e usufruir do território da Praça da Estação, inteiramente perpassada pela politização lúdica como instrumento de contestação do decreto da Prefeitura.

Conforme ressaltam as recordações de Augusto Borges, ao menos num primeiro momento, foi precisamente essa imbricação entre lúdico e político, imersa nessa performance de protesto, a característica mais marcante deixada em seus participantes:

Chegamos lá na Praia meio sem saber o que era aquilo, o que aquilo ia dar, e aí o prefeito manda desligar as fontes - parece que existiu essa ordem de que não se ligasse as fontes. O Rafa era produtor do Graveola, então ele tinha umas sacadas - tinha uma produção absolutamente autoral, artística, era muito propositivo -: aquele calor desgraçado, a gente deitado ali, e aí vem essa ideia do caminhão-pipa, aquela solução bastante interiorana também. Tomar banho de mangueira era infantil, um pouco lúdico: uma palavra que a gente tinha muito, da ludicidade daquilo, de brincar também muito. E eu lembro perfeitamente da sensação - outro dia me veio isso, essa sensação eventualmente retorna - daquele calor infernal: a gente morrendo de calor no Centro da cidade. Era meio-dia, acho que se ligava a fonte dez, onze horas, e o prefeito mandou desligar, pra gente sair de lá - já sabia que era um movimento de oposição ao decreto -: queria matar aquilo na origem. Aí chegou o caminhão-pipa, e jogou água: tenho até hoje a sensação da emoção disso, quase que uma infância mesmo, no meio daquele concreto. A gente já ali com questões tão complicadas, de repente tem aquele frescor, aquela infância quase, uma sensação muito forte.

Seu relato permite vislumbrar de maneira nítida algumas das aberturas propiciadas pela faceta lúdica incorporada às Praias enquanto mobilização política contestatória.

Primeiramente, nota-se que tal dimensão inspirou diretamente uma espécie de diversificação de posturas possíveis pelos seus participantes durante seu transcorrer: à simulação de uma praia, decorrente do próprio vestuário utilizado, se conjugava uma dramatização daquele convívio diretamente atinente àquela proposta performática, por meio da efêmera transformação do espaço da Praça da Estação em lugar propício à descontração e ao brincar. Aparentemente, tal fator era revestido pela criação de uma efêmera área de indistinção quanto às posturas comumente associadas ao gesto político de protesto: à seriedade da questão levantada pela polêmica da Praça, era incorporado o festivo como arcabouço contestatório de contraposição. Em segundo lugar, nota-se que a própria atmosfera de imprevisibilidade, que permeava a materialização da proposta enquanto performance – ou seja, se e como ela iria transcorrer -, acabou por incentivar a própria inventividade entre seus participantes, tornando-se um dos componentes intrínsecos àquela mobilização, num primeiro momento.

IMAGEM 5: Primeira Praia da Estação, 2010. Fonte: Tamás Bodolay.

A partir de seu relato, pode-se dizer que a própria ideia de materializar um protesto fundamentado em tais características singulares, próprias ao performático, também trazia consigo uma radical abertura dos próprios âmbitos de práticas contestatórias ali encetadas. De um lado, percebe-se que essa imbricação imersa na proposta da Praia transgredia diretamente as separações entre cotidiano e extraordinário, que regiam o imaginário dos usos historicamente consagrados daquele território: longe de serem tratadas como instâncias excludentes, política e cultura eram vislumbradas por seus proponentes como aspectos mutuamente inter-relacionados, a subsidiar diretamente a prática contestatória ali almejada. De outro, que a inter-relação tecida nessa proposta também trazia consigo a intensificação da própria radicalidade imersa na transgressão aos ordenamentos ali almejada: não somente se transgredia, pela prática, o impedimento do acesso à sua espacialidade, como que tal era feito na forma de uma explícita diversificação de seus usos possíveis através de sua territorialização contestatória, precisamente pela anulação momentânea de tais separações consagradas.

É nesse sentido que se torna possível caracterizar a irrupção das Praias a partir de mais um aspecto que a singulariza enquanto *acontecimento constituinte*: a imbricação performática e efêmera entre político e cultural, que lhes era intrínseca, permite vislumbrar a existência de um eixo orientador de sua iniciativa de ocupação contestatória daquele espaço, que será aqui enquadrado a partir do conceito de *insurgências do uso*. Para os propósitos deste enquadramento, importa situar que o

mesmo se inspira diretamente, de um lado, nas considerações de Henri Lefebvre sobre a diferença entre uso e troca como princípios de regulação do espaço (LEFEBVRE, 1991); de outro, nas reflexões sobre essa diferenciação que as atrelam a formas contestatórias contemporâneas, tendo por eixo os espaços e as cidades modernas, tecidas por parte de Odette Carvalho de Lima Seabra (MARTINS, 1996).

De acordo com Lefebvre, a submissão do valor de uso aos imperativos do valor de troca, fundamento da contradição dialética historicamente instituída pela modernidade capitalista, se expressaria no conflito entre propriedade e apropriação como princípios de ordenação das relações socialmente instauradas sobre o espaço. Para o autor, tal conflito deteria um fundamento de diferenciação eminentemente qualitativa, expressa nas possibilidades de se relacionar socialmente com o espaço na modernidade:

O fato é que o uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

[...] Assim, a vida cotidiana não pode ser entendida sem a compreensão acerca da contradição entre uso e troca (valor de uso e valor de troca). É o uso político do espaço, entretanto, que perfaz a maior parte do restaurar do valor de uso; e o faz em termos de recursos, situações espaciais e estratégias (LEFEBVRE, 1991, p.356).

Do que é elaborado por Lefebvre, importa aqui sobremaneira ressaltar o confronto, inerente a tal distinção qualitativa, refletido nas relações sociais com o espaço: ou seja, entre a redução funcional das espacialidades almejada pelo predomínio da troca, que é inerente ao conceito de propriedade, e a diversidade vivencial decorrente da multiplicidade potencial de usos forjados cotidianamente por seus usuários, que se atrela diretamente à sua apropriação comum.

Transposta às cidades modernas e suas espacialidades públicas, tal contradição se manifestaria, fundamentalmente, na confrontação entre instâncias legítimas de instauração e regulação societária de sua vivência: de um lado, se situariam seus habitantes, e sua inventividade cotidiana a forjar usos imprevistos; de outro, instituições políticas e forças de mercado e seu ímpeto de regulação funcional, a reduzir tais espaços a interesses diretamente atinentes ao predomínio da troca. Nesse sentido, pode-se dizer que, para Lefebvre, contestar tal predomínio envolveria politizar precisamente aquilo não intencionalmente elaborado ou articulado no cotidiano, particularmente no que nele

se situa enquanto transgressão potencial à redução decorrente de tais ordenamentos. Restaurar o predomínio do uso sobre o espaço significaria, portanto, tanto desnudar as contradições decorrentes destas reduções, quanto elaborar a multiplicidade inerente a tal insurgência em sentido transformador democratizante, visando tornar permanente a diversificação potencial de formas de se relacionar com tais territórios que lhe é intrínseca.

Dessa maneira, conforme coloca Odette Carvalho de Lima Seabra, o que torna a *insurgência do uso* uma forma política de restauração potencial do comum, como princípio norteador, se encontra precisamente no situar tais elaborações enquanto estratégia deliberada de contestação do socialmente dominante:

O conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação.

[...] Há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido, sem o que não há vida; trata-se de uma escala demarcável do espaço. A propriedade, com toda a veemência, mostra a sua impossibilidade.

Ora, nesses termos o espaço é estratégia. É preciso circunscrever, prescrevendo as territorialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não-propriedade. O uso recusado, aquele que não cabe nas prescrições da propriedade, não se pode abolir. Assim recusado, o uso continua como ausência, exclusão da propriedade, e como conflito, se concebendo como tal no âmbito das estratégias dos usuários. Nisso está o conflito, a insurgência do uso.

Lefebvre nos diz enfaticamente que a insurgência do uso no interior da problemática do espaço parece guardar elementos novos, pois esse conflito no e com o espaço vai gestando territorialidades novas, num espaço que revela, porque tornou empírico, o processo social, não obstante estar esquadrihado por fluxos, redes e relações. Por isso, concluirá Lefebvre que se é verdade que o devir se ilumina retrospectivamente, o futuro guarda surpresas, pois se define pelo mundial, pelo espaço (MARTINS, 1996, p.79).

Das considerações acima de Seabra, importa fundamentalmente destacar tanto o socialmente vivido como fonte potencial de práticas que podem se articular enquanto estratégia conjunta de transgressão, quanto o caráter específico em que este se relaciona com o institucionalmente predominante.

Cumprе apontar, portanto, que o predomínio da troca não elimina o uso como potencialidade virtualmente dada de se relacionar socialmente com o espaço. Por sua ausência, o uso, e sua diversidade, se revestem, num primeiro plano, como contraface espectral da exclusão intrínseca à propriedade privada; num segundo, eles se tornam um manancial potencial de confecção de práticas insurgentes, diretamente contestatórias a tal exclusão. De certa maneira, portanto, esse aspecto espectral do uso o tornaria uma potencialidade, que tanto desnudaria a contradição intrínseca à troca e suas reduções,

quanto iluminaria sentidos possíveis para atitudes contestatórias, que prospectam transformações tendentes a eliminar a propriedade e suas exclusões inerentes.

Desse modo, situam-se aqui as Praias enquanto *acontecimento constituinte* cujas práticas, a partir das suas imbricações, se fundamentam como *insurgências do uso* que se contrapunham diretamente à contradição historicamente formada em Belo Horizonte. Num plano formal atinente a essa delimitação, o que se procura aqui ressaltar se encontra, primeiramente, na articulação entre elementos cotidianos e performáticos, que perpassaram seus convívios democráticos, surgidos a partir da relação singular que essa mobilização estabeleceu com a Praça. Em segundo lugar, que tal articulação se fez em diálogo e transgressão direta seja das separações consagradas à utilização daquele espaço no imaginário local, seja das reduções oriundas de sua regulação pela Prefeitura, manifestas em seu decreto.

Já no que tange à relação entre essa delimitação e os conteúdos incorporados na vivência das Praias, ressalta-se, de um lado, o caráter explicitamente politizador dos encontros e convívios almejados por seus proponentes; de outro, a formação de um ambiente cujas sociabilidades se regulavam intencionalmente pela efêmera diversificação dos usos possíveis daquele espaço, decorrente de sua dimensão performática de emular uma praia em pleno Centro de Belo Horizonte. No decorrer das Praias nesse período, pode-se dizer que esses aspectos de forma e conteúdo atrelados à sua dimensão de *insurgência do uso* vieram tanto a interagir, quanto a propiciar desdobramentos distintos, que possibilitam situar essa mobilização aqui como *acontecimento constituinte*.

Conforme colocado anteriormente, foi precisamente das interlocuções democráticas tecidas a partir do encontro das coletividades envolvidas em Vá de Branco que, durante a manhã e tarde de um sábado, dia 16 de janeiro de 2010, se materializou a primeira mobilização performática intitulada como Praia da Estação da história de Belo Horizonte. Nas recordações de Rafael Barros acerca desse dia, sobressaem outras dimensões concernentes à forma como transcorreu a materialização dessa proposta de *insurgência do uso*:

Encomendei uma faixa aqui embaixo aqui, no Santa Tereza - lembro até hoje o lugarzinho -, com um escrito assim: “A Praça é de tudo e de todos – A Praça é a nossa Praia”. Foi uma faixa que a gente ficou levando em algumas edições da Praia.

[...] A gente fez uma roda de conversa nesse dia na Praia, pra discutir, pra compartilhar a situação, e a questão. Aí já começaram a surgir os primeiros

incômodos de algumas figuras, com relação ao formato e processo da Praia: começaram a refletir criticamente que a Praia, naquele formato vazio, ia cair numa ludicidade sem muita fundamentação política, sem muita consistência efetiva.

[...] Começam nessas reuniões presenciais a rolar os primeiros paus entre os diferentes movimentos: a galera do Instituto Helena Greco, com os meninos do COMPA, com o povo do Ystilingue, com os meninos ligados aos movimentos de esquerda estudantil - principalmente figuras, agentes políticos que já se conheciam na cidade - já tinham alguns atritos, algumas resistências mútuas. Isso começou a reverberar nesse processo da Praia: foi um dos fatores que começou a impulsionar a saída de algumas figuras, de alguns atores e atrizes, por conta dessas questões de conceituação, de percepção e do próprio entendimento mesmo de organização política.

Outro motivo era de concepção mesmo, vamos dizer assim, mais conceitual e teórica, da performance praieira enquanto um ato político mais consistente, mais robusto - por exemplo, o Paulo desenvolve toda uma linha crítica dele em relação à Praia. No final das contas, quem que sobrou ali? Sobrou uma galera que não era vinculada a movimentos organizados, sujeitos mais autônomos mesmo, que foram dando prosseguimento.

A narrativa acima de Barros destaca que a primeira Praia deu ensejo à materialização de disputas, manifestas na instância de interlocução instaurada pelos envolvidos no transcorrer da polêmica da Praça.

Em seu ver, tal disputa era perpassada por desavenças possivelmente anteriores entre parte das coletividades ali presentes, o que acarretou em rupturas. Num primeiro prisma, o que se depreende de sua fala nessa questão desvela aspectos de importância na compreensão de como era vivenciada tal instância de interlocução por seus participantes, ao considera-la aqui como um dos componentes da dimensão de *insurgência do uso* das Praias enquanto *acontecimento constituinte*. Longe de transgredir as separações consagradas na cidade entre política e cultura através de sua reunião harmônica, o que se evidenciava em suas recordações, de um lado, era uma disputa diretamente atinente à forma com a qual estes elementos deveriam ser conjugados naquela mobilização. De outro, que essa disputa revelava a formação de uma atmosfera não somente aberta ao dissenso entre seus participantes, mas também marcada pela possibilidade de mútua reelaboração processual daquilo que estava sendo conjuntamente vivenciado naquela contestação: reforçava-se o caráter democratizante daquela mobilização através da possibilidade de inclusão ou reformulação de perspectivas de atuação entre seus participantes.

Para os propósitos da narrativa aqui tecida, tanto tal embate quanto seus resultados permitem destacar outro aspecto que também singulariza as Praias enquanto *acontecimento constituinte*: sua ênfase numa politização fundamentada mais no convívio mútuo durante suas performances, do que na elaboração direta de um enfoque

efetivamente estruturado de condução das mobilizações entre as coletividades que ali se mantiveram. Nesse sentido, cumpre notar que, mesmo que esta ênfase nas Praias de politização pelo convívio lúdico tenha tido por efeito uma espécie de dispersão redutora das coletividades ali presentes, pode-se dizer que tanto alguns dos legados dos que a deixaram foram preservados, quanto que esse fator não interferiu na mútua elaboração e refinamento de uma leitura crítica sobre a cidade, naquele contexto, entre seus participantes.

IMAGEM 6: Banhistas da Praia da Estação, 2010. Fonte: Priscila Musa.

De certo modo, esses dois elementos também se fizeram presentes nas recordações de Barros concernentes à questão do caminhão-pipa, nesta primeira Praia:

Lembro também - isso foi super engraçado -, que eu e a Milene estávamos lá na Filmes de Quintal. Nós começamos a elucubrar, e não sei por que cargas d'água, a gente anteviu que a Prefeitura ia desligar as fontes: no meio da conversa, da discussão, imaginou que era possível que eles pudessem fazer isso de boicote, e fez pesquisa de caminhão pipa. Já fomos pra Praia preparados pra um plano B, que de fato rolou - eles não ligaram a fonte. A gente começou a passar vaquinha, ligou pro caminhão pipa - lembro direitinho, falou que ia abastecer ali na Pedro II -, e teve o banho de caminhão. Assim que o caminhão surge, começam os signos da Praia: o pipa, por conta da fonte que não foi ligada; "Toda semana!", o grito de toda semana, que induziu a propagação da Praia. Foi muito doido isso também, porque a continuidade da Praia foi estimulada por esse frenesi coletivo completamente independente. A galera começou a gritar:

- Toda semana! Toda semana! Deita no cimento toda semana!

[...] É interessante registrar que é justamente no sábado de carnaval que as fontes voltam a ser ligadas: tenho convicção de que eles duvidavam de que ia ter aquela mobilização de gente de Praia da Estação durante o carnaval, porque a cidade era um deserto, não tinha nada na cidade - e o que teve em 2009 era inexpressivo.

Tais recordações de Barros permitem a recuperação de duas perspectivas que perpassavam as Praias: tanto em relação às formas como sua contestação era vivenciada por seus participantes, quanto no que ela contestava.

Na primeira dimensão, chama atenção a maneira como se deu o angariamento de recursos entre os participantes para materializar a chamada do caminhão-pipa, diante do fato de que as fontes se encontravam inexplicavelmente desligadas naquela tarde. No caso, seu relato permite a percepção de que os convívios ali tecidos eram particularmente sensíveis às situações circunstanciais: a forma de dotar aquela Praia de um “mar” improvisado se transformava num instante propício à instauração de uma verve profundamente colaborativa e democrática entre seus participantes, criando uma atmosfera de elaboração conjunta dos elementos que compunham sua parte performática. Também cumpre colocar que, de certo modo indireto, a presença dessa atmosfera colaborativa demarcava não só a importância das experiências associativas prévias entre seus participantes: em seu aspecto radicalmente interativo, denotava também a influência das coletividades inseridas na cena ativista autonomista local no início da mobilização em torno da polêmica da Praça. Esse fator evidenciava que, independentemente de seu afastamento, sua presença anterior deixou legados pertinentes no transcorrer daquela contestação, particularmente em aspectos que permitem caracterizar estas dimensões da *insurgência do uso* que se materializou nesse *acontecimento constituinte*.

Na segunda perspectiva, cumpre ressaltar um elemento que perpassa as memórias aqui coletadas sobre esse momento, e o quanto o mesmo simbolizava a atitude da Prefeitura em relação à Praia da Estação naquele contexto: o abrupto desligamento das fontes que até então diariamente funcionavam na Praça, e o perdurar dessa medida durante praticamente um mês inteiro²⁰ durante o verão de 2010. Nessa questão, nota-se que suas memórias traçam um panorama de que tal atitude era de algum modo não somente possível, mas também até mesmo esperada. Ainda que não evocada a partir da questão das fontes em específico, tal atitude da Prefeitura quanto às

²⁰ O feriado de Carnaval de 2010 se deu no dia 17 de fevereiro.

Praias se referenciava diretamente aos entendimentos formulados por seus participantes sobre a gestão de Márcio Lacerda (2008 – 2016) e suas peculiaridades.

Nesse ângulo, cumpre notar que as memórias de Augusto Borges evocavam de maneira particularmente crítica a própria concepção de cidade inerente à gestão Lacerda - e como esta se refletia em outros assuntos concernentes à Belo Horizonte e seu cotidiano de então. Para Borges, a questão da Praça era vislumbrada eminentemente como um reflexo profundo de tendências que pareciam nortear as administrações municipais locais desde fins dos anos 1990:

Vale dizer também que existia já uma indisposição com o prefeito: veio de um desenho político, de um xeque-mate num núcleo petista, da prefeitura do Patrus - o Márcio Lacerda significa o fim disso. O Célio de Castro²¹, do PSB assume a Prefeitura em 1997 – era o prefeito do centenário, se não me engano -, até dois mil e pouco. Ele é reeleito, morre no mandato, o Pimentel era o vice, vem essa figura desastrosa à tona: cresce como figura política por um acaso também, se reelege, e na hora de formar o seu sucessor, começa os desenhos dessas alianças com o PSDB em Minas, que governava o estado desde então - o Aécio, e depois o Anastasia²². E eles desenham esse candidato imbatível, que era o Lacerda: criou uma indisposição gigantesca com esse projeto de prefeitura popular. Era um desenho do Pimentel, de uma ala carreirista: estava pensando no futuro, ele como governador do estado. O Márcio Lacerda era quase uma figura imbatível, inquestionável e ele quase perde a eleição pro André Quintão²³ - que era outro desastre -: colocou a gente numa sinuca de bico, já num xeque-mate político. O desenho político brasileiro naquela altura já demonstrava fraqueza, no sentido desse fisiologismo sem tamanho – coloca ali um empresário político, um cara vanguarda do atraso. De Belo Horizonte retornar pra um cenário que a gente temia, do que a gente sofreu tanto, - o cenário da cidade neoliberal -: da cidade massacrante, guiada pela perspectiva tatcherista do fim do mundo público. Muito claramente, retornamos pra isso: já existia uma indisposição com a eleição do cara, ganhou questionado pelo tipo de aliança que colocou ele lá.

Sua narrativa coloca em perspectiva as próprias origens da administração Lacerda como decorrentes de um consenso de momento entre as forças políticas institucionais então atuantes na cidade.

Em seu ver, encontrava-se nesse consenso um acordo tácito, fundamentado no aprofundamento de uma concepção excludente e privatizante de administrar Belo Horizonte: tal fator era de importância na compreensão das dinâmicas predominantes da

²¹ Célio de Castro se elegeu como Prefeito de Belo Horizonte nas eleições de 1996. Reelegido nas eleições municipais de 2000, sofreu em dezembro de 2001 um Acidente Vascular Cerebral que o impediu de terminar seu mandato à frente do cargo. Seu vice-prefeito era Fernando Pimentel, que assumiu o cargo e foi reeleito como prefeito nas eleições de 2004.

²² Tratam-se, dos ex-governadores do estado de Minas Gerais Aécio Neves (2002 – 2010) e Antônio Anastasia (2010 – 2014).

²³ André Quintão foi candidato à Prefeitura de Belo Horizonte em 2008, tendo sido o principal oponente de Márcio Lacerda naquelas eleições.

cidade, dado que um dos efeitos desse acordo foi atenuar as disputas entre essas forças no plano institucional. O fato de que esta reflexão efetuada por Borges se relacionava diretamente com sua descrição da cidade no contexto das Praias permite situar mais um elemento que caracteriza essa mobilização enquanto *acontecimento constituinte*: as dinâmicas nela desencadeadas permitiram a abertura para a formulação de uma leitura profundamente crítica acerca da forma com a qual a institucionalidade se relacionava com a cidade, num contexto de intensificação direta de um prisma mercantil tornado predominante.

Até certo ponto, essa abertura à compreensão da cidade também era uma forma como seus participantes captaram a existência da contradição historicamente inerente ao funcionamento da cidade, particularmente a partir de sua manifestação mais contemporânea. Nesse sentido, ao relembrar as origens de Lacerda como empreendedor privado, inserido numa zona cinzenta de relações com os poderes estatais ao longo de sua carreira, Borges evocava precisamente a dimensão com a qual concepções neoliberais de cidade se encontravam então em vigor na capital mineira à época.

De certo modo, a situação que descrevia era agravada pelo próprio contexto maior em que a polêmica da Praça se relacionava de maneira indireta, no qual cidades brasileiras, como a própria capital mineira, eram alvos da execução de grandes projetos de remodelação visando “adequá-las” à recepção de megaeventos esportivos que o país sediaria (Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Diante desse contexto geral, portanto, pode-se dizer que, na gestão Lacerda, Belo Horizonte também se inseria naquilo que Manuela Alvarenga (ALVARENGA, 2016) descreve quanto aos impactos diretos da realização desses megaeventos nas cidades que os sediam:

O planejamento estratégico ressignifica a forma da cidade, influenciado pela ação de diferentes capitais (coordenadas por agências internacionais, como Banco Mundial, OCDE, ONU Habitat, etc.). [...] As cidades devem ser atraentes para o investimento de capital, de tecnologia e para a força de trabalho qualificada, além de competitivas no preço e na qualidade dos serviços. Desta forma, a cidade se torna, ao mesmo tempo, uma empresa, uma mercadoria, e uma pátria [...]. A cidade é uma mercadoria na medida em que é necessário “vender a cidade”, num mercado extremamente competitivo. Criam-se atrativos turísticos de acordo com a vocação da mesma, revitalizam-se áreas estratégicas para o consumo e o convívio (“seguras e atrativas”), eventos de escopo nacional e internacional são realizados, elabora-se um marketing urbano que transforma a cidade em um objeto de luxo. A cidade é uma empresa na medida em que, por ser um espaço de investimento, deve ser gerida, administrada. As novas medidas de planejamento ignoram a cidadania, o espaço público e os direitos sociais da

população. São concebidas para se colocar em concorrência umas com as outras e atrair capital através de guerra fiscal, da troca da regulação pelas negociações caso a caso, de instrumentos de exceção na legislação vigente. A polis vira então a city, pois a política atrasa o retorno dos investimentos, é necessária uma forma mais “eficiente”, um “urbanismo ad hoc”. A nova figura gerencial que ganha espaço aqui, naturalmente, é a iniciativa privada. A cidade empresa é a cidade das Parcerias Público-Privadas (ALVARENGA, 2016, p.37).

Tendo em vista as considerações de Alvarenga, a leitura de Borges sobre as transformações ocorridas a partir da administração de Lacerda, e o contexto em que esta se insere, parece comungar precisamente desta visão profundamente perpassada pela mercantilização autoritária de Belo Horizonte. No caso, principalmente quanto aos efeitos diretos da consagração perspectivas privatizantes de administrar a capital mineira: sua relação para com a desconsideração e a efetiva desconstrução de garantias de efetivação de direitos sociais atreladas a esse tipo de gestão partia do pressuposto de dissociação entre estas duas finalidades conflagradas, particularmente em detrimento da última.

Diante desse contexto imediato, pode-se dizer que a polêmica da Praça se interligava de maneira singular com a contradição inerente ao desenvolvimento da capital mineira, ao dialogar diretamente com duas temporalidades distintas e entrecruzadas. De um lado, a interdição de seus usos exposta pelo decreto retomava e reforçava diretamente a tendência histórica da institucionalidade local de denegar aos habitantes da cidade participação direta na elaboração e regulação de seu funcionamento cotidiano. De outro, a polêmica era também sintoma do próprio porvir contextualmente imediato da cidade: o decreto era um indício inequívoco de como a Prefeitura almejava implantar as remodelações planejadas em sua estrutura e funcionamento, para que a capital mineira sediasse megaeventos, como atualização dessa contradição historicamente sedimentada.

De certa maneira, pode-se dizer que um dos aspectos sintomáticos, que apontavam precisamente a complexidade imersa na intensificação da contradição existente na cidade decorrente desse novo cenário, se encontrava na própria postura dos poderes estatais na regulação de outros espaços públicos. Exemplificando precisamente tal complexidade, pode-se colocar que pouco depois do início da polêmica da Praça da Estação, o jornal belo-horizontino O Tempo veiculava no dia 21 de março de 2010 a seguinte reportagem, referente à outra Praça de Belo Horizonte:

Praça da Liberdade respira cultura

A praça da Liberdade ganhou outros ares na tarde de ontem. As mais variadas manifestações artísticas pipocavam por todos os cantos: capoeira, break, grafite, roda de samba, tango e teatro, entre outras. Era a inauguração do Circuito Cultural Praça da Liberdade, anunciado pelo governo como o maior circuito aberto de cultura e lazer do país.

Dos seis prédios históricos que fazem parte do complexo, o primeiro a ser aberto para visitação da população foi o Espaço Tim UFMG do Conhecimento, que abriga exposições sobre a origem da vida e a trajetória do homem. O local conta também com planetário e observatório astronômico.

[...] Mineiridades

"Essa praça, que já foi o centro da política mineira, agora transforma-se em centro da cultura. Os prédios foram restaurados com extremo cuidado. Isso vai ser uma grande efervescência cultural".

Paulo Brant

Secretário de Estado da Cultura

Presente final

"Cada um desses prédios vai ter uma concepção absolutamente vanguardista. É o grande presente final que estamos deixando para Belo Horizonte e Minas Gerais."

Aécio Neves

governador de Minas (ROCHA, 2010)

A notícia acima diz respeito ao processo inicial de inauguração daquilo que foi denominado como Circuito Cultural Praça da Liberdade²⁴.

Situada na regional Centro-Sul da capital mineira, até meados dos anos 2000 a Praça da Liberdade, e as edificações de seu entorno, serviam como sede administrativa do Poder Executivo Estadual de Minas Gerais. Por volta da segunda metade dessa década, Governo Estadual e Prefeitura Municipal anunciaram a concessão de edificações de seu conjunto arquitetônico para abrigarem diversos espaços culturais, majoritariamente geridos por parcerias público-privadas.

A construção e a inauguração do Circuito, a partir de 2010, eram, de certo modo, emblemáticas da intensificação das relações entre público e privado na capital mineira, inicialmente gestada para a Praça da Estação na década anterior. A partir do enfoque que era dado ali à cena cultural local, era possível entrever precisamente quais parâmetros regiam a institucionalidade, não só no tocante a esse tema, como também em outros pertinentes ao funcionamento cotidiano da capital mineira, desde então: através de seu enquadramento enquanto bens de consumo, em detrimento direto de perspectivas que os tratavam como legítimos direitos coletivos. Dessa maneira, o contraste no trato da institucionalidade perante as duas Praças à época era apenas

²⁴ As informações concernentes ao Circuito Cultural Praça da Liberdade foram retiradas de seu site na internet. O endereço é: <http://www.circuitoliberaldade.mg.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

aparente: em ambas, não se tratava somente de uma questão acerca de regular e limitar rigidamente os usos desses locais pela população da cidade, mas também de quem os geria e atendendo quais interesses, entre iniciativa privada e seus habitantes. Nesse cenário, a futura realização de megaeventos era entrevista pela gestão Lacerda como forma de intensificar precisamente essa mercantilização da cidade, de seus espaços públicos, e de seu cotidiano, também através da expansão das formas com que se relacionava com a Praça da Estação para outros equipamentos públicos existentes na capital mineira.

Enquanto *acontecimento constituinte* fundamentalmente demarcado pela ocupação contestatória de espaços públicos da capital mineira, as Praias da Estação se situavam, portanto, como momentos privilegiados de instituição de formas de contraposições diretas a essa cosmovisão de cidade comungada pela gestão Lacerda. Tal se dava não só no caráter politizador dos convívios e reuniões de coletividades, ou na *insurgência do uso* encarnada em sua multifacetada dimensão performática: abrangia igualmente a formulação de uma leitura crítica do funcionamento da cidade, e a gestação de novas e democráticas concepções de usufruto cotidiano de tais territórios. Também se pode dizer, conforme ainda se verá, que essa dupla dimensão de contestação e interposição de modelos radicalmente distintos de cidade surgida com as Praias as interconectam em sentidos comuns com o aparecimento da Assembleia Popular Horizontal em junho de 2013 enquanto *acontecimento constituinte*.

No plano mais atinente ao contexto em que se insere a polêmica da Praça, aquilo que foi desencadeado pelas Praias legou aberturas e desdobramentos particularmente transformadores para o cenário imediato da cidade de então. O primeiro deles dizia respeito à própria dimensão ampliada de *insurgência do uso* efetuada por seus participantes, ao longo de seus primeiros meses de existência: nesse período, foram realizados dois “Eventões de Qualquer Natureza” (OLIVEIRA, 2012; ALBUQUERQUE, 2013; MELO, 2014; GONZAGA, 2017), espécies de festivais culturais independentes e gratuitos, contando com diversificadas atrações locais. Além de incrementar a intensidade contestatória de sua dimensão de *insurgência do uso*, ao incorporar aos convívios e aos elementos performáticos ali já presentes a perspectiva de usos autoproduzidos de seu espaço também para fins de abrigar manifestações culturais refinadas, a existência destes festivais independentes era demonstrativa de um processo de gradual estreitamento de laços, e de confluências, entre suas mobilizações e a cena artística presente na capital mineira.

Já no que tange à cidade, pode-se colocar que uma primeira perspectiva de abertura propiciada pelas Praias enquanto *acontecimento constituinte* diz respeito à própria transformação da situação jurídica da Praça no decorrer dos anos de 2010 e 2011. Fruto da pressão exercida por sua mobilização contestatória, cerca de cinco meses após a primeira Praia, o jornal belo-horizontino O Tempo veiculava a seguinte matéria referente à situação da Praça da Estação:

Praça livre para shows e festas

A praça da Estação, no centro de Belo Horizonte, voltará a ser cenário de shows e festas populares. Um decreto do prefeito Marcio Lacerda - publicado ontem no Diário Oficial do Município - revoga a proibição de eventos na praça. As manifestações culturais não ocorrem no local desde o dia 1º de janeiro. No entanto, a liberação é acompanhada de uma série de ressalvas para proteger o patrimônio público da depredação.

O secretário da Regional Centro-Sul, Fernando Cabral, explica que só será permitida a realização de um evento por mês na praça da Estação. Por ano, serão no máximo 12. Ao longo de 2009, foram 44. "Se o patrimônio for menos utilizado, estará mais protegido. Antes, as pessoas usavam o espaço, destruíam a praça e a prefeitura e o cidadão ficavam com o prejuízo", disse.

A partir de agora, as empresas que quiserem usar a praça para qualquer evento particular terão que pagar um valor - chamado de preço público. O custo varia entre R\$ 9.600 e R\$ 19.200, dependendo do número de dias da duração. Cabral explica que, até então, a única taxa cobrada era um licenciamento de R\$ 118.

[...] Manifestantes criticam novas determinações da prefeitura

A praça da Estação é tombada pelo Patrimônio Histórico do Município. O decreto que proibiu a realização de eventos no local alegava que eles geram depredações como a danificação da fonte e dos jardins, além da sujeira.

Na época, a decisão foi alvo de protestos como o "Praia da Estação" em que manifestantes ocuparam a praça com trajes de banho. O músico Luiz Gabriel Lopes, um dos organizadores do movimento, acredita que a estipulação de um preço para o uso da praça impõe uma barreira econômica ao acesso a cultura. "É um absurdo. A prefeitura não dialogou com a classe artística", disse (TEIXEIRA, 2010).

Em maio de 2010, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte revogou parcialmente seu decreto sobre a Praça da Estação. Cerca de um ano depois, fruto precisamente da continuidade da experiência das Praias no verão de 2011, a municipalidade se viu forçada a abrir uma brecha na permissão de realização de eventos na Praça – então exclusivamente efetivada mediante a cobrança de taxas -, por meio da criação de uma faixa de isenção de pagamento para eventos de pequeno porte em seu território (GONZAGA, 2017)²⁵. De certo modo, a *insurgência do uso* que delineava a

²⁵ A modificação do status de uso da Praça da Estação se deu de maneira gradual, entre fins de janeiro de 2010 e setembro de 2011. Diante da polêmica concernente à sua interdição, a Prefeitura instaurou uma comissão de estudos acerca de seus ordenamentos de uso, que resultou no decreto noticiado na

radicalidade da mobilização das Praias obteve uma vitória diretamente atinente às circunstâncias que propiciaram sua existência: a Prefeitura se viu forçada a reconhecer que os próprios habitantes da cidade detinham direito de usufruir de maneira autônoma daquele território. Ao menos no que tange à polêmica envolvendo a Praça, pode-se dizer que, no conflito entre o antagonismo envolto na impermeabilidade historicamente consolidada da institucionalidade local em seu relacionar com a cidade e seus habitantes, a mobilização das Praias fez pender a balança em favor da população belo-horizontina: em certo sentido, conforme se verá, num contexto de intensificação de tendências privatizantes autoritárias, tal vitória também parece ter se transformado em símbolo para com as dimensões de contestação aos paradigmas então predominantes na capital mineira.

Dessa maneira, também se pode destacar que foi precisamente nas transformações do cotidiano que se situa uma segunda dimensão de abertura das Praias enquanto *acontecimento constituinte*: ao propiciar o encontro de multifacetadas coletividades em seu transcorrer, sua existência instaurou uma linha de temporalidade de contestação, com profundos impactos para seus participantes e para as próprias cenas ativistas e culturais de Belo Horizonte. Nesse aspecto, conforme coloca a arquiteta Priscila Musa, uma forma de se aproximar daquilo que as Praias impactaram igualmente diz respeito ao que elas abriram quanto ao convívio com a cidade para seus participantes:

Acho que a Praia me pegou de fato: eu podia ter chegado lá fotograficamente, achado ridículo aquele povo lá na Praça, ou podia ter passado por aquilo e ido fotografar prédio, outra coisa - ela me pegou pela discussão de ocupação da cidade. Tem uma coisa muito incrível na Praça - já no primeiro dia isso se anunciou -: a convivência com grupos diferentes.

[...] Tem essa convivência, essa possibilidade dessas convivências com grupos diferentes, de pessoas, né? Vamos combinar que tanto a Praia da Estação quanto o carnaval de rua são manifestações de classe média, mais gente branca, estando num lugar de favorecidos, até: de pensar que tem esse direito de reclamar pela cultura na cidade, quando outras pessoas tão reclamando de coisas mais básicas, como moradia. Tem esse gesto muito importante, que é de ocupar aquele espaço da cidade: ocupar aquele espaço não quer dizer que ele estava vazio, eu acho que aquele espaço já estava ocupado. Mas é de levar esse nosso grupo pra conhecer esse lugar, que é do estranho: ficar de biquíni no Centro era completamente estranho pra gente assim, pra minha geração, pra essa turma - hoje já explodiu isso, né? Aí depois vem o pessoal das ocupações urbanas, vem o pessoal da Feira

reportagem acima citada. Alvo de críticas precisamente em virtude da obrigatoriedade de pagamento de taxas de utilização, esse decreto foi modificado em 27 de setembro de 2011 pela Lei Nº 10.277, que abriu a possibilidade de realização gratuita de eventos na Praça.

Hippie²⁶: implode inclusive esse movimento branco classe média, ali naquela Praça. Saímos de uma pauta, que era uma disputa muito clara com o Poder Público: muito delineada do que a gente queria, o que precisava da pauta da cultura, muito direcionada.

Sua fala permite situar a própria transformação das Praias decorridas de sua continuação nos anos seguintes, particularmente no que tange às profundas mutações ocorridas na composição de seus participantes. De um protesto lúdico majoritariamente formado por integrantes das classes médias da capital mineira, as Praias progressivamente se transformaram em espaço de convívio e divertimento coletivo, a incorporar, não sem atritos e mútuos estranhamentos, setores oriundos de áreas periféricas da cidade. Mesmo superada a questão da polêmica do decreto decorrida em 2010, ficou como reminiscência para Belo Horizonte sua dimensão de convivência lúdica de diferentes setores a usufruir da Praça da Estação durante os verões.

Também é possível inferir que as dimensões diversificadas de se relacionar com aquele espaço, inerentes tanto ao aspecto de *insurgência do uso*, quanto dos convívios que ali foram germinados a partir de 2010, permaneceram nas Praias seguintes, ainda que ressignificadas: a própria incorporação progressiva de outros setores da população da cidade ao longo dos anos, em seu efêmero aparecimento nos verões, permite situar um silencioso e cotidiano trabalho de contínua reelaboração de sua mobilização (GONZAGA, 2017). Num contexto de intensificação dos efeitos da contradição historicamente consolidada entre institucionalidade e cidade, como o do início dos anos 2010 em Belo Horizonte, sua permanência carregava consigo, portanto, igualmente a lembrança da existência de potencialidades de se contrapor diretamente seus ordenamentos, em sentido de transformar democraticamente o cotidiano da capital mineira.

Uma última dimensão de abertura propiciada pelas Praias enquanto *acontecimento constituinte* detém pertinência direta para os assuntos a serem enfocados na investigação aqui conduzida, num dos capítulos seguintes: os outros reflexos de sua existência sobre a cena cultural da cidade, particularmente no que tange ao até então incipiente carnaval de rua de Belo Horizonte. Conforme visto anteriormente, uma das coletividades que se fizeram representar nas Praias era formada por integrantes de dois

²⁶ Popularmente conhecida na cidade como Feira Hippie, a Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte é uma feira de rua existente na capital mineira desde 1972. Ocorre todos os domingos na Avenida Afonso Pena, no Centro de Belo Horizonte. Para saber mais: <https://feirahippie.com/>. Acesso em: 25 de dez. 2018.

blocos carnavalescos, que desfilaram nas ruas da cidade durante o carnaval de 2009. Pela presença dessas coletividades e pelo próprio período em que transcorreu a polêmica da Praça – verão de 2010 –, a movimentação das Praias foi tanto impactada, quanto influenciou diretamente os desdobramentos dessa cena durante os feriados carnavalescos seguintes.

IMAGEM 7: Banhistas da Praia da Estação, 2013. Fonte: Flora Rajão.

Nesse aspecto, uma forma de delinear as dimensões restritas do carnaval de rua da cidade, no contexto imediatamente após o início das Praias, advém da própria ausência de qualquer notícia publicada sobre estes blocos na imprensa belo-horizontina durante o feriado de 2010. Não somente inexistiam notícias sobre os desfiles destas coletividades, como a cobertura de imprensa à época ainda era pautada pela publicação de reportagens como a abaixo:

Expectativa é de que 123 mil pessoas deixem BH no Carnaval pela rodoviária e Estação São Gabriel

Na rodoviária de BH e Estação São Gabriel vão embarcar cerca de 123 mil belo-horizontinos que desejam passar o Carnaval em outra cidade. De quinta-feira (11) a sábado (13), 103 mil passageiros devem deixar a capital utilizando o terminal rodoviário e outras 20 mil a Estação São Gabriel.

As linhas de ônibus interestaduais com destino ao Espírito Santo, região Nordeste, Brasília, São João da Barra (RJ) e Campos dos Goytacazes (RJ) foram transferidas para a Estação São Gabriel, região Leste da cidade, conforme ocorreu nas festas de final de ano. As demais linhas partem do terminal rodoviário.

Destinos

Os destinos mais procurados pelo mineiro nesse feriado são as praias do Espírito Santo, como Guarapari, Vitória, Piúma, Anchieta; do Rio de Janeiro, capital e Cabo Frio, e da Bahia. Em Minas, além das cidades históricas Diamantina, Santa Bárbara, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rey também são muito procuradas as cidades de tradição da folia, como Divinópolis, Sete Lagoas, Abaeté, Ponte Nova, Raul Soares, Realeza, Itabirito, Itabira, Pompéu, Oliveira e Serra do Cipó (DAMAS, 2010).

De certo modo, ainda era sobremaneira determinante uma visão de que a cidade era tudo menos ponto de convergência festiva durante o carnaval: a própria presença de uma lista dos destinos então mais procurados pelos moradores de Belo Horizonte em 2010 confirmava precisamente esse caráter dispensor da capital mineira. Nessas circunstâncias, pode-se dizer, de um lado, que a própria retomada do carnaval de rua da cidade, ocorrida num contexto imediatamente anterior ao aparecimento das Praias, desafiava, ainda que talvez não intencionalmente, precisamente esse imaginário então predominante na cidade. De outro, que a interação dessa incipiente cena carnavalesca com as Praias, a partir de 2010, parece ter possibilitado a essas coletividades servirem como espécie de agentes de expansão temática e territorial potencial de cenários de atuação contestatória diante da institucionalidade local, em desafio direto à postura antagônica que rege sua relação com a capital mineira em suas dimensões contemporâneas.

Diante da ausência de cobertura da imprensa local à época, a forma de recuperar os impactos imediatos das Praias enquanto *acontecimento constituinte* nessa cena advém tanto dos testemunhos aqui coletados, quanto da bibliografia que se debruçou sobre o tema. Nesse sentido, o relato de Rafael Barros é particularmente significativo no traçar a relação entre Praias e carnaval de rua no contexto da cidade em 2010:

Na minha perspectiva, a dinâmica da Praia assume um papel importante na projeção do carnaval, porque aí, o que aconteceu? No ano anterior, um grupo super reduzido tinha saído com três bloquinhos de pessoas próximas, que depois, durante a Praia, foram participando do processo de construção e ativação. Tinha tudo a ver também com o pensamento de várias dessas pessoas com relação à ideia de cidade: impulsionava aquele tipo de retomada da festa, e um desejo de não deixar a Praia morrer. Então, sábado de carnaval era um marco importante pra continuidade da Praia: ela estava acontecendo toda semana, era toda semana - assim, não rolava de não ter Praia no sábado de carnaval, não podia não ter.

Esse pequeno carnaval acontece em 2009: com o processo de ativação da Praia, impulsiona a ocupação por outros blocos. No sábado a gente cria o Bloco da Praia da Estação, já com a linha narrativa performática de passar na

frente da Prefeitura, lavar a Prefeitura²⁷, e ir pro Brasil 41 pra encontrar com o Approach, o bloco dos meninos do Proa²⁸, que também já tinha rolado no ano anterior. No domingo sairia o Tico Tico com o Queixinho²⁹ - saiu do Parque Municipal³⁰ e foi pra Praia da Estação -; na terça-feira, o Peixoto, que já tinha saído também no ano anterior, e com a perspectiva de saída do Vira o Santo³¹ no sábado, pra fazer o encontro dos blocos. Tinha no pré-carnaval o Mamá na Vaca, que a família de Guto estava puxando no Santo Antônio, e a Tetê a Santa³², aqui.

O hiato era segunda e o Tchá Tchá surge por conta do hiato da segunda-feira: já estava combinado que ia ter carnaval mesmo, já tinha esses blocos, e ia ter a Praia.

Do que é colocado por Barros, a dimensão de *acontecimento constituinte* das Praias estabeleceu uma interconexão com essa cena a partir de dois fatores interligados: reforçou a existência de um carnaval de rua em Belo Horizonte nesse contexto, pela formação de uma agremiação própria da Praia da Estação; inspirou a criação de outros blocos que, num primeiro momento, permitiu que a cidade contasse com cortejos em praticamente todos os dias do feriado de 2010. Pelas próprias especificidades das Praias se fundamentarem então na interseção entre lúdico e político em sua contestação, este *acontecimento constituinte* influenciou diretamente em aspectos que o carnaval de rua belo-horizontino adotou a partir de 2010: inspirou o transplante e ressignificação de sua dimensão de *insurgência do uso* para esta seara, propiciando a formação de experiências coletivas transgressoras nos cortejos desses blocos, perpassadas pela politização de seu relacionar com os espaços onde transcorreram.

Estes aspectos trazidos por Barros também encontram ecos na bibliografia aqui consultada. Conforme coloca Paola Lisboa Codo Dias (DIAS, 2015), entre os anos de 2009 e 2010

aconteceu a primeira expansão do carnaval de rua com a criação de vários outros blocos que atualmente são considerados tradicionais no carnaval de

²⁷ Durante os primeiros anos em que desfilou no carnaval belo-horizontino ao longo da administração Márcio Lacerda, o Bloco da Praia da Estação se caracterizou por sempre procurar parar em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: através do aluguel de um caminhão-pipa pago colaborativamente entre os foliões do Bloco, era encenada uma lavagem das escadarias de acesso ao edifício. A encenação se inspirava diretamente no ritual religioso anual da Festa do Bonfim, de lavagem da escadaria da Igreja do Bonfim, em Salvador-BA.

²⁸ Proa era uma banda da cena de rock independente de Belo Horizonte. Entre 2009 e 2013, a banda organizava uma festa de rua na calçada do Bar Brasil 41 nos sábados de carnaval.

²⁹ Trata-se do Bloco Unidos do Samba Queixinho, fundado em 2010.

³⁰ Trata-se do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, situado na região central de Belo Horizonte.

³¹ O Vira o Santo é uma reunião de diversos blocos carnavalescos belo-horizontinos: tradicionalmente ocorre nos sábados imediatamente posteriores ao feriado de carnaval na Praça da Estação.

³² Tetê a Santa foi um dos blocos fundados pelo *grupo de afinidade* atuante no entorno dos blocos mencionados por Barros neste parágrafo. Desfila nos domingos imediatamente anteriores ao feriado de carnaval no bairro de Santa Tereza: dentre suas singularidades, se encontra a acolhida ao público LGBTQ em seus desfiles.

rua de Belo Horizonte, tanto no período do pré-carnaval como no feriado carnavalesco oficial. Em 2009, foram criados três blocos e, em 2010, surgiram outros sete blocos [...] muitos deles influenciados pelo movimento reivindicatório de apropriação da Praça da Estação, conhecido como “Praia da Estação”.

[...] Ademais, a “Praia da Estação” criou o seu próprio bloco de carnaval de rua.

Portanto, os blocos originaram-se de um mesmo movimento não institucionalizado e apartidário de grupos da sociedade civil belo-horizontina, formados, principalmente, por jovens de classe média, eruditos, altamente escolarizados, que se beneficiam sobremaneira dos recursos da internet e das redes sociais para realizar sua articulação (DIAS, 2015, p.23, 24).

Do que é ressaltado por Dias, mais do que influenciar na própria continuidade da até então incipiente experiência improvisada de carnaval de rua ocorrida em 2009, enquanto *acontecimento constituinte*, as Praias reverberaram na própria percepção política da cidade destas coletividades. Ao que parece, essa mobilização agiu em sentido de criar uma disposição nesses blocos de encarar a capital mineira sob um prisma profundamente pautado pelo incentivo à elaboração de vivências cidadinas alternativas em seus cortejos. Desse modo, além de expandir territórios e temáticas passíveis de instaurar contraposições políticas às regulações predominantes em Belo Horizonte, reconfiguravam a dimensão lúdica e cultural inerente ao carnaval de rua local, em sentido de transforma-lo em modalidades específicas e efêmeras de *insurgências do uso* no seu relacionar com a cidade e seus espaços.

Esse sentido singular de se relacionar com cidade, legado ao carnaval de rua de Belo Horizonte em 2010 pelas Praias, transparece de maneira particularmente detalhada nas recordações de Janaína Macruz acerca dos festejos daquele ano:

Em 2010, a gente fez vários trajetos. Tudo aleatório, nada definido: só marcava um ponto de encontro, era um lance de experimentar, e foi maravilhoso! Isso:

- Uma agência de banco!
- Vamos entrar lá?
- Vamos!
- Palácio das Artes³³!
- Vamos entrar no Palácio das Artes?
- Vamos!

Era na hora que decidia: entrava lá na agência de banco, jogava um lance dos envelopes de banco pra cima, fazia o carnaval, saía fora. Um lance bem juventude, de uma experiência que parecia que a gente tinha realmente tomado um doce e estava pirando, experimentando a cidade - só que como era a primeira vez, dava essa sensação lisérgica. Foi uma sensação de viajar

³³ O Palácio das Artes é um Complexo Cultural situado dentro do Parque Américo Renné Gianetti, na região central de Belo Horizonte.

pro carnaval! Era férias ainda, então foi um movimento só: a Prefeitura estava morrendo de medo da galera da Praia da Estação.

De acordo com Macruz, esse sentido singular se traduzia na abertura desses blocos nesse contexto ao estabelecimento de trajetórias improvisadas: era tanto uma forma de reconhecimento coletivo da própria cidade, quanto um meio de instaurar momentaneamente usos imprevisos de seus espaços. Aparentemente, nesse contexto de retomada do carnaval de rua belo-horizontino, o transplantar da dimensão de *insurgência do uso* que circunscrevia as Praias se deu sob dois prismas: potencializou nesta cena um aprofundamento singular de sua imbricação entre política e cultura, por meio da diversificação de usos possíveis de espaços públicos da cidade por seus cortejos, pela via do lúdico; impulsionou uma disposição particularmente inventiva quanto ao próprio elaborar dos festejos desses Blocos, sobremaneira marcada pelo incentivo à autoprodução, diálogo e conjugação criativa de várias facetas inerentes ao formato tradicionalmente consagrado dessa manifestação cultural. Ainda que não mencionada diretamente por Macruz, uma das coletividades que se fizeram presentes nessa cena a partir desse contexto tem particular importância na narrativa que será tecida no terceiro capítulo desse estudo: o Bloco Filhos de Tchá Tchá.

Será por meio da trajetória específica deste Bloco nos anos imediatamente posteriores a 2010, e nas maneiras com as quais refinou esses sentidos de politização lúdica de usos de espaços da cidade de Belo Horizonte em seus cortejos, que se aprofundará a recuperação de uma das facetas dos legados das Praias da Estação enquanto *acontecimento constituinte*: no caso, sua influência nos aspectos singulares que o carnaval de rua da capital mineira adquiriu, a partir da relação tecida com essa mobilização.

1.3 – JUNHO DE 2013: “É COMO SE AQUELE VIADUTO FOSSE UMA ÁGORA, SABE?”

Conforme anteriormente ressaltado, o aparecimento das Praias da Estação, e os aspectos singulares que envolveram aquela mobilização, também tiveram desdobramentos de relevo para a cena ativista de Belo Horizonte no contexto imediatamente posterior a 2010. As confluências e os intercâmbios por elas propiciados se espalharam por diversas searas do cotidiano da cidade, particularmente na maneira

com a qual se formaram contraposições diretas à intensificação da contradição historicamente estabelecida na cidade, a partir da gestão de Márcio Lacerda.

IMAGEM 8: Passeata do Movimento Fora Lacerda em Belo Horizonte, 2012. Fonte: Priscila Musa.

Entre os anos de 2010 e 2013, paralela ou independentemente de sua materialização nesse período, os sujeitos que tomaram parte nas mobilizações das Praias teceram toda uma rede contatos para com movimentações atuantes em outras demandas em que a cena ativista belo-horizontina se inseria. Conforme relata Priscila Musa, uma das consequências mais significativas de tais confluências se deu a partir de 2011:

O Fora Lacerda tem esse contexto geracional dos mais fortes: colocou uma série de atores de movimentos sociais diferentes pra dialogar dentro da cidade - não sei se como era antes de mim, mas vi isso acontecendo muito nessa experiência. Desde essa coisa do Bueno, da Guarda Municipal, com a turma da Comunicação da UFMG, a turma da Sociologia, Brigadas Populares, os arquitetos, a turma do Hip Hop – o Duelo³⁴ nunca participou tão ativamente, mas tinha uma turma do Hip Hop. [...] Consegui dar visibilidade pra umas pautas importantes: do transporte, da cultura. [...] Então, querendo ou não, a gente conseguiu dar uma visibilidade pra algumas pautas que ficavam até meio esquecidas: a permanência da Dandara tem uma participação muito forte do Fora Lacerda também, do show do Graveola, tem essas conexões. E o carnaval de rua, né? O carnaval de rua se fortaleceu muito com o movimento também.

³⁴ Musa faz menção ao Duelo de MCs, evento cultural produzido pelo coletivo de Hip Hop Família de Rua, nas noites de sexta-feira, embaixo do Viaduto Santa Tereza.

Do que é colocado por Musa, cumpre notar primeiramente que os encontros deflagrados pelas Praias da Estação culminaram com a elaboração e atuação do Movimento Fora Lacerda, entre 2011 e 2012: espécie de fórum de interlocução e intervenção conjunta, formado por todo um arco de coletividades atuantes em diferentes pautas na cidade, congregados por sua oposição direta à administração municipal (ALBUQUERQUE, 2013; MAGALHÃES, 2015; MIGLIANO, 2017). No que tange ao Movimento, a variada gama de coletividades ali reunida atuou, primeiramente, como componente de ampliação dos raios de inserção e atuação conjunta pela cena ativista da cidade: tanto amplificava, quanto diversificava a abrangência temática e de formas de intervenção contestatória perante os ordenamentos neoliberais predominantes estabelecidos como paradigmas de administração na capital mineira (MAGALHÃES, 2015). Sua existência representava precisamente um refinamento das confluências e instâncias de diálogo, entre distintas coletividades atuantes na capital mineira, que as mobilizações das Praias, durante o verão de 2010, influenciaram.

Além de periódicas reuniões públicas de mútua elaboração de atividades e da realização de campanhas de propaganda e passeatas de protesto, o Fora Lacerda teve grande papel na formação e disseminação local da existência do Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa (COPAC): aglutinando todo um conjunto de setores da cidade diretamente impactados pelas obras e políticas estatais executadas para a realização dos megaeventos que a cidade sediou em 2013 e 2014, o COPAC se destacou por sua influência fundamental para a compreensão das dinâmicas instauradas em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho de 2013 (MAGALHÃES, 2015; MIGLIANO, 2017). Como se verá, até pelo contexto em que se fez presente, pode-se dizer que de maneira indireta, a existência do Fora Lacerda também incidiu e inspirou aspectos singulares da formação e atuação da própria Assembleia Popular Horizontal, enquanto *acontecimento constituinte*, em 2013: serviu como espécie de primeira instância organizacional refinada e efetiva de aglutinação de demandas variadas, sedimentadas num arcabouço comum em sentido de transformação democrática da cidade, enquanto existiu (MAGALHÃES, 2015).

Através ou paralelamente ao Fora Lacerda e à formação do COPAC, as Praias igualmente deixaram outros desdobramentos indiretos para a cena ativista da cidade nesse período, que também se fizeram presentes num contexto imediatamente anterior à eclosão dos protestos de 2013. Uma primeira forma de aproximação a estes vestígios se

deu em um evento ocorrido no início de junho de 2013, durante um pacífico ato de protesto, realizado em solidariedade aos manifestantes turcos reunidos em Istambul contra medidas do governo local, referentes à situação do Parque Gezi³⁵. O jornal belorizontino O Tempo noticiou este ato da seguinte forma:

Ocupação da praça de Santa Tereza reúne 500 jovens

A praça Duque de Caxias, em Santa Tereza, na região Leste de Belo Horizonte, foi ocupada, durante a tarde de ontem, por movimentos jovens que discutiram a ocupação dos espaços públicos na capital. De acordo com a Polícia Militar, presente no evento, cerca de 500 pessoas participaram do ato. Pacífico e cultural, o evento foi articulado como uma ação de solidariedade aos manifestantes agredidos pela polícia e o governo no parque Gezi, na Turquia, e envolveu diversos movimentos da capital. Com música, intervenções e arte circense, cada grupo envolvido na iniciativa se manifestou de forma diferente. Artistas independentes, produtores e agitadores culturais participaram do evento.

Segundo o idealizador do protesto, o ator e produtor Francisco Cereno, a agenda política dos coletivos mineiros se aproxima da vontade do povo turco de ocupar espaços públicos. “Se você analisar de forma objetiva, o motivo do protesto lá na Turquia é semelhante à luta do Fica Ficus aqui, que luta pelo direito de viver em uma cidade arborizada e que respeite a natureza”.

Para Cereno, artistas e ativistas encontram dificuldade de se manifestar livremente nos espaços públicos da cidade. “Existe muita burocracia para qualquer artista que queira se apresentar, por exemplo. Por isso, movimentos como a Praia da Estação, que entendem o espaço como um local de livre expressão, fazem tanto sucesso aqui”, afirmou.

[...] Tendência.

A avaliação do ativista cultural Israel do Vale inclui a revisão do modelo político vigente. “A politização do jovem da capital é irreversível. São muitos movimentos, com demonstrações incisivas de que é preciso reinventar essa política analógica que vivemos”, disse. Para ele, não há mais espaço para a política unilateral. “A sociedade civil quer dialogar com o poder público”, afirmou.

Participantes

- Praia da Estação
- Fica Ficus
- Movimento Mineiro de Circo³⁶
- Bloco carnavalesco Pena de Pavão de Krishna
- Plante uma Ideia³⁷

³⁵ O Parque Gezi situa-se em Istambul, Turquia. Durante o ano de 2013, uma série de protestos violentamente reprimidos veio a ocorrer em contestação direta a aprovação de medidas dos poderes estatais locais para demolir o Parque como parte de um plano de reforma urbana da área da cidade em que o mesmo se encontra. A seguinte reportagem do site da agência de notícias Deutsch Welle traz um histórico resumido da polêmica da época, bem como suas reverberações na Turquia contemporânea: <https://www.dw.com/pt-br/protestos-do-parque-gezi-e-o-sonho-de-uma-turquia-diferente/a-43959364>.

Acesso em: 26 de dez. 2018.

³⁶ O Movimento Mineiro de Circo foi uma organização destinada a representar artistas e amantes das artes circenses em Minas Gerais. Para saber mais: <http://circomineiro.blogspot.com/>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

³⁷ O Coletivo Plante uma Ideia foi uma organização voltada ao plantio de árvores na área urbana de Belo Horizonte.

- Ateliê Alcova Libertina³⁸
- Comitê Popular dos Atingidos pela Copa
- Fora do Eixo
- Ninja³⁹ (CALIL, 2013)

A notícia acima traz consigo diversos elementos para recuperar a reverberação temporal de algumas das dinâmicas iniciadas pelas Praias enquanto *acontecimento constituinte* em Belo Horizonte, no contexto localmente instaurado em junho de 2013.

Nesse ângulo, a presença de integrantes do protesto que se identificaram como pertencentes às Praias e sua menção explícita aparentemente delineava uma dupla ressonância naquele cenário: tanto servia para as situarem como exemplo paradigmático de livre usufruto comum de um território citadino, quanto para um contraste com o que seriam dificuldades e cerceamentos a expressões artísticas e políticas na cidade. Outra forma de mencionar a permanência das questões levantadas pelas Praias parece dar-se pelo próprio local em que o ato transcorreu: na Praça Duque de Caxias, no Bairro Santa Tereza, situado na Regional Leste de Belo Horizonte.

Ainda que essa Praça em si não fosse objeto de qualquer decreto restritivo ou de tentativa de transferência de sua gestão para a iniciativa privada pela Prefeitura no contexto em que esse protesto se deu, é possível inferir, de um lado, que os ordenamentos para o usufruto de praças e parques da cidade pela população da capital mineira ainda fossem alvo de questionamentos públicos. De outro, a escolha dessa Praça também permite a percepção de que uma das formas com a qual as Praias enquanto *acontecimento constituinte* ecoava na capital mineira se encontrava na própria ampliação e descentralização territorial que sua mobilização suscitara, de modo a abranger outros espaços. Na conjuntura em que se deu esse protesto, portanto, ainda se faziam presente não somente questionamentos concernentes à concepção de cidade que matizava a gestão Lacerda: também floresciam diversificadas formas de resistência, situadas no entorno dos espaços públicos e do cotidiano da capital mineira, intensificadas pela realização de megaeventos em Belo Horizonte naquele período.

³⁸ O Ateliê Alcova Libertina é um coletivo de artistas belo-horizontinos atuantes em diversas searas da cena cultural da cidade. O coletivo também possui um bloco carnavalesco de nome homônimo que tradicionalmente se apresenta nos domingos de carnaval. Para saber mais: <https://www.facebook.com/AlcovaLibertina/>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

³⁹ O Mídia Ninja é um coletivo jornalístico cidadão de produção e compartilhamento em rede de notícias de caráter independente. À época dos acontecimentos narrados, o coletivo se tornou nacionalmente famoso por sua cobertura em tempo real dos diversos protestos ocorridos durante as Jornadas de Junho de 2013 no país. Para saber mais: <http://midianinja.org/quem-somos/>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

IMAGEM 9: Ato de protesto na Praça Duque de Caxias em solidariedade aos manifestantes turcos em favor da manutenção do Parque Gezi, em Istambul. Fonte: O Tempo, 10 de jun. 2013/Ângelo Pettinati.

Uma forma distinta de inferir a existência de um processo de relativa descentralização e ampliação de raios de atuação ativista na cidade se fazia manifesta pela própria presença de quatro das coletividades identificadas na reportagem. Além da própria Praia da Estação e do COPAC, ali se encontravam: o Movimento Fica Fícus, que defendia a preservação das árvores da Avenida Bernardo Monteiro, situada no Centro de Belo Horizonte, diante da decisão da Prefeitura de podá-las; o bloco carnavalesco Pena de Pavão de Krishna, fundado durante o carnaval de 2013, e que se caracterizou nos anos seguintes por uma dimensão itinerante de realização de seus cortejos⁴⁰.

A presença de coletividades culturais dedicadas a outras searas ou atuantes no midiativismo (Movimento Mineiro de Circo, Plante uma Ideia, Ateliê Alcova Libertina, Fora do Eixo e Mídia Ninja) também ajudam a entender esse protesto como um mosaico dos diversos ativismos existentes na capital mineira, à época. De certa maneira, tal confluência não deixava de espelhar outro reflexo das Praias enquanto *acontecimento constituinte*: a permanência de instâncias de reunião, interlocução e mútua colaboração

⁴⁰ O bloco Pena de Pavão de Krishna se caracterizou pela variação de seus desfiles que ocorrem tradicionalmente nos domingos de carnaval ao longo dos anos. Em 2013 o bloco desfilou no Bairro da Floresta, próximo ao Centro da Belo Horizonte; em 2014, no Bairro Jardim América, na Zona Oeste; em 2015, no Bairro da Lagoinha, próximo ao Centro; em 2016, no Bairro Jardim Pirineus, na Zona Leste; em 2017 e em 2018 no Bairro do Barreiro, na Zona Oeste.

entre uma variedade de coletividades presentes em sua cena ativista ao longo dos anos, indiretamente refinada pelo Movimento Fora Lacerda. Outra dimensão que reforça tal impressão é oriunda da motivação mesma do que ali ocorria: enquanto ato de solidariedade a uma mobilização então em andamento em um país e uma cidade situada a milhares de quilômetros da capital mineira, esse protesto evocava a existência de uma espécie de experiência de aprendizado e ressignificação perante outras lutas em andamento, diretamente atinente a contestações cidadinas transcorridas em outros espaços e tempos.

Uma última informação trazida por essa reportagem permite o entrever de aspectos que singularizavam esse contexto na capital mineira: a fala de um participante entrevistado na matéria referindo-se à necessidade de se “reinventar essa política analógica que vivemos”. Será precisamente uma tentativa de reinventar a política na cidade de Belo Horizonte, no contexto delineado em 2013, que permite situar em meio a esse cenário o irromper de um *acontecimento constituinte*, de ordem particularmente diversa daquele ocorrido a partir das mobilizações das Praias da Estação, ainda que com estas relacionadas historicamente enquanto desdobramento indireto.

Poucos dias após essa pacífica manifestação ocorrida na Praça Duque de Caxias se iniciava a onda de protestos de rua na capital mineira naquela conjuntura. De modo a retrair o que veio a tona em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho de 2013, uma primeira forma de aproximação decorre de algumas das próprias motivações que alguns dos entrevistados por essa pesquisa alegaram para sua participação naqueles protestos. Na narrativa do produtor de alimentos Ommar Motta⁴¹, sua participação serviu para um aprofundamento de seus entendimentos acerca do próprio funcionamento da cidade, e dos interesses envolvidos naquele contexto:

Fui mais pra ver as coisas acontecerem, e questionar elas: comecei a questionar a partir dali. Claro que, inicialmente, eu não tinha nenhuma reflexão sobre o que estava acontecendo, mas sabia que era alguma coisa - a FIFA está aqui no Brasil, o Estado de Exceção. Até como estudante de Direito: tudo o que estudei sobre soberania, países, formas de Estado, democracia - estava vendo que era bem falho, inexistente até certo ponto, pra alguns. Essa coisa da FIFA, do Estado de Exceção, da repressão que foi criada no entorno duma empresa pra gerar lucro pra pessoas estrangeiras, tudo isso me deixou, de certa forma, indignado: disposto a tentar lutar contra isso, mas realmente não sabia como. Não até passar essa onda, e começar a ter tempo pra poder entender o que aconteceu.

⁴¹ Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo nesse trabalho no lugar de seu nome.

As recordações dos motivos pessoais de Motta em se juntar aos atos de rua desencadeados em junho de 2013 iluminam diversas dimensões da dinâmica específica dos protestos ocorridos na capital mineira. Numa primeira camada, chama atenção a relação que estabelece entre a repressão que ali se deu aos manifestantes e a FIFA, entidade internacional privada responsável pela organização de megaeventos esportivos no país à época: segundo Motta, era em defesa dos interesses dessa instituição, durante o transcorrer da Copa das Confederações de 2013, que se encontram as razões preponderantes do brutal comportamento adotado pelas forças policiais para com os atos de rua na cidade. Para o mesmo, tal repressão era um reflexo de uma espécie de Estado de Exceção imposto em Belo Horizonte durante este megaevento, pautado por todo um arcabouço de relações obscuras entre os poderes estatais e os interesses privados agregados no entorno da FIFA e seus patrocinadores.

Em certo sentido, a centralidade que Motta confere à realização da Copa das Confederações de 2013, e a forma como tal megaevento foi um elemento de especificidade das pautas dos protestos na capital mineira, parece se confirmar de múltiplas maneiras. Primeiramente, conforme se nota na notícia concernente à manifestação realizada na Praça Duque de Caxias, pela presença de uma coletividade com atuação inteiramente dedicada à contestação dos impactos das políticas públicas executadas na cidade para a recepção destes megaeventos: o COPAC. Uma segunda dimensão de atestar tal centralidade se revela pelo fato de que a maioria dos atos de protesto ocorridos em Belo Horizonte em junho de 2013 tiveram como destinação as imediações do Estádio Governador Magalhães Pinto, em dias de realização de partidas da Copa das Confederações.

Por fim, no que tange ao “Estado de Exceção” que menciona em suas recordações, cumpre notar que para a realização destes dois megaeventos – Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014 -, o governo federal aprovou em 2012 uma controversa legislação: a Lei nº 12.663, popularizada à época sob o nome de Lei Geral da Copa. Promulgada pela Presidência da República em 5 de junho de 2012, a primeira característica que delineava a excepcionalidade desta legislação se dava em sua abrangência temporal de vigência: se situava em vigor exclusivamente durante os períodos em que transcorreram a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Acerca desta legislação, pode-se dizer que seus efeitos se davam tanto no que tange ao tratamento jurídico excepcional dado à FIFA, quanto em seus impactos diretos sobre as cidades que sediaram os eventos, considerando sua conjugação com os

processos de remodelação então executados em seus territórios (JENNINGS, et. al.; 2014).

No primeiro caso, três pontos foram determinantes: a regulação de diversos aspectos visando proteger a exclusividade de comercialização dos patrocinadores destes megaeventos, durante a vigência dessa legislação, em áreas delimitadas no entorno dos estádios, ferindo diretamente pontos do Código do Consumidor brasileiro; as restrições concedidas à comercialização de ingressos de meia-entrada, em completo desacordo com o Estatuto do Torcedor; a concessão de variadas isenções fiscais e imunidades jurídicas para a FIFA, durante o transcorrer das competições.

Já no segundo caso, pode-se dizer que o próprio abrigo dado pelo país aos megaeventos organizados por esta entidade deu ensejo à promoção de legislações municipais e estaduais específicas que, em certo sentido, ampliavam os efeitos práticos locais da Lei Geral da Copa. Conjugando-se com um panorama de execução de grandes obras de intervenção urbana planejadas para esses megaeventos, criou-se um cenário que não raramente serviu para o aprofundamento de relações obscuras entre poderes estatais e interesses privados - particularmente aqueles atuantes nos setores de construção civil, turismo e transportes. Além dos prejuízos causados tanto a circuitos econômicos de pequena monta nos entornos dos estádios, quanto aos erários dessas cidades decorrentes das isenções fiscais concedidas, também é importante mencionar os impactos causados pelas grandes obras viárias então executadas: envolveram a desapropriação e desestruturação de comunidades inteiras, em processos de remoção profundamente marcados por graves violações aos direitos de seus habitantes.

Diante de uma cidade como Belo Horizonte, historicamente marcada por concepções particularmente autoritárias e excludentes com a qual a institucionalidade local se relacionou com seus espaços e seu cotidiano, a condição de ser uma das sedes desses megaeventos servia para aprofundar ainda mais sua contradição estabelecida - e os conflitos dela decorrentes. Nas circunstâncias específicas da capital mineira, também se pode dizer que outros fatores locais se faziam presentes, todos em sentido de agravar o quadro delineado pelo fato de sediar tais megaeventos, conforme atesta a reportagem abaixo do jornal Hoje em Dia:

Transparência é pequena nos gastos das copas em Belo Horizonte e Minas

Minas Gerais e Belo Horizonte possuem nível de transparência apenas mediano quando o assunto são as intervenções e investimentos na Copa das

Confederações e no Mundial de 2014. Mesmo assim, ainda estão bem colocadas nacionalmente.

A avaliação é do projeto “Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios”, idealizado pelo Instituto Ethos e que serão apresentados hoje no Seminário Transparência na Copa 2014: Como está esse Jogo?, no auditório da Controladoria Geral da União (CGU) em Belo Horizonte.

O que norteou o estudo foi o acesso da população aos dados de investimentos para as copas, se esses canais funcionam bem e fornecem dados para o controle social dos investimentos. A participação social no processo também foi avaliada.

Considerando os 90 critérios avaliados, a nota média do Estado foi de 56,20. Mesmo assim ficou no terceiro lugar em todo país, atrás de Ceará (65,22) e Pernambuco (63,38). A lanterna foi Rio Grande do Norte, com 15,74 em um índice que varia de zero a 100.

Audiências públicas

Dentro do quesito participação, um dos critérios avaliados era a realização de audiências públicas. Minas Gerais levou nota zero por não realizar ou disponibilizar o resultado delas publicamente. No entanto, o estudo destaca que o Estado criou na lei orçamentária capítulos dedicados às copas.

No caso das cidades-sede, apenas Porto Alegre (48,87) e Belo Horizonte (48,44) tiveram nota média. As outras dez foram classificadas com nível muito baixo, com pontuação abaixo de 19. A capital mineira realizou audiências públicas, mas obteve nota muito baixa, apenas 6,67 em 100.

O levantamento destaca que nem os estados, nem as cidades-sede divulgaram quanto de renúncia fiscal foi concedido para que os dois eventos fossem realizados. Segundo o estudo, sem essa informação é impossível calcular quanto realmente custaram os dois eventos esportivos.

O mais curioso do levantamento é que todas os 90 quesitos foram solicitados nas administrações municipais e estaduais via Lei de Acesso à Informação e apenas o Estado do Paraná respondeu no prazo.

“A avaliação foi discutida por um ano, apresentamos no Congresso Nacional de Transparência, comunicamos às administrações antes de publicar e mesmo assim tivemos esse retorno”, explica a coordenadora nacional do projeto ‘Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios’, Ana Angélica Rocha (SANTOS, 2013).

Do que é delineado pela reportagem, pairava sobre o conjunto de intervenções e investimentos referentes à realização em Belo Horizonte da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014 uma atmosfera de profundo desconhecimento dos montantes investidos e suas destinações. Mais do que um desconhecimento, a matéria deixava patente uma perspectiva de que, na prática, não havia qualquer tipo de controle ou mediação de setores da sociedade civil seja sobre esses investimentos, seja sobre os critérios de seleção de prioridades de sua destinação. Ainda que tal descontrole não fosse exclusividade da capital mineira, a ausência de transparência acima mencionada situava a abrangência mesma do aprofundamento de suas tendências autoritárias anteriormente formadas, ao sediar estes megaeventos: à recusa institucional à confecção de canais de participação popular se somavam os obstáculos ali interpostos ao escrutínio

público do que efetivamente estava sendo feito na cidade, nesse contexto, como retrato da intensificação dos direcionamentos de mercantilização da gestão da capital mineira.

Considerando os elementos até aqui destacados, pode-se dizer, portanto, que, no contexto delineado a partir da eclosão no país das Jornadas de Junho de 2013, Belo Horizonte era mais uma cidade brasileira cujos atos de rua tiveram como um dos elementos catalisadores de indignação popular tais megaeventos. Nesse sentido, o cenário formado na capital mineira se inseria em muitos aspectos do panorama descritivo aprofundado tecido por Manuela Alvarenga acerca desses megaeventos, e seus impactos diretos sobre as cidades que o sediaram:

Ainda partindo dos registros dos movimentos sociais e coletivos, temos outras pautas importantes na gênese das manifestações. O mês de Junho de 2013 receberia a Copa das Confederações no Brasil, evento com grande visibilidade internacional e desencadeador de diversos conflitos ligados à sua preparação e realização. Esse evento está inserido em um conjunto de megaeventos esportivos sediados em várias capitais brasileiras, do qual também fazem parte a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. A euforia inicial com a recepção de tais eventos foi progressivamente revertida em revolta. Começou com o Ato Olímpico, lei aprovada em 2009, seguida da Lei Geral da Copa e outros diversos dispositivos jurídicos incoerentes com os princípios constitucionais brasileiros, uma verdadeira “lei de exceção”.

[...] Depois vieram as reformas superfaturadas de estádios e a instalação de equipamentos urbanos inconsistentes com as necessidades da cidade (esta foi a Copa do Mundo mais cara da história, tendo gastado aproximadamente 33 bilhões de reais). Com a aprovação destes empreendimentos, iniciaram-se as construções utilizando exploração de mão de obra escrava, as prefeituras contraíram exorbitantes dívidas sem conformidade com a legislação fiscal, foram anunciadas remoções de famílias de suas casas (cerca de 250 mil pessoas foram desapropriadas ou tiveram seu direito à moradia ameaçado por obras relacionadas à Copa nas doze cidades). Depois vieram as demolições, o fechamento de comércios (exigiu-se das cidades-sede que a atividade comercial e a publicidade no entorno dos estádios e em outras áreas de interesse, como as principais vias de acesso e as áreas das Fan Fest, fossem controlados exclusivamente por ela e suas parceiras, deixando inúmeros vendedores ambulantes e donos de estabelecimentos comerciais sem sua fonte de renda), dentre inúmeras outras violações dos direitos humanos (ALVARENGA, 2016, p.17, 18).

Diante do panorama acima colocado, importa ressaltar um último elemento para a compreensão desses megaeventos como fator catalisador da indignação popular nas cidades que os sediariam durante junho de 2013. No caso, trata-se de ter em vista de que, além dos ordenamentos jurídicos lesivos, e da ausência de transparência quanto aos valores envolvidos nas obras de remodelação, também havia uma quase total desconexão entre o direcionamento destes investimentos e as reais demandas dessas cidades: era patente que atendiam tão-somente interesses de nichos particularmente

específicos de setores das iniciativas privadas locais (JENNINGS, et. al.; 2014). Tal desconexão evidenciava precisamente o quanto os fatores referentes ao país sediar tais megaeventos se conjugavam, particularmente a partir de uma quase total impermeabilidade ao atendimento dos interesses das populações diretamente atingidas: sua exclusão nos planejamentos executados era evidência da completa dissociação destes eventos para com quaisquer perspectivas de aprimorar a qualidade de serviços a assegurar direitos coletivos dos habitantes destas cidades.

Para os propósitos da narrativa aqui tecida, a questão da realização da Copa das Confederações em Belo Horizonte detém grande importância no delineamento de determinados eventos ocorridos na cidade em 2013 enquanto *acontecimentos constituintes*. Nesse ângulo, tal se afirma, de um lado, por conta de que esse cenário de então teve por reflexo direto a confecção de toda uma dinâmica singular de mobilizações na capital mineira, tendo precisamente esse megaevento como um de seus centros gravitacionais. De outro, de que alguns aspectos surgidos a partir, e paralelamente a tais mobilizações, não só eram derivações das concepções contestatórias que apareceram na capital mineira, a partir das Praias: também inseriam sua dimensão transgressora numa relação direta com o histórico autoritário da cidade, sua contradição e os conflitos daí decorrentes, particularmente na forma como esses fatores se apresentaram diante da conjuntura delineada por esses megaeventos.

Também cumpre notar que, enquanto motivação detonadora dos protestos que culminaram nas Jornadas de Junho em São Paulo nessa conjuntura, as questões dos transportes públicos e dos valores de tarifas praticados em Belo Horizonte detiveram papel de grande relevância em seus atos de rua. Nessa temática, o que aparenta distinguir as duas cidades se encontra na própria dinâmica temporal de reajustes tarifários: diferentemente de São Paulo, onde a concessão de um reajuste em fins de maio de 2013 (JUDENSNAIDER; et. al., 2013) se tornou detonador imediato dos protestos convocados pelo Movimento Passe Livre, as tarifas até então praticadas em Belo Horizonte haviam sido reajustadas em dezembro de 2012, conforme estipulam os contratos entre empresas concessionárias e a Prefeitura Municipal em vigor desde 2008 (VELOSO, 2015)⁴². Em certo sentido, portanto, pode-se dizer, de um lado, que o

⁴² Belo Horizonte foi a primeira capital brasileira a licitar concessões para empresas privadas operarem os serviços municipais de ônibus, em 1998. No ano de 2008 foi realizada nova licitação para o serviço com prazo de duração de 20 anos de concessão para o setor privado de seu sistema de transportes públicos neste modal por contrato: suas tarifas do serviço são anualmente reajustadas a partir de índices nele

próprio hiato temporal decorrido entre o reajuste e os protestos de junho de 2013 na capital mineira permite circunscrever esse tema como um, entre outros, a motivar a indignação popular local; de outro, que a repercussão dos protestos concernentes a essa temática em andamento em São Paulo impulsionou a nacionalização de sua discussão, e contestação, em diversos cenários urbanos, à época.

Em virtude justamente da amplitude dada ao tema nessa conjuntura, a imprensa belo-horizonta também direcionou seus holofotes ao sistema local de transportes públicos, através de um diversificado conjunto de reportagens: tornou-se comum a veiculação de notícias abordando aspectos técnicos, jurídicos e estruturais desse sistema, além de matérias enfatizando as consequências desses arranjos no cotidiano de seus usuários, sob o prisma da péssima qualidade do serviço oferecido. Dentre essas reportagens, a matéria abaixo do jornal O Tempo fornecia um panorama particularmente complexo da relação existente entre poder estatal local e empresas concessionárias:

Lucro das concessionárias de ônibus de BH é um mistério

A relação entre o faturamento e as despesas das concessionárias que gerenciam os ônibus na capital e a influência desses fatores na tarifa paga pelo usuário são um mistério. A própria Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) admitiu ontem que desconhece as planilhas de custos e os lucros das empresas. Atualmente, a autarquia diz ter acesso somente ao faturamento delas, o que pode ser aferido diariamente por meio do sistema de bilhetagem eletrônica.

Apesar de os contratos divulgados anteontem informarem que as concessionárias são obrigadas a publicar anualmente suas demonstrações financeiras, o presidente da BHTrans, Ramon Victor Cesar, diz que a regra não tem validade. “As empresas que são sociedades anônimas têm que publicar balanço de lucro, mas as concessionárias são sociedades limitadas. Até mesmo porque isso é segredo empresarial delas. Por isso, a cada quatro anos, auditamos as contas e verificamos a taxa de retorno delas”, explica.

No entanto, o professor de direito administrativo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Florivaldo Dutra diz o contrário. “Isso não tem nada a ver com o fato de ser anônima ou não. Tudo que influencia no custo do serviço e é de interesse da sociedade tem que ser público, não pode ocultar”, argumenta. O acesso aos gastos e lucros das empresas de ônibus são importantes, pois, por meio desses dados, é possível conhecer os ganhos de produtividade, ou seja, quando os proprietários conseguem administrar o serviço a um custo menor do que o previsto em contrato. Nesse caso, metade dos ganhos seria usado para amortizar o preço das passagens. Porém, eles só são conhecidos a cada quatro anos quando os documentos são revisados.

Além disso, segundo especialistas, conhecer as despesas ajuda a redimensionar o impacto de itens como mão de obra, manutenção e combustível, que são usados no cálculo de reajuste das tarifas. Desde 2008, considera-se que a mão de obra, por exemplo, representa 40% dos gastos, mas esse valor pode ser menor hoje.

previstos. Normalmente, as tarifas na cidade são reajustadas na última semana de dezembro de cada ano e no contexto estudado, tal se deu em dezembro de 2012.

[...] Qualidade

Na edição de ontem, O TEMPO mostrou que nem mesmo as mais de 32 mil reclamações de usuários, em 2012, foram necessárias para que a BHTrans cancelasse os contratos com as empresas de transporte público. Sobre esse assunto, Ramon Victor Cesar respondeu: “As 32 mil reclamações representam 0,07% do número de passageiros transportados por ano”. Questionado sobre quem seria o responsável pelo cancelamento do contrato, ele disse que é a prefeitura. Antes, no entanto, é preciso abrir um processo, que passa pelo crivo da Justiça (LOURENÇO, 2013).

Em termos bastante claros, a notícia trazia a informação de que o poder estatal simplesmente não detinha nenhum tipo de controle acerca das reais dimensões dos custos que embasavam os valores de tarifas praticados em Belo Horizonte⁴³. Conforme também coloca a matéria, a forma obscura com a qual a Prefeitura se relacionava com o tema, quanto à cobrança e fiscalização de itens estipulados em contrato, levava a uma prática na qual as tarifas eram estabelecidas pelas próprias empresas, a partir da divulgação discricionária, e possivelmente manipulada, de seus balanços financeiros. Tornando a situação ainda mais delicada do ponto de vista de seus usuários, a reportagem ainda informava acerca da completa ineficácia das estruturas de ouvidoria de reclamações do serviço: o montante significativo de queixas apresentadas somente no ano de 2012 simplesmente não havia surtido qualquer efeito na forma ineficiente como a autarquia local responsável (BHTrans) lidava com sua atribuição de fiscalização das empresas que o geriam.

Num sentido abrangente, a situação da prestação desse serviço essencial para o cotidiano de Belo Horizonte detinha similitudes diretas com a forma com a qual a institucionalidade lidava com os fatores envolvidos na realização dos megaeventos na cidade: ambos tinham em comum a completa falta de transparência enquanto signos distintivos de relações, que se enquadravam entre a promiscuidade e a omissão dos poderes estatais locais para com os interesses privados neles atuantes. De certo modo, esse aspecto comum revelava diretamente a forma como, contemporaneamente, a contradição estabelecida em Belo Horizonte se manifestava: tanto na impermeabilidade à contemplação de demandas de sua população, quanto na delegação dada à iniciativa privada de direcionar este serviço e os investimentos para os megaeventos que sediaria, se reiterava e se reforçava uma postura institucional absolutamente refratária à democratização de qualquer aspecto de sua atuação sobre a cidade e seu cotidiano.

⁴³ A cidade de Belo Horizonte contava à época com dois modais de transportes públicos coletivos: seu sistema de ônibus, de administração municipal, e seu sistema de metrô, gerido pela administração federal por meio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Os valores das tarifas dos dois sistemas são distintos, assim como são distintos seus critérios de reajuste.

Nas circunstâncias em Belo Horizonte das Jornadas de Junho de 2013, um último elemento tornava específica a situação não só da cidade, como do próprio Estado de Minas Gerais, perante o país, naquela conjuntura: uma decisão do Tribunal de Justiça Estadual, proibindo qualquer a realização de tipo de manifestação e greve em seu território durante o transcorrer da Copa das Confederações de 2013. A decisão foi veiculada pela imprensa local da seguinte forma:

Justiça proíbe manifestações no Estado durante a Copa das Confederações

O governo de Minas Gerais adotou uma medida radical para evitar protestos durante a Copa das Confederações. Manifestações e greves estão proibidas no Estado durante o evento. A restrição foi divulgada nesta quinta-feira (13) pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Segundo decisão expedida pelo desembargador Barros Levenhagen, do TJMG, a pedido do governo estadual, foi determinado ao Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol) - que está em greve desde essa segunda-feira (10) - e ao Sindicato Único dos Trabalhadores na Educação (Sind-UTE) - que prometeu manter os professores de braços cruzados durante cinco dias no período da Copa das Confederações - que não façam ações de protesto nas vias de acesso ao Mineirão e em todo o entorno do estádio, assim como em outras vias públicas da capital e em Minas.

A proibição se estende a outras manifestações que impeçam o trânsito de pessoas e veículos e que prejudiquem o funcionamento regular de serviços públicos, apresentação de espetáculos e outros eventos esportivos e culturais. Em caso de descumprimento da ordem judicial, as duas entidades sindicais serão penalizadas com multa diária de R\$ 500 mil (BAETA, 2013).

Conforme colocado na matéria, essa medida judicial simplesmente proscrevia na ilegalidade a expressão pública de todo um conjunto de direitos constitucionais políticos e civis em Belo Horizonte, e em todo o território do Estado de Minas Gerais.

A medida também dimensionava as próprias formas com as quais a institucionalidade local decidiu lidar com direitos legalmente consagrados: seu exercício pelos habitantes da cidade somente poderia se materializar mediante tutela ou autorização direta. Em certa dimensão, esta medida arbitrária parecia também se configurar como extensão da própria forma como os preparativos para a recepção destes megaeventos se fizeram em completa desconsideração para com interesses populares: ao desatrelar de preocupações para com direitos sociais nas obras executadas, se somava uma relativa interdição ao exercício de seus direitos políticos, compondo uma paisagem da amplitude das circunstâncias excepcionais em que estes transcorreriam. Igualmente, delimitava a própria radicalidade imersa em sua contestação, nos eventos que se deram na cidade, a partir de então: ao desobedecer tal ordenamento, pode-se dizer que aqueles

que participavam dessas mobilizações afirmavam diretamente a legitimidade de exercê-los autônoma e independentemente de quaisquer prescrições institucionais.

Em certo sentido, em Belo Horizonte, a medida acima foi questionada, na prática, de maneira imediata por integrantes de sua sociedade civil. No mesmo dia em que veiculava informações concernentes a essa decisão judicial, o jornal O Tempo publicava a notícia abaixo:

Belo-horizontinos se reúnem neste sábado para discutir redução da passagem de ônibus

Pegando carona na repercussão da manifestação que está ocorrendo em São Paulo, por causa do aumento da passagem de ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, estudantes organizam uma reunião, em Belo Horizonte, para discutir a redução da passagem na capital. Atualmente, o preço do bilhete custa R\$ 2,80. O encontro está marcado para este sábado (15), às 13h, na praça da Savassi, região Centro-Sul de Belo Horizonte.

Não apenas em São Paulo e na capital mineira, mas em todo o Brasil, centenas de pessoas se mobilizam em prol da redução ou não aumento da passagem. Estudantes também pleiteiam o direito ao passe livre.

Nas redes sociais, o número de pessoas confirmadas em Belo Horizonte já chega a 5.000.

Discussões semelhantes ocorrerão também no Rio de Janeiro, Florianópolis, Natal, Parnamirim, Goiânia, Porto Alegre, Campinas, Santos e Santarém.

Manifestações

Também está marcado para este sábado o Ato contra o Estatuto do Nasciturno e um "pique-nique junino" do Fica Ficus, protesto contra a poda das árvores centenárias da avenida Bernardo Monteiro, no bairro Santa Efigênia, na região Centro-Sul da capital.

Todas as manifestações, à exemplo de diversas outras que tiveram repercussão recentemente, estão sendo organizados através do Facebook. A página do evento é <https://www.facebook.com/events/181900998638964/> (BAETA II, 2013).

A reportagem anunciava a realização do que aparentemente seria apenas uma reunião para discutir a questão das tarifas de ônibus praticadas em Belo Horizonte, que se realizaria na Praça Diogo de Vasconcelos⁴⁴ dali a dois dias. Nesse aspecto, atestava a pertinência da questão dos transportes públicos na conjuntura iniciada em junho de 2013 na capital mineira: Belo Horizonte era mais uma cidade em que parcela de seus habitantes discutia essa temática e suas dimensões específicas, à época.

Na afirmação da realização de outras atividades de protesto marcadas para a mesma data em meio a seu texto, a matéria deixava igualmente a impressão de que as medidas institucionais de interdição de expressões políticas públicas ou surtiram pouco efeito, ou que seus participantes estivessem dispostos a abertamente transgredi-las. De

⁴⁴ A Praça Diogo de Vasconcelos é popularmente conhecida como Praça da Savassi na capital mineira.

certo modo, a dimensão de indignação pública em vias de se nacionalizar, e a relativa dispersão de pautas levadas às ruas naquela conjuntura, também se desdobravam na cidade, na interconexão de lutas já em andamento: às greves de professores estaduais e policiais civis mencionadas na reportagem sobre a proibição de manifestações em Minas Gerais, se juntava essa reunião, um piquenique de protesto convocado pelo movimento Fica Fícus, e uma manifestação concernente às temáticas em evidência naqueles dias, caso da possibilidade de aprovação do Estatuto do Nascituro⁴⁵ pelo legislativo federal. Ainda assim, ao menos em princípio, o encontro convocado para se realizar na Praça Diogo de Vasconcelos no dia 15 de junho de 2013 não confrontava diretamente a interdição interposta pelo judiciário estadual: nada permitia dizer que uma reunião, marcada para se dar em meio a uma Praça situada numa distância de onze quilômetros do Estádio Governador Magalhães Pinto, impediria seja o trânsito, seja a realização de eventos “esportivos e culturais” na cidade.

Entretanto, o que era para ser tão-somente uma reunião pública de discussão dos valores das tarifas de ônibus de Belo Horizonte transcorreu de maneira inteiramente distinta daquela originalmente programada por seus proponentes. Nesse sentido, as recordações do engenheiro e assistente social Antônio Mista⁴⁶ são particularmente pertinentes para a recuperação do que efetivamente ocorreu ali:

Quando teve a primeira manifestação lá em São Paulo, com muita repressão, eu fiquei muito mexido assim - achei que estava acontecendo alguma coisa diferente. Fiquei meio que torcendo - era o máximo que eu conseguia fazer -: cheguei a pensar em pegar o carro e ir pra São Paulo e participar, achando que ia fazer diferença - um voluntarismo às vezes que toma conta da gente. No que estava avaliando essa possibilidade, surgiu a primeira manifestação em Belo Horizonte: foi chamada pelos anarquistas que eu tinha tido contato, e fui já sabendo que tinha vínculos pessoais com as pessoas que estavam fazendo o chamado.

Foi na Savassi – lá, a gente surpreendeu -: era pra ser uma reunião, dessa que a gente tá acostumado a ver dez pessoas, e a Praça encheu. Tivemos que tirar na hora de fazer um ato - com aquele tanto de gente na rua, tinha que fazer um ato -: não lembro exatamente o percurso, mas a gente fez o ato no dia, no final já imaginando chamar o segundo.

[...] Os atos não tinham figuras com papéis específicos - era ir, fazer o número. Não me envolvi em ações diretas, nem isso eu considerava apto pra fazer - o que fazia era chamar pessoas -: jogava no Facebook, e muitos amigos, colegas de faculdade, primos que sempre tiveram um pensamento um pouco mais conservador da minha família, foram, porque acho que me viram indo. Vários amigos foram, porque me viram indo: lembro que ficava lidando com aquela coisa de chegar no ato, aquela multidão de gente, as

⁴⁵ O Estatuto do Nascituro é um projeto de lei que visa conceder direitos e garantias a fetos em gestação. Por sua proposição de considerar que a vida humana surge desde a concepção do feto, o projeto na prática permite a proibição de toda e qualquer forma legal de exercício do direito ao aborto no Brasil.

⁴⁶ Por pedido do entrevistado, será utilizado um pseudônimo no lugar de seu nome nesse trabalho.

peças que estavam indo chamadas por mim me procurando, muitos grupos - eu tentando articular esses grupos pra manter eles lá, porque o número era importante.

As recordações de Mista jogam luz a todo um conjunto de dimensões acerca não só do que ocorreu naquela tarde, como também sobre a dinâmica inicial dos protestos de rua que começaram a se dar em Belo Horizonte, naquela conjuntura.

De acordo com Mista, o que era para ser uma esvaziada reunião de discussão entre ativistas anarquistas tomou rumos inteiramente distintos: a grande afluência de público simplesmente permitiu transformar aquele encontro num efetivo ato de protesto de rua. De maneira inteiramente improvisada, por conta das circunstâncias propiciadas no calor daquele momento, ocorria aquele que foi o Primeiro Ato de Protesto na capital mineira, em junho de 2013: durante algumas horas da tarde daquele sábado, uma passeata formada quase que espontaneamente por milhares de indivíduos percorreu avenidas da Regional Centro-Sul de Belo Horizonte para expressar multifacetadas pautas de indignação popular, se encerrando de maneira inteiramente pacífica. Considerando as circunstâncias de interdição legal de manifestações públicas na cidade na conjuntura de 2013, a eclosão desse ato de protesto, por meio da ocupação direta das ruas da cidade, se tornou o momento mesmo onde se formou uma dinâmica inteiramente singular de *insurgências do uso* na capital mineira como moldura possível de leitura desse fenômeno.

Nesse sentido, as recordações de Mista quanto à postura que adotou em relação aos atos seguintes é particularmente pertinente para a compreensão das dinâmicas singulares do enquadramento desses atos enquanto *insurgências do uso*: no caso, sua atitude de convidar e incentivar familiares, amigos e conhecidos a tomarem parte nos protestos, independentemente das visões políticas pessoais daqueles com quem entrava em contato. De certo modo, sua postura era uma forma inteiramente pessoal de tornar evidentes as maneiras pelas quais os protestos que ocorreram em Belo Horizonte, e no país em 2013, adquiriram um caráter profundamente ambivalente de reivindicações: inicialmente, o que mais importava era a expressão pública e coletiva de indignação do que a existência de focos específicos. Tal perspectiva multifacetada e ambivalente de pautas denotava um aspecto fundamental da dinâmica dessas manifestações enquanto *insurgências do uso*: a interdição dos espaços públicos da cidade para atos de protesto era transgredida precisamente por sua ocupação direta, perpassada pela irrupção de uma livre expressividade política profundamente polissêmica como seu contraponto

imediatamente. Ademais, em sua desobediência coletiva fundada na expressão e exercício de direitos políticos, esta forma de ocupar as ruas reafirmava, na prática, a polissemia potencial de usos de tais espaços para além de suas funções de circulação.

Diante dessa polissemia expressiva, o fato de que originariamente iria ocorrer ali uma reunião se reveste de importância singular para essa narrativa. Tal fato evidenciava uma tentativa de dar foco à indignação popular que aparecia nas ruas da cidade: foi precisamente a forma como tal enfoque se deu o que imprimiu contornos específicos às dinâmicas das mobilizações ocorridas então na capital mineira, permitindo aqui situá-la enquanto *acontecimento constituinte*.

Nesse contexto, também cumpre ressaltar que o ato de rua transcorrido em 15 de junho de 2013 em Belo Horizonte foi praticamente o último a se dar de forma pacífica. Dois dias depois, a realização do Segundo Ato de Protesto na cidade foi noticiada da seguinte forma pelo jornal O Tempo:

Protesto em BH tem adesão de 20 mil pessoas, bombas de gás, balas de borracha, confrontos e feridos

Durante os confrontos com a Polícia Militar (PM), na tarde desta segunda-feira, um manifestante caiu do viaduto José Alencar, no entrocamento entre as avenidas Abraão Caram e Antônio Carlos, na Pampulha. Gustavo Magalhães Justino, de 18 anos, teria sido empurrado, segundo relatou ao pai, enquanto tentava fugir das bombas. Ele foi socorrido e levado para o Hospital Risoleta Neves. O pai da vítima informou que o filho teve escoriações no rosto e suspeita de ter quebrado a bacia. “Ele está bem, consciente e disse que foi empurrado na hora da confusão. Está um pouco confuso com tudo o que ocorreu ainda, mas graças a Deus não é nada grave. Foi um susto muito grande quando fiquei sabendo”, contou Joel Antônio Justino, de 46 anos. Gustavo deve ser liberado ainda na noite desta segunda-feira.

[...] Durante a tarde, testemunhas usaram as redes sociais para informar a situação pela cidade. No seu perfil no Facebook, o cantor Makely Ka relatou momentos de horror. “Guerrilha urbana agora aqui na Pampulha em frente à UFMG. A PM está atirando deliberadamente de cima do viaduto José de Alencar sobre os manifestantes que estão no asfalto da avenida Antônio Carlos. Duas pessoas caíram de cima do viaduto. Não sei o estado delas. Ficamos encurralados entre a tropa de choque e a polícia montada. Confusão, correria, gritos de pânico, gás e bombas. Violência gratuita e despropositada”, disse.

Após cerca de cinco horas de protesto sem nenhum conflito entre manifestantes e PM, os confrontos começaram por volta de 17h, quando o bloqueio da PM em torno do Mineirão foi “furado” por alguns. Neste momento, os militares passaram a atirar bombas de gás lacrimogêneo nas pessoas e usar balas de borracha para impedir que o cerco continuasse sendo ultrapassado.

Os manifestantes reagiram à ação da polícia jogando pedras e colocando fogo na avenida Antônio Carlos. Três labaredas de fogo se formaram no meio da avenida e a confusão a se instaurou imediatamente.

[...] Participantes do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sindute) informaram que “querem dar visibilidade aos problemas do Brasil durante a Copa das Confederações”. Eles tentaram

chegar até o Mineirão para entregar panfletos aos turistas, porém os manifestantes foram barrados pela PM. "A polícia nos parou antes do limite que poderíamos chegar, isso é uma arbitrariedade e vamos continuar aqui", disse Beatriz Cerqueira, presidente da Cut e coordenadora do Sindute.

Em protesto, manifestantes picharam um ônibus da linha 9502, que seguia sentido centro, na altura do viaduto República do Congo. Em caneta, e não em spray, foram escritas frases como: "R\$2,80 não" e "Passe livre". Outros veículos também foram pichados, sem o uso do spray.

Entre as motivações do protesto estão o valor da passagem de ônibus, gastos com a Copa da Confederação, reajuste salarial, dentre outras. Os manifestantes usam cartazes e faixas para demonstrar o descontentamento. Um deles diz "Copa para quem" (DINIZ; SOARES; MIRANDA; BAETA; CARMONA, 2013).

A reportagem acima destaca três pontos que iluminam a dinâmica peculiar das manifestações ocorridas em Belo Horizonte em junho de 2013, a partir do Segundo Ato de Protesto.

Primeiramente, o redirecionamento da própria territorialidade de trajetória que as manifestações ocorreram: diferentemente do Primeiro Ato, e em sintonia com os Atos seguintes, esta passeata se concentrou na Praça Sete de Setembro, situada na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte, e de lá partiu para Avenida Antônio Carlos e as imediações do Estádio Governador Magalhães Pinto, na zona nordeste da cidade – o que atestava a relevância simbólica das questões concernentes à Copa das Confederações, anteriormente mencionadas, na dinâmica local. Um segundo plano é revelado nas menções às múltiplas reivindicações expressas por seus participantes: não só reiterava a importância da questão desse megaevento e das tarifas de ônibus, como também indicava um sentido de convergência de distintas lutas então em andamento na cidade. Por fim, a forma com a qual as forças policiais agiram diante do protesto: o que marcou sua atuação foi a intensidade e brutalidade repressiva que ali demonstraram. Em certo sentido, a articulação desses fatores fez toda a dinâmica multifacetada de praticamente todas as manifestações ocorridas na cidade à época, ainda que não somente em seu delinear como *insurgências do uso*. Também ficava patente o trato da institucionalidade perante o fenômeno naquela conjuntura: de certo modo, a intensidade e desproporcionalidade repressiva atestavam que a transgressão de seus ordenamentos naquelas manifestações era vislumbrada como ameaça direta à sua própria legitimidade de regulação dos espaços públicos da cidade.

IMAGEM 10: Primeiro Ato de Protesto em Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho de 2013. Fonte: Patrick Arley.

A dinâmica fundada na conjunção desses elementos não foi a única dimensão aberta por estes atos de protesto, durante junho de 2013 em Belo Horizonte: igualmente inspirou o aparecimento de outra iniciativa, elaborada por parcela dos participantes dessas manifestações, e fundamentada em sentido de os influenciar por meio de focos específicos de reivindicação. Nesse aspecto, uma primeira aproximação a essa iniciativa se dá a partir de uma notícia do jornal O Tempo em 20 de junho de 2013, reportando eventos transcorridos dois dias antes no espaço existente embaixo do Viaduto Santa Tereza:

Movimento ganha lideranças e define focos de atuação

Aos poucos, os protestos que tomaram conta de Belo Horizonte nos últimos dias vão ganhando alguns focos de atuação. Inicialmente muito difusos e com manifestações contra uma infinidade de problemas, agora, ao que parece, os jovens estão organizando plataformas de comunicação, definindo agenda dos próximos encontros e determinando comitês setoriais.

Em reunião na noite de anteontem embaixo do viaduto Santa Tereza, os manifestantes decidiram que o Comitê dos Atingidos pela Copa (Copac) será o responsável pela articulação dos próximos passos do movimento. Essa representação, porém, não deslegitima eventos realizados por outros grupos ou indivíduos na cidade. Tal determinação pretendia atender ao anseio de que as manifestações são de todos na capital mineira.

A reunião também determinou a “formação de grupos horizontais e permanentes de articulação”. As áreas jurídica, de comunicação e de saúde

foram os três eixos mestres da atuação do grupo, determinados no encontro de anteontem à noite.

Os participantes votaram a favor da melhoria do sistema de transportes de uma forma geral, sugerindo ações como a ampliação do metrô para áreas de maior necessidade. Eles ainda foram contra a ação da Polícia Militar (PM) de esvaziar a segurança pública de eventos populares, como o Duelo de MCs, que tem como palco o viaduto.

Nacionalmente, os jovens se posicionaram a favor da transparência do uso de recursos para as copas no Brasil e se manifestaram contra a violência da PM.

Lista

Algumas exigências dos manifestantes após reunião:

Sistema de transporte. Além de redução na tarifa, lutar pela melhoria do sistema de transporte público.

Habitação popular. Apoio aos inúmeros moradores de ocupações, vilas e favelas.

Direitos dos gays. Repúdio à aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que oficializa a cura gay (SODRÉ; FREITAS, 2013).

O evento narrado acima era a primeira sessão da história da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, ocorrida embaixo do Viaduto Santa Tereza em 18 de junho de 2013.

Em sua descrição, a reportagem iluminava uma série de elementos concernentes a essa iniciativa: a conclamação do COPAC como responsável pela articulação das mobilizações então em andamento na cidade, concebida sob uma forma que preservava as possibilidades autônomas de que grupos ou indivíduos criassem quaisquer expressões públicas de indignação naquele contexto; a elaboração de uma lista de temas prioritários de atuação que, além das questões concernentes aos megaeventos que a capital mineira sediaria e seu sistema de transportes, contemplava demandas situadas em assuntos como habitação urbana, cultura de rua e repressão policial; a existência de uma estrutura de deliberação via voto sobre os assuntos ali discutidos; a organização de grupos “horizontais e permanentes” de articulação, aparentemente responsáveis pelo estudo e confecção de propostas para as áreas específicas em que estes atuariam.

Foi por meio dessa conjunção de fatores que a Assembleia Popular de Belo Horizonte surgiu, desencadeando toda uma dinâmica específica de desdobramentos na capital mineira, durante e após junho de 2013. Para os propósitos deste estudo, cumpre colocar que foi precisamente sua relação específica para com as *insurgências do uso*, que caracterizavam as manifestações de rua na capital mineira, o que permite situar seu aparecimento enquanto *acontecimento constituinte*: ou seja, a partir das formas com que seu aparecimento impactou de maneira significativa, primeiramente, na própria dinâmica de protestos então em andamento na cidade. Nesse

sentido, o relato de Virgínia Woolfe destaca pontos particularmente pertinentes para o entendimento dessa relação:

Só voltei a participar quando aquele pessoal que estava nas mobilizações puxou a Assembleia Popular Horizontal: foi uma tentativa de articular vários grupos diferentes que se preocupavam com o rumo que aquilo estava tomando, pra fazer com que aquilo tivesse um mínimo de ordem - e tendo ordem, conseguisse atingir objetivos mais concretos. Vi um anúncio que a Assembleia ia acontecer na internet e eu simplesmente fui, num primeiro momento: o que me fez ir pra APH foi perceber que, mesmo que os protestos de uma maneira geral - na totalidade das pessoas envolvidas neles - poderiam não ser coesos, estava havendo um movimento de interlocução, de organização, de cooperação, que poderia dar bons frutos. Então, eu parei de ver os protestos de 2013 como uma desordem profunda, completa: passei a olhar pra eles com mais esperança.

Me marcou muito a empolgação das pessoas com o que estava acontecendo: foi mágico! É como se aquele Viaduto fosse uma ágora, sabe? Enquanto cidadãos, a gente não tem nenhuma inserção, nenhuma maneira de demonstrar nossa cidadania: a única inserção é através do voto. Ninguém nos pergunta o que a gente acha da nossa rua, se tem um buraco que precisa ser tampado, se tem uma goteira, se tem um negócio assim. E ninguém tem voz nenhuma sobre a própria cidade, sobre a própria vivência cidadã. Era isso finalmente que via naquelas pessoas: mesmo sendo uma situação crítica, em que estavam se organizando pra um verdadeiro combate que ia acontecer - a gente sabia que ia haver problemas durante os protestos, já estava tendo problema com a polícia, óbvio -, foi a primeira vez que eu vi gente muito mobilizada e animada pra fazer alguma coisa sobre a própria vida, sobre a própria inserção deles na política.

Um primeiro plano de seu relato parece ater-se mais diretamente aos impactos pessoais da vivência daquela experiência. Seja no entusiasmo que veio a sentir, ou que encontrou naqueles ao seu redor, seja no se surpreender perante as posturas ali adotadas pelos presentes, sua narrativa parece traçar um quadro fundamentado numa espécie de comum descoberta de uma dimensão ativa de atuar politicamente sobre a cidade.

Pela junção do ângulo trazido por Woolfe com os conteúdos da reportagem acima, que descrevia sua primeira sessão, também cumpre notar que, além da definição de focos prioritários, a abordagem predominante na Assembleia Horizontal de leitura dessas demandas imprimia às mesmas um caráter profundamente progressista. De certo modo, seu ponto de vista acerca da APH, descrito como um renovar pessoal de esperanças, não só atestava a importância para aqueles que nela tomaram parte, como ajuda a delimitar a primeira especificidade que permite enquadrá-la enquanto *acontecimento constituinte*: a relação entre seu caráter de confluência de indivíduos e coletividades com um sentido de direcionamento e visibilidade das reivindicações expressas nas mobilizações de rua em andamento na capital mineira.

IMAGEM 11: Sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, 2013 (a). Fonte: Assembleia Popular Horizontal.

Considerando o contexto de Belo Horizonte no início da década de 2010, pode-se dizer que tal aspecto de confluência era, mesmo que indiretamente, uma espécie de reverberação de elementos originados nas Praias da Estação. Em favor desse prisma, a própria importância da presença do COPAC nas suas sessões torna possível inferir que tal perspectiva em grande medida também se devia à influência da existência pregressa do Movimento Fora Lacerda como foco aglutinador anterior de parcela significativa das coletividades e reivindicações que ali se fizeram presentes. De certo modo, a influência dessas duas mobilizações se fazia presente tanto no caráter de encontro e mútuo reconhecimento ali estabelecido por diversas coletividades, quanto no fato de que o que motivava tal reunião igualmente dizia respeito à cidade e seu cotidiano.

Ainda assim, talvez em virtude das especificidades do contexto de junho de 2013, nota-se que a influência desse acúmulo anterior foi em grande medida reelaborada pela APH. De um lado, a abrangência multifacetada das temáticas ali discutidas permite inferir uma orientação contestatória, nitidamente voltada a englobar e se contrapor ao funcionamento da capital mineira como um todo: o que ali era colocado em questão, portanto, eram precisamente as concepções historicamente sedimentadas que embasavam a relação da institucionalidade para com a cidade e seu cotidiano, assim

como o antagonismo perante seus habitantes imerso nesse relacionar. Tal se fazia não somente a partir da articulação da interlocução de lutas setorizadas, como no Fora Lacerda, mas também na canalização da expressão diretas dessas demandas tendo as *insurgências do uso* surgidas nos atos de rua como veículo privilegiado de pressão popular em seu favor. De outro, essa reelaboração também se manifestava sob a forma com a qual na APH se deram os encontros das diversas coletividades que a compunham: havia um igualmente nítido direcionamento voltado a refinar as instâncias de interlocução, que visavam aperfeiçoar a dimensão contestatória das confluências ali formadas, diante das dinâmicas colocadas por aquela conjuntura.

Esse aspecto de direcionamento, que revestia Assembleia Popular Horizontal enquanto *acontecimento constituinte*, não passou despercebido pela imprensa local à época. No dia 24 de junho de 2013, o jornal O Tempo publicava a seguinte notícia:

Manifestantes procuram se organizar para próximo protesto em BH

Está marcada para esta quarta-feira (26) uma nova manifestação que promete ser ainda maior do que a ocorrida nesse sábado (22) que uniu mais de 60 mil pessoas na avenida Antônio Carlos. Na mesma data, ocorre o jogo do Brasil e Uruguai, pela Copa das Confederações, no Mineirão, motivo pelo qual, a data foi definida.

[...] Assembleia popular

Após o primeiro confronto entre manifestantes e a Polícia Militar, ocorrida na segunda-feira (17), alguns manifestantes passaram a organizar reuniões sob o Viaduto Santa Tereza, para definir os rumos dos protestos. Nesse domingo (23), depois da manifestação turbulenta de sábado (22), que teve dois manifestantes feridos e diversos relatos de violência policial, houve uma assembleia no local, com a presença de cerca de mil pessoas.

Nesta reunião, alguns pontos foram levantados sobre a próxima manifestação, e estão sendo compartilhados nas redes sociais pelos manifestantes que estiveram na assembleia. A ideia é compartilhar a mensagem para que chegue ao máximo número possível de pessoas, com o objetivo que o próximo protesto seja mais organizado.

O primeiro levantamento é quanto ao local e horário do ato. Ficou marcado para meio dia, o início da concentração dos manifestantes na Praça Sete, no centro da capital.

[...] Já na quinta (23), os manifestantes se reúnem novamente embaixo do viaduto para falar sobre a manifestação ocorrida no dia anterior (BAETA III, 2013).

Na notícia acima, nota-se um primeiro direcionamento decorrente do aparecimento das Assembleias: sua progressiva legitimação enquanto instância de convocação de algumas das principais manifestações de rua⁴⁷ que se deram na capital

⁴⁷ Ao longo da segunda quinzena de junho de 2013, Belo Horizonte foi palco de dezenas de passeatas de rua, nem todas convocadas pela Assembleia Popular Horizontal. Aquelas que vieram a ser convocadas

mineira, a partir de sua existência. Além de definir data, local de concentração e trajetória a ser seguida pelos atos, também chama atenção que sua existência se relacionava diretamente com o ambiente virtual, fator de importância nas dinâmicas com as quais transcorreram as Jornadas de Junho de 2013 na cidade e no país (RICCI; ARLEY, 2014; ALVARENGA, 2016): a Assembleia abertamente incentivava o compartilhamento na virtualidade de informações sobre os atos que convocava, de modo a ampliar ao máximo seus raios de adesão popular. No que tange a essa relação entre as Assembleias e a virtualidade, também se percebe uma espécie de reelaboração do uso desse instrumento, diante das formas com a qual as Praias o utilizaram. Se essa ambiência foi um dos mecanismos de debate e elaboração de propostas das Praias (GONZAGA, 2017), as Assembleias a utilizaram de maneira distinta. No caso, primordialmente como meio de divulgação e propagação de sua própria existência: reservava à materialidade de suas sessões uma exclusividade enquanto instância de discussão e deliberação.

De certo modo, essa relação de direcionamento que a APH adquiriu com os atos era apenas um reflexo de uma dimensão maior daquilo que parecia ser intentado por seus participantes: pretendiam transformar e democratizar a cidade, através da conjunção entre essa instância, as coletividades que nela se faziam presentes, e as manifestações de rua então em andamento. Ou seja, cumpre notar, portanto, que a convergência das lembranças de Woolfe sobre a APH com elementos descritos nas reportagens acima também permite uma via complementar de leitura, concernente à dimensão qualitativa dessa instância como *acontecimento constituinte*. Nesse sentido, pela própria abrangência de suas demandas, pode-se dizer que seu aparecimento configurou igualmente a materialização de um momento excepcional, no qual as mobilizações de rua em Belo Horizonte assumiram um efetivo caráter de luta coletiva que as aproximam daquilo que Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1999; LEFEBVRE, 2001; LEFEBVRE, 2008), em suas reflexões críticas sobre a modernidade, denominou como Direito à Cidade. Espécie de reivindicação emancipatória atada à vivência cidadina, de acordo com Lefebvre, o Direito à Cidade se referiria a um tipo de

globalidade assim visada. Não se trata de um direito natural, decerto, nem contratual. Em termos tão ‘positivos’ quanto possível, o mesmo significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base

por essa instância detinham o nome de Ato de Protesto nos eventos criados na rede social *Facebook* por seus integrantes.

das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas. O que não depende nem de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção arquitetônica, mas de uma qualidade ou propriedade essencial do espaço urbano: a centralidade.

[...] Excluir do *urbano* grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. [...] Do mesmo modo, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas 'necessidades', em geral mal conhecidas, a certas 'funções' menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a 'necessidade' de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço [...]. O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário! Essa unidade poderia ser nomeada segundo as ideologias: o 'sujeito' (individual e coletivo) numa morfologia externa que lhe permite afirmar sua interioridade – a realização (de si, do 'ser') – a vida – o par 'segurança-felicidade', já definido por Aristóteles como finalidade e sentido da 'pólis' (LEFEBVRE, 2008, p.31, 32, 33).

Do que é acima colocado, importa enfatizar que a proposta de Direito à Cidade se delineia em sentido de agrupar numa totalidade comum aquilo que é especificamente reivindicado por transformação das cidades modernas, em favor do predomínio qualitativo do urbano, anteriormente mencionado na narrativa das Praias da Estação como um fundamento singular de suas mobilizações. Desse modo, tal Direito se inseriria, de um lado, na recusa radical do predomínio de instâncias de separação e segregação na produção e vivência societária das espacialidades cidadinas. De outro, numa perspectiva de contestar ativamente tais separações em sentido efetivamente transformador, tendo por orientação tornar permanente o urbano, vislumbrado enquanto forma comum de sociabilidade democrática na vivência coletiva da cidade. Nesse aspecto, pode-se, portanto, colocar que tanto ao desnudarem, quanto estabelecerem formas de resistência e transformação perante os ordenamentos então dominantes em Belo Horizonte, as Praias e seu desdobramento indireto formado pelas Assembleias se inseriram ativamente no prisma da reivindicação desse Direito.

Ainda assim, convém igualmente aprofundar o que seria distintivo, nessa dimensão ativa de contestação transformadora em favor desse Direito, surgida nos dois *acontecimentos constituintes* aqui estudados. Nesse sentido, o que os diferencia se encontra em duas dimensões: primeiramente, nota-se que enquanto as Praias em si mesmas se elaboraram na indistinção entre confluência de coletividades e *insurgências do uso* como forma de ocupar espaços da cidade, a APH se formou, inicialmente, como instância de reunião à parte, visando dar direcionamentos às *insurgências do uso* em que se revestiram os atos de protesto na capital mineira. Em segundo lugar, se as Praias

tiveram no mútuo convívio o aspecto de politização fundamental imerso em suas mobilizações, a APH adquiriu um caráter explicitamente deliberativo como forma de direcionar as *insurgências do uso* dos atos de rua, com as quais se relacionava em sentido de orientá-las para reivindicar abertamente elementos desse Direito.

Tais aspectos singulares à dimensão transformadora da APH permitem, portanto, estabelecer um diálogo com entendimentos específicos de compreensão do Direito à Cidade, e das lutas contemporâneas em seu favor (ALBUQUERQUE, 2013; HARVEY, et. al., 2013). No que tange à sua compreensão contemporânea, uma primeira dimensão de importância é fornecida por Carolina Abreu Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2013), quando assevera que este seria

um direito a intervir na cidade, de transformá-la, reinventá-la de acordo com o desejo dos indivíduos que nela vivem. O “uso” da cidade é assim associado à possibilidade, pelos indivíduos, de intervenção, de transformação. Para além do papel de espectador/consumidor que lhes é relegado pelo poder público ao gerir a cidade como empresa/mercadoria, o direito à cidade aponta para uma cultura urbana participativa e inclusiva (ALBUQUERQUE, 2013, p. 46).

Para Albuquerque, a dimensão ativa de transformação atrelada à reivindicação desse Direito se circunscreve, acima de tudo, pelo primado do inclusivo e do inventivo como fundamentos das contestações em seu favor. Dessa maneira, tanto quanto o tecer instâncias coletivas propícias à participação e gestão comum da cidade e seus espaços, importaria igualmente uma espécie de inventividade temporalizada enquanto processo aberto à ressignificação, como aspecto delimitador de seus âmbitos de existência: tal característica última permitiria a reconfiguração dessas instâncias em sentidos potencialmente expansivos e abrangentes, quanto às formas de vivência coletiva ativa que possibilitariam. Assim sendo, situar a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte enquanto *acontecimento constituinte* que se relaciona a este Direito é aqui também uma forma de delinear que a vivência coletiva multifacetada que propiciou foi particularmente transpassada pela inventividade de instrumentos de politização e de potencialização das reivindicações ali expressas.

Desse modo, também é importante ressaltar que, em seu funcionamento atrelado ao reivindicar aspectos do Direito à Cidade, a APH, foi perpassada por toda uma dimensão específica de delineamento do que seria o político e sua vivência. Nesse ângulo, as considerações de David Harvey (HARVEY, et. al., 2013) concernentes à

tessitura da reivindicação desse Direito, e sua interligação com perspectivas peculiares de democracia, são particularmente pertinentes para os entendimentos aqui delineados:

A criação de novos espaços urbanos comuns (*commons*), de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas.

[...] O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político (HARVEY, et. al., 2013, p. 57, 58, 59).

Conforme visto acima, para Harvey, o Direito à Cidade na contemporaneidade se manifestaria, de um lado, pela confecção de aberturas, que possibilitariam a radicalização de instâncias e práticas democráticas fundamentalmente participativas. De outro, na percepção de que este Direito seria, acima de tudo, no tempo presente, um horizonte, a ser atingido por meio da ativa prospecção de um feixe de vivências comuns possíveis por parte de contestadores. Nesse ângulo, o refinamento das dimensões ativas de contestação surgidas nas Praias, tendo por eixo a ocupação de espaços urbanos, se reelaborou de maneira singular na APH: fundamentalmente se deu por sua ênfase na convergência de suas confluências para a confecção de instâncias democráticas potencialmente transformadoras perante o cenário instaurado na cidade em 2013. Desse modo, tal reelaboração se contrapunha diretamente à estruturação predominante da institucionalidade local, em sua relação com a cidade: opunha à sua impermeabilidade no contemplar demandas populares e sua intensificação, naquele contexto, uma ativa prospecção de formas políticas participativas potencialmente generalizantes.

Na história da APH, pode-se dizer que tal contraposição em favor da concretude do Direito à Cidade se formou, acima de tudo, pela paulatina incorporação de âmbitos democráticos em seu funcionamento: desse modo, seu caráter voltado a aperfeiçoar suas dimensões de direcionamento e deliberação coletiva perante as manifestações de rua em andamento na cidade é o que permite aqui enquadrar essa experiência na qualidade de *acontecimento constituinte*. Nesse sentido, uma primeira dimensão desse aperfeiçoamento pode ser vislumbrada na notícia abaixo, que descrevia aquela que foi sua segunda sessão:

Manifestantes fazem balanço dos protestos na capital

Cerca de 1500 pessoas estão reunidas no Viaduto Santa Tereza, discutindo sobre as manifestações ocorridas em Belo Horizonte nesse sábado (22). Além de debater sobre os conflitos com a PM e as depredações ao longo da Avenida Antônio Carlos e da Praça 7, os manifestantes estão propondo reivindicações para levar ao prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, ao governador do Estado, Antônio Anastasia, e à presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A ideia é votar nas melhores propostas e apresentá-las às autoridades. Entre os assuntos mais discutidos está o transporte público (NORMAND, 2013).

Num plano mais atinente à sua dimensão de direcionamento, cumpre notar que, na sucinta notícia acima, é possível perceber um encaminhamento nítido, formado pela reivindicação de reuniões diretas com representantes dos poderes estatais para apresentar e discutir suas demandas, conforme se materializavam suas sessões durante a segunda quinzena de junho de 2013. Também chama atenção a manutenção de um sistema de votação de propostas: diante do significativo número de participantes nessa sessão, talvez tenha sido intenção dos ali presentes primeiramente consolidar seu aspecto de instância democrática, em detrimento da adoção de perspectivas mais experimentais de funcionamento da Assembleia. Quanto a esse último aspecto, tendo em vista o momento em que essa sessão se deu, o cenário ali formado permite inferir a existência de uma disposição entre seus participantes de harmonizar da melhor maneira possível suas dimensões de consolidação e aperfeiçoamento de suas instâncias deliberativas.

Conforme colocado pelas narrativas aqui recolhidas, pode-se dizer que este processo de refinamento dos mecanismos democráticos da APH se deu de maneira fundamentalmente gradual. Nessa questão, o relato de Ommar Motta traz elementos particularmente pertinentes para o entendimento de como se deu tal processo:

Não participei da Assembleia Popular Horizontal: sempre tive certa dificuldade em reuniões e espaços públicos. Então, quando comecei a me aproximar nessa época - era uma época também de um fluxo muito grande -, a Assembleia Popular tinha reuniões de mil pessoas, duas mil pessoas: ia mais como um espectador.

[...] Não participei de nenhum GT da APH: só ia entender. Só mais pra frente que fui conhecer o Tarifa Zero, os outros GTs. Apesar de ser muita gente, era de certa forma bem organizado, por ser feito por nós mesmos, né? Era um espaço totalmente público, disponível pra todo mundo que chegasse: a metodologia era tirada antes - lembro da galera definindo como seria. Acabava chegando muita gente, movimentos já esquematizados, que faziam falas repetidas mil vezes, e tudo: mas achava muito legal o método de organização autônomo acontecer, funcionar, e conseguir debater coisas tão rápidas em um espaço muito curto de tempo. Coisas tão importantes, que precisavam de decisões rápidas, às vezes: achava que era importante a luta na

rua, mas com certeza entender o que a gente ia fazer na rua - encontrar uns aos outros antes pra um planejamento mínimo, era importante também. Pode ser melhor, se a gente se organiza melhor - achava que era importante essa confluência de pensamentos aí pra ação -: era mais poder ter uma ideia mesmo, tipo qual seria o clima da rua no próximo ato, alguma coisa assim.

A narrativa de Motta permite a recuperação de todo um conjunto de traços dos procedimentos de funcionamento da APH, que são de grande pertinência na caracterização dessa dimensão imersa nesse *acontecimento constituinte*.

Primeiramente, o caráter profundamente aberto à participação: para tomar parte em suas sessões, aparentemente bastava a disposição voluntária de comparecer nos locais em que se reunia. Em segundo lugar, seu ponto de vista individual dimensionava uma perspectiva que possivelmente não lhe tenha sido exclusiva naquele contexto, mesmo que ali tivesse estado presente mais como testemunha do que como participante: no caso, a vivência daquela experiência em sentido de aprendizado, desnudando uma atmosfera potencialmente aberta à materialização de uma espécie de pedagogia política democrática, materializada diretamente pela prática conjunta, conforme avançava a segunda quinzena de junho de 2013.

Nesse último ponto, suas recordações parecem ressaltar a existência de uma disposição coletiva de criar mecanismos de preservação das vozes individuais ou coletivas que ali se fizeram presentes: no caso, chama atenção sua ênfase à abertura nas Assembleias de um momento inteiramente destinado à discussão de propostas concernentes à própria metodologia de funcionamento de suas sessões. Tal traço aparenta implicar uma disposição plástica e dinâmica de incentivar a expressão da multiplicidade ali presente, mesmo diante de tentativas de monopolização de assuntos e perspectivas por parte de alguns. Outro aspecto que Motta ressalta de maneira mais direta se encontra na forma com a qual se interligavam esses dois aspectos: diante de um contexto perpassado pela multiplicidade e simultaneidade de eventos em andamento na cidade, e mesmo no país, a confecção dos regimentos de funcionamento de suas sessões tentava ao máximo conciliar, de maneira eficaz, a deliberação de decisões consideradas urgentes com a pluralidade de vozes que ali se expressava.

Para os intuitos da narrativa aqui tecida, as características destacadas em suas memórias permitem acrescentar mais um aspecto que singulariza as sessões da Assembleia Popular Horizontal, no contexto de Belo Horizonte em junho de 2013, enquanto *acontecimento constituinte*: a dimensão radicalmente participativa adotada em seu delineamento como instância coletiva de deliberação democrática, seja no âmbito de

elaboração e discussão de propostas diretamente atinentes à vivência cidadina, seja no que concerne à definição de métodos do transcorrer de suas sessões. Em certo sentido, pode-se dizer que tal característica era tributária não só do próprio contexto em que a APH veio à existência: também espelhava a própria multiplicidade de coletividades e concepções tanto organizacionais, quanto de prática política, que ali se reuniram, muitas delas contando com histórico de atuação conjunta que remetia ao Movimento Fora Lacerda. Nesse aspecto, cumpre notar o caráter específico das próprias coletividades ali presentes: além de integrantes de partidos políticos majoritariamente situados no campo das esquerdas, e de movimentos sociais que então atuavam em diversos cenários da capital mineira, se encontravam também presentes em suas sessões ativistas e organizações que partilhavam de princípios de atuação situados no campo anarquista e autonomista.

Se, de um lado, a reunião dessas distintas coletividades ajuda a explicar a ênfase progressista das propostas ali discutidas, por outro, a presença desse último grupo propicia um entendimento que ilumina, até certo ponto, essa singularidade de radical democracia participativa das sessões da APH. Nesse ângulo, cumpre notar, conforme coloca Janice Tirelli Ponte de Sousa (SOUSA, 2015), que uma das principais características das concepções políticas partilhadas por ativistas e organizações anarquistas e autonomistas advém dos princípios democráticos que defendem:

A “democracia direta”, para esses jovens organizados, é forma de assegurar a horizontalidade nos processos internos de discussão política e deliberações dos grupos. A horizontalidade é dos temas que permitem diferentes abordagens e evidencia diferenças entre os coletivos. De modo geral, o modelo tomado como ideal é a decisão, sempre que possível, em assembleias. Ou seja, uma orientação coletiva na formação e definição de encaminhamentos e formas de agir, um processo sempre em construção e que dê voz ativa por igual a todos os participantes. Contudo, para a maior parte dos grupos – por diferentes razões, como a questão das distâncias territoriais, por exemplo –, funções de representação fazem-se necessárias (SOUSA, 2015, p.290).

Conforme se vê acima, o incentivo à participação democrática é visto por essas coletividades como preocupação concernente não somente à estruturação de suas organizações: também se atrela às próprias formas com que deliberam decisões atinentes às searas nas quais atuam. Por meio de processos horizontais de tomada de decisão, que se fundamentam na anulação de hierarquias internas como perspectiva, tal concepção de ativismo busca construir instâncias participativas, propícias à emergência

e discussão mútua de diferentes pontos de vista, enquanto modelo de atuação política. Diante de tais considerações, pode-se dizer que a presença de coletividades que partilhavam de tais concepções, em meio às sessões da Assembleia Popular Horizontal, parece ter influenciado nesse delineamento radicalmente participativo e democrático que este *acontecimento constituinte* adquiriu enquanto instância deliberativa: no mosaico de organizações progressistas que dela tomaram parte, sua presença auxiliou particularmente na materialização de um alargamento democratizante das abrangências das concepções e práticas que balizavam a Assembleia. Outra forma de situar a importância dessa concepção de democracia ali aplicada se encontra no contraste radical que instituía perante as instâncias institucionais existentes na cidade: à impermeabilidade do poder estatal à incorporação da população da cidade na administração de seu cotidiano, intensificada pela ascensão de princípios neoliberais de gestão, era entreposta uma instância de poder coletivo, configurada em sentido inteiramente oposto.

Esta configuração singular da Assembleia se materializou em mútuas interações entre suas diversas coletividades, que espelharam aproximações, tensões e distanciamentos. Nesse ângulo, conforme se recorda a estudante Ana Arco⁴⁸, a vivência da APH, naquele contexto, também era perpassada por disputas e atritos entre seus participantes:

Fui na APH por deliberação do Partido: algumas não, mas a maioria foi. Foram várias e várias APHs: algumas delas começaram a fazer a formação de alguns atos, algumas ações - mas eu achava que a APH era muito mais disputa de ego do que debater sobre a pauta de 2013. Elas eram muito cheias, eu lembro que teve uma que deu mil pessoas, e foi diminuindo ao longo do tempo: mas diminuindo pra trezentas pessoas, o que era imenso também. Fui redatora, mas eu não tinha nenhum encaixe real dentro da APH, até porque eu era do PCR⁴⁹ e não tinha ligação com os dois. Só depois que foram criando os GTs⁵⁰ que tive a “obrigação” de estar mais dentro da APH, e eu participei do GT de Comunicação: basicamente eu relatava e filmava as coisas que aconteciam nas reuniões. Deixava as pessoas a par das coisas que estavam acontecendo dentro da APH: pra quem não ia descobrisse, e soubesse quando era reunião, essas coisas assim.

[...] Eu achava horrível ir pelo Partido: tinha que ir com a blusa do PCR, fazer falas extremamente stalinistas. Tinha todo um roteiro, o quanto eu podia me posicionar, eles falavam: “Olha, hoje é bom você falar, intervenha” - isso é muito ruim, tira toda a sua autonomia. Nos dias que eu tinha autonomia pra discutir sobre as coisas, a gente discutia mais sobre as ações

⁴⁸ Por pedido da entrevistada, será utilizado um pseudônimo no lugar de seu nome nesse trabalho.

⁴⁹ O Partido Comunista Revolucionário é uma organização marxista-leninista-maoísta que congrega em seu redor um conjunto de movimentos sociais atuante em diversas searas. Para saber mais: <http://pcrbrasil.org/>. Acesso em: 28 de dez. 2018.

⁵⁰ Grupos de Trabalho.

de rua. Pelo PCR ter um histórico de tática muito grande, por participar das ocupações, a voz do Partido tinha muita força ali dentro: então minhas falas eram basicamente nesse sentido de tática, de se posicionar enquanto tática.

Do que é iluminado por Arco, cumpre notar a relação tecida entre tais divergências e a diversificada composição das coletividades participantes da APH.

Nesse sentido, seu relato, como militante à época de uma organização de estruturação mais verticalizada (PCR), permite recuperar uma paisagem na qual parcela dos atritos ali surgidos parece ter advindo de um pano de fundo de desacordos acentuados, entre concepções distintas de estruturação interna e participação política. Em seu ver, a presença de integrantes de organizações mais verticalizadas criava uma espécie de superposição, ou disputa de instâncias de deliberação, entre a APH e estruturas deliberativas separadas dessas coletividades, em específico: na prática, tal fator limitava a autonomia de participação de seus representantes nas sessões da Assembleia. Tal postura por parte desses representantes agregava um caráter de relativa intransigência dos mesmos à abertura para mudanças de entendimentos sobre determinados temas em discussão, o que em certo sentido dificultava a própria obtenção de consensos nas deliberações da APH. Mesmo diante de tais divergências, importa igualmente ressaltar que, de acordo com suas memórias, ao menos em determinadas temáticas, houve mais confluência e colaboração entre as coletividades ali presentes do que propriamente diferenças irreconciliáveis.

Tal fator tem pertinência para a delimitação aqui tecida da Assembleia Popular Horizontal enquanto *acontecimento constituinte* em um aspecto mais propriamente vivencial: ainda que tais tensões não tenham ocasionado rupturas nesse contexto, elas permitem a percepção da existência de uma ambivalência irresoluta, entre colaboração e disputa por protagonismos, particularmente no estabelecimento de direções dessa instância entre seus participantes. Em certo sentido, de um lado, esta ambivalência traduzia uma atmosfera em que as perspectivas radicais de democracia ali experimentadas não eram consensuais entre as coletividades ali presentes. De outro, a ausência de rupturas, mesmo diante de tais disputas, igualmente indicava uma disposição, mesmo que momentânea, de radical tolerância entre seus participantes.

De certo modo, conforme assevera Manuela Alvarenga (ALVARENGA; 2016), em sua leitura do fenômeno do aparecimento de Assembleias na cidade e em outras partes do país na conjuntura de 2013, tal dimensão ambivalente interconectava diretamente a experiência belo-horizontina com outras similares desenvolvidas à época:

As Assembleias Populares Horizontais (APHs) foram uma espécie de centro de decisão sobre os rumos das manifestações nas localidades onde elas se formaram, e, mesmo que tenham ocorrido em várias partes do Brasil, não chegaram a configurar uma articulação nacional. O objetivo das APHs é desenvolver um “trabalho coletivo-colaborativo, horizontal e suprapartidário que busca sistematizar as pautas do movimento e divulgá-las de maneira clara, bem como propor e realizar atos organizados na cidade visando uma resposta efetiva para as demandas levantadas” [...]. Em diversas cidades, foi das APHs que saíram decisões sobre convocatórias de novas manifestações e trajetos possíveis dos atos, além da promoção de aulas públicas e debates sobre as pautas do momento.

Deixando de lado as particularidades locais, as APHs têm como principal característica comum sua forma. Em franco questionamento às estruturas hierárquicas das instituições políticas tradicionais, a APH busca a permanente construção coletiva: autogestão é a palavra de ordem. Desta forma, as Assembleias revezam a “mesa”, debatem amplamente sua metodologia a cada nova reunião, buscam ampliar o espaço da fala e têm como ideal (não realizado) a busca pelo consenso na tomada de decisões. Além do mais, em alguns lugares, como em Belo Horizonte e em São Luís do Maranhão, as questões de pauta das Assembleias foram se desprendendo em Grupos de Trabalho, que buscavam intervir na formulação de políticas públicas municipais. As Assembleias normalmente aconteceram nas áreas centrais da cidade, em praças de grande circulação. [...] A adoção de uma linguagem manual para exprimir aprovação, desaprovação e outras intervenções às propostas dos participantes; a moderação das assembleias por voluntários que revezavam neste papel para não criarem a imagem de lideranças; a criação de múltiplas comissões que lidariam com demandas específicas são elementos comuns às Assembleias Populares pelo mundo. É interessante notar como o espaço político da assembleia se constrói na tensão entre o perene e o

efêmero. A assembleia busca se perenizar em um espaço, mas ao fazê-lo ela perde adesão e muda seu formato (ALVARENGA, 2016, p.60, 61).

As considerações de Alvarenga permitem dimensionar de maneira mais aprofundada a ambivalência, recuperada a partir das recordações de Arco, que atravessava a Assembleia Popular Horizontal enquanto *acontecimento constituinte*.

Do que é delineado pela autora, importa reter a consideração de que tais experiências tiveram um pano de fundo profundamente perpassado por tensões irresolutas, entre idealidade concepcional e materialidade de execução, como signo distintivo em comum. De um lado, tal tensão se dava precisamente no enquadramento recuperado das memórias de Arco: a diferença de concepções organizacionais entre as coletividades ali presentes se manifestava na dificuldade de elaboração de propostas consensuais em determinados temas, o que não impedia que tal consenso fosse obtido em outros âmbitos. De outro, tal tensão resplandecia em um sentido eminentemente temporal: ou seja, entre a efêmera ampliação participativa nessas instâncias num contexto de ascensão de mobilizações, e seu perdurar em circunstâncias de refluxo, que implicava numa significativa redução de adesões a essas experimentações coletivas.

Diferentemente das Praias, portanto, cujas especificidades permitiram sua continuidade mesmo após o fim da polêmica que ensejou sua existência, a relação estreita da APH com as *insurgências do uso* formadas pelos atos de rua na conjuntura de 2013 imprimiu dinâmicas mais ambivalentes: delimitou uma maior vulnerabilidade contextual na composição e quantificação de seus participantes, precisamente em virtude da posterior dilatação dos tempos das lutas políticas e sociais influenciadas por sua existência. Mesmo diante desse fator de limitação, cumpre notar que, enquanto *acontecimento constituinte*, a Assembleia deixou legados tanto para o contexto delineado em Belo Horizonte durante junho de 2013, quanto em todo um conjunto de desdobramentos, que são particularmente pertinentes para a cena ativista da capital mineira desde então.

No que tange à Assembleia Popular Horizontal e suas reverberações no contexto em que surgiu, importa ressaltar um último âmbito, diretamente atinente à forma com a qual essa experiência coletiva lidou com temas que ali se apresentaram enquanto reivindicações prioritárias. Para tanto, o relato de Antônio Mista fornece uma descrição particularmente relevante:

Fiquei empolgado com a ideia da Assembleia: 2011 deu essa tônica das assembleias, da horizontalidade. Gostei da ideia de ter um momento pra gente pensar o que estava fazendo: a tal falta de rumo, a tal falta de direção dos movimentos - pra mim a Assembleia era a estratégia mais acertada de como tentar dar rumo pras coisas, e acho que funcionou em grande medida. A Assembleia Popular Horizontal cumpriu um papel importantíssimo aqui em Belo Horizonte, pra tentar direcionar: ainda que tivesse numa luta entre polos de poder institucional, conseguia impor certa pauta - na divisão dos GTs, no discurso que a gente construiu.

[...] Queria trabalhar, estava afim de gastar tempo e esforço: fui pro GT de Comunicação e achei legal - foi uma época que tive convivência com o pessoal do Fora do Eixo daqui de BH. Tinha gente da universidade também, tinha muito independente - era a hora que você trocava ideia com as pessoas cara a cara; era a hora que começava a formular pra você e pro outro qual que era a intenção daquele movimento que estava tomando o país. O que mais me interessou na experiência da Assembleia Popular Horizontal era uma coisa que já trazia antes: uma crítica, de botar a culpa do fato de não conseguir progredir mais as pautas da esquerda na tal divisão da esquerda. Tinha - ainda guardo em grande medida, embora hoje em dia com um pouco mais de amadurecimento -, uma visão de que a união da esquerda era fundamental pra conseguir fazer frente ao poder do capital, do sistema. E a Assembleia me pareceu esse espaço: onde não só organizações de esquerda, que até então que não se bicavam, conseguiam sentar, mas principalmente de gente independente que não queria se organizar, mas que queria juntar pra fazer avançar as pautas.

As recordações de Mista acima perpassam elementos que situam a APH tanto em referência a outras experiências ocorridas na cidade e no mundo, quanto desvelam aspectos acerca de como essa instância se debruçou sobre as pautas ali expressas.

No primeiro ponto, cumpre notar que em sua trajetória militante anterior, Mista tomou parte em 2011 de um movimento político de ocupação da Praça Carlos Chagas⁵¹: inspirada e em solidariedade explícita aos movimentos Occupy⁵² à época em andamento, essa mobilização foi majoritariamente conduzida por ativistas anarquistas e autonomistas locais. De certo modo, a existência dessa experiência coletiva precedente reforça a importância da presença dessas coletividades na estruturação de funcionamento das Assembleias enquanto *acontecimento constituinte*: ainda que restritamente, denotava a existência de um acúmulo anterior, em um âmbito fundamentalmente prático, de elaboração desse tipo de instância radicalmente democrática, transcorrido paralela e simultaneamente à existência do Movimento Fora Lacerda. Num prisma histórico, portanto, a APH representava uma espécie de instância

⁵¹ A Praça Carlos Chagas é popularmente conhecida em Belo Horizonte pela denominação de Praça da Assembleia, por abrigar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

⁵² A denominação Movimento Occupy congrega uma série de movimentos de protesto ocorridos em cidades de diversos países da Europa, América do Norte, Ásia e África a partir do ano de 2011. Contextualmente surgidos pelos mais variados motivos, esses movimentos tinham em comum a ocupação de praças urbanas, por meio de acampamentos e a criação de Assembleias autogeridas por seus participantes. Para saber mais, ver: CASTELLS, 2013, GRAEBER, 2015 e HARVEY, et. al., 2012.

em que convergiram tanto a rede de confluências do Fora Lacerda originárias das Praias, quanto estes acúmulos desenvolvidos neste nicho em específico do ativismo belo-horizontino: sua mútua interação, no contexto de Junho de 2013, serviu em sentido de reforço ao desenvolvimento de uma linha temporal contra hegemônica, estabelecida a partir das Praias. Impulsionando diversas práticas contestatórias, tais experiências tinham por eixos tanto a contraposição direta ao antagonismo que rege a relação da institucionalidade com a capital mineira, quanto sua materialização através da ocupação e territorialização dissidente das espacialidades da cidade.

No segundo aspecto, sua fala denota que a Assembleia elaborou temas e propostas para as reivindicações ali expressas por meio de um instrumento específico: a formação de Grupos de Trabalho. Tal qual a abertura à participação que permeava as sessões da Assembleia, as recordações de Mista dos GTs desvelam que ali também se formou um ambiente particularmente receptivo ao compromisso voluntário de indivíduos e coletividades em tomar parte em debates e confecção de propostas. Percebe-se, ademais, que tal dimensão de formulação coletiva de propostas para a cidade, e seu cotidiano, se relaciona diretamente com uma das aberturas propiciadas pela APH enquanto *acontecimento constituinte*: dela surgiu uma forma radicalmente democrática de intervenção setorizada em determinados assuntos de pertinência pública naquele contexto.

Em certo sentido, portanto, as Assembleias permitiram não só reforçar a inserção desses temas nos debates públicos em andamento, à época: igualmente possibilitou o surgimento de coletividades diretamente atuantes nessas temáticas. Também é relevante destacar que a existência desses GTs se tornou outra forma na qual a APH estabeleceu um contraste direto com a institucionalidade local, seu funcionamento e sua relação com Belo Horizonte e seu cotidiano: contestavam diretamente a legitimidade e a efetividade de políticas públicas oriundas de instâncias fechadas à opinião popular, através do radical incentivo à plural expressão das vozes dos habitantes da cidade em temas que lhes diziam respeito. Nesse sentido, pelo próprio formato aberto de deliberação desses agrupamentos, criavam-se instrumentos visando precisamente criar e ampliar perspectivas potenciais de entendimento e administração coletiva dessas demandas.

Tal traço de contraposição demarcava, portanto, diretamente a relação da Assembleia para com o contexto em que este *acontecimento constituinte* se deu: buscava direcionar os rumos dos eventos ali dados em favor de suas reivindicações, a partir de uma preocupação que tangia tanto conteúdos, quanto formas de suas

demandas. Considerando as interconexões anteriores tecidas por parcela das coletividades nela atuantes para com outras mobilizações surgidas mundialmente nesse contexto nesse aspecto de contraposição, pode-se dizer, igualmente, que tal traço trazia consigo espécies de ressignificações diretas destas outras experiências. Nesse sentido, uma forma de delinear precisamente os significados dessa contraposição nas mobilizações cidadinas contemporâneas advém das considerações extraídas por Manuel Castells (CASTELLS, 2013), em seu entendimento sobre as dimensões singulares dessas contestações na atualidade:

A passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia. As tomadas de decisão em geral ocorrem em assembleias e em comitês por elas designados. Na verdade, trata-se de movimentos sem liderança, não pela falta de líderes em potencial, mas pela profunda e espontânea desconfiança da maioria dos participantes do movimento em relação a qualquer forma de delegação de poder. [...] Assim, apesar das óbvias tensões na prática cotidiana do movimento, a regra implícita, amplamente aceita, é que ele seja autogovernado pelos participantes. Trata-se, a um só tempo, de um procedimento organizacional e de um objetivo político: estabelecer os alicerces de uma futura democracia de verdade praticando-a no movimento.

São movimentos profundamente autorreflexivos. Questionam-se permanentemente como movimento, e seus participantes como indivíduos sobre o que são o que desejam e o que pretendem realizar, que tipo de democracia e sociedade estão almejando e como evitar os imprevistos e armadilhas de tantos movimentos fracassados por reproduzir em si mesmos os mecanismos do sistema que querem mudar, em particular no que se refere à delegação política da autonomia e da soberania.

[...] Mas são políticos num sentido fundamental. Particularmente, quando propõem e praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede. Projetam uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação (CASTELLS, 2013 p. 162, 163, 165).

De acordo com Castells, uma das características primordiais destes movimentos se circunscreve na relação que tecem entre democratização interna e sua expansividade, interligando-os como princípios potencialmente totalizantes de vivência comum.

Nesse ângulo, os tipos de contestação que essas coletividades elaboram ultrapassam dimensões eminentemente simbólicas: na materialização de suas intervenções na espacialidade cidadina, conjugam um contraste imediato, entre as instâncias de poder comum que criam, e a própria institucionalidade com que se relacionam. A partir do incentivo à participação e inclusão democrática daqueles potencialmente interessados em meio às sociedades ao seu redor, ainda que efemeramente, tais movimentos efetuam uma transposição direta, que anula separações entre aquilo que reivindicam e sua prática: desse modo, incorporam às suas demandas

uma interligação, que as reveste simultaneamente de perspectivas de serem tanto procedimentos, quanto horizontes utópicos de transformação efetiva da vivência comum. Ao ter como um de seus paradigmas de inspiração precisamente mobilizações contemporâneas plasmadas por essa radical concepção contestatória, enquanto *acontecimento constituinte*, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte parece ter se apropriado de tais elementos numa combinação singular: em seu funcionamento, os reelaborava como vias de influenciar a conjuntura da capital mineira durante junho de 2013, direcionando-os para a obtenção de conquistas populares imediatas.

Em certo sentido, pode-se dizer que foi precisamente inspirada nessas concepções que a APH se relacionou com os eventos ocorridos no dia 29 de junho de 2013 – data em que a Câmara Municipal iria discutir o projeto da Prefeitura Municipal de redução das tarifas de ônibus da cidade. Daquilo que ocorreu nesse dia, uma notícia do jornal O Tempo, datada de 2 de julho de 2013, dava algumas das suas dimensões:

Ativistas mantêm ocupação na CMBH e divulgam programação de atividades a serem desempenhadas

Ativistas mantêm a ocupação na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) nesta terça-feira (2). Esse já é o quarto dia que o grupo passa dias e noites no saguão da portaria 1 da Casa Legislativa.

Pela internet, manifestantes divulgaram uma agenda de atividades que pretendem desempenhar nesta terça.

Veja a programação abaixo:

9h - Alongamento coletivo e meditação

13h - Conversa aberta sobre as Lutas no Brasil e no mundo, com presença de pessoas que foram para outros países, como, Egito e Hungria e irão contar suas experiências.

15h - Conversa aberta: Metodologia de construção e realização de Assembleias, Horizontalidade e autogestão.

16h - Conversa Aberta: "Morro na favela é verbo": Reflexões sobre a relação favela/asfalto criminalização da pobreza e desmilitarização da PM

17h - Conversa aberta: A Comissão de Arte e cultura da Assembleia Popular Horizontal de BH irá discutir propostas e deliberações políticas para os setores de Arte e Cultura nas esferas municipal, estadual e federal

Caso a ocupação ainda continue:

Quarta-feira (dia 3): 17h - Discussão sobre o Metrô de MG: Com a utilização do estudo técnico do ILEASE (Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômico), como base para as discussões

Quinta-feira (dia 4): 16h - Conversa Aberta: A comissão de comunicação do meio ambiente e Movimento Salve Gandarela, convida para a “apresentação da Criação Parque Nacional da Serra do Gandarela e conflitos Minerários”

Entenda o caso

Os ativistas ocuparam a Câmara no sábado, durante a votação em segundo turno do projeto de lei (PL) nº 417/13, que propõe a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e reduz a passagem do ônibus em R\$ 0,05. Contudo, no mesmo dia, os vereadores vetaram duas emendas

propostas pela bancada do PT, para repasse integral das isenções federais do PIS/COFINS ao valor da tarifa e a publicação da planilha de custo das empresas no site da prefeitura (VIEGAS, 2013).

A notícia acima dizia respeito à iniciativa de parcela dos manifestantes que integravam a Assembleia Popular Horizontal de continuar sua jornada de protestos a partir da ocupação direta da Câmara Municipal.

A matéria se encerrava mencionando as motivações dessa iniciativa dos integrantes da APH, àquela altura: a decisão da Prefeitura de reduzir o valor das tarifas locais de ônibus por meio de isenções tributárias às empresas concessionárias. Além de demandarem que a redução se efetuassem por meio da intervenção nas taxas de lucro das empresas, reivindicavam a realização de uma auditoria sobre os custos desse sistema, de modo a dotar de maior transparência a prestação desse serviço. Igualmente solicitavam a realização de audiências públicas com a Prefeitura e com o Governo do Estado de Minas Gerais para tratar não só do tema dos transportes, mas também de outros, relacionados aos gastos com os megaeventos que a capital mineira sediaria, e à situação das ocupações por moradia existentes na cidade, e no Estado. Ainda que sem resultados práticos, cumpre notar que tais audiências efetivamente se deram ao longo do mês de julho (CARMONA; LAMEIRA, 2013; BAETA; LAMEIRA, 2013).

Em si mesma, a iniciativa indicava uma abertura propiciada pela APH, naquele contexto, em sua qualidade de *acontecimento constituinte*: ampliava para a cena ativista local o leque de táticas de ocupação e territorialização da espacialidade pública de Belo Horizonte⁵³. Nesse ângulo, a ocupação da Câmara se situava como espécie de reelaboração da dimensão de *insurgência do uso* que três anos antes revestiram as Praias: inventivamente, incorporava as próprias edificações institucionais da cidade ao arcabouço de espacialidades passíveis de ocupação contestatória. Tal se fazia transformando a Câmara momentaneamente em lugar de funcionamento de suas instâncias radicalmente democráticas: desse modo, ampliava as dimensões de seu contraste para com a institucionalidade, ao conjugar simbolismo com materialidade

⁵³ Ainda que a ocupação de edificações públicas que sediam repartições municipais ou estaduais voltadas ao desenvolvimento de políticas estatais não seja, nem de longe, uma inovação trazida pela conjuntura de 2013 em Belo Horizonte, cumpre notar que a iniciativa da APH sobre a Câmara teve repercussão direta no contexto da cidade posterior a esse cenário, particularmente na intensificação de seu uso por movimentos atuantes em demandas por moradia. Ainda em julho de 2013, a sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foi ocupada por movimentos atuantes nessa seara (CARMONA; LAMEIRA, MIRANDA, 2013), assim como em 2014, a mesma tática contestatória foi utilizada quanto à sede da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (CAMILO; MATTOS, 2014).

contestatória, através da ocupação do local mesmo que servia de sede para a instância de representação legislativa da cidade.

IMAGEM 13: Bandeirão estendido durante a Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2013. Fonte: Priscila Musa.

Nesse prisma, um dos indícios da radicalidade desta iniciativa se fazia presente na notícia acima por meio da própria agenda de programação divulgada pelos ocupantes. Em sua diversidade, expressava que tanto a APH, quanto seus GTs se encontravam em pleno funcionamento durante a ocupação. Como coloca Ana Arco, não somente a Assembleia se transplantou para a Câmara, como que sua estrutura de GTs foi adotada para a própria autogestão da ocupação pelos seus participantes:

Fiquei dias a fio. Acho que a primeira ocupação teve basicamente uns nove dias; a segunda teve dez⁵⁴, a terceira teve doze⁵⁵. Dentro da ocupação, eu trabalhei em mais GTs: GT de Comunicação, GT de Educação, GT de Mulheres, GT de Transporte e GT de Programação. O GT de Programação era basicamente programarmos nossos dias dentro da ocupação: que horas a galera vai comer, que horas vai ter reunião, se vai ou não ter show, era basicamente isso. No GT de Mulheres a gente discutia a segurança das mulheres dentro da ocupação: discutia táticas de segurança e a pauta do feminismo. No GT de Educação a gente discutia sobre escolas públicas e a

⁵⁴ A Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte veio a ser novamente ocupada em 1º de agosto de 2013 por manifestantes que exigiam uma audiência pública de prestação de contas com o Prefeito Márcio Lacerda e a abertura das planilhas de custo da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans). Sem resultados efetivos, se desmobilizou no dia 10 de agosto de 2013.

⁵⁵ A terceira ocupação mencionada pela entrevistada se deu em setembro de 2015 e será um dos objetos de estudo do segundo capítulo deste trabalho.

inserção dos movimentos dentro delas. O GT de Comunicação pra gente foi pra mesma coisa: comunicávamos as pessoas do que estava acontecendo dentro da ocupação.

O relato de Arco permite dimensionar diversos aspectos intrínsecos à forma com a qual a ocupação e a própria Assembleia Popular Horizontal elaboraram mecanismos e procedimentos próprios para se relacionarem com essa nova situação.

Nesse ângulo, importa notar que o transplante da APH para a Câmara ocupada parece ter implicado tanto na transposição das reuniões de seus GTs para aquele espaço, quanto na criação de outros agrupamentos, diretamente responsáveis pela organização de suas atividades cotidianas. Aparentemente, esses novos agrupamentos, relacionados à gestão da ocupação, também funcionavam enquanto instâncias dialógicas e participativas: atuavam na confecção de deliberações coletivas, inteiramente atinentes às necessidades surgidas em seu cotidiano e na execução das atividades de programação. Mesmo que circunscrito a um período particularmente curto de tempo, tal transplante emanava determinados aspectos singulares mais atinentes aos desdobramentos imediatos da APH enquanto *acontecimento constituinte*: a ocupação igualmente era um momento privilegiado de experimentação e disseminação de suas concepções de associativismo, que foram gestadas durante a existência anterior da APH.

Se relacionando com a conjuntura formada pelos massivos atos de rua enquanto *insurgências do uso* que então se deram na cidade, a *insurgência do uso* em que também se revestiu essa iniciativa da Assembleia revelava entre seus participantes uma profunda disposição de dialogar com o contexto e suas nuances. Ou seja, para fins precisamente de criar oportunidades de conquistarem suas reivindicações, a própria Assembleia se transformava, momentaneamente, numa forma de *insurgência do uso*: diante das restrições inerentes ao formato representativo com a qual a Câmara funcionava, tal se deu precisamente pela diversificação e inventividade de formas democráticas de participação popular, que se puseram em andamento no espaço da própria sede do poder legislativo municipal, e em contraste direto com esta e seu papel na legitimação dos paradigmas neoliberais de gestão predominantes na cidade.

A ocupação da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte durou nove dias. Conjugada aos atos de rua que tomaram a capital mineira ao longo da segunda quinzena de junho de 2013, e ao aparecimento da Assembleia Popular Horizontal, essa iniciativa se inseriu em meio a um multifacetado conjunto de expressões anônimas de contestação direta das formas como a cidade era administrada pelos poderes estatais. Foi por meio

não só da ocupação, mas do acúmulo de expressões populares de indignação na capital mineira naquele contexto, que a cidade tomava conhecimento, no dia 5 de julho de 2013, da seguinte notícia veiculada pela imprensa local:

Lacerda anuncia redução de R\$ 0,15 e passagem de ônibus em BH volta para R\$ 2,65

O prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, anunciou nesta sexta-feira (5), a redução das passagens de ônibus na capital, de R\$ 2,80 para R\$ 2,65. A retirada do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) reduziu R\$ 0,05 do valor da passagem e o repasse integral das isenções federais PIS/Cofins ao valor da tarifa, mais R\$ 0,10. No entanto, o Custo de Gerenciamento Operacional (CGO), taxa paga pelas empresas de ônibus à BHTrans, continuará sendo cobrada. O novo preço passa a valer a partir de 0h desta quarta-feira, 10 de julho.

Única reunião entre manifestantes e prefeito

Durante o encontro dessa quarta-feira (3), Lacerda sinalizou que as passagens de ônibus na região metropolitana de Belo Horizonte poderiam cair dos atuais R\$ 2,80 para R\$ 2,60. Além da redução de R\$ 0,10 já prevista, conforme projeto enviado pela prefeitura à Câmara Municipal, e aprovada pelo Legislativo, o valor seria diminuído em mais R\$ 0,10, conforme negociações com as concessionárias de transporte coletivo, iniciadas em março.

[...] Com intuito de finalizar a reunião, o líder do Executivo pediu para encerrar o encontro dizendo que era dia de jogo do Galo. "Não dá para perder". Fazendo uma avaliação sobre a conversa, Lacerda afirmou que "conflito é inerente à democracia, e a democracia é o melhor instrumento para a solução de conflitos. Senão, é ditadura ou selvageria, o que não interessa a ninguém" (CARMONA; VIEGAS, 2013).

Na notícia acima se encontrava aquele que viria a ser o principal legado imediato das contestações locais e da existência da APH enquanto *acontecimento constituinte*: a redução em 15 centavos do valor das tarifas dos ônibus pagas cotidianamente por milhares de usuários do sistema de transportes públicos de Belo Horizonte.

Mais do que a redução em si da tarifa, o conjunto de intervenções contestatórias ocorridas em Belo Horizonte nesse contexto deixou outras reminiscências para seu cotidiano posterior: uma profunda renovação e ampliação de sua cena ativista em diversas searas, além da própria possibilidade de politização coletiva de temas normalmente entrevistados sob o prisma do tecnicismo administrativo, caso específico do sistema local de transportes públicos. A partir tanto do diálogo com as ocupações dos espaços públicos que então ocorreram nas manifestações de rua, quanto do uso direto dessa tática como um de seus eixos contestatórios, a Assembleia legou como prismas potenciais instrumentos e concepções de entendimento do funcionamento da cidade, que

se contrapunham diretamente às barreiras interpostas historicamente pela institucionalidade local à participação popular.

Enquanto instância radicalmente democrática de deliberação coletiva, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte realizou sessões até meados de 2014: seu progressivo esvaziamento, oriundo de um contexto de dilatação dos tempos de luta cotidiana na cidade, acabou por ser fator determinante na descontinuidade dessa experiência. Mesmo com seu desaparecimento, enquanto *acontecimento constituinte*, a APH legou desdobramentos diretos que a interconecta com os cenários anteriores e posteriores da cidade: atuou em sentido de reforçar precisamente as possibilidades de interlocução e atuação conjunta entre diversas coletividades presentes na cena ativista da capital mineira, cujas origens remontam à polêmica das Praias e seu posterior refinamento no Movimento Fora Lacerda.

De seus grupos de trabalho, a imensa maioria foi descontinuada nos meses imediatamente posteriores aos eventos ocorridos em Belo Horizonte em junho de 2013. Dentre os GTs surgidos nas Assembleias, figuram, no entanto, três exceções a esse ímpeto de refluxo: o Grupo de Trabalho de Cultura, que se organizou enquanto coletivo para a realização, entre 2013 e 2015, dos eventos conhecidos como A Ocupação⁵⁶ (BERQUÓ, 2015; RIVERO, 2015), o Grupo de Trabalho de Moradia (OLIVEIRA, 2017) e o Grupo de Trabalho de Transportes. Acerca dos desdobramentos concernentes ao segundo, que detém maior importância para a continuidade desse estudo, é Ana Arco quem conta o que ocorreu com o mesmo:

O GT de Transportes era o mais cheio, o que a galera mais discutia: querendo ou não, todo aquele problema do valor das passagens contadas mensalmente fere bastante o direito de ir e vir - isso me interessava muito. Tiveram vários GTs na APH e na ocupação, e quem tivesse interesse de participar, de fazer encaminhamentos de opções de propostas de luta, que assim o fizesse. Os outros GTs, inclusive esses que eu participava, acabaram morrendo: não tinha mais, e os que tinham eram pra movimentar a ocupação, pra segurança das pessoas - na época, a gente entendia que 2013 trouxe um processo de debate muito maior que os vinte centavos.

Começou com algumas reuniões, na APH e na ocupação: o processo de debate mais longo da ocupação foi o do GT de Transporte. O que reinou ali dentro foi o GT de Transporte, e dentro dele começamos a discutir várias grandes e pequenas coisas. A gente ainda não tinha a noção que começamos a ter: trazendo pessoas especializadas na área, começamos a nos preparar bastante pra trazer esse debate como uma nova opção. Não tínhamos simplesmente como falar do passe livre sem ter uma explicação básica do seu porquê.

⁵⁶ O nome de A Ocupação foi dado a uma série de festivais de rua de cunho artístico e cultural, organizados por integrantes de diversos coletivos da cena cultural independente belo-horizontina, que se deram em diversos espaços públicos de Belo Horizonte no período mencionado (BERQUÓ, 2015).

A ocupação acabou depois de nove dias, eu acho, e a gente começou a se encontrar nesse prédio da Direito⁵⁷. O GT ainda não tinha nome, e acabou virando um movimento: era então só um GT. Então começamos a discutir sobre a imagem e o nome do movimento - acabou sendo Tarifa Zero [...].

As recordações de Arco permitem a percepção de que as temáticas concernentes à mobilidade e sistema público de transportes foram as que maior destaque e adesão ganharam entre os participantes da Assembleia. Em certo sentido, pode-se dizer que, provavelmente, tal se deu em virtude da centralidade mesma dessas pautas nos debates públicos à época, considerando o contexto nacional formado no período imediatamente posterior a junho de 2013. Ainda assim, não se deve descartar que esse contexto parece ter impulsionado mais um aprofundamento de um olhar crítico sobre essa temática, do que seu aparecimento como uma demanda coletiva: conforme destacado anteriormente, o cenário da cidade, nessa seara, já trazia anteriormente elementos que dimensionavam as graves consequências de seu funcionamento para o cotidiano da capital mineira, o que tornava o contexto formado em 2013, acima de tudo, ocasião propícia para seu reforço enquanto um tema de pertinência para a cena ativista da cidade.

Tal situação em muito favoreceu a continuidade organizacional desse Grupo de Trabalho, mesmo depois do desaparecimento da Assembleia: dele se formou o coletivo Tarifa Zero – Belo Horizonte. Nesse aspecto, as memórias de Arco são respaldadas pelo estudo de André Veloso (VELOSO; 2015), particularmente na descrição ali existente sobre o início desse coletivo:

Na semana seguinte à ocupação da Câmara, o GT de Mobilidade Urbana da APH começou a realizar reuniões periódicas, nas noites de terça-feira. Na primeira delas, no dia 9 de julho, realizou-se uma apresentação sobre a proposta de tarifa zero nos transportes. A formação, que contou com a apresentação da nota técnica nº2 do IPEA⁵⁸, sobre tarifação e financiamento do transporte, bem como o debate sobre experiências de gratuidade nos transportes em várias cidades no mundo, deu-se em função de uma disputa sobre os rumos do movimento. Mais de 80 pessoas compareceram a essa reunião, e as reuniões seguintes teriam uma média de 50 participantes, que poderiam ser divididos em alguns grupos distintos: militantes de organizações de esquerda marxista-leninista, tais como o PCR (e sua juventude secundarista organizada na AMES-BH), o PSTU e algumas correntes internas do PSOL; membros de partidos marxistas de esquerda, mas sem orientação leninista, como o grupo Isegoria, do PSOL-BH; membros da AUTC-BH, vinculados ao PT; ativistas de perspectiva autonomista e anarquista, que viam no grupo a continuidade mais organizada das atividades

⁵⁷ Prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, situado na Avenida João Pinheiro, na região central de Belo Horizonte.

⁵⁸ Trata-se do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fundação vinculada ao Governo Federal responsável por pesquisas de suporte técnico e institucional para a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

da APH; ativistas independentes, com posturas variadas; pessoas sem experiência política anterior, que participaram dos acontecimentos de junho e estavam dispostas a construir uma continuidade; e pessoas ligadas à revista PISEAGRAMA⁵⁹ (VELOSO, 2015, p.194).

Como coloca Veloso, o coletivo Tarifa Zero contava com toda uma miríade de coletividades e individualidades, majoritariamente situadas no campo do ativismo de esquerda belo-horizontino, a tomar parte em suas reuniões e atividades. Da atuação conjunta ali encetada de fins de 2013 em diante, importa destacar que, fruto de divergências de concepção e atuação, parcela dos integrantes inseridos na cena autonomista e anarquista de Belo Horizonte fundou, no primeiro semestre de 2015, outra organização atuante nesse tema: o Movimento Passe Livre – Belo Horizonte. A existência dessas duas coletividades é o que permite dar, no contexto aqui recuperado, uma última dimensão para a Assembleia Popular Horizontal enquanto *acontecimento constituinte*: seu aparecimento influenciou diretamente a renovação da pauta e do ativismo em torno da questão dos transportes públicos de Belo Horizonte⁶⁰.

Conforme se verá no próximo capítulo, tal renovação se deu igualmente a partir de um processo de recuperação e reelaboração de formas de ocupação contestatória da espacialidade pública da cidade, numa inventiva confecção de dinâmicas singulares de *insurgências do uso* inteiramente atinentes à sua temática de atuação. Será, portanto, na atuação posteriormente conduzida no ativismo no entorno dessa seara na capital mineira que esse estudo centrará suas atenções, recuperando diretamente algumas dimensões específicas de abertura propiciadas pela Assembleia Popular Horizontal enquanto *acontecimento constituinte* voltado à democratização da vivência da cidade.

⁵⁹ PISEAGRAMA é uma plataforma editorial independente fundada em 2010 que publica estudos e ensaios majoritariamente centrados em temáticas atinentes ao urbanismo.

⁶⁰ No contexto belo-horizontino anterior às Jornadas de Junho de 2013, duas organizações civis se destacam por seu histórico de lutas nessa temática (VELOSO, 2015): a Associação dos Usuários dos Transportes Coletivos de Belo Horizonte (AUTC-BH), fundada no início dos anos 1990, e a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (AMES-BH), cujo histórico de lutas em favor do meio-passe estudantil data de início da década de 2000. Cumpre notar que chegou a ser fundado em Belo Horizonte um Movimento Passe Livre em 2006: de vida curtíssima, esse coletivo foi descontinuado, sem deixar rastros, ainda no primeiro semestre desse ano.

CAPÍTULO 2 – DESVIAR, INSURGIR: A FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO E A LUTA PELO ACESSO À CIDADE EM BELO HORIZONTE (2015)

*“O balaio tá foda,
Empresário enche o bolso,
Eu não quero catraca,
Todo aumento é um roubo”*

Trecho de canto de protesto do Movimento Passe Livre – Belo Horizonte

2.1 - “DESCOBRIMOS MUITO RÁPIDO QUE NÃO IA SER ASSIM”

No seu relato referente a determinados eventos ocorridos em Belo Horizonte no ano de 2015, a estudante Ana Arco forneceu uma descrição particularmente detalhada de uma atividade na qual tomou parte. Em sua narrativa, lê-se:

Também fizemos uma combinação de catracaço - tínhamos feito panfleto. Marcamos dois catracaços: um foi na Pampulha, o outro na São Gabriel - e eu fui na São Gabriel. Chegamos lá, pagamos passagem da primeira catraca, e ficamos ali pra distribuir panfleto pra galera que estava chegando ou voltando: indo pro trabalho, escola. Começou a panfletar, conversar sobre o aumento, que era absurdo: as pessoas dialogavam bem com aquilo, estavam bem receptivas. Algumas não, porque era de manhã: eram seis horas da manhã, o que era muito ruim. Mas muitas pessoas dialogavam bastante com a gente: a nossa ideia central era então panfletar, sentir a temperatura do lugar, e ver se dava ou não pra fazer um catracaço.

Estávamos muito receosos: nossa movimentação atçou muito os seguranças da estação. Mas conseguimos fazer o catracaço: pulamos e seguramos a catraca pra que as pessoas passassem - a gente pulou primeiro, pras pessoas pularem. O público adorou: quando a gente pulou, várias pessoas pularam e passaram por debaixo. [...] Deu pra elas passarem tranquilamente, e elas falavam nossa palavra de ordem.

[...] Foram mais de trezentas pessoas no catracaço: pulando, passando por debaixo, do lado. A gente fez uma ação muito rápida: fizemos a galera passar, pegamos as coisas e fomos embora. Acho que a gente teve uma sorte de não ter sofrido nenhuma agressão, porque a Rede Minas⁶¹ apareceu lá e

⁶¹ A Rede Minas é a concessão pública de televisão de propriedade do Governo do Estado de Minas Gerais.

estava filmando a nossa ação. Não falamos com a Rede Minas: só fez o catraço e foi embora.

A narrativa de Arco diz respeito a uma iniciativa, conduzida em sentido de possibilitar a usuários do sistema de ônibus de Belo Horizonte que passassem pelas catracas de uma estação terminal sem pagarem tarifas. Popularmente conhecido como catraço, esse tipo de intervenção contestatória é comumente utilizado por organizações atuantes em pautas atinentes à mobilidade e sistemas públicos de transporte, no país (SARAIVA, 2010; VINÍCIUS, 2014; SOUSA, 2015).

Seu relato sobre essa intervenção ilumina diversos pontos referentes tanto à forma, quanto ao contexto em que ela transcorreu. No primeiro plano, cumpre notar a presença do seguinte conjunto de elementos: a existência de uma combinação prévia quanto à execução da ação; realiza-la da maneira mais segura possível, em virtude da possibilidade de incriminação de quem a ela aderir; conjugar esta forma de intervenção com uma ação de panfletagem, direcionada aos usuários cotidianos deste equipamento público, de modo a instigar sua adesão. Aparentemente, esse tipo de intervenção conjuga, em sua execução, tanto radicalidade de contestação das funções cotidianas daquele espaço, quanto um quadro de efemeridade em sua prática.

Também é de importância destacar o momento em que se deu essa ação na capital mineira: em agosto de 2015, passados dois anos das Jornadas de Junho de 2013. Em si mesma, a existência dessa intervenção indicava a continuidade, naquele contexto, da utilização de táticas de ocupação contestatória de espaços públicos, impulsionadas em Belo Horizonte a partir das Praias da Estação: pela radicalidade da relação de contraposição para com a funcionalidade predominante naquele espaço, a ação que Arco descrevia pode ser delineada como uma forma singular de *insurgência do uso*. O fato de essa estudante ter sido, à época do evento que narrou, integrante do Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, é igualmente significativo: a existência da organização a qual pertencia representava que alguns dos legados da Assembleia Popular Horizontal ainda se faziam presentes na cena ativista da capital mineira.

A permanência desses elementos após o contexto de junho de 2013 é de particular relevância, ainda mais quando se consideram as circunstâncias vivenciadas na cidade – e no país – ao longo dos dois anos que separam esses dois cenários. Nesse sentido, uma primeira aproximação, que permite vislumbrar aspectos do que transcorreu ao longo desses dois anos, é fornecida pelo relato de Antônio Mista:

Veio a Copa, foi uma ducha de água fria: não conseguimos nem sair do lugar. Aí já não era o Tarifa Zero - era o COPAC -, mas a gente se sentia parte, chamava os atos juntos, tentou. Nesse momento, o Tarifa Zero era muito mais do que a Assembleia Popular Horizontal, do que o COPAC: era o que tinha sobrado de 2013 que ainda tinha ressonância na sociedade.

[...] Com o final da Copa, a gente começou a apostar mais na comunicação: continuaria fazendo os atos de rua, mas não ia fazer a qualquer momento, achando que ia encher a rua e conseguir recuar cinco centavos na passagem - ficamos basicamente a reboque dos aumentos de tarifa. As Ocupações duraram até 2014 - essa Ocupação Cultural -: achava elas muito legais, conseguiam ir mais longe. Fizemos uma no Barreiro, que me empenhei muito pessoalmente: foi um dos dias de momentos de muita euforia. Lembro de datas específicas de muita euforia: a ocupação da Câmara foi uma, a Ocupação Cultural, que lançou a campanha do Tarifa Zero foi outra, essa A Ocupação do Barreiro também.

[...] Em 2014, depois da Copa, senti um refluxo grande no movimento: o Tarifa Zero teve uma curva descendente de gente que ia na reunião - de junho de 2013 até 2015, foi caindo. Muitas pessoas que eram bem orgânicas já foram saindo. Nunca tinha uma justificativa exata, de discordância teórica - pelo menos não era expressa -: basicamente o pessoal meio que foi cansando de ficar fazendo reunião toda semana e não conseguir ver muito resultado - a gente parou de produzir resultados significativos - e foi abandonando.

A descrição de Mista dizia respeito ao cenário existente em Belo Horizonte, a partir do início do ano de 2014. Em seu relato, sobressaem aspectos que se tornaram comuns no panorama de determinados setores ativistas do país, principalmente entre aqueles diretamente envolvidos ou influenciados pelas Jornadas de Junho de 2013: o esvaziamento acentuado dos protestos de rua, preponderantemente durante a Copa do Mundo de 2014; a tentativa de elaboração de formas alternativas de mobilização, tendo em vista as dimensões do aparato repressivo mobilizado, à época, visando conter a eclosão de manifestações massivas; o desgaste provocado pela conjunção desses fatores com a dilatação das temporalidades de luta, especialmente naquelas concernentes a determinadas reivindicações levantadas na cidade, e no país, em 2013. Em seu ver, a reunião desses fatores delineava uma paisagem contra hegemônica profundamente marcada pelo refluxo não só da participação popular, como também da visibilidade mesma dessas reivindicações nos debates públicos do país.

Na bibliografia consultada que se debruçou sobre o cenário formado no país a partir de 2014 (ARANTES, 2014; JENNINGS, et. al.; 2014; CAVA, 2017), destaca-se um elemento relevante, mencionado por Mista, para a compreensão da dinâmica instaurada desde então: o aperfeiçoamento contínuo dos aparatos repressivos para enfrentar eventuais distúrbios, como os ocorridos durante junho de 2013. Por meio do aprofundamento de legislações regulatórias, da articulação de setores de inteligência e dos investimentos em aparelhamento repressivo, se montou um cenário voltado para

conter mobilizações contestatórias, principalmente durante e após a Copa do Mundo de 2014. Na leitura de Bruno Cava (CAVA, 2017), toda essa movimentação da institucionalidade se revestia de um prisma, que denominou como contrainsurgência:

Entre outubro de 2013 e a Copa das Tropas, a ordem foi recomposta. Mal havia dado tempo para uma autocompreensão da enormidade que tinha acontecido durante as jornadas. Mal havíamos esboçado as primícias da discussão, sobre o que se poderiam imaginar os próximos passos do assalto ao céu, quando de repente o céu se abateu de uma só vez sobre as nossas cabeças. Os operadores convencionais do poder punitivo, as autoridades mobilizadas e os políticos, da esfera municipal à federal, do Judiciário ao Executivo, não perderam um só minuto para reunir-se, reagrupar-se, ponderar uma estratégia comum e coordenar a rajada de ações repressivas. Lançaram-se todos à iniciativa. Era imperativo, do ponto de vista da ordem, assegurar a paz total para os megaeventos que apresentariam o Brasil antecipado na publicidade.

[...] Os aparelhos institucionais e partidários em seu conjunto, com escassas exceções junto à oposição de esquerda, formaram o Partido da Ordem, – uma repetição distante, porém pressentível, da união selada entre legitimistas e orleanistas, republicanos e democratas, para reagir à insurreição proletária de 1848. Não que houvesse um Partido do Levante a ser contraposto, dado o nível de desagregação em que se encontrava tudo aquilo que ainda tinha conseguido preservar a fisionomia do levante de 2013. Foi uma contrainsurgência, sobretudo, preventiva: que não se repetisse, que jamais fosse novamente sequer cogitado. Quando da realização da “Copa das Copas”, o levante no ano imediatamente anterior já nos parecia uma quimera distante, esmagada pela máquina de moer gente que o governo comandou e ajudou a aperfeiçoar (CAVA, 2017).

Conforme coloca Cava, o aspecto determinante dos arranjos da institucionalidade, nessa seara, se encontrava em seu caráter preventivo: não se mediram esforços visando conter, ou impossibilitar, qualquer perspectiva de massificação contestatória popular proveniente dos setores envolvidos com junho de 2013, nesse novo cenário. Na organização e atuação desse aparato, se destacava não só sua abrangência, envolvendo entes federativos governados pelas mais variadas tendências, dentre as forças políticas institucionais estabelecidas, mas também seus efeitos diretos para a atuação dessas coletividades envolvidas com 2013: tornaram-se comuns o exercício da vigilância e detenção de seus integrantes, em ações que eventualmente resultavam em julgamentos marcados por sua arbitrariedade condenatória. Se não impactava diretamente na pertinência real das demandas nas quais se envolviam, a presença desse fator, a partir de então, adicionava um elemento de risco, que teve por efeito inibir suas atividades, e o endosso popular à sua atuação.

IMAGEM 14: Ato de Protesto em Belo Horizonte durante a Copa do Mundo de 2014. Fonte: Priscila Musa.

Tal fator certamente não foi o único a influenciar na dinâmica formada no país, após junho de 2013. Outra forma de compreensão acerca deste esvaziamento decorre do teor das narrativas midiaticamente disseminadas sobre as Jornadas de Junho, e os protestos ocorridos no país até os primeiros meses de 2014. Foi neste período que se consolidou uma narrativa predominante, fundamentada numa dissociação simbólica e discursiva, já existente desde a cobertura das Jornadas de Junho (JUDENSNAIDER, et al., 2013; CAVA, 2013): a separação efetuada entre manifestantes pacíficos, normalmente correlacionada a aqueles que endossavam as diversas pautas consideradas pertinentes por mídias de todas as tendências, e vândalos, categoria que poderia, no limite, enquadrar qualquer manifestante que não as endossasse.

Conjuntamente à violência - um dos elementos eventualmente presentes nos protestos ocorridos em diversas cidades do país, entre 2013 e 2014 -, a consolidação dessa narrativa desencadeou efeitos deletérios, particularmente sobre as mobilizações e coletividades que se relacionavam diretamente com demandas surgidas durante as Jornadas. Nesse aspecto, a associação que comumente se efetuou entre os defensores dessas reivindicações, e o termo negativo dessa imagem simbólica (vandalismo), foi um fator de importância no deslegitimar de suas pautas, e de suas iniciativas, diante da opinião pública.

Correlata à disseminação deste imaginário, o período iniciado em 2014 igualmente teve como um de seus aspectos distintivos, do ponto de vista das grandes mídias, o aparecimento de tentativas mais ou menos explícitas destes setores de canalizar a indignação popular surgida em 2013 para temas, não raro de recorte conservador, de seu interesse (JENNINGS, et. al.; 2014). Conforme ressalta João Sette Whitaker Ferreira (JENNINGS, et. al; 2014), tais tentativas detinham por prisma predominante influenciar nos debates concernentes à realização de eleições majoritárias no segundo semestre de 2014:

Mas se as manifestações haviam começado com protestos legítimos por maior moralidade política, foram rapidamente manipuladas pela grande mídia corporativa e transformadas em um movimento oposicionista antidemocrático. Slogans como “O gigante acordou” e “Vem pra rua você também” e a indução às vestes brancas ou verde-amarelas “contra tudo que está aí” tornaram-se as palavras de ordem de uma mobilização vaga em objetivos, claramente insuflada pelo poder econômico e midiático para atingir e desestabilizar a presidenta e o regime democrático (JENNINGS, et. al.; 2014, p.12).

Como ressalta Ferreira, nas circunstâncias delineadas a partir de 2014, tais tentativas de canalização – e seu relativo sucesso – tiveram papel preponderante na formação da instabilidade da conjuntura política existente desde então: no caso, na radicalização da polarização política vivenciada no país, a partir das eleições presidenciais ocorridas naquele ano (CAVA, 2017). Neste cenário, de um lado, a ascensão de mobilizações conservadoras, então organizadas em oposição à administração Dilma Rousseff, implicou numa profunda reorientação de focos entre diversas organizações progressistas, visando fazer frente e resistência a tais forças. Além disso, de outro, a ampla repercussão midiática dada a esta polarização entre as diversas forças presentes no campo político institucional brasileiro desde então teve como um dos efeitos uma progressiva monopolização da atenção da opinião pública do país às questões e eventos que lhe diziam diretamente respeito.

Tais fatores igualmente parecem ter afetado significativamente a visibilidade pública dada a algumas das demandas oriundas das Jornadas de Junho de 2013: conjugada à influência midiática na canalização da indignação popular então estabelecida, a ascensão desta polarização em muito contribuiu para uma progressiva diluição de sua pertinência, que se deu conjuntamente à erosão do endosso dado a tais reivindicações, entrevistas como secundárias em meio aos debates públicas. Outro efeito deletério da ascensão deste debate se encontra quanto às condições de respaldo de

diversos movimentos progressistas às lutas desencadeadas em favor de tais reivindicações: as circunstâncias desenhadas a partir de 2014 também tiveram por implicação um reordenamento de prioridades quanto à utilização de não raro escassos recursos e enfoques fundamentais destas organizações, normalmente efetuado em detrimento da atenção dada a tais pautas públicas.

A esse conjunto de fatores, também parece ter se somado uma intensa dilatação das temporalidades de luta por essas demandas, a atuar como elemento interno de desgaste, com a qual estas coletividades tiveram que lidar. Nesse caso, apenas para ficar no exemplo da pauta dos transportes, cumpre notar que, à acelerada conquista da redução de tarifas em centenas de cidades brasileiras durante junho e julho de 2013 (CAVA, 2013; CAVA, COCCO, 2014), se seguiu uma expressiva desaceleração dos tempos de luta imersos nessa seara: não raro, tal se deu em virtude da lentidão, até certo ponto proposital, com a qual a institucionalidade do país lidou com a ascensão desse tema no debate público nacional. Além de favorecer o fortalecimento do prisma repressivo, que caracterizou uma das principais formas nas quais os poderes estatais passaram a se relacionar com tais lutas desde então, essa desaceleração incidiu igualmente numa profunda desmobilização em favor dessas demandas, enfraquecendo diretamente o poder de atuação de suas coletividades, a partir deste contexto.

Mesmo diante da complexidade desse cenário, também é importante destacar que um dos desdobramentos diretos da Assembleia Popular Horizontal sobre Belo Horizonte continuou ativo: o ativismo local na pauta dos transportes, particularmente a partir da atuação do coletivo Tarifa Zero. Nesse aspecto, uma forma de recuperar sua atuação nesse período igualmente advém do relato de Antonio Mista:

Na história do Tarifa Zero, até 2013, até 2014, tivemos muitas vitórias: muito empolgados com as possibilidades de chamar atos de rua a qualquer momento, e assim que chamasse todo mundo ia vir, e o governo ia recuar. Descobrimos muito rápido que não ia ser assim: teve um evento de uma cobrança de uma taxa da BHTrans que as empresas foram isentas - correspondia basicamente a 5%, cinco centavos da tarifa. Chamamos atos de rua pra pressionar o Poder Público a transferir esse desconto pra passagem: já não deu muita gente mais - nem perto do que estava dando em junho de 2013. Começou a cair a real de que não ia ser tão fácil assim: a empolgação estava diminuindo, mas ainda assim o Tarifa Zero, como um todo, tinha um crédito muito grande no ato de rua, na importância disso.

Ainda que diretamente impactado pelas circunstâncias delineadas a partir de 2014, este coletivo conseguiu sustentar em Belo Horizonte a presença de uma militância dedicada à pauta, assim como sua visibilidade, como tema de debates no cotidiano da

cidade. Se, de um lado, essa organização teve derrotas em algumas de suas ações travadas nesse período, também importa notar, de outro, que a mudança de cenário foi aproveitada como aprendizado, particularmente no que concernia a como lidar com a dilatação das temporalidades de luta impostas por aquela conjuntura.

Nesse último sentido, cumpre notar que tais circunstâncias foram igualmente relevantes para uma diversificação de suas táticas de luta, e de divulgação de sua demanda (VELOSO, 2015). Foi ao longo desse período de dois anos que, de sua atuação, surgiram iniciativas variadas: o Bloco Antitarifário Pula-Catraca, agremiação carnavalesca que se singulariza por realizar catracas durante seus cortejos; as Busonas, experiências diretas de transporte público sem tarifa, normalmente materializado através da circulação de veículos financiados pelo coletivo, que percorrem trajetos de linhas regulares de ônibus, propiciando viagens gratuitas a seus passageiros; eventos culturais como a Manifesta Junina, mistura de ato de rua com festejo junino realizada em 2014, durante uma de suas campanhas de protesto. Além dessas iniciativas, cumpre destacar também que o coletivo Tarifa Zero foi atuante na convocação de atos de rua de protesto, ao longo desses dois anos, majoritariamente relacionados aos contextos de reajustes de tarifas de ônibus em Belo Horizonte. Em seu conjunto, tais iniciativas carregavam em comum a permanência da tática de ocupação contestatória de espaços públicos da cidade, como um dos eixos de sua atuação.

De certa maneira, pode-se dizer que tanto sua continuidade, quanto sua inventiva diversificação de táticas, também se deu em virtude da permanência dos problemas estruturais, em Belo Horizonte, no tema que era foco de sua militância. Conforme coloca Mista, não somente persistiam questões atinentes à gestão do serviço, como que o contexto de refluxo iniciado em 2014 deu ensejo para que a Prefeitura endossasse medidas polêmicas, de direto interesse das empresas concessionárias atuantes no sistema. Ou seja, essa seara do cotidiano da capital mineira continuava a ser sintomática de um antagonismo, imerso na relação da institucionalidade local para com a cidade: reiterava-se sua impermeabilidade à participação, e ao atendimento de demandas de seus habitantes, particularmente na forma como esse serviço era gerido e disponibilizado a seus usuários. Conforme relata o publicitário e editor de vídeo Valério Carna⁶², outro fator inerente a essa pauta dizia respeito aos próprios impactos de

⁶² Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo no lugar do seu nome nesse trabalho.

algumas das obras de mobilidade, executadas na cidade para recepcionar a Copa do Mundo de 2014:

As obras pra Copa, na implantação do BRT MOVE, foram feitas, na verdade, em locais que já existiam corredores de ônibus. Claramente estava se refazendo: tudo bem que é quase um novo modal - pode-se entender assim -, mas existia um interesse em fazer as obras em prol das empresas de ônibus, e das empresas de obra mesmo, aparentemente. Apesar de que a área central, num segundo momento, veio a ter várias vias isoladas, em geral, eles só deram segmento a aqueles corredores ali. Houve a expulsão também do famoso Vermelhão⁶³, o ônibus intermunicipal: não só proibido de andar nos corredores, - antigamente eles podiam - mas de circular na cidade, o que é um grande absurdo. A mão de obra da cidade toda que vem de mais de longe, a mais pobre da região metropolitana, que essencialmente trabalha em Belo Horizonte: o fluxo desses locais, como Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Contagem, Vespasiano, Pedro Leopoldo⁶⁴ - o espectro norte da cidade -, os ônibus que vinham dessas cidades dormitórios, foram expulsos.

Em sua narrativa, Carna faz menção direta aos impactos da implantação do sistema BRT-MOVE sobre os usuários dos serviços de transporte público da capital mineira, e de sua região metropolitana. Uma das principais obras de mobilidade executadas em Belo Horizonte para sediar aquele megaevento, o modal BRT-MOVE acabou por impulsionar uma profunda reestruturação em seu sistema de transportes públicos (VELOSO, 2015): aumentou consideravelmente os custos de tarifa e de tempo de viagem dos usuários provenientes da região metropolitana, em virtude da inclusão de uma estrutura de baldeação em estações de integração; ao mesmo tempo, a maior capacidade de lotação dos veículos, e a dispensa da necessidade de cobradores, teve por consequência a ampliação dos lucros totais envolvidos em sua operação para as empresas concessionárias.

Cumpram igualmente ressaltar outro ponto abordado por Carna, concernente às obras efetuadas para o funcionamento desse sistema: à completa falta de transparência quanto a seu planejamento, se somavam questionamentos acerca de sua real pertinência, diante da estrutura de mobilidade existente em Belo Horizonte. Ou seja, além da questão de que sua implantação se deu em detrimento da execução de projetos de expansão da malha metroviária da cidade – que poderia concorrer diretamente com as

⁶³ Vermelhão é um nome popular dado aos ônibus que, anteriormente à existência do sistema BRT-MOVE, faziam todas as linhas de interligação intermunicipal na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O nome faz menção à cor dos veículos: entre os anos 1980 e a década de 2010, os ônibus que circulavam na capital mineira se dividiam por cores alusivas ao tipo de linha em que atuavam, entre intermunicipal (vermelho) e municipal (azul, amarelo, verde e laranja).

⁶⁴ Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Contagem, Vespasiano e Pedro Leopoldo são municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

empresas concessionárias na prestação do serviço de transportes -, parcela significativas de suas obras se concentrou na adequação de corredores exclusivos de ônibus já existentes: na prática, a irrisória ampliação na extensão destes corredores implicava na manutenção de uma estruturação, historicamente preponderante na capital mineira (VELOSO, 2015), que privilegiava o deslocamento motorizado individual. Num plano geral, a implantação desse sistema se somava a outros fatores atinentes à mobilidade da cidade, que reforçavam a perspectiva excludente de administração encetada pela Prefeitura, ao longo da década de 2010: simbolizavam os impactos deletérios da transferência da regulação de aspectos do cotidiano da cidade à iniciativa privada.

De maneira inequívoca, pode-se dizer que o perdurar do ativismo em torno da pauta dos transportes em Belo Horizonte, no cenário posterior às Jornadas de Junho de 2013, e a permanência das dimensões nebulosas de execução desse serviço na cidade, se ligam diretamente ao evento relatado por Ana Arco, que inicia este capítulo. Primeiramente, tal afirmação é possível em virtude do próprio local aonde se deu o que Arco narrou: na Estação de Integração São Gabriel, um dos principais pontos de baldeação no funcionamento do sistema BRT-MOVE na capital mineira. Já na dimensão contextual, cumpre notar que essa intervenção contestatória se deu durante os primeiros dias do mês de agosto de 2015: à época, havia sido anunciado um reajuste fora de época das tarifas dos serviços de ônibus da capital mineira. Tal fato desencadeou a criação da Frente Única Contra o Aumento, instância formada por diversas coletividades atuantes na cidade visando contestar essa medida. A existência dessa Frente, e as ações que impulsionou, também indicavam dois fatores de importância na compreensão daquele cenário: a presença de instâncias de deliberação e atuação conjunta, que reverberavam, de maneira reelaborada, alguns dos legados diretos da Assembleia Popular Horizontal, enquanto *acontecimento constituinte*, para a cena ativista da capital mineira; a ênfase na utilização de táticas contestatórias, tendo por eixo a ocupação de espaços públicos da cidade, o que permite vislumbrar linhas temporais contra hegemônicas singulares de continuidade de práticas imersas em dimensões de *insurgência do uso* por essa cena, que remontam, mesmo que indiretamente, às mobilizações encetadas pelas Praias da Estação.

Será na recuperação da história da campanha conduzida pela Frente Única Contra o Aumento, visando contestar o reajuste de tarifas promulgado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, entre julho e setembro de 2015, que este capítulo situa seu foco. De modo a lidar com esse enfoque, a narrativa aqui tecida tem por fundamento

o seguinte problema orientador: como os legados surgidos nas Praias da Estação e na Assembleia Popular Horizontal foram recuperados, no cenário formado a partir da campanha conduzida pelas coletividades atuantes nesta Frente. Numa segunda dimensão, essa problemática se desdobra em buscar responder sobre quais características singulares de atuação contestatória surgiram nesse cenário, precisamente a partir da relação tecida entre essa campanha, e a existência desses acúmulos anteriores pela cena ativista da cidade. Parte-se, portanto, do prisma de que o contexto em que essa campanha se deu, a temática central de sua atuação - na questão da mobilidade na capital mineira -, e tais legados anteriores se interligaram, propiciando uma inventiva eclosão de diversificadas formas de *insurgências do uso*, diretamente atinentes a esse foco de luta. Por fim, busca-se aqui responder sobre em que medida os elementos surgidos durante essa campanha se associavam a um imaginário de radical transformação da capital mineira nesse tema, a partir do prisma da defesa de uma profunda democratização das condições de acesso à cidade por seus habitantes.

Para tanto, um ponto a se destacar na compreensão das singularidades surgidas nessa campanha se situa na conjugação de determinados elementos presentes na intervenção narrada acima por Arco, enquanto modalidade de *insurgência do uso*. No caso, a utilização contestatória, e efêmera, de uma espacialidade pública diretamente atinente à pauta reivindicada, para a expressão da indignação popular, que foi um dos traços marcantes das atividades conduzidas pela Frente Única Contra o Aumento naquele contexto. De modo a melhor interligar essa conjunção entre espaço público, temática de contestação e efemeridade, presentes em grande parte das atividades conduzidas pela Frente em Belo Horizonte durante sua campanha, desenvolve-se aqui a noção de *desvios insurgentes*. Com esta noção, busca-se aqui precisamente delimitar as especificidades das modalidades de se relacionar de maneira contestatória com os espaços públicos de Belo Horizonte, em contraposição a seus ordenamentos predominantes, que foram materializadas pela campanha conduzida pela Frente.

Num primeiro sentido, portanto, essa noção busca relacionar formas de utilização de espaços públicos, e a alteração efêmera de seus funcionamentos cotidianos, nessas intervenções contestatórias. Nesse ângulo, para a melhor compreensão do termo *desvio* utilizado nesta noção, esse estudo se inspira diretamente em concepções desenvolvidas por Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991; LEFEBVRE, 1999), atinentes às formas sociais de se relacionar com a espacialidade citadina na modernidade.

Foi no aprofundamento de sua reflexão acerca da diversidade de relações sociais possíveis com territórios citadinos, e sua ligação com a confecção de formas de intervenção contestatória, que Lefebvre desenvolveu alguns conjuntos de delimitações sobre o conceito de desvio do espaço. Em sua teoria, a especificidade desse tipo singular de intervenção se torna inteligível a partir de sua interação dialética com outros dois outros tipos de relação social com as espacialidades: a dominação do espaço, própria aos vínculos capitalistas com o espaço socialmente produzido, e intrínseco à sua redução aos imperativos do valor de troca; e a apropriação do espaço, que caracterizaria a plena subversão dessa tendência, em favor da insurgência, e permanência, do valor de uso sobre os espaços urbanos. De acordo com este autor, a relação dialética triádica entre esses conceitos seria da seguinte dimensão:

O espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só toma seu sentido ao se opor ao conceito inseparável da apropriação.

Somente o estudo crítico do espaço permite elucidar o conceito. De um espaço natural modificado para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo dele *se apropria*. A posse não seria senão uma condição e, o mais freqüente, um desvio desta atividade “apropriativa” que atinge seu auge na obra de arte. Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte sem que dela seja o simulacro. Frequentemente, trata-se de uma construção, monumento ou edifício. Nem sempre: um sítio, uma praça, uma rua podem se dizer “apropriadas”. Tais espaços abundam, ainda que não seja sempre fácil dizer em que e como, por quem e para quem, eles foram *apropriados*.

[...] A apropriação não pode se confundir com uma prática próxima dela, mas distinta: o desvio. Um espaço existente, tendo tido sua finalidade (sua razão de ser, condicionando formas, funções, estruturas) pode se encontrar vago e em seguida desviado. Portanto, reapropriado por um uso outro que o primeiro.

[...] O desvio e a reapropriação dos espaços têm um grande sentido e podem servir de ensinamento para a produção de espaços novos. Talvez mesmo durante um período difícil, no seio de um modo de produção (capitalista) ameaçado e tendido para sua recondução (reapropriação dos meios de produção) os desvios tenham mais alcance que as tentativas de criação (de produção).

[...] Teoricamente falando, é vão opor o desvio à produção. O pensamento teórico tem por finalidade e sentido a produção, não o desvio, que só é em si uma reapropriação e não uma criação. Ele coloca fim à dominação apenas provisoriamente (LEFEBVRE, 1991, p.165, 166, 167, 168)⁶⁵.

Especificamente quanto ao desvio do espaço e suas transformações, Lefebvre procura associar suas singularidades à irrupção de formas contestatórias de sociabilidade: se pautam pela superação momentânea da separação que caracteriza o ordenamento capitalista, na relação tecida a partir da dominação do espaço

⁶⁵ As citações concernentes ao livro *The Production of Space*, de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991), foram traduzidas pelo autor.

(LEFEBVRE, 1991, p.385)⁶⁶, entre funções de lazer e reprodução de necessidades sociais. Desse modo, a simultaneidade efêmera entre lazer e necessidade, decorrente da relação espacial tecida pelo desvio, de um lado, desvelaria precisamente o caráter contraditório dessa separação funcional; de outro, mesmo que momentaneamente, serviria como demonstração prática da potencialidade de transformação no uso dos espaços, inerente à apropriação do espaço. Nesse último ponto, cumpre ressaltar que, nas contestações encetadas a partir do prisma do desvio em favor da apropriação, o que caracteriza sua dimensão transformadora se encontra precisamente na irrupção de perspectivas de democratização do acesso, e da fruição, dos territórios, como forma de reconfigurar momentaneamente suas funções diante dos ordenamentos predominantes.

Numa dimensão mais aprofundada, pode-se dizer que o que distingue essas três formas de se relacionar socialmente com o espaço se encontra nas diferentes temporalidades a elas interligadas. Nesse sentido, o que singularizaria o desvio perante a dominação seria o caráter temporalmente efêmero de duração das *insurgências do uso* que instaura: proporcionam fissuras na temporalidade cotidiana predominante no capitalismo, que subordina as funções da espacialidade ao predomínio das relações de troca, e sua necessidade constante de aceleração temporal de circuitos de produção e realização de valor. Em outro plano, a dimensão temporal limitada da contestação, propiciada pelo desvio, também traz consigo pontes potenciais de construção de horizontes emancipatórios, pautados pela abertura para a materialização da apropriação como princípio regulador: carrega consigo uma diversificação e democratização de durações de vivências temporais coletivas, intrínsecas ao predomínio do valor de uso.

Desse modo, o que caracterizaria tais intervenções como práticas espaciais contestatórias se encontraria precisamente tanto no revelar de contradições, quanto no propiciar, ainda que efemeramente, a vivência de um espaço social liberto de determinações da dominação, como possibilidade:

⁶⁶ Nas reflexões desenvolvidas pelo autor cumpre notar a permanência de uma visão relativamente ambivalente quanto ao lazer, particularmente quando o mesmo é função atribuída pela Dominação a uma espacialidade. Para Lefebvre, quando tal atribuição se dá, o lazer viria não a superar, mas sim a reiterar separações funcionais de uso do espaço entre necessidades e desejos que atenderiam diretamente à sustentação da ordem capitalista existente. Entretanto, essa mesma funcionalidade, quando autoproduzida em sentido contestatório, “constrói uma ponte entre os espaços tradicionais, sua monumentalidade, sua localização baseada no trabalho e suas demandas e potenciais espaços de fruição e prazer; em consequência, este espaço é a pura epítome do espaço contraditório (LEFEBVRE, 1991, p.385).” Diante de tais considerações, o uso de seu conceito de Desvio do Espaço se faz aqui se atendo precisamente a esse caráter de desvelamento de contradições, por meio da irrupção de usos possíveis, dentre os quais, por meio do lazer.

A prática espacial não é nem determinada por um sistema existente, seja ele urbano ou ecológico, nem adaptada a um sistema, seja ele econômico ou político. Ao contrário, graças às energias potenciais de uma variedade de grupos capazes de desviar espaços homogeneizados para seus próprios propósitos, um espaço teatralizado ou dramatizado torna-se possível. O espaço torna-se suscetível de ser erotizado e restaurado em sua ambiguidade enquanto nascedouro comum de necessidades e desejos por meio da música, de sistemas diferenciais e valorizações que transbordam as localizações estritas de necessidades e desejos em espaços especializados seja fisiologicamente (sexualidade) ou socialmente (lugares supostamente postos à parte para o prazer) (LEFEBVRE, 1991, p.391).

A partir da delimitação acima de Lefebvre, pode-se situar, portanto, o desvio como prática contestatória que restaura, momentaneamente, diversificações potenciais nas formas sociais de se relacionar com os espaços, entre seus participantes. Dessa maneira, tais espaços se transformam em áreas de indistinção em sua vivência coletivamente autoproduzida, entre necessidades e desejos enquanto funcionalidades entrelaçadas, indistinção essa potencialmente tendente a se tornar permanente.

Tal caracterização dos desvios enquanto forma específica de intervenção contestatória sobre o espaço é o que aqui torna possível constituir uma primeira delimitação da noção de *desvios insurgentes*, como forma de designar os sentidos da atuação dos sujeitos investigados. No caso, de que sua atuação tanto desvela contradições intrínsecas à ordenação dominante dos espaços e do cotidiano da cidade na pauta reivindicada – mobilidade urbana –, quanto promove transformações momentâneas nas funções socialmente atribuídas a esses territórios, reestruturando-os por meio de usos em sentido potencialmente emancipatório e comum.

De modo a melhor enfatizar tais dimensões, cumpre colocar que, na narrativa que se seguirá, os *desvios insurgentes* aqui recuperados serão caracterizados por meio de três termos distintos, diretamente atinentes aos contextos da campanha em que se deram: instigação, interrupção e sustentação⁶⁷. Ainda que cada uma das intervenções produzidas pelos sujeitos aqui investigados possa ser designada pela combinação de dois ou três desses termos, é importante ressaltar que a ênfase maior dada a cada um deles se deve, acima de tudo, à relação com o contexto da campanha em que tais contestações vieram à luz, bem como aos tipos de espaços ocupados nestas ações. Também importa destacar que esta noção, em seu uso relacionado aos fenômenos aqui estudados, abará um abrangente conjunto de práticas: sem descuidar de suas especificidades enquanto táticas distintas de intervenção urbana, a intenção neste

⁶⁷ Os significados atinentes especificamente a cada um desses termos serão explicitados ao longo da narrativa deste capítulo.

enfoque é ressaltar tanto seu caráter agregador, a partir do eixo da ocupação de espaços públicos, quanto os aspectos comuns de suas significações num plano geral de democratização potencial das funções destas espacialidades, formado por seu atrelamento aos cenários cambiantes da campanha conduzida pela Frente.

Diante de uma cidade cujo histórico de longo prazo de lutas em favor da democratização de sua estrutura de transportes públicos não raro envolveu a adoção isolada ou parcial de algumas das práticas agrupadas nesta noção (VELOSO, 2015), ou mesmo que, na atualidade, parte das mesmas se faça presente no cotidiano local enquanto forma de demonstração de insatisfação popular episódica acerca deste sistema, cumpre igualmente delimitar uma dimensão macroscópica envolta na especificidade em seu uso, durante a narrativa que se segue. No caso, perante esse histórico, torna-se importante ressaltar que seu uso, em linhas gerais, parte da compreensão de que o caráter inovador demonstrado na Campanha Contra o Aumento de julho-setembro de 2015 não reside no aparecimento de tais práticas de ocupação espacial em si: mas sim na articulação da diversidade de enfoques existentes nestas enquanto estratégia contestatória unificada adotada Frente Única Contra o Aumento, no contexto a ser recuperado adiante⁶⁸.

Por fim, importa também precisar alguns dos sentidos específicos do termo *insurgente* na composição dessa noção. Ou seja, é razoável esclarecer que este termo tem como objetivo dimensionar que a coletividade aqui estudada insere sua atuação também em sentido de contestação da redução da política à esfera da institucionalidade estatal, possibilitando a expansão dessa seara por meio de suas formas de intervir no ordenamento espacial da cidade. Nesse ângulo, este estudo se inspira, primeiramente, nas considerações de Éder Sader (SADER, 1988), em sua análise sobre o aparecimento de novos movimentos trabalhistas na cena pública brasileira:

⁶⁸ Como em diversas cidades brasileiras ao longo do século XX e início do século XXI (ANASTASIA, 1997; MANOLO, 2004; MOISÉS, 1977; MOISÉS, 1981; ROLNIK, 1999), a estruturação do sistema de transportes públicos em Belo Horizonte foi e continua a ser alvo constante de insatisfação popular. Não raro, tal insatisfação se materializou e se materializa por meio da adoção episódica de práticas contestatórias, como, a título de exemplos, no não pagamento de tarifas, ou em quebra-quebras de equipamentos concernentes a este serviço, particularmente por parte de habitantes de suas periferias. Dialogando e contestando diretamente uma territorialização profundamente desigual quanto à distribuição de recursos de deslocamento e acesso à capital mineira, relacionada à sua história de progressiva expansão territorial e formação de periferias, a intermitência no aparecimento de tais práticas permite, em muito, relativizar seu caráter inovador perante o histórico de lutas, organizadas ou espontâneas, existente na cidade: dessa maneira, a recuperação e agrupamento do entendimento de algumas dessas práticas em meio à noção de *desvios insurgentes* procura ressaltar, acima de tudo, sua interligação enquanto estratégia contestatória tendo por eixo a ocupação de espaços públicos no contexto estudado.

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles 'inventaram' novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política reinventada” dos movimentos teve de se enfrentar com a “velha política” ainda dominante no sistema estatal. (SADER, 1988, p.20, 21)

No que tange às considerações acima de Sader de ampliação da esfera política, cumpre colocar que tal relação aqui é compreendida em sentido de politização da questão dos transportes públicos de Belo Horizonte, tanto numa dimensão material, quanto discursiva. Isto é, que, de um lado, na atitude da Frente de contestar a restrição da discussão sobre esse serviço a uma dimensão tecnocrática como é próprio à institucionalidade, esse tema se politiza, de maneira que potencialmente se alarga em direção a uma democratização possível de sua gestão. De outro, tal ampliação igualmente se faria pela própria diversificação de formas de intervenção na espacialidade da cidade, tendo por finalidade potencial não só a revogação do aumento, como a democratização de seu acesso como pano de fundo de horizonte transformador.

Dessa maneira, pode-se dizer que, ao agir em sentido de tais finalidades, essas coletividades igualmente dotam o termo *insurgente* de uma segunda delimitação de significado. No caso, trata-se de um significado atinente a uma desestabilização direta das próprias delimitações correlacionadas de participação política e institucionalidade, predominantes na capital mineira. Nessa segunda delimitação, o significado aqui a ser compreendido se inspira diretamente nas considerações de John Holston (HOLSTON, 2013) sobre o termo *insurgente*:

O sentido de ‘insurgente’ que utilizo para estudar esse emaranhado não é normativo. Não tem valor moral ou político inerente. Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado. [...] A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção. Desse ponto de vista, o presente é como um pântano: vazando, cheio de furos, lacunas, contradições e mal-entendidos, existentes logo abaixo de todas as pressuposições tácitas que conferem ao presente sua aparente coerência. (HOLSTON, 2013, p.62)

Da definição de Holston, cumpre reter, de um lado, que tal desestabilização se daria a partir das formas de contestação que criam fissuras na tessitura mesma do

ordenamento dominante, por parte do agrupamento aqui estudado: ou seja, elaboravam pontos de questionamento direto da aplicação de uma perspectiva de cidadania, mediada pelo mercado, pela institucionalidade local. De outro, de que as fissuras que a Frente produziu eram entendidas e trabalhadas a partir de uma ótica profundamente progressista, fundada na transformação democrática de Belo Horizonte, na pauta dos transportes, através de sua ênfase enquanto direito coletivo. Nesse último ponto, parte-se da perspectiva de que a desestabilização que sua campanha provocou detinha como prisma eminente a democratização dos deslocamentos e do acesso à cidade, por meio da contraposição do caráter público potencialmente inclusivo do serviço de transportes que defendiam perante a faceta mercantil excludente que o estrutura.

Na recuperação do cenário e das intervenções produzidas pela Frente, e visando preservar esse prisma de compreensão, o recurso aqui utilizado será tanto de reportagens com a qual a imprensa local cobriu sua campanha, quanto o do diálogo com as narrativas e entendimentos de alguns de seus participantes diretos. Será, portanto, por meio do enquadramento daquilo que relataram enquanto múltiplas formas de *desvios insurgentes* que se buscará narrar a história da Frente Única Contra o Aumento, e a campanha de contestação que conduziu, entre julho e setembro de 2015, na cidade de Belo Horizonte.

2.2 - JULHO-AGOSTO DE 2015 - INSTIGAÇÕES: “ERA ONDE AS PESSOAS FICAVAM E ERAM ESSAS PESSOAS QUE A GENTE QUERIA ATINGIR”

Ao longo do primeiro semestre do ano de 2015, a imprensa belo-horizontina publicou, com alguma regularidade, notícias concernentes a diversos aspectos do sistema local de transportes públicos. Numa dessas notícias, lia-se acerca de questionamentos envolvendo o valor das passagens de ônibus na cidade:

Passagem de ônibus em BH deveria custar R\$ 2,90, diz Ministério Público

O Ministério Público de Minas Gerais pediu novamente na Justiça a suspensão de aumento das tarifas de ônibus em Belo Horizonte. Desta vez, a promotoria além de alegar o erro nos cálculos feitos pela BHTrans para definir o reajuste, apontou o valor correto para a cobrança. Conforme os cálculos dos promotores, a passagem de R\$ 3,10 deveria custar 2,90.

Em janeiro o promotor Eduardo Nepomuceno, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, já havia impetrado Ação Civil Pública apontando irregularidades nos cálculos da empresa de trânsito, mas não foram apresentados números detalhados na argumentação e o pedido de suspensão do aumento foi negado pela 4ª Vara Municipal da Fazenda.

[...] O MPMG também aponta que o contrato já havia sofrido reajuste em 2014, em razão de revisão quadrienal expressamente prevista, o que preservou a relação de equilíbrio econômico-financeiro entre Poder Público e empresas concessionárias. Entretanto, a alteração promovida pela cláusula terceira do quinto Termo Aditivo retroagiu a contagem da variação até 2012, incidindo duplamente no cálculo final.

[...] Nesta nova ação, foi apresentado novo cálculo das variações dos preços das despesas, de acordo com a fórmula paramétrica prevista no contrato, mas considerando o período de novembro de 2013 a novembro de 2014. “O fator encontrado foi de 1,0650”, afirma o promotor de Justiça (CRUZ, 2015).

A reportagem acima tinha por objeto a iniciativa tomada pelo Ministério Público de Minas Gerais de solicitar a suspensão de um reajuste de tarifas de ônibus, ocorrido em Belo Horizonte em dezembro de 2014. De acordo com o órgão, a Prefeitura teria concedido tal reajuste por meio de cálculos questionáveis, o que resultou em um valor de tarifa praticado significativamente maior do que o devido: sua iniciativa era indicativa de que persistia uma total falta de transparência acerca dos reais custos de um serviço de grande importância para o acesso à cidade por seus habitantes. A própria existência de uma disputa jurídica em torno das tarifas era também indício das dimensões nebulosas presentes na estruturação desse serviço: demonstrava o grau de permanência das inclinações da institucionalidade local em privilegiar a interlocução, e os interesses, da iniciativa privada nele envolvida, no cenário posterior a junho de 2013, num dos temas aonde mais se fez presente a intensificação de paradigmas neoliberais de gestão existentes na cidade desde os anos 2000, em virtude da centralidade das obras planejadas em mobilidade para a recepção de megaeventos. A presença eventual desse tipo de reportagem também atestava uma relativa reverberação pública local de debates concernentes ao tema, naquele contexto: muito desse enfoque midiático se deveu à continuidade de uma militância na cidade atuante na questão, mesmo durante uma conjuntura de profundas adversidades, como a instaurada a partir de 2014.

Foi da pressão exercida por essa militância que esse serviço foi objeto de uma auditoria contratada pela Prefeitura, divulgada no primeiro semestre de 2014 (TRAJANO; FREITAS, 2014). Seus resultados foram, no mínimo, ambíguos: atestava, ao mesmo tempo, tanto a necessidade de redução de tarifas, em virtude de cálculos equivocados em reajustes anteriores, quanto o aumento de seus valores, por conta dos custos alegados pelas empresas para a implantação do sistema BRT-MOVE na capital

mineira. À época, o relatório apresentado foi questionado quanto à sua própria dimensão de auditoria: conforme laudo divulgado pela Auditoria Cidadã da Dívida⁶⁹, os consultores encarregados simplesmente não analisaram qualquer documentação concernente aos fluxos bancários e financeiros das empresas. Na prática, era o mesmo que dizer que o relatório foi escrito sem nenhuma fundamentação acerca dos reais custos envolvidos na operação do sistema de ônibus de Belo Horizonte.

No noticiário local ao longo primeiro semestre de 2015, outros temas, concernentes a esse serviço, também foram abordados. Conforme se vê na reportagem abaixo, um dos tópicos de discussão era precisamente o sistema BRT-MOVE:

Processo de obras da implantação do Move pode ter irregularidades

A Polícia Federal em Minas Gerais informou que instaurou um inquérito para apurar as irregularidades na utilização de recursos para as obras do Move nas avenidas Antônio Carlos e Pedro I, assim como a construção do viaduto Batalha dos Guararapes. No entanto, o órgão informou que não pode dar mais detalhes sobre as investigações.

A prefeitura de Belo Horizonte, por meio de nota, informou que a iniciativa da apuração do caso partiu da própria prefeitura e que a Secretaria Municipal de Obras, a partir de junho de 2012, solicitou a interrupção do contrato com a PR Construções e Consultoria, que também tem seu nome citado nas investigações. O contrato, no entanto, só foi suspenso em novembro do mesmo ano.

Além disso, a prefeitura também informou que o Move foi implementado em etapas na capital, o que demandou diversas intervenções, assinaturas de contratos e licitações, e que todas as etapas têm que passar por fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Caixa Econômica Federal - instituição financiadora da obras - e por auditoria da própria prefeitura (BAETA, 2015).

A notícia acima fazia menção à investigação de possíveis irregularidades na execução dos contratos para as obras viárias de implantação desse sistema, principalmente em suspeitas então levantadas de superfaturamento, e de deficiências na fiscalização de seu andamento. Tratava-se de um tema particularmente pertinente, à época: menos de um ano antes, o Viaduto Batalha dos Guararapes, que integrava esse conjunto de obras, desabou antes mesmo de sua inauguração, durante a Copa do Mundo de 2014 (BRAGON, 2014). A investigação nas obras de implantação desse sistema, vendido à cidade como um dos principais legados desses megaeventos, era um emblema da nebulosidade que o envolvia: a notícia acima se somava a todo um conjunto de

⁶⁹ A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, atuante na fiscalização dos montantes despendidos no pagamento da dívida pública do país. O relatório publicado por essa associação se encontra disponível no seguinte link: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio-Especifico-ACD-sobre-o-Transporte-Publico-em-BH-16-3-2014-REVISAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

informações disseminadas à época, que iam dos questionamentos aos valores dos ônibus comprados às frequentes reclamações de seus usuários (VALE, 2015; VALE II, 2015), o que punha diretamente em questão seus reais benefícios e beneficiários. De certo modo, pode-se dizer que tais notícias referentes ao BRT-MOVE formavam um panorama profundo da inserção do prisma mercantil como aspecto predominante da forma com a qual a cidade lidava com seu sistema de transportes públicos, a partir dos anos 2000: situava suas diversas ramificações de abrangência da interferência da iniciativa privada atuante na capital mineira, e de que maneiras, possivelmente fraudulentas, a Prefeitura parecia atuar em sentido do atendimento de seus interesses.

Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que tanto o predomínio deste prisma no funcionamento desse serviço na cidade no início da década de 2010, quanto o tipo obscuro de relação traçado entre a institucionalidade local e a iniciativa privada atuante no setor, se interligam diretamente às próprias contradições imersas na história da expansão territorial de Belo Horizonte. No caso, se relacionam especificamente com a incapacidade histórica do poder estatal local de intervir nesta expansão de modo a, ao menos, mitigar os impactos nesse processo das interferências de interesses de mercado como um de seus agentes preponderantes. Nesse ângulo, conforme demonstra André Veloso (VELOSO, 2015), o desenvolvimento histórico do sistema local de transportes públicos não só dialogou, como se beneficiou diretamente dos aspectos mais profundos de segregação territorial oriundos da contradição interposta pelo predomínio da especulação imobiliária neste processo, fazendo com que a capital mineira tenha

como marca de seu nascimento a segregação de classe em seu espaço urbano, que se repetirá e se aprofundará espacialmente no lugar de moradia de suas classes ao longo de toda a sua trajetória. A conformação do sistema de transporte público dialogará sempre com essa contradição primeira. Como parte dessa vocação para uma modernidade incompleta, que tenta – canhestamente – esconder suas contradições de classe a partir da criação do novo, sucessivos governantes inovadores em seu “rodoviarismo”, como Juscelino Kubistchek (prefeito nos anos 1940), passarão por seu comando e farão da cidade e do estado de Minas Gerais a antessala de experiências que se repetirão em escala nacional. A exemplo da influência mineira nos rumos da política nacional, a trajetória específica dos empresários de transporte do município se apresenta de maneira, ao mínimo, curiosa. Eles surgem na atividade econômica com pioneirismo para a sua época, mas, ao contrário das outras metrópoles nacionais, sua trajetória apresenta permanência de uma estrutura de empresas, mas não de propriedade, relativamente desconcentrada. Ao se entenderem regionalmente, os empresários mantiveram o seu mercado fechado à concorrência externa e expandiram sua atuação para todo o território nacional. (VELOSO, 2015, p.11).

Do panorama elaborado por Veloso, cumpre ressaltar as dimensões abrangentes em que tal congruência entre a estruturação desse serviço e a expansão da cidade se deu: influenciou não somente na concretização de diversas empresas atuantes nesse sistema localmente e dos tipos de relação que teceram com os poderes estatais desde então, como igualmente na expansão desse modelo de estruturação mercantil pelo país, ao longo da segunda metade do século XX. Nesse aspecto, um dos principais impactos históricos para a estruturação desse serviço para a cidade se deu tanto a partir de uma profunda concentração de sua oferta por processos de formação de oligopólios privados, quanto pela expansão de suas influências sobre a regulação estatal do mesmo em Belo Horizonte, do qual a execução de projetos como o do BRT-MOVE eram manifestações contemporâneas da intensidade do predomínio de sua perspectiva mercantil em detrimento de outras estruturas possíveis.

O amálgama entre esse histórico particular, critérios nebulosos de dimensionar valores de tarifas e custos reais desse serviço, a implantação de um sistema de utilidade questionável, e uma relação perpassada por algo situado entre a omissão e a promiscuidade entre interesses públicos e privados na capital mineira, surtiu efeitos diretos para a formação do contexto em que se circunscreve a problemática deste capítulo. No dia 19 de junho de 2015, o jornal Estado de Minas publicava a seguinte notícia, atinente a um dos resultados da conjunção desses fatores:

Empresas de ônibus amargam prejuízo que pode resultar em aumento de passagens em BH

“A BHTrans ainda não se pronunciou sobre o pedido de revisão de contratos feitos pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH). No documento, as empresas responsáveis pelos ônibus da capital mostram o quadro de prejuízo de R\$ 80,4 milhões no último ano, segundo o levantamento feito por uma consultoria contratada. A solicitação foi encaminhada no início do mês de junho, dias antes de motoristas e cobradores fazerem greve pelo não pagamento de participação de lucros (PPL).

Segundo o Setra-BH, as empresas não repassaram a PPL aos funcionários porque fecharam no vermelho. Para que a paralisação terminasse, o sindicato patronal pediu prazo de 45 dias aos trabalhadores para conversar com a BHTrans sobre a situação financeira. Conforme o Setra-BH, o relatório encaminhado ao órgão público não apresenta soluções, mas o sindicato sinaliza ações possíveis para minimizar prejuízos: aumento de passagens de ônibus, subsídio da prefeitura ao transporte ou isenção de impostos, como o ICMS de 15% por parte do governo estadual. Uma quarta alternativa, conforme o sindicato seria a combinação de algumas dessas ações.

A BHTrans informou que ainda analisa o relatório técnico enviado pelo sindicato, considerado um estudo complexo e que exige avaliação aprofundada.

[...] **MOVE** As argumentações do Setra-BH vão além dos aumentos. De acordo com o sindicato, os empresários investiram na implantação do sistema Move e não tiveram o retorno de receita esperado. Foram gastos recursos com compra de ônibus e equipamentos, além de treinamentos de motoristas. A previsão inicial passada ao sindicato era de que 400 ônibus seriam retirados de circulação para operação do Move, no entanto o Setra-BH informa que apenas 80 foram retirados. Dessa foram, há 320 coletivos a mais rodando na capital e que não foram considerados no cálculo da tarifa reajustada em janeiro de 2015 para R\$ 3,10 (CRUZ II, 2015).

A reportagem acima tinha por foco a apresentação dos resultados de um estudo, patrocinado pelas empresas concessionárias do serviço de ônibus de Belo, que foi encaminhado à Prefeitura Municipal. De acordo com o estudo, esse serviço estava sendo prestado à população da capital mineira de maneira profundamente deficitária para as empresas dele encarregadas. Para remediar essa pretensa situação de prejuízos, as empresas solicitavam ou uma redução tributária, ou um reajuste do valor das tarifas, ou alguma combinação entre as duas medidas.

Mesmo diante de todos os questionamentos surgidos na imprensa local à época sobre alguns dos pontos levantados em sua argumentação, a conjugação de fatores alegados para a existência do que pleiteavam traçava um panorama do próprio impacto causado pelo tipo de inter-relação que travavam com a Prefeitura: na prática, num cenário em que sua argumentação fosse válida, sua solicitação, na melhor das hipóteses, representava a socialização direta de seus prejuízos, atingindo diretamente os usuários cotidianos do serviço. À altura da publicação desta notícia, os órgãos responsáveis pelo sistema de transportes da cidade ainda não haviam se pronunciado quanto à solicitação das empresas, ainda que o próprio histórico nebuloso de suas relações pudesse indicar que seria atendida: corroborava tal perspectiva o fato de que as discussões concernentes a esse tema se passavam em instâncias burocráticas, profundamente refratárias à consulta e acolhimento de perspectivas outras que não as das empresas envolvidas no tema.

Foi por meio de tais notícias, veiculadas a partir de junho de 2015, que a população de Belo Horizonte tomou conhecimento da existência de uma possibilidade real de que os valores das tarifas de ônibus pudessem ser reajustados fora de época. Dentre os que receberam a notícia, encontravam-se os militantes das coletividades atuantes na pauta dos transportes e mobilidade, desde 2013, na capital mineira. De

modo a dimensionar seus impactos, o relato sucinto do estudante Igor Mática⁷⁰, acerca da recepção da notícia nesta cena do ativismo local, é particularmente pertinente:

O coletivo ficou em polvorosa com a notícia que podia aumentar a passagem: a gente começou a fazer ato, a organizar ações midiáticas pra combater o aumento mesmo, basicamente isso.

Eu me lembro das reuniões no Estrela⁷¹, da Subindo a Bahia, Descendo a Floresta. Teve outras também. Acho que tinha certa disputa de agendas entre movimentos diferentes, tentativa de instrumentalizar as reuniões de diversos grupos: essa do Estrela foi uma reunião mais prática, mais questão de planejar atos, umas coisas assim. Parecia ser uma reunião dos anos 70 - tinha uma companheira que estava até vestida a caráter. Foi interessante, era um lugar fechado, quase um porão, uma sala dentro do Estrela que dava um ar de conspiração e tudo.

Havia certo grau de cooperação: inclusive o MPL e o Tarifa Zero fizeram atos juntos – eu lembro mais ou menos isso.

Integrante do Movimento Passe Livre – Belo Horizonte (MPL-BH), Mática centra seu relato na confecção de uma série de atividades por participantes desta cena. Nessas atividades, seu relato destaca a elaboração de reuniões públicas, inteiramente voltadas para lidar com a situação instaurada, de possibilidade real de imposição de um aumento de tarifas fora de época sobre a cidade. Dessas reuniões, surgiu, em julho de 2015, a Frente Única Contra o Aumento: confluência de diversas coletividades atuantes na cena ativista de Belo Horizonte, que se engajaram diretamente na contestação ao reajuste de tarifas de ônibus imposto pela Prefeitura Municipal. As reuniões da Frente dimensionavam não só a disposição mesma de setores da cena ativista local de atuarem em sentido de contestar esta medida. Pela forma com a qual se deram, pareciam igualmente recuperar diretamente aspectos oriundos dos legados da Assembleia Popular Horizontal enquanto *acontecimento constituinte* para a cidade, particularmente no que tange a propiciar confluências e deliberações conjuntas de intervenção contestatória.

⁷⁰ Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo no lugar do seu nome nesse trabalho.

⁷¹ Trata-se do Espaço Comum Luiz Estrela: ocupação situada na Rua Manaus, no bairro de Santa Efigênia, região Centro-Sul de Belo Horizonte. Em dezembro de 2013, militantes de organizações atuantes na luta por moradia, e ativistas do setor cultural independente de Belo Horizonte fizeram uma intervenção conjunta em que foi ocupado um casarão abandonado, que deu origem ao Espaço. Além de buscar reformar as instalações do casarão por meio de recursos obtidos por *crowdfunding*, os ocupantes utilizam o espaço como sede de apresentações culturais e festas diversas. O nome dado à ocupação homenageia o morador de rua Luiz Estrela: homossexual, foi assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas durante as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte.

TODO AUMENTO é um **ROUBO.**

2 por ano?! **F@#&\$!**

Dados divulgados pela **BHTrans*** contradizem estudo do SETRA-BH/Ernst Young:

PREJUÍZO ONDE?

*Dados compilados pelo coletivo Tarifa Zero (2015).

IMAGEM 15: Panfleto da Frente Única Contra o Aumento durante a campanha de 2015. Fonte: Movimento Passe Livre – Belo Horizonte.

Quanto a essa atitude, cumpre notar dois aspectos que permitem inferir uma reelaboração dessa experiência de 2013, diante do cenário com o qual lidavam. Primeiramente, em sua abrangência: inteiramente delimitada no fomentar formas de atuação conjunta setorializada, por sua atinência às questões envolvendo o sistema de transportes da cidade, naquelas circunstâncias. Num segundo plano, pela relação temporal do que intentavam, para com ações contestatórias que tinham por eixo a ocupação de espaços públicos na cidade: diferentemente de 2013, em que as Assembleias se tornaram instância de direcionamento do que já se encontrava em andamento nas ruas, aquela confluência visava precisamente fomentar uma campanha aonde tais formas de ocupação ainda se encontravam por se definir. Este último aspecto

detém particular importância para a narrativa aqui tecida: delimita a ênfase maior, neste capítulo, na recuperação e interpretação das intervenções deliberadas pela Frente, em detrimento da compreensão de sua estruturação deliberativa, dado que a última deteve, em larga medida, princípios similares aos da Assembleia Popular Horizontal quanto ao seu funcionamento. Em todos os casos, a conjunção dos fatores acima descritos terminou por incidir na materialização de formas inteiramente singulares de *insurgências do uso*, que permitem enquadrá-las como *desvios insurgentes*.

É importante mencionar que, à época dos eventos que relatou, Mática também era integrante de uma coletividade com papel importante nas atividades conduzidas pela Frente: a seção de Belo Horizonte do Partido Piratas, movimento que foca sua atuação em questões concernentes à defesa do acesso e uso da Internet como direito público. De acordo com sua narrativa, o interesse dessa organização pela questão do aumento se justificava tanto a partir de contribuições que pudessem ofertar, quanto da própria visão progressista de sociedade compartilhada em seu estatuto:

Eu sempre gostei muito de política, é uma coisa que queria mexer desde sempre: me senti bem o suficiente, comecei a mexer. Eu considerava o transporte uma questão importante: de cidadania, da cidade mesmo, de qualidade de vida das pessoas, e sempre achei uma vergonha Belo Horizonte ser uma cidade de cinco milhões de habitantes e não ter um metrô. Eu achava que transporte e computação podiam ser complementados - o Partido Pirata tinha em geral um conhecimento de computação, informática e segurança muito bom. Achava que poderíamos ter alguma coisa a oferecer pros movimentos sociais em geral: questão de segurança na computação, plataformas online pra ter discussões, reuniões - facilitar a comunicação em geral.

[...] Era importante pro Partido Pirata participar da campanha: uma questão de democracia direta, no sentido de que a proposta é hackear o sistema, colocar representantes eleitos pra fazerem a vontade da população. Ampliar democracia na democracia representativa: tendo uma demanda da população com relação ao transporte que não tá sendo ouvida pelos políticos eleitos, fazer essa demanda ser ouvida, e colocada na prática. Eu acho que tá bem dentro da proposta do Partido Pirata - inclusive, dentro do estatuto do Partido Pirata, que é gigantesco, tem essa questão da gratuidade do transporte, da democratização do transporte, do acesso à cidade.

Do que eu lembre, a Frente era pra ter um maior alcance da pauta do protesto: fazer um ato maior e tal, e não ter redundâncias também com relação ao ato antitarifa, concentrar esforços.

Segundo Mática, os saberes portados pelo Piratas, concernentes a ferramentas virtuais de segurança e comunicação, poderiam ser de grande serventia não só para a Frente, como para mobilizações progressistas em geral. Ainda que essa organização detivesse uma pauta distante do foco de atuação da Frente, sua inserção se plasmava num entendimento mais generalizante de democratização societária, em que assuntos

como o tema dos transportes detinham lugar de destaque. Também é importante destacar que, ao se incorporar à campanha, essa coletividade não só se inseria diretamente na cena ativista de Belo Horizonte, como também ampliava seus raios de atuação na cidade: ainda que menos destacada nos relatos aqui coletados, sua presença era indicativa de uma perspectiva potencialmente inclusiva que, até certo ponto, caracterizou a existência da Frente Única Contra o Aumento naquele contexto.

Na história da formação e atuação da Frente, o Partido Piratas compartilhou uma posição de destaque com as outras duas coletividades citadas por Mátyás: o MPL-BH e o Tarifa Zero. Conforme mencionado no primeiro capítulo desse estudo, a existência dessas duas organizações era um dos principais desdobramentos da Assembleia Popular Horizontal, enquanto *acontecimento constituinte*, para a cena ativista de Belo Horizonte, no contexto posterior a junho de 2013: suas presenças eram indicativas da revitalização da militância na pauta dos transportes públicos ocorrida na cidade. Considerando sua atuação conjunta no contexto aqui estudado, é importante recuperar algumas das dimensões singulares de confluências e divergências que marcavam, individualmente, estas duas organizações. Nesse sentido, o relato de Valério Carna menciona pontos pertinentes, para a compreensão das diferenças que marcavam essas duas coletividades:

Fomos conversando algumas coisas, e rapidamente vimos que acreditávamos mais ou menos num modelo parecido de atuação de um movimento de transporte: falávamos muito sobre a questão do intermunicipal. Era algo que a gente achava um gargalo horrível do Tarifa Zero: não estava sendo explorado, não era nem de longe a prioridade.

[...] Baseamos que queríamos fazer isso - se organizar de uma forma mais descentralizada, de periferia - tentar construir pequenas lutas em outras regiões da cidade, que não a Centro-Sul. Também tem a experiência de vários coletivos, especialmente o de São Paulo, que é de ser descentralizado, de fazer essas lutas regionais: querendo ou não, o coletivo de São Paulo é o que teve maior resultado. Até hoje os atos deles dão relevância na cidade, e já davam antes de 2013 - lá que eclodiu também a revolta nacional. Achava que era um bom caminho de seguir: essa questão da descentralização, dessa forma de organizar, de ter gente desses lugares participando, ensinando pra mais gente. Uma coisa mais autônoma mesmo: os núcleos auto gerenciados, e também auto renovados. Com metodologias mesmo, com oficinas que facilitam as pessoas apreenderem coisas dos contratos, do porque é injusto a forma que a tarifa é cobrada no Brasil, efetivamente: baseado nisso tudo, pensávamos que um coletivo poderia ter mais a ver com esse mecanismo - e aqui em BH, por estar passando esse momento do ataque do intermunicipal, tinha tudo a ver.

Pelo panorama que Carna teceu, tais divergências, à época, tangenciavam dois aspectos: foco de atuação militante perante os diversos públicos existentes na cidade, e concepções organizacionais.

No primeiro aspecto, seu relato revela que a divergência se colocava fundamentalmente na ênfase sentida por aqueles que fundaram o MPL-BH de descentralização da atuação em favor da pauta dos transportes: tal se fazia de modo a privilegiar os trabalhos com populações residentes em áreas periféricas da capital mineira, e sua região metropolitana. De acordo com a sua e outras narrativas de integrantes do MPL-BH aqui coletadas, à época, o coletivo Tarifa Zero detinha, de um lado, uma atuação excessivamente focada na região central da capital mineira; de outro, uma composição de ativistas que era majoritariamente formada por integrantes das classes médias locais. Para esses integrantes, a conjunção desses dois fatores se traduzia num discurso e atuação que, ao potencialmente abranger toda a cidade, perdiam de vista suas diversas nuances, e as desigualdades de acesso e uso de seu serviço de transportes.

Do ponto de vista da questão organizacional o relato de Carna situava esse tema a partir de uma dimensão de estruturação. Em seu ver, a ausência no Tarifa Zero, à época, de instâncias bem delimitadas, referentes aos diversos afazeres de uma organização atuante nessa seara, implicava em um cenário fundamentado em discrepâncias relevantes entre discussão, deliberação e execução de tarefas. Diante de sua experiência nessa coletividade, colocava como ponto de importância uma estruturação organizacional com papéis melhor delimitados, como forma de harmonizar tais funções, e assim procederam quanto à composição estrutural do MPL-BH.

Ainda que tais divergências eventualmente gerassem atritos entre os integrantes das duas coletividades, durante a atuação da Frente, elas não anulavam o fato de que ambas compartilhavam de objetivos comuns, seja nesse contexto, seja enquanto horizonte final de atuação nessa seara. Ou seja, cumpre notar que, de um lado, as duas organizações partiam do entendimento de que o reajuste de tarifas era ilegal, e deveria ser contestado; de outro, portavam uma concepção similar de compreensão, tanto dos transportes públicos como direito, quanto da democratização de sua gestão, como finalidades de sua atuação política. Aprofundando o assunto, conforme coloca Janice Tirelli Ponte de Sousa (SOUSA, 2015), o direito ao transporte é visto, por militantes de organizações como essas, a partir de um prisma inteiramente singular:

Simple e ao mesmo tempo de difícil aceitação cultural e de direito pela população, a ideia da Tarifa Zero parte da constatação de que o pagamento das passagens dos transportes coletivos nas cidades, pelo trabalhador, é injusta porque onera aos que menos tem condições de arcar com seu custo, levando muitos cidadãos a irem à pé para o trabalho.

O transporte coletivo estrutura a vida nas cidades de médio e grande porte, é fundamental para a organização da vida e a sua ausência desestruturaria a vida do próprio trabalhador urbano cuja necessidade de locomoção implica a sua própria sobrevivência. O sistema ocupa centralidade funcionamento da cidade, é pelo transporte que os cidadãos acessam outros direitos sociais, porém, e sua importância tem sido a medida para estabelecer o grau efetivo democratização dos serviços públicos na vida do brasileiro. Importante para acessar outros direitos (SOUSA, 2015, p.167, 168).

Na perspectiva em que compreendem o transporte como direito comum, chama atenção, primeiramente, a ênfase dada a seu caráter de transversalidade: se situa numa condição especial, dado que é mediador direto do próprio acesso a lugares e instâncias onde se efetivam outros direitos sociais. Complementarmente, tal cosmovisão implicava na recusa de vislumbra-lo a partir de um prisma mercantilizado: sua subordinação ao mercado atuaria como fator de restrição, não só do acesso e efetividade a outros direitos coletivos, como da própria vivência democrática da espacialidade cidadina. Para tanto, além da recusa a esse prisma mercantil, tais organizações defendem a elaboração de instâncias democratizadas de gestão popular desse serviço.

Numa cidade como Belo Horizonte, historicamente formada pela impermeabilidade institucional à participação popular, e pelo estímulo dado ao predomínio de uma relação mercantilizada sobre seu cotidiano no contexto estudado, a atuação de coletividades sob o prisma acima delineado designava uma disposição não só de contraposição a tal panorama: denotava igualmente balizas radicais de transformação potencial, que norteavam sua contestação direta dessa concepção autoritária de cidade. Tais considerações também se relacionam com aspectos da narrativa aqui tecida numa outra dimensão: a compreensão de que todo e qualquer reajuste dos valores de tarifas envolve necessariamente uma potencial restrição quantitativa de usuários aptos a ter acesso a seus próprios direitos e realizar suas necessidades cotidianas, o que conferia legitimidade à luta que conduziram, por meio da Frente, em sua campanha de 2015.

Tendo em vista as especificidades existentes entre as três organizações que compuseram a Frente Única Contra o Aumento, cumpre notar uma última característica em comum que compartilhavam, no contexto estudado: ou seja, elas se estruturavam enquanto coletivos⁷². Nas diversificadas formas de associativismo que surgiram com o aparecimento dos chamados Novíssimos Movimentos Sociais (GOHN, 2007; GOHN,

⁷² À época da formação da Frente Única Contra o Aumento, o Partido Piratas se encontrava em fase de coleta de assinaturas para embasar sua transformação em legenda atuante na política institucional brasileira. Em virtude de tal condição circunstancial, e considerando a própria forma com a qual esse ator se estruturou com esse objetivo, ele vinha a compartilhar com os outros dois atores inseridos na Frente de uma estruturação mais assemelhada a um coletivo.

2014) na contemporaneidade, essa concepção singular de estruturação associativa teve particular disseminação entre jovens no país, a partir dos anos 1990, principalmente nas searas culturais e ativistas de cunho político e social. Para a compreensão de suas especificidades, as considerações de Igor Oliveira (OLIVEIRA, 2012) são de particular importância, no que tange à leitura aqui traçada sobre a composição da Frente:

Entre essas formas organizativas juvenis contemporâneas, podemos destacar uma forma bastante presente nesse contexto do dissenso juvenil contemporâneo: os autodenominados coletivos. Estamos entendendo por “coletivos” os agenciamentos, associativismos e agrupamentos de jovens ativistas e jovens produtores de cultura em prol de um ou mais fins. Os jovens se agrupam em coletivos geralmente por afinidade/ideais, ou por relações afetivas, ou por questões identitárias ou por todos esses elementos juntos. A natureza de determinado coletivo, ou seja, os motivos, objetivos e interesses que conformam determinado agenciamento, indicam também a natureza dos agrupamentos. A organização dos coletivos também é marcada pela autonomia, autogestão e horizontalidade — inspiração dos movimentos antiglobalização. Outro aspecto dos coletivos a ser ressaltado é o da flexibilidade e fluidez da participação engendrada em seus interiores. Os compromissos, acordos, normas e regras são autodeterminados pelos indivíduos que neles participam. Não há rigidez nem fidelidade participativa. A relevância do indivíduo — dos desejos e necessidades individuais — no interior de um coletivo aponta para reflexão, de um lado, de formas de agenciamento mais flexíveis e “líquidas” distintas das organizações da esquerda tradicional e, de outro, formas de ser — fluidas e igualmente líquidas — da individualidade contemporânea [...] (OLIVEIRA, 2012, p.44, 45).

Da definição de Oliveira, cumpre ressaltar os entrelaçamentos singulares entre estruturação organizacional e participação, próprias a essa concepção associativa. Primeiramente, nota-se a relação tecida entre participação e afinidade: são organizações que se fundamentam numa profunda abertura ao voluntariado, como critério de ingresso, e à constituição de laços de atuação conjunta pautados eminentemente pelo interesse direto em determinada temática de preocupação comum. Ainda nesse aspecto participativo, também é pertinente destacar a ênfase de uma cosmovisão partilhada nessas organizações, quanto à importância do papel dado à individualidade de seus integrantes: tal característica permitiria não somente a preservação da autonomia individual de opinião e de execução de atividades conjuntas, como também agiria em sentido de dotar tal concepção associativa de modos mais flexíveis de intervenção pública, nos temas em que atuam. Tais características se entrelaçariam pela confecção de instâncias de discussão, deliberação e execução, perpassadas por dimensões radicalmente democráticas de participação comum.

No contexto aqui estudado, pode-se dizer que, ainda que comungassem de formas distintas de estruturação, e de ênfase temática, esses três coletivos, internamente, partilhavam formas comuns de arranjo dos princípios organizacionais acima expostos. Igualmente, pode-se colocar que quando se associaram para a formação da Frente Única Contra o Aumento, o fizeram de tal modo que essa instância, na medida do possível, preservou precisamente tais características participativas em seu funcionamento: considerando a estruturação da institucionalidade local, profundamente refratária à participação popular, tal fator pode ser entrevisto como uma das dimensões mesmas aonde se estabelecia uma contraposição direta ao ordenamento predominante na cidade e sua ênfase em reduzir à iniciativa privada a condição de interlocutora exclusiva sobre seus rumos.

De modo a melhor compreender a especificidade da Frente enquanto instância diante das singularidades de sua forma, das coletividades que a compunham, e das intervenções de contestação que realizou no contexto estudado, essa narrativa irá denomina-la de *sujeito coletivo*. Para o entendimento dessa denominação, cumpre dizer que ela é tomada diretamente de empréstimo do estudo desenvolvido por Éder Sader (SADER, 1988) sobre movimentos sociais que lhes eram contemporâneos:

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

Se a existência de sujeitos não tem como correlação necessária o exercício da autonomia, esta é impensável sem aqueles. [...] Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis: porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias (SADER, 1988, p.55).

Da definição acima, busca-se aqui reter fundamentalmente a ideia de uma instância de composição conjunta, formada pela mútua atuação de uma pluralidade de coletividades. De maneira mais aprofundada, de um lado, igualmente se contempla, na leitura que se efetua da Frente como *sujeito coletivo*, que ela tornou-se uma instância cujas interações entre si nem sempre se deram de maneira simétrica. De outro, que no relacionar-se com as situações cambiantes de circunstâncias com a qual se deparou em sua campanha, sua atuação não se deu tão-somente a partir de eventuais planejamentos

predefinidos: igualmente, na medida do que lhe era possível, tal se materializou também a partir da reordenação de rumos, o que em certo sentido dotava essa instância de um caráter de flexibilidade diretamente atinente aos princípios participativos que a orientava. Veio, portanto, das iniciativas confeccionadas pela Frente como *sujeito coletivo* organizado a partir de tais princípios todo um conjunto de intervenções contestatórias sobre a espacialidade da cidade de Belo Horizonte, aqui caracterizadas como *desvios insurgentes*.

Na atuação da Frente a partir de julho de 2015, nota-se que a pluralidade de concepções das organizações que formaram esse *sujeito coletivo* se fez sentir desde suas primeiras reuniões. De acordo com Ana Arco, suas distintas posições sobre questões pontuais eventualmente levavam a embates e tensões entre seus integrantes:

Acho que a Frente se reuniu duas vezes, se não me engano: as duas vezes foram ali no passeio do Direito e no Minha vida é essa: descer Bahia e subir Floresta. Eu lembro que o Tarifa Zero tinha meio que morrido, e a gente estava muito empolgado: seria uma das primeiras movimentações nossa e começamos a discutir bastante, mobilizamos muita gente. Um processo de aproximação das pessoas, a gente queria que elas participassem das reuniões - era basicamente a galera sentando e discutindo estratégia de ação, o que a gente faria de ato, de mobilização.

No final da história foram algumas pessoas novas, foi muito bacana, só que a gente conseguiu trazer o embate do MPL – Tarifa Zero, o que não queríamos: não queria bater de frente, não queria nada com eles. [...] Deu um peso muito horrível pra reunião: nesse dia, já não tínhamos mais estômago pra discutir. Além do mais, tem essa história que o MPL saiu do Tarifa Zero, tem origem no Tarifa Zero: esse clima já era ruim o bastante, não era bacana.

[...] Entramos em um embate muito grande na Frente por causa da faixa pro Ato, do que ia na faixa: “3,40 nem tenta”⁷³ e a outra era “Todo aumento é um roubo”.

[...] E essa foi uma questão infantil, em minha opinião. Porque a nossa ideia de frase era que a gente poderia usar aquela faixa pra qualquer outro ato; “3,40 nem tenta” não. A gente sabia que ia aumentar a passagem, que podíamos ir e jogar ela fora, era coisa de praticidade: “Todo aumento é um roubo”, ponto, acabou.

⁷³ O sistema de transporte de ônibus em Belo Horizonte atualmente se divide em cinco modalidades além do BRT-MOVE: linhas alimentadoras (ligando bairros a estações de metrô); troncais e semi-expressas (interligam as Estações Terminais de Integração ao Centro da cidade); interbairros (ligam bairros da cidade sem passar pelo Centro); circulares (atendem exclusivamente o Centro da cidade); diametrais e radiais (ligam bairros da cidade passando pelo Centro).

Este sistema conta com tarifário diferenciado pra cada tipo de linha. As de tarifa mais elevada são as troncais e semi-expressas, interbairros e diametrais e radiais. Tradicionalmente, os protestos contra o aumento da tarifa em Belo Horizonte fazem divulgação referente ao aumento das tarifas desses tipos de linha.

A promulgação do aumento das passagens de ônibus no município de Belo Horizonte no fim de julho de 2015 alterou o valor das passagens de R\$ 3,10 para R\$ 3,40, daí a menção a esse valor.

O relato de Arco permite perceber que as reuniões iniciais da Frente, ainda em julho de 2015, agregaram não somente as organizações anteriormente destacadas, como igualmente outros interessados na questão da contestação ao aumento: aparentemente, a insatisfação diante da possibilidade de sua materialização não se restringia à cena ativista da cidade. Em segundo lugar, tais reuniões tinham como fundamento seu direcionar para a deliberação concreta de estratégias de atuação conjunta: visavam materializar expressões de indignação popular, por meio da ocupação contestatória de espaços públicos. Desse modo, torna-se possível o entendimento aqui traçado de que suas reuniões serviam como instâncias mesmas de proposição dos *desvios insurgentes* a serem recuperados adiante.

Como colocado por Arco na questão concernente à inscrição da faixa de abertura dos atos de protesto da Frente, ainda que nessa instância tivesse havido reverberação das divergências entre dois dos coletivos que a compunham, a disputa mesma evidenciava um caráter particularmente aberto ao dissenso, como aspecto presente na deliberação conjunta de atuação. Tal aspecto reforçava uma dimensão de receptividade às contribuições variadas, além de uma inclinação por formas de elaboração e planejamento compartilhados, como aspecto inerente às deliberações do que planejavam em atuação contestatória: estes fatores em muito explicam a diversidade de táticas utilizadas em sua campanha. Mesmo que durante praticamente toda a campanha conduzida pela Frente, os atritos entre Tarifa Zero e MPL-BH se fizeram sentir, tais embates jamais deram ensejo a uma efetiva ruptura de qualquer das partes, que atuasse em sentido de desagregação desse *sujeito coletivo*.

No contexto aqui estudado, a formação da Frente Única Contra o Aumento não foi o único desdobramento que se materializou, diante da possibilidade de um reajuste extemporâneo das tarifas de ônibus de Belo Horizonte. A pauta igualmente deu ensejo a toda uma batalha jurídica, travada a partir do questionamento pela Defensoria Pública da legalidade da medida da Prefeitura, que transcorreu paralelamente aos eventos aqui narrados. De acordo com Antônio Mista, muito do que subsidiou a argumentação da Defensoria foi decorrente da atuação do coletivo Tarifa Zero como integrante da Frente:

Saiu o boato do aumento - no começo, eu não botei muita fé: achava que o pessoal era meio alarmista, mas muito rápido já mostrou que não era só um boato, e a gente decidiu que ia precisar chamar pra Frente Ampliada. Fomos convidados, pelo MPL, pra formar uma Frente: ia ter que ir pra rua - eu não lembro tanto, a minha memória não é muito factual.

Entramos na Justiça: até antes, nas iniciativas que teve na esfera judicial, foi uma ação autônoma nossa, mas muito protocolar - no âmbito das minúcias do judiciário, uma Portaria que não saiu do jeito que tinha que sair. Em 2014, tivemos uma denúncia pro MP, que suspendeu o aumento por um tempo: foi uma denúncia que era menos jurídica, mais técnica, com uma parceria lá da galera da Auditoria Popular da Dívida.

Do que coloca Mista, cumpre notar que o recurso ao judiciário já era prática estabelecida em Belo Horizonte pelo Tarifa Zero desde sua formação, em fins de 2013. Em certo sentido, pode-se dizer que esse recurso não formava uma linha principal ou exclusiva, mas sim um instrumento auxiliar de atuação da militância belo-horizontina na pauta dos transportes públicos. Ainda que esse estudo não enfoque em detalhes essa batalha jurídica, cumpre considerar três dimensões, de pertinência para essa narrativa: primeiramente, de que a atuação da Frente se deu de maneira relativamente autônoma perante as idas e vindas da disputa nessa instância; em segundo lugar, que a existência dessa disputa reforçava a argumentação desse *sujeito coletivo* de que a medida da Prefeitura podia ser configurada como eivada de ilegalidades; por fim, de que as intervenções públicas na espacialidade pública da cidade, executadas pela Frente, surtiram efeito e pressão direta sobre os rumos dessa contenda.

Até certo ponto, pode-se dizer que tal relação autônoma e ativa de sua contestação diante da disputa existente na esfera institucional se dava também por aspectos singulares do imaginário dos integrantes da Frente, acerca de formas de luta por direitos coletivos, num plano geral. Nesse caso, conforme relata Ommar Motta, o que se destacava era a forma como a contestação pelas vias institucional e de pressão popular direta eram conjugadas por esse *sujeito coletivo*:

A máfia do transporte só vai sentir a pressão popular quando eles tiverem realmente medo do que pode acontecer com o patrimônio deles. E eu acho que o único jeito da gente causar medo nos ricos é mostrando nossa disposição na rua: infelizmente, qualquer processo judicial, ou qualquer coisa que for feita nos âmbitos institucionais costuma ser muito favoráveis aos empresários, aos políticos. O único jeito de conseguir mostrar que tem revolta suficiente, e disposição suficiente pra fazer as coisas, é estando na rua, e fazendo o que a gente tá disposto a fazer.

A reflexão de Motta indica um imaginário partilhado pelos integrantes da Frente concernente à primazia da pressão popular perante outras vias de contestação. Tal ênfase se delineava a partir da impressão de que, diante dos graus tanto de entrelaçamento de interesses entre poder estatal e empresas concessionárias, quanto da assimetria de recursos econômicos numa disputa que confronte seus interesses, a via

institucional se encontraria longe de garantir que se inclinaria a reivindicações populares nessa seara. Nessa leitura, o recurso à institucionalidade se subordinava a outras formas de pressão: servia, acima de tudo, como uma das fontes de fomento da indignação popular, cuja ênfase preponderante de expressão deveria se dar pela ocupação contestatória de espaços públicos da cidade.

Em certo sentido, essa conjugação era uma espécie de reverberação local dos contornos singulares que a militância nesse tema se reelaborou nacionalmente, a partir da década de 2000 (SARAIVA, 2010; VINÍCIUS, 2014; SOUZA, 2015). Diferentemente das perspectivas de reforma institucional traçadas pelos movimentos sociais no país, a partir dos anos 1980 (SADER, 1988; GOHN, 2007), em favor de instâncias de inclusão da interlocução com a sociedade civil como objetivo preponderante, o ativismo surgido nos anos 2000 nesse tema foca sua atuação na confecção de instâncias dotadas de maior autonomia diante da institucionalidade. Nesse caso, vislumbram suas organizações a partir de um prisma que privilegia também a democratização de sua estruturação, enquadrada como fonte potencial de exercício de poder, e administração coletiva comum, das demandas que defendem. Dessa maneira, a preponderância dada à pressão e mobilização popular, como tática privilegiada de defesa de suas pautas, também ganha contornos distintos: confluem tais táticas em lutas de curto prazo com um horizonte de transformação radical, formado por meio de práticas contestatórias que, em si mesmas, trazem em seu bojo aspectos, de longo prazo, da estruturação democrática almejada por sua atuação (HARDT; NEGRI, 2002; SANTOS, 2005; GRAEBER, 2015).

Foi nesse prisma de contestação que os participantes da Frente Única Contra o Aumento encetaram suas relações com a institucionalidade, no contexto da campanha que conduziram. Diante da postura da Prefeitura em favor do aumento, e de sua intransigência em defendê-la nas instâncias jurídicas, a Frente iniciou, em agosto de 2015, as suas intervenções fundamentadas em *insurgências do uso*, aqui caracterizadas como *desvios insurgentes*. No dia 2 de agosto de 2015, o jornal belo-horizontino O Tempo publicava uma reportagem, diretamente concernente a essa decisão da Frente:

Movimento Tarifa Zero vai fazer atos contra aumento de passagem

Apesar da suspensão da Justiça do reajuste, na última sexta-feira (31), no preço das passagens em Belo Horizonte, o movimento Tarifa Zero vai retomar os atos na rua. Isso porque eles temem que a Prefeitura de Belo

Horizonte entre com recurso para derrubar a liminar que suspendeu o reajuste e garantir o aumento na Justiça.

Em reunião neste domingo (2) na praça Afonso Arinos, no centro de Belo Horizonte, o grupo decidiu voltar a se manifestar na rua, no entanto o caráter do movimento só será divulgado nesta segunda-feira (3).

“Nós pretendemos fazer panfletagem para chamar a população para a rua. Como ainda existe o risco do aumento vir a tona queremos aliar a luta do povo na rua com a luta judiciária que já está em curso”, afirma Luiza Souza, integrante do movimento.

Na coletiva de imprensa da última sexta-feira (31) a Prefeitura de Belo Horizonte ainda nem tinha colocado em vigência o último reajuste de passagem e já informou que a cidade pode ter mais um aumento no mês de dezembro. Se isso ocorrer, será o terceiro reajuste em 12 meses (OLIVEIRA; SUAREZ, 2015).

A matéria acima traz dimensões particularmente pertinentes, tanto da imagem pública da mobilização conduzida por esse *sujeito coletivo*, quanto do caráter das intervenções que então pretendia executar. No primeiro ponto, cumpre notar uma característica da cobertura da imprensa local, que somente se modificaria no decorrer da própria campanha conduzida pela Frente: nas notícias recuperadas nessa pesquisa, era particularmente comum que as ações que esse *sujeito coletivo* executou fossem atribuídas ao coletivo Tarifa Zero. Em certo sentido, isso se dava pela própria reputação pública, construída anteriormente, por essa organização, como atuante nessa pauta na capital mineira, o que torna compreensível essa designação.

Na segunda questão, cumpre explicitar algo que, na reportagem acima, veio à luz a partir da fala de uma integrante da Frente: de que diante de um contexto de indefinição sobre a validade e legalidade do aumento na esfera jurídica, era intenção desse *sujeito coletivo* produzir intervenções em sentido de “chamar a população para a rua”, caso da panfletagem que mencionou. Para os propósitos dessa narrativa, tal declaração é de grande importância, dado que permite delinear o conjunto de intervenções executadas pela Frente, no contexto anterior à convocação de atos de rua de protesto, na qualidade de *desvios insurgentes de instigação*.

Nesse ângulo, a adição do termo *instigação* a essa caracterização tem por objetivo justamente enquadrar as ações recuperadas abaixo, sob um enfoque que contemple aspectos intrínsecos à intenção da Frente de disseminar publicamente sua reivindicação, no início de sua campanha. De um lado, portanto, com os *desvios insurgentes* executados nesse momento, parece ter sido intenção disseminar para a população da capital mineira seu ponto de vista sobre o aumento, num discurso que se inseria em contraposição direta com a argumentação alegada pela Prefeitura. De outro, de que as especificidades das intervenções que esse *sujeito coletivo* executou, nesse

momento, também buscavam incitar a população da cidade a aderir diretamente às formas de contestação que produziu. Conforme se verá, tal se dava pela ênfase de condução de ações tendo por eixo, principalmente, a diversificação de formas de ocupação contestatória dos espaços da cidade, elaboradas em relação direta com aspectos específicos de sua demanda em favor de formas democráticas de mobilidade.

Foi por meio das premissas acima expostas que a Frente Única Contra o Aumento conduziu seu primeiro *desvio insurgente de instigação*. No dia 4 de agosto de 2015, o jornal Estado de Minas publicou a seguinte notícia, concernente a primeira intervenção pública produzida por esse *sujeito coletivo*:

Movimento Tarifa Zero protesta na porta da casa do presidente da BHTrans

Integrantes do Movimento Tarifa zero participaram de um protesto contra o aumento das passagens na manhã desta terça-feira. O grupo foi para a porta da casa do presidente da BHTrans, Ramon Victor Cesar, para notificá-lo simbolicamente sobre a decisão que suspende o aumento da tarifa em Belo Horizonte.

Nove manifestantes chegaram ao imóvel, que fica no Bairro de Lourdes, Região Centro-Sul da capital, pouco antes das 9h. Eles afixaram na porta do prédio uma faixa com os dizeres "R\$ 3,40 nem tenta!". Uma das integrantes do movimento chamou o presidente da BHTrans pelo interfone, mas não houve resposta. Aos gritos, integrantes chamaram pelo presidente da BHTrans. "Ei, Ramon, vem falar com a gente".

No envelope que o Tarifa Zero pretendia entregar a Ramon Victor Cesar há uma notificação dos movimentos sociais reivindicando a legitimidade para contestar o aumento e a decisão da Justiça que suspende o reajuste. O movimento entregou ainda uma carta convidando a BHTrans para participar de "aulão" do Tarifa Zerro.

Depois da chegada da Polícia Militar, os manifestantes retiraram a faixa da entrada do prédio e afixaram-na em uma árvore na calçada do edifício. Às 10h, sem serem recebidos pelo presidente da autarquia, eles jogaram o envelope na guarita do prédio e deixaram o local.

[...] Juliana Galvão, do Tarifa Zero, explicou que o movimento está se mobilizando e ela não descarta novos protestos na capital. "Mesmo com limiares da Justiça, em algum momento a passagem acaba aumentando. Se for preciso, a gente vai para a rua mobilizar a população", frisou (PASSOS; SILVA, 2015).

A notícia diz respeito a um protesto simbólico, realizado em frente à residência do presidente da BHTrans, empresa responsável pela gestão dos serviços públicos de ônibus da capital mineira: era intenção dos manifestantes entregar uma notificação judicial que momentaneamente suspendia o reajuste decretado pela Prefeitura.

Em si, esse ato de protesto trazia dimensões tanto do que era *instigado*, quanto da forma com o qual esse fator era articulado no uso do espaço onde se deu. No primeiro ponto, cumpre notar uma dupla dimensão simbólica de *instigação*,

inteiramente atinente ao contexto de início de campanha da Frente: de um lado, visava-se ampliar a disseminação pública da informação de que a medida era alvo de questionamentos sobre sua legalidade, o que também punha em questão a postura da Prefeitura em defendê-la juridicamente. De outro, essa intervenção era também uma forma de anunciar ao poder estatal que sua medida iria encontrar resistência explícita de setores da sociedade civil: *instigava-se*, portanto, a elaboração autônoma de formas públicas de expressão de descontentamento da população da cidade perante o aumento.

Nesse último aspecto, cumpre notar a articulação ali tecida com a ocupação contestatória de espaços públicos como eixo, que caracteriza esse ato simbólico como *desvio insurgente*. Pelo próprio local aonde transcorreu, esta ação indicava um incentivo a que, potencialmente, todo espaço público pudesse ser palco de ações contestatórias populares diante do aumento: no que tange às iniciativas da Frente, entretanto, o que as singularizava se encontrava no privilegiar locais direta, ou indiretamente, atinentes ao sistema de transportes públicos da capital mineira, ou suas instâncias responsáveis. No caso específico desta intervenção, a correlação simbólica daquele espaço para com a BHTrans era também uma forma de iluminar sua impermeabilidade, enquanto instituição, à acolhida de qualquer argumentação que representasse interesses populares na questão do aumento. Por fim, também se destaca a forma com a qual aquele espaço era *desviado*: ao predomínio de sua função de circulação e passagem enquanto via pública, se interpunha uma relação pautada pela efêmera reconfiguração de seus usos, de modo a abarcar seu dimensionamento também como lugar simbólico de expressões de protesto.

Na notícia acima, uma última informação tem importância para esta narrativa: a realização de um “Aulão” público sobre o aumento pela Frente. O anúncio desse evento indicava que, ao instigar a indignação popular, esse *sujeito coletivo* igualmente se dispunha a também diversificar suas táticas de disseminação de sua reivindicação, em sentido de angariar apoio para as relações contestatórias de *desvio* que teciam para com os espaços da cidade, durante sua campanha. No dia 5 de agosto de 2018, o jornal O Tempo publicava a seguinte notícia, sobre essa iniciativa:

Movimento Tarifa Zero faz "aulão" e debate sobre aumento da passagem

O movimento Tarifa Zero, junto com Movimento Passe Livre BH e apoiadores autônomos, vai fazer nesta quarta-feira (5), um "aulão" para explicar “Por que o aumento da passagem é ilegal”. O grupo vai se reunir na

Casa do Jornalista, na avenida Álvares Cabral, às 19h, no centro de Belo Horizonte.

[...] No convite do evento o grupo afirma que o aulão “como objetivo revelar todas as ilegalidades no atual pedido de aumento das passagens e rebater os argumentos usados pela Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans)”.

Dentre os principais questionamentos estão se o Move aumentou mesmo os gastos da empresa, se a demanda de passageiros diminuiu, saber se o contrato dá mesmo abertura para aumento no meio do ano, saber de onde vem os dados para explicar o aumento da passagem, dentre outras questões.

“A BHTrans está usando justificativas para aumentar a passagem que não condizem com os fatos. Esse estudo feito pelas empresas não foi nem sequer uma auditoria e não tem como garantir um cálculo correto. A diminuição da demanda também não justifica o preço, por que as empresas precisam arcar com esse risco. Além disso, acreditamos que o aumento da passagem serve para segregar quem mora longe, já que fica muito caro a chegada até o centro”, afirmou Juliana Galvão, membro do movimento (OLIVEIRA; BAETA, 2015).

De acordo com a reportagem acima, o principal objetivo dessa iniciativa era apresentar de maneira aprofundada os argumentos que legitimavam a leitura da Frente de que o reajuste decretado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte era ilegal.

Para tanto, esse *sujeito coletivo* materializava uma espécie de aula pública para expor, em perspectivas técnicas e jurídicas, o quanto a medida era passível de questionamento. Nessa dimensão, a reportagem trazia os principais pontos a serem apresentados no “Aulão”: questionar a qualidade do estudo apresentado pelas empresas concessionárias, que respaldava sua solicitação de reajuste; contrariar parte de sua argumentação, enfatizando a ausência de pertinência de sua alegação perante os termos do contrato de concessão; sublinhar os impactos do reajuste sobre os usuários do serviço, em sentido de segregar ainda mais a mobilidade da população sobre a cidade, particularmente daqueles que mais dele dependem em seu cotidiano. Pela própria abrangência dos conteúdos a serem abordados nessa iniciativa, é possível inferir que, discursivamente, a campanha da Frente intentava realizar uma disputa no plano simbólico acerca da medida, que ia muito além de seus impactos imediatos: buscava igualmente retratar e denunciar as próprias consequências da predominância do prisma mercantil na estruturação deste serviço.

No que tange à realização dessa aula pública, também cumpre recuperar determinadas dimensões aprofundadas, em sentido de singularizar essa experiência em sua relação com os *desvios insurgentes de instigação* materializados pela Frente. Para tanto, o relato de Antonio Mista, acerca desse tipo de ação refletia diretamente as motivações que respaldavam sua realização:

Fizemos várias intervenções, na época. Sempre teve a história de fazer aulão: no lançamento da campanha, foi um aulão também lá na frente da Prefeitura, em 2013. Não foi a gente que inventou: eu já sabia que estava rolando essa história de aulão em outros lugares, a gente fez alguns. Esse de 2015 foi porque a ideia do aulão é conseguir conversar com a cidade - bastante gente foi. Não sei se pode ser o principal instrumento, acho importante, a gente continua fazendo.

Tem aulão: você vai no aulão e vê e tal. Por mais que não muita gente vá, acho que reforça o que, no final das contas, é um debate político: tentamos instrumentalizar tecnicamente, mas sabemos que é um debate político - tem que atirar nos dois sentidos. Não adianta você fazer uma coisa só ou outra: o que a gente estava acostumado a ver de luta contra a tarifa era só o "Não pode aumentar. Não pode aumentar, porque não pode, porque o povo vai sofrer." A gente achava que podia ligar o "Não pode" com o "Tecnicamente também não pode, é contra a lei, contra a lógica" - acho que tinha esse papel. Participei muito do aulão, eu e mais uma pessoa - foram mais pessoas, mas tinham duas pessoas específicas que se dedicaram mais -: a gente conseguiu construir argumentos técnicos precisos, que estavam abertos. Pouca gente de fora do movimento leu, debateu, e ajudou a construir. Acho que, do jeito que foram construídos, a ação e o aulão ajudaram a criar uma sensação na cidade de que aquilo lá não fazia sentido nenhum, em nenhuma perspectiva. Conseguimos travar uma batalha discursiva que é sempre muito difícil, com a mídia, com a Prefeitura: conseguimos chamar pro debate - em geral, falamos, e eles ignoram. Nesse momento, a gente conseguiu chamar pra esse debate, e a cidade - ainda que mais restrita ao alcance da mídia social e dos grupos de esquerda -, entendeu que era realmente injustificável em todos os sentidos: tanto no técnico quanto no jurídico, no social, era injustificável - acho que foi importante a batalha.

No que tange esta ação, cumpre notar, primeiramente, que não se tratava de iniciativa inédita: o coletivo Tarifa Zero havia feito uso de aulas públicas, em contextos anteriores ao aqui enfocado. Uma segunda dimensão advém dos próprios propósitos de confecção dessa iniciativa, no contexto do aumento do meio do ano de 2015: contestar uma restrição simbólica, existente no debate das dimensões técnicas de estruturação do serviço de ônibus em Belo Horizonte, como seara de interlocução exclusiva das empresas e da institucionalidade. Ao adentrar nessa seara, a Frente *instigava* publicamente a disseminação de um discurso que, ao contestar pontos da argumentação apresentada em favor do aumento, demonstrava um uso de tais aspectos técnicos como fachada para uma decisão eminentemente política da Prefeitura, profundamente marcada por seu caráter antidemocrático. Na leitura *instigada* por esse *sujeito coletivo*, portanto, tal uso institucional da tecnicidade se atinha mais aos próprios instrumentos simbólicos utilizados na legitimação da manutenção da dimensão mercantil desse serviço, representado naquele contexto pelo aumento, do que efetivamente no diagnóstico de sua real situação.

IMAGEM 16: Flyer virtual do Aulão “O Aumento é ilegal e a gente prova”, 2015. Fonte: Tarifa Zero – Belo Horizonte.

Uma terceira perspectiva que denota a relação dessa iniciativa com a função de disseminação dos *desvios insurgentes de instigação* desse período da campanha da Frente advém de seu próprio formato: seu delineamento pedagógico, voltado a educar a população da cidade acerca de como efetivamente se estruturava um serviço tão importante para seu cotidiano. No caso, tal se deu em sentido tanto de democratização de seu entendimento enquanto questão política, quanto em ser um instrumento a mais a instigar solidariedade para com sua campanha: se atinha, portanto, nesse aspecto, ao prisma ampliado de conjugação entre disseminação pedagógica de compreensão crítica e politização popular, característica aos movimentos sociais atuantes, a partir dos anos 2000, no país (SARAIVA, 2010; GOHN, 2014; VINÍCIUS, 2014). Nesse ângulo, é importante interpor uma especificidade, quanto à compreensão crítica ali exposta da questão do aumento: buscava materializar uma dimensão de desestabilização simbólica do monopólio discursivo existente sobre esse serviço, por meio da exposição de suas próprias contradições. Desse modo, pode-se dizer que essa iniciativa se relacionava de maneira distinta com o eixo de ocupação contestatória de espaços públicos, *instigada* por esse *sujeito coletivo*: servia para legitimar discursivamente sua materialização como forma de expressão política, naquele contexto.

Na história dos *desvios insurgentes de instigação* que a Frente Única Contra o Aumento executou nessa fase de sua campanha, cumpre notar que nem todas as suas intervenções foram noticiadas pela imprensa local. Uma dessas intervenções, que ampliava o escopo de formas contestatórias de se relacionar com espaços públicos da cidade propiciados pelos *desvios* materializados pela Frente, é relatada por Ana Arco:

Também teve lambe, a gente fez: imprimimos imagens questionando o funcionamento do transporte público, questionando o aumento, e marcamos um dia pra colá-lo de madrugada. Conseguimos colocar lambe em vários pontos de ônibus, porta do metrô - lugares que ficavam muitas pessoas -: a gente sabe como é a circulação de pessoas, e o lambe dialoga com todo mundo, qualquer pessoa. Tem lambe sobre venda de casa, tem lambe sobre qualquer coisa: você pode colocar que tá apaixonado por uma pessoa e quer achar ela - coloca um lambe que ela vai ver. O lambe dialoga com qualquer pessoa, com qualquer informação.

Fizemos picho também, pichávamos “3,40 é roubo”: pichava sobre esse aumento das passagens. Colocávamos no chão, em lugares visíveis, e foi muito legal: o picho é voltado unicamente pra juventude. As pessoas mais velhas não gostam, não veem como um diálogo, mas o histórico do picho é o diálogo entre pessoas anônimas: é o diálogo entre um sentimento que você tá sentindo, que você sabe que outras pessoas tão sentindo. Não tem como você falar com todas as pessoas, mas colocando, elas vão entender - não precisa nem colocar nome, elas vão entender.

Acho que a gente fez a mesma seleção de lugares pros dois: aonde tinha muita circulação de pessoas e pontos de ônibus - conseguiu colocar muito lambe e picho na região central, na região oeste. Era onde as pessoas ficavam e eram essas pessoas que a gente queria atingir: a ideia era fazer basicamente a mesma comunicação que o ato de rua dá. Inclusive de maneira mais direta, porque as pessoas às vezes tão muito incomodadas com atos.

O relato de Arco permite situar algumas das formas como esse *sujeito coletivo* ampliava, entre fins de julho e início de agosto de 2015, a conjugação entre ocupação como territorialização dissidente da cidade e atividades de propaganda, de modo a *instigar* a adesão popular à sua contestação. Do que é colocado, esse *desvio insurgente* era perpassado pela seleção de territórios da cidade que pudessem dar maior efetividade a essa intervenção: a escolha de vias de grande circulação e, em meio a elas, pontos de maior aglomeração de usuários do serviço, permite essa constatação. Os locais escolhidos também traziam consigo uma espécie de seleção de públicos específicos: se concentravam dentre vias de interligação de duas das principais regiões que concentram usuários desse serviço, tanto da capital mineira, quanto dos municípios de maior densidade populacional de sua região metropolitana⁷⁴.

⁷⁴ O segundo e o terceiro municípios em quantidade de população total da região metropolitana de Belo Horizonte são respectivamente Contagem (659.070 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgadas em 2018) e Betim (432.575 habitantes, de acordo com o mesmo Instituto): ambos se situam geograficamente à oeste da capital mineira.

IMAGEM 17: Pichação da Frente Única Contra o Aumento, 2015. Fonte: Tarifa Zero – Belo Horizonte.

Já no que tange à forma comunicacional adotada em sentido de *instigação*, torna-se pertinente aprofundar alguns dos sentidos que transparecem desse tipo de intervenção, que permitem caracterizá-la como *desvio* das funcionalidades predominantes desses espaços. Primeiramente, do imaginário que se depreende da atitude de afixar cartazes e pichar muros e calçadas: nesse ângulo, mais do que espaço de circulação ou de estadia temporária, tais espacialidades públicas se tornavam lugares propícios a serem autonomamente rearranjados enquanto territórios dissidentes a partir de seus sentidos simbólicos de uso. Tal se fazia pela incorporação aos mesmos de um uso também em sentido comunicacional, transformando-os em locais de criação, emissão e recepção interativa de mensagens direcionadas a *instigar* a indignação popular. Nesse caso, pode-se dizer que esse *sujeito coletivo* se atinha a perspectivas próximas às estudadas por Milene Migliano Gonzaga (GONZAGA, 2009), em seu entendimento de que “quando materializam seus nomes, suas ideias e posicionamentos, as pessoas participam da construção do lugar, produzindo percursos simbólicos diferentes dos visibilizados pelo governo da cidade ou pelas propagandas (GONZAGA,

2009, p.99).” Ou seja, o que ali estava sendo *instigado*, pela forma com que tais espacialidades eram *desviadas* através da inscrição direta de mensagens atinentes à campanha, era precisamente uma diversificação direcionada de percursos simbólicos expressivos possíveis de inscrição nesses territórios, visando inteiramente amplificar a vocalização da indignação popular diante do aumento.

Para aperfeiçoar tal uso, um segundo ponto a se destacar diz respeito diretamente ao formato da mensagem: frases ou palavras de ordem, geralmente curtas. Conforme coloca sucintamente Ana Arco, a ideia no entorno desse tipo de mensagem envolvia aperfeiçoar seu potencial de disseminação entre a população da cidade:

Quando colocamos o lambe, ou um picho, as pessoas dialogam muito com uma pequena frase: elas sabem o que estamos querendo dizer, e elas pensam a mesma coisa. E a gente viu muitas imagens dos nossos pichações, dos nossos lambes pela cidade no Instagram, no Facebook da galera: aderiu muito.

Do que é colocado por Arco, esse aspecto específico do conteúdo da mensagem se atrelava diretamente a dois fatores. Primeiramente, estabelecer um diálogo fundamentado pela fácil assimilação da mensagem a aqueles as quais ela se direcionava potencialmente: diferentemente de um panfleto, cujo formato propicia um aprofundamento explicativo de conteúdos, as palavras de ordem usadas nessas duas modalidades comunicacionais se pautam pela condensação simbólica de significados, o que propicia sua rápida absorção (GONZAGA, 2009). Em segundo lugar, parece ter sido objetivo da Frente, nesse aspecto, adotar um formato que igualmente permitia sua rápida disseminação por meios virtuais: através de ferramentas de propagação que transcendessem a ambiência física como locus privilegiado de dispersão de mensagens, visava-se atingir também aqueles que não frequentassem tais espaços da cidade em seu cotidiano. Nesse último aspecto, também cumpre notar uma característica específica da utilização da Frente dos meios virtuais para fins de *instigação*: em seu uso, dialogavam inventivamente com a importância adquirida por essa ferramenta nas mobilizações contestatórias contemporâneas (CASTELLS, 2013; SANTOS, 2013), particularmente a partir de um prisma que enfatizava a origem dos conteúdos ali disseminados na materialidade das relações contestatórias que teciam com os espaços públicos da cidade, oriunda dos *desvios* das funções predominantes destes.

Por fim, cumpre notar um último elemento a ser extraído das recordações de Arco: a existência de uma preocupação com a diversidade de públicos que se desejava

instigar solidariedade e indignação. Na conjugação da confecção de formas de propaganda, que potencialmente produziam diálogos com públicos distintos, com os próprios locais aonde se deram, *instigavam* uma percepção de que a campanha de contestação da Frente tanto dizia respeito aos mais variados perfis de usuários do sistema local de transportes, quanto se preocupava com aqueles que mais seriam impactados: habitantes das áreas periféricas da cidade, e de sua região metropolitana.

Nesse período da campanha da Frente, suas últimas atividades executadas se deram num contexto imediatamente anterior à convocação daquele que foi o Primeiro Ato: ambas se deram uma semana antes desse protesto de rua, num cenário no qual as disputas jurídicas, então em andamento, momentaneamente indicavam que o reajuste entraria em vigor (HEMERSON, 2015). A primeira delas foi mencionada no início desse capítulo: o catracão ocorrido na Estação de Integração São Gabriel, nos primeiros dias de agosto de 2015. Desse modo, ao retomar nessa seção essa intervenção, tal se faz com o objetivo de destacar alguns pontos não abordados anteriormente. Para tanto, o relato de Ommar Motta traz consigo elementos particularmente relevantes para o entendimento dessa forma de *desvio insurgente de instigação*:

Encontramos com milhões de panfletos pra poder distribuir. Com a desculpa de que era distribuição de panfletos - toda essa informação que é passada -: não só pelo ato de pular a catraca, mas dialogar com a galera através dos panfletos, chamar pra alguma atividade depois, participar de reunião ou outra coisa. Isso tudo soma tanto no ato: foi um volume grande de pessoas. Se a gente fizer coisas assim pra chamar pra uma reunião ou pra alguma coisa, consegue ter mais abrangência.

A estação São Gabriel é um inferno: todo o fluxo de pessoas da Zona Norte, Leste. Todo mundo de Santa Luzia, Sabará⁷⁵ passa por ali, e qualquer coisa que fazíamos lá acumulava muita gente. [...] Umas oito pessoas conseguiram panfletar: os guardinhas achavam ruim no início, mas a gente articulou com eles lá de continuar panfletando só, sem fazer nada - puxava algumas músicas, e tentava animar a galera pra ver o momento mais certo de fazer alguma coisa. Sempre que estávamos ali cantando, entregando panfleto, falando do aumento, a gente via nas pessoas uma sensação de empatia. Todo mundo ficava:

- É isso mesmo! Tem que fazer isso! Isso aí! Tão certos mesmo!

Na hora que conseguimos sentir um clima bom - estava todo mundo mais revoltado, algumas pessoas puxando a música, cantando junto -, travamos a catraca uns dois minutos pra falar alguma coisa, e acumulou muita gente: pulou e segurou as catracas numa forma que todo mundo conseguia passar. Quando a gente fez a ação de pular e segurar as catracas, acabou que todo mundo tomou essa confiança: os usuários que estavam no momento tiveram certa confiança pra ir também.

⁷⁵ Sabará e Santa Luzia são municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Do relato de Motta, é importante ressaltar a radicalidade que transparece desse tipo de intervenção, na conjugação tecida por seus participantes entre a relação contestatória de *desvio* das funções predominantes daquele espaço, e a forma da performance de protesto ali materializada. No caso, cumpre notar, primeiramente, que sua dimensão de *instigação* se interliga a um plano perpassado tanto por uma dupla duração temporal potencial, quanto pelo teor potencial de transformação incorporado a esta ação. De um lado, a ação objetivava conquistar a simpatia popular não somente naquele instante, mas também para as outras atividades que a Frente executaria, num contexto imediatamente posterior. De outro, quanto ao próprio momento de execução desse *desvio insurgente*, cumpre notar que a radicalidade de sua dimensão performática se situava eminentemente no elemento prefugativo⁷⁶ (KATSIAFICAS, 2006; GORDON, 2008; GRAEBER, 2009), intrínseco a esse tipo de ação; ao inutilizarem as catracas, de modo a permitir que o maior número possível de usuários as transpusesse sem pagar, eles estavam coletivamente “insistindo em seu direito de agirem como se já estivessem livres (GRAEBER, 2009, p.433)⁷⁷.”

Diante de seus contornos específicos, essa ação também pode ser enquadrada como uma forma particularmente reelaborada dos legados das Praias da Estação, particularmente no que tange à sua dimensão de *insurgência do uso*: contestava-se ali um conjunto de restrições quanto à funcionalidade predominante sobre aquele espaço, por meio de práticas que potencialmente democratizassem sua utilização cotidiana. Nesse caso, diferentemente da diversificação de usos despontada nas Praias, o que se vislumbrava nesta prática, em sua dimensão performática prefigurativa, era um alargamento da própria funcionalidade predominante naquele espaço. Tanto quanto incitar a disseminação pública de sua reivindicação, o que ali também estava sendo *instigado*, ao *desviar* o predomínio mercantil ali colocado, era uma materialização momentânea e irrestrita da própria funcionalidade daquele território: democratizava sua função de acesso à cidade, pela retirada das próprias barreiras à livre circulação ali existentes, representadas pelas catracas.

⁷⁶ O conceito de prefiguração é um dos mais comumente utilizados por estudiosos de movimentações de contestação contemporâneas (GRAEBER, 2004; GRAEBER, 2009; GRAEBER, 2015; GORDON, 2008), que se fundamentam pela incorporação de princípios políticos próprios ao anarquismo e ao autonomismo. Em linhas gerais, esse conceito busca delinear uma espécie de indistinção entre meios e fins, como elemento ético que singulariza o ativismo imerso nessas concepções: ou seja, trata-se de uma atitude fundamentada na disposição de incorporar, no tempo presente de suas ações, aspectos do horizonte total de transformação almejado com sua militância.

⁷⁷ Os trechos citados dessa obra nesse trabalho foram traduzidos pelo autor.

Ou seja, ainda que efemeramente, ao contestarem o caráter restrito do acesso a um serviço público de utilidade vital, decorrente de sua mercantilização, com esta ação os integrantes da Frente ali presentes *instigavam* um instante de vivência coletiva daquilo que era o horizonte amplo a ser atingido por sua militância nessa pauta: a experiência de se deslocar e acessar gratuitamente a cidade como um todo. Nesse sentido, não era menor a importância do espaço aonde esse *desvio insurgente* ocorreu: interligando linhas de ônibus provenientes do Centro de Belo Horizonte, tanto para bairros periféricos quanto para municípios de sua região metropolitana, a Estação de Integração São Gabriel é um dos principais pontos de concentração cotidiana dos usuários locais desse serviço público. Dessa maneira, faziam desse *desvio* uma forma tanto de possibilitar o acesso coletivo irrestrito à cidade, naquele instante, a aqueles que dele tomaram parte, quanto de disseminar, na prática, o que efetivamente defendiam num plano geral, como democratização da mobilidade na capital mineira.

A última atividade conduzida pela Frente Única Contra o Aumento, nesse contexto inicial de sua campanha, igualmente transcorreu nos dias imediatamente anteriores à realização do Primeiro Ato de Protesto. Por suas peculiaridades, pode-se dizer que tal atividade não se enquadrava, em si, enquanto um *desvio insurgente de instigação*: a mesma é mais bem delineada enquanto uma espécie de preparativo, relacionado às próprias dimensões expressivas que esse *sujeito coletivo* desejava instaurar, quando da materialização de seus atos de rua. Quanto ao caráter dessa atividade, quem a narra é Valério Carna:

Fomos se articulando: além de entrar as pessoas, criamos o batuque, a fanfarra. Não era exatamente uma fanfarra: era um sopro, um batuque e uma caixa no início - às vezes nem isso. Acho que começou depois que fizemos um núcleo musical mesmo - era quase um novo núcleo -: aí foi sentar pra fazer o batuque, e pensar que música dava pra tocar, pra encaixar. Desde aquela época do Pula-Catraca que eu venho tentando me absorver de músicas de luta por aí: de vídeos de lutas pelo Brasil, dos MPLs. Antes mesmo até de construir a fanfarra, já encontrava antes dos atos, e falava:

- Bom, vamos tentar cantar isso hoje.

É o poder da zoeira. Como eu sou publicitário, acho que tenho uma facilidade pra fazer uma musiquinha - tenho certa facilidade. De achar uma rima fácil, compondo dentro do que precisa compor, a mensagem principal que precisa ser passada ali: tem que pensar a música sendo fácil de ser cantada, e de preferência que dê um ânimo ali na galera - é pensando nisso sempre. Em alguns momentos pegamos algumas músicas de futebol - dei uma adaptada -, o que foi muito legal. Pegou bem pra danar, tivemos umas músicas legais -

“O balaio tá foda...”⁷⁸: acho essencial, porque muito da luta se repete anualmente. Você vai ver vários membros de alguns partidos específicos, as mesmas pessoas: mais ou menos o mesmo *modus operandi* ali de ir pra rua, de fechar uma via, tendo a mesma música. No caso do Tarifa Zero foi assim, manteve-se a mesma música, demorou pra renovar: fim de 2013, o início de 2014, tiveram vários atos, eram poucas novas músicas legais, principalmente cantáveis, no ato - tiveram várias músicas, mas não se adaptavam, porque eram letras longas. São vários aprendizados, do que é que dava pra cantar: sempre também já pensando pros atos, já focando muito em fazer mobilização em porta de escola. Dava um gás novo: quando chegamos, por exemplo, com essa do “O balaio tá foda”, a galera pirou, foi muito bacana, muito de torcida de futebol mesmo! Juntava uma música nova, o cara fica feliz ali e canta junto, acha legal.

O relato de Carna dizia respeito à formação de uma banda musical, por integrantes da Frente, para o acompanhamento dos atos de rua que iriam dar-se a partir da segunda semana de agosto de 2015.

De seu ponto de vista, parecem sobressair diversas dimensões decorrentes desta iniciativa de musicalização dos protestos de rua. Primeiramente, cumpre notar que mesmo que se desse de maneira relativamente improvisada, esse elemento ressaltava um aspecto de *instigação*, atinente ao transcorrer dos atos: incentivava-se a adesão e participação expressiva, mesmo que momentânea, daqueles que ao seu redor estivessem. Tal sentido participativo se reforçava pelas próprias fontes de inspiração, na criação de letras de canções e palavras de ordem: o uso da paródia, e de melodias instrumentais na formação de músicas inspiradas no repertório popular, parece servir tanto num escopo de facilitar sua rápida assimilação, quanto de dotar os protestos de uma dimensão festiva coletiva, que o tornasse atraente perante o público ao seu redor. De certo modo, tais efeitos pretendidos também eram intensificados pela preferência pela instrumentação e pelo coro de voz, em detrimento de outras formas de sonorização, como carros de som: pode-se dizer que eram uma maneira de dotar tais atos de uma atmosfera eivada pela livre expressão coletiva de indignação por seus participantes, fundamentada pela descentralização direta da vocalização dessa expressividade.

⁷⁸ “O Balaio tá foda” é o nome informal de um canto de guerra entoado por militantes do Movimento Passe Livre - Belo Horizonte durante a campanha contra o aumento de 2015. Com melodia inspirada na canção *Seven Nation Army*, da banda de rock estadunidense The White Stripes, sua letra segue abaixo:

“O balaio tá foda,
empresário enche o bolso,
Eu não quero catraca,
Todo aumento é um roubo

Eu vou pular catraca!
Eu vou pular catraca!”

Também se pode dizer que, nessa iniciativa, a Frente agia na perspectiva de incorporar um escopo lúdico profundamente inclusivo à expressividade almejada nesses *desvios insurgentes*. Do que coloca Carna, era precisamente esse aspecto um dos fatores que inspirava essa iniciativa:

Quando está ali um ato musical muito legal, você chama a galera que tá passando: as pessoas às vezes se identificam por causa de uma música bem construída, divertida - acho que isso aconteceu, minimamente. O que mais diferenciou esse ato em específico foi a questão da música mais organizada: foi o verdadeiro pulo do gato ali, que deu alguma diferença, porque em termos de base popular que conquistamos para o ato, não consigo mensurar, nem ver essa diferença. Acho que o que foi perceptível para com todos os outros - inclusive os do MPL - foi o fator músicas novas muito bem feitas, e a galera do movimento também relativamente organizada, cantando junto: isso deu uma encorpada, um envolvimento das pessoas que estavam em volta.

Nesse assunto, sua fala procurava justificar a iniciativa também em relação ao próprio contexto em que transcorria a campanha. Considerando o esvaziamento de protestos nessa temática na conjuntura iniciada em 2014, o aspecto participativo dessa musicalização dos atos era, portanto, também uma forma inventiva de minorar a influência dessas circunstâncias de desmobilização então presentes. Nesse caso, para lidar com tais limitações oriundas daquelas circunstâncias, elaborava-se uma perspectiva de *instigar* não só a descentralização, como também a pluralização das próprias formas de vocalizar a insatisfação coletiva nesses atos: tal se fazia através da conjugação da passeata, enquanto ação política, com elementos inclusivos referenciados à dimensão de musicalização, introduzindo um elemento lúdico à sua expressividade contestatória, que se fundamentava pelo incentivo à sua diversificação.

Dessa maneira, tal iniciativa era também uma espécie de incorporação singular de aspectos expressivos, que se tornaram comuns às formas de protesto de rua presentes na contemporaneidade. No que tange a estas formas contemporâneas de protesto, importa destacar, como asseveram Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT; NEGRI, 2005), os contornos singulares dessa imbricação, entre lúdico e político, como forma de expressão contestatória:

É fácil reconhecer a natureza performativa e carnavalesca dos diferentes movimentos de protesto que têm surgido em torno das questões da globalização. Mesmo quando evidenciam uma feroz combatividade, as manifestações são altamente teatrais, com bonecos gigantes, figurinos, danças, canções humorísticas, cânticos e assim por diante. Em outras palavras, os protestos também são festivais de rua nos quais a indignação dos manifestantes coexiste com sua alegria carnavalesca. Mas os protestos não

são carnavalescos apenas em seu clima, mas também em sua organização. [...] Na organização política, como na narração, existe um constante diálogo entre sujeitos diversos e singulares, uma composição polifônica entre eles e um enriquecimento geral de cada um deles através dessa constituição comum. A multidão em movimento é uma espécie de narração que produz novas subjetividades e novas linguagens. [...] Os novos e poderosos movimentos de hoje parecem esquivar-se de qualquer tentativa de reduzi-los a uma história monológica; eles só podem ser carnavalescos (HARDT; NEGRI, 2005, p.274).

Do que é colocado por esses autores, importa destacar aquilo que se obtém enquanto efeito expressivo, nessa articulação entre politização e festividade próprias tais manifestações. Nesse sentido, a introdução de uma esfera de indistinção entre lúdico e político carregaria consigo uma reconfiguração do ato de protesto, fundamentalmente perpassada por uma composição dialógica de distintas formas de expressão, o que assegura a diversidade polifônica como intrínseca à sua dinâmica de funcionamento.

Dessa maneira, a dinâmica performática desses atos se reveste de uma composição singular: à unidade partilhada de propósito da ação, se conjuga uma diversidade expressiva em seu favor, interligadas em sentido de favorecer uma perspectiva de compreensão desses atos como formados pela livre e mútua elaboração de seus participantes. No caso dessa iniciativa da Frente, cumpre destacar que, a partir da adoção do aspecto estético de musicalização de seus atos, esse *sujeito coletivo* buscava precisamente instaurar tal composição, numa formatação que dialogasse com o público, incitando-os à polissemia em sua participação expressiva. Nesse arranjo, essa dimensão festiva também fundamentava o próprio delinear dos simbolismos almejados na disseminação imagética pública sobre sua contestação: incentivava uma perspectiva de entendimento público dessas manifestações como expressividade formada a partir da diversificação participativa enquanto instrumento inerente à sua composição coletiva.

Dessa maneira, torna-se possível dizer que nessa iniciativa, e em outras a serem aqui recuperadas, a Frente articulou em seus *desvios insurgentes* um aspecto expressivo profundamente polissêmico, como forma de vocalizar publicamente sua contestação ao aumento, que aqui será denominado a partir do termo *carnavalização*. No que tange a esse termo, a reflexão sobre o mesmo é extraída das considerações de Rudá Ricci e Patrick Arley (RICCI; ARLEY, 2014), acerca da expressividade das manifestações ocorridas no país durante as Jornadas de Junho de 2013:

Um quarto elemento foi a carnavalização política das ruas. Trata-se de uma ambiguidade da cultura política brasileira. [...] O discurso e atos violentos que marcaram o final de muitas manifestações gigantescas sugeriam a ruptura

com a ordem, mas não efetivavam. Como se faz, todos os anos, em nosso país, em data marcada previamente, que alimenta nossa ironia e cinismo. O carnaval, afinal, é sempre emoldurado por gargalhadas ou sorrisos maliciosos, que falam sem dizer. Trata-se, possivelmente de uma expressão da utopia popular, apartada dos rituais formais e institucionalizados. Uma festa carnalizada é uma transgressão autorizada, que rebaixa as autoridades, banaliza o poder instituído, cria novas identidades.

Ora, tal potencial inscrito na cultura brasileira se viu atualizado nas manifestações de junho. Cartazes, máscaras, danças, estandartes, camisetas, adesivos, faixas, agrupamentos uniformizados, havia de tudo um pouco. [...] Caras pintadas, reivindicações pela educação pública, cartazes reproduzindo o artigo 9 da Constituição Federal (que trata do direito de greve), esta pluralidade revelava que, no conjunto, não havia liderança unitária. Eram muitas manifestações em uma única Ágora (RICCI; ARLEY, 2014, p.33, 34).

Da definição acima, pode-se igualmente dizer, num sentido mais generalizante, que a campanha da Frente Única Contra o Aumento é aqui entrevista como uma conformação potencial de ruptura com a ordem que não se efetivou – o que aproxima suas intervenções desse sentido de *carnavalização* como transformação efêmera dos ordenamentos sociais, no contexto estudado. De outro, que diferentemente da pluralidade de conteúdos destacada pelos autores sobre 2013, pode-se dizer, pela própria unidade de pauta dessa campanha, que tal multiplicidade se materializou, acima de tudo, pela diversidade de suas formas de expressões de indignação, viabilizada por esse *sujeito coletivo* a partir de seus atos ruas. Desse modo, cumpre destacar que, dentre essa multiplicidade expressiva, o lúdico em variadas formas também se fez eventualmente presente, mesmo que subordinado aos fins políticos dessa campanha de contestação: era uma ferramenta inclusiva, visando diversificar os públicos que compareciam em suas intervenções públicas de protesto.

No uso de empréstimo desse termo, também tem importância em sua escolha a remissão de Carna à sua própria experiência pregressa no carnaval de rua de Belo Horizonte, no contexto de sua retomada. Mesmo que de maneira indireta, a iniciativa da banda pode ser enquadrada como indicativo dos impactos e confluências despontadas na politização dessa outra cena sobre o ativismo belo-horizontino, particularmente em sua expressividade nos protestos de rua⁷⁹. Ainda que tal influência fosse apenas tangencialmente mencionada pelos relatos aqui coletados, a própria presença dessa banda como pano de fundo dos atos, juntamente à incorporação do lúdico como um dos elementos de outras ações conduzidas pela Frente, ao longo do desdobrar futuro de sua campanha, permite dizer que essa *carnavalização* se fez presente.

⁷⁹ As confluências existentes entre a retomada do carnaval de rua belo-horizontino no início da década de 2010 e a cena ativista local serão abordadas no terceiro capítulo desse estudo.

Considerando o cenário de refluxo de mobilizações em que se deu a campanha da Frente como um todo, a diversificada forma com a qual se incorporou esse elemento teve influência nos futuros desdobramentos do uso dos *desvios insurgentes* como forma contestatória de se relacionar com os espaços públicos em sua campanha, particularmente na sustentação de sua visibilidade pública. Conforme se verá, no contexto formado a partir da convocação dos atos de rua, sua incorporação dialogava com as reconfigurações das dinâmicas dessa relação, articulada diretamente com as especificidades funcionais dos espaços públicos *desviados* deste momento em diante.

2.3 - AGOSTO DE 2015 – INTERRUPÇÕES: “CAUSAR O DESCONFORTO”

Ao longo do primeiro semestre de 2015, a imprensa belo-horizontina deu algum destaque às medidas anunciadas pelos poderes estatais, concernentes à realização de manifestações de rua na capital mineira. Numa dessas reportagens publicadas, lia-se:

Cerco se fechará contra ocupações e manifestantes que bloqueiam vias

Após encontro com o ministro da Saúde nesta segunda-feira (9) no bairro Santo Agostinho, região Centro-Sul de Belo Horizonte, o prefeito da capital Marcio Lacerda contou que irá fechar ainda mais o cerco contra manifestações que obstruem vias e ocupações.

Ele disse que, em conversa com a Polícia Militar, o comandante da corporação informou que não irá mais tolerar o fechamento de vias em manifestações. Será permitido manifestar sem fechar toda a via, deixando sempre uma faixa livre.

O cerco se fecha também para ocupações que, segundo Lacerda, houve uma sinalização do atual governo no sentido de apoiar a prefeitura contra ocupações, “diferente do que fez o antigo governo”. “O que sei é que desde janeiro a PM faz reintegrações de posse de novas ocupações. O governo está avisando aos movimentos radicais que parem com as ocupações”, diz Lacerda (CÂMARA; BAETA, 2015).

De acordo com o que foi anunciado, a existência de protestos de rua em Belo Horizonte se encontrava condicionada ao respeitar uma espécie de protocolo informal de regulações: o que se punha em cena era todo um conjunto de restrições, visando tornar inócuos os impactos de manifestações de rua sobre a cidade. No contexto da capital mineira dos anos 2010, tal notícia espelhava diretamente a relação antagônica tecida com a cidade por sua institucionalidade: buscando interpor uma espécie de tutela sobre a expressão pública de direitos, implicava igualmente que qualquer forma de

manifestação que, de algum modo, desobedecesse tal protocolo, não seria tolerada. Também cumpre destacar que, pelo contexto em que esta medida foi anunciada, a mesma se interconectava diretamente com os legados deixados pela Copa do Mundo de 2014, no que tange à relação entre protestos de rua e o papel desempenhado pelos poderes estatais: sua existência era indicativa de que a intensificação do trato repressivo, adotada a partir de então, era vislumbrada como forma permanente de lidar para com distúrbios sociais na cidade, e no país (ARANTES, 2014). Em certo sentido, considerando o que ocorreu, cinco meses depois, nas ruas do Centro da capital mineira, a notícia não deixou de ter uma espécie de caráter premonitório: dimensionava os termos com os quais a institucionalidade local compreendeu e lidou com as circunstâncias singulares formadas durante o Primeiro Ato Contra o Aumento.

O antecedente direto do Primeiro Ato Contra o Aumento, ocorrido na noite do dia 12 de agosto de 2015, se encontra nos desdobramentos das disputas jurídicas em torno do aumento, no início daquele mês: conforme anteriormente mencionado, a medida da Prefeitura havia sido considerada provisoriamente válida no dia 7 de agosto. Tal decisão deu ensejo para que a imprensa local também noticiasse a concretização do reajuste em seus impactos para os usuários do sistema municipal de ônibus:

Usuários reagem com surpresa e decepção ao 1º dia de ônibus mais caros

O aumento de 9,7% na tarifa de ônibus da capital mineira foi autorizado na noite de sexta-feira (7), e na manhã deste sábado a plaquinha com o novo valor de R\$ 3,40 já estava lá. Muitos passageiros foram pegos de surpresa, mas outros diziam que já esperavam "a novidade", que mais cedo ou mais tarde se "concretizaria", entre idas e vindas na Justiça.

Desde junho, havia especulações de que a passagem iria aumentar, e no último dia 31 de julho a Empresa de Transportes e Trânsito (BHTrans) anunciou que as viagens de ônibus estariam em média R\$ 0,30 centavos mais caras, mas no mesmo dia o pedido da Defensoria Pública foi acatado pelo juiz Rinaldo Silva, de primeira instância, que suspendeu o aumento. Sete dias depois, a Prefeitura de Belo Horizonte e o consórcio Dez, um dos que prestam o serviço, conseguiram reverter a decisão em segunda instância. O desembargador Barros Levenhagen alegou que a atual crise financeira "afeta todo o equilíbrio contratual estabelecido".

"E o assalariado?", questionou assistente de serviço social Sandra Pontes, de 45 anos, que pega seis ônibus por dia para trabalhar e reclama da longa espera nos ônibus comuns: "A gente vai enfrentando, né? Tem que trabalhar". Os últimos aumentos foram motivados pelos investimentos no Move, mas quem não utiliza o novo sistema (70% dos usuários) também paga a nova passagem. "Por um lado, com as novas pistas exclusivas as viagens ficaram mais rápidas, por outro, o ônibus comum que pego só anda lotado. Não entendo como a prefeitura entra com uma liminar contra o povo", diz a técnica em informática Kelly Cristine Assis, 26. Ela também pega seis ônibus por dia, nenhum do Move.

A defensora pública Júnia Carvalho informou que será difícil reverter a decisão do desembargador, mas entrará em breve com uma ação civil pública com novo pedido liminar. "Eu sinto a mesma decepção da população". O movimento Tarifa Zero programa para a próxima quarta-feira um protesto contra o aumento das passagens na praça Sete, às 17h. No evento do Facebook já havia cerca de 800 pessoas confirmadas na tarde deste sábado (SUAREZ, 2015).

A notícia acima parece descrever um caleidoscópio de reações entre os usuários ouvidos. Entre a surpresa e a ciência antecipada da possibilidade do aumento, sobressaiam os questionamentos, seja da insensibilidade do judiciário perante os impactos da medida sobre o cotidiano da cidade, seja diante da postura da Prefeitura em favor das empresas. Considerando a continuidade dessa disputa jurídica, que se atinha diretamente ao mérito legal do aumento, cumpre também notar o próprio grau aprofundado de subordinação do poder estatal aos interesses das empresas atuantes no serviço, demonstrado pelo reiterar dessa postura da Prefeitura em defesa da medida: como espécie de legado indireto da intensificação de paradigmas neoliberais na gestão estatal pelo país, e da influência da iniciativa privada atuante nessa seara, no contexto formado a partir da recepção de megaeventos durante a década de 2010, revelava uma institucionalidade disposta até mesmo a rasgar termos de seu próprio ordenamento legal, em favor do atendimento de tais interesses de mercado envolvidos na questão.

Destacava-se na notícia acima ainda a informação de que, de maneira independente dos desdobramentos da questão na esfera jurídica, a Frente convocava a população para a realização do Primeiro Ato Contra o Aumento. Em larga medida, é possível situar essa decisão desse *sujeito coletivo* como um reflexo de um sentimento relativamente generalizado entre seus integrantes diante da via institucional, anteriormente mencionado: a decisão jurídica de momento, e a própria postura da Prefeitura em conceder e defender o reajuste nessa instância reforçava tal impressão. De certo modo, conforme coloca Valério Carna, a situação ali existente legitimava diretamente a convocação de expressões públicas de protesto nesse contexto:

Um aumento bizarro, absurdo: só uma Prefeitura que compactuava totalmente com a questão do lucro das empresas poderia fazer. Dentro da minha militância, já tive uma experiência de parte institucional: realmente, chega uma hora que fica na mão dum juiz, e os juízes tão atrelados a uma classe, a um tipo de poder, a um tipo de interesse - o judiciário hoje defende isso. Eu vi caso de deixar claro que a empresa não estava apresentando os custos corretamente, que a coisa não estava andando do jeito que tinha de andar em vários aspectos do contrato, e o juiz passava por cima de tudo pra garantir o aumento, pra garantir o efeito de uma auditoria fraudulenta, digamos assim. A via institucional termina aonde o status quo chega:

enquanto os poderosos quiserem que o transporte público seja uma fonte de poder, e de dinheiro, isso nunca vai deixar de ser por eles. Então, o resto é o tensionamento. Acho que combina muito essa estratégia de fechar a via, de catracaço - as duas principais que adotávamos. [...] É uma coisa que mobiliza na luta pelo transporte: as pessoas passam muita raiva dentro dele. É por isso que eu acho que é ato de rua que você dá uma extravasada ali: tendo música que a galera pode cantar, e dançar, se opondo ao poder ali, tem a ver com isso. E se não fechar a rua, o jornal não dá, não aparece: tem que fazer alguma coisa pra chamar a atenção da grande imprensa, ou de alguma imprensa. A imprensa também está no mesmo lugar onde estão os juízes: do lado de quem tem o interesse ali que não é o mesmo da população.

O panorama traçado por Carna ilumina uma leitura perpassada pela contradição entre a dimensão simbólica de defesa dos interesses públicos da institucionalidade, e sua atuação prática, no cenário dado pelo aumento: tal atitude devia-se a sua inclinação em favor do prisma mercantil que justificava a medida, mesmo diante de seus impactos perante os habitantes da cidade. No cenário formado pela decisão judicial momentânea em favor da Prefeitura, tal contradição apontaria não só o limite da via institucional, como igualmente justificaria a realização da disputa por outras vias: a ida às ruas era também uma forma de disputar simbolicamente com a institucionalidade a própria legitimidade de representação efetiva dos interesses públicos da população. Em sua fala, este sentido de disputa simbólica se articula diretamente com o fator da visibilidade midiática, enquanto um dos objetivos dos protestos de rua: associava ao uso dessa tática de luta uma forma de assegurar sua pertinência e permanência enquanto debate público, naquele contexto. Nesse último aspecto de visibilidade, também se pode considerar que sua importância se revestia de contornos ainda mais amplos, considerando que a campanha se deu em um cenário de profundo refluxo dos embates travados em favor da mobilidade urbana, tal qual o existente no país, posteriormente a junho de 2013: a disseminação de narrativas midiáticas pejorativas perante tais protestos desde então era entrevista por um prisma distinto, que abarcava também a necessidade de disputar simbolicamente o imaginário disseminado na opinião pública acerca da legitimidade de sua demanda e de suas formas contestatórias de atuação (CAVA, 2016).

Seu relato também destaca dimensões específicas do uso tático dos atos de rua na campanha da Frente, tendo por finalidade instaurar *desvios insurgentes* diante de suas funções predominantes: tais protestos tinham por eixo um propósito catártico decorrente de sua *carnavalização*, visando potencializar e amplificar a intensidade da pressão popular e de suas expressões de indignação diante do aumento. Nas circunstâncias da cidade no primeiro semestre de 2015, a utilização dos atos de rua, a

partir desse prisma catártico, também ganhava um último contorno: desafiava qualquer tutela institucional que se interpusesse ao seu transcorrer, se contrapondo diretamente às restrições impostas à expressão pública de indignação popular em perspectivas similares às que ocorreram em 2013, que se disseminaram no país a partir do contexto estabelecido pela Copa de 2014. Nesse último ângulo, também é possível dizer que esta perspectiva catártica se articula diretamente com as ponderações de Manuela Alvarenga (ALVARENGA, 2016), quando esta autora vislumbra nas Jornadas de Junho de 2013

uma tentativa deliberada de subverter as funções impostas às formas da cidade, houve também apropriação desinteressada, sem intencionalidade ou qualquer reflexão política mais elaborada. A rua como espaço da festa pela festa, do encontro e da possibilidade de se expor (atitude mais facilmente identificada por meio das fotos e frases “postadas” nas diversas redes sociais por parte de muitos manifestantes). Esta atitude denota uma necessidade de se inscrever, de fazer parte de alguma coisa coletiva. Neste sentido, as revoltas agem como uma espécie de “catarse”, uma válvula de escape para o desconforto e o tédio cotidianos, como já apontamos. Claro que há também a construção da festa como ação política deliberada. A ideia seria a de responder à sociedade do espetáculo e do tédio com um “contraespetáculo”, a performance aparece aqui como tática. A tática se imiscui na fruição (ALVARENGA, 2016, p.60).

As considerações de Alvarenga são particularmente pertinentes para a caracterização dos aspectos de expressividade dos atos de rua conduzidos pela Frente, em seu prisma de *carnavalização*: a incorporação desse aspecto lúdico à dinâmica destas ações cumpria também uma função de auxiliar na contraposição aos ordenamentos predominantes de tais territórios no cotidiano da cidade, intrínseca aos *desvios insurgentes* enquanto forma contestatória. Nesse sentido, reforçavam um contraste entre o aspecto extraordinário de uso próprio aos *desvios*, perante as utilizações cotidianas predominantes nestes territórios: delineavam que esta ambiência, pautada na relação de alteração efêmera de funcionalidades socialmente atribuídas às vias públicas na qual transcorreram esses atos, se situava explícita e ativamente como propósito almejado por seus participantes como imagem pública a ser disseminada pelos mesmos, em sua contraposição perante imaginários depreciativos posteriormente tornados predominantes sobre esse tipo de protesto.

Para possibilitar essa ambiência, enquanto *insurgências do uso*, estes atos de rua incorporavam igualmente uma dimensão atinente ao fechamento efêmero de vias da cidade, como forma de ocupação contestatória: tal fator atuava em contraposição direta à sua funcionalidade predominante de circulação no cotidiano. Nesse sentido, buscava-

se conjugar a polissemia expressiva, e a interposição do extraordinário na forma como eram ocupadas, decorrentes do aspecto de *carnavalização* almejado em suas passeatas, com um elemento diretamente atinente ao conteúdo daquilo que era contestado – ou seja, a estruturação da mobilidade e dos transportes públicos da capital mineira.

Tal especificidade, no caso, detinha relações diretas com um arcação singular de significados, atrelado à utilização de atos de rua de protesto por parte da militância atuante nesses temas, no país, desde a década de 2000 (HARVEY et. al., 2013; VINÍCIUS, 2014). Importa perceber, portanto, como assevera Paulo Arantes (ARANTES, 2014) que tais atos de rua tendem a incorporar um aspecto expressivo transgressor, atinente à própria finalidade de contestação da estruturação cotidiana da mobilidade citadina:

Principiamos por uma astúcia clássica – mas agora, a da razão insurgente –, o bloqueio que se volta contra si mesmo para obter o efeito oposto, a imobilização como antecâmara disruptiva da livre circulação, posta no entanto em movimento pelo choque direto, pelo confronto sem mediações, processo ao longo do qual “as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano”, para então ultrapassar um limiar inédito, o da “verdadeira gestão popular”, no caso, da política tarifária (ARANTES, 2014, p.281).

Da definição de Arantes, importa ressaltar que, para além de sua dimensão formal de passeata, também é de suma importância a essas coletividades que um ato de rua provoque uma ruptura momentânea nos próprios fluxos circulatórios da cidade. Subvertendo momentânea e intencionalmente o predomínio da circulação motorizada individual em tais espaços, almejava-se, portanto, iluminar precisamente a estruturação contraditória da cidade quanto a seus fluxos de circulação, e as desigualdades a seu acesso que acarretam no cotidiano.

Nesse último caso, o que se punha em evidência nesse tipo de ocupação contestatória se encontra na abrangência das restrições de acesso à cidade, quando se relaciona tal predomínio com as estruturas correlatas de sistemas públicos de transportes. Além do fator das tarifas atuarem como elemento impeditivo de deslocamento por sua dimensão mercantil, o privilégio concedido à mobilidade individual pela institucionalidade igualmente acarretava na precarização do funcionamento desses sistemas: trazia consigo, dentre outros fatores, um aumento significativo da quantidade de tempo diariamente despendido de deslocamento no uso desse serviço, precisamente em virtude da lentidão causada no trânsito pelo excesso de

veículos trafegando (HARVEY, et. al., 2013). Diante desse cenário, a partir de seu revestimento por um prisma de *insurgência do uso* como forma de se relacionar com vias públicas, um ato de rua atinente a este tema revelava não só essa estruturação, e suas consequências diretas para o cotidiano da cidade: também incitava o debate sobre outras formas potenciais de reelaborar, em sentido democrático, a funcionalidade circulatória desses espaços, de modo a potencializar formas coletivas de deslocamento por seus territórios.

Dessa maneira, pode-se dizer que, num plano geral, na relação contestatória de *desvio insurgente* da estruturação predominante dessa funcionalidade, o fechamento de vias nos atos de rua da Frente, nesta fase de sua campanha, pode ser enquadrado como forma intencional e momentânea de confrontação, pautada pela *interrupção* dos fluxos circulatórios da cidade. Aspectos fundamentais que perpassaram seus atos de rua, tais *interrupções* visavam tanto denunciar os efeitos práticos potenciais dessa estrutura predominante de, no limite, paralisar os fluxos circulatórios da capital mineira, quanto de incitar sua reformulação, a partir da valorização da possibilidade de democratização do acesso à cidade, oriundo de um reordenamento em favor do serviço de transportes públicos como meio principal de deslocamento. Ao mesmo tempo, considerando as motivações de tais *interrupções* provocadas por esse *sujeito coletivo* naquele momento – ou seja, contestar o reajuste de tarifas -, tratava-se de uma forma de demonstrar os impactos dessa medida, em específico, sobre a mobilidade local: atuava como fator a mais de estímulo seja aos deslocamentos individualizados, seja de ampliação dos setores da população local excluídos do acesso à cidade mediante o serviço de ônibus em virtude da ausência de condições de arcarem com o aumento, o que reforçava a desigualdade estrutural existente na capital mineira nesse tema.

Em larga medida, tal conjunto de sentidos, apontando para o caráter fundamental de *interrupção* dos *desvios insurgentes* naquele momento da campanha, parece ter tido influência direta na própria escolha do local onde se realizou o Primeiro Ato Contra o Aumento. De acordo com as recordações de Virginia Woolfe, tal escolha tinha por objetivo preciso dotar esse Ato da maior intensidade possível de *interrupção*:

Fazer um ato de rua nesse contexto é importante, sobretudo pela visibilidade: é muito difícil de ignorar uma enorme multidão que trava as avenidas centrais da cidade. [...] Escolhemos a Praça Sete porque ela tem toda uma história de concentração: desde muito antes de nascermos esse lugar vem reunindo gente pra fins políticos. É uma das vias centrais do Centro da cidade, onde cruza a Avenida Amazonas com Afonso Pena, que são duas avenidas

movimentadíssimas e enormes: tanto a Afonso Pena, que vai até a Zona Sul, até o Mangabeiras⁸⁰, e a Amazonas, que vai até Contagem. Então o potencial destrutivo do trânsito, duma manifestação que acontece nesse cruzamento, é muito grande: é muito importante causar o desconforto, porque raramente as pessoas, que tão envolvidas na sua própria individualidade o tempo todo, e que têm pouco hábito de olhar pra questões políticas e sociais, vão parar pra pensar sobre uma demanda política, se aquilo não atingir diretamente de alguma forma. Travar o trânsito é principalmente importante pra movimentos que lidam com mobilidade urbana porque tem toda uma dimensão simbólica da coisa: você tá interrompendo aquilo que quer de fato que seja interrompido. É aquilo que você quer mudar: tá criando uma situação política em torno exatamente do seu tópico de militância.

Do que coloca Woolfe, a dimensão de *interrupção* almejada nesse Ato se conjugava, primeiramente, com o simbolismo político da Praça Sete de Setembro para a cidade: seu espaço historicamente serviu como aglutinador de manifestações públicas, das mais variadas matizes políticas, particularmente na história recente de Belo Horizonte⁸¹. Outro fator de igual relevância para os propósitos de *interrupção* se encontrava em sua própria importância para a dinâmica de circulação viária cotidiana da capital mineira: o bloqueio dos fluxos das avenidas que cruzam a Praça tinha o potencial de interromper a circulação não somente no Centro de Belo Horizonte, como igualmente de vias que o interligavam a outras regiões da cidade, particularmente em direção às zonas sul, norte e oeste.

⁸⁰ Trata-se do bairro de Mangabeiras, situado na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A Avenida Afonso Pena termina na entrada deste que é um dos principais bairros de classe média-alta da capital mineira.

⁸¹ Por sua centralidade geográfica e por sua própria disposição de ser parcialmente acessada somente através de quarteirões de circulação exclusiva para pedestres nas ruas que chegam até ela, a Praça Sete de Setembro se tornou um dos pontos tradicionais de concentração e dispersão de manifestações de protesto em Belo Horizonte. Foi dali, por exemplo, que partiram a maioria dos atos de rua ocorridos na capital mineira durante as Jornadas de Junho de 2013.

IMAGEM 18: Mapa do município de Belo Horizonte, dividido por suas regionais administrativas. A Regional Centro-Sul, onde se encontra a Praça Sete de Setembro, é a número 2. Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Nesse sentido, as peculiaridades daquela localidade possibilitavam uma *interrupção* de circulação que não se restringia somente ao espaço atravessado pela passeata: pelos impactos em seu entorno, a escolha desse local era, portanto, também uma forma de demonstrar que o que motivava aquela ocupação contestatória, num plano geral, dizia respeito à cidade inteira em seu funcionamento cotidiano. Também é importante notar que esse aspecto de dialogar com as características específicas de localidade perpassou praticamente todos os atos de rua de protesto convocados pela Frente, nesse período: conforme se verá, o que efetivamente diferenciava tais atos entre si se situava na relação simbólica que teciam com as especificidades dos territórios

desviados, a partir da *interrupção* de seus fluxos propiciada pela ocupação contestatória de suas vias públicas.

Foi na Praça Sete de Setembro que, no fim de tarde do dia 12 de agosto de 2015, se aglomeraram, inicialmente, centenas de indivíduos, para a realização do Primeiro Ato Contra o Aumento convocado por esse *sujeito coletivo*. Acerca do início daquele que foi o primeiro *desvio insurgente de interrupção* realizado pela Frente, Valério Carna fornece uma descrição detalhada de sua atmosfera:

Nos reunimos debaixo do viaduto⁸² - a galera do MPL quase toda -: todo mundo de camiseta, quem num tinha fez stencil. Acabamos de pintar uma faixa mambembe lá, e ficamos repassando as músicas. Esse foi um dos momentos mais gratificantes, mais felizes ali da luta - você fica emocionado - : a galera se divertindo junto ali, ensaiando a música e todo mundo cantando junto, cada hora ia um, tinha que cantar inteiro – divertidíssimo! Chegamos até o ato. Até que, de início, tinha muito carro de polícia: eles estavam meio entendendo o que ia acontecer, não estava igual na Copa. Quer dizer: não saíram cercando, revistando todo mundo. Chegamos com as músicas, já tinha um pessoal lá. Na hora foi muito legal, foi tipo um hino: chegamos tocando, a galera já chegou junto. Foi uma energia incrível: ficamos cantando, tocando, e a galera pulando. Levamos lata de tinta, acho que tinha dois surdos - se não me engano, até perdemos um nesse ato. Foi uma energia muito forte: acho sem dúvida que atraiu transeuntes também.

O relato de Carna acerca da concentração para este Ato fornece elementos particularmente pertinentes para a recuperação de como a dimensão de *carnavalização* desse *desvio insurgente* transcorreu, bem como sua relação para com a finalidade de *interrupção* ali colocada. Além de um ensaio informal de canções e palavras de ordem, a pintura conjunta de uma faixa e o uso de camisetas atuava no sentido de incentivar uma polissemia expressiva à sua contestação, precisamente pela junção entre imagem e som. Igualmente, pelo momento em que se materializou tal expressividade autoconstruída, instantes antes do início do ato, tal fator de *carnavalização* agia como convite aberto a todo gesto de solidariedade e apoio por parte do público ao redor.

A junção desses fatores também propiciava uma abertura de significados à intenção de *interromper* momentaneamente os fluxos circulatórios da região: carregava consigo igualmente a iniciativa de propiciar encontros, a partir da alteração efêmera de suas formas de circulação, precisamente por privilegiar um deslocamento pedestre pelo trajeto a ser percorrido. Nesse sentido, o que estava ali sendo *interrompido* acrescentava sua complexidade ao se ater ao predomínio do deslocamento motorizado individual naquele território, conjuntamente ao aspecto de atomização intrínseca a esta forma de

⁸² Trata-se do equipamento público situado embaixo do Viaduto Santa Tereza.

circulação: a este predomínio, era contraposta diretamente uma forma distinta de deslocamento, que propiciava um relacionar interativo tanto com as funções desses espaços da cidade, quanto entre seus participantes. Deslocar-se, portanto, também se transformava, momentaneamente, numa forma de convivência mútua entre seus participantes interligada enquanto arcabouço de sua contestação, e diretamente relacionada à forma com que acessavam a cidade naquela passeata.

IMAGEM 19: Mapa da trajetória do Primeiro Ato da Frente Única Contra o Aumento. O trajeto percorrido se encontra pontilhado. Fonte: Google Maps.

Outro elemento a ser destacado em sua descrição concerne à atmosfera que envolvia aquele *desvio insurgente de interrupção*, ainda que numa dimensão que nem de longe era intencionalmente elaborada pela Frente: a ostensiva presença das forças policiais e a sensação onipresente de tensão, precisamente pela forma como ela se dava, desde o instante de concentração para o próprio Ato. O comportamento das forças policiais no início daquele Ato também chamou a atenção de Ommar Motta:

Tínhamos tirado um trajeto que eu nem lembro qual que era o final: passar na Afonso Pena, subir a rua da Bahia - se eu não me engano, ia descer a Augusto de Lima⁸³ pro outro lado, e parar na frente da Prefeitura. Um caminho razoavelmente pequeno até, que estava planejando fazer - esse dia foi bem louco. A gente estava na Praça Sete: um contingente de polícia já bem

⁸³ A Avenida Augusto de Lima cruza a Rua da Bahia num trecho que se situa a um quarteirão da sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

grande, o batalhão de choque à espera, tinha carro em todas as esquinas. A polícia fez a investida pra tentar identificar a liderança várias vezes: não conseguiram.

Não sabemos se foi planejado ou não, mas assim que começou a andar, a polícia já deu o sinal de que não deixaria o ato prosseguir: nos cem primeiros metros da Praça Sete até a Afonso Pena, no caminho da Prefeitura, o Choque já barrou a passagem de todo mundo, com escudo e tudo. Começou a negociação - eu nem lembro quem foi fazer ela - pra poder continuar, seguir com o ato. [...] Muita gente já começou a ficar com medo de que seria reprimido, a voltar pra trás e tudo, só que muita gente continuou andando com a faixa pra frente, de certa forma. E alguém observou a movimentação da polícia, o que ela estava fazendo ali, indício de que iria recuar: não sei como que a negociação fluiu lá, mas, na hora, os policiais começaram a fazer umas corridinhas próprias pra fazer a movimentação deles.

De acordo com seu relato, a dimensão significativa do aparato mobilizado, e sua postura de intimidação, pareciam ser indicativos claros da maneira mesma como a polícia materializava aquilo que, meses antes, era anunciado quanto às manifestações de rua na capital mineira. Ou seja, era uma forma de demonstrar que não haveria margem de tolerância para a desobediência à sua instrução de evitar o bloqueio completo de vias de circulação, em atos de rua na cidade: tal parecia se materializar tanto na desproporção do aparato mobilizado perante a quantidade de manifestantes, assim como pela tentativa de identificação de lideranças.

IMAGEM 20: Faixa de Frente da passeata do Primeiro Ato de Protesto da Frente Única Contra o Aumento. Fonte: O Tempo, 12 de ago. 2015/Denilton Dias.

As circunstâncias criadas pela própria polícia até aquele momento também permitem vislumbrar duas outras dimensões, atinentes ao Primeiro Ato como *desvio insurgente*: uma se atinha à imagem pública almejada pela passeata, enquanto a outra dizia respeito aos contornos adicionais de *interrupção* interpostos pelas circunstâncias ali apresentadas. No primeiro caso, cumpre notar que ainda que aquele Ato contasse com uma comissão de segurança diretamente responsável por dialogar com as forças policiais, a recusa em efetivamente descrevê-la enquanto liderança parece traduzir-se como forma de ressaltar um caráter eminentemente coletivo daquela contestação: buscava-se distanciar o papel dessa comissão de um delineamento em que ela fosse vista, pelo menos para a polícia, como diretamente condutora do que ali transcorria.

No segundo, de que tal distanciamento também representava uma forma de assegurar a autonomia de percurso daquele Ato de Protesto: ou seja, tratava-se de amplificar ali a relação contestatória no uso daquele território em sentido de *interrupção*. Tal se fazia através de uma postura que criava uma situação efêmera de dualidade de poder (GRAEBER, 2009)⁸⁴, quanto à fonte legítima de ordenação do transcorrer daquela manifestação, entre a Frente e a institucionalidade, ali representada pela polícia. Desse modo, ao desobedecerem diretamente às restrições impostas às manifestações de rua na cidade, conjugavam a *interrupção* que ali materializavam a um aspecto de suspensão: momentaneamente, suspendiam a legitimidade das forças policiais de dar direcionamento à sua passeata, assim como de interferir na relação contestatória desta de *desvio* daquelas vias públicas perante sua funcionalidade predominante, atrelada à suspensão do deslocamento motorizado individual.

Em certo sentido, conforme relata Virgínia Woolfe, foi precisamente a incapacidade policial de flexibilizar sua postura na aplicação de seu protocolo para com

⁸⁴ A definição deste termo utilizada neste estudo é inteiramente tributária das considerações etnográficas de David Graeber acerca das dinâmicas de relação instauradas entre forças repressivas e movimentos contemporâneos de protesto, em atos de rua. De acordo com seu ponto de vista, a postura política tecida por esses movimentos, nesta relação, carregaria consigo uma perspectiva singular, explicitamente em sentido de recusa de possibilidades de submissão de suas passeatas às diretrizes institucionais. Para Graeber, seria intrínseca a esta postura a interposição de um elemento prefigurativo, inteiramente voltado ao empoderamento destas manifestações, que se direciona a criação de uma zona de sociabilidade política, efemeramente pautada pela ausência da validade do poder dos enquadramentos institucionais e legais estatais, como intrínseca à lógica de protesto desses movimentos. Dessa maneira, não só legitimam seu protesto como uma forma de exercício autônomo de poder coletivo, como tal se dá em contraposição direta ao poder institucional: criam, portanto, uma situação de dualidade de poder nessa dinâmica relacional. No uso efetuado aqui deste termo, cumpre ressaltar que o mesmo se dará a partir de uma perspectiva ampliada: ou seja, serve como forma de designar não só a perspectiva almejada pelos atos de rua pela Frente, como também, em parte, tornar inteligível aspectos de outras ações contestatórias produzidas por esse *sujeito coletivo* a partir do período em que seus atos de rua se deram em diante.

manifestações públicas o que desencadeou o conjunto de eventos que se deram naquele Ato:

O ato estava com uma atmosfera boa: estávamos todos contentes de estarmos juntos, de estar havendo um ato que unia as várias tribos do movimento social. Não havia nenhuma tensão - havia um clima bom -: estavam portando vários instrumentos de som, na concentração da Praça Sete estava acontecendo um batuque. A catraca que a gente normalmente coloca em chamas estava na minha casa, e eu trouxe essa catraca: imediatamente começamos a colocar várias coisas inflamáveis na catraca, pra ela poder pegar fogo.

Estávamos concentrados na Praça Sete, o ato saiu na pista direção Mangabeiras da Avenida Afonso Penna, e subiu relativamente tranquilamente até a Rua da Bahia.

[...] Primeiramente subimos a Rua da Bahia, e tentamos virar à esquerda antes da Praça Afonso Arinos. Logo que a gente entrou na rua que dá na Boa Viagem⁸⁵, a gente tentou virar ali - se não me engano, a intenção era chegar na Praça Marília de Dirceu⁸⁶, onde mora o presidente da BHTrans. O fato de que o protesto estava aparentemente subindo a Bahia, e tentou desviar pra esquerda, causou uma confusão na cabeça dos policiais, pra início de conversa: eles não ficaram nem um pouco contentes com aquilo ali. Encaminhamos de volta pra Rua da Bahia e lá, a polícia, de maneira arbitrária, decidiu que só poderíamos ocupar uma das faixas da rua - a outra deveria ser liberada para os carros -, e falou isso com alguém da comissão de segurança do ato. Essa pessoa da comissão de segurança tentou minimamente comunicar a decisão para as demais, o policial tinha falado:

- Vocês têm cinco minutos pra poder desocupar uma faixa.

Essas pessoas da comissão tentaram organizar, falar isso pro pessoal: só que era muita gente, tipo duas pessoas tentando dar essa mensagem. E outra que essas pessoas que tão encarregadas pela segurança do ato não têm controle sobre a multidão, elas não são lideranças. Então não é como se alguém fosse falar:

- Gente, sai da faixa!

E todo mundo for sair realmente da faixa

Enquanto eu observava essas pessoas empreendendo esforços pra poder divulgar essa mensagem de que a gente deveria desocupar uma faixa - muito antes de acabarem os cinco minutos que nos foi dado como prazo -, iniciou-se uma repressão policial bruta, violenta: jogaram várias bombas de efeito moral e a multidão entrou em bastante pânico. Começou a ter uma correria, várias pessoas indo pra vários lugares diferentes, entrando em vários prédios diferentes buscando ajuda, buscando refúgio - inclusive gente que estava machucada, etc. e tal.

Como se depreende de sua narrativa, a questão da demora em liberar uma das faixas da Rua da Bahia, ao longo deste *desvio insurgente de interrupção*, parece ter sido, acima de tudo, um pretexto para a reação ali desencadeada pelas forças policiais.

⁸⁵ Trata-se da Praça Boa Viagem, situada a dois quarteirões da Praça Afonso Arinos, no Centro de Belo Horizonte.

⁸⁶ A Praça Marília de Dirceu se situa no bairro de Lourdes, uma das principais áreas nobres da região Centro-Sul de Belo Horizonte: à época, o então diretor da BHTrans era residente do bairro.

De modo a compreender tal reação, cumpre notar que a atitude da comissão de segurança de desobedecer ao protocolo que estava sendo imposto à sua manifestação culminou por confrontar, na dualidade de poder ali instaurada, em dois planos distintos, o tipo de relação que o poder estatal tecia com a cidade.

Num plano específico atinente a aquele momento, ao contestar diretamente a legitimidade das forças repressivas de conduzir como transcorria aquela manifestação, a Frente se contrapunha a tais regulações afirmando um papel à polícia, inteiramente restrito ao acompanhamento de sua manifestação. Ou seja, tratava-se de uma postura que buscava assegurar, naquele instante, precisamente a autonomia da forma com a qual ocupava aquele território, diante da disputa pelo controle da passeata instaurada pela polícia durante seu transcorrer. No cenário ali formado, também se pode dizer que a incapacidade e inflexibilidade das forças policiais em se restringir a desempenhar tal papel se conjugavam diretamente com um plano mais geral, atinente à própria relação tecida pela institucionalidade local para com a cidade, e seu cotidiano, no contexto posterior à Copa do Mundo de 2014. Nesse aspecto, a existência mesma desse protocolo de manifestações simbolizava igualmente a contradição imersa nesta relação: num pano de fundo, portanto, era o próprio uso político autônomo dos espaços públicos da capital mineira por parte de seus habitantes, para defender seus interesses, o que estava sendo interditado por essa regulação, materializada a partir da forma com a qual a polícia lidou com a situação ali dada.

Diante dessas circunstâncias, foi o cenário criado pela reação policial que informou o tom preponderante das narrativas da imprensa local sobre o Primeiro Ato. Nesse aspecto, a notícia abaixo dimensionava precisamente tal ênfase imagética, na cobertura dessa manifestação:

Conflito em manifestação contra tarifa de ônibus em BH termina com cerca de 60 presos

Pelo menos 60 pessoas foram detidas e dois menores apreendidos no protesto contra o aumento das tarifas em transportes públicos, nesta quarta-feira, em Belo Horizonte. A Polícia Militar usou balas de borracha e bombas de gás para dispersar os manifestantes que se concentravam na Rua da Bahia, entre as avenidas Augusto de Lima e Afonso Pena, no Centro da capital. A PM disse que usou a força depois de ser atingida por objetos arremessados por integrantes do ato e também para liberar a via. Manifestantes negaram ter atacado os militares.

O protesto contra o reajuste das passagens começou pouco antes das 18h, com a concentração de manifestantes na Praça Sete. O ato foi organizado após a Justiça que acatar recursos do Consórcio Dez e da Prefeitura de Belo

Horizonte que garantiu a alta das tarifas em 9,7% desde o último sábado, dia 8.

Monitorados por militares do Batalhão de Choque da Polícia Militar, os manifestantes deixaram o quarteirão fechado da Praça Sete e interditaram por cerca de 15 minutos a Avenida Afonso Pena. Parte do grupo subiu a Rua da Bahia, quando foi impedido de continuar o trajeto pelos militares, que montaram um bloqueio na via, e dispararam balas de borracha e bombas de efeito moral. Houve correria e várias pessoas se abrigaram em prédios e um hotel da região.

[...] Segundo organizadores do movimento, a ação dos militares foi truculenta. De acordo com uma professora, as vítimas foram feridas nos braços e pernas. “Estava tendo uma manifestação pacífica quando a polícia começou a jogar bombas de gás lacrimogêneo e tiros de borracha. Foi muita correria. Várias pessoas passaram mal”, disse a professora. Um repórter fotográfico e um turista, do Ceará, estão entre os feridos. Não foi divulgado o número de feridos, mas pelo menos oito pessoas foram atendidas no Hospital de Pronto Socorro João XIII e outras unidades de saúde.

Após o conflito, a PM prendeu cerca de 60 pessoas, que ficaram detidas no saguão de um hotel na Rua da Bahia. Pais, mães, parentes e advogados foram até o local, mas foram impedidos de ter contato com os detidos, o que acabou gerando revolta. A PM alegou que estava fazendo uma triagem (MELO; LEMOS, 2015).

O quadro traçado por essa notícia dava uma dimensão relativamente aproximada da desproporcionalidade brutal no uso da força para dispersar aquele *desvio insurgente de interrupção*. O que era denominado como “conflito” tinha sido a forma com a qual a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais efetivamente lidou com o fato de que aquela passeata ocupava todas as faixas das vias que percorreu: dispersando-a numa ação ostensiva unilateral, por meio de tiros de bala de borracha e de bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral.

Destaque-se que o próprio texto da reportagem menciona que a paralisação daquela passeata se deu não por iniciativa de seus participantes, mas sim por ter se deparado com um bloqueio formado pela própria polícia. Foi a partir da montagem desse bloqueio que se instauraram as circunstâncias que resultaram tanto em um número inexato de feridos, quanto na detenção de cerca de sessenta manifestantes sem nenhum tipo de justificativa plausível. Também é importante sublinhar que nenhuma das narrativas aqui coletadas sobre o Primeiro Ato Contra o Aumento atesta que teriam sido arremessados objetos pelos manifestantes ao bloqueio – motivo alegado pela polícia para sua atitude, a partir do instante em que a passeata foi paralisada.

IMAGEM 21: Repressão ao Primeiro Ato da Frente Única Contra o Aumento. Fonte: Estado de Minas, 12 de ago. 2015/Marcos Vieira.

Quanto àqueles que foram detidos no Hotel, cumpre relatar que foram submetidos a todo um conjunto de arbitrariedades, indo de intimidações e ameaças ao completo cerceamento de direitos elementares, como o de serem assistidos legalmente por advogados enquanto ali estavam. Estes manifestantes foram liberados algumas horas depois, precisamente em virtude de que a polícia simplesmente não tinha nenhum elemento que justificasse sua detenção, ou seu prolongamento em prisão. Diante do quadro desenhado a partir da reação policial, pode-se adicionar um último elemento, de funesta ironia: não fosse sua ação, que efetivamente bloqueou a Rua da Bahia naquele início de noite por duas horas, aquela via seria liberada pelos próprios manifestantes em poucos minutos, se pudessem ter dado continuidade à sua passeata.

Em virtude da reação policial a aquele *desvio insurgente de interrupção*, os eventos ocorridos na noite de 12 de agosto em Belo Horizonte tiveram grande repercussão na cidade. Pelo noticiário da imprensa local, torna-se possível mencionar, a título de exemplos, tanto que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais realizou uma audiência visando apurar o comportamento da Polícia Militar naquela noite (PASSOS; SILVA; CRUZ, 2015), quanto uma declaração do então governador do Estado, Fernando Pimentel, afirmando que a Polícia teve uma postura correta em sua abordagem naquela noite (LOPES; CRUZ; MELLO, 2015).

Dois dias após o Primeiro Ato Contra o Aumento a imprensa belo-horizontina reportava novos acontecimentos, concernentes á campanha conduzida pela Frente. Numa dessas notícias, lia-se:

Segundo protesto contra alta das tarifas percorre o Centro e termina de forma pacífica

“A segunda manifestação contra o aumento das passagens em Belo Horizonte surpreendeu pela tranquilidade nesta sexta-feira. O número de manifestantes diverge, sendo 700 para a PM e 3 mil para os organizadores. As pessoas circularam pelo Centro da capital acompanhadas por 500 policiais, durante quatro horas. Ao contrário do prognóstico, considerando o conflito que transformou a Rua da Bahia em uma praça de guerra na última quarta-feira, com feridos e 60 pessoas presas, a passeata correu bem e nenhum manifestante foi detido. Porém, devido à lentidão no trânsito, três atendimentos médicos foram prejudicados, segundo a polícia. Em um deles uma pessoa morreu de parada cardíaca após passar mal em um ônibus.

A concentração para o protesto começou por volta das 17h no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, em frente à Praça Sete, onde a viaturas da polícia militar e da BHTrans já se reuniam, cercando todos os lados do espaço. Aos manifestantes do Tarifa Zero se juntaram a integrantes do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e moradores das ocupações da região da Granja Werneck. Além de protestar contra o reajuste da tarifa, eles cobravam uma solução para a situação das comunidades Rosa Leão, Esperança e Vitória, que se reuniriam com a PM hoje para discutir os detalhes da saída do terreno. O encontro foi cancelado por causa da manifestação.

A caminhada começou por volta das 18h. Eles seguiram pela Avenida Afonso Pena inicialmente com destino à Praça da Savassi. Orientados pela Polícia Militar, fizeram um cordão para deixar a faixa de emergência da pista liberada no sentido Mangabeiras, mas o trânsito ficou lento na região. No entanto, em alguns pontos do trajeto, eles não conseguiram cumprir o acordo da liberação da via, devido ao grande número de pessoas. Acompanhados de tambores e segurando faixas contra o aumento, eles gritaram palavras de ordem por todo o trajeto.

Os manifestantes caminharam até a Avenida Getúlio Vargas, no Bairro Funcionários, e seguiram para a Praça da Liberdade, de onde retornaram ao Centro passando pela Avenida João Pinheiro e depois para a Afonso Pena. De volta à Praça Sete, eles comemoraram o sucesso da manifestação e deram um abraço simbólico no obelisco, marcando o fim do protesto. Alguns manifestantes disseram que na próxima segunda-feira vão se reunir debaixo do Viaduto Santa Tereza para discutir a desocupação da Granja Werneck (VALE; SILVA; PARREIRAS; ERNESTO; MELO, 2015).

A notícia acima descrevia como transcorreu o Segundo Ato Contra o Aumento, no fim do dia 14 de agosto de 2015. Do que é narrado, cumpre destacar primeiramente que tanto parece ter havido um substancial aumento quantitativo de participantes, quanto um transcorrer pacífico de sua passeata como um todo. Ainda que uma das faixas estivesse liberada, nota-se que, em seu caráter de *desvio insurgente de interrupção*, o Segundo Ato foi bem sucedido, considerando sua duração prolongada, e a lentidão registrada nas vias centrais de Belo Horizonte.

século XX (VELOSO, 2015). Conforme atesta André Veloso, mesmo diante da ampliação dos impactos dessa estruturação, em sentido de lentidão e agravamento das desigualdades nos deslocamentos da capital mineira, tal fator não só não sofreu qualquer alteração, como igualmente foi intensificado nas últimas duas décadas:

As políticas rodoviaristas, entretanto, não são privilégio de políticos tidos como conservadores. Em 1996, ainda no governo de Patrus Ananias, é aprovado em Belo Horizonte um novo Plano Diretor, a maior proposta de reestruturação do espaço urbano na história da cidade. Dentre os inúmeros diagnósticos que conformaram o Plano, destaca-se a estrutura viária centro-radial da cidade. Um fenômeno comum à maioria das cidades brasileiras, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana os deslocamentos entre pontos relativamente próximos demanda um desnecessário trajeto até o centro da cidade.

Como parte do conjunto de instrumentos e diretrizes para a reestruturação urbana de BH, estava o “Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte” o VIURBS, que adquiriu o nome-fantasia de “Programa Corta-Caminho” na prefeitura de Márcio Lacerda (2009-2016). Esse programa estabelece um conjunto de mais de 100 intervenções viárias na cidade, de maior ou menor porte, com o propósito de desconstruir a estrutura centro-radial da cidade. Elencadas de acordo com critérios de prioridades, as intervenções têm sido executadas desde então, consumindo vultosos recursos do município (ainda que oriundos de bancos de desenvolvimento) e gerando problemas sociais de habitação. Nos últimos quatro anos fiscais, o programa consumiu uma média anual de R\$250 milhões de reais, entre custos com empreiteiras, remoções e reassentamentos (VELOSO, 2015, p.88, 89).

Do prisma confeccionado acima por Veloso, cumpre ressaltar não somente a amplitude determinante desse prisma rodoviário na circulação da cidade, mas também um dos efeitos contraditórios diretos de sua reiteração: no caso, a incessante drenagem de vultosos recursos que poderiam ser investidos em outras modalidades públicas de transporte, ou mesmo na melhoria daqueles existentes, para uma estrutura que, por si só, gera segregações de deslocamento e acesso à Belo Horizonte. Neste panorama de longa duração, o direcionamento dado aos recursos para obras de mobilidade em virtude da recepção de megaeventos pela capital mineira nos anos 2010 pouco fez em sentido de alterar significativamente seu panorama: ao contrário, a escolha de transportes rodoviários como alvos de tais recursos em detrimento de modais ferroviários atestava precisamente a manutenção de uma estruturação que buscava não interpor contraposições ao predomínio de formas de deslocamento individuais. Tendo em vista a relação entre esse núcleo de estruturação de circulação da capital mineira e formas individuais de mobilidade, por suas próprias condições socioeconômicas, os residentes das áreas onde se deu esta *interrupção* são também aqueles que potencialmente mais se beneficiam dessa configuração de deslocamento.

Nesse sentido, ao tangenciar tal aspecto interligado a esse território em sua *interrupção*, esse *sujeito coletivo* também se referenciava a um fator de ordem simbólica, atinente a iluminar as imbricações existentes nas desigualdades de mobilidade na capital mineira em seu cotidiano. No caso, relacionava tais assimetrias de acesso também em sua interligação com as distintas camadas socioeconômicas que compõem a cidade, e as diferentes maneiras como se deslocam e são contempladas por políticas públicas nesse tema: as conjugava, no *desvio* nesse território, à desproporcionalidade de estruturas e recursos públicos destinados aos meios de deslocamentos utilizados entre esses diferentes setores. Ao materializar uma *interrupção* neste território, portanto, buscava-se momentaneamente não só transferir para esse público as consequências para a cidade como um todo dessa estruturação circulatória que os beneficia. Era igualmente uma forma de demonstrar, a quem menos sentiria o impacto do aumento, aquilo que estava sendo imposto a quem estava perdendo sua capacidade de deslocamento: ou seja, denunciava a *interrupção* da própria possibilidade de mobilidade das camadas mais desfavorecidas da cidade para acessá-la, acentuada pelo reajuste.

Também é de importância o próprio momento em que se deu essa manifestação: na noite de 14 de agosto de 2015, precisamente dois dias após o Primeiro Ato. De acordo com Ommar Motta, tal encurtamento da temporalidade de luta se devia a uma necessidade de dar resposta direta ao que ocorreu no Primeiro Ato:

Fizemos uma reunião com a Frente: já decidi pra fazer um ato na sexta seguinte - o primeiro eu não lembro se tinha sido terça ou quarta. Uma reunião de última hora, no mesmo dia do ato - não lembro ao certo como que foi: tirou, pelos ânimos da rua, e pelo acúmulo de atos, de fazer bem em seguida, pra não perder esse calor. A tática do Estado é essa: usar a repressão pra intimidar quem tá na rua, fazer com que você não se ache capaz de estar na rua, e poder ficar no conforto do seu lar, que tem sempre alguém decidindo por você - seja daqui a quatro anos, quando você apertar os botões, ou confiar nas pessoas que tão lá. Fazer um ato em sequência mostra que a gente não tá satisfeito com o que foi feito, nem com a repressão: continua disposto a tocar aquilo que acha o certo, que é a causa do transporte.

Do que é colocado por Motta, cumpre destacar a relação entre esta aceleração e outra camada de disputa simbólica, diretamente atinente às formas de participação popular legítimas na cidade: em seu ver, a repressão ocorrida no Primeiro Ato era também uma forma da institucionalidade local afirmar sua soberania como única instância de representação e debate dos interesses da população, em detrimento de outras formas de participação política. Nesse ângulo, acelerar a temporalidade de luta,

naquelas circunstâncias, também trazia consigo uma afirmação da própria legitimidade das formas de embate que a Frente ali travava, por meio da pressão e contestação fora dessas instâncias: ou seja, reiterava o atrelamento existente entre os *desvios* das funções predominantes de circulação das vias públicas, e o alargamento da esfera de expressão política na cidade, para além da institucionalidade, como fatores de democratização potencial de seu cotidiano.

Esse último elemento também foi destacado em seu relato, na descrição que deu acerca de como o Segundo Ato Contra o Aumento ocorreu:

Cheguei a participar do Segundo Ato: foi na Praça Sete também. Não lembro o trajeto até o final não: fizemos um trajeto especial, justamente pra passar no mesmo lugar. Passamos tanto na porta do hotel, quanto na delegacia na Rua da Bahia, pra poder fazer umas palavras de ordem sobre os presos, a repressão, a polícia, a máfia do transporte. Repetimos também na frente da delegacia de polícia. A polícia mais acompanhou mesmo – o Ato cresceu muito, de um pro outro -: acabou aumentando, duplicando o número de pessoas, e acho que a polícia ficou mais com medo também. Acaba que a repressão atrai mais gente disposta à resistência: no segundo ato rolou mais punk, mais galera da periferia, que estava, às vezes, com sangue no olho. Sei lá, duplicou de pessoas e não era mais o público do Centro: eram pessoas da periferia, gente de outros bairros, interessada no transporte, também interessada na luta de rua - acaba que essa divulgação da polícia, da repressão, é negativa pra algumas pessoas, mas é positiva pra outros coletivos. Foi um ato tranquilo: todo mundo mais seguro, mais gente. Também não foi tão movimentado - não teve tanta ação direta nem nada -: todo mundo mais tranquilo, pra poder ver as atitudes da polícia. A polícia ficou mais acompanhando: isso é especulação minha, mas acho que ficaram acompanhando tudo aquilo que eles tinham identificado no último ato, feito filmagem e tudo - ficaram nesse ato mais de olho pra ver se alguma coisa era feita.

Num primeiro plano, de acordo com Motta, realizar o Ato era também uma forma de reafirmar o caráter de contestação da legitimidade exclusiva da institucionalidade de ordenar o funcionamento dos espaços públicos da capital mineira em situações de protesto, acentuado após a realização da Copa do Mundo de 2014: era, portanto, uma maneira de reiterar a criação da situação de dualidade de poder, como um dos aspectos atrelados à relação de *desvio* com a qual usavam as vias públicas, em seus atos de rua. Dessa maneira, a *interrupção* ali ocorrida resguardava igualmente sua autonomia quanto às próprias formas singulares de elaboração e materialização de ocupações contestatórias dos espaços públicos da cidade, num plano geral, como componente intrínseco à sua campanha. Nesse último ponto, reafirmar a relação entre passeata de protesto, *interrupção* dos fluxos circulatórios na área onde se deu e o simbolismo atribuído a esse território, era também uma forma de expressar que sua

campanha teria continuidade por meio de ações que iluminavam e contestavam diretamente diversos aspectos da estrutura de mobilidade existente na cidade.

Numa segunda dimensão, sua fala se concentrava no próprio público que compareceu ao Segundo Ato convocado por esse *sujeito coletivo*: a manifestação incluiu integrantes de movimentos ligados à pauta da moradia na região metropolitana da capital mineira, em virtude do recrudescimento de tensões concernentes à possibilidade de despejo das ocupações urbanas da Mata do Izidora (SILVA, 2015)⁸⁸. Ainda que sua inclusão tenha dado ensejo a questionamentos posteriores, o dado é de importância, por demonstrar uma disposição da Frente Única Contra o Aumento de entrelaçar sua pauta com outras igualmente atinentes à capital mineira e seu cotidiano: colocava em cena que sua campanha contestatória, mesmo que setORIZADA, se interligava e se abria a outras lutas sociais em andamento, à época.

IMAGEM 23: Passeata do Segundo Ato da Frente Única Contra o Aumento. Fonte: O Tempo, 14 de ago. 2015/Alexandre Guzanshe.

⁸⁸ A Mata do Isidoro ou Mata do Izidora é uma das maiores áreas de preservação ambiental ainda existente em Belo Horizonte e sua região metropolitana. Durante a administração de Márcio Lacerda, foi aprovado um plano de urbanização de parcela significativa de seu território, majoritariamente voltado a atender interesses imobiliários privados. No segundo semestre de 2013, milhares de famílias, assistidas por movimentos sociais locais atuantes na questão do direito à moradia, ocuparam parte de seu território. Formando um conjunto de ocupações construídas com o auxílio de arquitetos e ambientalistas, estas famílias reivindicam a posse da área ocupada. Desde então, é travada uma disputa jurídica, ainda indefinida, em torno do território em que as ocupações se estabeleceram.

De um lado, tal abertura à diversificação de pautas era uma forma simbólica de ressaltar o que motivava sua campanha, dizendo respeito, numa dimensão geral, a questionar a própria forma como a cidade era ordenada pela institucionalidade num prisma de preservação das desigualdades existentes em diversos âmbitos de seu cotidiano. De outro, esse mesmo fator, em sua relação com o público presente, atuou no sentido de amplificar os próprios contornos de *carnevalização* no Segundo Ato: sua presença possibilitou a incorporação de uma diversidade expressiva, diretamente atinente aos conteúdos reivindicados nessa manifestação. Dessa maneira, simbolicamente, o Segundo Ato culminou por disseminar uma imagem pública, que se atinha tanto a retratar as múltiplas searas em que a estruturação da capital mineira, num sentido geral, produzia desigualdades, quanto a demonstrar a conjugação diversificada de coletividades existentes na cena pública da cidade, que atuam em sentido de transformar seu panorama visando a democratização de sua vivência. No caso desse último aspecto, também demonstrava que, enquanto *acontecimento constituinte*, os legados da Assembleia Popular Horizontal ainda se faziam presentes, mesmo que sob uma forma episódica, nas confluências ali tecidas, para uma ação contestatória conjunta, entre diferentes setores da cena ativista belo-horizontina.

Por fim, igualmente cumpre notar um aspecto mais atinente à parte do trajeto percorrido pela passeata, particularmente ao que tange a uma vez mais passar pelo local aonde a repressão se abatera dois dias antes. Na junção entre as memórias de Motta e a reportagem acima que cobriu o Ato, torna-se perceptível que sua passeata interligou espaços tradicionais de expressão política da cidade, a descentralização de seu percurso para fins de diversificar territórios em seu escopo de *interrupção*, e a dimensão simbólica momentaneamente atribuída a um local. Em certo sentido, pode-se dizer que esta simbolização, efemeramente atribuída ao local onde se deu a repressão, conjugava-se com elementos que se tornaram particularmente comuns nas manifestações ocorridas durante as Jornadas de Junho de 2013. Nesse aspecto, conforme assevera Manuela de Mendonça Alvarenga (ALVARENGA, 2016), era característico daqueles protestos

o ato de caminhar pelas ruas da cidade, de preferência em horários de pico. A escolha das ruas e dos destinos da caminhada não é fortuita e normalmente passa por algum grupo que coordena o movimento. A maioria das cidades já possuem lugares onde tipicamente ocorrem atos de protesto. Determinadas praças e avenidas centrais, centros de poder público, monumentos. Em alguns casos, há também bloqueio de rodovias que dão acesso às cidades e queima de ônibus nas periferias. São estes os lugares já consagrados de atos de protesto, mas nada impede que novas dinâmicas façam aflorar novos focos de

aglomeração. No caso de 2013, como não havia divulgação prévia de trajeto na maioria dos atos, novas localidades foram tomadas pelos manifestantes. As avenidas que levavam aos estádios e outros territórios de exceção impostos pela FIFA para a realização dos jogos da Copa das Confederações, as praças e largos que, por sua localização, indicavam novas centralidades (como o Largo da Batata em São Paulo, o Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte, dentre outros) e outros locais foram ressignificados como espaços de protesto (ALVARENGA, 2016, p.59).

Do que é colocado acima por Alvarenga importa sobremaneira ressaltar a incorporação de uma disposição de constituição simbólica de novas centralidades, como uma das características daqueles protestos. Nesse caso, a confecção de um momento, simbolicamente destinado à rememoração da repressão ocorrida naquele local, parece ter atuado como simbolização efêmera não tanto de um espaço a ser atingido ou a dar início ao protesto, mas sim enquanto lugar de passagem. Com esse gesto, aquele *desvio insurgente de interrupção* expressava a carga simbólica das memórias do que ali ocorrera para dar continuidade a sua campanha, e seus usos contestatórios da espacialidade da cidade, precisamente aonde ela cessou no Primeiro Ato.

A existência desse momento também permite perceber uma reverberação dos legados das Praias enquanto *acontecimento constituinte* para a cena ativista da cidade: a conjugação entre ocupação espacial e contestação, através de disputas que tangenciam o plano de simbolizações socialmente atribuídas aos espaços. No caso da Frente, cumpre notar que, em sua campanha, tal se fez em suas passeatas seja em intervenções diretamente atinentes ao funcionamento da estrutura da mobilidade da cidade e suas nuances territoriais, seja diante das próprias circunstâncias criadas durante o transcorrer de sua luta, caso da relação ali simbolicamente estabelecida para com a repressão ocorrida no Primeiro Ato.

Mesmo diante de uma conjuntura favorável à continuidade da campanha encetada pela Frente sob a forma de atos de rua, tal não sucedeu de forma imediata. De acordo com os relatos ouvidos, o acúmulo de atividades executadas por esse *sujeito coletivo* durante o período anterior, para fins de *instigação*, e as circunstâncias dos dois primeiros atos, tiveram impactos profundos em seus integrantes, particularmente em desgaste físico e emocional. Além desses fatores, também foi citado um clima de animosidade, então existente entre os integrantes da Frente e os representantes dos movimentos por moradia: tal se deu por uma espécie de disputa ocorrida, acerca da própria pauta a ser privilegiada como temática dos atos.

Na visão de Ana Arco, esse conjunto de circunstâncias, decorridas imediatamente após a realização do Segundo Ato, acabou por obscurecer a própria capacidade de avaliação da conjuntura formada naquele instante, e o quanto a mesma poderia ser favorável para a continuidade imediata da campanha da Frente:

Depois desse Ato, a galera acabou ficando muito cansada e desgastada. Do Primeiro pro Segundo Ato foi o MPL que puxou: tomamos a responsabilidade toda, e a gente estava muito cansado, receoso - não levamos em consideração o apoio midiático que estávamos tendo. Muito cansados, inclusive, desses embates com o Tarifa Zero e com os movimentos de moradia - estávamos exauridos. Então, demos um tempo de uma semana, alguns bons dias pra fazer o Terceiro Ato.

De certo modo, foram tais desgastes o que explicam a realização do Terceiro Ato apenas após um hiato significativo de tempo, desde o transcorrer do Segundo Ato: entre um e outro haviam se passado cerca de uma semana e meia. De maneira indireta, tal hiato acabou por prejudicar a própria visibilidade pública da questão no contexto ali formado: a desaceleração das ações da Frente, conjugada à indefinição jurídica da questão do aumento e à intransigência da Prefeitura em sua defesa, acabou por favorecer um deslocamento de atenção da imprensa local para outros temas então pertinentes. Nesse aspecto, tal desaceleração impactou não só os futuros atos de rua convocados por esse *sujeito coletivo*: igualmente, acabou por incidir na formação de uma conjuntura peculiar, que influenciou diretamente nos contornos que sua luta adquiriu, a partir de fins da segunda quinzena de agosto de 2015.

Mesmo diante do cenário conformado a partir desse hiato, pode-se dizer que o Terceiro Ato Contra o Aumento, em sua realização, possibilitou à Frente acrescentar outros elementos ao uso tático de seus atos de rua, a partir do prisma de instaurar um *desvio insurgente de interrupção* como forma de se relacionar de maneira contestatória com o território onde se deu. Parte dessas características foi registrada pela imprensa belo-horizontina que acompanhou aquele protesto:

Protesto contra aumento das passagens é marcado por trânsito lento na Amazonas

Integrantes do Tarifa Zero e do Movimento Passe-Livre realizaram um novo protesto contra o aumento das passagens de ônibus em Belo Horizonte na manhã desta terça-feira. Eles tiveram apoio de estudantes do Centro Federal de Educação de Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) e fecharam a Avenida Amazonas, na Região Oeste de Belo Horizonte. O trânsito ficou lento.

A concentração começou por volta das 11h em frente ao instituto. Segundo os organizadores, o horário foi escolhido para angariar a participação dos alunos do Cefet e de uma escola pública em frente ao local. Com faixas, bandeiras e acompanhamento de um batuque, os manifestantes cantaram e gritaram palavras de ordem contra o reajuste.

Policiais militares do Batalhão de Trânsito e agentes da BHTrans acompanharam a manifestação. Os policiais e os manifestantes entraram em um acordo para deixar a faixa de ônibus liberada. Os militares orientaram que a via só ficasse fechada por completo por cinco minutos.

Com o horário de saída das escolas o número de manifestantes aumentou. Apesar de a página do evento no Facebook ter registrado pouco mais de 1 mil confirmações de presença, o protesto reuniu 100 pessoas, segundo a PM. A Avenida Amazonas, no sentido Centro, foi interditada às 12h30. Cerca de 10 minutos depois, uma faixa foi liberada. O trânsito ficou lento e houve reflexos até a altura da Cidade Industrial.

No início do protesto, os manifestantes pretendiam realizar uma passeata, mas resolveram encerrar a manifestação às 13h20, quando o trânsito foi totalmente liberado. A ação foi totalmente pacífica. A data do novo protesto será decidida em uma assembleia hoje à noite no Viaduto Santa Tereza, no Centro de BH.

Durante o protesto, os manifestantes correram uma abaixo-assinado pedindo a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de BH para discutir o reajuste das tarifas. O documento deve ser entregue à Casa na semana que vem (SILVA; PASSOS; FERREIRA, 2015).

O título da notícia acima se centrou primordialmente nos impactos do Terceiro Ato Contra o Aumento no trânsito da cidade: a lentidão registrada por ocasião de interdição da via da Avenida Amazonas em sentido Região Metropolitana-Centro. Em seu texto, são adicionados alguns elementos de destaque, concernentes ao que transcorreu durante este *desvio insurgente de interrupção*: o horário do Ato, realizado entre fins da manhã e início da tarde do dia 25 de agosto de 2015; a circulação de um abaixo-assinado, solicitando a instauração de uma audiência na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte para a discussão pública do reajuste; a presença de uma bateria e o entoar de canções e palavras de ordem; a singularidade do público, formado por estudantes de escolas existentes na região aonde a manifestação transcorreu.

IMAGEM 24: Terceiro Ato da Frente Única Contra o Aumento. Fonte: O Tempo, 25 de ago. 2015/Lincon Zarbietti.

No que tange ao seu local de realização, cumpre notar que o mesmo era um ponto privilegiado da malha viária de Belo Horizonte, em seus fluxos cotidianos. Cruzando não somente as regionais situadas na zona oeste da cidade, como igualmente os territórios de alguns dos mais populosos municípios de sua região metropolitana, a Avenida Amazonas é uma das principais vias de ligação entre a capital mineira e seus entornos. Nesse sentido, ao realizar uma *interrupção* naquele local, a Frente radicalizava seu ímpeto de descentralização dos usos contestatórios da espacialidade da capital mineira: ampliava os raios territoriais de seus impactos simbólicos e materiais, decorrentes da conjugação entre ocupação contestatória e denúncia da estruturação de mobilidade existente na cidade, de modo a também abranger sua própria região metropolitana. Até certo ponto, pode-se dizer que, nesse aspecto, o território onde esse *desvio* se deu era também uma forma simbólica de afirmar o quanto essa estruturação impactava, de maneira mais abrangente, os setores de sua população que mais diretamente dependem dos serviços de transportes - e o quanto eram agravadas suas condições de acesso à cidade, decorrente daquele aumento -: ou seja, os habitantes de suas áreas periféricas. Conforme coloca Ana Arco, essa disposição de abrangência era um dos pontos fundamentais referentes ao Terceiro Ato:

É importante descentralizar: é levar a luta pra onde precisa ser levada. O problema da mobilidade urbana não afeta só as pessoas que estão no Centro:

afeta, por exemplo, estudante do CEFET que não trabalha, não tem dinheiro pra pegar ônibus. Temos que levar a luta pros lugares, e não o contrário: ela não tá na Praça Sete, em nenhum momento só esteve lá. Ela tá na Savassi, tá no Centro, tá em Neves⁸⁹, tá em todo lugar. Mostramos que também podemos ser flexíveis nessa questão de colocar até aonde a gente pode ir: eu gostei, porque conseguimos dialogar com os secundaristas, foi um diálogo muito legal.

Segundo Arco, nesse Ato, a Frente também buscava aprofundar as conjugações possíveis entre território, público, e circunstâncias de luta contestatória na campanha que conduzia. Nesse caso, descentralizar os locais de atuação envolvia enfatizar, como fator de importância, uma dimensão também atinente a favorecer o próprio acesso potencial da população mais diretamente atingida aos terrenos de luta, tendo em vista precisamente os impactos desiguais da estrutura de mobilidade existente na capital mineira. Dessa maneira, a materialização territorial ocorrida nesse Ato, em seu descentralizar, diferia significativamente dos contornos que esse mesmo aspecto adquiriu no Segundo Ato: pela área em que ocorreu, parece ter sido um dos objetivos daquele *sujeito coletivo* democratizar sua luta pela diversificação de territórios, ao facilitar o acesso, e incorporação potencial, daqueles públicos mais diretamente interessados e impactados pela questão do aumento.

De acordo com o relato de Ana Arco, essa escolha, e o que ela representava, também acrescentavam outros elementos singulares concernentes a aquele ato de protesto. No caso, no que tange à forma como a Frente vislumbrava travar diálogos com a cidade e sua população:

O Terceiro Ato foi na Amazonas, no CEFET⁹⁰. Não tomei parte na deliberação desse ato: fiquei afastada, estava extremamente cansada. Escolhemos o CEFET pelo seu histórico mesmo: ele é mobilizado, os estudantes sempre participam dos atos, sempre tão presentes. Eles têm Grêmio, uma movimentação política dentro da escola muito forte. Acho que escolhemos pra mostrar que a gente dialoga também com o movimento estudantil - acho que foi essa a intenção.

Foi bem menos mobilizado: teve umas trezentas pessoas no máximo. Trezentas pessoas, a maioria estudantes, e eles mobilizaram bastante durante o ato - eles são bem politizados por si só. Nesse sentido, foi muito legal: o horário foi ruim, mas o Ato foi bacana porque a gente acabou descentralizando, e trazendo um ato pra uma região mais afastada do Centro. Acho que o Terceiro Ato foi muito cansativo, pelo horário em si. Sempre sou contra manifestação nove, onze horas da manhã: as pessoas não conseguem ir. E ali naquele momento, naquele local, não conseguimos pegar todos os estudantes do CEFET: eles estudam integralmente, estavam chegando, vindo do almoço e tal. Ficamos parados lá, até porque num tinha muito pra onde ir: era só bloquear o trânsito e a gente conseguiu um trânsito imenso.

⁸⁹ Trata-se do município de Ribeirão das Neves, que integra a região metropolitana da capital mineira.

⁹⁰ Uma das unidades de Belo Horizonte do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Exatamente por isso do incômodo: temos que incomodar o funcionamento das empresas, do motorista. Nessa parada do CEFET conseguimos uns seis quilômetros pra mais de trânsito parado, foi muita coisa. E só ficou essa quantidade porque tem muito carro: se tivesse só ônibus, estava tranquilo. Então, além de mostrar essa questão da mobilidade individual, a gente incomoda as pessoas pelo que acreditamos: é importante pra que elas levem em consideração.

Daquilo que é mencionado em seu relato importa ressaltar não só a existência de um público alvo naquele Ato – estudantes secundaristas -, como também a forma com a qual sua *interrupção* buscou se relacionar com o mesmo para angariar sua adesão. Nesse caso, nota-se que as formas com as quais a Frente procurou travar diálogo com esse público em específico deu-se em duas dimensões: primeiramente pelo horário, atrelado aos próprios horários de saída e chegada das escolas existentes no entorno da área onde o Ato ocorreu, o que facilitava sua adesão; em segundo lugar, por seu aspecto de *carnavalização*, manifesta pela presença de um componente musical nessa intervenção, vista como instrumento a incentivar a mobilização desse público. A conjunção desses fatores também trazia consigo uma disposição desse *sujeito coletivo*, que se fez presente em outras circunstâncias de sua campanha: na conjugação entre diversificação e especificidade de públicos alvos, demonstrava-se uma perspectiva compartilhada entre seus participantes, pautada pela abertura à reinvenção de suas formas de mobilização, como forma de sustentar sua campanha contestatória num contexto adverso ao tipo de luta que encetavam, como o formado na cidade e no país após 2014.

IMAGEM 25: Mapa do local onde ocorreu o Terceiro Ato Contra o Aumento. No quadrado, o local onde se deu; no círculo, a Praça Sete de Setembro, no Centro de Belo Horizonte. Fonte: Google Maps.

Ainda que o Terceiro Ato tivesse esse conjunto de pontos que permitem vislumbrá-lo em sentido relativamente positivo, a forma como ele ocorreu expressava uma substancial transformação de circunstâncias para a campanha conduzida pela Frente: seus *desvios insurgentes de interrupção* estavam perdendo a capacidade de angariar público significativo. Em fins de agosto de 2015, tais indícios vieram à tona de maneira inequívoca, quando da realização do Quarto Ato Contra o Aumento. Quanto a esse aspecto, a descrição sucinta com a qual Valério Carna relatou esse ato de rua deixava patente que esse *sujeito coletivo* havia momentaneamente perdido sua capacidade de mobilização, naquela conjuntura:

O Quarto Ato foi bem vazio: acabou na Prefeitura - lembro de ter um último ato, que foi pequeno. Estava tão vazio: a galera na Prefeitura deu uma desmobilizada, e umas pessoas até tentaram convencer outras de catracar. Não sei se foram começar já a ocupação da Câmara no dia desse ato, não tenho certeza não. Pode ser que tenha sido na Prefeitura mesmo, mas eu lembro de já falar sobre a ocupação da Câmara nesse ato.

Do relato de Carna, sobressai, de um lado, a impressão de que o esvaziamento foi de tal ordem que esse *desvio insurgente de interrupção* ocorreu contando quase que somente com os integrantes da Frente: sua passeata se limitou a caminhar apenas os dois quarteirões que separavam a Praça Sete de Setembro da sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. De outro, de que a vivência das circunstâncias ali materializadas deu impulso à discussão concernente à reelaboração do tipo de espaços públicos passíveis de se ocupar, e se relacionar de maneira contestatória, por meio do *desvio* de suas funções predominantes: dessas discussões, introduziu-se um novo foco de atuação, inteiramente voltado a sustentar a visibilidade pública da campanha, diante do cenário ali formado.

2.4 - SETEMBRO DE 2015 - SUSTENTAÇÕES: “A GENTE TINHA QUE MANTER O MÁXIMO POSSÍVEL NA MÍDIA, NA IMPRENSA, O FATO DE QUE O AUMENTO ERA INACEITÁVEL”

No dia 2 de setembro de 2015, o jornal Estado de Minas publicou a seguinte notícia, sobre eventos transcorridos na noite anterior na Câmara dos Vereadores do Município de Belo Horizonte:

Manifestantes ocupam a Câmara Municipal de BH contra aumento das passagens

Integrantes dos movimentos Tarifa Zero, Passe Livre, Partido Pirata, Assembleia Nacional dos Estudantes-Livre (Anel), e manifestantes independentes ocupam a Câmara Municipal de Belo Horizonte desde a noite de terça-feira em protesto contra o aumento das passagens de ônibus. A ocupação foi definida depois da realização de reunião entre os ativistas. O clima é tranquilo no local e os manifestantes colocaram faixas no saguão e montaram uma mesa, onde há água, frutas e alimentos. Seis seguranças fecham o acesso ao plenário.

Por meio de uma carta divulgada nesta manhã, os grupos explicam que estiveram na Casa para pedir aos vereadores uma audiência pública sobre o reajuste das tarifas do transporte público, mas a Câmara teria se negado a acatar a solicitação, que teria sido feita também pelos vereadores. O documento com o pedido da reunião tem 700 assinaturas. Assim, os manifestantes que estavam no local decidiram ocupar o espaço até que o Legislativo municipal e a prefeitura atendam a pauta de reivindicações. Entre os pedidos estão a convocação da audiência pública, suspensão da portaria que aumentou o valor das passagens até que seja concluída uma auditoria das receitas de concessão do transporte, e a abertura de uma CPI sobre o atual e anteriores processos do Executivo municipal que levaram ao reajuste ao longo do contrato de concessão.

“A frente acredita que a ocupação é uma forma de diálogo e visibilidade para que o poder público discuta o assunto”, afirma a integrante do Tarifa Zero Isbella Sturzeneker, de 20 anos. A frente organiza turnos entre os 60 manifestantes que já compareceram ao protesto (SILVA; CRUZ, 2015).

De acordo com a reportagem, o hall de entrada do prédio da Câmara se encontrava momentaneamente ocupado por um conjunto de manifestantes, que integravam a Frente Única Contra o Aumento. Além de reivindicarem a revogação do reajuste das tarifas concedido pela Prefeitura, divulgaram uma carta pública em que afirmavam que a motivação para a intervenção que executaram se encontrava no adiamento de uma audiência sobre o tema por parte da Câmara dos Vereadores. Ademais, solicitavam a realização de uma auditoria efetivamente independente sobre os serviços de ônibus de Belo Horizonte, e a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a questão. A notícia se encerrava com declarações do então presidente da Câmara, vereador Wellington Magalhães, afirmando que as solicitações seriam analisadas em plenário, e que a manifestação era bem vinda e acolhida pela casa.

O que a matéria acima não mencionava era a forma com a qual, no início de setembro de 2015, a Frente Única Contra o Aumento deliberou em favor dessa singular forma de se relacionar de maneira contestatória para com aquele espaço público. Nesse

caso, o relato de Virgínia Woolfe resgata diversos pontos pertinentes acerca do que motivou esse *sujeito coletivo* em favor dessa intervenção:

Houve uma reunião em que foram chamados os coletivos que faziam parte da Frente Única Contra o Aumento, em que a gente ia discutir a possibilidade de se ocupar a Câmara. Após o sucesso do Segundo Ato - que foi logo depois do Primeiro, em que houve repressão -, a adesão caiu drasticamente, num momento crítico em que havia tido o aumento ilegal. Então, optou-se por mudar de estratégia por acreditar que a rua não estava surtindo mais efeito, buscando esse efeito por outros meios, e a ocupação é um meio direto de pressionar o poder público: você tá deitado do lado dele o tempo todo, fazendo barulho, impedindo reunião, indo atrás de deputado. Enfim, se fazendo ver, se fazendo presente. É a sociedade civil mostrando ao poder público que ela quer ter alguma voz sobre as coisas que tangem ela.

Nessa reunião, nós discutimos a possibilidade, mas saímos com uma diretriz ambígua, no seguinte sentido: a gente decidiu que apareceria na Câmara em tal dia, às tais horas, para poder participar duma sessão e que dependendo da quantidade de pessoas que aparecessem lá naquele dia, iria se reunir lá dentro e avaliar conjuntamente a possibilidade de ocupar ou não.

[...] Havíamos puxado uma assembleia lá dentro da Câmara, no hall, pra poder debater se iria ou não ocupar, como tinha falado que ia fazer. Durante essa ocupação, uma pessoa muito sábia veio, e apontou pra gente da incoerência do que a gente estava fazendo: de falar de ocupar a Câmara pra fazer uma reivindicação política, quando naquele exato momento estava acontecendo uma reunião em que a Escola Sem Partido estava dando uma coça nas outras opiniões, e não estávamos participando.

A narrativa de Woolfe traz consigo a percepção de que a mudança de contexto, ocorrida ao longo da segunda quinzena de agosto, havia influenciado de maneira particularmente negativa na continuidade dos atos de rua por parte da Frente: tais circunstâncias igualmente incitaram discussões entre seus participantes sobre formas de sustentar sua campanha para além destas manifestações, de onde surgiu a ideia da ocupação da Câmara. Em larga medida, sua justificativa em favor da legitimidade da ocupação, como intervenção contestatória, revelava os próprios princípios orientadores imersos nessa forma reelaborada de *desvio insurgente*: *sustentar* a visibilidade pública da indignação diante do aumento, pelo *desvio* das funcionalidades atribuídas a um edifício que servia de sede à representação institucional dos interesses da população. Considerando as especificidades do caráter e do contexto em que se deu essa forma de intervenção espacial, denomina-se a mesma aqui de *desvio insurgente de sustentação*. Por meio de tal forma de *desvio*, veio a florescer uma diversificada gama de expressões de contestação no uso daquele espaço, inteiramente voltadas à defesa dos interesses da população da cidade na questão do aumento das tarifas de serviços de ônibus.

De certa maneira, essa iniciativa era tanto uma recuperação, quanto uma reelaboração da própria *insurgência do uso*, ocorrida dois anos antes, como um dos

eventos impulsionados pela Assembleia Popular Horizontal: direcionar seu foco para a Câmara dos Vereadores atestava a permanência dos legados de diversificação das formas de contestação, surgidas a partir daquele *acontecimento constituinte*, para a cena ativista da cidade. Ao se ater a uma temática de importância para o cotidiano de Belo Horizonte como motivo fundamental de sua intervenção, caso de sua estrutura de mobilidade, buscava-se, de um lado, ampliar a percepção pública da abrangência da impermeabilidade institucional à opinião popular concernente ao aumento, estendendo seu raio de atuação de modo a abarcar também o poder legislativo local. De outro, contrapunha-se tal opacidade pela diversificação de espaços de exercício de pressão popular, de modo a *sustentar* a visibilidade pública da questão: tal fator era de importância, considerando que o contexto que tal iniciativa se deu era de refluxo direto dos debates públicos concernentes ao aumento na cidade, interligado a um cenário macroscópico adverso, pautado pela expansão dos princípios neoliberais de gestão da capital mineira.

Em certo sentido, esse caráter de *sustentação* também encontra pontos de diálogo com interpretações acerca da ocupação como tática contestatória no ativismo contemporâneo, particularmente quanto à forma com a qual ela é conjugada por movimentos que não atuam em questões concernentes à moradia e propriedade territorial (CASTELLS, 2013; ALVARENGA, 2016). De modo a melhor caracterizar o entendimento dessa iniciativa da Frente enquanto *desvio insurgente de sustentação*, os pontos levantados por Manuela de Mendonça Alvarenga (ALVARENGA, 2016) sobre essa tática são particularmente pertinentes:

No Brasil, a ocupação é tática antiga e consolidada por movimentos e mesmo indivíduos na luta por terra e por moradia, tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como seu praticante mais notório, sob a forma de acampamentos, que buscam se tornar assentamentos da Reforma Agrária, ou seja, uma luta de pressão pela realização de um direito. O grau de permanência de uma ocupação depende dos seus objetivos. No caso de terra e moradia, por exemplo, o objetivo é permanecer, alcançar a posse daqueles territórios. Em outros casos, como os que vimos ocorrerem em Junho de 2013, a ocupação quer apenas dizer que aqueles espaços são públicos e devem cumprir a acepção política que este conceito carrega. Esta diferença é importante, pois, no primeiro caso, a tática de ocupar um espaço visa a um fim que é a posse do próprio espaço. A apropriação aqui ganha o sentido mais próximo da ideia de posse permanente (em questionamento ou em aceitação à ideia de propriedade, a depender do caráter do movimento). No segundo caso, a tática de ocupar o espaço visa a um objetivo externo àquele espaço, o espaço é uma mediação (por vezes crucial, por sua função, como é o caso das escolas, prédios de prefeituras e câmaras municipais) que conecta o protesto à sua finalidade política (não sairemos daqui enquanto tal

medida não for revogada, etc.). A apropriação aqui se refere a um uso “feito para acabar” (MANUELA ALVARENGA, 2016, p.63).

Alvarenga distingue em seu estudo duas perspectivas, decorrentes do emprego desta tática, cujas distinções se dão precisamente pela finalidade de seu uso e as gradações de temporalidade imersas nas mesmas. De um lado, as ocupações de caráter de permanência potencial, como as encetadas por movimentos por moradia e em favor da reforma agrária, na qual se busca, além da visibilidade à pauta, contestar e reivindicar diretamente a própria posse do território ocupado. De outro, a mesma tática parece servir a um propósito mais atinente a uma pauta de escopo temporal específico, como forma de estabelecer pressão direta em seu favor: restringe sua duração à dimensão de sucesso ou insucesso no objetivo a ser alcançado. Pelas circunstâncias dos eventos aqui narrados, pode-se dizer que a ocupação encetada pela Frente se fundamentou na segunda perspectiva apresentada pela autora: seu uso se atinha fazer dela ponte de *sustentação*, em favor da visibilidade pública e pressão popular de sua pauta. Imersa na atuação em favor de tal objetivo, a ocupação encetada pela Frente também trouxe consigo a materialização de usos que se interpunham criticamente às restrições existentes na materialização das funcionalidades predominantes daquele território: questionavam a discrepância entre seu simbolismo institucional de representatividade dos interesses populares, e sua impermeabilidade em tratar daquela demanda.

Nesse último sentido, outra dimensão que reforçava essa iniciativa enquanto *desvio insurgente de sustentação*, no que tange à sua pertinência, advém do próprio contexto de indefinição que perpassava a questão do reajuste à época, no plano institucional. Conforme assevera Antonio Mista, a ocupação foi uma iniciativa da Frente que também se atinha a esse fator:

Culminou com a ocupação da Câmara: antes da ocupação, teve a decisão judicial - a gente ganhou em todas as instâncias que eu achava que existia. Não sou do Direito, mas até onde conhecia, achei que já tinha ganhado em todas as instâncias que podiam ser disputadas, então, pra mim, já estava dado. Aí, veio a notícia de que a gente perdeu numa manobra nebulosa, de rodapé de lei tal, num sei da onde: uma pessoa sozinha conseguiu ir lá e derrubar tudo que os vários outros juízes, desembargadores do TJ - uma galera super difícil de ser convencida por uma pauta popular - já tinha sido convencidos. Teve uma manobra de uma figura específica lá, e conseguiu derrubar. A Prefeitura recorreu: a juíza suspendeu a decisão da cautelar inicial, porque ela ia analisar. Então foi um tempo que ela ficou analisando: tinha que voltar o valor da passagem, porque ia analisar. O tempo que ela ficou analisando foi

quando a gente chamou os atos, e ocupou a Câmara. Depois que desocupou a Câmara, no dia seguinte, ela analisou e deu ganho pra gente.

A ocupação da Câmara foi um momento de tentar manter a pauta na imprensa, não deixar morrer, e meio que torcer pra um imponderável, já era praticamente perdido ali - foi depois disso que ocupamos a Câmara. Tinha uma ideia que surgia sempre, de que por mais que a gente não conseguisse barrar o aumento, tinha que manter o máximo possível na mídia, na imprensa, o fato de que o aumento era inaceitável pra, ao mesmo tempo em que gerava um desgaste em quem propôs, mostrar uma força do movimento. Mantém a pauta por um tempo maior na imprensa: isso era visto como relevante.

Do que é colocado por Mista, a iniciativa desse *desvio insurgente* sobre o espaço da sede do legislativo local se atinha à perspectiva de influenciar em seu favor o poder judiciário. No caso, no pior dos cenários, o prolongamento da discussão pública sobre o reajuste, por meio da ocupação, acarretaria num profundo desgaste simbólico da institucionalidade, por conta da forma refratária ao interesse coletivo em que todas as suas instâncias lidaram com a questão. Nesse ângulo, o caráter de *sustentação*, assumido por essa iniciativa, se revestia de um teor de contraposição aos impactos desta postura refratária da institucionalidade: a Frente agia visando manter a visibilidade pública da questão, transformando a ocupação tanto num instrumento de pressão popular, quanto de desgaste da imagem simbólica do poder estatal, ao iluminar e contestar sua postura efetiva perante os interesses dos habitantes da cidade na polêmica do aumento.

IMAGEM 26: Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015. Fonte: O Tempo, 2 de set. 2015/Moisés Silva.

De certa maneira, portanto, foi a própria conjuntura formada ao longo da campanha que acabou por tornar não somente a ocupação uma opção plausível, como igualmente delinear seu caráter de *sustentação* enquanto forma de *desvio insurgente*. Conforme colocado abaixo, uma primeira forma de *sustentação* se deu através da própria maneira com a qual a Câmara lidou inicialmente com a revitalização da visibilidade midiática da campanha:

Ocupantes da Câmara alegam dificuldades para falar com vereadores

Integrantes de movimentos sociais ocupam pelo segundo dia a Câmara Municipal de Belo Horizonte, localizada no bairro Santa Efigênia, na região Leste da capital. Cerca de dez pessoas permanecem no saguão em uma estrutura improvisada com cobertores, mesa de frutas e cartazes pelas paredes.

Contra o aumento das passagens de ônibus, os manifestantes aguardam para protocolarem um documento que deverá ser entregue ao presidente da câmara, Wellington Magalhães, com as pautas reivindicadas pelos movimentos. Ainda não há previsão de quando o documento será enviado.

[...] Os manifestantes alegam dificuldade para conversar abertamente com os vereadores. “Se fosse fácil encontrá-los, nós não estaríamos aqui. Isso só mostra como acontece a nossa política representativa”, criticou o membro do Movimento Passe Livre, Paulo Rocha.

A assessoria da Câmara afirma que a Casa está de portas abertas para receber os movimentos e que eles estão livres para participar das reuniões no Plenário. De acordo com o integrante do Partido Pirata, Danilo Sabbagh, a intenção não é atrapalhar as reuniões no Plenário, mas sim entrar em diálogo direto com os vereadores.

Fazem parte da ocupação representantes do Tarifa Zero, Movimento Passe Livre (MPL), Partido Pirata, Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel).

Primeiro dia de ocupação:

Uma programação cultural foi organizada no primeiro dia de ocupação na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Segundo os representantes dos movimentos, cerca de 300 pessoas participaram de um sarau, batalha de mcs e uma rave que durou até às 4h desta quinta-feira (4). Na parte da noite, a expectativa é que aconteça um novo evento cultural em protesto contra o aumento considerado abusivo das passagens do transporte público (MEIRELES, 2015).

Na notícia acima, chama atenção, primeiramente, o enfoque dado pelas falas dos ocupantes entrevistados: buscavam iluminar suas dificuldades em terem acesso direto aos vereadores, mesmo estando ali praticamente 24 horas por dia. Imerso neste fator, se situava igualmente uma crítica direta à estruturação representativa ali dada: a dificuldade que mencionavam era associada à interposição de obstáculos ao acesso popular àquela instituição, como fator inerente ao seu funcionamento prático cotidiano.

Como se depreende da fala dos integrantes da Frente na reportagem, *sustentar* a visibilidade de sua campanha incidia igualmente em denunciar publicamente a recusa efetiva das instâncias institucionais à participação popular nos debates referentes ao sistema de transportes da cidade: punham em questão, num plano geral, a própria fundamentação democrática de representação coletiva atribuída a aquele espaço. Diante de tal cenário, o caráter autoproduzido de *sustentação* da representação dessas demandas pela ocupação também adquiria uma dimensão mais aprofundada, na imagem pública disseminada pelos ocupantes: legitimava sua campanha contestatória como um todo, em sua ênfase na constituição de formas populares de pressão para com a institucionalidade como instrumento preferencial de luta.

Dessa maneira, a iniciativa da ocupação tanto questionava essa estruturação quanto buscava se *sustentar* como contraposição à mesma: interpunha a tais limitações uma intervenção, que se fundamentava em fazer de si instrumento de pressão, participação e acesso à população ao poder estatal em favor da revogação do aumento. Nesse sentido, tal orientação dada a este *desvio* também representava uma espécie de transplante das próprias dimensões de dualidade momentânea de poder, existentes em seus atos de rua do período anterior: pelo formato de organização que a ocupação adquiria como prática contestatória, a Frente transpunha o que era antes uma disputa sobre a autonomia no uso de espaços públicos para um embate acerca da própria instância que efetivamente se encontrava representando interesses populares naquele momento da campanha.

Indicando a presença desta última dimensão, o dado que chama atenção a tanto na reportagem acima diz respeito ao seu encerramento: informando sobre a realização de uma programação cultural desenvolvida pelos integrantes da ocupação. Ao longo dos dias em que transcorreu esse *desvio insurgente de sustentação*, uma das formas com as quais os ocupantes tentaram dar visibilidade à sua intervenção se deu pela autoconstrução de uma programação cultural como parte integrante de seu cotidiano. Em certo sentido, pode-se dizer que o recurso a tal programação se remetia, de maneira reelaborada, à ocupação da Câmara propiciada dois anos antes pela Assembleia Popular Horizontal. Nesse aspecto, nota-se uma distinção particularmente pertinente entre esses dois cenários: diferentemente de 2013, em que a ocupação era uma forma de direcionar uma pressão popular massiva visando conquistas imediatas, contando com plena visibilidade e grande adesão popular desde o início, o contexto dado em 2015 inspirava uma orientação mais voltada a materializar formas de comparecimento e participação

popular durante seu transcorrer, como forma de viabilizar a *sustentação* da visibilidade pública de sua campanha.

A programação chegou a ser destacada pela cobertura da ocupação pela imprensa local:

Cerca de 150 pessoas participam de intervenções culturais na Câmara

A ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, localizada no bairro Santa Efigênia, na região Leste da capital, começa a ganhar força. Na noite desta quarta-feira (2), cerca de 150 manifestantes participavam de intervenções culturais realizadas no local. O objetivo do ato, que é contra o aumento das passagens do transporte público da capital, é convencer mais belo-horizontinos a abraçar a causa.

A Casa foi ocupada na noite de terça-feira (1º), quando 30 pessoas decidiram levantar acampamento. "Seguimos aqui até conseguirmos a marcação de uma audiência para tratar a auditoria do processo de aumento das tarifas. Até o momento, não sofremos violência por parte dos seguranças da Câmara. O ato segue tranquilo", afirmou a integrante do Tarifa Zero Jéssica de Almeida.

Uma audiência entre os manifestantes para determinar os rumos da ocupação, programada para às 19h, deu início ao ato. Em seguida, um duelo de MCs, dá prosseguimento as intervenções. Uma rave, em forma de protesto, terá início às 20h30. E, por fim, um Sarau irá se transformar em uma rave às 22h.

O Tarifa Zero informou ter conversado com o presidente da Câmara, Wellington Magalhães (PTN), nesta segunda, e ter recebido dele a promessa de uma marcação de audiência com as Comissões de Direitos Humanos e de Trânsito. Mas ainda não há data definida.

Em nota, a Casa declarou que após uma reunião plenária na tarde desta quarta, "o presidente da Câmara e os vereadores Adriano Ventura e Leonardo Mattos foram até os manifestantes para tentar o diálogo". Porém, segundo a Câmara, "os ocupantes não quiseram falar, sob a justificativa de que apenas um dos representantes deles é quem negocia e que esta pessoa não estava lá" (CARMONA; KIFER, 2015).

A reportagem acima permite reconstituir alguns aspectos da programação cultural formada pelos ocupantes: a presença de um duelo de MC's, um sarau e uma *rave* parece ter sido uma forma encontrada pelos integrantes da Frente de não só atrair, como diversificar os públicos que potencialmente poderiam se interessar em comparecer na Câmara.

Nesse caso, importa notar que tal conjugação de diversidade de público e de apresentações se fez presente em praticamente toda a programação autoconstruída pelos ocupantes, enquanto a intervenção durou. Ao longo do transcorrer da ocupação, a constituição de uma programação cultural atuava como uma espécie de *sustentação* de duas dimensões: era tanto forma de amplificar a adesão popular à causa que defendiam, assim como mediar o próprio acesso público a um lugar que decidia sobre aspectos os mais variados da vivência cotidiana na cidade. Considerando se tratar de um público que possivelmente comparecia mais interessado nas atrações culturais que ali se davam,

a própria ocupação fazia delas instantes de *sustentação* das discussões concernentes ao aumento, para além da cobertura midiática: intercalava debates e exposições didáticas com tais apresentações, visando ressaltar o aspecto político de sua intervenção.

IMAGEM 27: Duelo de MCs durante a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015. Fonte: Tarifa Zero – Belo Horizonte.

Além de ampliar formas de disseminação de sua perspectiva sobre o aumento, a forma como a institucionalidade, em todas as suas instâncias, lidou com sua demanda também motivava tais debates: punham em questão como, na prática, o poder estatal local restringia o acesso, e a acolhida de reivindicações vindas dos habitantes da cidade sobre temas de pertinência ao seu cotidiano. Nesse aspecto, a programação também parecia servir para a elaboração de instantes pedagógicos de politização do público que comparecia, mesmo que momentaneamente, à ocupação: independentemente da inacessibilidade interposta pela Câmara, oriunda de sua postura refratária para com a contemplação de interesses populares, *desviavam* a função daquele território através do próprio alargamento momentâneo de seus usos possíveis enquanto esfera de interlocução de pautas públicas, a partir da inclusão daqueles que tomaram parte nesta programação nos debates ali dados. No uso contestatório daquele território, em sua dimensão de dualidade de poder, a ocupação desestabilizava, em um sentido de alargamento particularmente inclusivo, os próprios parâmetros que circunscrevem,

naquela instituição, a participação e deliberação política como seara restrita aos seus representantes eleitos.

Essa conjugação de fatores acabou igualmente surtindo efeitos quanto a outros aspectos do cotidiano dessa intervenção: culminou com a organização eventual de grupos voluntários informais entre não ocupantes, atuantes na obtenção da infraestrutura e de atrações para a realização desta programação. Um relato sobre como se materializavam essas duas dimensões da programação cultural é fornecido pelas recordações de Virginia Woolfe:

Obtivemos as coisas de infraestrutura na base da gentileza: a gente pedia pra pessoas que achava que poderiam ter o que precisava, e normalmente essas pessoas se dispunham. Muitas vezes íamos buscar equipamento na casa de alguém, porque tinha gente que tinha carro - inclusive eu e tal. Então havia uma facilidade aí de pegar e trazer e devolver esses equipamentos, mas tudo foi na base do empréstimo: desde a panela elétrica até o amplificador e o projetor.

Eu cheguei a participar da divulgação dessas festas, mas não fui ativa na concepção delas, porque eu não estava nesse grupo encarregado: era um corre de infraestrutura muito pesado. Se a gente quer chamar uma banda, precisa de instrumento, de caixa de som, de amplificador, de microfone, de fio, de extensão - precisa de um tanto de coisa. A gente também precisava achar essas pessoas que possuem grupos musicais, promovem festas, essas coisas, que estariam dispostos, em um curto aviso, de aparecer lá com seus próprios instrumentos, trazendo as suas coisas, pra poder fazer um show de graça.

De acordo com Woolfe, a programação cultural acabou por fomentar a elaboração de toda uma rede de contatos em seu entorno, visando precisamente possibilitar sua materialização. Tal aspecto também deixava patente uma espécie de abertura participativa de outra ordem, assumida pela ocupação como fator de *sustentação* da visibilidade pública da campanha: ao democratizar formas de participação nos afazeres relacionados a tal programação, constituíam outras formas de pertencimento e percepção de sua iniciativa como construção coletiva. No caso, a introdução dessa dimensão colaborativa atuava como elemento de diversificação: ampliava as possibilidades de reconhecimento popular de sua iniciativa, incentivando a diluição de fronteiras entre ocupantes e simpatizantes, através de sua indistinção no enquadramento de quem eram seus efetivos participantes.

Conforme coloca Ommar Motta, a execução dessa programação na ocupação também deu outros contornos à própria dimensão de *carnavalização* que se fez presente na campanha da Frente:

Começamos a fazer shows, palestras, exibição de filme, oficina, duelo, sarau: tudo que era possível pra poder chamar pessoas e coletivos de tudo quanto é canto de BH pra colar na casa do povo. Encaixava no meio de um show outra coisa, botava uma performance; outros a gente conhecia já o trabalho, e achava que era super importante tá ali, fazia o convite pessoal - só da divulgação mesmo da ocupação, também surgiu muitos contatos. Foi o que aconteceu: conseguimos fazer duas batalhas com MCs, teve sarau, teve filme. Em dez dias na Câmara dos Vereadores, acho que foi o período de maior utilização da população: teve dias com duzentas pessoas lá cantando RAP. Todas as programações eram políticas, de certa forma: eram pessoas e coletivos ocupando um espaço político que eles nunca ocuparam. Teve um dia da apresentação do LGBT - esqueci o nome do cara -, que ele dançou na frente dos seguranças, foi maravilhoso. Pode não parecer que seja algo político no conteúdo, mas era na proposta de ocupar ali: toda esquina, todo cantinho tinha alguém numa rodinha trocando rima - foi muito doido! Todo dia tinha alguma coisa assim. Nós tomando decisões, fazendo coisas que eram extremamente desgastantes - às vezes cansadíssimos por estar fazendo tudo com cinco pessoas -: mas no final do dia tinham cem, cento e cinquenta pessoas ali, e a coisa funcionando bem

A imagem oriunda do relato de Motta parece trazer consigo uma espécie de alargamento momentâneo das próprias searas do cotidiano da cidade passíveis de politização, pela presença desse aspecto de *carnevalização*: além de potencializar a ampliação da própria gama de expressividade de contestação da campanha naquele contexto, politizavam-se as próprias atrações que ali se davam, através da visibilidade dada às demandas da cena cultura local. Nesse aspecto, ao menos potencialmente, pode-se dizer que tal programação também atuava em sentido de pluralizar o próprio caráter de *sustentações* passíveis de serem representadas através da ocupação da Câmara: incorporava a possibilidade de igualmente a ocupação servir como instância de intermediação e pressão em favor de demandas outras, que não só aquela que motivava diretamente sua existência.

De seu relato, cumpre destacar que essa programação era também uma forma momentânea de alterar as próprias funcionalidades cotidianas daquele espaço: agregava aos convívios ali encetados precisamente uma zona de indistinção, entre politização e lúdico, como modalidade contestatória singular inerente ao caráter de *desvio* imerso na ocupação. Nesse ponto, indiretamente, reelaborava-se o legado das Praias da Estação, quanto à conjugação de tais aspectos para fins de ocupação contestatória de espaços públicos: demonstrava que tal confluência também poderia se expandir, visando abarcar contestações que traziam em seu bojo a crítica à própria funcionalidade predominante nas instituições encarregadas de gerir a cidade. Ao incorporar tal fator de *carnevalização* como um dos componentes da dinâmica de *sustentação* da visibilidade pública de sua campanha, a ocupação igualmente punha em questão os critérios mesmos

que delimitavam tais instâncias e espaços como sendo públicos, situada na qualidade de aspecto inerente à dimensão de dualidade poder ali instaurada pela iniciativa.

Tal radicalidade de disputar a definição mesma do que seja público, em certo sentido, se atrela diretamente a alguns dos paradigmas inerentes ao imaginário democrático, conferido ao uso de ocupações como tática contestatória, por movimentos contemporâneos. Nesse aspecto, a ocupação da Câmara se aproximava daquilo que Manuel Castells (CASTELLS, 2013) pondera quanto aos espaços criados por tais movimentos, quando coloca que tais mobilizações atuam em sentido de

construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público institucional - o espaço constitucionalmente designado para a deliberação - está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social.

[...] Eles criam uma comunidade e a comunidade se baseia na proximidade. A proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo. E superar o medo é o limiar fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para se envolver num movimento social, já que estão bem conscientes de que, em última instância, terão de confrontar a violência caso transgridam as fronteiras estabelecidas pelas elites dominantes para preservar sua dominação. Na história dos movimentos sociais, as barricadas erguidas nas ruas tiveram pouco valor defensivo; na verdade, tornaram-se alvos fáceis, fosse para a artilharia, fosse para as brigadas antidistúrbios, dependendo do contexto. Mas sempre definiram um 'dentro e fora', um 'nós versus eles', de modo que, ao se juntar a uma área ocupada e ao desafiar as normas burocráticas sobre o uso do espaço, outros cidadãos podem participar do movimento sem aderir a nenhuma ideologia ou organização, apenas estando lá por suas próprias razões (CASTELLS, 2013. p. 14, 16).

Na relação entre as considerações acima de Castells e o *desvio insurgente de sustentação* aqui recuperado, importa fundamentalmente reter a dimensão de radicalidade, inerente à disputa instaurada pela própria definição de atribuições que tornam um espaço público, como pano de fundo materializado a partir desta tática. No caso, trata-se de constatar que, mesmo que efemeramente, tal tipo de intervenção cria um espaço público, cuja principal característica seria seu ordenamento democrático diretamente atrelado a instâncias de regulação autoconstruídas por seus participantes: no contraste para com os ordenamentos predominantes em tais instituições, tal prática transplanta e materializa uma situação de dualidade de poder não só quanto aos usos, mas também quanto à definição e deliberação dos aspectos que regulam sua utilização. Desse modo, como parte das dimensões contestatórias ali instauradas pela ocupação da Câmara, o próprio alargamento da definição daquele espaço como público se interligava à conjunção de dois fatores: a autonomia de elaboração de regulações de uso daquele

espaço por seus participantes, interposta perante os ordenamentos institucionais existentes como relação contestatória em sentido de *desvio* das restrições de acesso inerentes ao funcionamento cotidiano daquela instituição; as formas de aproximação criadas para com a população da cidade visando estimular sua participação, de modo a materializar uma comunidade de interessados na questão da revogação do aumento.

Na ocupação da Câmara, a programação cultural, de certo modo, cumpria de maneira singular esses dois papéis, particularmente em virtude do reduzido número de ocupantes permanentes. De um lado, intermediava o momentâneo alargamento tanto das condições de acesso a aquele espaço, pelo incentivo ao comparecimento, quanto da esfera de interlocução legítima de temas públicos para além da seara institucional, por sua utilização também como instante de debate e politização atinente à temática do aumento. De outro, a programação atuava como fator a propiciar a criação e recriação constante de uma comunidade de interessados, a partir de uma perspectiva fluída de participação: dessa maneira, incorporavam à ideia mesma de solidariedade para com o que ali *sustentava* nesse *desvio* uma diversificação de modalidades possíveis de presença, e de permanência, em favor daquela iniciativa.

Em certo sentido, tais considerações também são pertinentes quanto a um último ponto do relato de Motta acima: o diminuto número de ocupantes que efetivamente se mantiveram de maneira mais permanente na Câmara dos Vereadores naquele contexto. A programação, e o público que a ela afluía, atuava precisamente em sentido de amenizar tal fator, que se fez presente ao longo de toda a duração desse *desvio insurgente de sustentação*. Nesse aspecto, todo o conjunto de formas nas quais essa ocupação elaborou seu funcionamento ganhava outros contornos: era um instrumento de contraposição direta a tais adversidades de contexto, delineado pelo recurso à inventividade dinâmica de formas de participação e expressão de indignação popular em favor de sua existência.

A questão do baixo número de ocupantes com maior capacidade de permanência não foi o único dos problemas enfrentados pela ocupação. Conforme relatam os entrevistados, além do aflorar de divergências episódicas decorrentes do convívio na ocupação, a própria forma na qual a Câmara lidou com a intervenção proporcionou ainda mais desgastes. Nesse sentido, conforme relatado na notícia abaixo, as divergências entre ocupantes e a instituição estavam longe de se restringirem às suas manobras de protelação:

Ocupantes denunciam pressão dos seguranças para deixar a Câmara

Depois da segunda noite de ocupação na Câmara Municipal de Belo Horizonte, integrantes dos movimentos sociais Tarifa Zero, Movimento Passe Livre (MPL), Partido Pirata e Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel), afirmaram ter sofrido pressão dos seguranças da Casa para deixar o local durante a madrugada.

Segundo Danilo Sabbagh, representante do Partido Pirata, os seguranças da Câmara teriam privado o sono dos ocupantes por volta das 4h30 desta quinta-feira com barulhos e provocações. “Eles bateram cadeiras, arrastaram móveis, gritaram, assobiaram e, inclusive, arrotaram perto de alguns integrantes. Certamente tentaram nos intimidar com o claro objetivo de acabar com a ocupação”, disse.

No início da tarde, o advogado Pedro Andrade, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, se reuniu com os integrantes dos Movimentos Sociais para esclarecer a situação e denunciar as intimidações para os vereadores da Câmara.

“Eles (Movimentos Sociais) tiveram um tratamento desumano nessas duas noites de ocupação. Entendemos que as atitudes desses seguranças agredem o direito desses estudantes em manifestar. Os ocupantes não são baderneiros, é uma reivindicação pacífica. Os seguranças violaram o artigo 5º da declaração universal dos direitos humanos. Vou conversar com os vereadores para que essa situação não se repita e os ocupantes possam seguir tranquilamente com esse protesto”.

[...] De acordo com a assessoria da Câmara, os vizinhos que moram nas imediações da Casa reclamaram do barulho dos manifestantes, que organizaram uma batalha de mcs e uma rave durante a madrugada. Uma viatura policial foi ao local para solicitar que os ocupantes abaixassem o volume do som, mas o pedido dos militares não foi atendido pelos integrantes dos movimentos sociais.

Cerca de dez pessoas permanecem no saguão da Câmara em uma estrutura improvisada com cobertores, mesa de frutas e cartazes pelas paredes (VALE III, 2015).

Os relatos registrados pela reportagem traçam um panorama radicalmente distinto daquele prometido pelo então presidente da Câmara, vereador Wellington Magalhães, quando a ocupação se iniciou: demonstrava uma atitude reiterada de intransigência perante a iniciativa, explicitamente fundamentada em sentido de desgastar sua imagem pública, pela exploração de sua programação cultural como fator de distúrbio. A reportagem, em si, também denotava uma sensível mudança na narrativa adotada pela imprensa local sobre a iniciativa: paulatinamente, sua cobertura começou a enfocar supostos transtornos no funcionamento da Câmara, que seriam oriundos da ocupação, em detrimento do tratamento dado pela instituição em sentido de acolher a reivindicação por ela *sustentada*. Ou seja, o que estava em questão nessa mudança de foco era a própria imagem pública da ocupação, como modalidade contestatória atrelada à campanha contra o aumento, numa conjuntura simbolicamente adversa a tal tipo de luta, em virtude da abrangência dos imaginários midiáticos pejorativos predominantes sobre os movimentos em favor desse tema na cidade e no país, desde 2014.

Diante desse cenário, a resposta dada por seus participantes consistiu numa atitude de deliberadamente construir mecanismos próprios de divulgação de sua narrativa perante os eventos que se deram durante a ocupação, que fugiam inteiramente à imagem que a imprensa passou a veicular. Conforme recorda Igor Mática, tal se deu em circunstâncias que dificultavam precisamente essa autoprodução narrativa:

Usavam de táticas como desligar a Internet na Câmara: eu estava fazendo uma *live* talvez, transmitindo com um aplicativo de celular na Câmara - fiquei basicamente transmitindo pra rede social inteira. Era uma situação que usavam táticas da segurança da Câmara de repressão, táticas de *harassment*⁹¹ mesmo: pra incomodar e tentar forçar os militantes a saírem de lá sem expulsar. Tinha Internet da Câmara: era aberta ao público, e eles cortaram, basicamente, pra dificultar o trabalho de divulgação e isolar o movimento - só que a gente estava usando Internet de militantes, compartilhando e gastando horrores, e divulgando as coisas assim. Nos dias de hoje, uma pessoa ficar sem Internet é uma coisa - a pessoa fica até estressada, né? Então isso contribui bastante pras questões internas da ocupação.

A questão colocada por Mática dizia respeito a um aspecto crucial a envolver a ocupação: a própria capacidade dos integrantes da Frente de fazerem uso dos meios virtuais para a divulgação tanto de assuntos de seu cotidiano, quanto de sua programação cultural. Ao bloquear o acesso dos ocupantes à sua rede de internet, visava-se dificultar a ampliação dos raios de disseminação de informações da intervenção conduzida por esse *sujeito coletivo*, e com isso isolar a mobilização. Pelo próprio uso da virtualidade pela Frente, tal fator detinha uma importância crucial, considerando a subordinação efetuada desse instrumento à disseminação de ações contestatórias que tinham por eixo sua materialidade. Diante desta situação adversa, tal dificuldade foi contornada de maneira inventiva pelos próprios ocupantes e por simpatizantes que ali eventualmente se encontravam: partilhando sinais de redes de seus celulares, permitiram que a ocupação continuasse a contar com ferramentas virtuais de divulgação de sua existência, reelaboradas de modo à igualmente incorporar a disseminação de sua perspectiva sobre os eventos abordados pela mídia.

Em certo sentido, a existência deste atrito com setores da imprensa, a questão do acesso à internet mencionada anteriormente e como os ocupantes lidaram com essas duas situações também desvelavam os últimos sentidos inerentes às próprias formas de *sustentação* que ali instituíram com sua iniciativa de ocupação. Em ambos os casos,

⁹¹ *Harassment* é uma designação dada a comportamentos de pressão agressiva e intimidação em ambientes virtuais. Se caracteriza pelo direcionamento de ameaças a um alvo selecionado por indivíduo ou redes de contato atuantes em tais ambientes.

pode-se dizer que não se tratava de uma questão de recusa pura e simples da intermediação da imprensa – ou ao menos de toda a imprensa -, mas sim de diversificar as possibilidades de construção de narrativas públicas sobre a visibilidade de sua reivindicação, e de sua intervenção.

IMAGEM 28: Adesivos colados durante a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2015. .
Fonte: O Tempo, 2 de set. 2015/Moisés Silva.

Tal se fazia em um sentido que resguardasse a legitimidade de sua voz como forma de *sustentação* da indignação popular, diante da possibilidade de bloqueio, ou de deturpação imagética potencial, de sua contestação. Ou seja, buscavam não só assegurar seu direito á voz, como travavam um embate diretamente atinente à construção da narrativa que dava imagem pública para a cidade da iniciativa: contrapunham à cobertura pejorativa de parte da imprensa uma autoprodução discursiva que preservasse os sentidos dados à sua atuação. Pelo próprio caráter com o qual, nesse aspecto, buscavam *sustentar* sua iniciativa, pode-se dizer que dialogavam e incorporavam diretamente aspectos pertinentes quanto às relações existentes entre ativismo contemporâneo, propaganda e mídia (DOWNING, 2004; SANTOS, 2013): democratizavam a construção de narrativas públicas sobre sua iniciativa, pela diversificação de perspectivas publicamente circulantes concernentes aos eventos em que estavam envolvidos, de maneira que resguardasse igualmente o ponto de vista coletivo de seus participantes. Nesse sentido, a postura desse *sujeito coletivo* era

também uma forma de desestabilizar a exclusividade de influência conferida aos meios midiáticos sobre a formação da opinião pública da cidade: num contexto eivado pela disseminação de imaginários depreciativos sobre sua atuação, como o instaurado no país a partir de 2014, o faziam através da pluralização das possibilidades de entendimento fornecida por sua perspectiva.

Mesmo diante do uso de tais canais, com o passar dos dias, a situação entre a Câmara e os integrantes daquele *desvio insurgente de sustentação* se deteriorou significativamente. Passada cerca de uma semana de ocupação e sem nenhuma disposição de dar alguma solução efetiva às demandas dos ocupantes, a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte entrou na Justiça, reivindicando a reintegração de posse da parcela do edifício onde se situava a intervenção⁹². Alguns dias após a solicitação, o judiciário acatou a solicitação da Câmara:

Justiça determina saída dos ocupantes da Câmara sob pena de multa

A Justiça acatou, na tarde desta sexta-feira (11), o pedido da Câmara Municipal de Belo Horizonte para reintegração de posse da Casa que está ocupada há dez dias por manifestantes dos movimentos sociais Tarifa Zero, Passe Livre, Partido Pirata e Assembléia Nacional dos Estudantes Livres (Anel).

O processo determina a saída imediata de todos os manifestantes do prédio da Câmara Municipal, sob pena de requisição de apoio da Polícia Militar. Em caso de nova invasão, os movimentos sociais deverão pagar a multa diária de R\$ 500 para cada ocupante.

[...] O pedido de reintegração de posse foi protocolado na Justiça pela Câmara Municipal depois de constantes reclamações dos funcionários e vereadores da Casa. Eles alegaram que os manifestantes promoveram badernas em todos os dias da ocupação, o que comprometeu o trabalho dos parlamentares.

A procuradoria da Câmara reuniu uma série de documentos, vídeos e fotos das câmeras internas e material veiculado na imprensa para comprovar a suposta algazarra promovida pelos ocupantes. Houveram ocorrências, inclusive, de festas durante a madrugada que incomodaram os vizinhos que moram nas imediações do local.

Em nota, os integrantes dos movimentos que participam da ocupação informaram que a notícia foi recebida com espanto, “uma vez que não houve nenhum tipo de diálogo com os manifestantes sobre os argumentos utilizados para a realização de tal pedido”.

Segundo o comunicado, ao longo dos dias de ocupação, os manifestantes vêm procurando os vereadores da casa em busca de seu posicionamento sobre medidas legislativas relativas ao questionamento do aumento das passagens, em especial, o pedido de CPI sobre o último aumento e da Audiência Pública para discutir o reajuste.

“Até o momento, foram angariadas sete assinaturas para a instauração do processo de CPI. Integrantes acreditam que o pedido de reintegração de posse tenha vindo após a percepção da casa de que o movimento vem sendo efetivo nas suas ações e que a população requisita cada vez maior participação popular”, afirma a nota (VALE IV, 2015).

⁹² A ocupação se deu majoritariamente na sala que serve de hall de entrada para a Câmara.

A notícia acima informava não somente que a Justiça concedia mandato para a Câmara solicitar via força policial a reintegração de posse, como igualmente estabelecia multa de 500 reais por ocupante em caso de nova ocupação: além de tais medidas, também foi imposta a proibição dos ocupantes de adentrarem em seu recinto por dois anos. Do que é colocado pela nota à imprensa redigida pela Frente, a medida foi recebida com estranheza, em virtude da ausência de qualquer tipo de diálogo travado pela instituição com os ocupantes, referente às motivações alegadas.

Igualmente, era interpretada como indício de que, mesmo lentamente, as reivindicações defendidas por esse *desvio insurgente de sustentação* estavam encontrando apoiadores entre os próprios vereadores. Nesse sentido, as motivações alegadas pela Câmara para entrar na Justiça aparentemente ganhavam outro matiz: era uma reação perante a reverberação interna de questionamentos sobre a própria forma com que o assunto do aumento, e da estrutura de mobilidade da capital mineira, era tratado naquela instância institucional. Mais do que assegurar seu predomínio sobre aquele espaço, o que realmente motivava essa atitude era bloquear as próprias possibilidades de que a instituição se visse forçada a efetivamente debater as reivindicações ali expostas nesse *desvio insurgente de sustentação*.

Outro fator, que se relaciona forma pacífica com a qual ocorreu a desocupação, advém do relato de Ommar Motta sobre esse episódio:

Pra desocupar, a gente decidiu que ia tentar ficar até ser expulso mesmo: já estava atrapalhando há alguns dias, já tinha batido o recorde da ocupação - já estava no décimo dia. E tinha notícia de que o Wellington Magalhães ia tentar expulsar a gente de qualquer jeito, nos próximos dias.

Como já estava todo mundo exausto - num tinha mais pernas pra tocar -, a gente pensou que a última cartada seria se fosse expulso mesmo. Então, tentou aguentar até ser expulso: acabou que no momento que decidiu por sair, teve notícia de que seria desocupado, na mesma noite. A gente só ficou lá, meio com as coisas arrumadas, esperando a polícia chegar pra botar pra fora: mas, na verdade, já estava exausto de tentar arrumar programação, arrumar gente pra ocupação girar, lidar com tudo isso.

A narrativa de Motta põe em perspectiva que a própria liminar de reintegração de posse concedida pela Justiça acabou servindo como espécie de motivador para o encerramento para aquele *desvio insurgente de sustentação*. Diante de um cenário em que o desgaste de dez dias de ocupação surtia efeitos cada vez mais intensos e expressos, restou aos ocupantes ao menos decidir esperar pela polícia para serem pacificamente expulsos da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, no fim do dia 11

de setembro de 2015. Mesmo diante da progressiva erosão da resistência de parte dos vereadores em fazer a casa discutir o assunto, os acúmulos de desgastes decorrentes da forma como transcorreu a ocupação acabaram por ser preponderantes. Com a desocupação, igualmente terminava a campanha da Frente Única Contra o Aumento.

Cerca de uma semana após a saída da Câmara, o jornal O Tempo publicava a seguinte notícia, concernente a desdobramentos a campanha encetada por esse *sujeito coletivo*, ocorridos pouco após seu encerramento:

Usuário comemora valor mais baixo

“No mesmo dia em que os usuários do transporte público de Belo Horizonte comemoraram a redução da tarifa de ônibus – que passou de R\$ 3,40 para R\$ 3,10 – a prefeitura da capital confirmou que recorreu à Justiça para tentar manter o aumento. Outras duas ações de consórcios de empresas de transportes de passageiros também foram impetradas, e serão analisadas pela desembargadora Áurea Brasil, da 5ª Câmara Cível. Até o fechamento desta edição, nenhuma delas havia sido julgada.

Na manhã desta quinta, passageiros já precisaram desembolsar menos dinheiro para andar de ônibus. Eles acreditam que a redução foi uma vitória, alcançada principalmente em função do envolvimento da população, que exigiu justificativas sobre o segundo reajuste. “As passeatas, as reclamações, as reivindicações estão valendo. O resultado está aparecendo aí, pois o valor voltou a ser R\$ 3,10. O cidadão tem que voltar a fazer mais passeatas, voltar a pressionar”, opinou o cozinheiro Bruno Luiz, 36.

O recurso da prefeitura foi recebido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) às 18h desta quarta. A decisão do juiz Rinaldo Kennedy Silva, da 4ª Vara da Fazenda, foi contra o aumento de 9,7% no valor das passagens que vigorava desde o dia 8 de agosto.

Reembolso. Enquanto a Defensoria Pública estuda uma forma de tentar exigir que o Executivo ressarça a população do prejuízo causado pelo reajuste, os usuários se mostram divididos.

“A melhora da estrutura já seria um tipo de reembolso. Precisa ter mais ônibus e aumentar a escala”, disse o estudante Túlio Safar, 18. “Eu quero meu dinheiro de volta. É justo isso”, ponderou a assistente domiciliar Sirlane Sousa, 45 (LACERDA; MEIRELES, 2015).

A notícia acima se centrava em torno dos impactos diretos da concessão de uma liminar, no dia 14 de setembro de 2015, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (ESTADO DE MINAS, 2015). Na decisão do Tribunal, se suspendia por tempo indeterminado o reajuste das tarifas de ônibus decretado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Conforme coloca o usuário do serviço ouvido pela reportagem, aquela conquista era uma legítima vitória da diversificada forma com a qual a população da cidade expressou sua indignação perante o aumento. Mesmo não citada, entre as diversas formas de contestação a aquele reajuste, se encontrava o *sujeito coletivo* formado pela Frente Única Contra o Aumento, e seu variado conjunto de *desvios*

insurgentes, materializado ao longo de um mês e meio de embate direto com o poder estatal.

Durou cerca de um mês e meio a suspensão do reajuste na Justiça: no dia 21 de outubro de 2015, a liminar que impedia o aumento foi derrubada em segunda instância pelo mesmo Tribunal de Justiça. O ressarcimento de valores injustamente cobrados dos usuários do sistema de ônibus da cidade, mencionado na reportagem acima, nunca ocorreu, assim como terminou sem sucesso a tentativa da Defensoria Pública de reverter essa segunda decisão. Ainda assim, fruto das diversas formas com as quais a Frente Única Contra o Aumento incitou legitimamente inúmeras formas anônimas e públicas de indignação popular, durante 39 dias, milhares de usuários cotidianos do sistema de ônibus da cidade de Belo Horizonte deixaram de pagar tarifas contendo valores majorados por meio de um aumento injusto, arbitrário e ilegal.

CAPÍTULO 3 – DESVIAR, FESTEJAR: OS CORTEJOS DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ E A REINVENÇÃO DO CARNAVAL DE BELO HORIZONTE (2010 – 2013)

*“Fui me banhar na Praia da Estação,
Mas esqueci o meu filtro solar,
Agora saio no Bloco da Tchá Tchá
Fantasiado de camarão”*

Trecho da marchinha carnavalesca belo-horizontina *Fui me banhar na Praia da Estação*

3.1 – “O QUÃO SEGREGADORA É A CIDADE DE BELO HORIZONTE”

Em sua narrativa concernente à retomada do carnaval de rua em Belo Horizonte, o professor e historiador Augusto Borges se dedicou a relatar o impacto pessoal de determinados eventos, vivenciados durante o carnaval de 2013. Na sua narrativa, lê-se:

Isso revela também o nosso desconhecimento, o quão segregadora é a cidade de Belo Horizonte: essa falta de cidade, que foi tão cruel e tão angustiante pra gente nos anos 1990 - como existiam lugares assim, aonde existe uma cidade mesmo, sabe? No sentido comunitário, das adesões, das portas abertas das casas. Num nível mais macro, começou a desenhar esse primeiro subúrbio belo-horizontino: essa Belo Horizonte negra - Lagoinha, Concórdia, Pedreira Prado Lopes⁹³. Isso me chamou muito a atenção, e eu comecei também a me debruçar sobre isso depois disso: foi uma porta também que abriu, especialmente depois da passagem pelo Concórdia. Foi pra mim foi um dos dias mais especiais - não só pra mim -: foi muito revelador desse carnaval em Belo Horizonte, do que a gente estava fazendo. Muita gente viu que aquilo ali era ir além: a gente estava realmente num desenho que convidava todo mundo pra uma experiência de reformulação mesmo!

Suas reflexões despertadas por aquele carnaval iluminam diversos pontos da trajetória coletivamente construída por alguns dos blocos surgidos na capital mineira, a partir do ano de 2009. Primeiramente, cumpre notar uma dimensão de reconhecimento

⁹³ Lagoinha e Concórdia são dois dos primeiros bairros construídos em Belo Horizonte fora do perímetro central do planejamento executado na cidade (ARREGUY; RIBEIRO, 2008 I). A comunidade Pedreira Prado Lopes é a mais antiga favela construída na capital mineira.

do próprio tecido citadino de Belo Horizonte, decorrente dessas experiências: tanto nos aspectos de desigualdades historicamente formadas na cidade, quanto no deparar com outros convívios em seus subúrbios, sua narrativa revela um sentido de descobertas decorridas das vivências de cada carnaval. Num segundo plano, ressalta-se a presença de uma atitude intencional, na ida dos blocos que mencionou aos territórios incluídos nos bairros suburbanos destacados: aparentemente, em meio a tais coletividades, havia sido formada uma disposição de encarar a capital mineira, e seus diversos territórios, sob o prisma de efêmeras e dialógicas experiências coletivas, pautadas pelas relações travadas com as sociabilidades cotidianas tecidas nesses lugares.

Pelos pontos abordados em sua narrativa, pode-se dizer que Borges tangenciava aspectos singulares, que reverberavam mais do que alguns dos legados, para a cena carnavalesca belo-horizontina, do aparecimento das Praias da Estação, no início da década de 2010. De certa maneira, o panorama que teceu tanto revelava aspectos da formação contemporânea da capital mineira, com a qual as Praias e o carnaval de rua local se relacionavam, quanto em que medida, mesmo que implicitamente, esse cenário da cidade era resultado de um desenvolvimento histórico peculiar à Belo Horizonte.

Nesse caso, destaque-se que sua ênfase nos efêmeros convívios comunitários, propiciados por essas experiências carnavalescas coletivas, tinha por pano de fundo um contraste: se contrapunham a uma cidade que, historicamente, formou territórios sociais perpassados por separações e segregações no âmbito dos convívios citadinos. Espelhando as diversas camadas que compõem sua sociedade, tais separações incidiam sobre distintas concepções simbólicas, atribuídas aos usos de seus espaços, por esses diferentes setores. No conjunto, eram igualmente um reflexo dos impactos da relação antagônica tecida pela institucionalidade local para com a capital mineira, e seu cotidiano: a rígida funcionalização regulatória, conferida aos espaços públicos da cidade, implicava numa reiterada recusa ao reconhecimento dos usos autoproduzidos por seus habitantes. Considerando a conexão desse aspecto antagônico da institucionalidade com a polêmica envolvendo a Praça da Estação, sua fala revelava que aquilo que dizia respeito a essa questão não se resumia a aquela espacialidade: abrangia a cidade como um todo, enquanto reflexo de seu desenvolvimento histórico desigual.

Desse modo, não é menor a importância de que seu relato tivesse por cerne suas experiências e descobertas propiciadas pelo carnaval de rua belo-horizontino. Em certo sentido, em termos recentes ou no longo prazo, a história dos festejos carnavalescos na capital mineira dialoga com a formação desigual de seu território, a diversidade dos

usos e territorializações de sua espacialidade pelas camadas existentes de sua sociedade, e os conflitos surgidos da interação desses fatores com a postura institucional predominante. Em relação a este último aspecto, pode-se afirmar que a história do carnaval de Belo Horizonte é também a história de diversificadas formas de resistência a este funcionalismo rígido institucional, presente na cidade desde o planejamento executado em sua construção. Conforme situa Hilário Figueiredo Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 2006), desde seu início, a história do carnaval belo-horizontino se interligou de maneira conflituosa com atributos simbólicos da cidade, particularmente no que tange à concepção institucional de modernidade predominante na capital mineira:

Aguçando o olhar para as particularidades belo-horizontinas, cumpre notar que as ruas e as avenidas da capital mineira tornaram-se os princípios organizativos da paisagem urbana, representando os papéis de importantes artérias para as circulações ‘adequadas’ de mercadorias, serviços e pessoas. Alinhando-se às tendências de outras reformas urbanísticas, os espaços urbanos de Belo Horizonte foram concebidos prioritariamente como locais de passagem, já que em uma cidade rasgada por retas longas, largas e uniformes, poucos seriam os locais de convivência entre os seus respectivos habitantes. As praças públicas, por exemplo, eram vistas somente como simples pontos de convergência entre as vias de trânsito belo-horizontinas, além de estarem presentes em pequeno número. Dessa forma, as vias da cidade não estimulavam, enquanto locus público, os encontros fortuitos entre os diferentes sujeitos históricos; havia, pois, uma clara intenção de se fomentar o isolamento com vistas a dificultar a sociabilidade urbana. Caso houvesse uma ocupação circunstancial devido a um evento de rua como o carnaval, logo se estabeleciam regras gerais no que toca aos três dias de folia e aconselhamentos para o público frequentador: enquanto no primeiro caso priorizavam-se elementos como horários das festas, logradouros ocupados e funcionamento do comércio especializado, no outro afloravam espécies de mensagens que procuravam distinguir aquilo que era luxuoso, requintado e polido das formas consideradas rudes, grosseiras e incivilizadas. Por mais que toda essa logística aventada anteriormente ocorresse em outras cidades e fosse também necessária para o bem-estar da população, as ocorrências dessas ações em Belo Horizonte afloravam de uma maneira ainda mais incisiva (PEREIRA FILHO, 2006, p. 48, 49).

O panorama descrito por Pereira Filho dá dimensões precisas de como, por sua própria formatação, a construção de Belo Horizonte se associava a uma concepção peculiar de modernidade cidadina: fundamentava-se na uniformidade dos usos de sua espacialidade, por meio de atributos visando reforçar sua funcionalidade administrativa institucional. Tal lógica se fazia manifesta no próprio plano de traçado executado, que enfatizava o predomínio da circulação, em seus espaços públicos, em detrimento de preocupações para com permanências: em seu início, a cidade que se construía era perpassada por um traço direto de inibição da possibilidade de autoprodução de

convívios por seus habitantes. Se, de um lado, conforme visto no capítulo anterior, tal ênfase circulatória foi incapaz de inibir o aparecimento de deficiências crônicas quanto ao acesso e mobilidade sobre a capital mineira, de outro, igualmente incidu sobre uma rígida espacialização de funções, que progressivamente buscou relegar a seus subúrbios a tessitura de sociabilidades outras que não aquelas atinentes à esfera econômica, ou institucional. Na história da capital mineira, o conjunto de tais características de seu desenho original igualmente serviu a propósitos de legitimação simbólica da postura antagônica da institucionalidade para com seu cotidiano: de modo a reforçar tal ordenamento, o poder estatal local reiteradamente constituiu regulações legais restritivas de uso e conduta para a relação de seus habitantes com a cidade. Inteiramente voltadas para a defesa de tais parâmetros rígidos e uniformes, não raro eram abertamente hostis à materialização de tais relações autônomas, perfazendo um traço que marcou, numa perspectiva de longa duração, a história de Belo Horizonte.

IMAGEM 29: Planta original da cidade de Belo Horizonte. Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Uma das searas em que estes dois fatores - planejamento autoritário e regulação rígida – mais tiveram impactos se encontrava nas ocasiões em que se faziam presentes possibilidades de grandes aglomerações em seus espaços públicos. Tal era o caso dos festejos carnavalescos locais de rua: nessa cena, esta conjunção demarcava uma relação profundamente ambivalente, e discriçãoária, por parte do poder estatal, manifesta numa

rígida regulação quanto a locais e horários apropriados para os mesmos. Em meio a tal regulação, igualmente se formou um conjunto de dicotomias que, historicamente, se sedimentaram na relação institucional para com seu carnaval: nesse período inicial, tais dicotomias se fundavam na dissociação simbólica de suas manifestações carnavalescas, a partir de um critério contraditório de distinção, entre civilidade moderna e tumulto potencial.

Ao longo da história do carnaval belo-horizontino, a aparição destas dissociações discricionárias carregara um traço diretamente interligado às diferentes camadas socioeconômicas existentes entre os habitantes da capital mineira (PEREIRA FILHO, 2006; DIAS, 2015). Nesse período inicial, tal dicotomia se fez manifesta no trato dado às distintas festividades oriundas destas camadas: ao mesmo tempo em que eram estimulados cortejos de corsos⁹⁴, ou a realização de bailes carnavalescos privados em clubes, vislumbrados como signos distintivos de civilidade moderna no festejar, se interpunham toda sorte de empecilhos e vigilâncias aos festejos oriundos dos setores populares na cidade, fossem nos entrudos⁹⁵ ou em seus blocos. Tal distinção igualmente se conjugava na materialização espacial, associada a esses dois tipos de manifestações carnavalescas: enquanto às primeiras se permitia o acesso à área central da cidade, era imposto as segundas uma circunscrição restrita, confinada aos subúrbios e periferias que foram se formando na capital mineira ao longo do tempo.

Na história de Belo Horizonte, pode-se dizer que tais traços simbólicos e espaciais discricionários, inerentes à relação institucional contraditória estabelecida com o carnaval local, não só se tornaram permanentes: era uma das facetas em que se espelhava uma atitude voltada a sustentar as próprias diferenciações no tecido social historicamente formado na cidade. Considerando a correlação traçada de distinção entre tipos de manifestação, e sua associação socioeconômica como critério de trato da institucionalidade, é igualmente possível asseverar que, num pano de fundo geral, o que efetivamente perpassava esta relação se encontrava nos tipos de territorialização da espacialidade da cidade pelo uso, manifestos no carnaval. Desse modo, tal dicotomia também era uma forma do poder estatal lidar historicamente com o próprio caráter de

⁹⁴ O Corso Carnavalesco era um tipo de folia de carnaval caracterizado pelo desfile aberto de foliões em automóveis, particularmente comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Por suas próprias características atreladas à mobilidade motorizada, era normalmente um tipo de brincadeira carnavalesca associada às elites urbanas (PEREIRA FILHO, 2006).

⁹⁵ O entrudo era um tipo de brincadeira carnavalesca historicamente associada aos formatos populares de folia. Em linhas gerais, se caracterizava pelo arremesso de objetos e líquidos entre foliões (PEREIRA FILHO, 2006).

transgressão efetiva, ou potencial, ao seu controle regulatório, imerso nos usos diversificados da espacialidade da cidade, elaborados por seus setores populares, em seus festejos carnavalescos.

Nesse ângulo, o carnaval dos setores populares periféricos da cidade ganhava outros contornos: mesmo que de maneira não necessariamente intencional, incorporava uma perspectiva politizada aos seus festejos, pautada por sua transformação momentânea em formas de se contrapor tanto à exclusão de sua participação nos rumos políticos da cidade⁹⁶, quanto à denegação da legitimidade de suas dinâmicas autônomas de se relacionar, e produzir material e simbolicamente, a capital mineira. De acordo com Hilário Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 2006), foi precisamente neste conflito, oriundo da postura institucional perante o carnaval popular de Belo Horizonte, que estes festejos culminaram por se associar a um aspecto político:

Os folguedos carnavalescos expressam, em grande medida, partes significativas das atitudes e dos posicionamentos políticos dos múltiplos atores sociais no tecido plural da cidade. Ao adotarem diversificados cantos, danças e músicas como ícones do riso festivo, os habitantes de Belo Horizonte souberam amplificar suas respectivas participações ativas quando das ocorrências dos festejos de rua. Munidos de muito bom humor e de uma azeitada sátira ao cotidiano, esses sujeitos anônimos empreenderam uma busca louvável pelos direitos à cidadania cultural; dessa forma, o carnaval emergia como alternativa viável de participação para aqueles que se encontravam excluídos do processo da modernização belo-horizontina. Entretanto, as festas carnavalescas também foram apropriadas de forma a legitimar as concepções de uma cidade excludente e diferenciadora (PEREIRA FILHO, 2006, p.73).

Do cenário retratado por Pereira Filho, cumpre sobremaneira dar ênfase a aquilo que, no que denomina de cidadania cultural, seria o aspecto mais transgressor dos carnavais populares da capital mineira: instauravam autonomamente em suas festividades formas participativas de convívios citadinos. Nesse aspecto, diante de uma cidade planejada e regulada para inibir formas espontâneas de sociabilidade, tais usos imprevistos, materializados nestes festejos, carregavam consigo um horizonte potencial de transformação, em sentido de democratização de seu cotidiano: ou seja, desde seu início, seu carnaval popular se tornou o feixe de um conflito imerso numa

⁹⁶ Além do traço de planejamento arquitetônico a orientar sua construção inicial, uma das características que distinguia Belo Horizonte se deu na forma como era administrada, ao longo de suas cinco primeiras décadas de existência: durante todo esse período, sua administração ficou a cargo de comissões e interventores diretamente apontados pelo governo estadual, escolhidos sem qualquer tipo de participação dos habitantes da cidade (FONSECA, 2008).

temporalidade contra hegemônica, atinente aos próprios usos voltados para permanências e convívios passíveis de se darem em seus territórios.

Mesmo que não explicitamente politizadas, pode-se dizer que as manifestações populares do carnaval belo-horizontino eram perpassadas por uma dimensão de *insurgência do uso* autoproduzida por seus habitantes: à uniformização rígida das funcionalidades dos espaços públicos da capital mineira, interpunham, com suas festividades, formas diversificadas de se relacionar com a cidade, extrapolando tais regulações em sentido de elaborar formas de convivências entre seus participantes. Nesse ângulo, a disputa que instauravam a partir de seus festejos também se materializava no que tange à sua espacialização na área da cidade: além dos usos, portanto, se inseria igualmente um embate quanto aos próprios territórios onde o carnaval poderia se dar, inteiramente concernente ao acesso popular à sua região central.

Ao longo das primeiras quatro décadas de existência da cidade, tal radicalidade potencial, imersa nas manifestações mais orgânicas do carnaval popular belo-horizontino, foi ativamente reprimida, simbólica e materialmente, pela institucionalidade local (PEREIRA FILHO, 2006). Diante desse tipo de relação interposta para com o carnaval popular, pode-se dizer que a reconfiguração do formato dessas manifestações, com o surgimento de Escolas de Samba e Blocos Caricatos⁹⁷ na cidade entre os anos 1930 e 1960 (DIAS, 2015), detém contornos singulares: pelo refinamento de suas complexidades organizacionais, eram instrumentos visando assegurar a própria sobrevivência de um carnaval popular na cidade, a partir da tentativa de construção de interconexões entre regulações rígidas e organização popular, diante de um contexto reiteradamente adverso à sua existência.

Tal reconfiguração teve seus resultados: incidiu no rearranjo da relação da institucionalidade para com os festejos carnavalescos populares, a partir desse período. Durante estas décadas, o poder estatal local passou a adotar uma postura particularmente ambivalente para com o carnaval popular: incorporou uma relativa tolerância a tais formas mais organizadas, ao mesmo tempo em que continuava a combater formatos mais espontâneos de festejos de rua na cidade. Nesse caso, seu rearranjo de relações pode ser vislumbrado, igualmente, como uma rearticulação das dicotomias que permeavam suas concepções sobre o carnaval popular da capital

⁹⁷ O Bloco Caricato é um tipo de formato de agremiação carnavalesca que se tornou particularmente comum no carnaval belo-horizontino, a partir dos anos 1950. Em sua caracterização, conjuga atributos próprios ao bloco carnavalesco e das Escolas de Samba: perante as últimas, sua distinção se dá no que tange ao menor refinamento de adereços, carros e fantasias utilizados em seus desfiles (DIAS, 2015).

mineira: atuava nesta cena interpondo uma dissociação, entre formatos organizados, como relativamente toleráveis, e formas espontâneas, como tumultuosas.

Na história do carnaval belo-horizontino nesse segundo período, tal rearranjo igualmente incidiu sobre as territorialidades permitidas de festejos, associando-as aos seus formatos: enquanto Escolas de Samba e Blocos Caricatos ganhavam acesso regulado às áreas do Centro da cidade para seus cortejos – muito em virtude do abandono dessas áreas pelas camadas socioeconomicamente privilegiadas da cidade, em favor de bailes privados (DIAS, 2015) -, quaisquer manifestações orgânicas continuavam confinadas aos seus subúrbios e periferias. No que tange a esta nova relação entre territorialidade e formatos, é preciso considerar, portanto, que o que estava em questão nesse rearranjo não dizia respeito somente à origem popular dos festejos, mas sim à perspectiva de manter algum tipo de controle, visando desarticular seu potencial de *insurgência do uso*: ou seja, tal postura não superava, mas sim transplantava as bases contraditórias de sua relação com o carnaval, que ressurgiam em outros termos e conteúdos.

IMAGEM 30: Desfile do Bloco Leões da Lagoinha em Belo Horizonte durante o carnaval de 1957. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Outro fator de importância quanto a esse período é que este confinamento aos subúrbios e periferias para manifestações carnavalescas orgânicas se deu não sem resistências de seus participantes. Foi a partir da resistência em favor também desses

outros formatos que, conforme assevera Paola Lisboa Codo Dias (DIAS, 2015), a partir dos anos 1970, o carnaval local adquiriu outras nuances:

Desse modo, pode-se inferir que a folia belo-horizontina, nos anos de 1970, mostrava-se bastante efervescente, contando ainda com muita animação pré-carnavalesca proporcionada pela “República Independente Banda Mole” que fez sua estreia no pré-carnaval belo-horizontino, em 1975, desfilando pela Rua da Bahia. Em seu primeiro desfile, esse grupo era formado por cerca de 100 pessoas animadas por uma banda que tocava no chão e que incluía instrumentos de sopro. O nome e o formato da banda mineira sugerem algum tipo de referência à famosa “Banda de Ipanema”, criada no Rio de Janeiro em 1965, apesar de não ter sido encontrada nenhuma declaração oficial da influência dessa pioneira banda carioca na formação da “Banda Mole”. Ao longo dos anos, a “Banda Mole” foi crescendo e chegou a levar surpreendentes 400 mil pessoas às ruas no ano de 1995. Devido à falta de apoio do Poder Público municipal, esse tradicional grupo deixou de desfilar no ano de 2004, retornando no ano seguinte com a restrição de ocupar apenas o trecho da Av. Afonso Pena, em frente ao Parque Municipal. De todo modo, ela continua ativa no período pré-carnavalesco, levando milhares de pessoas às ruas belo-horizontinas até os dias atuais (AGENDA BH, 2012) (DIAS, 2015, p. 110).

Conforme coloca Dias, mesmo diante de um cenário relativamente adverso, a permanência desses formatos de festejos carnavalescos na capital mineira culminou por propiciar a reintrodução de blocos de carnaval na área central da cidade, a partir dos anos 1970. Dividindo o acesso a essa área da cidade com outras manifestações carnavalescas toleradas, sua reintrodução se deu a partir de um prisma, que em certo sentido, reiterava a postura institucional ambivalente: no caso, formatos mais espontâneos, como os blocos, tiveram sua permissão de usar a centralidade da cidade durante o período de pré-carnaval, reservando o uso dessa área durante o feriado às formas mais organizadas, encarnadas pelas Escolas de Samba e seus desfiles.

Até certo ponto, pode-se dizer que essa restrição temporalizada de acesso de blocos ao Centro da capital mineira perdurou até o período enfocado neste capítulo. Tal arranjo trouxe consequências para a própria sobrevivência desse tipo de manifestação carnavalesca em Belo Horizonte, a partir de então: incidiu tanto na descontinuidade de diversos blocos carnavalescos de bairros, quanto na restrição, a aqueles que perduraram, a realizarem cortejos no período pré-carnavalesco. Mesmo diante do potencial de público que pudesse angariar - como demonstrado pelo desfile da Banda Mole em 1995 -, ao longo da década de 2000, a maioria dos poucos blocos de rua então existentes na cidade tiveram desfiles marcados tanto por sua concentração no período imediatamente anterior ao feriado, quanto um uso de territórios concentrados em bairros fora da área central, ainda que em suas proximidades (DIAS, 2015). Nesse ângulo, a postura da

Prefeitura para com o carnaval local parece ter surtido efeitos particularmente deletérios quanto à sua continuidade: incidiu sobre um processo de progressivo esvaziamento desta cena. De certa maneira, o que se esvaziava ali não era somente um formato de carnaval, caracterizado por sua organicidade e participação popular: conjuntamente, se esvaziava a própria perspectiva de estabelecer, ainda que efemeramente, usos autônomos dos espaços públicos da cidade para fins de encontros e convívios, que demarcavam localmente a singularidade desse tipo de festejo carnavalesco.

Este esvaziamento também impactou diretamente a própria sobrevivência dos formatos historicamente tolerados de festejos, na área central da cidade: as Escolas de Samba e os Blocos Caricatos. Mesmo com a criação de um desfile oficial na capital mineira nos anos 1980, este esvaziamento se fez sentir: conjugava-se às crescentes dificuldades financeiras de manutenção desse formato, atrelado a algumas das comunidades mais economicamente desfavorecidas da cidade. Como destaca Milene Migliano Gonzaga (GONZAGA, 2017), tal cenário se transformou em oportunidade para a institucionalidade local interferir na espacialização mesma destas manifestações:

O afastamento da festa para a saída norte da cidade foi mais uma demarcação desta disputa entre a cidade ordenada e a possibilidade dos corpos se expressarem pelas ruas: o desfile dos blocos, prática que naquele momento ainda resistia no centro, foram transferidos. Para o centro da cidade, restou apenas a Banda Mole, que nos anos 2000 passou a se caracterizar como uma festa comercial, com cortejo de carros de som pelas ruas da cidade, com muitos homens vestidos de mulheres, com um público gay numeroso e que acontece uma semana antes do carnaval. (GONZAGA, 2017, p.160).

O panorama traçado por Gonzaga traduzia muito do cenário do que se tornou o carnaval de Belo Horizonte, durante a década de 2000: de uma disputa histórica travada entre a institucionalidade e seus habitantes sobre os próprios usos possíveis de sua espacialidade, restavam enfraquecidas reminiscências, sem condições de se opor à invisibilidade perante sua existência, interposta pela decisão do poder estatal de retirar do centro da cidade o local de realização de seus desfiles de Escolas de Samba. À área central da cidade, sobraram apenas as festividades pré-carnavalescas, normalmente perpassadas por um ímpeto de mercantilização do carnaval, que então começava a se fazer presente.

Foi diante e em reação a este cenário de esvaziamento e invisibilidade, resultado de todos os desdobramentos históricos acima expostos, que se situa a experiência narrada por Augusto Borges, durante os carnavais dos primeiros anos da década de

2010. Nesse caso, cumpre notar que a elaboração reflexiva que teceu se deu em meio às suas recordações de como transcorreu o desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá, no Bairro Concórdia, durante a tarde de segunda-feira de carnaval, dia 11 de fevereiro de 2013: tratava-se daquele que era o quarto desfile da existência desse Bloco, desde que foi fundado. Também era o primeiro cortejo de sua história que não ocorria no Bairro de Santa Tereza⁹⁸, sendo aquele que marcaria o início de uma disposição itinerante singular de desfilar em outros territórios da capital mineira, ao longo dos anos seguintes⁹⁹.

Numa dimensão mais geral, o que é colocado tanto no relato de Borges, quanto na história do carnaval belo-horizontino, igualmente dialogava com aspectos concernentes à própria relação estabelecida entre carnaval e espaços urbanos, no Brasil: no caso, cumpre notar que, enquanto manifestação cultural, o carnaval brasileiro historicamente se situou como fator de alteração efêmera das paisagens urbanas onde se estabeleceu. De acordo com Roberto da Matta (DA MATTA, 1997), tal fenômeno seria uma espécie de demarcação territorial carnavalesca da espacialidade citadina:

O mundo urbano fica demarcado para o carnaval. Mas não é só isso. Essa demarcação tem muito espaço. Existem ruas inteiras que assumem um aspecto quase privado, relacionando-se com suas residências e se abrindo para elas, com iluminação e decoração próprias fazendo o seu próprio desfile e concurso de fantasias. Do mesmo modo, zonas inteiras da cidade ficam recortadas, de modo que o 'centro' urbano se reparte em muitos núcleos - de fato, pequenas praças - onde as pessoas podem encontrar-se e realizar seus carnavais. A própria decoração da cidade, realizada pela Prefeitura Municipal, cria esses espaços, levantando coretos em certas esquinas das grandes avenidas contratando pequenos conjuntos musicais para neles tocar. [...] Todos brincando e se articulando nessa reinvenção do espaço citadino, que, de impessoal e inarticulado, passa a ser pessoal, comunitário [...] e, sobretudo, criativo, permitindo que se dê vazão a individualidades de bairro, classe e categoria social. Mas tudo isso - e esse é o ponto básico - dentro de um mesmo estilo, o do carnaval (DA MATTA, 1997, p.112, 113).

Tendo por prisma a experiência de uma cidade imersa em uma tradição de séculos de festejos carnavalescos como o Rio de Janeiro, Da Matta delinea substanciais e efêmeras transformações em seus espaços: da indistinção entre público e privado, às pessoalidades e comunidades momentaneamente reinventadas por milhares de foliões, irrompe uma espécie de suspensão de seus ordenamentos rotineiros, em favor de toda

⁹⁸ O Bairro de Santa Tereza é, historicamente, um dos primeiros bairros suburbanos formados em Belo Horizonte, construído durante sua expansão em direção à atual região leste da cidade.

⁹⁹ Entre os anos de 2014 e 2015, este coletividade carnavalesca desfilou entre as comunidades situadas nas ocupações por moradia urbana da Mata da Izidora. No ano de 2016, seu cortejo se deu no Bairro Aparecida, na região Nordeste da capital mineira. Após retornar, em 2017, ao Concórdia, seu cortejo, em 2018, se deu no conjunto de ocupações por moradia urbana situadas na região do Barreiro, no extremo oeste de Belo Horizonte.

uma rede singular de sociabilidades, convívios e encontros que se dão em seus espaços públicos. Num sentido decorrente do próprio cenário histórico da capital fluminense, pode-se dizer que a paisagem desenhada por Da Matta faz tal suspensão se inserir enquanto aspecto comum às cidades aonde o carnaval de rua criou raízes, detendo continuidades e dinâmicas socialmente estabelecidas e incorporadas nestas sociedades.

Tendo em vista tal fundamento em sua descrição interpretativa, pode-se dizer que o histórico, recente e de longa duração, do carnaval belo-horizontino adquire contornos singulares, e destoantes: se interligam a uma espacialidade urbana aonde seu próprio estabelecimento como manifestação foi objeto constante de disputas e de interferências institucionais, que incidiram numa acentuada desagregação e descontinuidade quanto à sua existência como um todo. Nesse aspecto, pode-se dizer que, até pela dimensão contestatória implícita imersa na disputa histórica, que permite delinear elementos de sua variante popular enquanto *insurgências do uso*, o cenário da capital mineira, quando da retomada de seu carnaval de rua recente, possivelmente constituiu contornos relativamente distintos a essa caracterização de Da Matta: imprimiu dinâmicas peculiares, seja à relação estabelecida com o cotidiano da cidade, seja com seus habitantes, e com suas reminiscências do carnaval.

Diante dessas considerações, o problema que guia esse capítulo se encontra precisamente, de um lado, em responder sobre de que formas as coletividades inseridas em uma cidade historicamente marcada por tais restrições e conflitos, decorrentes da postura institucional para com o carnaval, “reinventaram o espaço citadino” nesta cena: parte-se aqui do prisma de que tal reinvenção pode igualmente ser enquadrada como elaboração de uma temporalidade contra hegemônica, especificamente interligada a este cenário da capital mineira. Tendo em vista a influência das Praias da Estação, enquanto *acontecimento constituinte*, sobre a retomada do carnaval de rua belo-horizontino, a pergunta que guia este capítulo também abrange responder de que maneira tais coletividades trabalharam ressignificações dos legados desta contestação, constituindo modalidades singulares de *insurgências do uso*, diretamente atinentes às dinâmicas específicas da cena carnavalesca local. Dessa forma, também é objetivo deste capítulo delimitar como tal reelaboração igualmente incidiu, numa dimensão ampla, sobre a retomada do conflito, entre institucionalidade e habitantes da capital mineira, quanto aos usos de seus espaços públicos visando instaurar convívios citadinos, sob um prisma que permite situá-la, atualmente, como fator potencial de democratização da cidade.

Visando melhor precisar as dimensões singulares da retomada recente do carnaval de rua de Belo Horizonte, este capítulo se dedicará a recuperar a trajetória histórica de uma das coletividades diretamente impulsionadas pelas Praias: o Bloco Filhos de Tchá Tchá. Da história desse Bloco, pode-se dizer que seus desfiles refletiram diversos aspectos, que singularizam a própria trajetória histórica do carnaval de rua belo-horizontino: seja nos convívios e experiências coletivas adquiridas ao longo dos anos, seja nos embates com a Prefeitura da capital mineira, sua trajetória ilumina todo um amálgama singular de leitura, e usufruto lúdico e contestatório da cidade e seus territórios, decorridos nesses carnavais. Em certo sentido, portanto, os acúmulos oriundos de sua trajetória incidiram sobre uma profunda e radical mescla de elementos e significações de vivência, diálogo e usufruto dos espaços da cidade, que culminaram naquilo relatado por Augusto Borges sobre o dia 11 de fevereiro de 2013.

De modo a delinear os sentidos dessa transposição do aspecto de *insurgência do uso* das Praias, quanto à efemeridade de usos dos territórios de Belo Horizonte, e seu fundamento contestatório no lúdico e no lazer desenvolvido por esse bloco, usa-se aqui a noção de *desvios festivos*. Na cunhagem desta noção, cumpre ressaltar que seus entendimentos gerais concernentes ao desvio do espaço, enquanto forma de relação contestatória com a espacialidade citadina, já foram explorados e sintetizados no capítulo anterior. Dessa maneira, ao retomar o *desvio* como forma de entendimento das intervenções confeccionadas pela cena carnavalesca nessa narrativa, cumpre singularizar como essa relação contestatória será aqui compreendida, diante das especificidades do próprio cenário de sua atuação pública.

Nesse sentido, destaca-se que a dimensão efêmera das contestações, com as quais se enquadram os usos dos territórios da cidade nos desfiles desse bloco, é regida pelo lúdico e pelo lazer como traços inerentes a tal interligação: entende-se aqui, portanto, que tais âmbitos também podem ser princípios orientadores ao desvio do espaço, como ação contestatória perante relações socialmente predominantes. Dessa maneira, uma primeira forma de abordar os entendimentos de seus aspectos contestatórios singulares advém das reflexões de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991; LEFEBVRE, 1992), atinentes ao papel da festa, enquanto ruptura dos ordenamentos cotidianos dominantes no espaço. De modo a melhor compreender precisamente tal aspecto, têm-se em conta as seguintes reflexões de Lefebvre:

O jogo (o lúdico) não passa de um caso particular ou de um aspecto da Festa. A *Critique de l'avié quotidienne* punha em evidência a origem camponesa da Festa e da degenerescência simultânea do Estilo e da Festa na sociedade onde o cotidiano se estabeleceu. O Estilo se degrada em cultura, cisão que o arrasta para a fragmentação e a decomposição. A arte não pode se fazer passar por uma reconquista do Estilo e da Festa, mas apenas por uma atividade cada vez mais especializada, por uma paródia da festa, por um ornamento do cotidiano, que não se transforma. No entanto, a festa não desaparece inteiramente da cotidianidade: encontros, festins, festivais, embora sem reencontrar sua amplitude antiga, são agradáveis miniaturas do que já foram. É isso que motiva o projeto de um renascimento da Festa numa sociedade duplamente caracterizada pelo fim da penúria e pela vida urbana. A partir daí, a Revolução (violenta ou não) adquire um sentido novo: ruptura do cotidiano, restituição da Festa. As revoluções passadas foram festas (cruéis, é verdade, mas não houve sempre nas festas um lado cruel, desenfreado, violento?). A revolução possível acabará com a cotidianidade ao introduzir nela – brusca ou lentamente – a prodigalidade, a gastança, o esfacelamento das opressões. A revolução não se define, pois, unicamente no plano econômico, político ou ideológico, porém mais concretamente pela eliminação do cotidiano. Quanto ao famoso período de transição, ele mesmo adquire um novo sentido. Recusa o cotidiano e o reorganiza para dissolvê-lo e transformá-lo. Acaba com o seu prestígio, com a sua racionalidade ilusória, com a oposição entre o cotidiano e a Festa (entre o trabalho e o lazer) como fundamento da sociedade (LEFEBVRE, 1992, p. 43, 44).

Para o filósofo francês, o lúdico seria uma espécie de componente particular relacionado à festa, atuando em sentido de subverter o predomínio do trabalho, e da dominação, como princípio ordenador da vivência social cotidiana na modernidade. Ainda que incapaz por si mesmo de superar a contradição que aponta, concernente aos princípios ordenadores da dominação, e suas separações entre trabalho e lazer, o lúdico, mesmo que efemeramente, constrói aberturas potenciais para a restauração da festa, desvelada como horizonte de plena apropriação comum societária. Nesse ângulo, o lúdico se torna fator passível de incorporar e singularizar as vivências efêmeras possibilitadas pelo desvio do espaço, especificamente quanto ao caráter das sociabilidades por ele regidas: inteiramente dimensionada pelo performático estético, pela contestação e anulação potencial de hierarquias, e pelo consumo improdutivo, decorrente de sua aproximação com a festa. Desse modo, pela sua própria relação com a festa como horizonte vivencial transformador, o lúdico tendencialmente incorpora aspectos próprios aos espaços em que a dominação destina e restringe ao lazer, nas separações que opera em favor do predomínio do capitalismo na modernidade.

De acordo com Lefebvre, quando não subordinado à dominação, o lazer, associado ao lúdico na restauração da festa, indica um caráter inteiramente distinto de potencialidades contestatórias:

O espaço do lazer tende – mas isso não é mais que uma tendência, uma tensão, uma transgressão dos ‘usuários’ em busca de um caminho adiante – a superar divisões: a divisão entre o social e o mental, a divisão entre o sensorial e o intelectual, e também a divisão entre o cotidiano e o extraordinário (festival).

Este espaço ademais revela aonde estão as áreas vulneráveis e os potenciais pontos de ruptura: a vida cotidiana, a esfera urbana, o corpo, e as diferenças que emergem do corpo a partir da repetição (de gestos, ritmos ou ciclos). O espaço do lazer constrói uma ponte entre os espaços tradicionais, sua monumentalidade, sua localização baseada no trabalho e suas demandas e potenciais espaços de fruição e prazer; em consequência, este espaço é a pura epítome do espaço contraditório (LEFEBVRE, 1991 p.385).

Seria precisamente em seu caráter de instauração de tensões, perante as separações consagradas pelos ordenamentos espaciais da dominação, que o lazer delinearia um potencial de superação de tais dicotomias funcionais. Nesse sentido, de um lado, importa ressaltar que este delinear aponta esta ordenação como contraditória; de outro, que tais potências intrínsecas ao lazer somente se constituíam quando efetivamente decorrentes de uma disposição de autoprodução transgressora perante esses ordenamentos, daí seu caráter intrinsecamente contestatório. Desse modo, como primeira característica do que aqui se entende como *desvio festivo*, tem-se em mente que, enquanto intervenções sobre a espacialidade de Belo Horizonte, os cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá instauram circunstâncias efêmeras de contestação das separações espaciais socialmente consagradas na cidade, a partir de usos voltados ao lúdico, e ao lazer, como princípios a reger sua relação para com os territórios da capital mineira. Tal princípio igualmente demarca a especificidade de seu entendimento, perante as reflexões elaboradas no capítulo anterior: diferentemente daqueles concernentes à mobilidade, pautados pela diversificação de formas contestatórias de ocupação dos espaços públicos da capital mineira, os *desvios* aqui recuperados tem como signo distintivo a festa, como formato invariante. Diante do histórico do carnaval belo-horizontino, e a partir da relação entre este prisma invariante com o que, em específico, era contestado em sua materialização, tais *desvios* podem ser igualmente situados como recomposição reelaborada do próprio ímpeto histórico autônomo dos habitantes da cidade, quanto a interpor territorializações pautadas pelos usos e permanências imprevistas às suas espacialidades, e em sentido de contraposição direta às suas rígidas funcionalizações institucionais.

Dessa maneira, uma segunda dimensão a se reter no entendimento desta noção diz respeito ao caráter dialógico, formado pelos encontros, e convívios, de sociabilidades distintas, propiciados por seus cortejos, e sua relação com o próprio

carnaval enquanto manifestação cultural festiva. Nesse aspecto, é importante destacar que, conforme assevera Roberto da Matta (DA MATTA, 1997), uma das singularidades intrínsecas ao carnaval se encontra precisamente tanto na invenção, quanto na subversão de espaços e relações sociais, como dinâmica que lhe seria intrínseca:

Ou seja, o carnaval - como o teatro, o futebol, o jogo e as situações em geral - inventa seu espaço social que, embora possa estar determinado, tem suas próprias regras, seguindo sua própria lógica. Em condições normais, esse espaço - por ser vigorosamente contrário ao mundo cotidiano, e sendo dele uma imagem invertida - apenas reforça esse mundo, confirmando-o. Mas as condições normais são muito relativas e [...] a forma carnavalesca parece muito importante como um modo alternativo para o comportamento coletivo, sobretudo porque é no carnaval que são experimentadas novas avenidas de relacionamento social que, cotidianamente, jazem adormecidas ou são concebidas como utopias (DA MATTA, 1997, p. 88).

Daquilo que é acima ponderado por Da Matta, convém salientar especificamente a presença de uma dinâmica societária de desestabilização do cotidiano, como intrínseco ao carnaval em seu transcorrer. Para esse autor, tal dinâmica seria perpassada por uma profunda ambivalência: ao mesmo tempo em que confirma o ordenamento societário por sua inversão, traz consigo fragmentos que propiciam aberturas potenciais à experimentação de relações sociais, e com a espacialidade citadina, regidas por outras valorações e princípios de organização social. Considerando as dimensões contestatórias que atravessam a história dos cortejos da coletividade aqui estudada, pode-se dizer que o *festivo* propiciado por suas intervenções se atém mais ao segundo plano desta ambivalência: ou seja, de que os encontros e convívios efemeramente formados na relação com o espaço que teciam adquirem um caráter experimental, em virtude da anulação de separações sociais simbolicamente consagradas durante seu transcorrer.

Desse modo, longe de sublinhar essa dimensão ambivalente a partir do seu caráter amortizador, encara-se aqui essa ênfase singular como forma de retomada e explicitação dos conflitos existentes no tecido societário de Belo Horizonte. Nesse sentido, comunga-se aqui na narrativa que será tecida de uma visão aproximada daquela colocada por Hilário Figueiredo Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 2006), quanto às alteridades possíveis nas dinâmicas que perpassam o carnaval enquanto manifestação:

Dessa forma, urge perceber as festas carnavalescas como situações peculiares a partir das quais há uma diferenciação dos acontecimentos comuns, sem que isso signifique negá-las como partes integradas ao cotidiano. As sutilezas do tempo carnavalesco emergem a partir de diferenciados traços, os quais conseguem revelar uma forma intrigante de se experimentar as relações

humanas: desvendados de maneira explícita ou implícita, esses fragmentos da vivência festiva transitam entre os universos mágicos do próprio carnaval e as realidades tecidas no dia-a-dia. [...] Diante do que fora colocado, interessa antever o carnaval como um momento singular que exacerba ainda mais os conflitos cotidianos; longe de ser uma simples ‘válvula de escape’, a festa pode ser antevista como um palco simbólico onde os interesses e desejos dos diferentes grupos sociais marcam uma presença substancial (PEREIRA FILHO, 2006, p.65, 66).

Do que é ressaltado acima por Pereira Filho, interessa aqui sobremaneira a visão de que a perspectiva comungada pelo Bloco Filhos de TcháTchá, concernente ao carnaval de rua, elabora cotidiano e festa não como zonas de mútua exclusão, mas sim como áreas de imbricação entre ambas, onde conflitos e convívios emergem a partir de seus cortejos. Dessa maneira, busca-se interpretar aqui que, dos encontros e reconhecimentos propiciados por seus cortejos, despontam tanto leituras do tecido da capital mineira como desigual, quanto efêmeras formas de contato, que apontam para outras formas de vivência comum da cidade. Nesse aspecto, seu carnaval se situaria em circunstância distinta de ser uma inversão que confirma o ordenamento dominante: carrega consigo potencialidades para incidir e transformar o próprio cotidiano da cidade, em sentido de superação democrática de suas separações socialmente consagradas.

Por fim, cumpre dizer que de modo a melhor operacionalizar o uso que se fará dessa noção, neste capítulo será utilizado um expediente similar a aquele constituído no capítulo 2, quanto à noção de *desvio insurgente*. Ou seja, de modo a melhor correlacionar seu uso com os contextos na narrativa que se seguirá, aqui também serão utilizados três termos, visando singularizar, numa dimensão temporal, o histórico dos cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá: *experimentação*, *consolidação* e *comunhão*. Desse modo, pode-se considerar cada um dos cortejos a serem recuperados abaixo como constituídos pelo amálgama entre dois ou três desses termos: nesse sentido, a ênfase conferida a cada um se liga mais ao contexto no qual o mesmo ocorreu, e às relações com os territórios onde se deram, do que a uma forma de redução de suas complexidades como fenômenos singulares.

Para retrazar a trajetória histórica deste Bloco a partir deste prisma de compreensão, se utilizará aqui tanto reportagens cobertura de imprensa do carnaval de Belo Horizonte no período estudado, quanto aspectos das narrativas e significações conferidas ao cenário carnavalesco local por alguns daqueles que nele se envolveram. Quanto ao uso de suas narrativas, se utilizará aqui um recurso distinto daquele traçado nos capítulos anteriores, na terceira das subseções que seguem: enfocará mais suas

descrições e entendimentos, quanto à reinvenção do carnaval de rua da capital mineira, em suas dimensões gerais, na qual esta coletividade tanto refletia como contribuía a partir de seu prisma singular. Nesse sentido, tal recurso se faz presente visando justamente um melhor delineamento das confluências dos elementos surgidos neste plano geral, anterior à realização de seu cortejo no carnaval de 2013. Dessa maneira, será por meio da recuperação da complexidade sócio-espacial imersa nos desfiles do Bloco Filhos de Tchá Tchá, entre os anos de 2010 e 2013, enquanto intervenções contestatórias compreendidas como *desvios festivos*, que se irá narrar a história da retomada e reinvenção do carnaval de rua de Belo Horizonte.

3.2 – CARNAVAL DE 2010 – EXPERIMENTAÇÕES: “A ONDA DE OCUPAR A CIDADE, VIVENCIAR A CIDADE”

Um ano antes do aparecimento das Praias da Estação enquanto *acontecimento constituinte* em Belo Horizonte, ocorria o carnaval de 2009. Na incipiente cobertura sobre os festejos locais daquele feriado, chama atenção a seguinte reportagem:

Capital perde R\$ 200 milhões no feriado do Carnaval

A cidade deixa de movimentar cerca de R\$ 200 milhões, no feriado momesco, com a debandada de parte da população, que prefere o litoral do país ou as cidades do interior, segundo a Belotur. No feriado, mais de 300 mil pessoas deixam a capital. Apenas o terminal rodoviário registra o embarque de 100 mil passageiros, em média.

O prefeito Marcio Lacerda participou ontem do desfile do bloco carnavalesco Não trema na língua, formado por sócios do Mackenzie e vizinhos do tradicional clube da região Centro-Sul da cidade. O desfile pelas ruas da Savassi abriu oficialmente a programação do Carnaval da cidade, que neste ano consumirá investimentos da ordem de R\$ 1 milhão da prefeitura e R\$ 300 mil do governo estadual.

"Há 23 anos o Estado não investia no Carnaval da cidade", disse o diretor de Eventos da Belotur, Tadeu Martins. Até dia 24, terça-feira, dez bandas, onze blocos caricatos e sete escolas de samba prometem animar os foliões, além bailes populares nas regionais.

"Temos que conversar desde já (sobre o Carnaval 2010) para evitar improvisações de última hora", disse Lacerda. Ele lembra que a tradição de bandas e blocos na cidade remonta ao fim do século 19, com a chegada dos operários para a construção da capital.

A ideia do bloco Não trema na língua é de um grupo de amigos que há 25 anos passa o Carnaval em Olinda (PE). "O bloco sai na segunda-feira, com uma orquestra de frevo que arrasta cerca de mil pessoas", conta Marco Costa, um dos 30 integrantes do grupo (MOREIRA, 2009).

Numa primeira dimensão, conforme evidencia o próprio título, nota-se a relação tecida entre o esvaziamento do carnaval na cidade e o que seriam seus impactos na economia local. Nesse aspecto, o próprio prisma enfocado pela reportagem destacava aquilo que, na perspectiva do poder estatal, era a principal potencialidade relacionada ao então esvaziado carnaval belo-horizontino: se tratava de um cenário que ainda se encontrava a ser explorado, preponderantemente a partir de um viés mercantil, deixando em segundo plano quaisquer considerações sobre as possibilidades transformadoras de convívio que, historicamente, propiciaram na cidade.

Para os propósitos desta narrativa, tal traço detém importância, dado que igualmente demarcava o principal prisma a nortear a forma com que o poder estatal lidou com o reinventar do carnaval local: reconfigurou as dicotomias, historicamente imersas em sua relação contraditória com esta cena, a partir de uma dissociação pautada fundamentalmente em tratá-la a partir de sua rentabilidade mercantil potencial, ou não. De certa maneira, ao longo de todo o período aqui recuperado, sua postura, suas regulações e suas interferências no ressurgir desta cena, e nos conflitos dali decorrentes, tiveram por base precisamente a reiteração desta ótica restrita de lidar com o carnaval: na recusa ao acolhimento das dinâmicas orgânicas estabelecidas por suas dimensões autoproduzidas, instaurava um antagonismo em específico em seu relacionar com esta cena, fundamentado num atuar visando tornar invisíveis as formas autônomas com as quais os habitantes da cidade, em seu festejar, se interligavam com os espaços públicos da cidade enquanto lugares de permanência e convívio, no contexto aqui estudado. Num contexto aonde se tornavam predominantes perspectivas neoliberais de gestão em Belo Horizonte, a redução do carnaval a esta potencialidade mercantil igualmente se configurava enquanto sintomática da própria visão traçada então pelo poder estatal para com sua cena cultural: quaisquer condições atinentes à sua formatação como direito coletivo se subordinavam a um prisma que a limitava à esfera a impulsionar a economia da cidade pela via do consumismo.

Uma segunda dimensão advém das circunstâncias aonde foram dadas as declarações mencionadas pela reportagem: em meio ao desfile do bloco Trema na Linguíça¹⁰⁰, agremiação formada por um grupo de amigos, e inspirada em suas experiências em carnavais anteriores passados em Olinda (PE). Em certo sentido, a notícia evidenciava não só a disposição de seus habitantes de também festejarem na

¹⁰⁰ A reportagem informou de maneira equivocada o nome dessa agremiação carnavalesca.

capital mineira, como a existência de blocos carnavalescos locais, que até então majoritariamente desfilavam nos dias imediatamente anteriores ao feriado. Desse modo, sua presença atestava a própria continuidade, quase invisível, em que setores da população da cidade mantinham acesa a chama da existência mesma de um carnaval local de formato popular, mesmo diante de décadas de insensibilidade e de enfrentamento institucional perante sua existência.

Mesmo que indiretamente, a existência de tais blocos na cidade igualmente incidiu sobre a própria perspectiva potencial de formação de outras manifestações similares em Belo Horizonte naquele carnaval, que à época surgiram sem contarem com qualquer tipo de visibilidade midiática. Nesse aspecto, nota-se que, na cobertura de imprensa do carnaval de 2009, não se encontra qualquer reportagem concernente a aquilo que foi relatado por Augusto Borges no primeiro capítulo desse estudo, acerca de uma das coletividades que posteriormente se inseriram na polêmica das Praias da Estação: nada se disse sobre o fato de que, durante esse feriado, dois blocos carnavalescos, autoproduzidos por grupos informais de amigos, realizaram cortejos.

Um ano depois, durante a cobertura do período de carnaval de 2010, a imprensa local destacava a presença de blocos de rua na cidade. Numa dessas notícias, lia-se:

Banda Mole e Bando Santo comandam pré-carnaval em BH

A folia do carnaval contagia os foliões em Belo Horizonte na tarde deste sábado com o desfile dos tradicionais blocos pré-carnavalescos Banda Mole, que completa 35 anos, e Bando Santo, que percorre as ruas do bairro Santo Antônio, região Centro-Sul.

Segundo estimativa da Polícia Militar (PM), pelo menos 35 mil foliões se concentraram na avenida Afonso Pena, esquina com a rua da Bahia, no centro da capital, para a saída da Banda Mole. A expectativa dos organizadores do evento é que média de público dobre este ano. Em 2009, 20 mil pessoas participaram da festa.

Até as 16h o bloco ainda estava concentrado na Afonso Pena. Trio elétrico comandava a animação do público. Muita cor nas roupas e fantasias dos foliões e a maior parte dos homens se vestiram de mulher, tradição do bloco organizado pelo Movimento Machão Mineiro.

Os foliões seguem os trios elétricos pela avenida Afonso Pena. Até as 22h o trânsito fica alterado na região. A passagem de veículos fica bloqueada na avenida Afonso Pena, entre as ruas da Bahia e Guajajaras, no sentido centro-bairro, e entre as ruas Pernambuco e Bahia no sentido bairro-centro.

Bando Santo

Com público menor, mas com a mesma animação pré-carnavalesca, o Bando Santo contagia as ruas do bairro Santo Antônio. A concentração do bloco é feita no cruzamento das ruas Paulo Afonso e Arduíno Bolívar. Às 18h está prevista a saída do foliões.

De acordo com a Polícia Militar (PM), cerca de 8 mil pessoas participam da festa na região Centro-Sul da capital (SILVEIRA; LAGÔA, 2010).

A notícia acima retratava bastante acerca do cenário do que era o carnaval de rua da capital mineira até fins da década de 2000. De um lado, a afluência de um público significativo que acompanhou o desfile da Banda Mole no sábado de pré-carnaval voltava a indicar que, ao menos do ponto de vista de seus habitantes, havia vocação para Belo Horizonte ter seus próprios festejos. De outro, novamente se destacava que, na capital mineira, carnaval era uma vivência que era majoritariamente restrita aos dias anteriores ao feriado propriamente dito: havia se tornado predominante na cidade a ideia de que tais dias, se acaso forem festejados, o eram em outras localidades.

Mesmo diante do paulatino esvaziamento do carnaval de rua da cidade nas décadas imediatamente anteriores, notícias como essa atestavam traços do perdurar das dicotomias, estabelecidas pela institucionalidade local, acerca destes festejos: circunscreviam a conservação da rígida divisão temporal associada aos formatos destas manifestações, entre pré-carnaval, e o feriado propriamente dito. A reiteração de circunstâncias dava contorno ainda mais significativo à presença destes poucos blocos até então existentes na capital mineira: resguardavam, ainda que indiretamente, os conflitos e potencialidades historicamente formadas pela cena carnavalesca para com a cidade. De acordo com a leitura de Milene Migliano Gonzaga (GONZAGA, 2017) sobre o histórico recente do Bloco Trema na Linguíça, mesmo que submetidos a tal regulação que limitava seu alcance, cumpre notar que estes blocos carnavalescos possuíam traços que dialogavam diretamente com aqueles que posteriormente surgiram na cidade, a partir do contexto da polêmica da Praça da Estação:

Esse bloco faz parte dos que foram criados, segundo o levantamento de Dias, entre 2001 e 2008, e que se caracterizam como blocos de pré-carnaval, organizado por amigos, com um bar como referencial para a festividade acontecer; no caso, esse Bloco se localizava no bairro Santo Antônio, no clube Mackenzie, o mesmo bairro onde se localizava a antiga Fafich e a Escola de Teatro da UFMG, que sediaram o Festival de Inverno no qual surtiu a performance “Queremos praia”, no final da década de 80, do Grupo Galpão. Essa conexão dá a ver a busca dos habitantes de Belo Horizonte, em construir uma alternativa festiva participativa na cidade e não uma festa espetacularizada, o intuito de consolidar um carnaval em casa (GONZAGA, 2017, p.165).

Das considerações acima de Gonzaga, importa ressaltar algumas peculiaridades destes blocos, concernentes à sua fundação, seus laços espaciais e os traços implícitos que carregavam. Nos primeiros dois pontos, destacam-se suas inter-relações: tratava-se de coletividades fundadas a partir das afinidades existentes entre pequenos grupos

informais de amigos, e seus laços para com determinado território, com o qual simbolicamente se relacionavam. Conforme coloca Gonzaga, a partir de tal inter-relação, não raro tais coletividades acabavam por dialogar com simbolismos historicamente estabelecidos nestes territórios: ainda que não intencionalmente, propiciavam alternativas ao relacionar com estes espaços, situando-os também como lugares de festejos que se materializavam não necessariamente subordinados a prismas de mercantilização e espetacularização.

Em certo sentido, pode-se dizer que aquilo que diferenciou estes blocos, daqueles que surgiram influenciados pelo contexto das Praias, se encontra nas dimensões de reelaboração de alguns desses fatores pelos últimos, em seu relacionar com a cidade. Nesse último caso, como primeira forma de aproximação destas coletividades carnavalescas, cumpre notar que também não foi noticiado pela imprensa da cidade um evento ocorrido nesse mesmo sábado, dia 6 de fevereiro de 2010: o conjunto de improvisações que marcou o primeiro desfile da história do Bloco Mamá na Vaca, ocorrido no Bairro do Santo Antônio¹⁰¹. Esse desfile foi narrado por Augusto Borges da seguinte forma:

Aí, vem o carnaval de 2010. Vim pro bairro do Santo Antônio em 2009: toda essa virada também faz parte da minha vinda pra cá. No carnaval de 2010, meu pai e meu tio, que ficavam meio atentos, falaram:

- Vamos fazer um bloco de carnaval. Vamos fazer, e vai ser uma homenagem à vaca. Vamos sair da Praça Cairo.

Por questões deles também: a questão da vaca, - o meu tio sempre morou aqui a vida inteira. Também pela experiência deles no Rio: eles num estavam em 2009, talvez tenham ouvido falar da Praia. No sábado do Mamá na Vaca, lembro de ir na Praia e de pedir pelo amor de Deus, antes do bloco - o bloco saiu duas horas da tarde -, pra uma galera lá subir: vir pro bloco, e ligar e pedir pros amigos virem, em 2010. E rolar aquela doideira na rua, contra os carros: a gente pediu autorização pra Prefeitura, a Prefeitura desautorizou porque existia o Santo Bando¹⁰², sem chances. Desobedecemos todas as regras: em Belo Horizonte não existia, era basicamente impossível, burocraticamente, você fazer uma coisa dessa - vários tabus que hoje são até meio clichê, da rua, da ocupação do espaço público, a gente colocou muito, na época.

O Mamá na Vaca foi isso: a gente pegou a Mar de Espanha¹⁰³ na contramão com os carros, ônibus, e descemos aquela escada - foi um caos no bairro, paramos o trânsito, completamente fora da lei. Fora da perspectiva de

¹⁰¹ Situado na regional Centro-Sul, o Bairro do Santo Antônio foi igualmente uma das primeiras aglomerações populacionais a serem construídas fora do perímetro da área planejada de Belo Horizonte. Atualmente, é um bairro majoritariamente residencial de classe média-alta.

¹⁰² O Santo Bando era um Bloco carnavalesco existente em Belo Horizonte que realizava desfiles carnavalescos no bairro do Santo Antônio nos sábados imediatamente anteriores ao feriado carnavalesco durante a década de 2000.

¹⁰³ Trata-se da Rua Mar de Espanha, uma das vias do bairro Santo Antônio.

permissão: a gente começou a entender, a partir da Praia, que existia um projeto mesmo de esvaziamento absoluto que vinha se construindo - o Lacerda era a consequência, a cartada final desse movimento. [...] Era tudo muito claro, muito lúcido: a gente no movimento contrário, de fundação da localidade culturalmente, muito tentando entender essa cidade, pertencer à cidade.

O relato de Borges sobre o primeiro desfile do Bloco Mamá na Vaca possui diversos pontos pertinentes à atmosfera de reinvenção do espaço citadino, que perpassava a retomada do carnaval de Belo Horizonte. Assim sendo, cumpre notar que se, de um lado, a própria fundação daquele bloco partilhava uma origem comum, nos âmbitos informais de sociabilidade cotidiana, para com outras coletividades carnavalescas surgidas na cidade à época, de outro, o que mais singularizava aquele que foi seu primeiro cortejo se encontrava na relação tecida para com aquele território, e suas regulações institucionais. Nesse último plano, sua descrição ressaltava a própria perspectiva absolutamente improvisada, e talvez aquilo que mais o contrastava perante as coletividades carnavalescas existentes na cidade: no caso, sua explícita atitude de não se submeter ao parecer e às regulações antagônicas da institucionalidade para sua realização. Esta característica, conjuntamente ao efêmero florescer de sociabilidades ali regradas pelo lúdico enquanto durou, é o que possibilita situar o que ali ocorreu como um *desvio festivo* das funções de circulação das vias públicas, assim como da ambiência pacata associada a aquele bairro residencial.

Desse modo, também cumpre notar que aquilo que forjava uma relação contestatória, a partir desse cortejo, para com as ordenações predominantes na cidade se encontrava precisamente em sua recusa ativa em reiterar as dicotomias, institucionalmente instauradas, sobre a utilização daquela espacialidade para fins de convívio: contestava tanto a exclusividade da função circulatória daquelas vias, quanto quaisquer regulações estipuladas pelo poder estatal sobre o carnaval local. Para os propósitos desse estudo, tal dado tem importância: considerando a festa como princípio invariante de orientação da formação dos *desvios festivos* aqui recuperados, dimensionam, num plano geral, quais funções predominantes eram efemeramente alteradas para fins de convívios e permanências. No caso, tal se dava a partir da interposição, em seus cortejos, de formas de deslocamento inteiramente voltadas para finalidades outras que circulações circunscritas sob o prisma do atendimento de necessidades econômicas. Foi a partir da conjugação deste prisma com uma permanente contraposição perante o antagonismo imerso nas regulações institucionais sobre esta cena que, efetivamente, se delinearam os aspectos de variação das relações que teciam para com os espaços públicos que *desviavam*: tais variantes se atinham, sobremaneira, às elaborações e incorporações efetuadas a seus cortejos tanto em seu aspecto estético e performático, quanto no que tange às relações tecidas para com os territórios onde ocorreram.

Conforme coloca Borges, até pelo momento em que ocorreu, a inserção de tais características no delineamento contestatório adquirido por aquele cortejo dialogava diretamente com as mobilizações em andamento das Praias da Estação, durante o verão de 2010, na cidade: sua existência permite situar os primeiros e diversos impactos daquele *acontecimento constituinte* para o carnaval de rua local. Nesse caso, primeiramente, nota-se que foi por intermédio de parte de seus “banhistas” que esse *desvio festivo* se materializou: tal fator ressaltava precisamente de que maneiras se materializavam confluências e atuações conjuntas, através das mobilizações das Praias.

Igualmente, pode-se dizer que o ocorrido naquele sábado perpassou, numa dimensão abrangente, a própria atmosfera do carnaval de rua de Belo Horizonte, no ano de 2010. Sobre essa atmosfera, o relato de Janaína Macruz também possibilita vislumbrar alguns detalhes, de particular importância:

Foi maravilhoso, esse 2010: tinha esses blocos, essa agenda, eram mais ou menos trezentas pessoas - as mesmas trezentas pessoas todos os blocos. Quem tocava e cantava era a galera mesmo, a maioria do sopro tinha estudado há seis anos trompete, saxofone, ninguém tocava, caixa também. Nem o Guto tocava direito - tinha a Chaya, que tocava mais -, mas era bem aquela coisa louca, aquela bateria:

- Vamos curtir! É isso aí.

Foi muito legal! Muito legal mesmo viver essa experiência: continuava a onda da Praia, a onda de ocupar a cidade, vivenciar a cidade.

[...] O carnaval de 2010 foi muito isso: nós vamos ocupar. Ainda mais que existia o Bloco da Praia: era meio esse lance de bater no Lacerda mesmo! A cidade é nossa, a gente tem que tá na rua, tem que potencializar isso!

A narrativa de Macruz permite situar a própria abrangência daquilo que se deu no cortejo do Bloco Mamá na Vaca, em sua relação para o carnaval de 2010 como um todo: aparentemente, o que havia acontecido naquele dia se disseminou como disposição contestatória comum aos participantes dos festejos em Belo Horizonte.

Também chama atenção algumas das características destes Blocos, destacadas por seu relato. Primeiramente, o conjunto relativamente diminuto de foliões como público de cada um desses cortejos: em princípio, tratava-se mais de uma reunião informal de amigos e conhecidos, que por ventura estivessem em Belo Horizonte no feriado, do que algo efetivamente elaborado de maneira minuciosa. Corroborando essa percepção, se encontra sua própria descrição sobre a banda e repertório musical: formados de maneira puramente improvisada, em meio a uma mútua disposição de aprendizado e partilha, e visando materializar uma atmosfera festiva que se fez praticamente no momento mesmo em que se deram os cortejos. Desses aspectos, sobressaía, em seu relato, uma radical interconexão entre a relação contestatória de *desvio festivo* daqueles espaços públicos, e sua elaboração enquanto manifestação cultural: ambas se fundamentavam numa disposição profundamente participativa e colaborativa para sua materialização, mesmo que então circunscrita a algumas poucas centenas de foliões que tomaram parte nesses cortejos.

IMAGEM 32: Bloco da Praia da Estação em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2010. Fonte: Flora Rajão.

Em certo sentido, seu relato conflui com o de Borges nas dimensões do que foi propiciado por esses blocos, durante o carnaval de 2010, naquilo que circunscrevia a radicalidade mesma de suas atitudes diante das circunstâncias existentes na capital mineira. De um lado, a própria atitude de sair às ruas da cidade para festejar, efêmera e coletivamente, independentemente de qualquer tipo de auxílio ou relação para com os poderes estatais e suas regulações. De outro, a própria dimensão com a qual se formavam as aglomerações de foliões desses blocos, e seus próprios cortejos, enquanto festividades: inteiramente perpassados pela incorporação do imprevisto e do acaso, enquanto componentes que atravessavam diversos aspectos performáticos do que ali elaboravam.

Até determinado ponto, pode-se dizer que tais confluências em suas descrições, acerca das formas como transcorreram os *desvios festivos* desses blocos, materializavam, em significados singulares às suas circunstâncias, determinadas características comuns à tradição carnavalesca de rua brasileira. De certa maneira, enquanto agrupamentos recém-formados para a realização de tais festejos na capital mineira, é possível enquadrar seu formato de maneira aproximada a aquilo que Roberto da Matta (DA MATTA, 1997) descreve sobre os blocos de empolgação, e os blocos sujos do carnaval de rua do Rio de Janeiro, quando pondera que

o bloco se ordena de modo muito mais livre, com um desfile mais simples que o das escolas de samba, mesmo quando se trata de um *bloco de enredo* (ou *desfile*). As suas duas outras formas revelam esse mesmo caráter

poderoso e animado, mas pouco refinado em termos de ordem interna para o desfile e mesmo durante o restante do ano. Eles são, assim, chamados de *blocos de embalo* (ou *empolgação*) e de *blocos de sujos*. Ora, o *embalo* e a *empolgação* indicam claramente o sentido do 'poder do bloco', quando é capaz, durante o desfile, de virtualmente, possuir, *embalar* ou *empolgar* os espectadores, motivando-os a uma integração com os seus membros e, por causa disso, podendo liquidar a separação entre os desfilantes (atores) e os assistentes.

O nome do terceiro tipo de bloco, o de sujo, é igualmente significativo. Pois [...] trata-se de um grupo cujo nome evoca uma fantasia sem forma definida. São *sujos* no sentido de que estão reduzidos a uma matéria social embrionária ou fetal [...]. Os *sujos*, assim, pedem para renascer socialmente, pois representam os párias, os mais baixos entre os mais baixos, os que estão no fim da linha social: onde a natureza e a cultura se confundem, útero e cloaca, esgoto e porão. Somente no carnaval é que podem ser representados de modo corporificado, além de poderem ameaçar a todos com sua aparência que não permite distinguir o sexo ou a idade. Intimidam também porque podem fazer alguma *sujeira*, isto é, alguma brincadeira de mau gosto, alguma piada prática ou agressiva. O *sujo* nega, pela fantasia, seu lugar rotineiro na ordem social (DA MATTA, 1997, p.126, 127).

Pelos relatos de Borges e de Macruz, pode-se dizer que tais agremiações surgidas nesse contexto adotaram uma caracterização que mesclava essas definições de blocos de empolgação e blocos sujos. Primeiramente, o caráter profundamente improvisado com o qual se formaram tais *desvios festivos* atuava diretamente num sentido de diluição de distinções, entre espectadores e atores, em meio aos foliões que neles tomaram parte. Em segundo lugar, a relação aparentemente deliberada entre o não estabelecimento de parâmetros, decorrente de uma atitude coletiva de abertura ao imprevisto em uma festividade de rua, e a influência política, inerente ao contexto das Praias da Estação, enquanto *acontecimento constituinte*: tais características incidem no delineamento desses cortejos como negação direta da rotina da ordenação espacial das ruas que percorriam. Nesse último aspecto, a conjugação desses elementos com aspectos descritos por Da Matta adquiriu uma dimensão singular: o próprio formato participativo de festividade, incorporado por tais blocos, acabou sendo interligado de maneira direta não à consagração de uma tradição de festejo de rua, mas sim à sua reconfiguração, enquanto forma contestatória de se relacionar com os espaços da cidade, e suas funções predominantes. Dessa maneira, efemeramente instauravam formas de convívio mútuo que extrapolavam diretamente as prescrições institucionais antagônicas sobre o livre uso destes espaços, numa atitude que retomava a dimensão de disputa popular historicamente imersa no carnaval belo-horizontino.

Essa radical atmosfera de improviso e transgressão é o que torna possível delinear a reinvenção do carnaval em Belo Horizonte em 2010 como uma confluência de *desvios festivos*, formados a partir de uma orientação singular. Pela própria relação

destas características com as circunstâncias históricas em que se deu, fundamentadas pelo esvaziamento do carnaval local nas décadas imediatamente anteriores, torna-se possível designar os cortejos de tais blocos como relações com os espaços onde se deram, a partir de um ângulo de *experimentação*. Seja na descoberta e vivência comum dos territórios que ocupavam efemeramente em Belo Horizonte, a partir de princípios distintos daqueles que ordenavam suas funções cotidianas, seja na exploração coletiva, e participativa, de variadas nuances que compunham um bloco de carnaval como uma manifestação cultural, o que perpassava a materialização destes cortejos era uma disposição profundamente *experimental* de se relacionar ludicamente com a cidade. Tendo em vista sua relação com as Praias, tal dimensão de *experimentação* igualmente incluiu um aspecto a mais, em sua conjugação entre manifestação cultural e *desvio*: potencializava e reconfigurava aspectos contestatórios daquela mobilização como modalidades singulares de *insurgências do uso*, diretamente atinentes às dinâmicas carnavalescas.

Reforçando tal delineamento, parece ser precisamente essa imbricação entre festa autoproduzida e politização que, conforme assevera Paola Dias (DIAS, 2015), se deu nesse contexto inicial de retomada do carnaval de rua em Belo Horizonte:

Portanto, a retomada do carnaval de rua pelos blocos, em Belo Horizonte, possui uma origem comum, engendrados por um movimento não institucionalizado e autogerido de ocupação dos mais variados espaços públicos da cidade que mistura reivindicações políticas com manifestações festivas. Nesse contexto, os poderes hegemônicos, políticos e econômicos ainda estão meio perdidos sobre a forma de lidar com esse tipo de movimento que se articula na escala do espaço vivido, aquele da vida cotidiana e que não é captado pelas instâncias institucionais. Um movimento que mistura pessoas que não se conhecem, mas que tem interesses e ideias em comum, que propõe novos espaços de discussão em rede e em tempo real, utilizando todos os recursos disponíveis da tecnologia e da internet, e que acaba por levar uma multidão a se apropriar da cidade e a questionar o status quo por meio da celebração e da alegria (DIAS, 2015, p.133).

Do que coloca Dias, importa sobremaneira ressaltar aqui a dimensão praticamente molecular do que era o reinventar o carnaval de rua na capital mineira: se perfazia como uma movimentação que teve seu primeiro impulso, sobretudo, a partir de confluências quase imperceptíveis entre integrantes da cena cultural da cidade. Reunidos numa disposição comum e não institucionalizada de festejar, matizavam o transcorrer desses cortejos pela própria alteração efêmera de funções daqueles espaços com que se relacionavam em seu cotidiano, através de uma relação de *desvio*. Nesse

aspecto, conforme também apontam os relatos de Borges e Macruz, as Praias influenciaram diretamente nesta primeira configuração da retomada do carnaval de rua local a partir de um prisma fundamental: suas mobilizações incidiram numa atmosfera política, no que tange à relação tecida para com os espaços públicos da capital mineira, transplantada como elemento diretamente associado a essa dimensão *experimental* adquirida pelo carnaval de rua de 2010.

Tais dimensões originadas nas Praias possibilitam a esse estudo delinear os *desvios festivos* de coletividades como o Bloco Filhos de Tchá Tchá enquanto formas de *politização* do carnaval da cidade. Com esse termo, busca-se aqui destacar a perspectiva contestatória assumida por essas coletividades, naquilo que, nas concepções e dinâmicas que autoproduziram quanto ao carnaval de Belo Horizonte, transcendia e extrapolava diretamente a redução de seu enquadramento a um prisma exclusivamente voltado à elaboração de uma manifestação cultural. Nesse sentido, nas designações aqui atribuídas a esse termo em seu uso, suas dimensões gerais de entendimento são diretamente inspiradas nas reflexões traçadas por André Mesquita (MESQUITA, 2008), acerca das inter-relações tecidas por coletividades contemporâneas que imbricam cultura e política em sua atuação:

Movimentos que integram a prática artística com o ativismo são imprevisíveis e diversos. Constroem redes temporárias, operam em esferas conflituosas e em espaços de encontro de diferentes subjetividades e oposições. Arte ativista transluz um hibridismo coletivo que retira da realidade o seu material de trabalho e registra uma história criativa e dissidente. Sua transversalidade com os movimentos sociais e autônomos proporciona novas formas de identidade política, cria um campo experimental de práticas de democracia direta e desafia projetos políticos tradicionais.

Em comum, existe a vontade de experimentar sistemas coletivos de organização e circulação pública, muito mais do que apenas centralizar suas energias criativas na atividade artística de produção de objetos (MESQUITA, 2008, p.139).

Do que é delineado por Mesquita, cumpre resguardar fundamentalmente a dimensão intencional imersa na extrapolação de fronteiras, entre as searas de cultura e política, como aspecto que articula a atuação de tais coletividades. Nesse aspecto, instauram uma perspectiva transversal nesta articulação: politizam em sentido democratizante tanto o conteúdo de suas produções estéticas, quanto no que tange às formas com as quais se estruturam, seja internamente, seja em relação para com ambiências e coletividades inseridas nos cenários em que atuam. Dessa maneira, no uso

do termo *politização*, busca-se aqui designar e especificar diretamente que um dos traços que singulariza a atuação de coletividades como o Bloco Filhos de Tchá Tchá se encontra em ressaltar que as relações que teceram com as espacialidades da cidade se deram tanto na confluência com outros cenários de luta, quanto no politizar sua própria cena, para além da efemeridade de seus festejos. No seu transformar momentaneamente os usos de ruas e praças, portanto, se inseria igualmente tanto uma crítica direta às separações funcionais socialmente predominantes que regem o cotidiano da capital mineira, quanto um horizonte de sua democratização, enquanto características que se fizeram presentes desde seu ressurgir na cidade.

Nesse último aspecto, se as circunstâncias contextuais influenciaram diretamente na dimensão *politizada* que marcou sua reinvenção, também não tem menor importância a relação entre o formato de manifestação cultural, adotado por blocos como o Filhos de Tchá Tchá a partir de 2010, e elementos das trajetórias individuais pregressas de seus integrantes. No caso, a influência exercida pela participação anterior desses integrantes em festejos carnavalescos em outras localidades, particularmente nos carnavais de rua do Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE) e Recife (PE), e de que maneiras ressignificaram esses legados, na conjugação entre festividade e contestação, na capital mineira. Para recuperar tanto, o relato de Janaína Macruz ilumina muito do que essas vivências individuais receberam de influência de outros cenários:

Teve uma época da minha vida que eu não gostava de carnaval: ia sempre acampar, ia pra cachoeira - era um feriado igual outro qualquer. Já fui em alguns carnavais, na adolescência ainda: no começo de faculdade, fui em Ouro Preto, e em Tiradentes, uma vez.

Um pouco antes do carnaval voltar - uns cinco anos antes -, fui apresentada ao carnaval no Rio: uns amigos meus, canadenses - eu tinha feito intercâmbio -, iam passar o carnaval no Rio, me convidaram e acabei indo. Achei maravilhoso! Conhecer aquele movimento dos bloquinhos - achei o carnaval do Rio muito legal! E aí, mais ou menos entre 2004 e 2005, eu morei no Rio: eu vivi o carnaval de bloquinhos de verdade, no Rio. Foi maravilhoso: desde então, eu ia pro Rio.

Em 2007 eu tinha grana, uns amigos meus convenceram a gente a ir pra Recife: já estava apaixonada com o carnaval desde 2005. [...] No ano seguinte eu não tinha grana, voltei pro Rio, aí no outro ano eu consegui juntar grana, voltei pra Recife. Era meio que isso: quando eu conseguia juntar grana, ia pra Recife; quando não conseguia, ia pro Rio - tinha amigos e tal, era mais fácil de chegar. Então, já gostava muito de carnaval: tinha passado essa primeira fase de nem ligar, depois estava apaixonada, e minhas referências eram Rio e Recife - e aí veio BH

Do que transparece no relato de Macruz, o contato direto com tais experiências já tradicionais de festejo de rua influenciou em duas dimensões distintas. De um lado,

parecem ter sido experiências que despertaram e refinaram afinidades diretas com os festejos carnavalescos, enquanto manifestação cultural popular. Tais influências, por outro lado, também parecem ter atuado na orientação quanto ao próprio fazer do carnaval enquanto festividade de rua, principalmente a partir de uma ótica de instigar aberturas polissêmicas para mútuos e efêmeros convívios na cidade. Dessa maneira, o que mais distinguia os cortejos de blocos como o Filhos de Tchá Tchá em 2010, neste transplante, dizia respeito ao cenário mesmo em que se inseriu: perante as regulações institucionais existentes na capital mineira e suas contradições, e diante da descontinuidade da organicidade popular de seu carnaval, adquiriam um caráter eminentemente situado entre contestatório e o inventivo em sua materialização.

Foi na junção entre tais traços das trajetórias de seus participantes com o contexto formado em Belo Horizonte em 2010, a partir das Praias da Estação, que se organizaram alguns dos primeiros blocos que atuaram na reinvenção do carnaval de rua da cidade. Dentre as agremiações que se formaram nessa mescla de *politização* e influências de vivências festivas anteriores em outras localidades, se encontrava o Bloco Filhos de Tchá Tchá. A história da fundação desse Bloco foi narrada da seguinte forma por Rafael Barros:

O hiato era segunda e o Tchá Tchá surge por conta do hiato da segunda-feira: já estava combinado que ia ter carnaval mesmo, já tinha esses blocos, e ia ter a Praia.

[...] O carnaval em 2010, se eu não estou enganado, aconteceu no final de fevereiro: então nós estamos falando quase que de dois meses de ocupação de Praia até chegar no carnaval - foi isso mesmo, de meados de fevereiro e tal.

Uma semana antes do Mamá na Vaca, combinamos de fazer um ensaio dos blocos: Ian, Elisa, Guto, Mi, Lourenço, Roberto, junto com a Cuequinha do Papai - Regininha, Lucinha, Haidée, Gabi -, que já era uma turma que já faziam um pré-carnaval às terças-feiras no Brasil 41¹⁰⁴, anos antes.

[...] Nesse dia no Brasil 41, por causa desse hiato da segunda-feira, o povo começa a brincar com como é que a gente ia ocupar esse espaço na agenda, esse lugar: não podia ter bloco sábado e domingo antes do carnaval, sábado, domingo, terça e sábado pós, e não ter na segunda-feira, quando do carnaval.

[...] E eles começaram a me provocar:

- Não, Rafa. Você tem que puxar um bloco lá em Santa Tereza na segunda-feira, fazer um bloco: a gente complementa a agenda.

A Florinha - a Flora Lopes, que era percussionista do Graveola -, estava lá também, e começa a contar que nessa noite anterior ela tinha tido um sonho com uma gincana: tinham equipes de gincana disputando, e uma das equipes era Filhos de Tchá Tchá¹⁰⁵. Eu liderava essa equipe e tal, e a gente

¹⁰⁴ O Brasil 41 é um bar, localizado na Avenida Brasil, em meio ao Bairro de Santa Efigênia. Conforme menciona Barros, à época, muitos dos integrantes dos primeiros blocos existentes na cidade no contexto estudado se reuniam neste estabelecimento para traçar planos e confraternizações.

¹⁰⁵ Tchá Tchá é o apelido de Rafael Barros entre seus círculos de amigos e conhecidos.

participava dessa disputa de gincana: ela vira e interpreta esse sonho não como equipe, mas o bloco de carnaval. Ela falou assim:

- Rafa, eu não sonhei com equipe de gincana, eu sonhei foi com o bloco. É esse bloco, o Filhos de Tchá Tchá.

[...] E isso fica no registro da Mariana - que puxa a Tetê com a Milene e com a Sara -, que era jornalista do O Tempo, da Pampulha: ela cria uma agenda oficial dos blocos de carnaval que vão desfilar em 2010. Sai no Pampulha¹⁰⁶, incluindo o Filhas da Tchá Tchá: o Miguel até brinca com isso na musiquinha - é Filhos da Tchá Tchá que ela escreve.

O relato de Barros acerca da fundação desta agremiação carnavalesca ilumina muito da dimensão *experimental* existente em meio a aqueles que se empenhavam no reinventar do carnaval de rua em 2010 na capital mineira. Nesse caso, cumpre notar, primeiramente, a informalidade que perpassava a conjugação de fatores a propiciar a existência desta coletividade: não fosse a presença de uma jornalista na mesa, que por ventura publicou uma agenda de blocos que iriam desfilar na capital mineira no carnaval de 2010, muito provavelmente a ideia mesma de fundar essa agremiação teria se perdido. Uma segunda dimensão diz respeito à motivação imediata situada na criação do Bloco Filhos de Tchá Tchá, e sua relação para com a *experimentação* envolvida naquele carnaval: buscando preencher uma lacuna de calendário, se somava a um conjunto de coletividades que, simbolicamente, transgrediam as dicotomias institucionais predominantes na capital mineira, particularmente quanto ao relegar tais formatos festivos aos períodos pré-carnavalescos.

¹⁰⁶ Pampulha era um semanário gratuito que circulava em Belo Horizonte: era de mesma propriedade dos donos do jornal O Tempo.

IMAGEM 33: Estandarte do Bloco Filhos de Tchá Tchá. Fonte: Priscila Musa.

Outro fator de importância mencionado em sua fala diz respeito ao olhar aprofundado sobre a própria relação de influência das Praias para com a fundação deste Bloco: indicava uma disposição, entre parcela dos integrantes daquela mobilização, de ampliar suas dimensões espaciais para vislumbrar a cidade, e seus territórios, como inteiramente passíveis de serem palcos para a irrupção de formas polissêmicas de vivência comum, perpassadas pelo convívio festivo como mediador privilegiado. Num primeiro momento, portanto, pode-se dizer que os cortejos como o deste Bloco, em 2010, eram em si mesmos formas *experimentais* de dar continuidade, numa outra dinâmica de sociabilidade contestatória, a aquela mobilização: na fundação destas coletividades, traçava-se um cenário inteiramente delineado por uma zona de intercâmbios e influências mútuas entre o carnaval e as Praias, que incidiu diretamente sobre os formatos participativos das agremiações carnavalescas por elas influenciadas.

De modo a melhor delinear este último ponto, uma primeira forma de caracterizar este Bloco advém das próprias dimensões singulares com a qual se organizou para a elaboração de seus *desvios festivos*. Acerca desse aspecto, as considerações de Rafael Barros são pertinentes para o enquadramento aqui tecido:

Ele surge de uma ideia compartilhada, dum desejo coletivo - ele é construído e formado coletivamente. Tem um grupo de pessoas que ajuda, mas como ele carrega o meu nome, saiu da minha casa, eu acabo tendo de assumir também certo protagonismo no processo de organização e estruturação dele, ao mesmo tempo tendo que trabalhar pra lutar contra isso. Todo ano tentando chamar coletivamente o processo, pensar junto com outras pessoas onde ele pode sair, construir com as pessoas dos territórios e com o grupo de amigos e pessoas mais próximas o percurso, o itinerário, uma ideia. Então é sempre esse movimento, de carregar essa responsabilidade: de conduzir um bloco que carrega o seu nome, e, ao mesmo tempo, de tá sempre nesse movimento de tentar diluir essa imagem, essa ideia, com diversas estratégias.

Uma delas é essa: tentar sempre construir coletivamente como ele vai ser, aonde que ele vai ser. Não ter uma identidade já era uma questão básica, pra não reforçar ainda mais essa identidade com a minha pessoa, que já estava dada nele - sempre foi uma preocupação, pra tentar não personificar mais do que já é personificado.

A descrição de Barros acima permite vislumbrar uma dimensão relativamente ambivalente acerca de como o Bloco Filhos de Tchá Tchá se estruturou enquanto coletividade. De um lado, a própria imagem simbólica de personificação do Bloco o coloca em uma perspectiva de protagonista, como propositor e encarregado das primeiras iniciativas sobre seus cortejos a cada ano. De outro, tal iniciativa se conjuga a uma diluição aberta deste protagonismo, por meio da ênfase em constituir tanto uma rede de apoio entre seu conjunto de contatos, quanto na forma com a qual esta atua: através de práticas comuns de deliberação e execução de tarefas, numa perspectiva colaborativa inteiramente voltada para a materialização de seus *desvios festivos*.

De certa maneira, esse segundo aspecto parece tanto ser um substrato decorrente de experiências associativas pregressas de seus integrantes, quanto um traço profundamente democratizante, que perpassa estas primeiras coletividades diretamente envolvidas no reinventar do carnaval de rua belo-horizontino. De sua descrição, destaca-se que esse arranjo associativo parece se formar numa confluência relativamente informal, e eminentemente flexível, enquanto espécie de núcleo gravitacional, na qual o Bloco materializou sua existência a cada ano: trata-se de uma rede voluntária, pautada fundamentalmente por critérios de disponibilidade e afinidade de seus participantes para com a confecção de seus *desvios festivos*. Também é importante salientar que outro aspecto que singulariza esse tipo de coletividade advém do fato de que sua estrutura de funcionamento é eivada por um caráter contingencial de existência: as atividades de elaboração conjunta se concentram, majoritariamente, no período imediatamente anterior ao carnaval e em seu transcorrer.

Para os propósitos desta narrativa, pode-se dizer que a conjunção de tais traços específicos permite caracterizar essas coletividades a partir do conceito de *grupo de afinidade*: com esse termo, busca-se aqui mediar suas características intrínsecas de colaboração flexível, temporalidade de existência circunstancial, e *politização*, que se entrelaçam na confecção de seus *desvios festivos* durante os carnavais. Na leitura aqui efetuada, o uso deste termo se inspira tanto em considerações referentes aos grupos de afinidade como forma associativa singular para fins de ativismo político (GORDON, 2015), quanto em determinados aspectos, intrínsecos às formas de funcionamento de coletivos atuantes nas searas da cultura e da arte (MESQUITA, 2008; MELO, 2014).

Naquilo que diz respeito ao entendimento aqui partilhado dos grupos de afinidade enquanto formato associativo, esta narrativa se referencia na seguinte descrição de Uri Gordon (GORDON, 2015), quanto às suas especificidades:

O termo se refere a um grupo pequeno e autônomo de anarquistas, intimamente familiarizados uns com os outros e que se reúnem para realizar uma ação específica - isoladamente ou em colaboração com outros grupos de afinidade. [...] Os participantes de um grupo de afinidade formam uma unidade autossuficiente, planejam sua ação até os mínimos detalhes e cuidam uns dos outros pela rua (GORDON, 2015, p.27).

Das considerações acima de Gordon, importa aqui fundamentalmente reter o caráter singular de funcionamento desse tipo de associação. Nesse sentido, o que demarca os grupos de afinidade se situaria em encarar tal tipo associativo mais sob o prisma contingencial de atuação conjunta, no entorno de uma ação específica, do que sob a perspectiva de serem coletividades voltadas à atividade estável e continuada sobre determinado tema. Tal característica incide diretamente sobre a forma com a qual torna funcional sua atuação: longe de elaborar uma estruturação interna de papéis relativamente bem definidos, tal tipo de associação se delineia pelo dividir de funções estritamente atinentes a dar concretude à ação intentada, o que possibilita tanto rotatividade, quanto flexibilidade de perfis a desempenhar suas tarefas. Dessa maneira, ao enquadrar um Bloco como o Filhos de Tchá Tchá nesse delineamento, visa-se aqui se ater a dois fatores, imersos em sua trajetória: o de ser uma coletividade cujo foco de atuação, em termos temporais, se dá exclusivamente durante o carnaval, e no período imediatamente anterior; nas variações a cada ano da composição das redes de contatos que propiciam seus cortejos, ressaltando a conjunção entre empatia e disponibilidade, característica dessa modalidade associativa.

Conforme coloca André Mesquita (MESQUITA, 2008), outros dois traços que merecem consideração, referentes a tal formato associativo, advém tanto da diversificação de formas de atuação que propiciam, quanto no papel que efetivamente desempenham, nas cenas em que se inserem:

No ativismo contemporâneo, grupos de afinidade são formados por três ou até 20 integrantes, organizados de forma não-hierárquica e estruturados a partir de um determinado objetivo: desde a realização de projetos comunitários decididos por consenso, até o desenvolvimento de estratégias de ação direta em protestos, greves e ocupações. Conforme Murray Bookchin, “grupos de afinidade pretendem funcionar como catalisadores dentro do movimento popular, não como ‘vanguardas’; eles proporcionam iniciativa e conscientização, não um estado-maior e uma fonte de comando.” Para o coletivo CrimethInc, um grupo de afinidade é como um “círculo de amigos” que compartilham suas forças, fraquezas e conhecimentos, e que estabelecem uma linguagem e uma dinâmica interna comuns (MESQUITA, 2008, p.62).

Da descrição acima de Mesquita, importa ressaltar fundamentalmente aquilo que, pela configuração desse formato associativo, se atém diretamente aos efeitos almejados de atuação: servir como espécie de catalisador, seja para a materialização da ação tentada, seja para a disseminação de ações similares para além dos raios diretos de atuação de um *grupo de afinidade* em específico. Dessa maneira, a atribuição de potencialização conferida a tal formato associativo incidiria tanto sobre a ampliação da visibilidade pública de determinada reivindicação, quanto na dispersão de sua própria estruturação organizativa como modos de fazer contestatórios. Na conjugação desses últimos aspectos, um fator a favorecer tais atribuições se relaciona com a forma com a qual se estabelecem e desempenham as funções objetivadas em sua atuação: a partir de sua partilha colaborativa, de modo a propiciar uma confluência ampliada de diversificadas aptidões, visando maximizar os efeitos da ação pretendida.

À luz desse prisma, considera-se que tal diversidade, que contingencialmente forma o *grupo de afinidade* desse Bloco, serve como aspecto de entendimento da singularidade de seus *desvios festivos* a cada carnaval: seja na incorporação, seja na ressignificação de entendimentos e práticas acumuladas coletivamente no passar do tempo, dota-o de uma profunda plasticidade na confecção dos convívios e encontros que propicia nas relações que tecem para com os espaços públicos da cidade. Num contexto de reinvenção do carnaval de rua, como a da capital mineira diante de sua descontinuidade, e considerando sua *politização*, em virtude da retomada dos conflitos situados no entorno desses festejos na história local, tal fator atua como demarcador a mais de sua especificidade: longe de se remeter a vínculos de vizinhança e

territorialidade, como os Blocos caracterizados por Da Matta em seu ensaio, tal aspecto organizacional torna maleável a própria ritualística dos vínculos, estabelecida por seus cortejos, com os diversos territórios da cidade em que transcorreram.

Considerando as dimensões informais de arranjos que, a cada ano, a rede de indivíduos cria para a confecção de seus *desvios festivos*, e a temporalidade circunscrita ao carnaval de sua existência, pode-se caracterizar a atuação da rede no entorno do Bloco Filhos de Tchá Tchá a partir de tal designação. Ainda que se trate de um formato organizacional mais comumente disseminado entre coletividades de ativismo político, pode-se dizer que as próprias confluências de cenas, propiciadas pelas Praias da Estação enquanto *acontecimento constituinte*, parecem também terem influenciado no estruturar singular desses blocos, através do intercâmbio de experiências que ali se deu. Nesse sentido, é possível dizer que os contatos tecidos nas Praias incidiram numa criativa reelaboração das experiências que ali confluíram, em sentido de confeccionar formatos organizacionais singulares, diretamente atinentes às especificidades dos blocos carnavalescos como coletividades perante a cena em que atuam.

Por fim, cumpre considerar a imbricação singular do formato organizacional desses *grupos de afinidade*, e a relação tecida por seus cortejos na utilização das espacialidades, de indistinção efêmera entre cultura e política, própria aos seus *desvios festivos*. Nesse caso, pode-se dizer que tal relação se situa em moldes similares às considerações de Thalita Melo (MELO, 2014), sobre os direcionamentos de coletivos artísticos de desestabilização momentânea de fronteiras, entre rotina e extraordinário:

Dessa forma, como se vê nos coletivos de arte-ativistas (ativistas), são provocados tanto os sistemas de arte confinados a uma lógica de mercado e sua institucionalização, quanto os sistemas de ação políticos macroestruturais, confinados a uma lógica de hierarquização e centralização. Ambos os sistemas estão localizados em um determinado tempo/espaço e, por isso, são desestabilizados pela “fluidez dos gestos”, pela transitoriedade e efemeridade das ações estético-políticas na contemporaneidade, não há necessariamente um autor individual ou um espaço de arte, assim como não há necessariamente um instante determinado para exercer-se como ser ativo politicamente; assim, cotidianiza-se a pulsão de arte que se pretende disruptiva (MELO, 2014, p.94).

A caracterização de Melo permite circunscrever o aspecto mais diretamente transgressor decorrente de um *grupo de afinidade* como aquele existente no entorno do Bloco Filhos de TcháTchá: seus *desvios festivos* buscam diluir, numa perspectiva dialógica, os limites do cotidiano, através das aberturas, decorrentes do convívio e do encontro efêmero e lúdico. Considerando o histórico de atritos, imerso na relação

contraditória entre a institucionalidade local e manifestações populares do carnaval na capital mineira, tal desestabilização se relacionava de maneira singular perante seu cotidiano: à hostilidade aos encontros que demarcaram, desde o início, o planejamento estatal e suas regulações, interpunham sociabilidades cujo caráter extraordinário se situava tanto no reconhecimento dos laços de convívio comunitários dos territórios que se inseriam, quanto na transgressão de suas demarcações espaciais rígidas.

Foi precisamente da formação de um *grupo de afinidade*, entre amigos e conhecidos de Rafael Barros, que se deu a materialização do primeiro cortejo da história do Bloco Filhos de Tchá Tchá, no dia 15 de fevereiro de 2010, segunda-feira de carnaval. Conforme coloca Barros sobre esse primeiro *desvio festivo*, seu caráter de *experimentação* abrangia, ainda que de maneira improvisada, uma disposição de traçar relações diretas para com os simbolismos do território onde se deu:

A gente com uma caixa de som fuleira que usava no Graveola, da frente da garagem de casa: aquela coisa mambembe, meia dúzia de gente, e nós saindo com o Filhos de Tchá Tchá no primeiro ano.

[...] O Bloco sai ali de casa e vai dar a volta no Santa Tereza, passando pelo Alto dos Piolhos¹⁰⁷, pra terminar no Seu Orlando, lá embaixo. Passa pelo Mercado, já muito tentando fazer um percurso no bairro com esse processo de discussão da luta do bairro: a coisa do Mercado, de querer passar por ali também, pra demarcar aquele lugar.

As recordações de Barros carregam consigo uma latente disposição, por parte do *grupo de afinidade* no entorno deste Bloco, de efetivar uma relação profundamente dialógica para com o território em que seu cortejo se situaria. Uma primeira dimensão dessa disposição diz respeito ao próprio local aonde esse *desvio festivo de experimentação* se deu: pelas ruas do Bairro Santa Tereza. Situado na Regional Leste de Belo Horizonte, este bairro historicamente se formou como um dos principais redutos da boemia e da cultura da capital mineira: foi dentre suas ruas que integrantes do Clube da Esquina, como Milton Nascimento e Lô Borges, se conheceram nos anos 1960, além de ter sido o local onde a banda de Heavy Metal Sepultura fez seus primeiros ensaios, no início dos anos 1980. Os bares e restaurantes ali existentes se espalham em meio a um território majoritariamente formado por casas, dando um aspecto relativamente interiorano a aquele que foi um dos primeiros subúrbios formados na capital mineira (ARREGUY; RIBEIRO, 2008 II).

¹⁰⁷ Alto dos Piolhos é uma denominação popular dada pelos habitantes deste bairro para a aglomeração de bares existente no cruzamento entre as Ruas Bocaiúvas, Quimberlita, Tenente Freitas e Bom Despacho. É um dos mais tradicionais pontos da boemia do bairro.

IMAGEM 34: Trajetória do Bloco Filhos de Tchá Tchá pelo bairro de Santa Tereza durante o carnaval de 2010. O trajeto percorrido encontra-se pontilhado. Fonte: Google Maps.

De certo modo, tal elemento dialógico deste *desvio festivo de experimentação* se inseria numa dinâmica de demarcação, e de reconhecimento de locais de importância simbólica da comunidade: a passagem pela concentração de bares do Alto dos Piolhos, e seu encerramento nas imediações do Bar do Orlando – um dos mais antigos ainda em funcionamento da capital mineira – denotavam precisamente tal sensibilidade. Este elemento também carrega um segundo prisma, de importância no caracterizar o que foram tais *experimentações*, no contexto de 2010: longe de perceberem os territórios que percorriam como cenários de fundo indistintos, as coletividades que se engajaram na reinvenção do carnaval de rua da capital mineira *desviavam* suas funções rotineiras precisamente pela exploração de suas riquezas simbólicas marginalizadas, criadas no cotidiano por suas comunidades.

Num sentido amplo imerso na relação para com as contradições historicamente sedimentadas por Belo Horizonte, é possível tornar inteligível esta exploração dos aspectos simbólicos de tais comunidades a partir de um prisma voltado ao enaltecimento do que seriam os resíduos desatados das perspectivas predominantes na produção cotidiana da cidade. De acordo com Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1967), uma das principais características da preponderância de tendências homogeneizantes na

vivência da modernidade capitalista se encontra na marginalização de elementos que não se conformam, de todo, aos seus princípios predominantes:

Chegamos a propor um *método de resíduos* [...]. Nosso método dos resíduos contém vários artigos: detectar os resíduos – neles apostar – mostrar neles a preciosa essência – reuni-los – organizar suas revoltas e totalizá-los. Cada resíduo é um irredutível a apreender novamente.

A *poiésis*, hoje e agora, parte do residual. Seu primeiro ato: a reunião dos resíduos depositados pelos sistemas que se obstinam sem consegui-lo em constituir-se em totalidades, a “mundializar-se”. [...] A *filosofia* põe em evidência o elemento lúdico, que não consegue absorver, assim como o cotidiano (o homem não-filosófico) que manifesta perseguindo-o. [...] O Estado encarna-se contra a liberdade e a designa. A centralização estatal (e mesmo a descentralização necessária, assumida pelo Estado, curiosa paródia) salienta a realidade residual e irredutível das regiões. A arte tornada cultural deixa um resíduo: a “criatividade”. [...] Quanto à quotidianidade, abre-se a despeito dela mesma sobre a totalidade retomada e renovada pela *poiésis*. Esta última reúne os irredutíveis. Sua estratégia funda-se na multiplicidade e na heterogeneidade, sobre a “não-convergência” dos “mundos”, sobre seus desnivelamentos, suas disfunções, suas desarmonias. Numa palavra, sobre seus conflitos. Promover um resíduo, mostrar sua essência (e seu caráter essencial) contra o poder que o oprime e o patenteia tentando oprimi-lo, é uma revolta (LEFEBVRE, 1967, p.375, 376).

Das considerações acima de Lefebvre, importa, de um lado, destacar um traço diretamente atrelado a tais elementos residuais: suas aparentes disfunções e inutilidades, perante os aspectos predominantes aos quais se interligam, não desaparecem de todo em sua marginalização, o que os dota de um aspecto de irredutibilidade tendencial que os situa enquanto contrafaces aos princípios de homogeneidade ao qual se submetem. De outro, quanto à demarcação daquilo que eram, nos cortejos deste Bloco, os residuais que eram reconhecidos e enaltecidos em seus *desvios festivos*: seus laços de sociabilidade comunitária, e os simbolismos sociais e culturais autoproduzidos ou reivindicados em seus territórios, atrelados à contraposição a um arranjo que segrega sua organicidade às áreas suburbanas da capital mineira.

Dessa maneira, nas circunstâncias históricas específicas do desenvolvimento de Belo Horizonte, tal traço *experimental* de reconhecimento de resíduos, adquirido neste cortejo, ganhava importância ainda maior. Diante da rígida regulação institucional de atribuição funcional dos espaços na capital mineira, em sua dimensão refratária à mútua convivência, o reconhecimento destas simbolizações marginalizadas, inerentes a um cotidiano comunitário como o daquele bairro era também, num plano geral, uma forma de enaltecer as dinâmicas normalmente anônimas, e invisíveis, de autoprodução da cidade por seus habitantes. Neste reconhecimento, ademais, também se pode dizer que se situava uma especificidade, quanto ao seu próprio caráter potencialmente

transformador, imerso no convívio como eixo de suas sociabilidades: era também uma demarcação de que precisamente estes laços e dinâmicas societárias, residuais e invisíveis poderiam ser rearranjados, de modo a transbordarem suas fronteiras suburbanas, e abrangerem, democraticamente, a cidade inteira. Num contexto ao qual o poder estatal incorporava à sua relação com a cidade um prisma eminentemente mercantilizado de cunho neoliberal, a atenção para com estas dimensões residuais presentes neste Bloco igualmente ampliava sua própria dimensão de *politização*: transformava seus cortejos também em instrumentos de combate direto à intensificação da própria invisibilidade historicamente sedimentada para com tais laços comunitários.

Outro espaço enfaticamente mencionado no relato acima de Barros era o Mercado Distrital de Santa Tereza: inaugurado em 1974, funcionou como centro comercial comunitário até o ano de 2007, quando foi fechado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A decisão foi profundamente polêmica, à época (LACERDA, 2013; GUIMARÃES, 2018): gerou um conflito ainda hoje sem solução, quanto às propostas apresentadas ao longo dos anos para utilização de sua edificação, como a sua transformação em centro cultural ou educacional, ou a reativação de suas antigas funções comerciais. Tal dado apontava para a própria complexidade desta disposição, voltada aos reconhecimentos das simbolizações residuais, cotidianas e comunitárias de tais territórios, nestes *desvios festivos de experimentação*: se faziam abrangendo tanto convergências, quanto divergências existentes nos mesmos, ao dar visibilidade às próprias lutas travadas por tais comunidades referentes ao funcionamento de seus territórios. Ademais, delimitava uma disposição de seu *grupo de afinidade* se relacionar com tais lutas, numa conjugação *experimental* que as incluía como parte do arcabouço diversificado de demandas direcionadas à transformação do cotidiano da capital mineira.

Conforme coloca Janaina Macruz em seu relato, os diálogos, travados pelo *grupo de afinidade* articulado em torno deste cortejo, também compreendiam uma preocupação direta para com as especificidades do contexto em que se deu:

O Rafa já morava no Santa Tereza fazia uns quatro anos: conhecia várias pessoas, e ele é muito cuidadoso. Antes do bloco sair, já tinha avisado geral que ia acontecer: o pessoal já sabia. Foi muito orgânica a saída do bloco aqui no bairro: já tinha as casas que jogavam água e tal. O Rafa é muito amoroso e muito cuidadoso mesmo por onde ele passa - e como ele já tinha essa ligação com o bairro, foi muito fácil.

Tinha esse cuidado também porque era feriado: a gente podia passar no bairro inteiro e todos os bares estarem fechados, por exemplo. Não tinha

muito contatos de ambulantes: hoje em dia tem a rede enorme de ambulantes - você liga pra um, todo mundo tá sabendo, os próprios ambulantes acompanham o Facebook. Então teve esse cuidado de conversar com os bares também, pra ter cerveja, ter estoque pra vender pra galera: a gente terminava no Seu Orlando, então tudo era bem conversado com o Seu Orlando pra acolher o bloco no final - muito legal, essa interação com o bairro, muito legal.

Além do mapear as espacialidades de importância simbólica para o cotidiano dos moradores de Santa Tereza com tais diálogos, seu relato também revela outros aspectos pertinentes, que reforçam o próprio caráter de *experimentação* que envolvia esse *desvio festivo* protagonizado pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá. No caso, em relação ao próprio contexto em que se deu, em sua interligação com os reflexos, ali existentes, do progressivo esvaziamento anterior do carnaval de rua belo-horizontino: a materialização de um Bloco em tal cenário envolvia igualmente um diálogo ampliado de seu *grupo de afinidade* também com os comerciantes da comunidade, particularmente no que tange a assegurar uma infraestrutura mínima de sustentação do transcorrer do cortejo, para que seus foliões pudessem festejar por suas ruas. Considerando o caráter radicalmente autoproduzido do que ali era tentado, pode-se dizer que igualmente se contrapunham a tais circunstâncias desfavoráveis precisamente através desta ampliação: diversificavam os próprios laços tecidos para as comunidades inseridas nos territórios destes cortejos, por meio de formas de envolvimento que igualmente abrangiam sua potencial contribuição e participação no assegurar essa seara de infraestrutura.

Uma segunda dimensão que aprofunda a abrangência mesma da *experimentação* que circunscrevia este *desvio festivo* se atém à relação entre alguns dos elementos estéticos que caracterizavam o Filhos de Tchá Tchá como Bloco, e as circunstâncias que se fizeram presentes no festejo que propiciou, durante o carnaval de 2010. Acerca de tais aspectos, o relato de Rafael Barros recupera fragmentos pertinentes, que permitem delinear a radicalidade mesma dessa dimensão, na *experimentação* que perpassou o transcorrer desse cortejo:

O Grave vai fazer um show num festival lá em Sabará, do coletivo lá de Sabará: fomos fazer um show com o Zé do Poço, um carnaval alternativo que a galera estava fazendo lá. Na volta de Neves, sentamos pra comer aqui em BH - a trupe do Graveola - e aí os meninos, brincando, começam a compor uma música pro bloco. Nessa coisa de compor a música, terminam a letra, juntam em ensaios do Grave, meio que de surpresa. E no dia que o bloco ia sair chega o Zé Lu com o Iuri, o Luiz, a Flávia, com uns papeizinhos de Xerox com a letra. Nasce a letra do bloco do Tchá Tchá: no dia mesmo eles apresentaram.

Um estandarte tosco que a gente fez de todo e qualquer jeito. Tinha esse negócio de pensar na cor: aí eu fiquei pirando na coisa então de Logun Edé¹⁰⁸, que era o meu orixá - a gente sai com o azul e amarelo e dourado, que são as cores de Logun Edé, como cor de referência do bloco. E com essa coisa do imaginário, porque aquela imagem do Baco do Caravaggio - aquele Baco do cabelo aneladinho - o povo ficava falando que parecia muito comigo. [...] Isso, e a marchinha que os meninos fizeram, que é na verdade é um samba-enredo: é uma saga imagética da minha história de vida.

Foi uma coisa orgânica, natural, não termos uma identidade visual: sempre tive um problema com o bloco carregar o meu apelido, o meu nome - dele ser um bloco tão personalista. Quando ele surge, eu não pensei nisso, ninguém pensou nisso, isso não estava dado: ninguém imaginava que o bloco fosse continuar existindo - ninguém sabia se ia existir carnaval no ano seguinte.

[...] Outra por conta da minha própria crença festiva, da minha própria experiência festiva: de que a festa se dá na explosão da diversidade, de que as pessoas tenham a liberdade de vestir a sua fantasia, do jeito que elas queiram estar. Manter uma liberdade: o espaço pra que todo mundo vá da forma que queira, faça o que queira, sempre foi - e eu acho que não é só essa uma característica do Tchá Tchá, essa é uma característica de vários desses nossos bloquinhos que a gente vem construindo aí, do Mamá na Vaca, a Tetê, o Bloco da Praia, o Tico Tico, o Tchá Tchá, o Peixoto¹⁰⁹ - que é dessa coisa de brincar com a fantasia, de brincar com o carnaval. De ter essa liberdade que é própria da festa, que também é uma coisa que tá no meu imaginário de carnaval de Ibirité, foi sempre assim que eu vi: todo mundo fantasiando de tudo que é jeito diferente.

¹⁰⁸ Logun Edé, ou Logunedé é uma das divindades que compõem o panteão de entidades de matizes religiosas afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Divindade associada à pesca e à caça, é tradicionalmente caracterizado por sua profunda beleza e sua personalidade contraditória.

¹⁰⁹ Barros aqui menciona o primeiro conjunto de blocos que se envolveram, ou foram diretamente influenciados pelas mobilizações das Praias da Estação, em 2010.

De suas reflexões acima, cumpre notar primeiramente que a concepção específica de festividade, materializada pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá com seu *desvio festivo* durante o carnaval de 2010, era também comungada por outros blocos surgidos naquele contexto. Tal traço detém sua importância precisamente por reforçar a presença de uma espécie de sentido comum nesse traço de *experimentação*: denotava que o reinventar do carnaval de rua belo-horizontino era efetuado sob um prisma partilhado, que se fundamentava na elaboração de festas radicalmente incentivadoras às indistinções, entre convívio e colaboração participativa, em seu materializar performático.

Diante das circunstâncias em que se deu a materialização desse *desvio festivo*, seu relato também carrega consigo muitos elementos referentes à postura assumida por seu *grupo de afinidade* para incentivar, por meio de sua dimensão estética, a adesão de foliões aos seus festejos. Nesse ângulo, um primeiro aspecto diz respeito à própria relação assumida por este *grupo* para com aquele cortejo, quanto à possibilidade do perdurar aquilo que materializavam: no caso, o conjunto diminuto de foliões ali presentes se juntava à própria abrangência do esvaziamento do carnaval de rua da capital mineira, de modo a formar uma compreensão da existência de um âmbito de indefinição sobre a própria continuidade do que ali *experimentavam*. De acordo com Barros, para lidar com tal fator, as circunstâncias do cenário dado se associaram a uma disposição de transfigurar os riscos de descontinuidade em incentivo à criatividade, e ao imprevisto, na confecção de soluções.

Tal elemento de inventividade parece perfazer bastante de uma segunda direção, concernente aos aspectos estéticos expressivos desenvolvidos por este *grupo*, para o cortejo do carnaval de 2010: destaca-se tanto a composição de uma letra de samba-enredo, por parte da própria banda de que Barros era produtor, quanto o aspecto imagético adotado pelo Bloco, em sua recusa em construir uma identidade visual própria, atrelada ao favorecer uma dissolução efêmera de protagonismos. Nesse caso, importa denotar a singularidade, imersa na articulação improvisada destes dois aspectos, para seus cortejos: se inseria em sentido de reforçar seus *desvios festivos* sob um prisma de *experimentação* eminentemente inclusivo durante seu transcorrer.

Nesse último ponto, chama atenção sua associação à relação entre público e Bloco, no que tange ao gesto de fantasiar. No contexto de *experimentação* que perpassou o carnaval de 2010, tal fator, conjuntamente ao imagético e musical, era associado ao incentivo à diversidade, e inventividade expressiva e performática, de seus

foliões. Nesse caso, ao dotar seus *desvios festivos* de um âmbito de liberdade de autoprodução estética efêmera como um de seus componentes, instigavam uma percepção coletiva que situava seus foliões como colaboradores diretos na elaboração dos convívios e encontros possibilitados em seu transcorrer. Na incorporação de tal fator, ficava igualmente patente um dos traços distintivos desta forma de *desvio*, quanto a um dos termos de variação imerso no festejar como princípio ordenador: no contexto dado, a orientação *experimental* em seus aspectos estéticos se associava a uma abertura à flexibilidade e à incorporação do improviso em seus arranjos expressivos, como elemento na elaboração de suas manifestações carnavalescas. Num plano geral atinente às circunstâncias, pode-se dizer que esta disposição imersa nesse *desvio festivo* também denotava uma das dimensões nas quais se retomavam os embates históricos, relacionados à existência de um carnaval popular, na capital mineira: às separações e uniformidades socialmente instauradas pela institucionalidade nos usos da espacialidade pública da cidade no cotidiano, era interposta uma diversificação expressiva e participativa como uso contestatário, que encarava a cidade, simbólica e materialmente, como palco de um fazer comum.

Por fim, conforme coloca Barros, tal traço despontado da liberdade de fantasiar era também uma reminiscência reinventada de experiências carnavalescas pregressas dos integrantes dos *grupos de afinidade* daqueles blocos: até certo ponto, portanto, tal aspecto também era uma incorporação de elementos comuns ao gesto de fantasiar, próprio à tradição carnavalesca brasileira. De acordo com Roberto da Matta (DA MATTA, 1997), o fantasiar nesta tradição cumpre um papel eminentemente metafórico:

Numa palavra, o traje formal, como a farda, opera por meio de uma individualização ou de um modo analítico, segregando rígida e nitidamente um papel de outros (desempenhados por uma mesma pessoa), ao passo que a fantasia opera sinteticamente, por união, somando um papel imaginário (expresso na fantasia) com os papéis 'reais' que a pessoa fantasiada desempenha no mundo cotidiano. As fantasias, assim, têm um alto sentido metafórico, já que operam a conjunção de domínios, ao passo que as fardas (e outras vestes formais) têm um sentido metonímico da continuidade, uma vez que quem não é general não usa a farda de general. (DA MATTA, 1997, p.61).

Para Da Matta, o fantasiar carregaria consigo uma espécie de composição visual entre imaginário e cotidiano, pautado pela efêmera diluição de fronteiras entre essas duas instâncias de vivência societária, enquanto aspecto geral inerente a esse gesto. Atrelado a este diluir de fronteiras, o que a fantasia carnavalesca carrega consigo

também se situa na conjunção desses aspectos em uma direção de extrapolação, ampliando os âmbitos de definição do próprio cotidiano como horizonte potencial. Ao aproximar suas considerações das reflexões de Barros acerca do primeiro cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá, o que resta caracterizar é a qualidade mesma desta metáfora, na dinâmica de *experimentação* em que transcorreu seu *desvio festivo*, durante carnaval de 2010. Considerando sua interligação tanto com uma dimensão de retomada dos conflitos que historicamente envolviam a festa na cidade, quanto com as Praias e sua influência em sentido de *politização* do carnaval, a extrapolação presente nessa metáfora ganha um matiz generalizante: expressava também um diluir de fronteiras e separações, inerentes às espacialidades de Belo Horizonte, suas funcionalidades predominantes, e suas hierarquias cotidianas, materializadas na permanência das nuances simbólicas atribuídas às suas territorialidades socialmente formadas.

No cortejo de 2010 do Bloco Filhos de Tchá Tchá, tal diluição se fez precisamente numa contraposição a este cenário, a partir da abertura para o comum surgido dos encontros e convívios que possibilitou, articulando-os ao reconhecimento tanto dos simbolismos comunitários residuais do território que percorreu, quanto das lutas de seus habitantes. Em certo sentido, portanto, esta articulação *experimental* de elementos era o que singularizava, naquele contexto, o próprio ressurgir da cena carnavalesca belo-horizontina, em seu caráter de contestação aos ordenamentos existentes no cotidiano da cidade. No que tange ao próprio carnaval, esse gesto pode também ser enquadrado num último sentido: diante da subordinação do uso festivo destas espacialidades à sua mercantilização, como aspecto preponderante da concepção institucional antagonica ao intervir no cotidiano da cidade nessa seara e sua intensificação neste contexto, cortejos como o deste Bloco instauravam uma contraposição direta, manifesta na materialização de uma festa potencial e democraticamente participativa.

Foi por meio dessa mistura de reconhecimentos de residuais em territórios, comunidades, convívios, e diversificação expressiva que o Bloco Filhos de Tchá Tchá se tornou um desdobramento singular das Praias da Estação, enquanto *acontecimento constituinte*, paralelamente ao primeiro desenrolar daquelas mobilizações. A partir da conjugação destes fatores na orientação de *experimentação* de seu *desvio*, este Bloco transplantou e matizou para a cena carnavalesca as relações de *insurgência do uso* como forma de ocupar de maneira contestatória espaços públicos da cidade, num cortejo tendo por prisma justamente utilizações voltadas para permanências efêmeras, inteiramente

eivadas pelo mútuo festejar e conviver. Conforme se verá, os acúmulos oriundos deste primeiro cenário serão aprofundados e reelaborados, se interligando diretamente às circunstâncias posteriores, adquiridas pelo carnaval de rua da cidade, enquanto fenômeno em expansão.

3.3 – CARNAVAIS DE 2011 E 2012 – CONSOLIDAÇÕES: “COMO ASSIM VOCÊS JUNTARAM, E TÃO ANDANDO NA RUA TOCANDO?”

Entre os anos de 2011 e 2012, o Bloco Filhos de Tchá Tchá continuou a realizar seus *desvios festivos* nas ruas do Bairro de Santa Tereza. Uma descrição acerca de como transcorreram esses cortejos advém de Rafael Barros:

Os outros dois anos - 2011 e 2012 -, quando o bloco sai em Santa Tereza, ele sai numa perspectiva de tentar reproduzir um pouco o rito da Folia de Reis: tentava imaginar uma linha narrativa pro bloco, do como é que seria. A gente vinha saindo em Santa Tereza desde 2010 tendo em vista a história do bairro com o carnaval da cidade, com os blocos - a história cultural, e o meu vínculo, a minha moradia aqui no bairro de Santa Tereza, tentando manter essa relação de proximidade, de construção mais interiorana. E nesse percurso, meio que desenhou - a partir até duma sugestão de Silvia Amélia - a perspectiva do bloco viver uma experiência de itinerância muito próxima da Folia de Reis, com a ideia de sair percorrendo algumas casas: essas casas sendo visitadas pelo cortejo, pela bandeira, pelo estandarte do bloco. A gente já tinha essa coisa de trazer de volta o carnaval pra Santa Tereza, que era um bairro tradicional do carnaval: de vir com essa estratégia de passar com o estandarte em algumas casas, as casas recebiam o estandarte - um gesto de receber junto uma benção, uma energia festiva -, e davam algo em troca, ofereceria em contra dádiva algo em reciprocidade, de comer, de beber. O carnaval foi crescendo, e Santa Tereza foi se tornando um foco muito grande desse processo de retomada do carnaval de rua: isso foi gerando uma série de incômodos com a vizinhança, com os moradores, com os comerciantes.

Mesmo que sucintamente, o relato de Barros permite perceber uma espécie de aprofundamento, nesse período, de alguns dos traços *experimentais* presentes no cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá de 2010. Em sua narrativa, destaca-se, primeiramente, o refinamento das direções de sua perspectiva dialógica com o bairro, nos cortejos realizados entre os anos de 2011 e 2012, quanto aos seus simbolismos residuais diretamente atinentes ao carnaval: nesses *desvios festivos* parece ter sido igualmente ressaltada a própria tradição carnavalesca local pregressa, como forma de enaltecer sua importância no passado das festividades na cidade. Em certo sentido, tal atitude era também uma forma de simbolizar a interconexão temporal do que ali faziam, naqueles

desvios festivos, com o próprio passado de disputas, atrelado à história do carnaval de Belo Horizonte: ao enaltecer um de seus territórios de maior importância simbólica acumulada, igualmente interligavam seus cortejos ao passado carnavalesco local em seus desdobramentos singulares, fundamentados nas diversas e anônimas lutas populares em favor da utilização de espaços da capital mineira para fins de permanências, convívios e encontros. Desse modo, reafirmar a continuidade, nesse período, daquilo que *experimentaram* em 2010 era igualmente reconhecer a existência de uma perspectiva que relativizava, em termos históricos, um caráter de inovação à reinvenção da cena carnavalesca de Belo Horizonte: seus *desvios* eram mais uma restauração desse cenário de lutas, posteriormente a uma fase de descontinuidade, do que efetivamente uma mobilização inaudita perante o panorama local.

IMAGEM 36: Desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá em Santa Tereza durante o carnaval de 2011. Fonte: Belotur.

Em seu relato, igualmente chama atenção uma dimensão de ampliação do eixo dos convívios, como componente integrante de seus cortejos. Além da homenagem aos espaços simbólicos, e das lutas travadas pela comunidade a eles associadas, também parece ter se incorporado aos seus *desvios festivos* um direcionamento voltado ao reverenciar a importância de seus habitantes, como efetivos construtores dos tecidos das relações cotidianas residuais existentes no bairro. Nesse caso, o refinamento desse diálogo, nas variações de trajetórias que o Bloco percorreu em seu território, também se

deu pela incorporação de aspectos de ritualísticas religiosas, como componente a envolver e amplificar a dinâmica de relações para com aquela comunidade: tal traço presente nesta incorporação atuava numa dinâmica que interconectava o fortalecimento dos laços comunitários, como horizonte transformador potencial revelado por seus *desvios*, à polissemia com que se constituíam no cotidiano. Desse modo, associavam o enaltecimento da ambiência local de sociabilidade comunitária a uma resultante direta das múltiplas e anônimas contribuições individuais de seus habitantes: reconhecia sua importância na autoprodução cotidiana de laços comuns que, ainda inarticulada e implicitamente, contestavam, enquanto resíduos, as dicotomias e separações funcionais social e institucionalmente estabelecidas historicamente na cidade.

No prisma decorrente dessas elaborações nesses cortejos do Bloco, pode-se dizer que o refinamento destes traços por seu *grupo de afinidade* igualmente dialogava com elementos das dinâmicas de relações sociais propiciadas, num sentido geral, pelas tradições carnavalescas consagradas no país. De acordo com Roberto da Matta, o que caracteriza tal dinâmica de relações se encontra em sua multiplicidade:

A multiplicidade de eventos que ocorrem simultaneamente num mesmo espaço, típica de rituais de inversão como o carnaval, ajuda a transferir as lealdades mais fortes - da família, da casa, da classe, etc., essas identidades sociais permanentes e cotidianas - para uma situação, um contexto específico que se define como altamente dramático porque nele ocorrem (entre outras coisas) muitas ações ao mesmo tempo. Não há uma ordem de 'entrada' ou de 'saída', como num palco de teatro, ou num evento ordenado em rotina. O mundo social assim apresentado passa, então, a ter um ritmo e uma intensidade maiores e muito mais abertos do que o nosso sistema de classificação pode simplesmente digerir.

[...] Ali acontecem dramatizações espontâneas, improvisadas por quem está fantasiado, numa relação de participação intensa entre os falsos 'atores' e falsos 'espectadores'. Todos podem misturar-se e trocar de lugar, na relativização típica das posições que [...] caracteriza os espetáculos verdadeiramente populares, em que o povo representa a si mesmo.

Questiona-se, de modo simultâneo, o papel de ator e de espectador (DA MATTA, 1997, p.116).

Da relação entre a descrição acima de Da Matta e o relato de Barros, pode-se dizer que o refinamento das instâncias de mútuo convívio tentadas pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá se inseria numa perspectiva de intensificação das possibilidades de florescimento de múltiplas interações sociais em seus cortejos. Tal direcionamento dialógico igualmente se atinha ao fator contextual em que se inseriam, considerando a descontinuidade de formatos populares de carnaval na cidade: visavam, com uma efêmera zona de indistinção entre o estar dentro e fora do Bloco, disseminar

diversificadas formas de envolvimento comunitário em seus festejos, amplificadas por sua conjugação para com a diversificação de trajetórias percorridas em meio a aquele território. Ademais, a inclusão de tal fator pode igualmente ser vislumbrada como instrumento de disseminação das próprias peculiaridades, participativas e colaborativas, que se atrelavam ao formato adotado por Blocos como este enquanto confecção de seus *grupos de afinidade*: tratando seus cortejos como demonstrações práticas coletivas de um modo de fazer, buscavam expandir as próprias dimensões de público carnavalesco para além dos raios restritos em que se deu sua *experimentação* em 2010.

Estes fatores revelavam igualmente uma dimensão além: o desenvolvimento de mecanismos de contínua reelaboração das experiências propiciadas nesses *desvios festivos*, inteiramente perpassados pelo aprimoramento da conjugação entre direções de reconhecimento de resíduos e incentivos ao envolvimento comunitário com a espontaneidade participativa, como ambiência própria de seus desfiles. No contexto estabelecido nesses dois anos, tal refinamento de âmbitos era também um reflexo das dinâmicas e raios ampliados de atuação vivenciados pelo carnaval de rua: representava uma forma de enraizar e lapidar os acúmulos daquilo que foi uma *experimentação*, então marcada pela imprevisibilidade acerca de sua continuidade. Nesse aspecto, as conjugações tecidas neste aperfeiçoamento eram indicativas da existência de um processo de intensificação das complexidades das variantes incorporadas aos elementos articulados, num prisma tanto estético, quanto social, aos seus *desvios festivos*.

No cenário ali instaurado, era também um retrato em sentido de afirmação da expansão da autonomia de produção destas manifestações, particularmente diante da postura ambivalente, de controle e restrição, com a qual a institucionalidade local interpôs suas dicotomias excludentes, na relação que travou com a reinvenção do carnaval da cidade, nesse período. Pela própria ênfase em encarar seus cortejos a partir desses prismas participativos, tais *grupos de afinidade* refinavam, igualmente, uma dimensão intrinsecamente contestatória: considerando a relação mercantil que embasava o poder estatal para com o renascer desta cena no contexto estudado, situado como componente de um estilo de gestão neoliberal, se contrapunha a tal predomínio uma ênfase na interatividade como fator ordenador de suas manifestações.

Num plano geral, a atuação deste Bloco nesses anos, em parte, espelhava muitos elementos que permitem designar seus *desvios festivos* como eivados de um caráter atinente à *consolidação* da reinvenção de uma cena carnavalesca na capital mineira: o uso de tal termo busca se relacionar e designar a configuração da orientação dessa cena

nestes dois anos, a partir dos aspectos singulares que adquiriu. Dessa maneira, designa, fundamentalmente, sua própria continuidade como integrante da paisagem cultural de Belo Horizonte, nesse período: ademais, circunscreve igualmente a ampliação dos âmbitos de suas dimensões verificadas nestes dois anos, seja a partir do refinamento de seus aspectos estéticos e performáticos, seja a partir dos laços tecidos para com a cidade e seus diversos cenários, em sua contestação à atuação do poder estatal local. Nesses sentidos, o próprio refinamento acima recuperado, sobre como transcorreram os *desvios festivos* do Bloco Filhos de Tchá Tchá entre 2011 e 2012 em Santa Tereza, adquire outro matiz: se inseria como elemento de singularidade de sua atuação, em meio a esta dinâmica geral contextualmente instaurada do carnaval de rua belo-horizontino, a partir da *consolidação* e aprimoramento do foco comunitário, inicialmente *experimental*, que marcou seu primeiro cortejo.

De modo a recuperar a complexidade do cenário em que se inseriram tais cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá, e seus refinamentos, algumas de suas primeiras dimensões são oriundas da própria cobertura da imprensa local, sobre o carnaval de Belo Horizonte. Nesse sentido, a notícia abaixo, sobre o carnaval de 2011, traduzia muito dos elementos que se formaram, nessa cena da cidade, no período:

Blocos formados por moradores da capital dão o tom do Carnaval mineiro

Belo Horizonte escreveu no sábado um importante capítulo de uma história recente que desafia quem insiste em dizer que a cidade não tem carnaval. Milhares de foliões fantasiados de alegria foram ontem às ruas de vários bairros da capital – São Bento, Santo Antônio, Sagrada Família e Floresta – com o objetivo comum de festejar. Com ou sem apoio da prefeitura, os blocos de bairro fazem parte de um movimento interessado em resgatar um carnaval despretenso, das marchinhas e da família. O convite, feito nas rodas de conversa da vizinhança ou pela internet, é para jogar confete e serpentina, dançar com os dedinhos para o alto e encher o peito de uma felicidade que só o carnaval oferece. E hoje tem mais, com os blocos As Virgens do Formigueiro Quente, do Gamboa, da Cidade e da Tetê (veja programação).

[...] Em seu segundo ano, o bloco Mamá na Vaca é um dos que ajudaram a escrever as primeiras linhas desse movimento, compromissado apenas com um carnaval despretenso.

Ontem, milhares de foliões, fantasiados de forma bastante inusitada, desceram ao ritmo das marchinhas da Praça Cairo para prestar homenagens à vaca da Rua Leopoldina, um dos símbolos do Bairro Santo Antônio, na Região Centro-Sul. Criado pela família Borges, moradora do bairro, e sem vínculo com a prefeitura, a festa contagiou gente de todo canto e parou, literalmente, o trânsito. “Não estamos ligados à licença do espaço público, mas à ocupação dele. É uma relação com o bairro, de andar pelas ruas e valorizar a vaquinha, que é um dos ícones do Santo Antônio, mas ficou jogada para segundo plano”, explica o arquiteto Sylvio Podestá, que, ontem,

se transformou num touro. “Meu lema é o homem sem chifre se torna um animal indefeso.”

Alguns quarteirões abaixo, na Rua Paulo Afonso, mais de 4 mil pessoas deram o grito de carnaval no veterano Santo Bando, bloco que há oito anos abre a festa momesca no Santo Antônio (AYER; AQUINO, 2011).

Da notícia acima, o primeiro dado a se notar diz respeito à ampliação dos raios geográficos do carnaval de rua da capital mineira: além do Centro, do Santo Antônio e de Santa Tereza, outros bairros também sediaram cortejos de blocos. Ainda que fossem bairros próximos ao perímetro central de Belo Horizonte, esta incipiente ampliação era demonstrativa de que os *desvios festivos de experimentação*, ocorridos no ano anterior, reverberaram para além dos círculos restritos envolvidos nas Praias da Estação. Nesse aspecto, a reportagem igualmente situava que uma das primeiras dimensões de *consolidação* adquirida pelo carnaval de rua da cidade se deu precisamente a partir da forma em que se desenrolou sua própria expansão: interligava crescimento quantitativo de blocos, com uma incipiente ampliação de territórios ocupados por seus cortejos.

Em segundo lugar, destaca-se o caráter autoproduzido destes blocos: por meio de redes sociais na Internet, ou de interconexões entre conhecidos e amigos, se criavam agremiações para festejarem o que era descrito como um carnaval “despretensioso”. Chama atenção, nesse caso, que até certo ponto, a organização destas novas agremiações possuía traços similares às surgidas no ano anterior: conjugavam informalidade e flexibilidade com atuação conjunta, direcionada à materialização de seus festejos, a partir de um caráter colaborativo. Nesse último sentido, este fator indicava que, paralelamente à expansão da reinvenção da cena carnavalesca na cidade, igualmente se *consolidava* a predileção por *grupos de afinidade*, como um dos formatos organizacionais adotados por essas novas coletividades.

Por fim, era destacado que parte dessas agremiações se encontravam desfilando independentemente de autorizações pelo poder estatal. Aparentemente, parte das novas coletividades que se incorporavam ao carnaval mantinha a mesma disposição de uso festivo dos espaços do ano anterior, no que tange ao seu relacionar com a institucionalidade local: materializavam suas festividades numa atitude que contestava, direta ou indiretamente, quaisquer ordenamentos ou restrições do poder estatal perante sua existência. Conjugando ampliação territorial, de público, e forma autônoma de se relacionar com o poder estatal, o que era relatado nesta notícia indicava que os elementos das *experimentações* do ano anterior, haviam influenciado numa lenta popularização de um imaginário coletivo sobre o carnaval local: era uma forma de

consolidar um vislumbre sobre a cidade como palco a ser ocupado também para a realização de festejos. Considerando que parte dessas coletividades se organizava por meio de *grupos de afinidade*, e intencionalmente instauravam, em seus cortejos, relações contestatórias perante os ordenamentos predominantes nas espacialidades da cidade, esta *consolidação* pode ser igualmente vislumbrada como uma expansão do florescer de *desvios festivos* pela capital mineira.

Conforme relatava a própria imprensa belo-horizontina um ano depois, não era sem razões que parcela dessas novas coletividades optava por simplesmente rejeitar qualquer forma de diálogo com os poderes estatais locais. Nesse sentido, a reportagem abaixo joga luz a todo um conjunto de elementos que, pelo menos desde 2010, motivava tais blocos nessa postura:

Burocracia coloca em risco blocos de Carnaval em BH

O excesso de normas imposto pela prefeitura aos blocos de rua ameaça uma das tradições do Carnaval de Belo Horizonte e é alvo de críticas nas redes sociais. Na tentativa de resolver o impasse, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur) realiza, hoje e amanhã, reuniões com as nove regionais, responsáveis pela autorização para os desfiles, e os organizadores, para buscar uma flexibilização nas regras. Neste ano, são esperados de 30 a 40 blocos de rua na capital. A maioria se concentra em bairros.

As exigências incluem pagamento de alvará no valor de R\$ 133,43, apresentação de toda a documentação pessoal dos organizadores autenticada em cartório, declaração de duração do desfile e mapa do trajeto a ser percorrido. O material tem que ser enviado com dez dias de antecedência. O bloco também tem que comunicar à Polícia Militar e à Empresa de Transportes e Trânsito (BHTrans) a realização do evento. Após a análise da regional, o grupo pode ser dispensado do pagamento da taxa de R\$ 133,43.

"É licença para Belotur, regional, BHTrans, Polícia Militar", enumera Fidélis Alcântara, um dos idealizadores do bloco Toca Raul, que neste ano vai desfilar pelas ruas dos bairros Santa Tereza e Santa Efigênia, ambos na região Leste. "Isso só desestimula, porque a gente não ganha nada para organizar. O que queremos é só fazer uma festa".

[...] A justificativa dada pelo presidente da Belotur, Fernando Lana, para o excesso de regras é a necessidade de garantir a segurança dos foliões e moradores. Lana, que se diz favorável ao desfile dos blocos, afirma que é preciso buscar um consenso com os organizadores.

"Os blocos são uma tradição. Já conversei com o prefeito Marcio Lacerda e ele me deu autorização para viabilizar da melhor forma as resoluções dos problemas apresentados pelos organizadores", garantiu (CAZETTA, 2012).

Na reportagem acima, cumpre notar, num primeiro plano, o labirinto burocrático de exigências interposto pela Prefeitura Municipal perante o ressurgir do carnaval de rua em Belo Horizonte, como forma de interferir numa expansão que se dava de maneira absolutamente orgânica e autônoma. Tal conjunto heterogêneo de regulações era um primeiro indicativo da própria singularidade da postura institucional antagônica perante

a reinvenção do carnaval, neste período: visando impor formatos atrativos do ponto de vista mercantil, interferia ativamente em suas direções, tanto em sentido de restringir as perspectivas de expansão de formas autossuficientes de festejos na cidade, quanto a partir de uma perspectiva destituída de qualquer reconhecimento para com os aspectos orgânicos dos formatos que regiam as dinâmicas elaboradas em meio a esta cena. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na altura do carnaval de 2012, eram seus próprios ordenamentos que se constituíam como fator a impulsionar a materialização de cortejos de parcela dos blocos até então existentes enquanto *desvios festivos*.

De certa maneira, sua postura, bem como o aparecimento de uma discussão pública sobre o carnaval de rua na cidade em 2012 na imprensa local, eram reflexos de sua progressiva ampliação e *consolidação* na paisagem cultural da cidade: conforme atestava a própria reportagem acima, aquilo que em 2010 não eram mais do que 10 Blocos, entre pré-carnaval e carnaval, já se encontrava na casa das 30 a 40 agremiações festivas. Ainda que não detalhada, outra informação presente nessa reportagem dava dimensões dos elementos orgânicos, presentes na expansão desta cena: a maior parte dos blocos iria desfilar no carnaval de 2012 se concentrava em bairros, o que indicava o reforço de um direcionamento de ampliação tanto geograficamente descentralizado, quanto em contato direto com ambiências comunitárias variadas da capital mineira. Considerando as dinâmicas comunitárias tecidas pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá nos *desvios festivos* que materializou nestes dois anos, pode-se dizer que sua existência, em parte, se viu reforçada pela disseminação desses traços de organicidade, que foram incorporadas por outras coletividades que então surgiam nesta cena da cidade.

Em certo sentido, conforme ressalta Thalita Melo (MELO, 2014), tal traço de ativa dispersão e descentralização, adquirido na expansão do carnaval de rua belo-horizontino, se conjugava diretamente com o perdurar, e reelaborar, das influências tecidas pelas Praias da Estação sobre esta cena, neste período:

O Bloco da Praia da Estação nasce com força para revitalizar um carnaval espontâneo e popular que já vinha sendo gestado molecularmente, mas que tem se expandido para outros blocos, que a cada ano se multiplicam em diversos pontos da cidade, mobilizando, por meio de divulgação online e autogestão nos bairros, para a criação dos blocos, os moradores foliões. Estes, em alguns casos, se reúnem na Praia da Estação como uma grande confluência carnavalesca (MELO, 2014, p.72).

O cenário traçado por Melo permite recompor, de maneira aprofundada, alguns dos elementos surgidos nestes dois anos no carnaval de rua de Belo Horizonte, em sua

relação com a continuidade das Praias, neste cenário de sua *consolidação*. Nesse caso, cumpre notar uma dupla dimensão das influências dos *grupos de afinidade* diretamente interligados a elas, num plano geral, perante esse processo de expansão: a conjugação de seu aspecto de confluências, formado pelas inter-relações ali tecidas entre seus participantes, com um ímpeto de diversificação de territorialidades; a ampliação dos âmbitos de *politização* desta cena.

No primeiro ponto, pode-se dizer que a configuração aberta, participativa e diversificada de festividade sobre os espaços públicos dos *grupos de afinidade* no entorno dos blocos por elas influenciados se transformava num facilitador da dispersão e *consolidação* desta cena: tal se deu também pela ênfase na confecção de formas de incentivo ao envolvimento comunitário, nos territórios atingidos nesta expansão. Já no segundo, sua influência nesse período se fez presente seja a partir da confecção de um conjunto de demandas próprias para esta cena, que preservassem seu caráter de organicidade, seja por sua ênfase em estabelecer confluências para com outras lutas em andamento na cidade. Dessa maneira, pode-se dizer que a permanência das Praias nestes anos serviu tanto como instância de catalisação e disseminação dos formatos de festejos *experimentais*, como os do Bloco Filhos de Tchá Tchá, quanto de *politização* da cena carnavalesca, e de suas relações para com os territórios da capital mineira.

No contexto de sua *consolidação*, também se pode colocar que a própria expansão do carnaval de rua da cidade, influenciada pela continuidade das Praias, interagiu diretamente outras questões surgidas, e debatidas, em seu redor: tais discussões eram particularmente concernentes aos impactos das grandes aglomerações humanas, que começaram a se formar no entorno de alguns dos blocos que à época surgiram (PARANAÍBA; WERNECK, 2012), e a forma com a qual a institucionalidade local lidava com o fenômeno. Perante esse último aspecto, o próprio surgir deste debate público, na capital mineira, ganhava igualmente outro matiz: dizia respeito aos impactos das formas com a qual a interferência da institucionalidade nesta cena estava se dando a partir de seu prisma de possibilitar sua mercantilização, especificamente no que tange à sua atuação em sentido de controlar e concentrar essa dispersão territorial através de suas regulações, como um segundo elemento de sua postura nesse período.

Em parte, esse debate concernia ao território em que o Bloco Filhos de Tchá Tchá realizou seus *desvios festivos de consolidação*, neste período: no caso, o Bairro de Santa Tereza, e as interferências do poder estatal em sentido de incentivar sua transformação em lugar concentração do carnaval de rua belo-horizontino. De acordo

com Priscila Musa, tal interferência impactou diretamente nas dinâmicas orgânicas que estavam se *consolidando* entre o Bloco, o carnaval belo-horizontino, e o cotidiano dessa comunidade:

O carnaval de 2012 eu participei: morava em Santa Tereza, e o que aconteceu foi uma ocupação gigantesca. Até determinado momento - até esse determinado momento -, o carnaval tinha uma centralidade: era Santa Tereza, e o bairro de certa forma não comportou essa centralidade da Prefeitura. Uma pelas condições arquitetônicas do bairro: um bairro residencial de histórico operário, então as casas pequenas, ruas pequenas, sem muito um planejamento urbano de grande escala. A Praça sem um planejamento também pra receber grandes aportes populacionais: foi uma explosão de gente de tudo quanto é lugar.

[...] De repente, tinham seis mil pessoas no quarteirão do Orlando: a festa perde um pouco a escala da tranquilidade que o bairro comportaria - não sei como explicar isso não sendo conservador, mas deixa um rastro de lixo, deixa um rastro de mijo. No dia seguinte, como a gente conhecia a vizinhança, estava lá a doninha varrendo o bairro e aquela visão do inferno. Tinha um problema que era um conservadorismo em relação às pessoas, tinha um problema que era a falta de planejamento da Prefeitura: ela poderia ter dado um suporte pra que a festa acontecesse ali. Mas tinha também uma explosão de uma escala que era complicada pro bairro, inclusive de som: na esquina da minha casa - eu morava perto do Orlando -, eram seis carros de som, cada um tocando coisa diferente, e as janelas lá de casa tremiam.

Do panorama traçado por Musa, cumpre notar que a interferência institucional em favor da centralização dos festejos em Santa Tereza teve efeito deletério direto sobre o desenvolvimento do carnaval naquela localidade. Ainda que as dimensões boêmias e culturais atreladas simbolicamente ao bairro o tornassem particularmente convidativo para a realização de cortejos, a infraestrutura de seus espaços públicos nem de longe era propícia às concentrações de grandes aglomerações de público. Num contexto em que estava se dando sua *consolidação* a partir de um significativo crescimento do carnaval local, o direcionamento incentivado pelo poder estatal para aquele território evidenciava um traço a mais, atrelado a este segundo aspecto de sua postura, em favor de formatos mercantis de festejo: sua forma contraditória de intervir desconsiderava diretamente os próprios impactos para as comunidades que se tornam alvo deste ímpeto de concentração territorial.

No que tange a esta postura, cumpre notar que também se encontrava ligado a esse direcionamento uma segunda camada, eivada por uma leitura dicotômica da cidade, quanto a seus territórios e o carnaval: no caso, uma segmentação entre espacialidades com maiores ou menores possibilidades de auxiliar a tornar esta cena atrativa para sua conformação em formatos mercantis. Nesse sentido, a ênfase na concentração em territórios como o de Santa Tereza adquiria perspectiva diversa: era uma forma de

explorar seu simbolismo cultural, historicamente autoproduzido, por meio da redução de seu valor a um prisma mercantil, e visando, com essa postura, angariar o interesse da iniciativa privada em se associar e investir na imagem do carnaval local. Conforme se verá, tal conjunto de fatores incidiu diretamente na própria continuidade de realização de *desvios festivos* por parte do Bloco Filhos de Tchá Tchá, em Santa Tereza, após o carnaval de 2012.

Mesmo diante desta influência deletéria, na leitura da cobertura da imprensa do carnaval de rua belo-horizontino em 2012, é possível perceber o perdurar, até então, de formas de uso carnavalesco do território daquele bairro que transcorriam desvinculadas de impactos significativos para com as dinâmicas cotidianas de seus habitantes. Numa destas notícias, lia-se:

Foliões de todas as idades buscam resgatar carnaval de BH no Santa Tereza

Foliões de todas as idades querem resgatar o Carnaval em Belo Horizonte. Para isso, cerca de 1.500 pessoas se reuniram neste domingo, no bairro Santa Tereza, região Leste de Belo Horizonte, com fantasias de prisioneiros, índios, tigresas, havaianas e palhaços, na Praça Duque de Caxias, para mostrar o que carnaval na capital ainda existe.

Ao som de marchinhas, de sambas famosos e de clássicos do rock, o bloco Alvoca Libertina ajudou a garantir um clima de alegria entre os foliões.

Para um dos integrantes do bloco, o artista plástico Humberto Mundim, é importante para a capital oferecer, para os seus moradores, esse tipo de atividade no período da maior festa popular do país. “A gente percebe o crescimento dos blocos carnavalescos em BH, que é importante para a cultura. O carnaval é um momento de exaltação, permitindo que a gente seja mais divertido e mais alegre”, declarou o folião.

[...] A opção de uma festa assim na capital também atraiu a gerente comercial Gracilene Lopes, de 30 anos, que levou a filha Giovana Vilaça, de 12, para curtir a folia. “Aqui a gente pode se divertir com mais liberdade e aproveitar a festa com a família”, declarou Gracilene.

Essa tranquilidade também chamou a atenção da esteticista Maria José Oliveira, de 56 anos, que preferiu ficar na capital para curtir a festa. “Desisti de pegar a estrada porque estava muito cheia e com muitos acidentes. Aqui, o ambiente é muito tranquilo, todo mundo se conhece e dá pra aproveitar com calma”, afirmou (TRINDADE; BRAGA, 2012).

Num plano geral, a reportagem acima enfocava um cenário onde ainda era possível conciliar a aglomeração de público envolvido no carnaval com sua concentração num território em específico, em meio à paisagem da capital mineira. Pelo próprio território em que transcorreu o que foi acima relatado, pode-se dizer que a receptividade ali descrita, em parte, poderia ser tributada não só à dimensão simbólica do bairro enquanto reduto cultural e carnavalesco, como também aos *desvios festivos* ali realizados nos dois anos anteriores pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá. Nesse panorama,

demonstrava que a questão que envolvia aquele território dizia respeito a um contraste direto entre as formas orgânicas de relação com a comunidade com que os festejos produzidos pela cena carnavalesca local ali se dava, e a desconsideração para com os impactos potenciais do incentivo à concentração que regia a postura da institucionalidade de interferir em seu carnaval.

Também chama nesta notícia o transcorrer paralelo de um processo de diversificação estética, em meio à cena carnavalesca belo-horizontina: nesse caso, a sonoridade eletrificada, o caráter imóvel da apresentação, e o próprio repertório a mesclar ritmos de rock e marchinhas carnavalescas, que caracterizaram o Bloco Alcova Libertina, eram demonstrativos do surgimento de formatos distintos de festejos neste cenário, atuando em sentido de ampliação e diferenciação dos próprios públicos atraídos pelo carnaval. De certa maneira, tais fatores eram elementos a mais a compor a dinâmica de *consolidação* adquirida pelo carnaval de rua da cidade, nesse período: eram representativos da disseminação de uma disposição de abertura desta cena para um prisma multifacetado de formatos de manifestações festivas, como integrantes de seu arcabouço de formas de ocupação dos territórios da capital mineira.

Ainda que aparentemente inusitada, a inserção de integrantes da cena musical independente da cidade no carnaval delineava um aspecto não explorado pela cobertura de imprensa da época: no caso, sua influência para com a reinvenção da cena carnavalesca local. De acordo com Janaína Macruz, a continuidade do carnaval de rua na cidade também decorreu da articulação e da associação entre *grupos de afinidade* atuantes nesse cenário com a cena de rock independente, então existente em Belo Horizonte:

E aí, nessas conversas, na nossa rede da cultura que veio da Praia da Estação, a gente puxou uma reunião aberta pra organizar o carnaval de 2011, na Casinha¹¹⁰: foi a primeira reunião do carnaval organizada, um chamamento do Facebook, pela Casinha.

Nós fizemos a reunião lá: como ainda eram poucos blocos, a gente queria que um bloco não batesse no outro, ainda com a experiência de 2010. Foi muito legal: apareceram uns blocos que não tinha nada a ver com a gente, que era de produtor da CRIA¹¹¹ - uma coisa assim. A gente fez um cronograma de carnaval mesmo, acho que dobrou: de cinco blocos, acho que foram pra doze, tipo isso. Como rolou essa movimentação, e 2010 tinha sido esse ano potente, o Outro Rock estava junto - o Outro Rock também acabou se desfazendo naturalmente.

¹¹⁰ Trata-se do Espaço Cultural Casinha, situado na região central de Belo Horizonte, no bairro do Barro Preto.

¹¹¹ CRIA é uma empresa privada que atua na produção de grandes eventos culturais de Belo Horizonte.

[...] Olha que legal, como o Outro Rock foi importante nesse início do carnaval: tinha dinheiro, a gente fazia essa caixinha.

[...] Juntamos, colocamos uma data limite pros blocos mandarem as marchinhas pra gente, e nós fizemos a movimentação maravilhosa: a parceria Outro Rock. Milhões de estúdios, gravamos a maioria das marchinhas: a marchinha de todos esses blocos, e fizemos e distribuímos um livretinho do carnaval em 2011!

Foi maravilhoso! Foi quando surgiu o Bloco do Manjerição¹¹², o Bloco da Alcova: o segundo semestre de 2010, janeiro antes do carnaval de 2011, foi maravilhoso. Todo dia íamos pra um estúdio gravar marchinha, e lançamos esse livretinho que eu tenho até hoje. A gente usou o estúdio da TV Queijo Elétrico, usamos o estúdio da Contato, compilamos tudo, e o Outro Rock acabou bancando parte: a ideia era todos os blocos dividirem, só que nessa confusão de passar dinheiro, o Outro Rock bancou – inclusive tem a logo do Outro Rock. Então olha que engraçado: o carnaval, no começo, foi um movimento articulado pelos músicos também. A galera que tocava em 2010 eram todos os músicos: era o Transmissor, Graveola, Dead Lovers, Fusille¹¹³ - eram os músicos mesmo. Estava muito ligado: foi esse ano potência, e o Outro Rock foi muito importante pro carnaval, por causa disso.

Seu relato circunscreve um amplo envolvimento dos nichos dessa rede relacionados ao rock independente, em favor da continuidade das *experimentações* ocorridas ao longo do carnaval de 2010. Do que é colocado em sua fala, tal envolvimento já remontava aos blocos e *desvios festivos de experimentação*, ocorridos no carnaval anterior: parcela dos próprios músicos que compunham essas bandas se envolveu diretamente com a musicalização destas coletividades, servindo como alguns de seus primeiros instrumentistas. Enquanto integrantes de seus *grupos de afinidade*, seu imiscuir-se no carnaval de rua da cidade se fez igualmente por meio do transplante de parte das funções de suas estruturas associativas para finalidades inteiramente relacionadas à disseminação, e expansão dos festejos carnavalescos locais, a partir de 2011: nesse caso, a própria diversidade expressiva, em sentido de refinamento da complexidade estética dos *desvios festivos* nesse período de *consolidação*, também pode ser tributada como reflexo imediato dessa zona de interconexão.

¹¹² O Bloco do Manjerição é um dos blocos fundados pelo grupo de afinidade atuante no entorno de blocos como o Filhos de Tchá Tchá. Fundado em 2011, costuma desfilar nas quartas-feiras de cinzas, e tem como principal singularidade sua defesa da legalização de entorpecentes.

¹¹³ Fusille era uma das bandas da cena de rock independente de Belo Horizonte.

IMAGEM 37: Estandartes de blocos carnavalescos de Belo Horizonte durante o Bloco Vira o Santo, na Praça da Estação, 2013. Fonte: Priscila Musa.

Tal confluência também indicava tanto uma ampliação, quanto um refinamento de princípios associativos presentes nessa seara da cena cultural da cidade para o carnaval: seus parâmetros serviam como base para a formação da rede de contatos de *grupos de afinidade* diretamente ligados às Praias, assim como para o direcionamento desta rede para a discussão e atuação conjunta em favor da reinvenção do carnaval local. Nesse aspecto associativo, cumpre notar que uma das primeiras iniciativas decorrentes desse envolvimento se fez pela função dada à articulação entre os *grupos de afinidade* que propiciou: em suas reuniões, se elaboraram formas conjuntas de divulgação do carnaval de rua local, incidindo significativamente sobre a expansão desta cena que caracterizou esse período de *consolidação*.

Diante das próprias circunstâncias incipientes do que então era o carnaval de rua na cidade, e considerando a possibilidade de que o mesmo não perdurasse no passar dos anos, também é digno de nota que uma forma de divulgar sua existência, e tentar expandir seus raios de atuação, tenha se dado por meio da gravação e divulgação de algumas das primeiras marchinhas carnavalescas compostas na capital mineira, nesse período. Nesse caso, igualmente cumpre destacar o que representava este impulsionar de composições autorais locais, e sua incorporação a um repertório musical até então majoritariamente formado por canções tradicionais de samba, marchinhas e axé músic: aprofundava a dimensão dialógica dessa parte de sua expressividade estética, seja

quanto aos laços que suas letras e ritmos teciam com as propostas de cada bloco, seja com a introdução de referenciais atinentes ao próprio cotidiano de Belo Horizonte, por meio de leituras críticas e irônicas eivadas pela incorporação de elementos de conhecimento público pelos habitantes da cidade. Além de ampliar e *consolidar* a faceta contestatória do carnaval local pela inclusão de um traço autoral em sua expressividade estética, tal fator igualmente demarcava a abertura a uma diversificação dos raios das próprias instâncias em que as manifestações festivas desses blocos poderiam potencialmente se autoproduzir. No contexto em que se deu, pode-se dizer que tal fator era igualmente um foco de contraposição à institucionalidade local, quanto a aspectos do formato mercantil de festa que o poder estatal incentivava na cidade: à conjugação desse formato preferido pela institucionalidade com o importar de produções musicais de outras cenas carnavalescas, se *consolidava* uma instância inventiva e colaborativa de autoprodução do carnaval como seu contraponto, também neste âmbito.

No cenário formado nesses dois anos, a interconexão estabelecida entre estas duas cenas incidiu não somente no fortalecimento associativo dos *grupos de afinidade*, em sua atuação conjunta em favor da *consolidação* do carnaval: permitiu também a articulação e transfiguração dos elementos *experimentais*, presentes nos *desvios festivos* de 2010, em espécie efetiva e abrangente de modo de fazer carnavalesco singular à cidade. Nesse sentido, a conjunção destas práticas enquanto modo de fazer é o que efetivamente singulariza os *desvios festivos*, decorridos a partir desse período de *consolidação*, em seu aspecto de variação, e ampliação de sua complexidade estética: aglutinava num mesmo arcabouço elementos inteiramente direcionados a materializar e disseminar um formato de festejo profundamente democrático, que se fez presente em cortejos como os do Bloco Filhos de Tchá Tchá. A essa conjunção enquanto modo de fazer, Augusto Borges denominou de carnaval sem mestre:

Tem uma coisa legal nesse meio, que é o carnaval sem mestre. O carnaval sem mestre envolve muito da desconstrução do lugar de músico, do lugar dessa maestria, literalmente: é o ofício da construção de uma linguagem mais de improviso. Esse papel do desafio, e da construção constante disso: de uma linguagem um pouco de improviso - tendo a achar que essa indefinição a gente chama até hoje de bateria de guerrilha. Hoje em dia, fazemos até um ensaio do Mamá na Vaca, mas que não é um ensaio, não se executa depois igual: é mais convívio, um reconhecimento dos gestos - não é um ensaio, a gente não executa ipsis literis o que vai acontecer no dia. A Chaya também tem aí um papel muito importante: além da regência dos maracatus, ela tinha a experiência do Frito na Hora, que é um grupo de improviso - ela tem senhas, um saber sobre uma linguagem de improviso musical. Musicalmente, tem aí o que eu chamo de repertório: tem peças que a gente mobiliza de acordo com as situações, essas peças vão crescendo - é um arcabouço -, por

um lado. Por outro, tem essa questão do engajamento, que eu acho fundamental: no sentido de que não existe um uniforme, não existe uma indumentária, e também não existe regras não. Não é como uma Escola de Samba, não existe alguém te dizendo que você deve ir - é a diferença entre o consumidor -: o cara que vai num bloco desse, se for na perspectiva de que vai consumir, ou que vai tocar numa bateria, vai se frustrar - o que tá ali é exatamente isso, todo mundo é construtor na coisa Desconstrói essa imagem do show, do consumo cultural; é um chamado, é uma convocatória, quem quiser vai, sabendo que é uma construção que todo mundo deve fazer parte, e não o contrário - de poucos para ser consumido por muitos, o desenho que é o circuito cultural mais claro.

O panorama traçado acima por Borges sobre o que denomina como carnaval sem mestre dizia respeito diretamente à *consolidação* de uma dimensão intencional de desestabilização de papéis, como fator inclusivo presente na composição dos multifacetados aspectos estéticos de blocos como o Filhos de Tchá Tchá. Nesse ângulo, cumpre notar precisamente o que envolvia a transição daquilo que eram componentes das *experimentações* tecidas no carnaval de 2010 em um modo de fazer, particularmente quanto aos significados atribuídos a esse fator como de importância aos *desvios festivos* destes blocos.

Se, em 2010, tal fator de dissolução se associava majoritariamente a uma instância de facilitação da adesão e envolvimento de foliões e comunidades durante seu transcorrer, no período seguinte, tais contornos não só se mantiveram como, igualmente, ampliaram suas atribuições: se transformavam em efetivo elemento de democratização e diversificação de formas performáticas de colaboração e participação durante seu transcorrer. Nesse último aspecto, e tendo em vista a relação de mercantilização imersa na concepção da institucionalidade local sobre seu carnaval, tal configuração instaurava uma contraposição radical aos formatos de espetacularização de festejos, defendidos pelo poder estatal da cidade: desconstruía separações entre plateia e executores, pela multiplicação potencial de papéis e performances aos seus foliões durante seus cortejos, como instrumento visando conjugar estética e política nas festividades que materializavam e disseminavam.

De acordo com Borges, um dos aspectos em que tal dissolução mais se fez presente se relacionava com o próprio caráter pedagógico de formação, que atravessava a composição das bandas musicais dos blocos atuantes na confecção de *desvios festivos* na capital mineira. Nesse caso, a opção por formação de baterias e bandas abertas se atrelava a tal modo de fazer como uma forma a mais de propiciar a expansão dos próprios raios de inserção do carnaval de rua em Belo Horizonte, nesse contexto de *consolidação*: transformava os convívios, ocorridos em tais *desvios festivos*, também

em lugar de aprendizado conjunto do próprio manejo de diversos instrumentos que compunham este aspecto de musicalização, precisamente em virtude do caráter inclusivo da dissolução de papéis envolvido em tais festejos.

Em seu ver, o que tornava possível tal conjugação se encontrava em sua relação para com o imprevisto, como elemento incorporado às dinâmicas performáticas dos modos de fazer desses *desvios festivos*. Nesse caso, cumpre notar uma espécie de deslocamento do próprio papel do improviso, nessa relação: se, em 2010, tal fator se atinha como perspectiva que possibilitava a própria existência dos cortejos diante das circunstâncias ali dadas, nesse período de *consolidação*, este elemento atuava em sentido de amplificar as próprias instâncias de convívio possíveis durante seu transcorrer. Até certo ponto, pode-se dizer que a dinâmica estabelecida por esse elemento dialogava e transfigurava diretamente alguns dos parâmetros estabelecidos acerca dos modos de fazer carnavalescos no país:

Antes, porém, de se mergulhar nas formas e conteúdos veiculados nos dias de Momo da capital mineira, cumpre resumir quatro tópicos que qualificam as festas, de uma maneira ampla, como ações coletivas singulares: as festividades são materialmente planejadas e custeadas no interior do próprio dia-a-dia daqueles que se envolvem para as suas respectivas realizações; os diferentes integrantes ocupam lugares específicos e distintos no transcorrer do período festivo; há uma espécie de interrupção do tempo social, a qual exige acentuadas concentrações dos esforços e dos afetos dos participantes; as comemorações ocorrem de acordo com uma motivação principal, cuja incidência viabiliza processos simbólicos de identidades individuais e coletivas (PEREIRA FILHO, 2006, p.58).

Dessa definição de Pereira Filho, cumpre acima de tudo ressaltar que, no caso dos *desvios festivos de consolidação* aqui recuperados, o improviso servia tanto como elemento facilitador para a disseminação dos modos de fazer desses *grupos de afinidade* neste cenário, quanto interpunha uma dinâmica distinta de funcionamento à presença, em seus festejos, dos fatores acima listados. Nesse caso, aquilo que mais diretamente singularizava os impactos de sua inserção nesse modo de fazer se atinha aos efeitos da desestabilização de papéis fixos que propiciava: diversificava formas de pertencimento, elaboração e participação em meio a estes *desvios festivos*, reforçando diretamente sua perspectiva de construção coletiva. Dessa maneira, atuava como fator a intensificar a complexidade de nuances durante o transcorrer dos cortejos desses blocos: permitiam transformar tais *desvios* em momentos tanto de execução, quanto de disseminação potencial deste modo de fazer a seus participantes, justamente pela incorporação de uma dimensão aberta aos mútuos aprendizados que ali poderiam se dar.

No cenário geral em que se deu tal transição para a *consolidação* desse modo de fazer, cumpre destacar a importância dos modos de fazer articulados pelo improviso também quanto à própria *politização* do carnaval local: permitiu sua disseminação horizontal, enquanto cena articulada também em resistência e contestação perante as posturas ambivalentes adotadas pela institucionalidade em favor de sua comercialização, nesse período. Nesse último sentido, conforme mencionado anteriormente, esse período de *consolidação* igualmente se deu a partir de circunstâncias particularmente adversas, oriundas das formas como a institucionalidade local interferiu na expansão orgânica de seu carnaval de rua. De modo a aprofundar o entendimento das dimensões de tais adversidades, e sua influência na *consolidação* da *politização* do carnaval belo-horizontino, uma forma de aproximação se dá a partir de outro ponto do próprio relato de Borges:

Em 2011, que foi um ano super difícil - choveu todos os dias -, e a gente puxando aquele negócio, adoeci. Em 2012 a coisa começa a mudar de figura. Entre 2010, 2011 e 2012, uma situação complicada: eu estava falando do Mamá na Vaca sem licença, o bar que recebesse algum tipo de aglomeração era multado, porque não tem o alvará, não tem não sei o quê. Aquela incompreensão absoluta do poder público em relação ao espaço público, até no sentido dos alvarás: não existia previsão no Código de Posturas da questão dos eventos que não fossem privados. Não existia essa ideia, então era:

- Como assim vocês juntaram, e tão andando na rua tocando?

Tudo muito da perspectiva do mundo privado mesmo. E a gente começa a forçar todas essas barras do público, nesse primeiro momento: fazendo porque é um tanto de gente na rua. Isso vem à tona com muita clareza: esse discurso até meio formulado mesmo, num primeiro momento. Isso foi formulado: a coisa acontecia e depois ela ganhava contornos de discurso também. Tinha uma forma, uma produção artística, uma fortuna crítica, mais ou menos, sendo produzida: existia a ação direta, a coisa sendo feita, o desrespeito à regra, o desrespeito à lei - ou seja, é um movimento que produziu muito, num primeiro momento. Inclusive precisava disso pra se multiplicar: produziu músico - um tanto de gente que foi aprendendo a tocar nessa bateria maluca que a gente fazia, foi produzindo cultura mesmo.

Do que é colocado por Borges, cumpre notar duas facetas iniciais interconectadas, que demarcaram esta *politização* da reinvenção do carnaval de rua da cidade, nesse período de *consolidação*: os embates travados diante da postura da institucionalidade perante o ressurgir dessa cena; a relação entre a dimensão contestatória de seus *desvios festivos* para com a confecção de um conjunto de demandas próprias de seus articuladores para a capital mineira, inicialmente estimulada por sua relação com as Praias. Em certo sentido, ambos os fatores se interligavam

diretamente à compreensão, num plano geral, de que a reinvenção do carnaval de rua na cidade era igualmente uma retomada e reconfiguração dos conflitos envolvendo poder estatal e os habitantes da cidade, que atravessaram a história da existência desses festejos na capital mineira: nesse caso, o que distinguia o cenário contemporâneo se encontrava precisamente na conjugação do autoritarismo institucional com a ênfase mercantil como traço predominante em sua interferência perante esta cena. Tal fator era de importância na compreensão das dimensões da *politização* desta cena, precisamente por representar uma relativa autonomia de sua dinâmica contestatória para com a influência exercida pelas mobilizações das Praias da Estação: os *desvios festivos* que instauravam no carnaval visavam assegurar não somente o acesso e permanência nos espaços públicos pelos habitantes da cidade, como contestavam as regulações atreladas à mercantilização de utilizações, para fins específicos de festejos, dessas espacialidades.

Nesse último aspecto, cumpre notar uma característica específica, concernente às regulações institucionais de uso dos espaços públicos da cidade: simplesmente inexistia qualquer ordenamento sobre o tipo de relação que estes blocos, através de seus *desvios festivos*, estabeleciam para com os territórios da cidade, que se encontrasse desatrelado de uma dimensão de mercantilização da festa. Dessa maneira, os pontos mencionados por Borges igualmente iluminavam como a Prefeitura assumia um caráter ambivalente, ao interferir para controlar a expansão desta cena: no caso, ao enfatizar este atrelamento entre ordenamento e interesses privados, usavam este prisma seja como aspecto a condicionar seu auxílio aos festejos, seja como fatores de inibição das dimensões das relações entre comunidade e território por parte destas manifestações carnavalescas, cuja autoprodução recusava esse caráter mercantil.

Um dos pontos onde é possível perceber a reverberação de tal postura se encontra nos diálogos que a institucionalidade local procurou instituir com sua cena carnavalesca, à época. Conforme assevera Milene Migliano Gonzaga, esse período se caracterizou precisamente pelo estabelecimento de uma relação de permissão condicionada do carnaval local:

Dois anos mais tarde, em 2012, a festa carnavalesca na cidade já estava animada o bastante para chamar a atenção de emissoras de televisão e também do poder público. A prefeitura solicitou aos representantes dos blocos se apresentarem em uma reunião pública, com o intuito de viabilizar de maneira menos complicada a saída dos blocos, numa iniciativa que lembra a busca pelo controle de outros carnavais. Na reunião, a prefeitura apresentou a sua proposta que consistia em disponibilizar banheiros químicos e coleta de lixo após a realização dos blocos. Fomos solicitados a preencher fichas com o

trajeto, horário de início e término da festa, dia da saída, bem como uma estimativa do número de participantes dos blocos, para que eles pudessem programar a contratação dos serviços; todas as informações foram coletadas pela Empresa Municipal de Turismo, a Belotur.

[...] Logo, apesar de vários banhistas foliões estarmos presentes nas reuniões de negociação com a Belotur, os representantes dos foliões fizeram questão de enfatizar que Carnaval não era evento e sim manifestação cultural, sendo um equívoco a coordenação das ações estarem junto à um órgão turístico. [...] Não apenas o controle, mas também a apropriação da festa, já estava sendo planejada e executada (GONZAGA, 2017, p.173, 174).

Das considerações de Gonzaga, cumpre sobremaneira enfatizar as especificidades da relação que a institucionalidade passou a ter para com o carnaval, em decorrência da *consolidação* de sua expansão, neste período. Nesse sentido, um primeiro ponto era o próprio pano de fundo que condicionava os termos de seu diálogo, perante aquilo que era demandado por estas coletividades: conciliava demandas de importância para com o transcorrer dos festejos – caso dos banheiros, e recolhimento de lixo -, com instâncias de controle atinentes ao uso dos territórios da cidade, caso específico das estimativas, datas e horários das agremiações. Pelos próprios termos articulados pela postura do poder estatal, pode-se dizer que perfaziam um último aspecto de sua postura de antagonismo para com o ressurgir do carnaval, nesse período: instaurava uma dicotomia quanto ao seu auxílio, ordenada a partir de seu condicionamento à subordinação incontestada às suas interferências pelos integrantes desta cena.

Também chama atenção a instância em que a institucionalidade travou o diálogo para com estas coletividades carnavalescas: ao invés de instituições culturais municipais, quem foi responsável por sua representação era o órgão diretamente relacionado ao turismo local. Em certo sentido, a escolha dessa instância era um demonstrativo claro de que a atitude de diálogo do poder estatal para com a reinvenção do carnaval de rua local visava, acima de tudo, sua cooptação: em sua ótica, esta cena representava mais um elemento a impulsionar o turismo na cidade do que um potencial patrimônio cultural coletivo, formado pelos convívios autoproduzidos de seus habitantes sobre seus territórios. Nesse prisma, a atitude das coletividades e *grupos de afinidade* de sustentar sua *politização*, mesmo diante deste diálogo, situava-se menos em uma recusa do apoio de infraestrutura ali dado, e mais em denegar seu condicionamento aos controles interpostos, em sua ênfase em possibilitar exclusivamente a comercialização da festa.

Nesse cenário conflituoso, também é possível colocar que tanto este aspecto específico de *politização* do carnaval de contraposição às interferências da institucionalidade local, quanto a própria hostilidade do poder estatal para com seus articuladores, se atinham ao aprofundamento dos laços tecidos, por esta cena, para com outras searas do ativismo da capital mineira, a partir das Praias da Estação: em particular, nas relações formadas por parte de seus integrantes para com o Movimento Fora Lacerda, atuante na cidade nesse período. Se, numa perspectiva macro, a importância política deste Movimento para o contexto de Belo Horizonte durante as Jornadas de Junho de 2013 foi delineada no primeiro capítulo, a recuperação de seu papel perante a cena carnavalesca também permite refinar as dimensões de seus impactos na cidade, à época: ou seja, cumpre notar que a inserção de alguns destes *grupos de afinidade* no Fora Lacerda parece ter propiciado diversificações e aprofundamentos em sentidos mútuos, de importância para o entendimento das singularidades presentes no carnaval e na cena ativista local durante esse período de *consolidação*. Nesse arco, o relato de Priscila Musa pontua aspectos de importância na compreensão da relação tecida entre esta cena e o Movimento:

Foi tudo no Fora Lacerda, porque o carnaval virou quase uma atividade do movimento - era uma das grandes pautas contra o prefeito. Tinha essa coisa dos amigos: na verdade, a gente virou amigo a partir desses movimentos. Nos conhecemos nesse contexto do Fora Lacerda, que vem da Praia, de outros movimentos: na verdade, o Fora Lacerda era um movimento de movimentos. O Filhos de Tchá Tchá era um dos blocos que traziam essas pautas do Fora Lacerda, dos movimentos que participamos ativamente - os membros que fundaram, faziam parte desses blocos. A gente podia fortalecer a pauta de ocupação do espaço público da cidade com o carnaval através desses blocos: a Praia, o Filhos de Tchá Tchá, o Tico Tico Serra Copo.

IMAGEM 38: Flyer virtual de ensaio de blocos para marcha do Movimento Fora Lacerda, 2012. Fonte: Movimento Fora Lacerda.

No que concerne à cena carnavalesca, cumpre notar, como coloca Musa, que sua inserção propiciou, em diversas dimensões, um aprofundamento em sentido de *consolidação* de sua *politização*. Primeiramente, por *consolidar* um raio autônomo de demandas próprias para esta cena anteriormente elaboradas quando da formação de suas redes de contato: majoritariamente concernentes a questões de infraestrutura para a realização de cortejos na cidade, tais reivindicações igualmente serviram como ponte para a intensificação de um posicionamento comum nesse aspecto, entre os *grupos de afinidade* envolvidos com o Movimento. No caso, tal articulação se fazia em relação às posturas da institucionalidade, seja em suas interferências, seja na recusa aos termos dicotômicos que balizavam as concepções do poder estatal em suas instâncias de diálogo.

Um segundo fator de *politização* se atrelava ao aprofundamento da compreensão de sua atuação na cidade, a partir de um entendimento e posicionamento compartilhado acerca daquilo que demandavam, que extrapolava as perspectivas surgidas de sua interligação com as Praias: buscavam assegurar a autonomia de suas formas de ocupação e uso cultural dos espaços públicos da capital mineira, a partir da defesa de sua dinâmica orgânica de funcionamento, e *consolidação* na paisagem da cidade (MELO, 2014; DIAS, 2015). Nesse último aspecto, tal conjugação também se fazia em

sentido de *consolidação* de uma compreensão do caráter contestatório de seus cortejos como modalidades específicas de *insurgência do uso* atinentes às dinâmicas singulares do carnaval como manifestação cultural. Assim, aprofundavam e explicitavam um sentido transformador na relação estabelecida por seus *desvios* para com a cidade, em um caráter amplo: atuavam tanto na recusa às concepções mercantilizadas de festa impostas pela institucionalidade, quanto em seu papel de detonar formas de permanência e convívio que propiciavam, como fator de democratização espacial da capital mineira.

No que tange às relações tecidas entre esta cena e o Fora Lacerda, outro fator ali materializado nesta confluência também detém importância direta para os propósitos deste estudo: no caso, as influências que a cena carnavalesca, nesse período de *consolidação*, exerceu sobre as manifestações de rua das mobilizações ativistas na capital mineira. Sobre este aspecto, o relato de Augusto Borges tangencia pontos particularmente pertinentes:

Essa história começa até antes: em 2012 tem aquele Movimento Fora Lacerda - ganha força, porque é o ano da reeleição. E existe um encontro ali na Praça da Liberdade aonde são convocados blocos de carnaval e as ocupações urbanas. Sempre falo que tem uma síntese: de como é que esse carnaval também sintetizou algumas questões - cultura, cidade, mobilidade. E houve uma síntese ali também entre a questão da ocupação urbana - até nesse sentido da falta de lugar da ocupação urbana - e desse carnaval em 2012, por incrível que pareça: tanto que acho que isso desemboca em 2013, por conta desse encontro de 2012. Eles vinham com gritos de guerra, tínhamos algumas marchinhas falando mal do Lacerda que já eram famosas dentro da Praia da Estação - "Começa com M e termina com Erda"¹¹⁴, e aí esses cantos se

¹¹⁴ Trata-se de um trecho da Marchinha da Estação. A letra da marchinha segue abaixo:

*“Começa com M,
Termina com erda,
Começa com M,
Termina com erda,
Advinha o que que é?*

*Prefeito como esse
É a pura prefeição,
Ele é tão bom que agrada
Situação e oposição
Interditou a Praça
E trouxe a Praia pra Estação
Só falta confiscar o tropeirão
Do Mineirão
É tanta obra que já tá faltando até cimento
Só não dá conta mesmo de evitar alagamento
Mas sei que não tem jeito,
É só disso que eu lamento,
Depois que a lama seca
O povo cai no esquecimento*

encontraram: de repente a gente era bateria das ocupações urbanas, e as ocupações cantando as marchinhas contra o Lacerda. Então tem uma mistura ali, que começa em 2012 e que define uma aliança mesmo. O que acontece é construído, principalmente num primeiro momento, com a militância, mas depois essa coisa ganha contornos também de que quem seguiu trabalhando, ajudando: muita gente que não conhecia passou a conhecer, e daí integrou a militância, ou apoiava as manifestações aqui, ou até nas redes sociais mobilizando. Quando houve uma ameaça de despejo, em 2013 ou 2014 - a mais complicada, que até o Otto, Criollo entraram - se criou uma rede também de apoio muito importante: quem foi lá também saiu desse discurso da imprensa, e conheceu aquelas pessoas que estavam lá.

[...] Assim como uma bateria que as pessoas se auto gerem lá dentro, também tem essa questão de que as pessoas passaram a militar no MLB¹¹⁵ depois. Existe uma aproximação, através das outras organizações, da militância: também existe esse contato, essa construção, que passou a se desenvolver.

O panorama traçado acima por Borges situa em dois planos distintos o envolvimento de integrantes dos *grupos de afinidade* da cena carnavalesca com as passeatas de rua da cena ativista da cidade. Primeiramente, sua presença se tornou fator a atuar na expressividade estética dessas manifestações: seja na sonorização por meio de suas baterias, seja no auxílio à composição de palavras de ordem, sua presença influenciou diretamente na diversificação de formas de participação desses atos de rua. Tal fator reverberou diretamente nos formatos de manifestação adotados na cidade, desde então: em certo sentido, esta zona de interconexões se encontra na origem mesma da dinâmica de *carnavalização* como um dos componentes da atuação contestatória da Frente Única Contra o Aumento, apresentadas no capítulo anterior. Nesse último aspecto, pode-se dizer que o que facilitou a articulação entre política e estética em seus protestos, a partir de um prisma pautado por formas que incentivassem o envolvimento do público em seus *desvios festivos*, se atrelava tanto à própria participação de

*Começa com M,
Termina com erda,
Começa com M,
Termina com erda,
Advinha o que que é?*

*Instalou mil radares no anel rodoviário
Pra duplicar as multas no lugar do assoalho
E tudo isso às custas desse meu pobre salário,
As vezes acho que no fundo fui feito de otário,
Mas todo mundo canta pelas ruas da cidade
Aquele sertanejo que virou publicidade,
Não sei se é propaganda ou se é de verdade
Parece que ele é mesmo uma unanimidade*

*Começa com M,
Termina com erda,
Começa com M,
Termina com erda,
Advinha o que que é?"*

¹¹⁵ Trata-se do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, uma das principais organizações atuantes na luta por moradia popular em Belo Horizonte.

integrantes da Frente na cena carnavalesca belo-horizontina, quanto à incorporação pelo ativismo local de formatos de expressividade participativos singulares aos cortejos de carnaval surgidos na cidade.

Num segundo plano, cumpre notar outro fator, decorrente dos intercâmbios propiciados pelo Fora Lacerda, quanto às relações entre o carnaval de rua da cidade e outros cenários contestatórios: o Movimento também se tornou uma instância de fortalecimento destes últimos, por meio da participação de integrantes da cena carnavalesca na formação de redes temporárias de apoio para diversas mobilizações na cidade. Nesse último sentido, a aproximação da cena carnavalesca para com o Fora Lacerda se transformava também num fator de ampliação e *consolidação* de sua dimensão *politizada*: tal confluência propiciou a inserção de parcela dos integrantes de seus *grupos de afinidade* nas próprias modalidades específicas de atuação dos movimentos que o compunham. Na conjunção destes fatores propiciada pelas confluências dadas em meio a este Movimento, portanto, pode-se dizer que, em diversas camadas, foram traçadas algumas das primeiras articulações que deram dinamismo singular às Jornadas de Junho de 2013, em Belo Horizonte: conjuntamente ao aparecimento e permanência das Praias, e anteriormente ao surgir da APH, já se encontrava na capital mineira uma constelação de interconexões entre diversas cenas contestatórias que, em muito, facilitou as dimensões e direções assumidas naqueles protestos na cidade, assim como no período imediatamente posterior.

Nessa paisagem, a presença da cena carnavalesca neste arco maior de contestações do cotidiano da capital mineira também explica, em parte, os conteúdos imersos na própria postura de hostilidade do poder estatal para com a mesma, neste período. No caso, sua postura refratária perante a defesa das dinâmicas orgânicas de expansão e *consolidação* do carnaval de rua em Belo Horizonte era igualmente uma forma de lidar perante este traçado amplo de *politização*, que envolvia tanto a articulação desta cena, quanto a materialização de seus *desvios festivos*. Dessa maneira, se tratava de uma reação perante a *consolidação* de um carnaval que não se restringia a se circunscrever seus *desvios festivos* nos limites de uma manifestação unicamente cultural: se atinha igualmente à sua inserção em instâncias amplas de diálogo e intercâmbio político, que reforçavam sua reinvenção como uma retomada dos conflitos históricos envolvendo sua existência, reconfigurada a partir do prisma de radical democratização dos usos espaços públicos inseridos em sua atuação, como contraponto à imposição de seu confinamento a prismas mercantis.

Foi também em meio a este período de *consolidação* de modos de fazer, e dos raios ampliados de *politização* da cena carnavalesca da cidade, que se inseriram os *desvios festivos* do Bloco Filhos de Tchá Tchá, no território do bairro de Santa Tereza. Se, de um lado, os refinamentos de sua orientação em favor do reconhecimento dos simbolismos comunitários residuais detinham traços precisamente desses aprofundamentos, num plano geral, de outro, os laços tecidos por seus *desvios* foram impactados diretamente pela postura do poder estatal para com o carnaval da cidade. Conforme relata Rafael Barros, a conjunção destes fatores incidiu diretamente sobre as dinâmicas até então tecidas por este Bloco para com aquele território, nestes dois anos:

O Bloco sai daqui por conta da proporção que o carnaval começa a tomar na cidade - fundamentalmente em Santa Tereza -, e os conflitos que isso começa a gerar com os vizinhos, e com a Polícia Militar. Já em 2011 eu fui denunciado ao Ministério Público pela Polícia Militar [...] como responsável pela saída de todos os blocos em Santa Tereza em 2011. Foi uma loucura, eles ficaram tentando me achar: em 2011, saiu uns 21 blocos - já saiu bloco aqui pra além da Tetê e do Tchá Tchá. Teve o Moreré na quinta-feira no Seu Orlando, eu acho que eles já começaram a fazer o Os Pescadores - não sei se os meninos saíram com o Bloco da Esquina¹¹⁶ - enfim, teve mais movimentação de carnaval que gerou essa denúncia.

[...] Em 2012, já rolou uma perseguição e enfrentamento mais complexo. Em 2011 também, se eu não me engano, foi o ano no sábado que a gente enfrentou a polícia lá no Brasil 41 com a fiscalização querendo multar a Dona Jacira. Falamos:

- Então nós vamos pra Praça. Quero ver quem que eles vão multar.

Aquela coisa absurda de policiamento - tem até vídeo na televisão de eu indo pro braço com as polícias. Em 2012, a Regional Leste expede um comunicado pra todos os comércios de Santa Tereza falando que se eles recebessem os blocos, eles estariam sujeitos a multa também - uma pressão. Também é o mesmo ano que a Prefeitura chama o Choque, e o Choque lança bomba no Bloco da Praia na porta da Prefeitura: nesse processo de crescimento da festa, de repressão contínua da coisa que ia se constituindo aí.

O panorama traçado por Barros interligava aspectos da relação do Bloco com o bairro de Santa Tereza, e do carnaval de rua para com a cidade, a partir das dimensões prejudiciais desatadas pela interferência da institucionalidade nesta cena. No caso, seu estímulo à concentração da expansão do carnaval em poucos territórios, situados nos subúrbios mais próximos da área central da capital mineira, tanto impactou na dinâmica cotidiana do bairro, quanto impôs um processo de saturação e de desagregação dos incipientes laços, tecidos pelo *grupo de afinidade* no entorno daquele Bloco, para com aquela comunidade. Tal saturação foi de tal ordem que resultou no surgimento de

¹¹⁶ Os blocos Moreré, Os Pescadores e da Esquina foram fundados no Santa Tereza em 2011

hostilidades diretas de setores da comunidade perante o carnaval, e o próprio Bloco Filhos de Tchá Tchá, naquele período.

Conforme ressalta Barros, essa atitude de hostilidade para com o carnaval não era destituída de razões: considerando que o Bloco havia sido o único a realizar um *desvio festivo* naquela comunidade, em apenas um dia do feriado de 2010, o expressivo aumento quantitativo de agremiações, nestes dois anos de *consolidação*, demarcava uma desmesurada ampliação, tanto na escala temporal em que aquela comunidade tinha seu cotidiano alterado, quanto nas proporções das aglomerações surgidas ao redor de tantos blocos num só território. Tal conjugação de fatores, decorrente da interferência institucional contraditória sobre a organicidade desta expansão, culminou por criar um cenário inteiramente oposto ao pretendido por seu *grupo de afinidade*: afugentava precisamente o envolvimento da própria comunidade que estava ali sendo reconhecida e enaltecida, em suas lutas e dinâmicas cotidianas residuais, por seus festejos.

IMAGEM 39: Desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá durante o carnaval de 2012. Fonte: Belotur.

Nesse último aspecto, sua remissão a uma perspectiva geral do que foram as interferências institucionais no carnaval da cidade, nesse período, igualmente adquiria outro matiz: traçava um panorama de como se conjugaram as concepções dicotômicas do poder estatal de lidar com esta cena em formas diretas de interferência, visando desarticular alguns dos aspectos mais democráticos de suas dinâmicas. Tal se deu principalmente a partir dos cerceamentos impostos ao uso da área central da cidade nesse período: ou cerceava as relações dos blocos para com estabelecimentos que

pudessem auxiliar no transcorrer de seus cortejos, por meio da ameaça de multas, ou reprimia pura e simplesmente aqueles que se davam nesta área. Nesse caso, o que se cerceava não era somente o uso de determinados territórios da cidade pelo carnaval propiciado por estes *grupos de afinidade*: igualmente buscava-se controlar suas dinâmicas por meio de medidas profundamente autoritárias, que tinham por efeito desagregar as possibilidades de estabelecimento de laços diretos para com as comunidades dos territórios onde se deram seus *desvios festivos*.

Foram precisamente diante desse conjunto de dificuldades, interpostas pela institucionalidade para com o tipo de carnaval que este Bloco fomentava naquele território nesse período de *consolidação*, o que despertou a discussão, entre seu *grupo de afinidade*, sobre a elaboração de outras formas de sustentar sua existência para o carnaval do ano seguinte. Destas discussões, surgiu a materialização de uma proposta que, preservando sua orientação de confecção de laços e reconhecimentos comunitários residuais, permitiu ao Bloco Filhos de Tchá Tchá traçar uma radical transformação das relações travadas por seus *desvios festivos* para com a cidade, e seus territórios, a partir de 2013.

3.4 – CARNAVAL DE 2013 – COMUNHÕES: “HOMENAGEAR O BAIRRO CONCÓRDIA, QUE É UM BAIRRO TÃO AFETIVO: UM BAIRRO TÃO NEGRO, UM QUILOMBO GRANDE, UM QUILOMBAÇO!”

Nas origens da radical reorientação imersa no *desvio festivo* que o Bloco Filhos de Tchá Tchá realizou durante o carnaval de 2013, se encontrava o aprofundamento de elementos que diziam respeito aos impactos das interferências da institucionalidade local sobre as dinâmicas orgânicas de expansão, e *consolidação*, da cena carnavalesca na capital mineira. Conforme se lê na notícia abaixo, tais impactos foram diretamente enfocados pela imprensa local, à época:

Destruição e sujeira após a folia no bairro de Santa Tereza

Anfitrião de boa parte da folia em Belo Horizonte, o bairro Santa Tereza (região Leste) herdou destruição e sujeira após receber milhares de pessoas nos quatro dias de Carnaval. Local de concentração de vários blocos de rua, a Praça Duque de Caxias tinha na quarta-feira (13) bancos quebrados, lixo,

jardins pisoteados e um forte cheiro de álcool e urina. Cena lamentada por moradores e comerciantes.

Nem o busto de bronze de Duque de Caxias, inaugurado em 1957, escapou dos mal-educados. Oferecida pelo Exército à capital, a peça foi pintada por vândalos. “Este ano não houve Carnaval, mas vandalismo. Só gostou quem participou da bagunça. Nosso bairro não comporta tanta gente”, diz a aposentada Ana de Azevedo.

Nascida e criada no bairro, ela afirma que funcionários da prefeitura só limpam a praça. Segundo Ana, coube aos moradores das ruas do entorno recolher a sujeira deixada diante das casas.

Os problemas se repetiram em vários pontos do Santa Tereza. Vizinhos da Praça Ernesto Tassini, por exemplo, reclamam que o lugar, antes cheio de roseiras, agora mal tem grama.

Por conta própria

O aposentado Roberto Fausto mora perto dali e com uma pá e um rastelo limpou, voluntariamente, a área verde. “A prefeitura só faz a varrição da rua e recolhe o lixo. Cuidar do jardim não é um serviço de rotina deles”, diz. “O que falta é educação ao povo e um planejamento melhor da estrutura em eventos como esses”.

[...] Em nota, a Prefeitura de Belo Horizonte informou que o serviço de limpeza urbana foi executado todos os dias, inclusive com plantão de varrição em algumas regiões. Também negou que a limpeza tenha ficado restrita às praças (MAIA, 2013).

A reportagem tinha por cerne a repercussão entre os moradores do bairro de Santa Tereza, concernente à realização de festejos carnavalescos em seu território. Em geral, o tom dos moradores ouvidos era de desaprovação: aquilo que antes eram festejos realizados em relativa harmonia com a comunidade havia se transformado num rastro de perturbações, abrangendo quase todo seu território. Em 2013, a intensificação da concentração, decorrente da interferência institucional sobre a cena carnavalesca da cidade, foi de tal magnitude, que seu território se tornara incapaz de absorver a grande afluência de blocos e foliões, sem impactar diretamente o cotidiano de seus moradores.

No cenário da cidade no início da década de 2010, as circunstâncias verificadas em Santa Tereza nesta reportagem representavam, acima de tudo, um agravamento da conjunção de fatores que, nos dois anos anteriores, já se faziam presentes ali durante o carnaval: nesse prisma, o que efetivamente distinguia o ocorrido em 2013 dizia respeito ao ensejo dado ao aprofundamento dos debates públicos sobre a postura da institucionalidade perante seu carnaval de rua. No caso, tais debates se reconfiguraram: articulavam os impactos de sua política discricionária, quanto à espacialização do carnaval de Belo Horizonte, às inibições aos direcionamentos confeccionados pelos *grupos de afinidade* que integravam esta cena, particularmente no que tangia à sua atuação em favor de uma descentralização orgânica dos festejos pela capital mineira. De certa maneira, o que transparecia nestes debates eram críticas atestando a incapacidade

do poder estatal local em atuar em sentido de preservar as dimensões de convívio entre carnaval e cidade, que marcaram o início de sua reinvenção.

Um dos traços da amplitude adquirida por tais debates é oriundo da própria transposição, na imprensa local, das circunstâncias ocorridas em Santa Tereza, em espécie de diagnóstico geral sobre o carnaval belo-horizontino. À época, tornou-se comum o aparecimento de reportagens como a abaixo:

No Carnaval em BH, muita alegria e pouca estrutura

O Carnaval de Belo Horizonte foi bonito de se ver. Afinal, como não se empolgar com a multidão de fantasiados que invadiu a capital nesses quatro dias? Tanta alegria, porém, não evitou problemas que fugiram do controle, como a falta de banheiros públicos e o trânsito caótico.

No bairro Santa Tereza, que chegou a receber 20 mil foliões, foram instalados 19 banheiros químicos na praça Duque de Caxias. A moradora Maria Eugênia Cardoso, de 50 anos, ficou assustada.

“Ninguém entra ou sai do bairro depois das 17 horas. O trânsito fica caótico e o povo estaciona onde quer. O bairro amanheceu com cheiro de urina. Eu tive que acordar cedo pra lavar minha calçada, porque o mau cheiro estava invadindo a minha casa”, disse Maria Eugênia.

Para o folião Tadeu Cardoso, 33 anos, faltou organização. “No sábado, o bloco Então Brilha parou o Centro. Sou de Salvador e lá é tudo organizado. A prefeitura daqui ainda tem muito a aprender”, disse o baiano que mora em BH há um ano.

Uma das organizadoras do bloco Baianas Ozadas, Renata Andrade Chamilet sugere à Belotur criar um grupo de estudo para o próximo Carnaval, para se adequar a esse crescimento. Só o Baiana Ozadas levou 10 mil pessoas à rua (da praça da Liberdade à avenida Afonso Pena).

“Não imaginamos que seria dessa dimensão. Havíamos informado à prefeitura a expectativa de 500 pessoas. Assim, foram colocados apenas três banheiros para atender o bloco”, destacou.

A Belotur afirma que seguiu a estimativa repassada pelos organizadores dos blocos. Porém, alguns nem se cadastraram. A empresa frisa que é necessário o registro prévio, para que possa dar o suporte ao desfile de blocos em 2014 (PATRÍCIO, 2013).

Do diagnóstico acima tecido, nota-se a formação de um imaginário, particularmente ambivalente, acerca do ressurgir da cena carnavalesca na capital mineira. De um lado, se celebrava que os festejos carnavalescos efetivamente haviam se tornado um dos componentes de sua paisagem cultural anual. De outro, sobravam críticas às formas como a institucionalidade lidava com o fenômeno, principalmente a partir do prisma da infraestrutura disponibilizada para os festejos. Nesse último aspecto, o que ficava em evidência sobre a atuação do poder estatal local era sua própria inoperância em administrar tanto as concentrações territoriais que sua interferência gerava, quanto em assegurar os auxílios que prometia às coletividades que se submetiam às suas regulações para realizarem seus cortejos.

No cenário ali dado, pode-se dizer que a recusa a reconhecer, e interagir com as dinâmicas autônomas de reinvenção de seu carnaval, incidia diretamente em sua incapacidade de reordenar sua relação para com um crescimento que surpreendia até mesmo alguns dos integrantes desta cena, à época. Se, de um lado, tal crescimento era evidência da importância do papel desempenhado por *grupos de afinidade*, como o aqui estudado, em sentido de *consolidar* a existência de uma cena carnavalesca na cidade, de outro, a reiteração da postura institucional, mesmo diante de tais consequências, era indicativo da rigidez com a qual defendia uma concepção mercantilizada para seu carnaval. Nesse último ponto, cumpre notar que, longe de revisar sua ótica dicotômica, pautada pela comercialização como princípio ordenador de seu relacionar com esta cena, o que demarcava a postura do poder estatal era precisamente o reforçar e reiterar essa forma de interferir no carnaval de rua local.

A dinâmica instaurada na paisagem do carnaval, em 2013, seja em seu crescimento, seja no enrijecimento das formas com que a institucionalidade lidou com o fenômeno, não deixou de ser percebida pelos integrantes do *grupo de afinidade* do Bloco Filhos de Tchá Tchá. De acordo com Augusto Borges, o carnaval de 2013 foi o detonador de mudanças particularmente significativas nas dinâmicas desta cena:

A partir de 2013 a coisa muda: começa a vir a figura das multidões. A Prefeitura sai do papel de combater, e passa a fazer o papel da promotora e, agora, sócia do carnaval. O jogo da Prefeitura é isso: na derrota do controle através da burocracia, da lei, controla pelo mercado - é o desenho aonde a gente chegou.

[...] O bloco é desse tamanho: não dá conta da multidão que eu não quero criar. A gente claramente não quer criar uma relação de consumo: o folião consumidor, que é o que assola o carnaval de Belo Horizonte hoje. E com a multidão, vem as respostas mais óbvias, mais clássicas de carnaval comercial pelo resto do Brasil. Os blocos começam a produzir o que? Soluções - a grande produção dos blocos hoje em dia é soluções de entretenimento pras multidões. É o que se produz hoje no carnaval de Belo Horizonte: isso custa fortunas, começa a girar também um capital que os blocos já não dão conta. O próprio Mamá na Vaca não gasta nada: o custo de um bloco como o Mamá na Vaca, ou Praia da Estação, ou o Filhos de Tchá Tchá, ou o Tico Tico, é zero! É zero! A gente num gasta, mas também num ganha: mas também tem muita gente ganhando na rua - ambulante, rede hoteleira, Uber, cerveja.

A Skol fez um evento esse ano, em que tinha uma *timeline* lá do carnaval de Belo Horizonte: existe um salto entre 2009 e 2012, e 2013 pra frente - é como se, a partir daí, o carnaval começasse a funcionar, começasse a existir carnaval em Belo Horizonte. A partir daí que vem a multidão, vem o sentido comercial, vem o patrocinador - a Skol começa a patrocinar. E a Skol patrocina via Prefeitura, via PPP¹¹⁷ - a Prefeitura não conseguia bancar os

¹¹⁷ Em 2013, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte assinou um contrato de patrocínio e parceria público-privada para a gestão da infraestrutura do carnaval de Belo Horizonte com a cervejaria AMBEV.

custos da máquina pública durante esse período -: uns valores ridículos, um milhão de reais, umas coisas ridículas assim.

O enquadramento de Borges traz consigo uma diversidade de elementos que reforçava a atmosfera entrevista pelas reportagens acima. De seu relato, cumpre notar, primeiramente, a relação que estabelece entre o aumento expressivo de público e a transformação ocorrida em alguns blocos fundados na cidade, durante o período de *consolidação*: mudavam tanto seus formatos, quanto suas perspectivas de interação para com seus foliões. Tal modificação atuava em sentido de desagregação de alguns aspectos dos modos de fazer carnavalesco, anteriormente disseminados por *grupos de afinidade* existentes na cidade: no caso, impactava particularmente os elementos participativos dos convívios conjugados por tais modalidades, substituídos por formatos pautados por dinâmicas de separação bem delimitada, entre execução e público, durante seus festejos. Em seu ver, a disseminação de tais formatos se atrelava tanto a uma redução da figura do folião a um mero consumidor de espetáculos, quanto à diluição de perspectivas democratizantes de festa que se interligavam organicamente a tal fator de elaboração conjunta dos preparativos e do transcorrer dos cortejos.

Como se depreende de sua leitura, tais mudanças, mesmo que não intencionalmente, atuavam em favor da perspectiva contraditória da institucionalidade local sobre seu carnaval: facilitaram a comercialização de parte desta cena, assim como a transferência de aspectos de sua regulação a potenciais investidores privados, que a ela se associaram enquanto patrocinadores. Mesmo que tal direcionamento institucional estivesse presente durante todo o período aqui recuperado sobre o carnaval belo-horizontino, o que diferia o cenário de 2013 perante o imediatamente anterior se encontrava em sua abrangência: ao assumir uma parceria direta com as forças de mercado, sedimentava um livre flanco para a cooptação de integrantes desta cena para concepções atreladas a elementos de espetacularização e rentabilidade como princípios ordenadores de suas festas. Ao mesmo tempo, a ampliação dessa abrangência, a partir da livre atuação das forças de mercado na capital mineira, atuava como fator de possível neutralização da expansão do potencial de democratização da cidade via carnaval, inerente à atuação de coletividades como o Bloco Filhos de Tchá Tchá, e seu *grupo de afinidade*.

Diante dessas circunstâncias, também chama atenção o contraste estabelecido em sua fala, entre a introdução desse formato mercantilizado na cidade e a experiência dos blocos do qual participava, enquanto integrante de seus *grupos de afinidade*, na

seara econômica. Nesse aspecto, longe de serem produções grandiosas, ou de renderem qualquer lucro a seus organizadores, tais coletividades adotavam uma perspectiva inteiramente fundamentada na inter-relação entre dispêndio autossustentável, e fortalecimento de circuitos econômicos de pequena monta, formais ou informais, nos territórios aonde transcorriam seus *desvios festivos*. Tal inter-relação conjugava consigo igualmente uma perspectiva distinta de entendimento deste fator: na concepção disseminada por tais *grupos de afinidade*, o que era recusado não era a existência de uma dimensão econômica como elemento atuante nas dinâmicas de seus cortejos, mas sim seu predomínio exclusivo como princípio orientador de suas festividades. Dessa maneira, tal fator se articulava, em seus *desvios festivos*, a partir de um prisma singular: se subordinava, e se condicionava a ser um entre vários instrumentos de confecção e de sustentação de laços de convívio com as comunidades que abrigavam seus cortejos.

O carnaval ao qual Borges se refere como próprio aos *grupos de afinidade* da qual faz parte também foi destacado, à época, pela imprensa belo-horizontina: em certo sentido, a presença desse enfoque indicava que, em 2013, a capital mineira era palco de uma nova dinâmica nesta cena, pautada precisamente pela contraposição entre estes dois formatos. Numa das notícias, referentes à permanência de blocos autoproduzidos, lia-se:

Folia de BH surpreende com irreverência de bloquinhos

Quem optou por passar o carnaval em Belo Horizonte e quis cair na folia não se arrependeu. A cidade mostra que não há mais nada de pacato no feriadão da capital. Aproveitando o tempo maravilhoso, milhares de pessoas foram às ruas e praças puxadas pelos tradicionais e conhecidos blocos carnavalescos. Na tarde deste domingo (10), o “Cacete de Agulha”, bloco criado há três anos por profissionais da área da saúde, percorreram toda a avenida Brasil em direção a Praça da Liberdade onde encontraram o “Unidos do Samba Queixinho” que surpreendeu pela sintonia musical. A bateria do “Queixinho” ensaiou por quatro meses e fez bonito. Com o lema “porque nem todo mundo tem samba no pé, mas todo mundo pode cantar”, eles arrastaram cerca de 600 foliões que desfilaram suas mais irreverentes fantasias.

Caso de dona Wanda Vasconcelos, de 88 anos, que junto com filhos e netos, cantarolava as marchinhas. “O carnaval é bom demais, faz a gente se sentir mais jovial e alegre. Sempre gostei e participo desde menina. E mesmo na cadeira de rodas, faço questão de vir. Foram muitos carnavais desde a infância”, conta dona Wanda, que acompanhou o bloco “Cacete de Agulha”. Já no bairro Santa Tereza as ruas foram invadidas pelos foliões que se espalhavam em vários bloquinhos e esquinas. Muitos se juntaram na Praça Duque de Caxias. Mas, o mais animado era mesmo o bloco “Esquina”, concentrado entre as ruas Paraisópolis e Divinópolis. Por lá também se juntou o tradicional “Rola Moça”.

Entre eles não há competição sobre qual é o mais animado ou qual recebe mais foliões. O espírito é sempre de integração e amizade. Tanto que muitos se juntam e deixam a festa ainda mais animada. E quem curte o Carnaval adora. Wesley Ribeiro, 28 anos, não se cansou. Após curtir os blocos na Praça da Liberdade, foi visto no Santa Tereza. “O legal é fazer via-sacra em

vários blocos. Assim não se perde nada. Tem ritmo para todos os gostos”. Além dos blocos, os bares do Santa Tereza estavam lotados (PATRÍCIO II, 2013).

A reportagem acima atestava não só a continuidade dos formatos carnavalescos aqui estudados, como igualmente destacava elementos concernentes à sua expansão, quantitativa e geográfica: era de tal ordem que um dos foliões ouvidos fazia menção à ideia de uma “via sacra”, a possibilitar o desfrutar de diversos blocos, com múltiplas propostas de festejos, em pontos diferentes da cidade. Também chama atenção que tais blocos, até então, se relacionavam de maneira orgânica com a própria cidade e seus territórios: suas aglomerações, na casa das centenas de foliões, os tornavam sobremaneira convidativos para a afluência de toda uma diversidade de públicos. Outro fator a se notar diz respeito à diversificação de seu aspecto estético expressivo: diferentemente de blocos como o Filhos de Tchá Tchá, cujas baterias praticamente se formavam durante os próprios dias de seus cortejos, algumas dessas coletividades criavam estruturas mais estáveis de musicalização, por meio de ensaios visando a composição mais bem delimitada de suas bandas. De certa maneira, tal diversificação estética se devia tanto à *consolidação* de modos de fazer carnavalescos na cidade, quanto ao uso efetivo de suas dimensões abertas à reelaboração enquanto instrumento de pluralização estética das manifestações carnavalescas em formação na capital mineira.

Desse modo, o retrato passado por reportagens como essa também delineava que, mesmo diante da interposição de formatos mercantis na cidade, as multifacetadas dimensões autoproduzidas da expansão da reinvenção de seu carnaval permaneciam, e se reelaboravam. Nesse ângulo, cumpre notar que conjugavam a multiplicação das formas de convívios possíveis e a própria diversificação de formatos orgânicos de festejos, com um direcionamento de descentralização territorial que era, até certo ponto, efetuado independentemente das interferências da institucionalidade local. Tal conjunção era de importância, no cenário dado pelo carnaval de 2013, em relação aos períodos anteriores: reforçava não só a expansão da dispersão territorial como predisposição autônoma de uso dos espaços públicos da cidade nesta cena, ampliando na prática a contestação de suas separações funcionais socialmente instauradas, caso dos *desvios festivos*, como relativizavam sua responsabilidade nos impactos causados em territórios aonde, por interferência do poder estatal, o carnaval até então se concentrou.

Este último aspecto detém importância central para os propósitos desta narrativa, dado que, conforme visto anteriormente, se além aos fatores que tornaram o Bairro de Santa Tereza inóspito para a continuidade dos *desvios festivos* do Bloco Filhos de Tchá Tchá em seu território. Como coloca Priscila Musa, este cenário influenciou diretamente no florescer de uma disposição em seu *grupo de afinidade* de reelaborar seus *desvios*:

Nosso lado era de descentralizar a festa dentro desse movimento de bloquinhos, do Tchá Tchá, do Tetê: pulverizar essa festa, ocupar outros lugares da cidade. Por que a gente tem que ficar na Centro-Sul ou Zona Leste? Foi feita uma discussão junto com a Prefeitura: era pra tentar que tivesse um carnaval no Barreiro, que nunca chegou - chegou esse ano -, que tivesse um carnaval no Concórdia, que tivesse um carnaval em outros lugares da cidade. A festa não precisava ter uma centralidade, e que esses lugares também fossem possíveis de mudar a festa: o Tico Tico foi no Aglomerado da Serra, disso surgiu o Bloco do Seu Vizinho, e o Seu Vizinho tem outra característica, é outro tipo de carnaval. Então teve essa iniciativa em 2012: a gente estava defendendo um pouco essa saída - inclusive, o Tchá Tchá saiu de lá por causa disso. Não voltou até hoje, foi quando ele começou a ser errante.

[...] E teve a reunião dos blocos também: o Tchá Tchá estava se posicionando a favor dessa saída, nesse momento. Teve um exagero no planejamento da Prefeitura, que restringiu os blocos: de tentar diminuir a centralidade da festa no Santa Tereza, e incentivar a Praça da Estação como um lugar de fazer grandes shows, porque lá era uma esplanada, foi planejada pra isso, pra receber um grande público - a gente defendeu isso.

[...] Tinha uma restrição de horário de entrada e saída que foi muito radical: sete horas da noite - até o Manjerição sofreu uma repressão porque chegou lá fora desse horário, a Tita foi presa. Essa restrição acabou sendo direcionada contra um determinado público: quem se viu impedido de realmente ocupar aquele lugar era quem ia de outros bairros pro Santa Tereza, porque ia vivenciar a festa à noite. Tinha gente que trabalhava de dia e ia pro Santa Tereza à noite, e esse público foi praticamente expulso: sete horas já tinha toque de recolher.

Do que é relatado acima por Musa, a conjunção de fatores existentes em Santa Tereza à época culminou por inspirar uma disposição voltada a incorporar o deslocamento territorial como aspecto do seu repertório de materialização. Em sua narrativa, tal reelaboração igualmente se interligava ao próprio papel assumido por seu *grupo de afinidade* nas instâncias de interlocução, criadas pela Prefeitura, para interferir na cena carnavalesca da capital mineira: transformavam um lugar de cooptação pelas concepções mercantis incentivadas pela institucionalidade em local de afirmação não só das dimensões autônomas de seu fazer festivo, como também de seu caráter democratizante. No caso, tal se fazia através da defesa da associação entre a diversidade de territórios existentes na cidade e um direcionamento em favor do estímulo à descentralização de seu carnaval.

De certa maneira, tal defesa se revestia das próprias discussões, entre os integrantes dessa cena, acerca dos acúmulos surgidos de iniciativas de *grupos de afinidade* atuantes na cidade de descentralizarem seus *desvios festivos*, paralelamente aos cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá em Santa Tereza, entre 2010 e 2012. Numa primeira dimensão acerca deste ponto, pode-se dizer que a existência de tais experiências de descentralização itinerante servia como fator de estímulo direto à abertura das perspectivas favoráveis ao deslocamento territorial do Bloco Filhos de Tchá Tchá. Num segundo aspecto, a deliberação pela incorporação desse caráter itinerante representava igualmente uma ampliação dos escopos mesmos de *politização*, imersos em seus *desvios festivos*: transfigurava tanto o Bloco, quanto os seus *desvios*, em agentes catalisadores da descentralização do carnaval pelos territórios da cidade, ao assumir uma associação entre esta disposição e a ênfase na democratização e diversificação de convívios, como horizonte efetivo de sua contribuição para a transformação do cotidiano da capital mineira.

Nesse último ponto, cumpre também notar que esta conjugação, associada ao deslocamento territorial de seus *desvios*, se transformava igualmente num fator a mais de sua distinção perante os sentidos dados aos deslocamentos territoriais realizados pela cena ativista atuante na questão da mobilidade na capital mineira, estudados no capítulo anterior. Enquanto os *desvios* realizados pela Frente Única Contra o Aumento tinham, como um de seus cernes, democratizar o acesso à circulação na cidade, através da interrupção momentânea de seus fluxos visando denunciar seu ordenamento excludente em diversos territórios, os da cena carnavalesca adquiriram uma configuração distinta: com sua dimensão itinerante, se tornavam fatores a impulsionar a democratização e diversificação de usos dos espaços públicos voltados a permanências e convívios nas comunidades em que se inseriam, por meio da abertura propiciada por este elemento à variação dos territórios de inserção de seus *desvios*.

Outro fator de importância, concernente a tais discussões, diz respeito à abrangência radical dessa deliberação, por parte do *grupo de afinidade* situado no entorno do Bloco Filhos de Tchá Tchá. Acerca deste ponto, o relato de Rafael Barros ilumina aspectos particularmente pertinentes:

E aí, fizemos uma reflexão que talvez fosse o momento de transbordar esse sentido, essa proposta não só do bloco, mas desse processo de reflexão sobre a retomada do carnaval, que também dizia respeito a um processo de retomada do espaço público, de retomada da experiência da cidade. Decidimos então que o bloco seguiria o princípio da errância, extrapolando

então qualquer contorno anteriormente definido, e indo em busca de outras relações, de outros espaços, de outros territórios, em lugares escondidos, desconhecidos: provocando mesmo essa mudança, esse deslocamento. Não seria apenas um deslocamento geográfico, mas também um deslocamento existencial: mesmo que a partir de um momento efêmero que seria esse do carnaval, da experiência de um dia e um bloco, em algumas horas torcer o nosso ponto de vista, nos colocando em relação e na disposição do encontro com o outro, com a diferença, com a diversidade - isso também provoca uma torção existencial das nossas percepções, das nossas orientações no mundo.

O que é colocado acima por Barros explicita duas dimensões distintas, relacionadas à iniciativa de incorporar perspectivas de deslocamento territorial aos *desvios festivos* daquele Bloco. Primeiramente, na contestação a aspectos da concepção que embasava a interferência institucional contraditória sobre a cena carnavalesca: à concentração e centralização territorial, incentivada então pelo poder estatal, era contraposta uma perspectiva de *politização*, inteiramente pautada pela iniciativa de atuar em favor de reforçar ímpetus voltados à autônoma dispersão de seus festejos, através de seus *desvios*. Num segundo plano, se encontram as dimensões singulares, associadas à radicalização mesma da incorporação desta perspectiva de deslocamento: extrapolava uma dimensão de transferência para a fixação de seus *desvios festivos* num novo território, transformando-se em fator de variação atrelado à dinâmica mesma elaborada no entorno da materialização do Bloco, a cada ano, favorecendo a diversificação dos próprios territórios e comunidades onde era possível situar seus *desvios festivos*.

IMAGEM 40: Concentração do Bloco Filhos de Tchá Tchá em frente à sede do Centro Espírita São Sebastião, durante o carnaval de 2013. Fonte: Priscila Musa.

Dessa maneira, circunscrevia aos convívios e permanências nos usos dos espaços públicos propiciados por seus cortejos um fator de dispersão expansiva atrelado ao seu contínuo transplante, de modo a aprofundar seu relacionar com as diversas nuances territoriais da cidade. Conforme coloca Barros, tal deslocamento contínuo democratizava igualmente outros fatores de seus *desvios festivos*: os transformava igualmente em instrumento de abertura para a ampliação da própria compreensão da capital mineira por seus participantes, além de agir na catalisação da incorporação do carnaval como aspecto da paisagem social e cultural das comunidades onde seus cortejos se materializavam.

Neste deslocar geográfico itinerante, se fazia igualmente presente uma dimensão de reelaboração dos próprios âmbitos acumulados dos modos de fazer anteriormente confeccionados, como forma de aprofundar a própria relação que este Bloco tecia entre cidade e carnaval: se transformavam também em mecanismos a auxiliar na dispersão espacial da cena carnavalesca na capital mineira. Sobre esta reelaboração, o relato de Augusto Borges fornece elementos particularmente pertinentes para seu entendimento:

Não necessariamente desmonta, apaga esse eixo de 2010: nesse período, esses blocos continuam em curso - imagino que outros tantos blocos surgiram em Belo Horizonte com questões que tão formulando na cidade.

[...] Um carnaval de aliança, de cidade com um tom mais comunitarista, de exploração de laços comunitários, de homenagens, reconhecimentos, e o outro - a gente pensava assim.

[...] Por exemplo, uma reformulação da cidade: a potência do carnaval, se for seguido por alguma coisa, é pra reformulação da imagem de cidade de Belo Horizonte. Principalmente nessa questão desses territórios desconhecidos, ou propositalmente marginalizados: inclusive na formação da cidade, enquanto memória de cidade, enquanto não pertencentes à imagem de cidade.

No panorama acima traçado por Borges, cumpre notar precisamente as dimensões em que se atrelou tal ímpeto itinerante com a reelaboração de atribuições dos modos de fazer dos *desvios festivos* deste Bloco, quanto ao seu direcionamento comunitário. No caso, no que tange à conciliação dessa direção com a incorporação da variação geográfica com tais direcionamentos existente em seus cortejos: seus *desvios* se transformavam em instâncias de ampliação territorial de suas orientações de valorização das dinâmicas de sociabilidade residuais das comunidades que abrigavam o Bloco. Também importa notar que tal reelaboração igualmente se contrapunha à própria

inclinação vertical de concentração territorial do carnaval, propagada pela institucionalidade local: a tal tipo autoritário de estabelecimento de territórios de festa, interpunha com seus *desvios* uma espécie de centralização efêmera eivada por um caráter horizontal de autoprodução coletiva, a partir do uso dos aspectos participativos e colaborativos, existentes em seus modos de fazer, como mecanismos democráticos de reforço dos laços e convívios já existentes nas comunidades onde se materializava.

São tais traços adquiridos nessa reelaboração que permitem dizer que, a partir do carnaval de 2013, o *grupo de afinidade* no entorno do Bloco Filhos de Tchá Tchá imprimiu uma nova dinâmica de orientação a seus *desvios festivos*: a de *comunhão* com as comunidades inseridas nos territórios que abrigavam seus cortejos. Por meio do enaltecimento da importância dos simbolismos, lutas e dinâmicas de convívio residuais autoproduzidas no cotidiano dessas comunidades, reforçavam tanto sua integração simbólica à cidade, quanto transplantavam tais laços comunitários a um patamar de visibilidade que os articulava enquanto horizontes potenciais mesmos de democratização da capital mineira. Dessa maneira, com este termo, busca-se precisamente destacar a confecção dessa forma de relacionar como um dos aspectos do modo de fazer carnavalesco singular ao *grupo de afinidade* no entorno desse Bloco, que acompanhava sua transformação em agente direto da expansão, descentralização e democratização da cena carnavalesca belo-horizontina.

Diante do contexto em que se deu essa reelaboração, esta orientação de *comunhão* igualmente incorporava um significado contestatório: expandia geograficamente os raios da retomada do conflito histórico, entre institucionalidade e os habitantes da cidade, que perpassavam esta cena, como fator intrínseco à reinvenção do carnaval belo-horizontino. Nesse último caso, tal se fazia seja na transgressão à perpetuação da segregação social existente no tecido da capital mineira através de seus *desvios*, seja em sua atitude de dispersar, e democratizar, um modo de fazer carnavalesco singular, cujo tipo de festividade se dava desatrelado do predomínio mercantil que regia a concepção do poder estatal sobre esta cena. Dessa maneira, essa orientação também atuava em sentido de ampliação dos âmbitos referentes à variante de *politização*, que singularizava este *desvio festivo* perante os anteriormente instaurados por este Bloco: permitia aprofundar a conciliação de formato estético com variações de territorialidade como dimensões de contraposição perante o institucionalmente defendido na cidade para com o carnaval.

No cenário geral da cidade em que se iniciou esta disposição itinerante de materialização de seus *desvios festivos*, pode-se dizer que tal orientação se revestia de todo um conjunto de singularidades, em particular quando em comparação com as dinâmicas instauradas, à época, por outros *grupos de afinidade*, caracterizados por igualmente se deslocarem. Conforme coloca Thalita Melo (MELO, 2014), não raro, tais deslocamentos implicavam na materialização de dinâmicas particularmente complexas de relação entre esta cena, e os territórios e comunidades com que se relacionavam:

Apesar da gradativa institucionalização dos blocos de rua, uma vez que a crescente participação popular demanda uma infraestrutura mínima, como a colocação de banheiros químicos, muitos blocos começam a se descentralizar, permanecendo desinstitucionalizados. Assim, vão em direção à periferia, convocando os moradores a participarem do festejo em bairros e aglomerados, sem deixar, é evidente, de causar ruídos próprios de uma intervenção como essa, no que toca a mediação desses encontros tão marcados por questões de classe e identificação, o que pode ocasionar respostas nem sempre favoráveis à adesão aos blocos por parte dos moradores, correndo o risco de espetacularizar a experiência, que tem como finalidade promover uma aproximação e estabelecer um diálogo maior com a periferia. É interessante ressaltar, no entanto, que essas vivências podem resultar em experiências corporais – e por isso sensíveis – enriquecidas pelo contato com as urbanidades e com a população à margem, criando intensidades e interações que só a festa popular carnavalizada é capaz de proporcionar (MELO, 2014, p.74).

O panorama traçado por Melo diz respeito às ambivalências situadas em experiências itinerantes similares a que o *grupo de afinidade* em torno do Bloco Filhos de Tchá Tchá deliberou por adotar para seus *desvios festivos*. No caso, no que tange à possibilidade de que as reverberações, decorrentes das zonas de encontro e mútuo convívio de seus cortejos, instaurassem uma ambiência de exacerbação de diferenças, como risco onipresente no qual outras coletividades carnavalescas tiveram que lidar: tal fator não detinha menor importância, principalmente em virtude de que esta dimensão itinerante desafiava separações simbólicas, sociais e espaciais, institucionalmente consagradas na capital mineira praticamente desde seu planejamento original.

No que tange a este Bloco, pode-se dizer que foi diante deste fator de risco que os acúmulos anteriores nos modos de fazer por seu *grupo de afinidade* adquiriam relevo especial: por sua orientação de reconhecimento comunitário, tais modos incorporaram ao longo do tempo instâncias práticas, diretamente atinentes à diluição efêmera de eventuais atritos, decorrentes do encontro de tais diferenciações nos instantes de convívio que propiciavam. Dessa maneira, seu aperfeiçoamento, oriundo de sua orientação em favor de propiciar *comunhões*, se atinha a evitar precisamente o reiterar

de tais separações: os aspectos participativos e colaborativos de confecção de seus *desvios festivos* se contrapunham seja à riscos de espetacularização de seus festejos, seja à despreocupação perante legados, ou contribuições potenciais, para as comunidades e territórios que os abrigavam.

Nesse sentido, cumpre notar que as circunstâncias diversas com que seu *grupo de afinidade* se deparou nos *desvios festivos* anteriores em Santa Tereza permitiu a elaboração coletiva de soluções singulares para lidar com as diversas facetas que circunscreviam seus cortejos: no caso, a existência de um acúmulo quanto a um direcionamento comunitário a tais modos de fazer foi de grande auxílio, no que tange ao estabelecimento de relações para com os territórios que os abrigavam, desse período em diante. Conforme coloca Priscila Musa, tal acúmulo foi fundamental na confecção do tipo de relação singular estabelecida para com as comunidades em que o Bloco realizou seus *desvios*, a partir do carnaval de 2013:

Teve um trabalho anterior, de conversar, é quase uma metodologia que a gente usa: tem uma pessoa da comunidade que nos leva a conhecer outras pessoas. O Cadinho e a Guidinha fizeram o percurso com a gente caminhando, fomos conversando com todos os comerciantes, com as pessoas que moravam no entorno: no Santa Tereza a gente fazia isso também, colocava cartinha avisando que o bloco ia passar, no Aparecida também¹¹⁸.

[...] São referências comunitárias, pessoas que a gente vá visitar.

[...] Vamos passar aonde tem bares pro pessoal poder comprar cerveja, e alimentar o comércio do bairro - quando ele sai do Concórdia, quando ele sai do Aparecida, de todos os lugares que ele saiu. Geralmente, sai de um lugar aonde eles fazem comida, e essa comida é pra gerar um recurso. Tá todo mundo no meio do carnaval, segunda-feira já é um dia de baixa - esse ano, por exemplo, tinha lá um pessoal servindo churrasquinho -: então tem essa troca também, que é de levar dinheiro, levar recurso, de movimentar os comércios.

[...] Discutir a divulgação, a gente fazia muito: vai divulgar, num vai, como vai divulgar, quantos dias antes, qual que é o impacto que essa divulgação pode ter, isso era conversado com eles também:

- É vantajoso pra vocês, divulgar? Não é?

Um medo também de encher demais o bloco. A gente fez esse percurso um pouco antes, conversou com os moradores do entorno.

[...] O que eu acho talvez até mais legal do Tchá Tchá, é essa coisa do desvio, e da efervescência que a festa traz pra dinâmica da cidade. A dinâmica urbana - esse endurecimento, esse recrudescimento -, essa potência festiva atravessando esses lugares, deixa muito rastros: de fortalecer os comércios, de fortalecer pessoas, de fortalecer identidades, locais, de aparecer outros blocos, de fortalecer possibilidades de ocupação do espaço público. De

¹¹⁸ Musa faz menção ao desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá ocorrido durante o carnaval de 2016. O cortejo do Bloco desfilou entre as ruas dos bairros Santo André e Aparecida, na região Noroeste de Belo Horizonte, em solidariedade à Irmandade Os Carolinos, proprietária de um dos mais antigos terreiros de religiosidade de matriz africana existente em Belo Horizonte. À época do desfile, a sede da Irmandade se encontrava ameaçada de desapropriação pela Prefeitura Municipal para obras de saneamento.

desviar, de levar esse desvio, que é pegar um povo da Zona Sul e jogar lá numa ocupação urbana lá no final da cidade de Belo Horizonte, em quase outro ponto da cidade nunca antes navegado. Tem essa força de colocar essas comunidades diferentes pra dialogar: povo do Congado com o povo do movimento da cultura, do teatro, da dança. Tem essa coisa do rastro: não lembro no Concórdia, mas acho que teve algum bloco que surgiu depois disso. Tem uma coisa aí que a gente não consegue nem medir o que isso vira depois, mas tem: as coisas vão se fortalecendo.

Do relato tecido acima por Musa, pode-se dizer que tal acúmulo gravitava numa multiplicidade de estratégias e esferas onde pudessem travar diálogos para com tais comunidades: como ponto em comum a este arcabouço, se encontrava precisamente o reconhecimento da complexidade de laços que formam o cotidiano destes territórios como atributo presente no estabelecimento de relações mútuas. Dessa maneira, chama atenção a abrangência tanto de temas, quanto de formas de colaboração a envolver tais comunidades, no que tange aos preparativos para seus cortejos: nesse caso, a mútua elaboração de seus percursos, nesses territórios, era uma forma de enfatizar que os reconhecimentos objetivados por seus cortejos se atinham diretamente às suas simbolizações cotidianas residuais comunitariamente autoproduzidas.

Em sua fala, tal fator igualmente dialogava com uma preocupação concernente aos próprios impactos da presença de seus cortejos nesses territórios, aspecto que se fazia presente na questão envolvendo a abrangência de sua divulgação para públicos exteriores à comunidade. No caso, tal fator envolvia um elemento ainda não abordado nesta narrativa: a especificidade do uso da virtualidade, por seu *grupo de afinidade*, como instância de difusão para tais públicos dos locais dos cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá. Diferentemente de muitas das coletividades surgidas ao longo do contexto de reinvenção do carnaval belo-horizontino, que divulgavam com grande antecedência a realização de seus desfiles, a incorporação da preocupação com este fator imprimiu dinâmica distinta do uso dessa ferramenta, enquanto parte associada a seu modo de fazer: normalmente, em atendimento às comunidades, seu *grupo de afinidade* tornou costumeiro realizar tal disseminação virtual nos dias imediatamente anteriores aos feriados carnavalescos. Nesse ângulo, a ênfase em favor de uma relação orgânica se atinha à relação entre esse fator e a formação de aglomerações de foliões que pudessem não só ser comportadas por aqueles territórios, como que também não prejudicassem as possibilidades de se inserção de seus habitantes nos festejos. Tal perspectiva dialógica também se estendia aos próprios laços tecidos, nesses preparativos, para com os circuitos econômicos existentes nestes territórios: além de assegurar uma infraestrutura

de consumo aos foliões, contemplava outra dimensão a seus cortejos, que também os situava enquanto formas de incremento à movimentação de recursos em auxílio a tais comunidades.

Diante destes aspectos, a conjunção de fatores articulados, neste refinamento dos modos de fazer de seu *grupo de afinidade*, transformava, por fim, seus *desvios festivos* como fator de radical democratização do uso dos espaços públicos destes territórios, também a partir das interações entre foliões e comunidades. Desse modo, incorporavam a tais preparativos de seus deslocamentos instrumentos visando tanto reforçar a radicalização de percepções inclusivas de vivência da capital mineira para seus foliões, quanto contribuir para o fortalecimento das dinâmicas residuais de sociabilidade e simbolização destas comunidades. Em seu conjunto, foi a articulação de tais refinamentos o aspecto que efetivamente distinguia este *desvio festivo* ocorrido em 2013, perante seus anteriores, quanto ao refinamento de seus modos de fazer: incidia diretamente na ampliação de sua complexidade, precisamente ao incorporar a tais modos de fazer um âmbito inteiramente atinente aos tipos de laços e relações constituídas para com os territórios e comunidades que abrigavam seus cortejos.

Para aquele que foi o primeiro *desvio festivo de comunhão* da história do Bloco Filhos de Tchá Tchá, o território escolhido foi o Bairro do Concórdia, situado nos interstícios entre as regionais Centro-Sul e Nordeste de Belo Horizonte. Um dos primeiros bairros da cidade fora do perímetro da Avenida do Contorno¹¹⁹ a abrigar parcela da mão de obra operária que construiu a então nascente capital de Minas Gerais (RIBEIRO; ARREGUY, 2008 I), o Concórdia se singularizou, desde o início, pela grande afluência de afrodescendentes entre seus primeiros habitantes. Conforme relata a artesã Isabel Casemira, como um dos primeiros subúrbios históricos da capital mineira, este bairro adquiriu todo um conjunto de particularidades residuais, diretamente atreladas aos traços legados por seu primeiro povoamento:

No início da construção de Belo Horizonte, tinha um pessoal onde que minha avó morava, no Barroca. Essa era uma área nobre - já destinada aos nobres da cidade -, e estava sendo ocupada por pessoas oriundas do bairro Angola: muitos negros que trabalhavam na construção da cidade, ali é um ponto mais fácil de locomoção desde aquela época. Então foi feito um acordo com esse pessoal que eles viriam para o Concórdia. Por isso que chama Concórdia: eles concordaram em vir. Muitas dessas pessoas compraram os seus terrenos, pagando direito: foi combinado pra cada um ter seu pedacinho, de acordo com sua posse e foi pago. A minha avó veio também: quando ela veio pra cá

¹¹⁹ No planejamento adotado para a construção de Belo Horizonte, a Avenida do Contorno, em sua extensão, demarcava os limites territoriais originais da cidade.

tinha um menino só, que já tinha um ano de idade – o tio Efigênio Casemiro. Minha mãe já nasceu nessa casa.

Tinha a Inconfidência Mineira, a Escola: era muito legal. Eles ensaiavam na Escola Hugo Pinheiro¹²⁰, a escola é aberta pra essas coisas. É uma união de amigos: as pessoas faziam muito gosto dessa Escola sair, era com muito esforço. Quando sai o dinheiro, quando tem ajuda: o dinheiro chega em fevereiro pra pessoa gastar, fazer tudo, construir tudo, e elas mesmo assim constroem. Os sambistas que fazem os enredos dessas Escolas que circundam o Bairro são pessoas muito legais: tem uma sintonia com o samba muito profunda, faz samba muito bonito, que fala do fundo do coração.

Como moradora do Bairro, e descendente direta de alguns daqueles que primeiro ali se estabeleceram, o relato acima de Isabel Casemira traz consigo muito da memória coletiva da comunidade acerca de sua formação, e dos símbolos residuais ali formados ao longo de sua história. Principalmente, no que tange às múltiplas ramificações culturais ali formadas, decorrentes das origens afrodescendentes de seus primeiros habitantes: propiciaram a aquela localidade tanto a construção de diversos espaços sagrados de religiosidades de matriz ou influência africana, quanto o revestimento de um papel de importância a aquele território na história do samba da capital mineira.

Conforme colocado por Casemira, tais influências reverberaram não só na fundação de uma das mais antigas Escolas de Samba de Belo Horizonte - a Escola de Samba Inconfidência Mineira -, como na presença, ainda nos dias atuais, de remanescentes das primeiras gerações do samba belo-horizontino entre seus moradores. Nesse prisma, o Concórdia é um bairro que se liga à própria história do carnaval da capital mineira: foi um dos primeiros palcos onde, no conflito histórico que perpassa a cena carnavalesca da cidade, se confinaram e se desenvolveram algumas de suas mais criativas manifestações populares. Por tais traços singulares de seu desenvolvimento, o Concórdia pode igualmente ser enquadrado como um bairro que, em muito, testemunhou as desigualdades historicamente formadas em Belo Horizonte: refletia tanto a dispersão espacial das segregações em seu tecido social, quanto as multifacetadas e anônimas resistências populares em favor da democratização da cidade, dentre as quais aquelas em favor da existência de um carnaval local.

De acordo com Rafael Barros, a decisão em favor do Concórdia, como primeira localidade a sediar o caráter itinerante do Bloco Filhos de Tchá Tchá de materialização de seus *desvios festivos de comunhão*, dialogava diretamente com tais tradições:

¹²⁰ A Escola Estadual Hugo Pinheiro é uma instituição de ensino situada no Bairro Concórdia.

Por toda a minha relação com o bairro Concórdia, e com todo o meu vínculo com o Reinado 13 de Maio, com o Centro Espirita São Sebastião - já vinha dum processo ali naquele momento de relação de onze anos -, a gente começou a conversar com a Dona Isabel, com a família, com o pessoal da Guarda, na perspectiva de construir aquele momento ali. Era extremamente significativa, porque já tinha esse vínculo, toda essa relação, essa construção: eu como membro da casa, como um filho adotado pela Dona Isabel, e como alguém que já atuava politicamente e devocionalmente no âmbito do Reinado e da Umbanda. Nos colocamos ali pra poder construir essa experiência, e de alguma forma, fortalecer as pautas, as lutas carregadas por aquela Casa. Também fazendo uma recuperação com todo um processo, com toda história do carnaval e do samba, que estão intimamente ligadas ao bairro do Concórdia: grandes sambistas, escolas de samba tradicionais nascidas, surgidas ali naquele território.

Como colocado por Barros, seus laços pessoais, e de outros integrantes do *grupo de afinidade*, para com o bairro igualmente incidiu no direcionamento de quais aspectos residuais visavam, com seu *desvio festivo*, enaltecer no arcabouço produzido por aquela comunidade. Nesse sentido, o percurso que escolheram propunha uma *comunhão*, que dialogava diretamente com a religiosidade ali existente, por meio de uma festividade cujo formato igualmente homenageava a importância de suas tradições carnavalescas para Belo Horizonte. Num plano mais geral atinente a este último fator, cumpre notar que tal percurso era também uma forma de reforçar os laços que atrelavam a reinvenção do carnaval belo-horizontino, ao longo da década de 2010, a toda uma linha temporal contra hegemônica que abarcava, e reverenciava o histórico de manifestações carnavalescas populares na cidade, e suas lutas em favor dos usos de sua espacialidade para formar efêmeros territórios para fins de permanência e convívio.

Também importa notar em sua fala uma dimensão de *politização*, centrada na associação ao simbolismo religioso em particular no seu cortejo. No caso, ao dar visibilidade às lutas ali travadas na preservação de sua religiosidade, e enquanto fator de articulação de elos comunitários, tal decisão reforçava uma perspectiva contestatória ampliada da cena carnavalesca da cidade, que se voltava a transformar seus festejos em instâncias de conagração, e valorização, de diversas lutas moleculares existentes em sua paisagem. Para tanto, a dimensão dialógica de elaboração, própria aos modos de fazer desenvolvidos por seu *grupo de afinidade*, servia como instância de refinamento de visibilidade a tais conteúdos residuais articulados por sua orientação de *comunhão*, a partir da inclusão direta da comunidade como interlocutores nos preparativos para receber seu *desvio festivo*.

Também não detinha menor importância que, dentre os terrenos devocionais ali existentes, fosse escolhido o Centro Espirita São Sebastião como local de concentração

para aquele cortejo: em certo sentido, as atividades ali desenvolvidas formavam um feixe singular dos simbolismos residuais que o Bloco almejava enaltecer com seu *desvio festivo de comunhão*. De acordo com Isabel Casemira, este espaço devocional é um dos mais antigos existentes no Concórdia que ainda se encontra em atividade:

O Centro Espírita é de Santa Tereza: foi fundado em 1933 e transferido cá pro Concórdia. A Guarda de Moçambique foi fundada em 1944, por Efigênio Casemiro e Maria Casemira: era minha avó. As pessoas do Bairro giravam em torno do Reinado: muitos daqueles que vieram eram também de matriz africana, tinham as suas venerações, os seus cultos. Foram cada qual se situando no espaço do Bairro: as manifestações mantiveram-se cada vez mais fortes por causa disso. Um ajudava o outro na sua manifestação, a também conseguir alimentação, seguir vivendo naquela condição precária. Foi passando o tempo: com isso o Centro e também o Reinado foi firmando nessa situação de ajuda à comunidade. Muitos que são do Centro são do Reinado: pode ser que não seja pertencente a nenhum deles, mas tem amor à Casa, e vem trabalhar conosco nos ajudando a manter funcionando.

Como aponta Casemira, a antiguidade deste espaço religioso dimensionava sua importância mesma nas relações comunitárias cotidianas ali desenvolvidas: seus préstimos devocionais conjugavam-se a um traço cultural igualmente através do Reinado de Congado que sediava, transformando-o num dos principais centros simbólicos para os habitantes daquele território. Em seu entorno, se formou igualmente toda uma rede invisível e anônima de sociabilidade que se direcionava a práticas de mútuo auxílio comunitário, o que evidenciava sua dimensão de local de articulação também na esfera dos tecidos sociais formados por seus moradores. Através da presença de tais feixes em seu redor, pode-se dizer que este espaço perfazia uma espécie de junção ampliada das próprias dinâmicas e esferas residuais dispersas por aquele território: dessa maneira, a interligação entre sua orientação de *comunhão* com aquele espaço também incorporava múltiplas dimensões de reconhecimento, e de enaltecimento daquilo que se sedimentou historicamente naquela comunidade.

Nesse aspecto, para além da visibilidade de sua dimensão devocional, e de suas lutas em favor de sua preservação, se enaltecia igualmente seu traço cultural: simbolicamente, integrava e destacava os elementos de percussão, inerentes à singularidade musical das procissões de Congado ali tecidas, como uma das origens e influências do próprio aspecto estético das baterias do carnaval belo-horizontino, homenageando sua importância histórica para seus festejos. Ademais, ao homenagear o Centro, o que seu *grupo de afinidade* também enaltecia era precisamente a permanência histórica, e a riqueza, dos laços autoproduzidos por suas redes de mútuo auxílio:

dialogava com as mesmas, vislumbrando-as como fragmentos potenciais de transcendência das separações existentes na capital mineira, pela junção de elementos que poderiam se articular em favor da democratização dos convívios na cidade.

Para tanto, o percurso de seu cortejo também buscou incorporar uma trajetória que igualmente contemplasse todo um conjunto de espacialidades atinentes às dinâmicas cotidianas ali existentes, a partir de três eixos: sociabilidade, cultura e religiosidade. De acordo com Rafael Barros, tais eixos tinham por fundamento dar visibilidade às suas dimensões singulares naquela comunidade:

Então, começamos a construir esse diálogo, essa conversa: Dona Isabel, Belinha, Guidinha, Ricardo, o pessoal pirou, na possibilidade de fazer mais essa amarração com a cidade, com outros grupos, com outros imaginários.

A Guidinha - Margarida, filha da Dona Isabel - se dispôs a sair com a gente, desenhando um percurso pelo bairro, em que também pudesse ali visitar espacialidades menos conhecidas, que também nos levasse ao encontro de pessoas marginalizadas dentro daquele bairro. O Concórdia também tem uma divisão interna, entre os moradores que já vivem lá há décadas, entre o Alto Concórdia e o Baixo Concórdia - mesmo o bairro, na sua totalidade, sendo um bairro popular, de classe média baixa.

[...] A gente fez questão de tentar fazer esse percurso por baixo, aonde pudesse entrar na Vila do Concórdia: percorrer aquele território, estabelecer essas conexões com aquelas espacialidades, e também percorrer um pouco as residências, espaços que faziam relação com o próprio universo do Reinado e da Umbanda ali da Dona Isabel - passar por casas de integrantes da Irmandade, ou da Umbanda, outras Guardas de Congado, outros terreiros. Buscou, no percurso, fazer um desenho que alinhavasse isso: figuras de referência pro universo do Reinado e dos terreiros, passando por casas de integrantes da Irmandade, da Umbanda, ou na frente de outras Guardas de Congado e terreiros do bairro - passou lá pela Guarda de São Bartolomeu, o terreiro do Lisboa, na casa da Rainha Belinha. E nesse percurso, entrar na Vila - nesse núcleo mais popular, mais proletário do Baixo Concórdia -, criando ali uma conexão, e terminando com o bloco no campo do Inconfidência. É um lugar de referência importante: deu nome à Escola de Samba Inconfidência Mineira, criada pelo Mestre Conga, pelo Kalu - é uma das escolas de samba mais antigas e tradicionais de Belo Horizonte.

Num plano geral, atinente às circunstâncias da cidade quando se deu este *desvio festivo*, a narrativa de Barros sobre a trajetória percorrida pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá naquele cortejo era, primeiramente, demonstrativa da materialização de um contraste multifacetado, para com os rumos contraditórios institucionalmente predominantes quanto ao carnaval belo-horizontino. Nesse aspecto, cumpre notar duas dimensões interligadas de contraste: à promoção de um carnaval enquanto espetáculo mercantil de consumo, e desenraizado de vínculos com os imaginários atribuídos a seus espaços públicos e territórios, os próprios simbolismos conjugados neste percurso serviam para valorizar as riquezas residuais existentes na autoprodução do cotidiano da cidade; às instâncias de separação, entre execução e público, no formato de festividade

incentivado pela Prefeitura, se contrapunha uma festa radicalmente marcada pela participação e colaboração, entre foliões e comunidades envolvidas.

IMAGEM 41: Cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá em meio às ruas da Vila Dias, durante o carnaval de 2013. Fonte: Priscila Musa.

Na descrição de Barros acerca da trajetória adotada neste *desvio festivo de comunhão*, tal contraste se perfazia na relação tecida pelo Bloco com aquela comunidade, decorrente da articulação dos três eixos acima expostos: interligava diversos espaços devocionais com as áreas onde residiam os setores mais desfavorecidos de sua população, culminando com seu encerramento em um local de referencia direta à tradição carnavalesca desenvolvida no Concórdia. Na conjunção ali tecida, cumpre notar que com seu cortejo, igualmente contribuía, mesmo que efemeramente, para a neutralização das próprias diferenciações ali formadas em seu aspecto socioeconômico: transformava seu *desvio festivo* também em instância de abertura potencial para o fortalecimento de aspectos inclusivos aos laços de sociabilidade ali existentes. Esse último aspecto também se associava diretamente à orientação de *comunhão* adquirida por seu cortejo, em relação ao local aonde se encerrou: enaltecendo a contribuição daquele território para a história do carnaval belo-horizontino, simbolizava igualmente a potência da festa como fator de aprimoramento e aprofundamento de seus laços comunitários.

Em seu sentido mais radicalmente democrático, nota-se que a articulação tecida na conjunção de tais eixos representava igualmente uma modalidade de apropriação singular de um aspecto intrínseco à tradição carnavalesca brasileira: sua propensão à efêmera dissolução de hierarquias socialmente instauradas. Tratava-se, portanto, também da recuperação de um aspecto do carnaval, que Hilário Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 2006) designa como sendo seu eixo reflexivo:

Ademais, interessa vislumbrar o carnaval para além da sua aparente imagem amena de convivência entre os diferentes sujeitos históricos; desnudam-se, pois, as diferenças e os conflitos presentes nos referenciais plurais das ‘culturas populares’. Estas últimas, caso adequadamente problematizadas, comportam um caleidoscópio de experiências do viver coletivo das mais variadas sociedades. Através desse eixo reflexivo, a polifonia das formas de se brincar os festejos carnavalescos se amplia ainda mais, haja vista que emergirá uma vasta gama de possibilidades dos atores sociais se fazerem presentes e participarem ativamente nos tecidos urbanos. Nesse sentido, os ‘carnavais populares’ podem ser antevistos como momentos significativos das expressões plurais da urbanidade nas distintas temporalidades (PEREIRA FILHO, 2006, p.69).

Das considerações de Pereira Filho e o *desvio festivo de comunhão* aqui recuperado, cumpre sobremaneira ressaltar duas perspectivas interligadas: o caráter de amplificação polissêmica da conjugação de simbolismos ali efetuada, imersa no uso dos convívios propiciados por aqueles festejos para fins de desestabilizar, momentaneamente, as hierarquias que perpassam seu tecido social; a anulação das separações invisíveis existentes na cidade, que marginalizam os simbolismos culturais ali produzidos perante a tessitura da sociedade belo-horizontina como um todo.

No que tange a tal interligação em seu transcorrer, pelos simbolismos que agregou em seu percurso, e pela conjunção entre moradores locais e foliões provenientes de outras áreas da capital mineira, tal desestabilização se deu numa dimensão ampla de neutralização de hierarquias e conflitos. Nesse aspecto, seu cortejo formava, no transcorrer daquele *desvio festivo* uma efêmera *comunhão* que o transformava, através do carnaval, numa comunidade ampliada, e moldada pela ausência de distinções, seja entre as dinâmicas dos moradores do Concórdia, seja entre esses e os foliões externos que aquele território recepcionava. Dessa maneira, o que tal caráter de *comunhão* agregava era uma ampliação da própria desestabilização de papéis intrínseca ao modo de fazer carnavalesco desenvolvido por seu *grupo de afinidade*: à indistinção entre foliões e Bloco, era justaposta uma segunda camada, inteiramente

atinente a amplificar tal aspecto, de modo a compreender a anulação de separações entre seu cortejo e a comunidade ao seu redor.

IMAGEM 42: Bloco Filhos de Tchá Tchá entrando no campo de futebol do Inconfidência Esporte Clube, durante o carnaval de 2013. Fonte: Priscila Musa.

Num prisma amplo, pode-se também dizer que a conjunção de fatores atrelados à dinâmica de formação dessa efêmera comunidade ampliada é o que singulariza a presença de um elemento prefigurativo (KATSIAFICAS, 2006; GORDON, 2008; GRAEBER, 2009) nesse tipo de *desvio*, perante os estudados no capítulo anterior. Se com o catraço, o que estava sendo propiciado era a vivência de uma livre e democrática circunstância de acesso à cidade, nas sociabilidades tecidas nesse cortejo, o que se materializava era a experiência de um mútuo convívio regulado pelo permanecer num espaço público, em interações pautadas pela dissolução de distinções entre seus participantes. Outra distinção que é importante ressaltar diz respeito ao elemento de direcionamento desta comunidade efêmera, em comparação com aquelas formadas durante a ocupação da Câmara na campanha de 2015: se estas se atrelavam a uma reivindicação direta como prisma articulador do conjunto de eventos que ali se deram, as dos *desvios* propiciados por este Bloco buscavam conjugar festa e enaltecimento de laços e símbolos comunitários residuais perante o predominante na cidade.

No carnaval do Bloco Filhos de Tchá Tchá em 2013, foi precisamente tal conjunção de feixes simbólicos interligados, materializados na realização daquele *desvio festivo*, o que delineia o primeiro de seus legados para a comunidade que o

abrigou. Nesse aspecto, o relato de Isabel Casemira, sobre aquela segunda-feira de carnaval, delineia muito de como os moradores do Concórdia com ele se relacionaram:

Quando ele fundou esse Bloco, já tendo essa corrente de afetividade tão grande com o bairro, ele quis nos prestigiar: honrar a nossa Casa com essa saída, para que ficasse mais conhecido por outro tipo de pessoas, e valorizar o Bairro Concórdia. Homenagear o Bairro Concórdia, que é um Bairro tão afetivo: um Bairro tão negro, um quilombo grande, um quilombaço. Com isso, ele nos convidou pra vir, nos deu essa preferência.

[...] Nós preparamos uma comida muito gostosa, um feijão tropeiro espetacular, maravilhoso! Pastel gostoso, croquete, que era a mamãe que fazia – um croquete para os vegetarianos -, cervejinha gelada e um espaço aconchegante. Ah, foi magnífico! Foi maravilhoso, foi bom demais! Eles ficaram muito eufóricos, muito animados, muito alegres: aquelas pessoas rindo alto, rindo feliz, fantasiadas.

[...] É um Bloco que gera renda pro povo do bairro, o que a gente precisa é disso: a valorização que a gente espera é a geração de renda pro próprio Bairro. Num é pro outro que num mora aqui: é girar aqui.

[...] E esse bloco passando pelo campo foi maravilhoso, foi muito legal. E foi maravilhoso: o pessoal da Velha Guarda cantou lá no campo. O Mestre Conga também andou muito pelas redondezas do Concórdia - ele faz isso com maestria até hoje -, Dona Elisa, e os outros companheiros do samba. É muito bom! Foi maravilhoso. Cada espaço desse que é escolhido pra reforçar a estrutura financeira e cultural do bairro é válido: qualquer pessoa, qualquer que seja. Comigo é assim: me deu a mão é irmão.

Casemira ressalta que o primeiro legado concernente a aquele *desvio festivo* dizia respeito à própria receptividade com a qual sua comunidade acolheu os festejos carnavalescos que ali se deram. Decorrencia tanto dos diversos aspectos da aplicação de um modo de fazer inclusivo e colaborativo, moldado ao longo dos anos anteriores por seu *grupo de afinidade*, quanto de um multifacetado conjunto de iniciativas tomadas pelos moradores locais em favor da realização daquele festejo carnavalesco, o que seu relato faz transparecer é que aquele *desvio festivo* formou, efemeramente, uma relação de convívio, entre os foliões e seus habitantes, articulada por uma espécie de espelho social dos mútuos reconhecimentos ali efetuados.

IMAGEM 43: Bloco Filhos de Tchá Tchá no campo de futebol do Inconfidência Esporte Clube, durante o carnaval de 2013. Fonte: Priscila Musa.

Nesse caso, a desestabilização das fronteiras sociais invisíveis que formam a tessitura contemporânea de Belo Horizonte, no transcorrer daquele cortejo, favorecia precisamente tais mútuos reflexos: ao gesto de enaltecer seus simbolismos e dinâmicas societárias residuais singulares, conjugados na trajetória que o Bloco ali percorreu, se formou uma resposta simétrica por seus moradores, fundada em múltiplos gestos de generosidade, gratidão e acolhida de seu carnaval. Desses mútuos reconhecimentos, ficava como primeiro legado um acolher de um olhar transformador sobre seu próprio cotidiano, fundado na valorização de seus laços em sentido da defesa permanência das dinâmicas residuais ali instauradas e sustentadas como patrimônio singular autoproduzido naquele território em favor de seus moradores, e da cidade.

Um segundo conjunto de legados derivado daquele *desvio festivo* ocorrido em 2013 diz respeito tanto à relação tecida pelo Bloco para com aquela comunidade desde então, quanto à inclusão do Concórdia no processo de reinvenção do carnaval de rua belo-horizontino. Como relata Rafael Barros, tais desdobramentos tiveram ressonância tanto para sua comunidade, quanto para a cena carnavalesca da cidade:

Foi bem interessante: como um reflexo desse processo, depois da saída do bloco lá, eu fui procurado por algumas pessoas, moradores do bairro que viram a experiência do carnaval, a retomada desse processo ali que sempre foi muito forte, que saíram no bloco e me pediram ajuda e orientação pra saber como poderiam retomar esse processo lá no bairro Concórdia, criando os blocos de vizinhos, de amigos do bairro. Nesse sentido, se tem a partir

desse momento iniciativas ali na região, no bairro, de construções de blocos muito relacionados à dinâmica local. Tem uma coisa incrível: o Afroxé Bandalerê, que hoje é uma referência nesse processo de retomada do carnaval enquanto um bloco afro, surge ali então no Concórdia, sai ali no Concórdia - esse desdobramento é algo muito incrível.

Teve também outra situação interessante da Dona Isabel, que foi procurada pela galera do Alto Concórdia - o terreiro da Dona Isabel tá numa situação intermediária entre o Alto e o Baixo - reclamando de que a gente não teria saído ali, naquela porção do território, e pedindo pra que o carnaval saísse ali: pudesse desfilar ali num outro ano, num outro momento, porque eles teriam ficado enciumados. Segundo a Dona Isabel, isso gerou uma situação delicada pra ela politicamente, porque ela precisa tá em relação, em conexão com o bairro todo, precisa de todo mundo pra manter as tradições, e ela começou a reclamar: então a gente fez um compromisso com a Dona Isabel que a gente ia, em algum outro momento, em algum outro ano, voltar pro bairro pra poder retomar essa relação, essa conexão nessa outra porção do bairro, nesse outro território. Isso acabou acontecendo só em 2017, e infelizmente com a ausência dela: ela faleceu em junho de 2015, e o falecimento da Dona Isabel nos chamou a essa responsabilidade assumida. E aí nesse retorno a conexão se deu aí de forma mais forte com a história do samba ali no bairro, em homenagem ao Mestre Conga, que completava cem anos de idade, um grande baluarte do samba – e o povo do terreiro ficou muito feliz também com a possibilidade de levantar recursos, ampliar as relações, ter mais gente conhecendo a história ali.

De acordo com Barros, a primeira dimensão dos impactos sobre aquela comunidade se encontra na revitalização da tradição carnavalesca do Concórdia nos anos seguintes. A experiência tecida naquele ano por seu *grupo de afinidade* se tornou fonte de inspiração para iniciativas carnavalescas inteiramente autoproduzidas por seus habitantes, que passaram a serem elementos a mais a compor a rica paisagem cultural daquele Bairro. Nesse sentido, a utilização dos modos de fazer refinados ao longo dos anos anteriores, conjugada ao enaltecer de seus simbolismos comunitários residuais, parece ter tido papel crucial na reincorporação do carnaval de rua na dinâmica daquele território: permitiram a criação de uma zona de intercâmbio de práticas que, direta ou indiretamente, influenciaram na revitalização das relações daquela comunidade para com os festejos carnavalescos.

Em si, tal ressonância era indicativa das próprias potencialidades transformadoras, associadas à conjugação de tais modos de fazer com o caráter itinerante assumido pelo Bloco quanto aos seus *desvios festivos*: interligava, a partir de um prisma de democratização, sua descentralização territorial com o estabelecimento de laços que permitiam a disseminação e incorporação de aspectos desses modos para as comunidades que abrigavam seus cortejos. Dessa maneira, diante de um contexto pautado pela espetacularização e concentração geográfica do carnaval pela institucionalidade, seu *grupo de afinidade* se contrapunha a tal cenário pela ampliação

dos territórios onde era possível instaurar, e sustentar formatos orgânicos de dispersão e *politização* do carnaval belo-horizontino.

Num segundo plano, cumpre notar a permanência da própria relação tecida pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá para com o bairro do Concórdia. No caso, mesmo mantendo seu caráter itinerante desde então, seus deslocamentos posteriores pela cidade se fizeram buscando concatenar a introdução de relações com outros territórios com o retorno para aquela comunidade: nessa perspectiva, seu *grupo de afinidade* teceu uma articulação singular de continuidade temporal das *comunhões* tecidas para com aquele Bairro. Enquanto forma de retribuição à acolhida dada por sua comunidade em 2013, tais retornos se demarcaram precisamente pelo aprofundamento de laços mútuos: reforçaram e ampliavam tanto o enaltecimento de seus simbolismos e lutas cotidianas residuais, quanto, através das reorientações de percursos efetuadas, intensificaram suas integrações para com as diversas nuances ali existentes.

Do que decorreu naquela tarde, pode-se também dizer que um último conjunto de legados dizia respeito aos acúmulos adquiridos pelo próprio Bloco Filhos de Tchá Tchá, que tanto desestabilizavam, num plano geral, significados atribuídos a tal formato de festejo carnavalesco, quanto diversificava e aprofundava seus laços para com a cidade, e suas nuances territoriais. No primeiro ponto, pelos próprios elementos aglutinados por seu *grupo de afinidade* desse cortejo em diante, pode-se dizer que fizeram estremecer a própria conjunção de aspectos com que Roberto Da Matta associa à relação entre blocos carnavalescos, Escolas de Samba e comunidades:

Enquanto as escolas representam esses aspectos, os blocos seriam expressões de valores carnavalescos muito mais puros, voltados - como os famosos cordões carnavalescos do Rio antigo [...] - para a ritualização da solidariedade dos bairros de onde provêm. Desse modo, os blocos se colocam como reforçadores do bairrismo e da vizinhança, fenômenos que tendemos a tomar como irrelevantes na nossa apreciação do mundo urbano moderno. Assim fazendo, os blocos entrecortam distinções de família, cor, posição educacional ou ocupacional para unir todos os seus componentes numa mesma 'tribo' ou 'bloco'.

[...] A impressão é a de que os blocos recortam a cidade tomando como ponto central a residência numa área comum (o fenômeno da vizinhança e do bairrismo), ao passo que as escolas enquadram sua unidade na possibilidade de criar um espaço que, embora ligado por cordão umbilical ao 'morro', à favela e à pobreza, permite a junção - para o carnaval, de gente rica, branca e bem nascida com os pobres e pretos. As escolas, então, promovem uma sistemática integração dessas classes no seu desfile altamente complexo (DA MATTA, 1997, p.127, 128).

Diante das considerações acima de Da Matta, cumpre notar que a interposição de uma dimensão itinerante em seus *desvios festivos de comunhão* culminou por alterar a própria ordem de relações que o uso desse formato carnavalesco estabeleceu com as comunidades em que seus cortejos se deram: não eram rituais de homenagem a uma comunidade de origem, mas sim a uma comunidade momentaneamente instaurada como de destino. Ainda que reforçasse precisamente os laços de sociabilidade residuais existentes nestas comunidades, seu *grupo de afinidade* o fazia se assumindo enquanto agente externo que, através das mediações tecidas para com seus moradores, se revestia de um papel de subordinação e colaboração para a visibilidade dada a seus desígnios e entendimentos, visando propiciar o enaltecimento de seus símbolos e lutas cotidianas.

Nesta condição de agente externo que, pelo caráter itinerante, diversificava suas territorialidades de referência, ao igualmente atrair e mesclar foliões provenientes de outros territórios da cidade em seus cortejos, este Bloco passou a atuar assumindo precisamente as características que Da Matta, em seu ensaio, atribui às Escolas de Samba. No caso, se revestia de um caráter de catalisação da junção de universos sociais distintos, a partir de seus *desvios*, que se agregavam materializando um contraste direto para com as separações socialmente predominantes na cidade. Desse modo, não só transgrediam tais definições associadas a um bloco, quanto à relação entre festejo e comunidade de origem, como igualmente delineavam, a partir da conjugação de suas características acumuladas, a possibilidade de elaboração de um formato inteiramente singular de agremiação carnavalesca como intrínseco à capital mineira na reinvenção de seu carnaval.

Por fim, no que tange ao aprofundamento de suas relações para com Belo Horizonte, cumpre notar que tal se deu precisamente a partir da conjugação de seu elemento de *politização*, sua orientação de *comunhão* e seu caráter itinerante, nos anos seguintes. Acerca deste processo, Augusto Borges relaciona tal conjugação com um horizonte amplo de materializações de vivências coletivas efêmeras, pautadas pelo sentido comum de cidade:

O Tchá Tchá vira, a partir de então, essa ideia de bloco que não repete itinerário: do bloco itinerante. Coisa que eu compartilho: sempre discuti esses itinerários, passou a ser uma produção do bloco. Ao invés de tá preocupado com entretenimento, a gente passou a tá preocupado com os itinerários: passou a ser uma composição, uma autoria do bloco. Essa ideia do bloco itinerante o Tico Tico e o Tchá Tchá começaram a incorporar, mas eu acho que são distintos. O Tico Tico tem essa pegada bem urbanística: a própria ida

ao São Geraldo¹²¹ tem aquela coisa do Rio Arrudas, do fim da cidade, as fronteiras - até pela formação de arquiteto do Roberto.

E o Filhos de Tchá Tchá sempre nesse reconhecimento do que eu chamo dos comunitarismos urbanos: esse tom bastante acolhedor dos comunitarismos urbanos. Quando saiu no Carolinos, quando saiu nas ocupações¹²²: é aquela experiência comunitária ali de construção de uma cidade, a construção das habitações, construção das soluções todas em comunidade. Trouxe essa coisa muito forte: de uma cidade que sofre da falta de cidade, da falta dos sentidos comunitários, e de ilhas de comunitarismo na cidade - não é exatamente uma descoberta, mas algo que participamos - e participando, as outras pessoas participam.

Do que é colocado por seu ponto de vista, a própria forma com a qual se deu seu *desvio festivo* durante o carnaval de 2013 se sedimentou enquanto modo de fazer singular do Bloco Filhos de Tchá Tchá na cena carnavalesca belo-horizontina. Dessa maneira, transformou seus legados em instrumento visando elaborar intermediações para conferir visibilidade aos diversos convívios residuais existentes nos territórios da capital mineira com o qual se conectou, ao mesmo tempo em que agindo como detonador da dispersão e popularização desta cena para habitantes inseridos nas mais diversas nuances sociais da cidade.

IMAGEM 44: Cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá durante o carnaval de 2018. Fonte: Priscila Musa.

¹²¹ Borges faz menção ao desfile do carnaval de 2015 do Bloco Tico Tico Serra Copo.

¹²² A fala de Borges se referencia, neste ponto, à Irmandade Os Carolinos, uma das mais antigas coletividades de Congado e Reinado existentes em Belo Horizonte. O território no entorno de sua sede serviu de local onde transcorreu o *desvio festivo* do Bloco Filhos de Tchá Tchá no carnaval de 2016. À época, sua sede se encontrava ameaçada de despejo, em virtude de um plano de obras de saneamento da Prefeitura que visava canalizar um córrego existente nas margens da propriedade.

Nesse rumo estabelecido desde então, cumpre notar que sua *politização* passou a perpassar uma ênfase em interconexões para com comunidades inseridas em processos de luta, atinentes seja à preservação de seus símbolos culturais autoproduzidos diante de ameaças institucionais, seja em favor do próprio reconhecimento de sua existência, caso dos territórios de ocupações por moradia urbana na área da capital mineira. Em larga medida, além de ser um gesto de solidariedade direta para com o próprio uso contestatório de tais territórios por parte das populações que nele residem, tais iniciativas igualmente se inserem como forma de auxiliar a dar visibilidade pública às suas reivindicações: nesse último aspecto, seus *desvios* se transformaram também em formas de intermediação do acesso às suas lutas, por meio da materialização de um prisma voltado a fortalecer as redes de apoio em favor destas comunidades.

IMAGEM 45: Mapa dos locais de realização dos desfiles do Bloco Filhos de Tchá Tchá desde sua fundação. Em quadrado, Santa Tereza (desfiles de 2010 a 2012); losango, Concórdia (desfiles de 2013, 2017 e 2019); em círculo, as ocupações da Mata da Izidora (desfiles de 2014 e 2015); em X, o Bairro Aparecida (desfile de 2016); em estrela, as ocupações do Barreiro (desfile de 2018). Fonte: Google Maps.

A partir da sedimentação de seu modo de fazer carnavalesco estabelecido em 2013, este Bloco desenvolveu, portanto, uma trajetória histórica pautada, acima de tudo, pelos acúmulos e enriquecimento de seus laços para com a cidade, decorridos da diversificação de territórios e de demandas iluminadas e interligadas por seus *desvios festivos*. Traçando e ampliando, a cada ano, uma cartografia metafórica profundamente democrática de cidade para a capital mineira, ampliavam as próprias fronteiras simbólicas e materiais das *insurgências do uso* nascidas, em 2010, durante as Praias da

Estação: nas múltiplas indistínções conjugadas entre festejar e politizar de seus *desvios festivos*, transgrediam todos os limites à espacialização da reinvenção do carnaval de rua de Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

Walter Benjamin, *Teses sobre o Conceito de História*

*“Poder!
Poder para o povo!
E o poder do povo
Vai fazer um mundo novo!”*

Palavra de ordem entoada por militantes anarquistas nos protestos de rua em Belo Horizonte

Nos múltiplos veios explorados nas narrativas que compuseram este estudo, se entrecruzaram distintos feixes, entrelaçados num mesmo palco: a cidade de Belo Horizonte, ao longo da década de 2010. Nas proximidades ou nas distâncias entre cenários, coletividades e individualidades que guiaram os percursos aqui traçados, procurou-se aqui esboçar maneiras de tentar representar e enaltecer as formas polissêmicas com as quais vislumbraram, iluminaram e extrapolaram quaisquer delimitações deste palco, seja quanto aos espaços comuns arranjados por suas ruas e praças, seja para com as distintas paisagens desenhadas pelos territórios e comunidades autoproduzidas por seus habitantes.

Exacerbando e transgredindo deliberadamente quaisquer fronteiras existentes nos contornos impostos desde as origens deste palco, talvez a primeira, e mais fundamental, das riquezas de suas experiências se encontre nos incontáveis e bravos gestos de transplantarem à prática suas esperanças subterrâneas, imersas em seus vislumbres do que deveria ser uma cidade, conjugada à recusa do que ela, predominantemente, é. Neste transplantar, suas esperanças perpassavam diretamente as materialidades com a qual matizaram com tons distintos a iluminação deste palco: ainda

que efemeramente, forjaram relações singulares para com seus espaços, na disposição de irromper, livre e conjuntamente, polifônicos, polissêmicos e inventivos usos comuns visando transbordar, transtornar e derrubar os muros, visíveis e invisíveis, que sitiam as belezas amplas e marginalizadas produzidas em seu cotidiano. Interrompendo fluxos ou deslocando pelas nuances de seus territórios em seus usos, ousaram compor livres arranjos distintos às vivências de suas ruas e suas praças, pautadas tanto pelo democratizar seu acesso, quanto pela perspectiva de neles encontrar, permanecer e conviver.

Do que aqui se tentou retrair nas páginas pregressas, e diante da penumbra sombria dos tempos atuais no país, torna-se razoável dimensionar a amplitude adquirida pelo termo subterrâneo nessas considerações finais: não só busca adjetivar as esperanças subjacentes à concretude das intervenções aqui recuperadas, como igualmente o destino de obscurecimento dado, em parte, à perspectiva de debate público de alguns dos temas aqui tratados, diante das circunstâncias formadas nos tempos recentes. Nesse último sentido, pode-se dizer que foi deliberada a atitude de tecer tais narrativas a partir de um prisma menos fundamentado para com suas relações com o panorama nacional ao longo dos últimos anos, em particular no que tange às tragédias que enevoaram seus horizontes. Naturalmente, existem não poucas relações e influências, mútuas e ambivalentes, entre os cenários aqui estudados e o contexto atual do país: nesse caso, o pouco explorar desta verve possível de iluminação se deveu, acima de tudo, à atitude de tentar resguardar suas riquezas e seus legados singulares diante de tantos perigos avolumados, a ameaçar com o esquecimento suas existências. Conjuntamente a este resguardar, espera-se aqui, talvez preservar igualmente a potência surgida de suas esperanças, mesmo que hoje, nas totalidades transformadoras que a perfazem, aparentem se encontrar tão distantes de deterem concretude.

Nessa ampliada dimensão das verves subterrâneas dos usos imersos nos vislumbres de outras cidades possíveis, também se encontram aquilo que não foi de todo obscurecido, aquilo que permaneceu na atualidade: se dividem entre reminiscências da pertinência do que ousaram contrapor, e o continuar de alguns de seus legados, seja como incorporado ao tempo presente de suas cenas, seja como veios por se explorar. Em ambas, pode-se dizer que se encontram campos a semear flores ou onde estas continuam a florescer, mesmo na tempestade, seja para a cidade, seja para o país.

No destino do ativismo em torno de democratizar o deslocar e o acessar a cidade, pode-se dizer que, na atualidade, sua moldura compreende mais os tons das

reminiscências, a perfazerem veios inexplorados de seus irredutíveis potenciais. Da leitura do noticiário recente sobre o tema em Belo Horizonte, pode-se dizer que os impulsos de potenciais contraposições ainda se encontram presentes:

Passagem dos coletivos em BH deveria custar R\$ 6,35, diz auditoria

O preço da passagem dos ônibus de Belo Horizonte deveria ser de R\$ 6,35. O valor foi revelado nesta sexta-feira (21) durante apresentação dos dados da auditoria da BHTrans, realizada durante os últimos oito meses no município. O prefeito Alexandre Kalil afirmou, no entanto, que a taxa é “impraticável” e disse que tentará chegar a um valor mais baixo em tratativa com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (Setra BH). Kalil se reunirá com o empresariado às 14 horas para discutir o reajuste do preço da passagem.

A auditoria, realizada pela empresa Maciel, contratada pela PBH, analisou 104 mil documentos dos quatro consórcios de ônibus que operam na capital – Pampulha, BHLeste, Dez e Dom Pedro II. Para chegar ao valor final, foram considerados a receita, os custos, a área de investimentos e o lucro líquido de cada um. Os dados estarão disponíveis no site da prefeitura para consulta.

O estudo utilizou documentos das empresas de ônibus de 2013 a 2016 – período em que a tarifa sofreu reajustes. Como nos dois anos da gestão Kalil o preço das passagens foi mantido em R\$ 4,05, o prefeito alegou que a consultoria não os considerou para fazer o cálculo.

Um segundo cálculo foi feito utilizando a metodologia da Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP). Por meio dessa fórmula, o valor mínimo da tarifa deveria ser de R\$ 5 e o máximo de R\$ 5,61.

“Esse não é um preço viável. Vamos conversar sobre isso com o Setra. Não há o menor cabimento em tarifarmos o preço da ANTP e muito menos o da consultoria”, garantiu Kalil, que se disse “assustado” com o resultado da abertura da caixa preta da BHTrans.

O prefeito ainda descartou a possibilidade de a PBH subsidiar parte da tarifa, quando o valor for reajustado. “Vocês escolhem, vou tirar de onde? Da merenda da creche, do remédio, da contratação de médicos ou de professoras? Nós temos que escolher se vamos dar remédio ou subsidiar a passagem. Na minha gestão isso está fora de cogitação”, disse.

O contrato com as empresas de ônibus foi assinado em 2008 e é válido até 2028. Segundo Kalil, não foram encontradas irregularidades no acordo (DAMÁZIO, 2018).

Da notícia acima, deve-se mencionar as dimensões além dos altos e questionáveis valores sugeridos, no retrato que a compõe. Primeiramente, no que tange à pretensa ausência de “irregularidades” nos contratos entre poder estatal e empresas concessionárias: se do ponto de vista jurídico do que seja um contrato, o mesmo possa ser considerado legalmente legítimo, o mero fato de que os impactos de sua vigência geram como possibilidade tais valores recomendados deveria ser motivo suficiente para sua revisão, ou encerramento. Também não tem menor importância uma das declarações do atual prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, na reportagem, sobre escolhas e prioridades: imersa em sua fala, se encontra uma lógica, formada entre exclusões e perversidades, sobre escolher, entre direitos coletivamente adquiridos, quais

podem ser vigentes e quais podem ser suspensos. No todo do retrato, pode-se dizer que na postura da institucionalidade da capital mineira perante o assunto, remodelados e aprofundados, permanecem seus matizes contraditórios: na aridez do deserto de ideias que cria, parece ser incessante a asfixia à imaginação para com qualquer desenho para além das fronteiras das parcerias e delegações de direitos públicos à regulação de mercado. Se há algo que recobre uma contraface a este panorama, tal se encontra na pertinência de ainda ser preciso instaurar contraposições diretas ao predomínio de tais lógicas nefastas, seja no que concerne à mobilidade e aos transportes na cidade, seja em outros temas de relevo ao cotidiano belo-horizontino.

É diante do perdurar de tais cenários que as reflexões de Valério Carna sobre os legados da campanha de 2015 da Frente Única Contra o Aumento adquirem outros tons:

Eu acho que a Campanha Contra o Aumento foi muito válida. Já me peguei em outros momentos pensando que talvez tenha sido um erro romper, não tentar conciliar um pouco mais com o Tarifa Zero, mas acho que o que me faz acreditar que isso foi um acerto foi o Primeiro Ato: ele realmente deu uma elevada no discurso.

Apesar de tudo, acho que a gente fez um primeiro impacto muito legal na cidade: mostramos que se constrói luta de ônibus com funk, com participação de gente da quebrada, com estética da quebrada. Acho que isso foi muito legal, deu origem a outras coisas: a fanfarra, outras coisas dentro do movimento mesmo, que foram muito legais. Os atos em Pedro Leopoldo: depois que Neves enfraqueceu, abriu-se a frente em Pedro Leopoldo, que foi muito bacana.

Acho que valeu a pena muito pela forma como entramos e nos colocamos na cidade: a partir de agora vai ser popular, e vai tensionar mesmo. Tentamos segurar ao máximo, inclusive na jornada posterior. Quem sabe até agora: quem tiver lá dirá.

Como ex-integrante do extinto Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, em suas reflexões, Carna delineia muito daquilo que, nas adversidades dos tempos instaurados desde então, se transformaram em reminiscências também compostas de irreduzíveis passíveis de serem rearranjados em potências. Mesmo que as atividades de parte das coletividades que se fizeram presentes na Frente tenham sido descontinuadas¹²³, nas mesclas efêmeras de estilos, ou nas disposições de dar concretude a uma cidade democratizada, através do diálogo e da incorporação dos setores mais diretamente atingidos em seus direitos a acessá-la como foco militante, tais irreduzíveis se fazem presentes. Conjugados a um diversificado acervo de formas de ocupação e uso contestatório dos espaços públicos da cidade, e das possibilidades a serem intensificadas

¹²³ O MPL-BH se encontra inativo desde o primeiro semestre de 2017. Já o Partido Piratas e o Tarifa Zero – Belo Horizonte continuam atuantes.

de suas confluências de coletividades em parte formadas pela Assembleia Popular Horizontal, que emergiram daquela campanha de 2015, tais reminiscências formam um mosaico de radicais potências democráticas, abertas a serem uma vez mais mobilizadas, e reinventadas, em favor do direito coletivo a se deslocar, acessar e usufruir das múltiplas nuances existentes no cotidiano da capital mineira.

IMAGEM 46: Flyer virtual de convocação da Semana de Mobilização contra o aumento da tarifa de ônibus em Belo Horizonte, 2019. Fonte: Tarifa Zero – Belo Horizonte.

Para além das reminiscências, também se encontra atualmente em Belo Horizonte aquilo que, do que foi recuperado nas narrativas pregressas, ainda continua a florescer na cidade, independentemente das intempéries dos tempos sombrios. Nesse caso, a primeira destas flores se encontra no perdurar, ainda em 2019, das Praias da Estação, ao longo dos verões belo-horizontinos: detonadora direta ou indireta de muito do que se investigou aqui, a persistência de muito daquilo que constituiu enquanto práticas de materializar imaginações de uma cidade outra é uma das formas em que é possível afirmar ser possível perseverar as potências de *insurgências*, de *desvios* enquanto instrumentos transformadores. Mesmo desaparecida a polêmica que a fundou,

se preservaram, se ampliaram e se reelaboraram suas instâncias de sociabilidade e de encontros: numa cidade desde suas origens socialmente refratária aos convívios entre seus habitantes, o mero fato de existir, e insistir em propiciar zonas de contato entre as diversas parcelas de sua população prescindindo das forças de mercado como mediadoras, atesta igualmente uma potência a ser explorada, inteiramente delineada pela dispersão por outros recantos da cidade daquilo que ali se materializou.

IMAGEM 47: Caminhão pipa durante edição da Praia da Estação em 2016. Fonte: Priscila Musa.

Dentre os instrumentos que a Praia constituiu, se encontra o carnaval belo-horizontino. Na paisagem atual de Belo Horizonte, também perdura, e se expande seu carnaval de rua, pautado pelas multifacetadas formas de, pelo festejar, fazer de suas ruas palcos para os imprevistos decorrentes da multiplicidade e simultaneidade de encontros que propicia. Se há algo que se depreende da leitura da imprensa local atualmente sobre esta cena, é que, em meio ao seu continuar, igualmente persiste um veio a relembrar a *politização* que perpassou sua existência:

Blocos de rua de BH mandam recado a Bolsonaro

Nascidos de um movimento político de ocupação das ruas da cidade, alguns dos maiores blocos de rua de Belo Horizonte preparam desfiles que contestam posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e prometem ir para a avenida para deixar seu recado contra o atual governo. Apesar do momento sensível na política, que deixou o país dividido entre apoiadores e

críticos de Bolsonaro, eles reforçam que a festa é democrática e participa quem quer, independentemente de partido.

No ano passado, a tônica da festa momesca na capital mineira foi a crítica ao ex-presidente Michel Temer (MDB). Uma das cenas que marcaram a folia foi uma multidão gritando “Fora, Temer” na manhã do sábado de carnaval, no desfile do bloco Então, Brilha, na Avenida dos Andradas, no Centro. De lá pra cá, o bloco também participou de atos “Ele, não” e se posicionou abertamente contra Bolsonaro.

“Somos a favor das mulheres, contra o racismo, tudo pautado na ideia de que gente é pra brilhar. Vamos fazer vários posicionamentos, porque acreditamos sim, no carnaval político e que, através da alegria, conseguimos lutar contra as opressões”, diz a cantora do Brilha Michelle Andreazzi. Não está no roteiro puxar um “Ele, não”. “Mas, se acontecer, não temos receio. Vivemos numa democracia e todos têm liberdade de expressão”.

Todos são bem-vindos no bloco. “Se eleitores do Bolsonaro puderem vir para abrir o coração e plantar uma sementinha de amor... Só não é bem-vindo quem não respeita os direitos dos outros”, afirma.

Um dos maiores blocos do carnaval de BH, o Chama o Síndico mudou de horário, dia e endereço e este ano sai no domingo pela manhã, em frente ao estádio Mineirão, na Pampulha. O que não muda é a defesa de um carnaval “de luta e reflexão”. Sem partido, mas com tom político, este ano o Síndico leva pra avenida o tema “A incrível história de um país tropical”.

“Estamos contra esse projeto político do governo atual, contra esse mar de lama que se instaurou no Brasil, que não respeita a soberania popular, a pluralidade e a diversidade”, afirma um dos fundadores do grupo, o percussionista Paulo “PG” Rocha.

Segundo ele, a rua é pública e a festa do povo. “Mas, se quem votou no Bolsonaro for, pode se sentir incomodado porque vamos deixar o nosso recado mais claro ainda a favor das chamadas minorias, que, na verdade, são maioria, quilombolas, LGBTQ+ e as mulheres”, diz. “Somos contra o conservadorismo, contra quem acha que ambientalistas são ecochatos e que família é só heterossexual”, cita (AYER, 2019).

Na reportagem acima, se encontram dois de muitos dos blocos carnavalescos fundados durante a reinvenção do carnaval da capital mineira, que posicionaram abertamente sua disposição de incorporarem em seus cortejos contraposições claras a quem ocupa a presidência da república atualmente, seu ideário deformado de país, e seus defensores. Em certo sentido, reportagens assim dão uma dimensão não só do perdurar de uma dimensão política em meio às coletividades atuantes no carnaval local: demonstram igualmente a amplitude a ela incorporada enquanto leitura de sociedade, extrapolando os limites da cidade e do cotidiano local como temas a serem expressos. No conjunto, em tais notícias ressoam igualmente sobre um carnaval cujo ocupar festivo de ruas e espaços públicos insiste igualmente em agregar, e extrapolar quaisquer dimensões que o aprisionem tão somente em uma manifestação cultural popular: em parte, tais transgressões podem situar suas origens nas próprias relações contestatórias de uso de seus territórios, que algumas de suas primeiras coletividades teceram para com uma cidade cujo poder estatal persiste em reduzir a potência do festejar ao prisma do consumismo mercantil.

IMAGEM 48: Desfile do Bloco Vira o Santo, durante o carnaval de 2018. Fonte: Priscila Musa.

Um último dado nessa reportagem diz respeito aos raios espaciais deste carnaval belo-horizontino, na atualidade: no Centro ou na Pampulha, a cada ano novos territórios são anexados às suas dimensões. Mesmo que talvez de maneira diminuta quanto ao todo, parte deste processo se deve a atuação de coletividades como o Bloco Filhos de Tchá Tchá, seus modos de fazer carnavalescos, e o ininterrupto deslocar de suas *comunhões*, a celebrar os laços de sociabilidade cotidiana autoproduzidos pelos mais diferentes territórios e comunidades existentes na capital mineira. Neste contínuo renovar e florescer de potências, decorrentes da virtual ausência de fronteiras a seus âmbitos itinerantes, se compõem e recompõem articulações de resíduos marginalizados de convívio, a explorar e tornar tangíveis outras cidades para o mesmo palco denominado de Belo Horizonte. São dessas outras cidades, a partir das palavras de Augusto Borges acerca do cortejo de 2018 do Bloco Filhos de Tchá Tchá, que se encerram, aqui, os muitos percursos sobre histórias voltadas a usar e transformar as ruas da capital mineira, e as esperanças subterrâneas que ali se articularam, e que insistem em se articular:

Uma das coisas interessantes do carnaval esse ano¹²⁴ - eles falaram isso no microfone assim:

¹²⁴. Borges faz menção ao cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá durante o carnaval de 2018: nesse ano, o Bloco desfilou pelas ruas e vielas de um conjunto de ocupações por moradia urbana situadas na Regional

- Não é que vocês tão indo numa ocupação em Belo Horizonte, isso aqui é Belo Horizonte.

Então, fica gente na internet:

- Isso é exotismo. Nunca foram lá, por que tão indo pela primeira vez lá?

De fato, muita gente vai também pra ter uma experiência, conhecer aquilo: pode ser que dê alguma coisa, pode ser que não - mas aquilo é Belo Horizonte. Aquilo dali é uma espécie também estar caminhando, andando pelas ruas de Belo Horizonte. É um pouco dizer o seguinte:

- A gente precisa que a cidade venha aqui. A gente constrói uma cidade que precisa que a cidade venha aqui.

Então é uma caminhada também pra um lugar que vai construindo: vai ligando esse elo cidadão, de cidade também nesses lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NOTICIÁRIO VIRTUAL DE IMPRENSA:

_AYER, F. Blocos de rua de BH mandam recado a Bolsonaro. **Estado de Minas**, 24 de fev. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/02/24/interna_politica,1033239/blocos-de-rua-de-bh-mandam-recado-a-bolsonaro.shtml. Acesso em: 20 de mar. 2019.

_AYER, F.; AQUINO, C. Blocos formados por moradores da capital dão o tom do Carnaval mineiro. **Estado de Minas**, 27 de fev. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/02/27/interna_gerais,212372/blocos-formados-por-moradores-da-capital-dao-o-tom-do-carnaval-mineiro.shtml. Acesso em: 6 de fev. 2019.

_BAETA, J. Justiça proíbe manifestações no Estado durante a Copa das Confederações. **O Tempo**, 13 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-pro%C3%ADbe-manifesta%C3%A7%C3%B5es-no-estado-durante-a-copa-das-confedera%C3%A7%C3%B5es-1.663610>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_BAETA, J. (BAETA II). Belo-horizontinos se reúnem neste sábado para discutir redução da passagem de ônibus. **O Tempo**, 13 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/corre%C3%A7%C3%A3o-belo-horizontinos-se-re%C3%BAnem-neste-s%C3%A1bado-para-discutir-redu%C3%A7%C3%A3o-da-passagem-de-%C3%B4nibus-1.663550>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_BAETA J. (BAETA III). Manifestantes procuram se organizar para próximo protesto em BH. **O Tempo**, 24 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-procuram-se-organizar-para-pr%C3%B3ximo-protesto-em-bh-1.669691>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_BAETA, J. Processo de obras da implantação do MOVE pode ter irregularidades. **O Tempo**, 27 de abr. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/processo-de-obras-da-implanta%C3%A7%C3%A3o-do-move-pode-ter-irregularidades-1.1030191>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

_BAETA, J.; LAMEIRA, G. Lacerda diz que passagem pode diminuir dos atuais R\$ 2,80 para R\$ 2,60. **O Tempo**, 3 de jul. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/lacerda-diz-que-passagem-pode-diminuir-dos-atuais-r-2-80-para-r-2-60-1.675071>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_BRAGON, R. Viaduto em construção que liga obra da Copa desaba em BH e deixa mortos. **UOL**, 3 de jul. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/03/viaduto-em-construcao-desaba-em-belo-horizonte.htm>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

_CALIL, L. Ocupação da praça de Santa Tereza reúne 500 jovens. **O Tempo**, 10 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ocupa%C3%A7%C3%A3o-da-pra%C3%A7a-de-santa-tereza-re%C3%BAne-500-jovens-1.660956>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_CÂMARA, L.; BAETA, J. Cerco se fechará contra ocupações e manifestantes que bloqueiam vias. **O Tempo**, 9 de mar. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/cerco-se-fechar%C3%A1-contra-ocupa%C3%A7%C3%B5es-e-manifestantes-que-bloqueiam-vias-1.1005950>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

_CAMILO, J.; MATTOS, L. Moradores de ocupações deixam prefeitura após reuniões serem marcadas. **O Tempo**, 4 de jul. 2014. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/moradores-de-ocupacoes-deixam-prefeitura-apos-reunioes-serem-marcadas-1.877302>. Acesso em: 28 de jan. 2019.

_CARMONA, B.; KIFER, C. Cerca de 150 pessoas participam de intervenções culturais na Câmara. **O Tempo**, 2 de set. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/cerca-de-150-pessoas-participam-de-interven%C3%A7%C3%B5es-culturais-na-c%C3%A2mara-1.1102233>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

_CARMONA, B.; LAMEIRA, G. Anastasia se reúne com membros do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa. **O Tempo**, 25 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/anastasia-se-re%C3%BAne-com-membros-do-comit%C3%AA-popular-dos-atingidos-pela-copa-1.670270>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_CARMONA, B.; VIEGAS, F. Lacerda anuncia redução de R\$ 0,15 e passagem de ônibus em BH volta para R\$ 2,65. **O Tempo**, 5 de jul. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/lacerda-anuncia-redu%C3%A7%C3%A3o-de-r-0-15-e-passagem-de-%C3%B4nibus-em-bh-volta-para-r-2-65-1.676421>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

_CARMONA, B.; LAMEIRA, G.; MIRANDA, B. Após tumulto na PBH, entrada de água e comida para os manifestantes é liberada. **O Tempo**, 29 de jul. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/apos-tumulto-na-pbh-entrada-de-agua-e-comida-para-os-manifestantes-e-liberada-1.688516>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

_CAZETTA, J. Burocracia coloca em risco blocos de Carnaval em BH. **O Tempo**, 24 de jan. 2012. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/burocracia-coloca-em-risco-blocos-de-carnaval-em-bh-1.344383>. Acesso em: 6 de fev. 2019.

_COSTA, F. Grupo protesta contra proibição de eventos na Praça da Estação, em BH. **O Tempo**, 16 de jan. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/grupo-protesta-contraproibi%C3%A7%C3%A3o-de-eventos-na-pra%C3%A7a-da-esta%C3%A7%C3%A3o-em-bh-1.465198>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_CRUZ, L. Passagem de ônibus em BH deveria custar R\$ 2,90, diz Ministério Público. **Estado de Minas**, 27 de mar. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/27/interna_gerais,631991/passagens-de-onibus-em-bh-deveiam-custa-r-2-90-diz-ministerio-public.shtml. Acesso em: 25 de jan. 2019.

_CRUZ, L (CRUZ II). Empresas de ônibus amargam prejuízo que pode resultar em aumento de passagens em BH. **Estado de Minas**, 19 de jun. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/19/interna_gerais,659987/empresas-de-onibus-amargam-prejuizo-que-pode-resultar-em-aumento-de-pa.shtml. Acesso em: 25 de jan. 2019.

_DAMAS, C. Expectativa é de que 123 mil pessoas deixem BH no Carnaval pela rodoviária e Estação São Gabriel. **O Tempo**, 10 de fev. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/expectativa-%C3%A9-de-que-123-mil-pessoas-deixem-bh-no-carnaval-pela-rodovi%C3%A1ria-e-esta%C3%A7%C3%A3o-s%C3%A3o-gabriel-1.463037>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_DAMÁZIO, M. Passagem dos coletivos em BH deveria custar R\$ 6,35, diz auditoria. **Hoje em Dia**, 21 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/auditoria-diz-que-passagem-de-%C3%B4nibus-em-bh-deveria-custar-r-6-35-1.2083569>. Acesso em: 24 de mar. 2019

_DINIZ, A.; SOARES, M.; MIRANDA, B.; BAETA, J.; CARMONA, B. Protesto em BH tem adesão de 20 mil pessoas, bombas de gás, balas de borracha, confrontos e feridos. **O Tempo**, 17 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/protesto-em-bh-tem-ades%C3%A3o-de-20-mil-pessoas-bombas-de-g%C3%A1s-balas-de-borracha-confrontos-e-feridos-1.665503>.

Acesso em: 24 de dez. 2018.

_ESTADO DE MINAS. Liminar anula o reajuste das passagens de ônibus em Belo Horizonte. **Estado de Minas**, 14 de set. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/09/14/interna_gerais,688247/liminar-anula-o-reajuste-das-passagens-de-onibus-em-belo-horizonte.shtml. Acesso em: 28 de jan. 2019.

_GUIMARÃES, E. Prefeitura lança procedimento para utilização de mercados distritais de Belo Horizonte. **Estado de Minas**, 19 de mar. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/19/interna_gerais,944970/pbh-lanca-procedimento-para-utilizacao-de-mercados-distritais.shtml. Acesso em: 14 de mar. 2019.

_HAHN, J. Protestos do Parque Gezi e o sonho de uma Turquia diferente. **DW**, 28 de mai. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/protestos-do-parque-gezi-e-o-sonho-de-uma-turquia-diferente/a-43959364>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

_HEMERSON, L. Justiça derruba liminar e libera aumento de passagens em Belo Horizonte. **Estado de Minas**, 8 de ago. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/08/interna_gerais,676463/justica-libera-e-passagens-sobem-em-belo-horizonte.shtml. Acesso em: 27 de jan. 2019.

_LACERDA, I. Vereadores questionam escola no bairro Santa Teresa. **O Tempo**, 19 de set. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/vereadores-questionam-escola-no-bairro-santa-teresa-1.712881>. Acesso em: 14 de mar. 2019.

_LACERDA, N.; MEIRELES, I. Usuário comemora valor mais baixo. **O Tempo**, 17 de set. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/usu%C3%A1rio-comemora-valor-mais-baixo-1.1115167>. Acesso em: 28 de jan. 2019.

_LOPES, V.; CRUZ, M.; MELLO, A. Pimentel diz que PM agiu dentro do protocolo durante manifestação em BH. **Estado de Minas**, 14 de ago. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/14/interna_gerais,678243/pimentel-diz-que-pm-agiu-dentro-do-protocolo-durante-manifestacao-em-b.shtml. Acesso em: 26 de jan. 2019.

_LOURENÇO, A. Lucro das concessionárias de ônibus em BH é um mistério. **O Tempo**, 3 de jul. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/lucro-das-concession%C3%A1rias-de-%C3%B4nibus-de-bh-%C3%A9-um-mist%C3%A9rio-1.674683>. Acesso em: 24 de dez. 2018.

_MAIA, M. Destruição e sujeira após a folia no bairro de Santa Tereza. **Hoje em Dia**, 14 de fev. 2013. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/destrui%C3%A7%C3%A3o-e-sujeira-ap%C3%B3s-a-folia-no-bairro-de-santa-tereza-1.105395>. Acesso em: 7 de fev. 2019.

_MEIRELES, I. Ocupantes da Câmara alegam dificuldades para falar com vereadores. **O Tempo**, 3 de set. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/ocupantes-da-c%C3%A2mara-alegam-dificuldades-para-falar-com-vereadores-1.1102563>. Acesso em: 29 de jan. 2019.

_MELO, R.; LEMOS, T. Conflito em manifestação contra tarifa de ônibus em BH termina com cerca de 60 presos. **Estado de Minas**, 12 de ago. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/12/interna_gerais,677830/conflito

[em-manifestacao-contratarifa-de-onibus-em-bh-termina-com-cer.shtml](#). Acesso em: 27 de jan. 2019.

_MOREIRA, Z. Capital perde R\$ 200 milhões no feriado do Carnaval. **O Tempo**, 7 de fev. 2009. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/capital-perde-r-200-milh%C3%B5es-no-feriado-do-carnaval-1.272909>. Acesso em: 5 de fev. 2019.

_NORMAND, L. Manifestantes fazem balanço dos protestos na capital. **O Tempo**, 23 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestantes-fazem-balan%C3%A7o-dos-protestos-na-capital-1.669202>. Acesso em: 25 de dez. 2018.

_OLIVEIRA, N.; BAETA, J. Movimento Tarifa Zero faz “aulão” e debate sobre aumento de passagem. **O Tempo**, 5 de ago. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/movimento-tarifa-zero-faz-aul%C3%A3o-e-debate-sobre-aumento-da-passagem-1.1080380>. Acesso em: 27 de jan. 2019.

_OLIVEIRA, N.; SUAREZ, J. Movimento Tarifa Zero vai fazer atos contra aumento de passagem. **O Tempo**, 2 de ago. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/movimento-tarifa-zero-vai-fazer-atos-contr-aumento-de-passagem-1.1079161>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

_PARANAIBA, G.; WERNECK, G. Pré-carnaval deixa rastro de destruição em um dos cartões postais de BH. **Estado de Minas**, 14 de fev. 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/14/interna_gerais,277827/pre-carnaval-deixa-rastro-de-destruicao-em-um-dos-cartoes-postais-de-bh.shtml. Acesso em: 6 de fev. 2019.

_PASSOS, R.; SILVA, C. Movimento Tarifa Zero protesta na casa do presidente da BHTrans. **Estado de Minas**, 4 de ago. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/04/interna_gerais,675071/movimento-tarifa-zero-protesta-na-porta-da-casa-do-presidente-da-bhtra.shtml. Acesso em: 27 de jan. 2019.

_PASSOS, R.; SILVA, C.; CRUZ, M. Ativistas detidos em manifestação são ouvidos pela Secretaria de Direitos Humanos. **Estado de Minas**, 13 de ago. 2015. Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/13/interna_gerais,677984/ativistas-detidos-em-manifestacao-sao-ouvidos-pela-secretaria-de-direi.shtml. Acesso em: 28 de jan. 2019.

_PATRÍCIO, E. No Carnaval em BH, muita alegria e pouca estrutura. **Hoje em Dia**, 13 de fev. 2013. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/no-carnaval-em-bh-muita-alegria-e-pouca-estrutura-1.105012>. Acesso em: 7 de fev. 2019.

_PATRÍCIO, E (PATRÍCIO II). Folia de BH surpreende com irreverência de bloquinhos. **Hoje em Dia**, 10 de fev. 2013. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/folia-de-bh-surpreende-com-irrever%C3%Aancia-de-bloquinhos-1.104130>. Acesso em: 8 de fev. 2019.

_RAMOS, R. Belo-horizontino é convocado a provar seu amor pela cidade. **O Tempo**, 27 de jan. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/belo-horizontino-%C3%A9-convocado-a-provar-seu-amor-pela-cidade-1.248498>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_ROCHA, R. Praça da Liberdade respira cultura. **O Tempo**, 21 de mar. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pr%C3%A7a-da-liberdade-respira-cultura-1.243946>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_SANTOS, H. Transparência é pequena nos gastos das copas em Belo Horizonte e Minas. **Hoje em Dia**, 19 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro->

[plano/pol%C3%ADtica/transpar%C3%A2ncia-%C3%A9-pequena-nos-gastos-das-copas-em-belo-horizonte-e-minas-1.161096](#). Acesso em: 25 de dez. 2018.

_SILVA, C. STJ concede liminar suspendendo despejo de famílias da ocupação na região do Isidoro. **Estado de Minas**, 30 de jun. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/30/interna_gerais,663390/stj-concede-liminar-suspendendo-despejo-de-familias-da-ocupacao-izidor.shtml. Acesso em: 30 de jan. 2019.

_SILVA, C.; CRUZ, M. Manifestantes ocupam a Câmara Municipal de BH contra aumento das passagens. **Estado de Minas**, 2 de set. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/09/02/interna_gerais,684294/manifestantes-ocupam-a-camara-municipal-de-bh-contr-aumento-das-pass.shtml. Acesso em: 29 de jan. 2019.

_SILVA, C.; PASSOS, R. Protesto contra aumento das passagens é marcado por trânsito lento na Amazonas. **Estado de Minas**, 25 de ago. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/25/interna_gerais,681756/protesto-contr-aumento-das-passagens-e-marcado-por-transito-lento-na.shtml. Acesso em: 29 de jan. 2019.

_SILVEIRA, D.; LAGÔA, T. Banda Mole e Bando Santo comandam pré-carnaval em BH. **O Tempo**, 6 de fev. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/banda-mole-e-bando-santo-comandam-pr%C3%A9-carnaval-em-bh-1.463705>. Acesso em: 5 de fev. 2019.

_SODRÉ, R.; FREITAS, R. Movimento ganha lideranças e define focos de atuação. **O Tempo**, 20 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/movimento-ganha-lideran%C3%A7as-e-define-focos-de-atua%C3%A7%C3%A3o-1.667183>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

_SUAREZ, J. Usuários reagem com surpresa e decepção ao 1º dia de ônibus mais caros. **O Tempo**, 8 de ago. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/usu%C3%A1rios-reagem-com-surpresa-e-decep%C3%A7%C3%A3o-ao-1%C2%BA-dia-de-%C3%B4nibus-mais-caros-1.1082099>. Acesso em: 28 de jan. 2019.

_TEIXEIRA, T. Eventos proibidos na praça da Estação a partir de amanhã. **O Tempo**, 30 de dez. 2009. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/eventos-proibidos-na-pra%C3%A7a-da-esta%C3%A7%C3%A3o-a-partir-de-amanh%C3%A3-1.250307>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_TEIXEIRA, T. Praça livre para shows e festas. **O Tempo**, 5 de mai. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pr%C3%A7a-livre-para-shows-e-festas-1.240960>. Acesso em: 28 de dez. 2018.

_TRAJANO, H.; FREITAS, R. Sem comentar resultados, BHTrans divulga auditoria do transporte. **G1**, 28 de mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/03/sem-comentar-resultados-bhtrans-divulga-auditoria-sobre-transporte.html>. Acesso em: 29 de jan. 2019.

_TRINDADE, B.; BRAGA, A. Foliões de todas as idades buscam resgatar carnaval de BH no Santa Tereza. **O Tempo**, 19 de fev. 2012. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/fole%C3%B5es-de-todas-as-idades-buscam-resgatar-carnaval-de-bh-no-santa-tereza-1.397087>. Acesso em: 6 de fev. 2019.

_VALE, A. (VALE III). Ocupantes denunciam pressão dos seguranças para deixar a Câmara. **O Tempo**, 3 de set. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/ocupantes-denunciam-press%C3%A3o-dos-seguran%C3%A7as-para-deixar-a-c%C3%A2mara-1.1102655>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

_VALE, A. (VALE IV). Justiça determina saída dos ocupantes da Câmara sob pena de multa. **O Tempo**, 11 de set. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-determina-sa%C3%ADa-dos-ocupantes-da-c%C3%A2mara-sob-pena-de-multa-1.1110826>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

_VALE, J. MOVE Metropolitano vai passar por estudo e tarifa pode ser reajustada. **Estado de Minas**, 19 de mar. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/19/interna_gerais,629342/move-metropolitano-vai-passar-por-estudo-e-tarifa-pode-ser-reajustada.shtml. Acesso em: 27 de jan. 2019.

_VALE, J. (VALE II). TJMG revoga liminar e mantém integração de Lagoa Santa ao MOVE Metropolitano. **Estado de Minas**, 12 de mar. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/12/interna_gerais,626864/tjmg-revoga-liminar-e-mantem-integracao-de-lagoa-santa-ao-move-metropo.shtml. Acesso em: 26 de jan. 2019.

_VALE, J.; SILVA, C.; PARREIRAS, M.; ERNESTO, M.; MELO, R. Segundo protesto contra alta das tarifas percorre o Centro e termina de forma pacífica. **Estado de Minas**, 14 de ago. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/14/interna_gerais,678551/segundo-protesto-contralta-das-tarifas-percorre-o-centro-e-termina-d.shtml. Acesso em: 28 de jan. 2019.

_VIEGAS, F. Ativistas mantêm ocupação na CMBH e divulgam programação de atividades a serem desempenhadas. **O Tempo**, 2 de jul. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ativistas-mant%C3%AAm-ocupa%C3%A7%C3%A3o-na-cmbh-e-divulgam-programa%C3%A7%C3%A3o-de-atividades-a-serem-desempenhadas-1.674178>. Acesso em: 27 de dez. 2018.

SITES:

_ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Quem somos. **AMES-BH**, sem data. Disponível em: <https://www.facebook.com/AmesBH/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_ATELIÊ ALCOVA LIBERTINA. A Alcova. **Alcova Libertina**, sem data. Disponível em: <https://www.facebook.com/AlcovaLibertina/>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

_AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Relatório Específico da Auditoria Cidadã da Dívida nº 1/2014. **Auditoria Cidadã da Dívida**, 16 de mar. 2014. Disponível em: <https://www.auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio-Especifico-ACD-sobre-o-Transporte-Publico-em-BH-16-3-2014-REVISAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

_CARNAVAL REVOLUÇÃO. Carnaval Revolução: um outro carnaval é possível. **Overmundo**, 14 de abr. 2006. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/carnaval-revolucao-um-outro-carnaval-e-possivel>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_CAVA, Bruno. O 18 de Brumário brasileiro. **UniNômade**, 4 de set. 2017. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/o-18-de-brumario-brasileiro/>. Acesso em: 3 de fev. 2019.

_CIRCUITO LIBERDADE. História. **Circuito Liberdade**, sem data. Disponível em: <http://www.circuitoliberalidade.mg.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_COLETIVO MINEIRO POPULAR ANARQUISTA. Quem somos – Carta de Princípios do COMPA. **COMPA**, 13 de jul. 2016. Disponível em: <https://compa.noblogs.org/quem-somos/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_CONJUNTO VAZIO. Sobre. **Conjunto Vazio**, sem data. Disponível em: <https://conjuntovazio.wordpress.com/sobre>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 13.798, de 9 de dezembro de 2009. **Leis Municipais**, 9 de dez. 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1380/13798/decreto-n-13798-2009-proibe-relizacao-de-eventos-de-qualquer-natureza-na-praca-da-estacao-nesta-capital>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_FAMÍLIA DE RUA. Família de Rua – Ontem, Hoje e Sempre. **Família de Rua**, 29 de nov. 2016. Disponível em: <https://familiaderua.bandcamp.com>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_FEIRA HIPPIE. Sobre a Feira Hippie. **Feira Hippie**, sem data. Disponível em: <https://feirahippie.com/>. Acesso em: 25 de dez. 2018.

_FORA DO EIXO. Histórico. **Fora do Eixo**, sem data. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/historico/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_INSTITUTO HELENA GRECO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **IHG**, sem data. Disponível em: <https://institutohelenagreco.blogspot.com/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

_MANOLO. Teses sobre a Revolta do Buzu. Centro de Mídia Independente. Elaborada e publicada em 2004. Disponível em: <http://bit.ly/1NMHFzT>. Acesso em: 27 de jan. 2019.

_MÍDIA NINJA. Quem Somos. **Mídia Ninja**, sem data. Disponível em: <http://midianinja.org/quem-somos/>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

_MOVIMENTO MINEIRO DE CIRCO. Quem somos. **Movimento Mineiro de Circo**, sem data. Disponível em: <http://circomineiro.blogspot.com/>. Acesso em: 26 de dez. 2018.

_PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. Por que o Partido Comunista Revolucionário. **PCR**, sem data. Acesso em: 28 de dez. 2018.

_PRAÇA LIVRE BH. Praça Livre. **Praça Livre BH**, sem data. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Praça da Estação – o lugar onde a construção começou. **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**, Sem Data. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/oficios-de-minas/praca-da-estacao-o-lugar-onde-construcao-comecou>. Acesso em: 12 de mar. 2019.

_____. Estatísticas e Indicadores – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Belo Horizonte. **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**, sem data. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-de-belo-horizonte>. Acesso em: 27 de jan. 2019.

_QUEIJO ELÉTRICO. Manifesto do Queijo. **Queijo Elétrico**, 18 de nov. 2018. Acesso em: 23 de dez. 2018.

_UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Quem somos. **UBES**, sem data. Disponível em: <https://ubes.org.br/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

ARTIGOS, LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES:

_ADORNO, Theodor W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2008.

- _____. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. “*Ei, polícia, a praia é uma delícia!*”: rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- _ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de. *Pelo espaço concebido*: as repercussões dos modelos do urbanismo moderno na (re)produção do espaço urbano de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- _ALVARENGA, Manuela Mendonça de. *Crise, urbano e revolta*: as jornadas de junho de 2013. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- _ANASTASIA, Carla. Belo Horizonte amotinada: A greve dos empregados da Companhia Força e Luz (1934). *Vária História*: revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, nº 18, p. 155-170, Setembro de 1997.
- _ARANTES, Otília; MARICATO, Emília; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (I). *Histórias de bairros de Belo Horizonte*: Regional Nordeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.
- _____. (II). *Histórias de bairros de Belo Horizonte*: Regional Leste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.
- _BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec/ Editora UnB, 2008.
- _BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _BENJAMIN, Walter. *Magia e arte, técnica e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _BERQUÓ, Paula. *A “ocupação” e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte*: entre rastros e emergências. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- _BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.
- _BOOKCHIN, Murray. *The ecology of freedom*: the emergence and dissolution of hierarchy. Oakland: AK Press, 2005.
- _____. *Anarquismo, crítica e autocrítica*: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunalismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia. São Paulo: Hedra, 2010.
- _BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.
- _BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa Participante*: a partilha do saber. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006.
- _CAIRES, Luíza Helena Gonçalves. *Quem faz a mídia no CMI Brasil*: jornalismo alternativo, ativista e colaborativo na internet. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2010.
- _CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados*: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

- _CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *A sociedade em rede. A era da informação – economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- _CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- _CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. **Revista Lugar Comum**, n. 37-38, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/yTH1Gm>. Acesso em: 10 de nov. 2018.
- _CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.
- _CAVA, Bruno; PEREIRA, Márcio. *A terra treme: leituras do Brasil de 2013 a 2016*. São Paulo: Annablume, 2017.
- _CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal*. São Paulo: Conrad, 2002.
- _COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. *As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- _CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, Antonio Firmino da (Orgs.). *Etnografias urbanas*. Lisboa: Celta, 2003.
- _DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- _DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- _DI FELICE, Massimo (Org.). *Do público para as redes*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.
- _DI GIOVANNI, Júlia Ruiz. *Artes do impossível: protesto de rua no movimento antiglobalização*. São Paulo: Annablume, 2012.
- _DIAS, Paola Lisboa Codo. *Sob a “lente do espaço vivido”: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- _DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2004.
- _DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.
- _ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _EVANGELISTA, Marcela Boni. *Dilemas da (sobre)vida: o aborto*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

- _FONSECA, Cláudia Graça da. *A cidade em comunicação: paisagens, conversas e derivas pelo centro de BH*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- _FREEMAN, Jo. A tirania das organizações sem estrutura. 1970. Disponível em: <http://bit.ly/1JdHisT>. Acesso em: 10 de nov. 2018.
- _GENNARI, Emilio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. *Movimentos sociais na Era Global*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- _GONZAGA, Milene Migliano. *Diálogos públicos no centro de Belo Horizonte: mapas de sentido em comunicação urbana*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- _____. *Entre a praça e a internet: a potência narrativa na criação de outros imaginários políticos na Praia da Estação, em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado). Salvador: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2017.
- _GORDON, Uri. *Anarquia Viva! Política antiautoritária – Da prática para a teoria*. Lisboa: Subta, 2015.
- _GRAEBER, David. *Fragments of an Anarchist Anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.
- _____. *Direct Action: An Ethnography*. Oakland: AK Press, 2009.
- _____. *Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- _GUATTARI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _GUIMARÃES, Adonile. *Anarquismo e Ação Direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)*. Dissertação (Mestrado). Uberlândia: Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- _HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2002.
- _HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. *Rebel cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. New York: Verso Books, 2012.
- _HARVEY, David; DAVIS, Mike; ZIZEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir, et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ZIZEK, Slavoj; DAVIS, Mike, et. al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- _HISSA, Cássio. *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- _HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

- _HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _JENNINGS, Andrew, et. al.. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.
- _JUDENSNAIDER, Elena, et al.. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- _KATSIAFICAS, George. *The subversion of politics: european autonomous social movement and the decolonization of everyday life*. Oakland: AK Press, 2006.
- _KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _LEFEBVRE, Henri. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. Perspectivas de sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1981 (I), p. 163-177.
- _____. Problemas de sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1981 (II), p. 144-162.
- _____. *The Production of Space*. Cambridge: Blackwell, 1991.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _LÖWY, Michael. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- _LUDD, Ned (Org.). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Porto Alegre: Conrad, 2002.
- _MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- _MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2000.
- _MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*; São Paulo. Hedra, 2009.
- _MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _MAYER, Joviano. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- _MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Atica, 1986.
- _____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo, Ed. Contexto, 2007.
- _MELO, Thalita Motta. *Praia da Estação: carnavalização e performatividade*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

- _MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y Democracia*. Ciudad de México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.
- _MESQUITA, André Luiz. *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva* (1990 – 2000). Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.
- _MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _MOISÉS, José Álvaro et. al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1977.
- _____. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1981.
- _MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; SCHAVELZON, Salvador; TIBLE, Jean (Orgs.). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014.
- _MOTTA, Manoel Barros da. *Michel Foucault – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _NETTO, Sebastião Leal Ferreira Vargas. *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- _NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _NEVES, Magda de Almeida; DULCI, Otávio Soares. *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- _OLIVEIRA, Cássia Milena Antunes. *Diálogos socioambientais na RESEX Taquari e RDS Itapanhapima – Cananéia/SP*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.
- _OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. *Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- _____. *Sonhos diurnos em meio aos destroços do presente: o movimento Tarifa Zero e a luta pelo direito ao transporte em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- _ORTELLADO, Pablo. *Castoriadis e a questão da práxis: da crítica das relações de produção capitalistas à elucidação do social-histórico*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.
- _ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. *Estamos vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.
- _PASSETTI, Edson. “Heterotopias Anarquistas”. In: VERVE: Revista semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária, Nº 2. São Paulo: Programa de Pós-Graduandos em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- _PEDRO, Felipe Corrêa. *Rediscutindo o Anarquismo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.
- _PERDIGÃO, João. *Viaduto Santa Tereza*. Belo Horizonte: Conceito, 2016.
- _PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado). Belo

Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

_PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_REVISTA TEMPORAES/ PUBLICAÇÃO ESPECIAL. *Democracia e Autogestão*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

_RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. *Identidade e resistência no urbano: o quarteirão do Soul em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

_RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

_RIVERO, Elena Lucía. *Um espaço, várias praças: conflitos e disputas em torno da Praça da Estação*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

_RODRIGUES, José. *O movimento Hip Hop e o Duelo de MC's em Belo Horizonte: conexões de saberes dos rappers através da disputa rimática*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2015.

_RODRIGUES, Rita Lages. *Architecto moderno na cidade: traços e rastros de Luiz Olivieri em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado): Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

_ROGGERO, Gigi. Breves notas sobre o método. Produção de saber e copesquisa. **Revista Lugar Comum**, n. 39, p, 91-96, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/ShFqTG>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

_ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1999.

_____. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_ROTOLO, Tatiana. *O elogio da política: práxis e autonomia no pensamento de Cornelius Castoriadis*. Florianópolis: Em Debate, 2013.

_ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

_SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

_SANEH, Giuliano. *Apertando o parafuso: juventude e crítica à ideologia da adaptação*. Florianópolis: Em Debate, 2013.

_SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2002, p.237-280.

_SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_SANTOS, Carlos André dos. *A rebeldia por trás das lentes: O Centro de Mídia Independente no Brasil*. Florianópolis: Em Debate, 2013.

_SANTOS, Igor Rafael Torres. *Os (des)caminhos da metropolização: reestruturação socioespacial na (re)produção da metrópole de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado).

Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

_SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A urbanização desigual*. São Paulo: EdUsp, 2008.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EdUsp, 2012.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EdUsp, 2009.

_SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_SARAIVA, Adriana. *Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos*. Tese (Doutorado). Brasília: Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, 2010.

_SCOTT, James C.. *Two cheers for anarchism: six easy pieces on autonomy, dignity and meaningful work and play*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

_____. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. Yale: Yale University Press, 2000.

_SEOANE, José; TADDEI, Emílio. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_SILVA, Eduardo Soares Neves. *Filosofia e arte em Theodor Adorno: a categoria de constelação*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

_SILVA, Regina Helena Alves da. *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. São Paulo: Autêntica, 2015.

_SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

_SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende; Fundação João Pinheiro. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. *A Experiência Contemporânea da Política Entre Jovens Brasileiros*. Florianópolis: Em Debate/ UFSC, 2015.

_SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os fundamentos da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_SOUZA, Marcos Felipe Sudré. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

_TARI, Marcello. *Um piano nas barricadas: por uma história da Autonomia*. Brasil: Edições Baratas, 2014.

_THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.

_VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

- _VELHO, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _VELOSO, André Henrique de Brito. *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- _VINÍCIUS, Léo. *Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Florianópolis: Editora Em Debate/UFSC, 2014.
- _VIRNO, Paolo. *Virtuosismo e revolução: a ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _WACQUANT, Loic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

ANEXO 1 – FRAGMENTOS ETNOGRÁFICOS

4.1 – SOBRE A INSERÇÃO NOS CAMPOS DE PESQUISA

A realização da pesquisa de campo que subsidia o estudo aqui apresentado se desenvolveu em meio a toda uma série de peculiaridades, concernentes tanto às formas de inserção e interação com as comunidades de destino, quanto aos obstáculos surgidos e enfrentados no processo de enquadramentos do que era observado, durante o período em que a mesma se deu.

Num plano geral, pode-se dizer que grande parte das circunstâncias vivenciadas em campo, quanto aos dilemas que ali se apresentaram, se referenciam diretamente às especificidades envolvidas no uso da observação participante como método de relação estabelecida com as comunidades de destino. Se, por um prisma, um dos elementos de maior importância presente neste método se dá na dimensão de interatividade ativa imersa no tipo de inserção nos cenários de estudo (BRANDÃO, 1984; BRANDÃO; STRECK, 2006), por outro, este mesmo fator se torna em permanente fonte de tensões e ambivalências profícuas nas relações estabelecidas com os sujeitos estudados, que se fazem presentes particularmente nas nuances de registro observador da vivência dos campos de pesquisa. Conjugadas a uma atitude de indefinição inicial intencional de enfoques de olhar adotada pelo pesquisador durante seu processo de inserção, tais tensões, ambivalências e circunstâncias peculiares que se fizeram presentes nos cenários selecionados em muito culminaram numa perspectiva de interação pautada por uma dinâmica reconfiguração eventual das modalidades de uso da própria metodologia de captação de dados sobre os sujeitos estudados. Nesse ângulo, a adoção de tal dinamismo durante a vivência de campo procurou se inspirar numa perspectiva similar à tecida por Cássio Hissa (HISSA, 2013), pautada pela indistinção e temporalização das inter-relações entre método e interpretação:

As metodologias são criadas pelos sujeitos enquanto estes estão criando os seus objetos. Antes imaginam. No seguinte passo, podem perceber que a pesquisa não cria apenas interpretações. A pesquisa cria metodologias enquanto cria interpretações. O fazer alimenta o pensamento que mobiliza a arte de refazer diferente (HISSA, 2013, p. 125).

Justapostas às condições que se fizeram presentes nos campos de estudo, as considerações acima se tornaram cruciais perante a postura adotada pelo pesquisador diante dos fenômenos testemunhados: permitiram a adoção de uma relação cambiante de formas de vivência com os campos de estudo, pautada pela intencional diversificação de pontos de vista de sua observação, seja nos papéis assumidos, seja na busca por formas de interação para com as perspectivas de entendimento que seus articuladores formulavam sobre os mesmos. Em certo sentido, nas experiências desenvolvidas durante o processo de realização desta pesquisa, pode-se dizer que tal ambiência cambiante de pontos de vista em muito se deveu à própria relação tecida pelo observador com os cenários estudados, que neste método, como bem define Gigi Roggero (ROGGERO, 2013), “não só muda de posição, movendo-se do externo ao interno dos processos analisados, mas cessa mesmo de ser observador: se transforma em sujeito de seu próprio objeto de pesquisa e intervenção (ROGGERO, 2013, p. 92)”.

Dentre os efeitos da adoção de uma perspectiva inspirada por estas considerações, se encontram tanto a flexibilidade de posturas interativas passíveis de se dar durante a experiência de campo, quanto a questão dos impactos da diluição de fronteiras entre observação e participação, particularmente no que concerne à composição das dinâmicas de relações interpessoais e de interação com as atividades materializadas pelos sujeitos estudados, em seus cenários de inserção. No primeiro caso, na pesquisa aqui conduzida, as tensões oriundas desse método se fizeram sobremaneira presentes no risco, percebido em campo, de que a riqueza oriunda da diversidade de perspectivas de participação pudesse eventualmente se transformar em fator prejudicial quanto à seleção e refino dos enfoques de observação em fenômenos específicos ocorridos durante a experiência: não raro, esta multiplicidade de papéis possíveis se conjugou com cenários aonde a fluidez organizacional, como elemento constante presente nas coletividades estudadas, se refletia em situações de forte indeterminação sobre a perspectiva adotada diante das dinâmicas que se davam em meio aos eventos estudados. No segundo ponto, pode-se dizer que estas tensões e ambivalências se manifestaram principalmente quanto à forma como se materializou o intervir nas dinâmicas que se fizeram presentes: relativamente perpassadas por um conflito interno às colaborações que se deram em atividades e reuniões conjuntas, expresso pelo risco de incidir, implícita ou explicitamente, em posturas que poderiam ser percebidas como diretivas durante o transcorrer dos eventos. Ao longo do desenvolvimento do processo de pesquisa aqui descrito, pode-se dizer que, no todo, as experiências que ali se deram se encontraram frequentemente se deparando, e eventualmente incorrendo em posturas que assumiam tais riscos, além daqueles adicionais que se fizeram presentes a partir das próprias peculiaridades que paulatinamente se tornaram manifestas desde o início do processo de inserção nos cenários selecionados.

Nesse último prisma, no que tange à inserção inicial e suas peculiaridades, pode-se mencionar que um fator singular atuou como espécie de facilitador neste processo: a existência, anterior ao começo da pesquisa, de toda uma fluída rede de contatos pessoais, entre amigos e conhecidos, direta ou indiretamente envolvidos nas atividades das coletividades e cenários aqui estudados. Tributária de todo um feixe de laços diversos de sociabilidade tecidas ao longo dos anos anteriores, tais redes se formaram, acima de tudo, pela informalidade descompromissada imersa na participação do pesquisador anterior nos cenários: no caso, um mosaico descontínuo de participação formado por experiências militantes pregressas em atividades da cena autonomista e anarquista local, em reuniões da Assembleia Popular Horizontal, e no Coletivo Tarifa Zero durante o primeiro semestre de 2014, de um lado, permitiram evitar estranhamentos iniciais nos contatos para fins de pesquisa com os integrantes deste campo, além da confecção de laços de afinidade quanto a perspectivas de entendimento político da conjuntura que, particularmente, acabaram por confluir no convite a integrar o Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, pouco depois de sua fundação; de outro, as experiências eventuais como banhista das primeiras Praias, ou como folião de alguns dos primeiros blocos carnavalescos surgidos no contexto estudado, permitiram a criação ou o aprofundamento de elos pregressos de amizade com um significativo conjunto de participantes deste cenário, fator que em muito influenciou na receptividade que, de início, se deu quando da apresentação dos propósitos de pesquisa.

Se tal fator foi de grande importância em seu início, o mesmo igualmente culminou por dotar a vivência nos campos de pesquisa de contornos relativamente ambivalentes: não raro, particularmente em circunstâncias de disputa de perspectivas em assuntos debatidos, tais laços eram implícita ou explicitamente evocados como recurso de adesão ou convencimento do pesquisador perante posturas distintas surgidas nas discussões, dando eventualmente um peso adicional desmedido às consequências em estremecimento de laços pessoais à verbalização da preferência por um ponto em detrimento de outro. Eventualmente, as oscilações em tais laços, decorrente das posturas adotadas pelo pesquisador nestes debates, culminaram por interferir de maneira deletéria na vivência do campo: ainda que superados com o tempo, tais desgastes influíram na materialização de situações de distanciamento e atritos nas atividades desenvolvidas conjuntamente no cotidiano, não raro expressas por meio de restrições que se fizeram presentes nos fluxos comunicacionais de informações sobre a realização destes eventos.

Indiretamente subsidiária desta condição ambivalente, também se encontrou em ação o peso simbólico, particularmente perante os integrantes do MPL-BH, de tomar parte nesta organização também na condição de pesquisador: não raro, a dualidade existente neste tipo de inserção teve por efeito um relacionar com as intervenções efetuadas em ocasiões de reunião a partir de prismas

singulares. Eventualmente, esta condição era encarada como pretensa fonte de saberes mais aprofundados sobre alguns assuntos em discussão - o que possivelmente tenha desmedidamente reforçado a importância de opiniões expressas nestes momentos -: em certo sentido, esta forma de lidar com a presença do pesquisador culminou por ampliar os riscos de que suas intervenções se revestissem de um grau de interferência diretiva indevido sobre as dinâmicas de relação e atuação já constituídas internamente. Se nem sempre foi possível dissipar esta impressão, a forma como se lidou com essa circunstância em específico buscou ao menos atenuá-la: requereu maior preocupação e comedimento em intervenções, bem como uma atenção maior em assumir tarefas de ordem mais prática em detrimento de posturas mais direcionadas quanto aos debates acerca dos rumos futuros do coletivo. Já no que tange aos laços pessoais, foi o desenvolvimento de uma sensibilidade em expressar, em situações de atrito, a existência de uma separação entre discordâncias de pontos de vista em específico e as confluências em outros assuntos interpessoais ou não, o que tornou possível evitar o aprofundamento de desgastes que comprometessem a participação do pesquisador nos campos de estudos.

Outro elemento concernente à presença de tais laços pessoais, e sua ambivalência, ao longo da participação nos campos de pesquisa que merece menção diz respeito à relação entre familiaridade e estranhamento, decorrente deste tipo de inserção. Se, de um lado, tais laços em muito facilitaram o acesso às comunidades e o entrosamento com seus participantes, de outro, possivelmente interferiram enquanto fator adicional a dificultar a percepção e o enquadramento de gestos, propostas e atitudes sob um prisma que permitisse testemunhar e lidar com os mesmos enquanto indagações, a serem formuladas a partir de pontos de vista distintos que os das concepções pessoais pré-existentes do pesquisador. Neste aspecto, foi fundamental, na atenção dada para com as nuances que se constituíam nos dois cenários, sua conjugação com uma atitude inquisitiva, inicialmente voltada para captar a compreensão efetuada por seus participantes para com os eventos testemunhados: seus distintos prismas de inteligibilidade acerca dos fenômenos que produziam e atuavam foi um dos principais instrumentos que permitiram uma lenta desconstrução de concepções familiares e irrefletidas de entendimento perante as dinâmicas instauradas nestes cenários. Foi, portanto, a partir de uma disposição de abertura à alteridade de percepções de eventos mutuamente testemunhados o que permitiu tanto descartar, quanto renovar formas de entendimento destes fenômenos.

Num prisma macroscópico, tais ambivalências irresolutas também culminaram por dar maior ênfase à confecção de um diário de campo, como forma de lidar com a eventual sensação angustiante de não conseguir captar as nuances e singularidades de cada comunidade de destino: foi durante sua elaboração, em paralelo ao processo de vivência nos campos, que se tornou possível

expressar, mesmo que descritivamente, detalhes referentes aos eventos testemunhados, que permitiram enfoca-los a partir de indagações concernentes, principalmente, ao como e às motivações presentes na configuração em particular adotada na materialização dos mesmos. Tal perspectiva de encarar os eventos testemunhados acabou, involuntariamente, sendo de fundamental importância no desenvolvimento da pesquisa, em particular quanto à participação nos eventos do campo do carnaval: a complexidade e fluidez de papéis existente neste cenário, fundamentada na multiplicidade e simultaneidade de acontecimentos que se intercalavam durante o transcorrer dos cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá, somente se tornou passível de apreensão a partir da sistemática elaboração de registros, escritos a posteriori, acerca das experiências recém-vivenciadas a cada carnaval. Em larga medida, esta experiência nos cenários profundamente dinâmicos manifestos em seus cortejos também em muito auxiliou na formação de uma perspectiva de observação itinerante que se fez presente durante os atos de rua da Frente Única Contra o Aumento: permitiu a adoção de uma postura de constante deslocamento em meio às suas passeatas, que buscavam captar a diversidade de atividades com as quais seus articuladores se envolviam enquanto as mesmas transcorriam, o que igualmente facilitou a confecção de um registro mais holístico sobre este tipo de atividade em particular no diário de campo.

Outro ponto que merece consideração durante o processo de inserção diz respeito ao tipo de relação inicialmente tecida para com cada um dos dois campos de pesquisa: foi decisão deliberada do pesquisador, de um lado, iniciar os estudos sobre as coletividades envolvidas na luta pela mobilidade urbana em Belo Horizonte a partir de um envolvimento direto com suas organizações; de outro, começar o envolvimento com a cena carnavalesca através da perspectiva de folião de seus cortejos, num primeiro momento. Nesse aspecto em específico, a dualidade de posturas iniciais foi recurso, acima de tudo, pensado como forma de refinar o olhar observador sobre as duas cenas, a partir da adoção de pontos de vistas distintos de interação com as mesmas: permitiu tanto estabelecer parâmetros de percepção de elementos de aproximação e distanciamento na materialidade de suas manifestações públicas, quanto inspirar a formulação de indagações comparativas que sofisticassem o entendimento sobre as especificidades de organização e de atuação das coletividades estudadas em seus cenários. Foi a partir desse prisma de inserção que se esboçaram as primeiras linhas de compreensão de uma espécie de cartografia de pontos de interseção, em princípio implícitos, entre os dois cenários e seus participantes, que merecia atenção em particular, assim como o estabelecimento de instrumentos que permitissem retratar suas origens e os entendimentos dados às suas dinâmicas em funcionamento posteriormente ao período de campo, caso das entrevistas realizadas com seus participantes após sua vivência.

Um último fator que se fez presente durante esse período se refere às dificuldades interpostas pelo contexto existente, particularmente quanto às circunstâncias cambiantes de conjuntura local e nacional que se deram durante essa fase da pesquisa. Ainda que este período de imersão tenha se situado num contexto de profundo refluxo de mobilizações populares, o mesmo não deixou de se refletir indiretamente nas dinâmicas de funcionamento dos cenários, particularmente no que tange à luta pela mobilidade na cidade: não raro, o aparecimento de circunstâncias imprevistas, caso do próprio aumento decretado no meio do ano de 2015, tinha por implicação todo um rearranjo de atividades, assim como uma espécie de aceleração e compressão da temporalidade de sua materialização, na comparação para com eventos que se deram em contextos não premidos por tais urgências. Diante de tanto, o recurso adotado em muito foi tributário das formas peculiares de inserção nos cortejos vivenciados na cena carnavalesca, materializadas paralelamente aos acontecimentos do campo da luta pela mobilidade urbana: perante sua simultaneidade, procurou-se conciliar um prisma de seleção de eventos observados, tendo por critério fundamental sua diversidade, com a maleabilidade nas formas de participação nos mesmos, de modo a permitir o aprofundamento de perspectivas holísticas de compreensão das singularidades surgidas nestes contextos especiais.

Do todo apresentado acima, importa, por fim, asseverar que parte deste conjunto de elementos somente se fez presente em momento posterior aos registros selecionados do diário de campo, apresentados a seguir. Ainda assim, sua escolha em específico, em meio ao material desenvolvido, se justifica, acima de tudo, por se tratarem de observações diretas dos primeiros momentos de inserção do pesquisador em cada um dos cenários estudados: tais registros formaram muitos dos mosaicos primordiais com o qual se vivenciou, e se procurou, neste estudo, interpretar os fenômenos pesquisados.

4.2 – DIÁRIO DE CAMPO: PRIMEIRA REUNIÃO QUE PARTICIPEI DO MOVIMENTO PASSE LIVRE – BELO HORIZONTE/FEVEREIRO DE 2015

Foi numa tarde de domingo, em Primeiro de fevereiro de 2015, que tomei parte, pela primeira vez de uma reunião daquele que veio a ser o Movimento Passe Livre – Belo Horizonte.

Até então, sabia da existência da organização do coletivo a partir de conversas informais com militantes anarquistas que conheci na cidade, particularmente desde 2013: muitos deles tomei primeiro contato nas próprias reuniões do Tarifa Zero que participei ao longo do primeiro semestre de 2014. Não raro partilhando de percepções em comum perante os rumos daquele coletivo, eventualmente travei conversas individuais com alguns destes militantes, em que se mencionou de maneira informal, de início, a ideia de construir novos rumos para a luta em favor da pauta, à época. Para este conjunto de indivíduos, se sedimentara um juízo de que havia necessidade de maior efetividade em tarefas designadas, assim como uma ênfase maior em populações habitantes de áreas periféricas da cidade. Após a Copa do Mundo de 2014, o que eram conversas informais ganhou aspectos de concretude: com relativa periodicidade, aqueles militantes começaram a se reunir e debater sobre qual o caráter do que construíam. Neste período, conforme soube posteriormente, se estruturaram algumas das primeiras ações tomadas pelo movimento: ponderar formas de pleitear a federalização perante a estrutura federativa nacional atuante em favor da reivindicação, e prospectar formas de iniciar inserções em territórios periféricos da cidade.

O convite para tomar parte no movimento se deu, acima de tudo, pelos laços pessoais informais tecidos ao longo do primeiro semestre de 2014: nas primeiras semanas de 2015, a mútua participação em protestos contra o reajuste de passagens de fins do ano anterior servira de oportunidade de reatarmos contatos, de onde surgiu um efetivo convite para ir nesta reunião poucos dias antes de sua realização. Até então, tudo que sabia da iniciativa era que a mesma se encontrava em andamento: por descrição e um senso de segurança adquirido em experiências militantes pregressas, evitei, nas conversas que tive anteriormente com seus integrantes, buscar informações mais aprofundadas sobre a organização. A existência do convite, em certo sentido, marcava uma primeira distinção perante as reuniões do Tarifa Zero de que até então havia tomado parte: diante de uma estrutura de reuniões abertas e amplamente divulgadas virtualmente, era interposto não somente uma restrição de público no novo movimento, como igualmente uma espécie de discreto processo de seleção de integrantes. Ainda que, naquele momento, a afinidade

política, e talvez pessoal, parecesse ser o principal critério, a medida, em parte, parecia ser justificada pelas próprias circunstâncias: se intentava criar uma organização paralela a uma em que muitos de seus então integrantes detinham um histórico de envolvimento duradouro, que deixou como um de seus legados todo um círculo de relações políticas e pessoais para com os participantes do Tarifa Zero. Quando do convite, era sabido por parte dos integrantes daquele nascente movimento que estava desenvolvendo uma pesquisa de doutorado, tendo por foco organizações que militam na área de mobilidade: à pergunta que fiz a quem me convidou sobre a existência de restrições perante este fato, obtive por resposta este fator não ser empecilho, conquanto que, em linhas gerais, fosse apresentado em momento oportuno o teor do que estava estudando.

Então situado no bairro da Floresta, o local de reunião escolhido igualmente servia de sede ao Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA): na materialidade, tratava-se de uma pequena sala, situada próxima ao Centro de Belo Horizonte, que comportava algo em torno de 10 indivíduos com relativo conforto para reuniões; simbolicamente, representava um endosso direto daquela organização perante o que ali se estruturava.

Na minha chegada, por volta das 16 horas daquela tarde, já se encontravam presentes, na calçada frente à casa, Walter e Nestor: se o primeiro era conhecido principalmente das reuniões do Tarifa Zero, o segundo havia sido habitual companhia em inúmeras reuniões e atos de protesto desde 2013. Ativista do uso de bicicletas, um pouco mais velho que os outros integrantes, e professor de Educação Física, Walter se notabilizara na cena militante belo-horizontina não somente por sua identificação para com movimentos autonomistas, como também por sua discrição: mesmo sendo uma das faces visíveis nas atividades destes movimentos, sua preocupação com questões de segurança e vigilância o fazia ocultar seu nome verdadeiro em redes sociais virtuais e mesmo perante pares militantes. Do que posteriormente me foi relatado por outros integrantes, Walter havia sido o principal animador e organizador inicial do coletivo, ao longo do segundo semestre de 2014: se responsabilizara por contatar interessados previamente abordados sobre a ideia, e agendar as primeiras reuniões de sua história. Nestor, por outro lado, era, segundo me contara, adesão recente ao coletivo: frequentador das cenas autonomistas desde o início dos anos 2000, então comercializando alimentos para complemento de renda e integrante do COMPA, sua presença dava dimensão direta do envolvimento e apoio prestado por esta organização à iniciativa que ali se materializava. Mesmo integrando esta segunda organização, Nestor foi particularmente discreto quanto à sua situação em específico: nada em suas falas naquela tarde deixavam explícitos os fundamentos da relação existente entre o COMPA e o nascente Passe Livre – Belo Horizonte.

Nós três conversamos amenidades por cerca de quinze minutos: era comum a existência de uma espécie de atraso socialmente aceito para o início destas reuniões, que se transformavam em ocasião não só para conversas relativamente desvinculadas de propósitos militantes, como também em momento para breves estreitamentos de laços de afinidade e amizade, entre os que tomavam parte destes instantes. No nosso caso, a conversa girava em torno de futebol, quando da chegada de Valério Carna: um dos que me convidara para fazer parte da reunião, Carna também era conhecido por sua rede de contatos para com o Movimento Passe Livre de São Paulo, se destacando em ocasiões anteriores no Tarifa Zero por sua defesa da adoção de princípios organizacionais semelhantes a aquela organização.

Foi a partir do que avisara quando nos cumprimentou que tomei conhecimento de que aquela reunião contaria com outros dois indivíduos que estavam por chegar: Flávio e José. Atuantes na materialização de um ato de protesto ocorrido em janeiro, em uma estação do sistema BRT-MOVE em Ribeirão das Neves, a presença de Flávio e José era um indicativo promissor de que o coletivo estava se movimentando em sentido de iniciar trabalhos em regiões periféricas da área metropolitana da capital mineira: do que contou Nestor, a ida ao protesto por integrantes do nascente Movimento Passe Livre tinha tido como um de seus efeitos precisamente o estabelecimento dos primeiros contatos diretos com ambos, que se encontravam muito interessados em receber apoio para executarem atividades sobre o tema da mobilidade naquela cidade. Empolgado com a notícia, cheguei a perguntar sobre se já havia se formado alguma definição acerca do que fazer sobre este assunto: as respostas vagas e direcionadas a retirar tal definição da reunião a seguir acabaram por resfriar meu entusiasmo inicial, dado que não escondiam que se tratava de uma questão ainda em aberto.

A chegada de ambos em seguida foi calorosamente recebida pelos presentes: sua presença ali parecia expressar uma primeira materialização das ênfases anteriormente discutidas de direcionar geográfica e socialmente a atuação da organização que nascia. À primeira vista, Flávio e José eram particularmente distintos: falante com desenvoltura por ser professor, Flávio rapidamente perdeu sua inibição em entabular conversas conosco, enquanto José, soldador profissional, timidamente procurava mais do que tudo ouvir a dizer.

A reunião efetivamente só se iniciou por volta das 16:30, quando Érica apareceu: estudante de ensino superior, além de seus laços passados com o COMPA e de amizade para com anarquistas locais, Érica era a única mulher integrante do coletivo, situação que, enquanto durou, eventualmente fomentou expressões de seu desconforto, com boa dose de razão, perante esta circunstância. Em certo sentido, a sala que nos acolhia também demarcava para mim diferenças adicionais daquela iniciativa perante o Tarifa Zero: acanhada por suas dimensões diminutas,

combinava inusitadamente não só com o propósito de uma reunião restrita, como também transpunha uma atmosfera de maior intimismo para as conversas que ali se teciam. Por quaisquer motivos não explicados, as únicas restrições ali existentes se davam quanto ao não uso de calçados e, compreensivelmente, também quanto a não fumar: aqueles que desejassem o último tinham o corredor ao lado da sala à disposição, o que pelas dimensões diminutas, em nada atrapalhava a escuta daqueles que, às vezes exaltados, procuravam aliviar suas tensões de momento com cigarros.

Em sua estrutura, a reunião que ocorreu em nada diferia daquelas que presenciei no Tarifa Zero: iniciava-se com apresentações de novos integrantes, passava-se aos informes, e por fim, discussões e deliberações de ações a serem tomadas pelo coletivo. Nesse aspecto, talvez o que mais fosse distinto naquela reunião se encontrasse na forma de ordenação de falas em cada tópico: a presença de poucos indivíduos permitia a dispensa de encarregados de inscrição de falas, método substituído pelo levantamento de dedos pelos presentes, que indicavam com números qual a posição na ordem elaborada em que suas intervenções se fariam. De certa maneira, o diminuto número de participantes também facilitava em particular o uso do consenso como via de deliberação de atuação: sua relação com o fator numérico ajudava a simplificar em termos de tempo a exposição das posições dos integrantes ali presentes. Ainda que todos tivessem igual direito à fala, durante o transcorrer da reunião, se tornou igualmente perceptível uma espécie de vocação individual informalmente estabelecida sobre seu exercício preferencial em determinados assuntos, possivelmente fruto de trabalhos em execução no mesmo, assim como ênfases distintas quanto ao direcionamento dos participantes quanto às suas intervenções.

Flávio e José deram início às apresentações: relataram serem moradores de Ribeirão das Neves, que estavam tomando parte em ações de protesto na cidade com o interesse de amplificar a intensidade da indignação popular local, ainda que, timidamente, confessavam não só não fazerem parte de nenhuma organização e estarem incertos sobre o que poderia ser feito. De acordo com ambos, o que os motivara em atuar em favor da mobilidade era tanto sua participação em protestos locais durante junho de 2013, quanto os impactos do sistema MOVE metropolitano aonde residiam: não raro num tom de revolta, descreviam a precariedade com a qual essa estrutura passou a funcionar - de maneira improvisada, numa estação montada às pressas às margens de um ribeirão que recebia esgoto a céu aberto -, conjugando a paisagem apresentada com os adicionais de dificuldade em majoração de tarifa e o delongar de tempo de viagem, e a existência de espontâneos gestos de revolta por parte de seus usuários.

A sincera indicação de indefinições por parte de ambos, ao longo de toda a reunião, parece ter sido acolhida por uma atmosfera singularmente positiva pelos integrantes do coletivo:

aparentemente, encaravam a situação mais num prisma esperançoso, e talvez ingênuo, de potencialidades envolvidas na mútua construção ali apresentada, do que em expressar objetivamente questionamentos aprofundados sobre eventuais dificuldades que pudessem existir nos trabalhos que seriam realizados. A acolhida em específico neste prisma foi provavelmente o segundo momento de estranhamento e indagações que tive naquela tarde: desde que tomara conhecimento da existência de uma iniciativa de organizar um Movimento Passe Livre em Belo Horizonte, imaginava que um dos aspectos aonde, de início, se estabeleceriam diferenças mais marcantes perante o Tarifa Zero se encontraria em algum tipo de sistematização no reconhecimento de terrenos e formas de luta em áreas de periferia. Naquela tarde, ao menos, tal não se fez presente de maneira nítida, de início: a expressa disposição compartilhada pelos integrantes do coletivo em estabelecer formas de contato e atuação conjunta foi preponderante em detrimento de conversas sobre medidas aprofundadas em específico para serem executadas.

Da experiência anterior que tive em reuniões assim desde 2013, também pode-se dizer que se tratava, ainda que com nuances específicas, de uma espécie de atmosfera relativamente comum existente em organizações impactadas por junho: ainda que duramente atingida pelos contornos delineados na cidade e no país desde então, tratava-se de uma sensação partilhada de entusiasmo desmedido para com as perspectivas efetivas de atuação, que não raro encobria indefinições na avaliação de atitudes práticas e seus impactos perante o cenário. Se, em parte, esta atmosfera se devia em alguma medida à inexperiência de alguns dos participantes que se juntaram a esta cena depois de junho, na reunião que ali acontecia, ela também causava seus impactos, particularmente quando em relação ao cenário de refluxos como o existente a partir de 2014: parecia servir como elemento de distinção de posturas nas reuniões, entre integrantes que defendiam a execução de atividades contundentes de maior impacto imediato, e aqueles que interviam propondo ações continuadas de menor escopo, que pudessem florescer com maior concretude num prazo mais dilatado de tempo. Naquela reunião, esta espécie informal de polarização não declarada eventualmente se fez presente: contrastavam as posições de Walter e Érica, em favor de ações mais contundentes, às posturas de Nestor e Valério, direcionadas a relembrar a necessidade de enraizamento prévio em públicos e locais de atuação que o coletivo se inseriria.

Passadas as apresentações de Flávio e José, foi a minha vez de me apresentar: além de dizer meu nome e que ali estava à convite, relatei minhas intenções de, paralelamente, participar do coletivo também enquanto pesquisador. Perguntado sobre o que consistia minha pesquisa, optei por ser econômico e sincero na resposta: disse que estava estudando formas de contestação contemporâneas em Belo Horizonte com um foco que esperava ainda ser refinado a partir das vivências ali adquiridas, e que, em princípio, participaria e colaboraria com suas atividades,

conjuntamente à elaboração de um relato sobre as experiências que ali teria. De maneira até surpreendente para mim, a resposta que dei não surtiu questionamentos ou animosidades: possivelmente o fato de eu ter, em ocasiões informais anteriores, informado alguns dos presentes de que estava iniciando pesquisas de campo para meu doutorado tivesse feito a notícia não causar nenhum efeito perceptível de estranhamento inicial.

A ocasião da minha apresentação também foi a única aonde, naquela tarde, efetivamente intervi durante aquela tarde: havia julgado prudente limitar ao máximo, naquele momento, minha interferência sobre o que ali transcorria, preferindo escutar e entender na medida do possível como a organização se encontrava funcionando. Foi em virtude deste último prisma que fiz minha única pergunta naquela reunião, referente a compreender o processo de escolha do meu nome: do que relatou Walter neste momento, meu nome havia sido apresentado em reunião anterior perante os presentes, e não havia surgido qualquer oposição à minha inclusão. Procurando compreender este processo tomando cerveja com alguns dos presentes no final daquela tarde, me foi colocado que, além dos laços anteriores com integrantes, pesou em meu favor, principalmente, a afinidade política enquanto anarquista, em minha inclusão: de acordo com Valério e Nestor, este critério era visto pelo coletivo como espécie de indicativo não só de melhor harmonia numa forma de atuação focada em empoderamento social e político não institucional, como também como garantia contra o que imaginavam serem possibilidades de aparelhamento externo da organização.

Em si, o segundo ponto tinha também sua justificativa adicional, como me foi explicado: a existência de um princípio na Federação dos Movimentos Passe Livre concernente à autonomia das organizações participantes perante o controle por partidos ou outros movimentos era algo que os presentes ali desejavam preservar; ademais, tinha sido um dos fatores que levaram os mesmos a saírem do Tarifa Zero, então vislumbrado como movimento com forte influência de integrantes do Partido Socialismo e Liberdade em sua composição e atuação. Este fator, em parte, também se conectava aparentemente com uma espécie de impacto simbólico compartilhado sobre junho de 2013, particularmente vívido nas conversas que tive, em outras ocasiões, com integrantes deste coletivo, ou de outras organizações da cena anarquista belo-horizontina: ainda que carecesse de um fundamento quanto a medidas práticas, havia uma ideia compartilhada de que um dos principais legados de junho se encontrava na confecção de canais não institucionais de participação e pressão política, tessitura esta vista como fator preponderante nos contornos quase insurrecionais que aqueles eventos haviam tomado na época.

Na reunião daquela tarde em específico, os informes e as pautas de discussão e encaminhamento se encontravam de todo associadas: no caso, o andamento do processo de federalização do coletivo recém-criado, e a ponderação de formas nas quais a organização pudesse

inserir atividades em Ribeirão das Neves. A iniciativa de Valério em falar do primeiro assunto, e de Walter e Nestor quanto a articularem a discussão da segunda pauta, parecia deter um elo em comum: havia se estabelecido algum tipo de acordo prévio de encarregados quanto a tais pautas, o que explicava a postura que adotavam em suas intervenções nas discussões.

Quanto à primeira pauta em específico, sua discussão adquiriu um caráter eminentemente informativo: se encontrava em processo de redação a carta a ser enviada à Federação dos Movimentos Passe Livre solicitando o ingresso do coletivo. Responsável pela redação, Valério descreveu, durante cerca de cinco minutos, que a carta em processo de redação tinha por conteúdos uma explicação sobre a estrutura do sistema de transportes públicos em Belo Horizonte, um indicativo de comprometimento do coletivo para com os princípios de anticapitalismo e autonomia organizacional, e relatos sobre as atividades inicialmente desenvolvidas pela organização - no caso, os contatos iniciais para o desenvolvimento de atividades em regiões periféricas da malha metropolitana da capital mineira.

A quase ausência de discussões aprofundadas neste tema - afora a delimitação da próxima reunião como prazo para a realização de uma leitura coletiva da carta - igualmente me trouxe um misto de surpresa e incômodo: parecia ser sentimento compartilhado entre os presentes uma quase completa despreocupação para com as dimensões com as quais tanto a existência do coletivo, quanto seu pedido de federalização, seriam recebidos pela cena ativista belo-horizontina, em particular pelos integrantes do Tarifa Zero. Nos breves menções ao assunto, Valério e Walter buscaram enfatizar, num tom tranquilo, uma perspectiva de que, em tese, o nascente Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, se situaria acima de tudo como uma organização a mais atuante no tema na cidade, que procurava não só não rivalizar com o Tarifa Zero em sua atuação, como se distinguir a partir de sua estruturação, e das especificidades de público focado como alvo de seu ativismo. Em larga medida, esta forma de olhar a situação parecia ser um consenso entre os integrantes do coletivo, naquela reunião: ainda que não fosse possível afirmar de maneira inequívoca, o tom perante este assunto em específico parecia, inicialmente, transpirar uma ambivalência indefinida sobre a existência da organização, situada numa avaliação talvez pouco aprofundada sobre o que diferia ambas e o cenário em que as duas entidades atuariam, principalmente quanto aos potenciais conflitos que poderiam surgir. Ao menos nesta tarde, procurar resolver esta possível ambivalência não era interesse dos presentes: se, de um lado, me incomodava na situação o que parecia ser um traço de avaliação subestimada sobre o que potencialmente poderia ocorrer, de outro me surpreendia a desenvoltura com a qual era entrevista como não problemática a ruptura que efetuavam, encarada sob o prisma da existência de sua

organização como forma de enriquecimento e diversificação de modalidades de luta, na composição da cena do ativismo em torno da mobilidade urbana em Belo Horizonte.

O segundo tópico em pauta foi o de maior duração naquela tarde: no todo, se tratou de uma discussão voltada a delimitar alguns dos primeiros parâmetros com os quais o movimento construiria sua atuação futura em Ribeirão das Neves. Pelos conteúdos expressos nas falas, duas coisas foram pessoalmente marcantes na impressão que tive da discussão: de que, de um lado, pelo teor embrionário de propostas expressas, a situação ali era entrevista mais como uma espécie de livre proposição de ideias do que afeita à apresentação de um planejamento nítido; de outro, pela incidência da polarização informal, anteriormente mencionada, de posturas distintas, que ganhava concretude pelo tipo de atividade sugerida como linha de atuação inicial. Neste último aspecto, as divisões se tornaram momentaneamente nítidas: enquanto Walter, de maneira comedida, e Érica, de forma enfática, chegaram a defender a realização de um novo ato de protesto como atitude inicial, Valério e Nestor se exaltavam em enfatizar um prisma situado no entorno de primeiramente trabalharem em favor da formação de um núcleo militante local estável que, num primeiro momento, se dedicaria a aprofundar sua inserção na comunidade, através de atividades de cunho pedagógico. Em certo sentido, o que transparecia como ambiente deste debate se situava como espécie de reflexo de imaginários em embate quanto à legitimidade de serem contemplados na linha de atuação a ser prospectada pelo coletivo: a convicção comum de que as circunstâncias ainda eram propícias à eclosão de formas populares de indignação se bifurcava quanto aos melhores instrumentos visando sua concretude, o que dava abertura à criação de uma atmosfera propícia à inventividade na elaboração de propostas. Na situação ali dada, pode-se dizer que as duas perspectivas também pareciam deter um ponto adicional em comum: um cenário em que as bases de atuação ainda se encontravam por se materializar, o que era encarado, mesmo que de maneira talvez irrealista em algumas das ideias expressas, sob um prisma amplamente delineado pela excitação em dar início às atividades o mais breve possível.

Ainda que diretamente interessados, foi perceptível que Flávio e José adotaram uma postura cautelosa e tímida perante as discussões: na medida do que lhes era possível, intervinham mais com informações descritivas sobre sua comunidade, assim como sobre locais de reunião de jovens existentes na cidade que pudessem servir de palco para atividades, do que como efetivos defensores de alguma linha de atuação em particular dentre aquelas ali discutidas. Possivelmente, a inibição de ambos em adotar alguma perspectiva mais incisiva nas conversas tenha se dado em virtude de inexperiência em reuniões desse tipo, ou apenas por uma reserva involuntária diante do fato de se encontrarem junto a rostos que lhes eram majoritariamente desconhecidos. Da experiência que tive em circunstâncias similares nos últimos dois anos – normalmente comigo

demonstrando a mesma timidez, de início -, a postura de ambos nem de longe parecia incomum: era sobremaneira raro que alguém que comparecesse pela primeira vez nesse tipo de reunião desenvolvesse maior desenvoltura em sua participação inicial. Ainda que mais reservados, eventualmente foi perceptível em seus semblantes expressões de contentamento e concordância com o que ouviam: independentemente das capacidades de concretização de muito do que ali escutavam, pareciam bastante entusiasmados com as perspectivas e os teores da colaboração que lhes era oferecida.

Mesmo que tivessem sido expressas propostas mais radicais durante os debates, a deliberação realizada culminou por favorecer os defensores de prisms mais graduais de atuação: ficou primeiramente acertado um calendário de reuniões seguintes para tratar especificamente da elaboração de atividades futuras em Ribeirão das Neves, além da designação de integrantes do coletivo para lidarem diretamente com o assunto - no qual me voluntariei para tomar parte. De acordo com o acertado, igualmente se estabeleceria uma periodicidade de locais de reunião entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, a seguinte se dando naquele município: demanda de Flávio e José expressa durante as discussões, a justificativa para esta iniciativa também foi tecida por Valério e Nestor, como vozes da organização. No caso, suas falas se entrecruzavam na ideia de que esta itinerância fortaleceria no impulso inicial das atividades a serem desenvolvidas naquela cidade, além de estarem em sintonia com a própria ênfase da organização de atuação em periferias, um dos principais critérios de afinidade ali expressos entre os participantes do coletivo.

No total, a reunião durou cerca de duas horas, se encerrando no fim da tarde de domingo. O horário de encerramento acabou por dar ensejo a que alguns integrantes do coletivo propusessem de sentarmos num bar nas proximidades para tomar cerveja: prontamente aceitei o convite. Foi perante o clima mais informal de descontração, ocasionado por este momento, que Walter e Nestor se sentiram mais à vontade em retomar a conversa acerca de minha pesquisa, através de indagações mais diretas acerca de seu teor. No tom de suas falas, parecia haver sobremaneira curiosidade: no geral, suas perguntas giravam em torno do entendimento acerca do grau de meu envolvimento com o coletivo. Respondi a ambos que minha ideia era a de, inicialmente, conjugar colaboração e registros de observação das atividades que tomaria parte, enfatizando que minha inserção não dissociaria as duas atitudes em posturas distintas de distanciamento. Foi a partir deste momento, pelo teor da conversa que se iniciou - gravitando abertamente em torno de organizar um planejamento de atividades para o ano -, que percebi que não seria visto como algum tipo de observador separado, mas sim como um integrante direto daquele coletivo.

4.3 – DIÁRIO DE CAMPO: CORTEJO DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ DURANTE O CARNAVAL DE 2015

Para o carnaval de 2015, os integrantes do Bloco Filhos de Tchá Tchá haviam decidido por realizar seu cortejo nas ocupações por moradia urbana Esperança e Vitória. Situadas na Mata da Izidora, entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, estas duas comunidades integram um complexo de ocupações, existente no local desde 2013: à época em que foram fundadas, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte se encontrava na defesa da execução de um amplo projeto de urbanização da área, a ser empreendida por setores imobiliários privados. Sintomaticamente, este projeto não só contemplava de maneira particularmente restritiva a edificação de habitações populares, como igualmente ameaçava diretamente o ecossistema da maior área verde natural existente no território da capital mineira. Diante deste panorama, a escolha desse território como local de cortejo parecia ser uma forma de dialogar e dar visibilidade direta à luta daquelas comunidades, e da preservação de sua área verde.

Não se tratava do primeiro desfile do Bloco por aquele complexo de ocupações: em 2014, seu cortejo também havia se dado na localidade, em trajeto que contemplou majoritariamente a ocupação Rosa Leão. Do que me fora relatado por Rafael Barros em conversa informal de bar em janeiro de 2015, a volta às ocupações da Izidora se dava primordialmente a pedido das duas comunidades que seriam contempladas: do que lhe fora colocado por militantes de movimentos de moradia atuantes na região, o entusiasmo com o qual se deu os festejos no ano anterior havia inspirado em moradores destas outras comunidades a realização de um convite para o Bloco desfilar em trajetórias que contemplassem seus territórios.

A realização deste desfile envolveu todo um conjunto de trabalhos prévios, contando com o envolvimento das comunidades: definição de trajetória do Bloco nos caminhos existentes entre as ocupações; realização de oficinas de confecção de instrumentos com materiais descartados (teclados de computador e baldes); montagem de fantasias para as crianças com a comunidade; criação de uma infraestrutura mínima de venda de bebidas e de alimentos produzidos pelos moradores destas ocupações. Seu cortejo também foi um dos atendidos pelo ônibus tarifa zero de carnaval do Coletivo Tarifa Zero, que pretendia realizar duas viagens partindo da Praça da Estação para as ocupações, e duas viagens de volta: por iniciativa dos organizadores do Bloco, foi disponibilizada uma viagem extra de ida e de volta, por meio de um veículo alugado para este fim.

Diferentemente de anos anteriores, em que minha eventual participação nos desfiles do Filhos de Tchá Tchá se deram na qualidade de um folião a mais que se informava do local de realização poucos dias antes por meio de sua página na rede social Facebook, tomei conhecimento por antecedência de onde seu cortejo se realizaria. Tal se deu em virtude de encontros informais em ocasiões sociais com alguns dos organizadores do Bloco, durante a primeira quinzena de janeiro de 2015: nestas circunstâncias, apresentei meus propósitos de pesquisa, e me foi informado não somente o local onde se daria o cortejo, como também o início do conjunto de preparativos com as comunidades, acima mencionado. Mesmo tendo a oportunidade de iniciar minha pesquisa neste campo a partir destes preparativos, fiz a opção de assim não proceder: ponderei que, inicialmente, talvez uma boa forma de instigar meus primeiros questionamentos sobre esta experiência se desse através de um tipo de inserção buscando, de um lado, perscrutar e elaborar sensações de estranhamento em meio a uma postura anteriormente familiar e irrefletida – no caso, a posição de folião -; de outro, estimular a formulação de indagações que permitissem refinar meu debruçar futuro sobre a reconstituição de como efetivamente os desfiles do Bloco eram organizados, particularmente diante do fato de que desde o carnaval de 2013, seus organizadores incorporaram um aspecto itinerante de seleção de lugares de realização dos seus festejos.

Foi a partir deste prisma que cheguei, em fins da manhã ensolarada daquela segunda-feira, 16 de fevereiro de 2015, ao local de partida do ônibus Tarifa Zero para o local de realização do cortejo. Situado na região da Praça da Estação, no Centro de Belo Horizonte, o local de partida parece ter sido escolhido de modo a facilitar ao máximo o acesso de foliões a um território que contava com fatores que dificultavam diretamente o deslocamento em sua direção, por outros meios: apenas uma linha regular de ônibus intermunicipal interliga a área onde se situam as comunidades à capital mineira, e a mesma se encontrava funcionando em horário reduzido de atendimento, em virtude do feriado de carnaval. Aparentemente, tais dificuldades motivaram não só a escolha deste local de partida, como igualmente uma campanha virtual na página do Bloco, estimulando entre aqueles que iriam de carro a cederem caronas para outros foliões interessados.

Quando de minha chegada, não só o ônibus já se encontrava estacionado, como já havia se formado uma pequena aglomeração de foliões: fantasiados, alguns portavam instrumentos de percussão, enquanto outros traziam em sacolas fantasias antigas e itens de maquiagem, para doarem e auxiliarem a fantasiar as crianças das comunidades. Dadas as dificuldades de deslocamento mencionadas, os responsáveis pelo ônibus decidiram atrasar em quinze minutos o início da viagem: do que me foi relatado, a ideia era a de que o veículo partisse o mais lotado possível para as ocupações.

Com o ônibus praticamente lotado de foliões, iniciou-se a viagem: ao lado do motorista, se encontrava Rafael Barros, portando o estandarte do Bloco e auxiliando o motorista nas direções. A circunstância de se tratar do transporte de foliões de carnaval que provavelmente não se conheciam de todo individualmente, conjugada ao caráter fretado do ônibus, imprimiu uma paisagem inusitada e animada àquela viagem, que possivelmente não se daria da mesma maneira se estivéssemos sendo transportados num veículo de linha irregular: o propósito comum de festa se somou à presença de instrumentos, o que permitiu o improviso de batucadas e tentativas nunca finalizadas de entoarmos marchinhas carnavalescas, majoritariamente de blocos locais. Também estimulado pelo consumo de bebidas alcoólicas entre os presentes, aquele ônibus havia momentaneamente em local móvel singular de festa e convívio: às batucadas de bateria e aos cantos distintos muitas vezes entoados simultaneamente por diferentes grupos, se somava o improviso de passos de dança com o balançar do ônibus, conversas e apresentações informais entre os passageiros, e até mesmo a celebração do aniversário de um dos presentes.

Após cerca de quarenta minutos de viagem, chegamos ao destino desta primeira viagem: a entrada da Ocupação Esperança. Logo na entrada da comunidade, se encontrava estendida uma faixa com os dizeres: Carnaval de Rua e de Luta. Alguns moradores nos esperam: uma senhora com uma criança fantasiada, a vender gelinhos em vários sabores; algumas outras mulheres da comunidade, que fazem uso das duas primeiras casas situadas na entrada da ocupação para a comercialização de bebidas (refrigerante, cerveja, catuaba) e comidas (feijão tropeiro, empadão de frango, enrolados de salsicha e de queijo e presunto) para os foliões que vão chegando.

Particularmente gentis no atendimento, e desinibidas em meio às conversas informais que teciam com os foliões, estas moradoras materializaram a primeira recepção de suas comunidades perante os visitantes, que aos poucos se avolumavam: em muito facilitou nesse contato inicial o sol e o forte calor que então fazia, situação que acabou por propiciar o uso das sombras das casas como espaços de convívio momentâneo inicial entre aqueles distintos universos de pessoas, convivência esta possivelmente aprimorada pelo clima de descontração do carnaval. Os foliões presentes também procuraram dar pequenos auxílios aos moradores da comunidade que comercializam seus comes e bebes: ajudavam a montar toldos, tendas e barraquinhas para que estes pudessem expor seus produtos. Se certamente era planejado que aquele local servisse como espaço de primeira recepção dos visitantes, os tipos de interação ali tecidos provavelmente eram vistos pelos organizadores como uma incógnita: o consumo dos produtos ali ofertados, o clima de descontração e a atitude de alguns dos foliões de maquiarem e doarem fantasias para algumas das crianças ali presentes pareceram servir para dissipar, de maneira bem sucedida, quaisquer obstáculos iniciais que pudessem se interpor a este primeiro contato.

Outra forma de interação inicial com os moradores se deu por meio das latinhas de bebidas descartadas: parte deles se encontrava com sacos de lixo recolhendo as latinhas, ou solicitando que as descartassem nestes sacos. De certa maneira, a presença dessa atividade parecia demarcar que um dos feixes existentes no propósito de desfilar por aquelas comunidades também se encontrava na diversificação de formas de fortalecimento de suas lutas cotidianas: sua conjugação com a comercialização de comes e bebes atendia não só a um propósito de dotar os festejos de uma infraestrutura que permitisse sua realização, como possivelmente materializar formas de auxílio financeiro para os moradores das comunidades para suas necessidades.

As circunstâncias de convívio ali estabelecidas foram sobremaneira intensificadas pela afluência significativa de foliões, que chegaram cerca de uma hora e meia após a primeira viagem, em dois ônibus lotados que fariam o trajeto entre o Centro e as ocupações. Conversando com André, integrante do coletivo Tarifa Zero que fizera a segunda viagem de ida, me foi informado que o grande número de foliões presentes no ponto de partida havia implicado na decisão de auxiliá-los de maneira distinta da originalmente planejada: os ônibus ali disponíveis fariam viagens de ida e volta entre a entrada das ocupações e o ponto de ônibus mais próximo em que passa a linha metropolitana regular que atende a região, de modo a facilitar seu deslocamento. André igualmente relatou que parte dos foliões que optou por ir ao desfile usando a linha regular estava organizando pulões de catraca para embarcarem nos ônibus, com relativo sucesso.

A chegada destes dois ônibus, conjuntamente ao comparecimento de foliões que vieram por outros meios, se transformou em ocasião oportuna para o início da formação da banda musical que acompanhava o Bloco: aos poucos, aqueles que portavam instrumentos foram se juntando num círculo, ensaiando as primeiras harmonizações conjuntas das percussões. Com um apito na boca, Augusto Borges, um dos organizadores do Bloco, tomou para si a responsabilidade de ser puxador inicial da banda: explicando aos presentes um conjunto de sinais de mão e entonações de sopro do apito, Borges pacientemente ensinava seus gestos de condução a um público possivelmente também formado por indivíduos que estavam pela primeira vez tomando parte de uma banda carnavalesca. Naquele momento, a banda parecia majoritariamente estar se formando numa espécie de livre disposição de participação: bastava se aproximar e iniciar a tocar um instrumento para tomar parte na mesma, independentemente de qualquer tipo de experiência ou combinado prévio para a sua formação. Ao longo de todo o cortejo, essa característica singular se manteve: a este cenário, se acrescia a eventual atitude de alguns de seus integrantes de repassarem os instrumentos que portavam para conhecidos no redor da banda, permitindo o aparecimento de uma composição fluída de papéis entre instrumentistas e foliões enquanto durou. Outro fator que aparentemente vinha em auxílio a essa sociabilidade fluída se encontrava no fato de que o Bloco não possuía

nenhum tipo em específico de fantasia ou cor de vestimenta que distinguísse instrumentistas e foliões: tal circunstância parecia ser aproveitada, mesmo que de maneira involuntária, para o estabelecimento de uma atmosfera pautada precisamente pela eventual dissolução e rearranjo de papéis entre os presentes.

Pessoalmente, nada no que ali se apresentou me deu aval para afirmar que tais singularidades na composição da banda foram, de alguma maneira, planejadas: as experiências anteriores que tive no carnaval de rua belo-horizontino, normalmente em blocos organizados de maneira similar, me permitem apenas ponderar que esta forma livre e voluntária de formação era uma característica não de todo incomum no que tange à musicalização de seus festejos. Nas circunstâncias dadas do Bloco Filhos de Tchá Tchá no carnaval de 2015, a impressão que ficou da existência deste fator era a de que, involuntariamente ou não, o mesmo acabou estimulando uma espécie de ampliação de possibilidades de inserção performática ao longo de seu desfile, majoritariamente utilizadas pelos próprios foliões que ali compareceram.

Da parte dos moradores ali presentes nesse instante, a ocasião serviu para uma inicialmente tímida aproximação misturada aos foliões que se aglomeravam perante a banda em formação: parte cantarolava em voz baixa algumas das marchinhas tradicionais brasileiras que eram tocadas, enquanto alguns poucos ensaiavam passos de dança, à medida que o público ia adquirindo desenvoltura performática. Ao centro do círculo naquele momento, se encontrava o estandarte do bloco: repassado de mão em mão não só entre parte dos foliões, como também entre alguns dos moradores ali presentes, pareceu representar a mais significativa tentativa de inserção inicial de integrantes da comunidade, no transcorrer dos festejos propriamente ditos. Planejado ou não, o repasse do estandarte parecia ser uma inventiva forma simbólica encontrada de expressar a união de diferentes universos em um instante de convívio comum: é possível dizer que aparentava significar indistintamente ao público ao redor, de um lado, que a festa era para ser partilhada por todos; de outro, que as comunidades acolhiam e renovavam seu convite para entrarmos em seus territórios.

Tal impressão da parte dos moradores se fez ainda mais presente quando o Bloco começou a entrar na comunidade, por meio de uma das vias de terra construídas durante o processo de urbanização, ocorrido na localidade após sua ocupação. Ainda que não seja arquiteto, me impressionou bastante a disposição de urbanização que compôs a paisagem daquele cortejo: aparentemente, de modo a melhor contemplar a questão ambiental presente nas disputas envolvendo aquele território, as ocupações se estruturaram por meio de pequenas vilas dispersas e não muito distantes entre si, interligadas por vias de terra. Entre as vilas, se encontravam amplos setores preservados da mata local: em certo sentido, parecia materializar uma disposição

inventivamente harmoniosa de integração entre a necessidade humana de moradia e a natureza ao redor, contrapondo-se, em sua materialidade, com os próprios planos defendidos pela Prefeitura, que preveem a derrubada de parcela significativa daquele ecossistema para sua execução. Devido à extensão significativa do trajeto que percorremos, foram dispostos alguns veículos ao longo do caminho, contando com isopores onde eram comercializadas bebidas geladas: parecia uma forma de adaptar as peculiaridades daquele território ao maior conforto dos foliões, ao poupar deslocamentos mais desgastantes.

No início do cortejo, algumas poucas dezenas dos habitantes destas vilas se encontravam ali presentes, quando o bloco começou a tomar aquela via de terra que interligava a ocupação à cidade. Sua presença naquele instante se tornou marcante para o início do desfile, particularmente a partir do momento em que começaram a entoar seu grito de guerra:

*“Com luta,
Com garra,
A casa sai na marra”*

Impactante, o grito foi acompanhado em uníssono pelo público presente. Simbolicamente, a existência daquele momento me pareceu uma forma de ressaltar que ali se encontravam comunidades em um processo de luta que nos convidavam a vislumbrar e prestarmos solidariedade.

Ao grito de guerra, se seguiu o lento e descontraído deslocamento por aquele mosaico de vilas, inflamado pelo repertório puxado pela banda: encadeando marchinhas, axés e batidas de funk, a musicalidade ali escolhida parecia ser também uma forma de incentivar o envolvimento dos moradores com os festejos – possivelmente, não muitos destes tivessem conhecimento do repertório de marchinhas de blocos belo-horizontino. Nos passos lentos literalmente levantando poeira, dançando e tentando se manter na via de terra diante das matas que nos cercam, se desenvolvem pequenos e espontâneos gestos de sociabilidades entre cerca de 300 a 400 foliões, como a cessão de goles de cerveja, abraços, sorrisos e danças entre amigos. Em meio ao mosaico multifacetado de expressões corporais e sonoras performáticas ali formadas, também se fez presente uma espécie de politização envolta em outros gestos, como caminho de ressaltar a imbricação entre as duas searas em outros âmbitos, na festa que ali se dava: alguns dos foliões do Bloco carregam consigo sacolas para o recolhimento de lixo, de modo a evitar ao máximo seu despejo nas matas, enquanto foliãs distribuíam aos homens adesivos alusivos à ideia de carnaval sem machismo para colarem em suas fantasias.

À medida que o Bloco foi adentrando ao território, moradores da comunidade foram, de maneira curta ou mais prolongada, se juntando ao cortejo: quando nos aproximávamos de suas residências, não eram poucos os que saíam de suas casas sorrindo, seja para observar da soleira da porta, seja se integrando efemeramente ao público. Fantasiados ou não, e em alguns casos portando alguns dos instrumentos confeccionados nas atividades preparatórias, sua participação pareceu ser bastante diversa: quem não tomava parte na banda ou em meio aos foliões eventualmente o fazia de outras formas, como através de registros fotográficos com seus aparelhos celulares e, principalmente, banhos de mangueira no público, em virtude do forte calor daquele meio de tarde.

Outro elemento que parecia estimular sua adesão, mesmo que efêmera, se dava na atitude do puxador da banda de paralisar o deslocamento em meio a cada uma das vilas por cerca de cinco a dez minutos: ponderada ou não, esta maneira de conduzir a banda parece em muito ter contribuído para dissipar em parte dos moradores possíveis receios em se juntar à festa. Ao menos no início do cortejo, a tal elemento se somou a continuação da iniciativa de doação de fantasias e maquiagens nas crianças que apareciam: a combinação destas atitudes parece ter tido impacto significativo em reforçar a ideia de uma festa mutuamente elaborada como instante de convívio durante seu transcorrer. Na medida em que fomos chegando às vilas, igualmente se tornou perceptível outro fator, que contribuiu favoravelmente para a atmosfera de relativo conagraçamento ali existente: algumas das mesmas eram dotadas de bares geridos pelos moradores, se tornando espaços de sociabilidade também através de animadas conversas, além de serem servidas de banheiros que as mulheres utilizavam para suas necessidades. Em certo sentido, todo esse conjunto de fatores, planejados ou não, contribuía para um fluido mosaico de multifacetadas interações entre comunidade e foliões: certamente, parece em muito ter amenizado quaisquer sensações de estranhamento entre a diversidade de públicos ali presentes.

O desfile do bloco assim transcorreu até o imponderável que se deu no fim daquela tarde: o aparecimento de uma intensa tempestade de verão, quando o cortejo se encontrava começando a percorrer a parte final de sua trajetória. Durando cerca de meia hora, a chuva se tornou motivo para uma relativa dispersão entre o público então presente: uma parte começou a procurar abrigo embaixo das lajes das casas e bares das vilas que passávamos; uma segunda parte continuou agrupada no entorno da banda, que seguia tocando, enquanto uma terceira, formada por pequenos grupos, seguia adiante, mesmo sem talvez conhecer de todo o caminho restante.

Na espontaneidade daquele momento, acabei por me juntar inicialmente a um dos grupos que formavam o terceiro, carinhosamente apelidado de Bloco do Quentinho: com as roupas e fantasias encharcadas, e com o frio oriundo da ventania da tempestade, nos reuníamos em

pequenos grupos de dez, vinte foliões, e caminhávamos ou pulávamos sobre a lama nos mantendo abraçados, de modo a nos aquecermos com nosso calor corporal. Ora próximos ou mais distantes da banda, cantávamos marchinhas independentemente do que tocavam os instrumentos: não raro, estes “blocos” se desfaziam ou se reconfiguravam com a momentânea incorporação de foliões dispersos que encontrávamos no caminho.

Depois de me desprender de um destes “blocos”, fui caminhando sozinho ou junto a pequenos grupos de amigos, pedindo indicações de direção aos moradores que eventualmente passavam. A chuva transformou as vias de terra, com muitas partes sem cascalho, em trilhas de lama, onde muitas vezes, em determinados pontos, se formavam rios espontâneos de água corrente. Durante a parte solitária de minha caminhada neste momento do cortejo, em meio à chuva e à lama, não pude deixar de pensar que vivenciava, por uma tarde, o que certamente os moradores destas comunidades devem passar para sair ou retornar de suas casas, a cada dia que chove. Se a chuva prejudicava a inserção e participação dos moradores ao longo do final do percurso do bloco, por seus efeitos incontornáveis, igualmente culminou por fornecer um ângulo único sobre particularidades da vivência cotidiana naquelas comunidades: materializava a todos aqueles que ali não residiam um pequeno fragmento do patamar de dificuldades que seus moradores se dispunham a enfrentar em sua luta em favor de uma moradia digna.

Caminhei durante vinte ou trinta minutos, até chegar ao centro comunitário da Ocupação Vitória, onde se planejava encerrar o cortejo. No local, já terminando a chuva, se encontravam alguns dos foliões que se adiantaram com a dispersão ocasionada, moradores da comunidade vendendo comes e bebes, e um pequeno palco de madeira coberto, onde uma liderança comunitária comandava uma banda, a tocar forró e samba para os que chegavam.

Ao fundo, progressivamente aumentava o som proveniente da banda do bloco, que se aproximava lentamente: ainda que provavelmente cansados e encharcados, continuavam a se deslocar com entusiasmo e reunindo foliões dispersos pelo caminho. Sua chegada culminou com a unificação de sua percussão com a da banda presente naquele palco: passaram a tocar livremente marchinhas e sambas em conjunto, regidos pelo líder comunitário que cantava as canções. Independentemente do estado de nossas roupas, dançávamos livremente na lama, sem ritmo, apenas em expressão corporal espontânea, ora entre nós foliões, ora junto com os moradores que se juntavam a nós para dançar, conversar e flertar, enquanto anoitecia. Ainda que planejada como espécie de festa de encerramento, aquele instante parecia ter ganhado contornos inteiramente singulares, por conta da junção ocorrida entre a chuva, a alegria dos presentes em ter conseguido completar o cortejo - possivelmente catalisada pelo efeito do álcool consumido pelo público -, e a receptividade dos moradores que ali estavam: inadvertidamente, formou-se um feixe diversificado

de convívios que, por instantes, efetivamente pareceu anular quaisquer distâncias sociais entre todos que ali se encontravam.

Foi enquanto esta festa ainda perdurava que deixei a ocupação, por volta das 21 horas, após ter encontrado e aceito uma carona oferecida por Marcelo, arquiteto e amigo pessoal. Impactado por sensações mistas oriundas da intensidade do que ali vivenciamos, sai daquele ambiente de convívio inspirado por todo um conjunto de impressões, sobre a organização e sobre o desfile, que gostaria de aprofundar futuramente no transcorrer da pesquisa.

ANEXO 2 – METODOLOGIA DE PREPARAÇÃO E ROTEIRIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

5.1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ESTRUTURAÇÃO DOS ROTEIROS DE ENTREVISTA

Para a realização deste estudo, um dos principais procedimentos de pesquisa utilizado para a coleta de dados se encontra na realização de entrevistas temáticas qualitativas, com participantes diretos dos cenários enfocados em cada uma das narrativas aqui confeccionadas.

Para tanto, a ênfase que fundamentou os procedimentos de coleta adotados especificamente para a realização destas entrevistas gravitou em numa perspectiva central: recuperar e preservar os sentidos e entendimentos dados por estes participantes, particularmente acerca de suas experiências individuais e coletivas, perante os eventos inseridos nos cenários que narraram. Dentre os procedimentos de realização de entrevistas existentes, conforme mencionado na introdução deste estudo se utilizou aqui a História Oral, em sua modalidade temática. De acordo com José Carlos Sebe Bom Meihy (MEIHY, 1996), esta modalidade se caracteriza, em linhas gerais, pelas perspectivas singulares de confecção e uso dos relatos coletados em relação à adoção de outras fontes documentais:

A história oral temática é a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais da apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento. Quase sempre ela equivale ao uso da documentação oral da mesma maneira que das fontes escritas. Valendo-se do produto da entrevista como mais um outro documento, compatível com a necessidade de busca de esclarecimentos, o grau de atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica muito mais explícito. [...] Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade é direta. Pretende-se, mesmo considerando que ela é narrativa de uma versão do fato, que a história oral temática busque a *verdade* de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma versão que seja discutível ou contestatória (MEIHY, 1996, p.41).

Das considerações acima de Meihy sobre esta modalidade, importa aqui ressaltar algumas das características específicas dos resultados obtidos no uso destes procedimentos que justificam

sua adoção na pesquisa realizada. Primeiramente, por sua relação direta para com a recuperação de memórias atinentes a determinados eventos históricos públicos vivenciados pelos entrevistados, o tipo de relato obtido pela História Oral Temática se notabiliza pela conjunção entre prismas descritivos e opinativos presentes em suas narrativas: dessa maneira, torna-se possível não só o acesso, como também a preservação de significados individuais ou coletivos aprofundados acerca de suas experiências condensadas em seus testemunhos, proporcionando uma perspectiva única de compreensão dos acontecimentos históricos relatados.

Ademais, conforme visto nos capítulos que compõem o corpus textual desse estudo, tal modalidade igualmente permitiu o registro de eventos nem sempre contemplados por outras fontes documentais de pesquisa adquiridas. Este prisma possibilitou o estabelecimento de uma relação dinâmica destas narrativas individuais, de cunho não somente complementar perante outras fontes: em virtude da complexidade e sofisticação aprofundada de significação para a compreensão dos cenários abordados mesmo nos casos onde outras narrativas documentais se fizeram presentes, os resultados obtidos permitiram enfocar tais relatos na qualidade de registros centrais no diálogo e entendimento tecido diante dos eventos históricos aqui estudados.

De modo a permitir tais resultados, a roteirização das entrevistas seguiu, em linhas gerais, alguns dos principais paradigmas adotados por esta modalidade de História Oral, quanto a confecção de questões e estímulos de rememoração perante os entrevistados. Para a melhor compreensão desta dimensão de confecção dos questionários adotados, as considerações abaixo de Meihy (MEIHY, 1996) são profundamente pertinentes:

Os questionários devem ser *diretos* ou *indutivos*. No primeiro caso, a entrevista deve ater-se ao fato em causa e a seção será breve. No segundo, marcado sempre por maior complexidade, as questões buscadas devem sempre ser contextualizadas e seguir uma ordem de importância capaz de inscrever os tópicos principais em análises do depoente. Neste sentido, o questionário deve ser gradativamente indutivo porque não se recorre apenas à especificidade do fato (MEIHY, 1996, p.42).

Na roteirização dos questionários que serviram de suporte às entrevistas realizadas, a pesquisa aqui efetuada adotou um prisma demarcado fundamentalmente pela confecção de perguntas indutivas de introdução e abordagem aprofundada dos temas a serem narrados por integrantes de cada uma das duas comunidades de destino estudadas. Tendo em vista a ideia de que, nesta modalidade de História Oral, as perspectivas individuais de vida podem igualmente serem mobilizadas como forma de aprofundamento dos pontos de vistas dos entrevistados acerca dos assuntos estudados, esta pesquisa igualmente inseriu um conjunto de perguntas de ordem biográficas na elaboração dos roteiros presentes nos questionários abaixo. Nesse caso, a perspectiva

que norteou a presença de tais perguntas se fundamenta pela dimensão de aprofundar as nuances individuais, envolvidas na compreensão adotada pelos entrevistados, perante os cenários temáticos em que se inseriram seus relatos.

Para tanto, tais perguntas biográficas foram elaboradas tendo por finalidade conjugar tanto as trajetórias pregressas dos entrevistados anteriormente aos temas enfocados, de modo a realçar as origens de suas formas de compreensão sobre os mesmos, quanto a estimular, em suas narrativas, o aparecimento de entendimentos que se entrecruzam com condições específicas presentes em suas subjetividades, quando os mesmos se consideram pertencentes a agrupamentos identitários em específico. Nesse último recorte adotado nestas perguntas biográficas, a menção nos questionários à relação entre condição individual do entrevistado e suas descrições e entendimentos dos eventos abordados atendeu aos seguintes critérios: idade, gênero, etnia e situação socioeconômica. Dessa maneira, buscou-se aprofundar, na medida do possível, a formação de linhas de entrecruzamento de seus entendimentos com outros prismas que permitissem não só individualizar a abordagem de seus relatos no corpus textual deste estudo, como também propiciar a outros pesquisadores seu uso a partir de outros recortes de enfoque sobre os mesmos.

Por fim, cumpre dizer que os questionários abaixo foram traçados como diretrizes gerais das entrevistas realizadas: dependendo da especificidade da inserção do entrevistado nos cenários temáticos enfocados, o mesmo foi adaptado, através da inserção ou descarte de perguntas específicas, de modo a aprofundar a recuperação de seu ponto de vista individual sobre os eventos que testemunhou.

5.2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO DE 2015

TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA INDIVIDUAL:

1. Qual o seu nome completo?
2. Você é natural de Belo Horizonte?
3. Qual a sua idade?
4. Onde você reside?
5. Qual a sua escolarização?
6. Onde você estudou/estuda?
7. Você possui formação superior?
8. O que te motivou a escolher este curso?

TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO/POLITIZAÇÃO INDIVIDUAL:

9. Como você se interessou inicialmente por política?
10. Existiram pessoas ou eventos que te inspiraram nesse interesse?
11. Sua condição individual influenciou nesse interesse? De que maneira?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL NO EIXO TEMÁTICO 2013/ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL:

12. Você participou dos protestos de 2013?
13. Como se deu sua participação nos protestos de 2013?
14. Quais motivos te fizeram participar dos protestos de 2013? Sua condição individual influenciou em sua participação?
15. Quais lembranças marcantes você tem dos protestos de 2013?
16. Qual a importância pessoal em ter participado dos protestos de 2013?
17. Você participou da Assembleia Popular Horizontal?
18. Como se deu seu envolvimento com a APH?
19. Quais motivos te fizeram participar da APH? Sua condição individual influenciou em sua participação?
20. Quais lembranças marcantes você tem da APH?
21. Qual a importância pessoal em ter participado da APH?

22. Você participou da ocupação da Câmara de julho de 2013?
23. Como se deu seu envolvimento com a ocupação?
24. Quais motivos te fizeram participar da ocupação? Sua condição individual influenciou em sua participação?
25. Quais lembranças marcantes você tem da ocupação?
26. Qual a importância pessoal em ter participado da ocupação?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL DE INSERÇÃO NA PAUTA DOS TRANSPORTES/PROTESTOS DE 2014:

27. Como você se envolveu com a pauta da mobilidade urbana em Belo Horizonte?
28. O que te motivou a se inserir nesta pauta?
29. Como você entende esta pauta?
30. Sua condição individual influenciou em sua inserção nesta pauta? De que maneira?
31. Você participou de alguma organização atuante nesta pauta?
32. Você pode me relatar como foi sua participação nesta organização?
33. Como esta organização se estruturava?
34. Quais atividades desta organização você participou?
35. Quais recordações marcantes você tem de sua participação nesta organização?
36. Qual a importância pessoal em participar desta organização?
37. Você chegou a participar de protestos contra a Copa do Mundo em 2014?
38. O que te motivou a participar destes protestos?
39. Você pode me relatar como foi sua participação nestes protestos?
40. Qual a importância pessoal em participar destes protestos?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL NA FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO DE 2015/FORMAÇÃO DA FRENTE E ATIVIDADES ANTERIORES AOS ATOS DE RUA:

41. Como a notícia do aumento foi recebida pela organização em que atuava?
42. Como se formou a Frente Única Contra o Aumento?
43. Qual era a função da Frente Única Contra o Aumento?
44. Como eram decididas as ações da Frente Única Contra o Aumento?
45. Quais atividades da Frente Única Contra o Aumento você participou?
46. Você pode me descrever como e quando foi esta atividade?
47. Qual a importância desta atividade para a campanha?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL NA FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO DE 2015/ATOS DE RUA:

48. Qual a importância de realizar atos de rua pela Frente Contra o Aumento?
49. Você participou do Primeiro Ato Contra o Aumento?
50. Como se deliberou pela realização do Primeiro Ato Contra o Aumento?
51. Aonde o Primeiro Ato se concentrou?
52. Qual a importância deste local de concentração?
53. Quais as suas recordações da concentração para o Primeiro Ato?
54. Qual trajetória foi definida para o Primeiro Ato?
55. Qual a importância da trajetória adotada pelo Primeiro Ato?
56. De que maneira você participou do Primeiro Ato?
57. Como transcorreu o Primeiro Ato?
58. Quais as suas recordações marcantes deste Ato?
59. Você participou do Segundo Ato Contra o Aumento?
60. Como se deliberou pela realização do Segundo Ato Contra o Aumento?
61. Aonde o Segundo Ato se concentrou?
62. Qual a importância deste local de concentração?
63. Quais as suas recordações da concentração para o Segundo Ato?
64. Qual trajetória foi definida para o Segundo Ato?
65. Qual a importância da trajetória adotada pelo Segundo Ato?
66. De que maneira você participou do Segundo Ato?
67. Como transcorreu o Segundo Ato?
68. Quais as suas recordações marcantes deste Ato?
69. Como se deliberou pela realização do Terceiro Ato Contra o Aumento?
70. Aonde o Terceiro Ato se realizou?
71. Qual a importância deste local?
72. Quais as suas recordações da concentração para o Terceiro Ato?
73. De que maneira você participou do Terceiro Ato?
74. Como transcorreu o Terceiro Ato?
75. Quais as suas recordações marcantes deste Ato?
76. Como se deliberou pela realização do Quarto Ato Contra o Aumento?
77. Aonde o Quarto Ato se concentrou?
78. Qual a importância deste local de concentração?
79. Quais as suas recordações da concentração para o Quarto Ato?

- 80. Qual trajetória foi definida para o Quarto Ato?
- 81. Qual a importância da trajetória adotada pelo Quarto Ato?
- 82. De que maneira você participou do Quarto Ato?
- 83. Como transcorreu o Quarto Ato?
- 84. Quais as suas recordações marcantes deste Ato?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL NA FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO DE 2015/OCUPAÇÃO DA CÂMARA:

- 85. Como se deu a deliberação pela ocupação da Câmara?
- 86. Qual a importância de se ocupar a Câmara naquele momento?
- 87. Como se iniciou a ocupação da Câmara?
- 88. Como se organizou a ocupação da Câmara?
- 89. Como você se envolveu com a ocupação?
- 90. Quais atividades você tomou parte durante a ocupação?
- 91. Qual a importância dessas atividades para a ocupação?
- 92. Como foram as relações entre os ocupantes?
- 93. Como foi a relação da ocupação com a Câmara?
- 94. Houveram mais participantes da ocupação?
- 95. Como se deu a desocupação da Câmara?
- 96. Quais lembranças marcantes você tem da ocupação?

5.3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A TRAJETÓRIA DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ THCÁ DURANTE A RETOMADA DO CARNAVAL DE RUA DE BELO HORIZONTE (2010 – 2013)

TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA INDIVIDUAL:

1. Qual o seu nome completo?
2. Você é natural de Belo Horizonte?
3. Qual a sua idade?
4. Onde você reside?
5. Qual a sua escolarização?
6. Onde você estudou/estuda?
7. Você possui formação superior?
8. O que te motivou a escolher este curso?

TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO INDIVIDUAL NO CARNAVAL/ASSOCIATIVISMO:

9. Como você se interessou inicialmente por carnaval?
10. Existiram pessoas ou eventos que te inspiraram nesse interesse?
11. Sua condição individual influenciou nesse interesse? De que maneira?
12. Quais lembranças marcantes você tem desses carnavais?
13. Você teve experiências em organizações políticas ou culturais?
14. Você pode relatar como eram estas organizações?
15. Quais atividades estas organizações desenvolveram?
16. Quais lembranças marcantes você tem de sua participação nessas organizações?
17. Qual a importância dessas organizações para você?

TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO INDIVIDUAL NAS PRAIAS DA ESTAÇÃO/MOVIMENTO FORA LACERDA:

18. Você participou da Praia da Estação em 2010?
19. Como você descreve a Praia da Estação?
20. Como se deu sua participação na Praia da Estação?
21. Quais motivos te fizeram participar da Praia da Estação? Sua condição individual influenciou em sua participação?

22. Quais lembranças marcantes você tem da Praia da Estação?
23. Qual a importância pessoal em ter participado da Praia da Estação?
24. Você participou do Movimento Fora Lacerda?
25. Como se deu seu envolvimento com o Fora Lacerda?
26. Quais motivos te fizeram participar do Fora Lacerda? Sua condição individual influenciou em sua participação?
27. Quais lembranças marcantes você tem do Fora Lacerda?
28. Qual a importância pessoal em ter participado do Fora Lacerda?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL DE INSERÇÃO NO CARNAVAL DE RUA DE BELO HORIZONTE/FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ:

29. Como e quando você tomou conhecimento do carnaval de rua de Belo Horizonte?
30. Em quais blocos de carnaval você compareceu pela primeira vez em Belo Horizonte?
31. Aonde estes blocos realizaram seus cortejos?
32. Quais recordações marcantes você tem destes blocos?
33. Como você vê sua condição individual diante do carnaval de rua em Belo Horizonte?
34. Você estava presente na fundação do Bloco Filhos de Tchá Tchá?
35. Você pode me relatar como foi a fundação deste bloco?
36. Como este bloco se organizou inicialmente?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL DE INSERÇÃO NOS DESFILES DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ/2010:

37. Você participou do desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá em 2010?
38. Houve relação do Bloco com as Praias? De que maneira esta relação se deu?
39. Como foi sua participação neste desfile?
40. Como o bloco se organizou para realizar o cortejo do ano de 2010?
41. Quais atividades o bloco desenvolveu para seu desfile no ano de 2010?
42. Aonde o bloco desfilou em 2010?
43. Qual foi a sua trajetória em 2010?
44. Como o bloco se organizou em sua dimensão musical e performática?
45. Qual foi a reação da comunidade perante o cortejo do bloco em 2010?
46. Você se recorda de atitudes da Prefeitura quanto ao desfile? Quais atitudes?
47. Quais recordações marcantes você tem deste desfile?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL DE INSERÇÃO NOS DESFILES DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ/2011-2012:

48. Você participou do desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá em 2011?
49. Houve diferença na organização do Bloco perante o ano de 2010?
50. Houve relação do Bloco com as Praias? De que maneira esta relação se deu?
51. Houve relação do Bloco com o Movimento Fora Lacerda? De que maneira esta relação se deu?
52. Como foi sua participação neste desfile?
53. Como o bloco se organizou para realizar o cortejo do ano de 2011?
54. Quais atividades o bloco desenvolveu para seu desfile no ano de 2011?
55. Aonde o bloco desfilou em 2011?
56. Qual foi a sua trajetória em 2011?
57. Como o bloco se organizou em sua dimensão musical e performática?
58. Qual foi a reação da comunidade perante o cortejo do bloco em 2011?
59. Você se recorda de atitudes da Prefeitura quanto ao desfile em 2011? Quais atitudes?
60. Quais recordações marcantes você tem deste desfile?
61. Quais diferenças você viu neste desfile perante o de 2010?
62. Você participou do desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá em 2012?
63. Houve relação do Bloco com as Praias? De que maneira esta relação se deu?
64. Houve relação do Bloco com o Movimento Fora Lacerda? De que maneira esta relação se deu?
65. Como foi sua participação neste desfile?
66. Como o bloco se organizou para realizar o cortejo do ano de 2012?
67. Houve diferenças na organização do bloco perante os anos anteriores?
68. Quais atividades o bloco desenvolveu para seu desfile no ano de 2012?
69. Aonde o bloco desfilou em 2012?
70. Qual foi a sua trajetória em 2012?
71. Como o bloco se organizou em sua dimensão musical e performática?
72. Qual foi a reação da comunidade perante o cortejo do bloco em 2012?
73. Você se recorda de atitudes da Prefeitura quanto ao desfile em 2012? Quais atitudes?
74. Quais recordações marcantes você tem deste desfile?
75. Quais diferenças você viu neste desfile perante os dos anos anteriores?

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL DE INSERÇÃO NOS DESFILES DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ TCHÁ/2013:

76. Você participou do desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá em 2013?

77. Houve diferença na organização do Bloco perante os anos anteriores?
78. Houve relação do Bloco com as Praias? De que maneira esta relação se deu?
79. Houve relação do Bloco com o Movimento Fora Lacerda? De que maneira esta relação se deu?
80. Como foi sua participação neste desfile?
81. Como o bloco se organizou para realizar o cortejo do ano de 2013?
82. Quais atividades o bloco desenvolveu para seu desfile no ano de 2013?
83. Aonde o bloco desfilou em 2013?
84. Como se deu a decisão pelo lugar de realização do desfile do carnaval de 2013
85. Qual foi a sua trajetória em 2013?
86. Como o bloco se organizou em sua dimensão musical e performática?
87. Qual foi a reação da comunidade perante o cortejo do bloco em 2013?
88. Você se recorda de atitudes da Prefeitura quanto ao desfile em 2013 Quais atitudes?
89. Quais recordações marcantes você tem deste desfile?
90. Quais diferenças você viu neste desfile perante os anos anteriores?

ANEXO 3 – RELATOS SOBRE A FRENTE ÚNICA CONTRA O AUMENTO DE 2015

6.1 – RELATO DE VALÉRIO CARNA

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Valério Carna

Local de Entrevista: Residência do Entrevistado

Data da Entrevista: 05/09/2016

Tempo de Entrevista: 02:37:18

Observações: *Foi em meio a um ato de rua do coletivo Tarifa Zero – Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2014, que conheci Valério Carna. No ato, chamou-me atenção particularmente o fato de que Carna era um dos poucos presentes que portava consigo um instrumento de percussão para animar o entoar de palavras de ordem dos manifestantes. Ao longo daquele período, nos reencontramos diversas vezes em atos de rua e em reuniões do Tarifa Zero, aonde era comum sua eloquência em defesa de uma melhor estruturação do coletivo. No primeiro semestre de 2015, nos reencontramos em reunião do Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, quando fui convidado a me integrar a organização. Como um dos fundadores do coletivo, Carna se destacou não só por sua atuação visando descentralizar a atuação dos militantes da organização, como por sua iniciativa de fundar uma fanfarra de acompanhamento dos atos de rua do MPL-BH. Carna atualmente se encontra inteiramente dedicado à sua vida profissional como publicitário e editor de vídeos, tendo se afastado de sua militância.*

A entrevista que deu origem a este documento aconteceu no dia 5 de setembro de 2016, em uma sessão em sua residência, a partir de sugestão efetuada pelo entrevistado duas semanas antes, quando da exposição do pesquisador acerca do teor metodológico que orientaria a coleta de seu relato. A escolha de Carna como depoente se deveu ao fato de o mesmo ter sido um dos integrantes do MPL-BH a convidar o autor para tomar parte nesta coletividade. Profundamente comunicativo, Carna, de início, demonstrou insegurança acerca da extensão de seu relato, por se considerar prolixo: tal sensação aparentemente foi se desfazendo ao longo de suas respostas, ao perceber que era precisamente a riqueza detalhista de sua narrativa acerca dos temas inseridos no roteiro o que era buscado. Ao longo da mesma, chamou atenção seu entusiasmo ao relatar sua inserção no coletivo Tarifa Zero e sua participação no Bloco Pula Catraca, bem como o ar grave e a loquacidade em suas recordações acerca do Primeiro Ato Contra o Aumento. O fato de se encontrar afastado de atividades militantes quando da realização de sua entrevista igualmente parece perpassar seu relato: tais circunstâncias se refletem principalmente tanto na inserção de perspectivas críticas espontâneas acerca de determinados eventos relatados, seja no tom nostálgico que acompanhou determinados momentos de sua narrativa.

Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo no lugar de seu verdadeiro nome.

Meu nome é Valério Carna. Nasci em BH, e tenho trinta e um anos. Morei alguns tempos em São Paulo, mas, na infância, eu morei boa parte aqui - atualmente moro na Zona Oeste.

Primeiro grau eu estudei nos dois tipos: em escola particular e escola pública. No ensino médio, estudei só em escola particular mesmo. Tenho ensino superior completo: fiz faculdade de

Comunicação - Publicidade no fim, mas foi Comunicação. Fiz faculdade particular, na UNI-BH. Meu pai é publicitário, minha mãe também é da Comunicação, eu queria trabalhar com Cinema, e não tinha faculdade de Cinema aqui em BH: o mais perto que eu achei que pudesse me colocar nesse meio do audiovisual foi a Publicidade - foi mais ou menos isso.

Minha mãe também sempre foi de esquerda: participou de movimento, das Diretas, sempre falou disso em casa tranquilamente, da perseguição que houve na Ditadura - os males mesmo. Ela é a principal referência que me passou valores que eu me identifiquei: os valores de esquerda – o humanismo, achar que os de baixo tem que ser priorizados em governo, em coisas públicas. Como criança ainda, eu participei de carreata pra Prefeitura do Patrus em BH: isso nem entendendo muito bem o que era. Lembro de eu ir no carro do meu tio-avô, que até faleceu esse ano: também foi uma pessoa que de certa forma me inspirou. Íamos no fusquinha dele distribuir panfleto - ele era amigo pessoal do Patrus -: naquela época também o PT era outra coisa, o próprio Patrus, talvez.

Acho que comecei a me interessar por política quando eu tinha uns dezesseis anos: comecei a ir em show punk, a ler sobre anarquismo, sobre comunismo. A gente ouvia falar na escola talvez até antes, mas foi nessa faixa dos dezesseis anos que eu comecei a me interessar, ler coisas por mim mesmo. No início do Centro de Mídia Independente¹²⁵, eu participei: quando teve, foi um conhecido meu que fez aqui e fui em algumas reuniões - foi uma militância bem descompromissada. Nessa época de 2001, 2002 - época do punk.

2013 é o ano que não acabou, né?

Eu tinha saído de um trabalho de agência de publicidade: trabalhei muitos anos nessa época. Tinha feito um trabalho legal em 2012 - peguei um dinheiro. Em 2013, comecei a investir em ser autônomo, trabalhar com audiovisual mesmo, e fui fazer um curso em Cuba, em março: curso na escola de cinema - foi muito legal. Foi também uma coisa que já me deixou flertando muito com a esquerda: a gente ouve falar tanto de Cuba, e quando você vai lá, vê que tipo não é bem assim - não vê gente morando na rua, não vê gente pedindo, todo mundo tem hospital, enfim.

E o Brasil estava quente nessa época, por causa da Copa das Confederações: muitas discussões - eu acompanhava as notícias. O contexto da Copa das Confederações inspirava muita revolta mesmo: da Copa, de construção de estádio, muita notícia falando disso. Por outro lado, o

¹²⁵ O Centro de Mídia Independente ou Indymedia é uma rede de coletivos formada em fins dos anos 1990 visando divulgar a atuação das organizações inseridas na Ação Global dos Povos, e seus dias mundiais de protesto em favor de formas alternativas de globalização. Um dos primeiros portais virtuais de notícia existentes na Internet, se caracteriza por privilegiar a divulgação de informações autoproduzidas por militantes, coletivos e organizações progressistas atuantes mundialmente: ao longo da década de 2000, se estruturava de maneira descentralizada por país ou cidade. O Centro de Mídia Independente de Belo Horizonte mencionado por Carna existiu entre 2000 e 2003 na cidade.

investimento na mobilidade urbana era meia boca: foi nessa época que o metrô de São Paulo começou a ficar insuportável - algumas linhas até hoje, independente do horário, você pega, vai tá lotado, e isso me deixava muito revoltado. Teve também a questão da concorrência fraudulenta dos trens lá de São Paulo, da Alstom: também foi abafado totalmente pela mídia.

Aí, começou a ter os embates do MPL de São Paulo. Eu acompanhava muito pelas redes sociais - a galera falando dos absurdos e tal -: lia uns textos da jornada do MPL. Nessa época, eu acompanhava muita coisa que estava sendo escrita no CMI - no Centro de Mídia Independente de São Paulo, especificamente. Tinham vários textos legais do MPL: eu achava muito máximo, mobilizando a galera de escola era estudante fazendo um negócio ali que estava dando resultado, dando algo. Fui lendo esses textos, achando muito legal, e falei:

- Eu quero ir mesmo. Quero tá dentro!

Acho que muita gente naquela época estava com ímpeto de querer que as coisas fossem melhores mesmo. Aí, entrou a questão do transporte - sempre achei que era um gargalo do Brasil. Ouvi falar das máfias, já tinha lido várias coisas: realmente caríssimo, bem precário, e os caras querendo aumentar. Achei muito simbólico: era R\$3,00, passar pra R\$3,20. De três reais não passa: o povo foi pra rua muito com essa ideia.

Foi muito legal: eu comecei a ir aos atos de skate. Foi interessante: teve, por exemplo, o ato do Centro, do Teatro¹²⁶ - se não me engano, o segundo ato. Teve aquele ato que teve o grande pau mesmo, que a menina da Folha levou um tiro na cara: esse eu fui rápido, tinha uma reunião de trabalho, então fui só no Teatro, onde a galera estava se reunindo. Foi bacana: de certa forma eu já estava meio integrado, então não sentia muito medo - na época, era uma grande tensão, um pau muito forte mesmo. Foi isso: eu era um aleatório nos atos, não me relacionei muito com ninguém, principalmente com a galera da organização do MPL - não conhecia ninguém, mal conhecia o movimento.

2013 é o ano que não acabou, né? Eu saí na capa do Estado de Minas uma vez, com um companheiro carregando uma catraca, com essa manchete: “2013, o ano que não acabou” - essa foto era dum ato nosso de 2014. De certa forma, foi isso mesmo: foi o ano que trouxe pra minha vida essa perspectiva de lutar, de pautar de certa forma mais a minha vida pelos valores de esquerda. De perceber que também chega um momento do país, e da sociedade, que você tem que se posicionar:

¹²⁶ Trata-se do Teatro Municipal de São Paulo. Durante a campanha de protesto do Movimento Passe Livre – São Paulo em junho de 2013, suas escadarias serviam de local de concentração de parte dos atos de protesto convocados pela organização.

não dá pra ficar se omitindo eternamente, porque senão é engolido pelo lado do status quo, mesmo. Uma mudança que houve em mim: coisas como respeitar mais valores de gênero, entender que piada racista definitivamente não é aceitável mesmo - algumas coisas assim. Não tinha contato com nada disso: de movimento negro mesmo, eu não tinha - acho que talvez depois de 2013 me senti mais negro, também. Até então não entendia muito bem a importância de se auto entender como alguma coisa pra fazer parte de alguma mudança: já me entendia como usuário de ônibus, mas não me entendia tanto como um negro, até por não ser tão negro, ter alguns traços.

Não só a luta e a leitura: essas coisas trouxeram também algumas experiências. Estar ali num ato, correndo de bomba e bala da polícia, com o cara que é morador de rua, e que estava ali o tempo inteiro cantando e se divertindo com a gente. Isso faz a gente pensar bem na questão dos privilégios que tenho, dos que não tenho e que outras pessoas tem, e qual a importância de sempre estar revendo isso. É um país que vem de casta de fazendeiro, de coronelismo mesmo, e eu sempre vi isso: acho que isso tudo ficou mais latente na minha vida. Também militar de certa forma me trouxe uma série de outras experiências interessantes, até um pouco críticas às organizações: uma coisa mais disciplinada, de tentar se informar mais sobre um tema de embate.

Um ato sem banda, sem a fanfarra, sem um batuque, é mais ou menos uma festa com música e uma festa sem música

Vim pra BH no final das Jornadas de Junho. Quando eu vim, estava tendo a ocupação da Câmara ainda: fui lá, mas já estava bem desmobilizado. Foi bem legal: acompanhei muito as coisas de BH à distância - me orgulhei da cidade, dos processos de assembleias populares. Acho que foi a que fez melhor: das que eu fiquei sabendo, dentro dos processos de decisão dos atos, os daqui, acompanhando à distância, foram os que mais gostei. Acho que São Paulo estava num outro patamar, em alguns aspectos - a construção lá já era maior -: os atos já estavam gigantes num nível que talvez não ia funcionar. Daqui eu gostei muito: lembro de ver fotos daquelas plenárias gigantescas, achar incrível, e acompanhar reuniões de Assembleia na ocupação da Câmara, via Mídia Ninja¹²⁷. Fui na ocupação da Câmara pra ver: não ajudei, porque cheguei bem no fim mesmo. A ocupação da Câmara era contra o aumento, e em favor de auditoria - abrir a caixa preta dos custos do transporte. Tenho uma impressão hoje que o que fez barrar o aumento na cidade, além dos grandes atos, foi a ocupação da Câmara. Pra falar a verdade, não conhecia nada daqui de BH

¹²⁷ Mídia Ninja é um coletivo de imprensa independente atuante no Brasil desde início da década de 2010. Durante as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte, seus integrantes se notabilizaram por fazerem transmissões ao vivo não só dos atos de rua ocorridos na cidade, como também de diversas atividades ocorridas durante a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em julho de 2013.

também, de luta: não tinha muito uma motivação pra ir, realmente já estava no fim, então não consegui me envolver muito não.

Fui em reuniões da Assembleia Popular Horizontal, já no período que eu entrei no Tarifa Zero: estava me aproximando do coletivo, querendo ir - foi no fim do ano, provavelmente. Quando eu entrei no Tarifa Zero, ainda era um grupo de trabalho: era o GT de Mobilidade. Teve um amigo meu que foi nas reuniões: começou a ir, achou o pessoal gente boa e tal, achou legal e comentou comigo. Aí eu fui com ele numa reunião, e achei bem legal - é engraçado que na primeira reunião já pensei coisas críticas, que depois vieram a ser muito maiores. No início achei muito legal: gostei, mesmo com algumas críticas.

Era uma coisa caótica: nunca teve carta de princípios, efetivamente - era aquilo de falar que era horizontal. Pode-se dizer que sim, era horizontal: a opinião de ninguém tem poder sobre a de ninguém, todo mundo teria que buscar um tipo de consenso - na ausência do consenso, uma maioria. Enfim, cheguei, achei legal: o pessoal muito simpático, gentil - fiz até alguns amigos mesmo. Ia muita gente, de todo tipo, mesmo que uma vez ou outra: no início iam trinta, quarenta pessoas na reunião, ou mais. Era comum ver caras novas, e ver o revezamento dos partidos: quando não podia ir aquela pessoa que estava sempre ali, eles mandavam uma substituta.

Já sentia que tinha algumas pessoas que, naturalmente ou não, tinham um poder de fala: isto é, quando falavam, meio que se dava como uma verdade. Muito por se usarem de informações, de dados - às vezes eram pessoas mais estudiosas, talvez, sobre aquele tema -: estudaram mais sobre aquele assunto do que boa parte dos outros, já tinha algum trabalho acadêmico envolvido. Isso eu lembro no primeiro dia me incomodar: uma hora que levantava uma pessoa, e começava a dar palestra, entre aspas. Achava isso ruim: nessa maré de ler coisa, já tinha visto outros mecanismos de organização pra movimento social, que faziam informação circular mais. De fazer processos de formação, de aula pública e aula interna, pra que todos os integrantes do movimento se inteirassem no mínimo aceitável pra discussão, dali em diante: isso era uma ideia, ou uma promessa, talvez, mas que não tomava forma nunca - a gente tentava até puxar essas questões de formação. Não é que era sabotado - nunca me senti sabotado -, mas também a coisa chegava nesse limite: olhando hoje, me parece um limite de foco de luta com barreira de classe - é fácil pregar pros nossos amigos alternativos da Savassi, difícil é pregar pro cara que tá na favela. Difícil é pregar pro cara que mora na rua, é convencer a Galoucura¹²⁸ que tem mais é que pular catraca no ônibus, que vale a pena fazer esse embate - e pra isso não existia. Outra coisa que me incomodava era que, com exceção de algumas pessoas de alguns partidos específicos também - tipo o PSTU, o PCR -, não tinha um astral

¹²⁸ Galoucura é a maior torcida organizada do Clube Atlético Mineiro.

popular. Não tinha muito negro nas reuniões: o Chiquinho, que é do PT, às vezes levava uma galera com ele, mas você via que, organicamente, daqueles jovens que estavam ali construindo, era uma coisa um pouco mais branca mesmo - branca entre aspas.

Peguei várias tarefas, no início do Tarifa Zero: era um dos mais empolgados. Pintava faixa, ficava em comissão de trajeto: mais nessa parte dos atos. Tentava fazer uns batuques, organizar mais do que fazer, efetivamente: falar com a galera do PSTU, que tem um batuque, pra ir, ficava mais nas comissões de ato. Tenho difuso na minha mente como começou efetivamente, mas acho que, em algum ato, alguém me passou um surdo: toquei um pouquinho, e achei o máximo. Era uma função que eu gostava de fazer nos atos, até porque já tinha tido algumas tensões em outras funções - tipo, coordenar trajeto e tal -, que é uma coisa caótica mesmo, naturalmente. Quando peguei pra batucar, achei legal e segui mais ou menos nessa linha: aprendendo a tocar auto didaticamente.

Ajudei a fundar o bloco do Tarifa Zero: o Pula-Catraca¹²⁹. Já deixou de ser o bloco do Tarifa Zero, virou um organismo próprio no carnaval belo-horizontino - um organismo até com certa relevância. Nada contra, pelo contrário: bloco legal, que se propunha a fazer sempre um catracaço - pular alguma roleta de algum meio de transporte. Surgiu dentro de uma reunião específica: as atividades do carnaval, nessa época que o carnaval estava numa ascendente aqui em BH - não era essa realidade de hoje.

Na primeira vez que esse bloco saiu, a gente ensaiou: eu tocava tamborim, não sabia tocar nada. Você começa pelo tamborim, geralmente, em bloco: é fácil de carregar, toca pouco, e é isso aí. O bloco saiu numa união com o Blocomum - o bloco da ocupação do Luiz Estrela¹³⁰: nos encontramos no Luiz Estrela, e saímos pro alto da Serra. Teve um dos catracaços mais lindos, coloridos e festivos que BH já viu: foi bem bonito. Entramos no ônibus: era um ônibus amarelo - até então, na organização daqui de BH, eram ônibus bairro-bairro. Apesar de ser uma região central, era um ônibus amarelo, o que foi muito legal, porque o Tarifa Zero é amarelo e rosa - contribuiu com a cor e com o espectro que o Tarifa Zero tinha. Esse bloco era colorido: rosa e amarelo, bem chamativo. A polícia tentou tensionar um pouco, mas estava todo mundo num astral tão de festa, famílias - mães, idosos, criancinhas de colo -, pulando a catraca, e negociamos. Andou dois pontos,

¹²⁹ Trata-se de uma menção a sua participação no Bloco Pula-Catraca, agremiação carnavalesca de rua surgida diretamente de integrantes do coletivo Tarifa Zero. Fundado em 2014, o bloco costuma desfilar no domingo anterior ao início do feriado de carnaval, e tem como uma de suas características marcantes realizar um catracaço em ônibus ou estações de metrô durante seus desfiles.

¹³⁰ O Espaço Comum Luiz Estrela é uma ocupação situada na Rua Manaus, no bairro de Santa Efigênia, região Centro-Sul de Belo Horizonte. Em dezembro de 2013, militantes de organizações atuantes na luta por moradia e ativistas do setor cultural independente de Belo Horizonte fizeram uma intervenção conjunta em que foi ocupado um casarão abandonado, que deu origem ao Espaço. Além de buscar reformar as instalações do casarão por meio de recursos obtidos por *crowdfunding*, os ocupantes utilizam o espaço como sede de apresentações culturais e festas diversas. O nome dado à ocupação homenageia o morador de rua Luiz Estrela: homossexual, foi assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas durante as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte.

ou três, e descemos. Nos encontramos no Santa Efigênia, e fomos até o início da Serra: foi um trajeto curto dentro do ônibus, porque houve essa negociação. Não tinha o que fazer mesmo: convidar as pessoas a sair do ônibus não estava funcionando, e claramente não era o caso de dar porrada em ninguém porque eram umas famílias ali.

Ajudei a organizar o Pula-Catraca, pensando muito em ter uma banda de rua nos atos: essa mesma galera do bloco, quando chegava nos atos e ficava tenso, meio que desaparecia. Um companheiro lá de São Paulo, tocador de fanfarra, sempre falou que é mais fácil transformar um militante político num músico, do que um músico num militante político: me inspirou totalmente a fazer, com essa intenção de ter o bloco musical que fosse mais politizado mesmo. A partir daí, o bloco foi crescendo - inclusive, fui um dos autores da marchinha que ficou em segundo lugar no carnaval -: perdeu pra melhor marchinha das histórias do carnaval de Belo Horizonte - O Bloco do Pó Royal¹³¹. Perdemos com orgulho: fomos pro segundo turno no dia do Concurso Mestre Jonas¹³², mas ficamos em segundo lugar. Fui um dos autores dos versos, e de vários outros gritinhos que o Tarifa Zero puxou e que depois viraram música também.

O Tarifa Zero fazia atos de rua: a forma de protesto principal do movimento era manifestação de rua, travamento de via - é o que eu me identifico muito pessoalmente. Um ato com banda e um ato sem banda, sem a fanfarra, sem um batuque, é mais ou menos como uma festa com música e uma festa sem música. É uma energia que parece que a qualquer momento vai acabar, não tem aquela empolgação das pessoas: não tem um envolvimento, é mais uma marcha. Já com música - de preferência músicas criativas -, as pessoas se divertem, riem e dançam mesmo. Tem uma frase

¹³¹ Trata-se da marchinha “O Baile do Pó Royal”, cuja letra faz alusão irônica ao suposto envolvimento dos senadores Aécio Neves e Zezé Perrella com o tráfico de entorpecentes em Minas Gerais, bem como ao helicóptero apreendido no Espírito Santo, em novembro de 2013, pela Polícia Federal com 450 quilos de cocaína. O piloto do helicóptero prestava serviços ao deputado estadual Gustavo Perrella, filho do senador Zezé Perrella. A letra da marchinha segue abaixo:

*“Deixaram o Pó Royal cair no chão
em pleno baile de carnaval
achei que ia rolar a confusão
mas a turma achou legal.
O pó chegou voando no salão
que farra sensacional
deu até notícia na televisão
virou Baile do Pó Royal.*

*O pó rela no pé
o pé rela no pó*

*O pó rela no pé
o pé rela no pó
Esse pó é de quem tô pesando?
Ah é sim, ah é sim
Você sabe eu também sei cor
Ah é sim, ah é sim*

Não espalha que vai ser melhor”

¹³² O Concurso de Marchinhas Mestre Jonas é uma competição de marchinhas carnavalescas de Belo Horizonte realizada anualmente desde 2012.

que é muito atribuída à Emma Goldman, mas eu não sei se é dela efetivamente, que é: “Se eu não posso dançar, não é a minha revolução.”. Eu boto muita fé nisso: acho que tem que ser feliz, principalmente no momento ali que tá tenso – pra manter a galera unida, animada e se divertindo. Acho que essa lição do catracaço da primeira saída do Pula-Catraca deixa isso: quando é feliz, fica até mais difícil pras pessoas chegarem dando porrada.

Baseamos que queríamos fazer isso - se organizar de uma forma mais descentralizada, de periferia - tentar construir pequenas lutas em outras regiões da cidade

Eu já estava afastado do Tarifa Zero há alguns meses, ou talvez até um ano: uma distância grande, bastante tempo. Aí, começamos a conversar na nova realidade: o MPL, o Bloco de Lutas pelo Transporte - foi o primeiro nome. Acho que a primeira reunião foi logo depois da Copa - pode ter sido em setembro de 2014. Fui nos atos contra a Copa: o primeiro jogo da Copa, grandes atos em todas as cidades. Foi super repressivo mesmo: a polícia impediu o ato de sair, cercou a galera na Praça Sete, e deixou o único caminho a Praça da Estação, eu lembro bem disso. Depois do primeiro ato a coisa deu uma desmobilizada: teve poucos atos contra a Copa aqui, se eu não me engano.

Tinha um grupo reduzido dentro do Tarifa Zero que estava muito infeliz com alguns rumos que o movimento estava tomando: das prioridades mesmo, de atividades que não conseguia organizar pra fazer na periferia. A galera comentava as coisas meio na zoeira, até que um dia chamaram pra fazer a reunião: era eu e mais três companheiros. Fomos conversando algumas coisas, e rapidamente vimos que acreditávamos mais ou menos num modelo parecido de atuação de um movimento de transporte: falávamos muito sobre a questão do intermunicipal. Era algo que a gente achava um gargalo horrível do Tarifa Zero: não estava sendo explorado, não era nem de longe a prioridade. As obras pra Copa, na implantação do BRT MOVE, foram feitas, na verdade, em locais que já existiam corredores de ônibus. Claramente estava se refazendo: tudo bem que é quase um novo modal - pode-se entender assim -, mas existia um interesse em fazer as obras em prol das empresas de ônibus, e das empresas de obra mesmo, aparentemente. Apesar de que a área central, num segundo momento, veio a ter várias vias isoladas, em geral, eles só deram segmento a aqueles corredores ali. Houve a expulsão também do famoso Vermelho¹³³, o ônibus intermunicipal: não só proibido de andar nos corredores, - antigamente eles podiam - mas de circular na cidade, o que é um grande absurdo. A mão de obra da cidade toda que vem de mais de longe, a mais pobre da região

¹³³ Vermelho é um nome popular dado aos ônibus que, anteriormente à existência do sistema BRT-MOVE, faziam todas as linhas de interligação intermunicipal na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O nome faz menção à cor dos veículos: entre os anos 1980 e a década de 2010, os ônibus que circulavam na capital mineira se dividiam por cores alusivas ao tipo de linha em que atuavam, entre intermunicipal (vermelho) e municipal (azul, amarelo, verde e laranja).

metropolitana, que essencialmente trabalha em Belo Horizonte: o fluxo desses locais, como Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Contagem, Vespasiano, Pedro Leopoldo¹³⁴ - o espectro norte da cidade -, os ônibus que vinham dessas cidades dormitórios, foram expulsos.

Em 2013, a gente pôde perceber isso: essa máfia que paga campanhas, essa amizade muito íntima das Prefeituras com essas empresas de ônibus que não deixa a tarifa ser baixa. Aqui em BH, por exemplo, tinha um boato que eu acredito muito: não deixaram construir ciclovias na chamada Linha Verde - que foi construída até o Aeroporto de Confins, tinha um projeto inicial pra se fazer uma ciclovias - porque o lobby das empresas de ônibus vetou. Realmente as pessoas iam ver facilmente que dava pra ir de bicicleta, ao invés de pagar essa fortuna que é o ônibus: resumindo tudo, já percebia que existia um conluio de empresa com o poder público.

A implantação do MOVE em BH foi isso: o número de pessoas impactadas com essa retirada dos ônibus intermunicipais da cidade foi um negócio de milhões, e era muito difícil pautar isso dentro do movimento. Essa era uma questão que a gente achava que não estava sendo explorado, não era nem de longe a prioridade: o grande ataque político da implantação do MOVE em Belo Horizonte, foi a expulsão dos ônibus intermunicipais - só isso acho que já transformaria o foco de qualquer movimento que se diz social, ou que tenta ter uma base popular mínima, uma construção popular. Até a palavra base, nesse caso, é duvidosa, porque se tem a base, pode ser que tenha os do topo, e não é o caso: tinha que ser focado nisso, focado em quem estava sofrendo mais com as ações atuais do governo com relação a isso. Isso somado ao fato de que nessas regiões já mora uma galera mais de baixa renda: são cidades de certa forma um pouco precárias, são cidades que muitas vezes as pessoas têm que vir pra cá até pra hospital. E sofrer esse ataque no transporte - a população que já é mais pobre e paga mais caro no ônibus ser obrigada a ficar fazendo baldeação, às vezes transformando a volta pra casa de quarenta minutos pra duas horas -, esse era o principal ponto. O fato de, no momento ali, a Prefeitura estar fazendo isso com o transporte da cidade: retirando os ônibus intermunicipais, pra trocar pelo modelo que as pessoas vão até a estação, descem os andares, passam o cartão de novo - isso é redução de custos pras empresas, que, apesar de serem contratos diferentes, intermunicipal e municipal, pertencem ao mesmo cartel, ao mesmo grupo escuso.

Baseamos que queríamos fazer isso - se organizar de uma forma mais descentralizada, de periferia - tentar construir pequenas lutas em outras regiões da cidade, que não a Centro-Sul. Também tem a experiência de vários coletivos, especialmente o de São Paulo, que é de ser descentralizado, de fazer essas lutas regionais: querendo ou não, o coletivo de São Paulo é o que

¹³⁴ Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Contagem, Vespasiano e Pedro Leopoldo são municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

teve maior resultado. Até hoje os atos deles dão relevância na cidade, e já davam antes de 2013 - lá que eclodiu também a revolta nacional. Achava que era um bom caminho de seguir: essa questão da descentralização, dessa forma de organizar, de ter gente desses lugares participando, ensinando pra mais gente. Uma coisa mais autônoma mesmo: os núcleos auto gerenciados, e também auto renovados. Com metodologias mesmo, com oficinas que facilitam as pessoas apreenderem coisas dos contratos, do porque é injusto a forma que a tarifa é cobrada no Brasil, efetivamente: baseado nisso tudo, pensávamos que um coletivo poderia ter mais a ver com esse mecanismo - e aqui em BH, por estar passando esse momento do ataque do intermunicipal, tinha tudo a ver.

No início era sempre assim: três, quatro pessoas na reunião, às vezes duas, mais ou menos isso. A reunião era parecida com a do TZ, nesse aspecto: informes, pautas, ordem de fala. O Tarifa Zero tinha isso: chegou, qualquer um senta, tem opinião ali - era uma coisa que foi replicada da Assembleia Popular Horizontal. Dentro desse grupo pequeno de pessoas com insatisfações dentro do Tarifa Zero, discutíamos, de certa forma, a falência desse modelo de assembleia. Por quê? Porque é um modelo que você vai lá e bloca - como a gente fala na esquerda -: combina lá com os outros, ou leva um tanto de integrante e aprova alguma coisa que às vezes não é o interesse de boa parte do movimento. No MPL resolvemos nos organizar por afinidade política: dentro dessa ideia de focar sempre no de baixo - o que unia principalmente foi isso, focar no de baixo. Foi um recorte um pouco anarquista mesmo.

Logo que saímos do TZ, vislumbramos a possibilidade de federalizar: seria uma coisa que talvez fosse ajudar a luta, e mandamos um pedido. Até fui eu que escrevi a carta de pedido, explicando exatamente isso tudo que falei: da questão do transporte, da nossa ideia de reagir a isso, da nossa ideia de organização. Pouco depois, fiquei sabendo que o Tarifa Zero BH estava querendo também federalizar - a gente já tinha mandado a carta, e parece que eles receberam uma carta meio atravessada. Teve até algumas pessoas que eu conversei da federação que acharam que o processo poderia ter sido mais suave, poderia ter ocorrido de outra forma: talvez buscar alguma conciliação, apesar de eu achar muito pouco provável de voltar a ser um movimento só. Era importante pra gente federalizar, pra ter algum respaldo mesmo: éramos um grupo dissidente, de um movimento que era dominado por uma galera específica, amiga entre si, com essas questões. De certa forma, também tinha o fazer parte de um todo grande: de um dia de luta nacional, de uma organização nacional mesmo - mas isso em segundo plano, eu acho. No início tinha mais isso de mostrar que a nossa forma de organizar a luta era pertinente, tanto quanto a da federação.

Depois, começamos a tentar se organizar por grupos regionais, já internamente: quem ia começar a plantar coisas, separações regionais. O início era bem isso: uma galerinha em Contagem, outra galerinha em Santa Luzia, outra galerinha em Pedro Leopoldo, e assim por diante.

A nossa galera já tinha participado de algum ato contra o aumento com um pessoal lá de Ribeirão das Neves - na verdade, Justinópolis¹³⁵ -, onde fica a estação do MOVE. As pessoas desciam lá: uma estação antiga de integração, extremamente precária, até hoje. Fica em volta dum esgoto lá: um negócio de escoamento de água que não é limpo frequentemente - é nojento, um lugar horrível. Dentro da estação, a pessoa pega o ônibus pra ir pra Belo Horizonte: hoje vai pelo corredor do MOVE - nessa época estava sendo implantado. Fora da estação ficam os pontos de ônibus pras diversas localidades de Justinópolis, de Ribeirão das Neves: é quase desnecessário falar que essas pessoas passavam muitos percalços e problemas pra chegar em casa, ou pra ir pro trabalho. Teve relatos de gente que ficava uma hora, uma hora e meia no domingo - o ônibus teoricamente era pra passar e não aparecia nunca -, de ficar três horas no ponto, e não aparecer. Enfim, lá tinha um gargalo de transporte muito forte.

O pessoal conheceu uma galera no ato, e começou a querer organizar um núcleo lá. Propusemos isso pra duas pessoas, inicialmente: eles acharam legal, a coisa começou a andar. Além do ato, teve uma outra atividade que eu não fui: foi uma ocupação na praça. Começamos a marcar uma reunião que era aberta também: no início foi nas sextas-feiras. Íamos, e era bem divertido: era um momento que a gente sentia que estava fazendo alguma coisa mesmo - dava pra falar algumas coisas, outras pessoas iam lá meio pra desabafar do transporte, que de lá era horrível. Aí planejamos fazer a ocupação: era uma ocupação cultural, nessa mesma pracinha onde a gente se reunia lá em Justinópolis, do lado da igreja - uma pracinha já de encontro popular. A galera de skate, do hip hop, de batalha de MC ia lá de vez em quando, mais ou menos como se fosse o viaduto aqui de BH - um lugar onde se encontram sempre, e as lutas também num são muito diferentes. Eu comecei a ir: teve um período que eu fui toda semana, durante uns três meses. Faltava uma semana ou outra: às vezes estava viajando e tal, mas ia pra lá e estava construindo, executando atividades.

A galera de lá que era firmeza meio que parou de ir. Quando um movimento fica na mão de duas pessoas, três pessoas, ele tem um prazo de sobrevivência: é tudo voluntariado - geralmente até gasta alguma coisa do bolso pra fazer uma atividade ali, gasta os contatos dos amigos, num sei o quê. Existe uma energia pra se reunir sexta-feira à noite, que é o dia que o cara tá querendo ali festejar, mas também porque nenhum outro dia ninguém conseguia - acho que durante um tempo essas pessoas meio que pararam. E infelizmente o que queríamos mesmo - fazer com que a galera das escolas se envolvessem -, não aconteceu: o movimento de lá ficou reduzido. Eu acho que respeitamos isso: não ia adiantar ficar indo lá toda semana pra girar uma coisa que não estava

¹³⁵ Justinópolis é um distrito do município de Ribeirão das Neves situado na divisa com o município de Belo Horizonte. Á época dos acontecimentos narrados por Carna, existia uma estação improvisada de interligação entre o Sistema BRT-MOVE e o sistema municipal de ônibus no distrito.

querendo ser girada, sendo que a nossa ideia é que as lutas sejam feitas por elas próprias - não alguém pautando quem deve lutar o que em cada região da cidade. Essa avaliação é 100% minha: pode ser que tenha tido outros fatores que tenha desmobilizado.

Foi uma energia incrível: a gente ficou cantando, e tocando, e a galera pulando.

Pautamos isso do aumento forte: começamos a articular pra botar a cara na rua mesmo. Fazer o primeiro ato, crescer o movimento, começar a fazer um trabalho maior: de chamar a galera pra participar, pra ficar ativa.

Uma parte da articulação era com outros coletivos - dentre eles, o Tarifa Zero. Principalmente nessa época, tínhamos muita abertura pra conversar com eles - acho até que talvez o contrário não fosse tão verdadeiro. Mas estava legal, apesar disso: um tanto de coisa estava acontecendo. O MPL em si, como movimento, pautava dentro das suas reuniões construir a luta ao lado mesmo, num sentido de não se opor a fazer alguma atividade que o Tarifa Zero tivesse envolvido: a ideia era aglutinar força e, ao mesmo tempo, mostrar pros outros movimentos em BH, juntamente com o Tarifa Zero, que quem ia pautar as decisões ali ia ser os movimentos de luta pelo transporte. Acho que essa Frente veio na intenção de chamar os outros movimentos: de certa forma, pautar que a gente ia ser a galera que ia falar do transporte.

Eu estava em algumas reuniões antes do Primeiro Ato: definiu-se data, definiu local. Tinham comissões de trajeto, de várias coisas: de imprensa, de produção de faixa e panfletagem, comunicação - nessa época, acho até que foi criada uma comissão de comunicação pra divulgar os atos no Facebook. Fomos se articulando: além de entrar as pessoas, criamos o batuque, a fanfarra. Não era exatamente uma fanfarra: era um sopro, um batuque e uma caixa no início - às vezes nem isso. Acho que começou depois que fizemos um núcleo musical mesmo - era quase um novo núcleo -: aí foi sentar pra fazer o batuque, e pensar que música dava pra tocar, pra encaixar. Desde aquela época do Pula-Catracas que eu venho tentando me absorver de músicas de luta por aí: de vídeos de lutas pelo Brasil, dos MPLs. Antes mesmo até de construir a fanfarra, já encontrava antes dos atos, e falava:

- Bom, vamos tentar cantar isso hoje.

É o poder da zoeira. Como eu sou publicitário, acho que tenho uma facilidade pra fazer uma musiquinha - tenho certa facilidade. De achar uma rima fácil, compondo dentro do que precisa compor, a mensagem principal que precisa ser passada ali: tem que pensar a música sendo fácil de

ser cantada, e de preferência que dê um ânimo ali na galera – é pensando nisso sempre. Em alguns momentos pegamos algumas músicas de futebol - dei uma adaptada -, o que foi muito legal. Pegou bem pra danar, tivemos umas músicas legais - “O balaio tá foda...”¹³⁶: acho essencial, porque muito da luta se repete anualmente. Você vai ver vários membros de alguns partidos específicos, as mesmas pessoas: mais ou menos o mesmo *modus operandi* ali de ir pra rua, de fechar uma via, tendo a mesma música. No caso do Tarifa Zero foi assim, manteve-se a mesma música, demorou pra renovar: fim de 2013, o início de 2014, tiveram vários atos, eram poucas novas músicas legais, principalmente cantáveis, no ato - tiveram várias músicas, mas não se adaptavam, porque eram letras longas. São vários aprendizados, do que é que dava pra cantar: sempre também já pensando pros atos, já focando muito em fazer mobilização em porta de escola. Dava um gás novo: quando chegamos, por exemplo, com essa do “O balaio tá foda”, a galera pirou, foi muito bacana, muito de torcida de futebol mesmo! Juntava uma música nova, o cara fica feliz ali e canta junto, acha legal.

Marcamos uma data de ato: foi muito feliz, porque meio que fizemos, entre aspas, o lançamento do MPL nesse ato. Foi um ato que a gente chegou com as nossas músicas, com o nosso batuque: pegou muito bem, deu uma empolgada na hora. Acho que os fatos que aconteceram nesse dia me fazem acreditar que conseguimos realmente o que estávamos querendo: ter um ato de impacto na cidade, com músicas que tivessem tensão, com um batuque constante, ligado cem por cento à pauta que estávamos colocando ali contra o aumento.

Um aumento bizarro, absurdo: só uma Prefeitura que compactuava totalmente com a questão do lucro das empresas poderia fazer. Dentro da minha militância, já tive uma experiência de parte institucional: realmente, chega uma hora que fica na mão dum juiz, e os juízes tão atrelados a uma classe, a um tipo de poder, a um tipo de interesse - o judiciário hoje defende isso. Eu vi caso de deixar claro que a empresa não estava apresentando os custos corretamente, que a coisa não estava andando do jeito que tinha de andar em vários aspectos do contrato, e o juiz passava por cima de tudo pra garantir o aumento, pra garantir o efeito de uma auditoria fraudulenta, digamos assim. A via institucional termina aonde o status quo chega: enquanto os poderosos quiserem que o transporte público seja uma fonte de poder, e de dinheiro, isso nunca vai deixar de ser por eles.

¹³⁶ “O Balaio tá foda” é o nome informal de um canto de guerra entoado por militantes do Movimento Passe Livre - Belo Horizonte durante a campanha contra o aumento de 2015. Com melodia inspirada na canção *Seven Nation Army*, da banda de rock estadunidense The White Stripes, sua letra segue abaixo:

*“O balaio tá foda,
empresário enche o bolso,
Eu não quero catraca,
Todo aumento é um roubo*

*Eu vou pular catraca!
Eu vou pular catraca!”*

Então, o resto é o tensionamento. Acho que combina muito essa estratégia de fechar a via, de catracaço - as duas principais que adotávamos. No Tarifa Zero, e também no MPL: combina muito com a revolta, o ônibus tá lotado, você tá indignado. É uma coisa que mobiliza na luta pelo transporte: as pessoas passam muita raiva dentro dele. É por isso que eu acho que é ato de rua que você dá uma extravasada ali: tendo música que a galera pode cantar, e dançar, se opondo ao poder ali, tem a ver com isso. E se não fechar a rua, o jornal não dá, não aparece: tem que fazer alguma coisa pra chamar a atenção da grande imprensa, ou de alguma imprensa. A imprensa também está no mesmo lugar onde estão os juízes: do lado de quem tem o interesse ali que não é o mesmo da população. A imprensa estava passando pano pro aumento, falando que os empresários estavam em prejuízo - na verdade, a desculpa oficial foi essa, e a imprensa comprou sem questionar, de longe. Tinham algumas coisas mal explicadas, na auditoria que eles tinham feito há pouco tempo, que baseava tudo que eles estavam colocando ali pra aumentar fora de época. Talvez um jornal de BH, que foi O Tempo, deu uma matéria já nas vésperas do ato mais aprofundada sobre o assunto.

Não lembro qual o trajeto marcado anteriormente, mas ele acabou não sendo longo: nos reunimos na Praça Sete, num dos quarteirões fechados - uma das coisas importantes em marcar um ato no Centro é que dá muita visibilidade. Dá visibilidade pras pessoas que passam ali de diversas classes, é um lugar que tem muita coisa; dá visibilidade porque atrapalha a vida de muita gente ali, e isso é essencial pra chamar atenção numa manifestação. Por outro lado, também facilita das pessoas chegarem ao ato, estarem no ato. Na verdade nem acho que é o mais importante, mas aqui em BH tem essa construção: o ato ser grande, ele ser maior, ele tem que ser no epicentro - ou na Praça Sete, ou na Praça da Rodoviária¹³⁷, ou na Praça da Estação.

Nos reunimos debaixo do viaduto¹³⁸ - a galera do MPL quase toda -: todo mundo de camiseta, quem num tinha fez stencil. Acabamos de pintar uma faixa mambembe lá, e ficamos repassando as músicas. Esse foi um dos momentos mais gratificantes, mais felizes ali da luta - você fica emocionado -: a galera se divertindo junto ali, ensaiando a música, e todo mundo cantando junto, cada hora ia um, tinha que cantar inteiro – divertidíssimo!

Chegamos até o ato. Até que, de início, tinha muito carro de polícia: eles estavam meio entendendo o que ia acontecer, não estava igual na Copa. Quer dizer: não saíram cercando, revistando todo mundo. Chegamos com as músicas, já tinha um pessoal lá. Na hora foi muito legal, foi tipo um hino: chegamos tocando, a galera já chegou junto. Foi uma energia incrível: ficamos

¹³⁷ Popularmente conhecida como Praça da Rodoviária, a Praça Rio Branco é um dos mais tradicionais pontos de concentração e dispersão de atos de rua em Belo Horizonte. Situada no início da Avenida Afonso Pena, a denominação popular dada à Praça se deve à mesma se encontrar em frente à entrada da rodoviária intermunicipal e interestadual da capital mineira.

¹³⁸ Trata-se do equipamento público situado embaixo do Viaduto Santa Tereza.

cantando, tocando, e a galera pulando. Levamos lata de tinta, acho que tinha dois surdos - se não me engano, até perdemos um nesse ato. Foi uma energia muito forte: acho sem dúvida que atraiu transeuntes também. Quando está ali um ato musical muito legal, você chama a galera que tá passando: as pessoas às vezes se identificam por causa de uma música bem construída, divertida - acho que isso aconteceu, minimamente. O que mais diferenciou esse ato em específico foi a questão da música mais organizada: foi o verdadeiro pulo do gato ali, que deu alguma diferença, porque em termos de base popular que conquistamos para o ato, não consigo mensurar, nem ver essa diferença. Acho que o que foi perceptível para com todos os outros - inclusive os do MPL - foi o fator músicas novas muito bem feitas, e a galera do movimento também relativamente organizada, cantando junto: isso deu uma encorpada, um envolvimento das pessoas que estavam em volta.

Saímos na Afonso Pena, no sentido Savassi. Aí, fomos até a Bahia: antes da Bahia, a polícia já estava dando umas tensionadas, querendo que abrissemos a via. O bloqueio de via é uma ação direta pra propor o pensamento sobre isso: o trânsito tá aqui todo dia, e vamos parar porque o carro me para no trânsito. Se eu estou dentro do ônibus - corredores de ônibus são poucos, e os que foram feitos são excelentes -, em certos horários os carros realmente bloqueiam: você não consegue nem ir nem a pé direito. Se a lógica é para os carros, se já tá sendo bloqueado por eles, vamos bloquear pra repensar o trânsito na lógica do transporte público.

O ato estava enorme: não estava igual os grandes atos de 2013, mas estava grande, cheio de gente. De fato seria perigoso liberar a via: as pessoas tão no meio de uma multidão, saem andando sem olhar, e a gente não tinha um cordão de isolamento, nem nada parecido com isso. Nem acho que seria o caso: põe as pessoas em risco, de costas pra via, os carros passando e as pessoas ali, naquela aglomeração - num ato falho a pessoa pisa na faixa, pode ser atropelada, Não aceitávamos abrir a via, e a polícia insistia nisso de abrir: eles vendo que estávamos numa energia que era de certa forma muito combativa e, ao mesmo tempo, muito envolvente. Sem falsa modéstia nenhuma, a galera do batuque - eu estava lá junto puxando, ajudando - foi essencial pra isso: mostrou também pra galera de BH que o MPL estava mostrando fazer alguma coisa diferente - não era uma corruptela, só e simplesmente, do Tarifa Zero.

Chegamos na Rua da Bahia: teve outros momentos de tensão. Até que uma hora eu vi uma companheira do movimento, que estava mais ou menos encarregada de ficar com o trajeto, conversando com um policial, e um bolinho mais ou menos em volta. Vale falar que era uma companheira negra, e o policial teve uma atitude tipicamente racista, machista mesmo. Tipo:

- Vai ser uma menininha negra que vai conversar comigo?

Ele não falou isso, mas estava totalmente com essa atitude. Falou com ela que se não liberasse em um minuto, eles iam vir pra cima - e aconteceu isso mesmo. Passou um minuto, ainda estávamos tentando conversar pra definir o que fazer: a polícia começou a jogar bomba e bala de borracha gratuitamente pra espantar o bolinho do ato, que estava causando mesmo na cidade. Foi um horror, jogaram muito gás lacrimogêneo: as pessoas se desesperaram, saíram correndo. Aí teve o momento fatídico da galera que entrou no hotel, de outros que entraram no prédio em frente. Eu obviamente não entrei - me parece um erro entrar num lugar fechado quando tá rolando coisas assim -: também não culpo nem um pouco as pessoas. Tinha uma amiga minha que tinha acabado de chegar no ato, pra me encontrar na hora que o pau comeu: foi arrastada junto com outras pessoas dentro do hotel, só que por sorte ela usou um poder mental pra poder sair andando, e os policiais não pararem ela.

Nesse dia mesmo tinha uma lixeira lotada de lâmpada branca, aquelas lâmpadas frias, fluorescentes: parei na frente desse lixo pra impedir que algumas pessoas trombassem, e umas três pessoas trombaram em mim - essas pessoas poderiam ter trombado mesmo nesse lixo, e se machucado muito gravemente. Várias pessoas se machucaram: com cortes, com lesões de cair no chão, bicicleta. As pessoas desesperaram com gás: não conseguem lidar, esfregam os olhos, começam a respirar rápido - tudo que faz sentir mais os efeitos do gás. No meio disso, você meio que tem que ter certa frieza mesmo, porque é um negócio de louco: a galera andando sem enxergar, pedindo ajuda. A gente ajudava, e meio que não conseguimos mais mobilizar o ato direito.

Depois, voltamos lá pra perto do Edifício Maletta: estava uma aglomeração leve e uma companheira desmaiou - essa mesma que o policial tinha destratado -, chamamos o SAMU. Quase fui preso, porque estava muito revoltado: a polícia estava falando que a gente jogou pedra e a mídia, imbecil que é, ficava alimentando isso. Nós querendo pedir pra eles mostrarem os vídeos - eles estavam filmando tudo -, e o comandante muito sarcástico mostrando o dedinho da mão dele do qual levou a pedrada. Eu fiquei lá: tensionamos bastante, até a galera ser levada pra delegacia. A coisa na delegacia só melhorou quando começou a chegar deputado do PT, gente com mais poder na via institucional mesmo, pra poder negociar pras pessoas serem soltas: enquanto isso, ficaram horas presas em dois micro-ônibus.

As pessoas se desgastaram muito emocionalmente

No Segundo Ato, fizemos um trajeto gigante: o ato foi gigante - acho que se concentrou na Praça Sete de novo. É importante fazer um ato depois de episódios de repressão policial pra mostrar que não vai ser isso que vai enfraquecer a luta: já íamos seguir de qualquer jeito, fazendo outros

atos - com a repressão e o aparato midiático, a gente quis fazer com certeza, porque precisava mostrar força. Na época, eu era da opinião de fazer vários atos em poucos dias, mais ou menos similar à 2013 em São Paulo, e isso não era um consenso no movimento: tanto não era, que depois do Segundo Ato, não aconteceu mais. Foi gigante: deu muita repercussão por causa da porrada da polícia, e da cobertura verdadeira da mídia, depois de tudo que aconteceu. Levamos batuque e deixamos um tanto de gente assumir no meio: o ato estava muito grande.

Acho que fomos na Afonso Pena, até a Getúlio Vargas, lá em cima - andamos a Afonso Pena inteira, paramos na Prefeitura, até a Getúlio Vargas. Da Getúlio Vargas, Praça da Savassi¹³⁹ e desceu de novo - acho que terminou na frente da Escola de Direito¹⁴⁰, ou na Praça da Estação. É importante variar trajetória entre atos: pra dinamizar mesmo, pra quem tá ali, fazendo e participando, viver coisas diferentes e trocar com pessoas diferentes - é o principal, na verdade. Deu muito impacto, foi incrível: tinha muita gente da política institucional nesse ato - esse pessoal do PT daqui de BH. Saímos com uma positividade muito grande desse Segundo Ato.

Eu não fui no Terceiro Ato, mas lembro que fizemos panfletagem na porta do CEFET e do colégio que tem em frente, alguns dias antes. A galera estava exausta: emocionalmente exausta. Tinha gente até meio machucada, nada muito grave: assim, gente cortada, gente com concussão, com essas coisas. As pessoas se desgastaram muito emocionalmente - do ato, da polícia, a forma como tudo foi ocorrendo muito rápido -: não pode dar uma declaração equivocada hora nenhuma, a mídia sempre em cima, julgando, pautando. Definitivamente acho que foi por isso - não foi uma decisão política -: não vejo ganho algum de dar um tempo maior de um negócio que estava numa ascendente. Pior do que dar um tempo maior foi criar um ato estudantil, no meio do dia, como a retomada, depois daquele Segundo Ato, que tinha sido gigante - isso eu acho também que foi um erro grave. Eu discordei na época, estava fora do processo: se eu tivesse dentro, ia causar o suficiente pra galera agir diferente.

Nesse caso dos estudantes, acaba que temos a esperança de que a galera mais nova vai sempre tomar a coisa pra si e seguir: acho que é isso que acontece mesmo, mal ou bem. Desmobilizando ou não, é isso que acontece: a coisa vai se renovando ali, e se não se renovar, acaba mesmo. Em questão de foco de ato, penso mais nisso: nos estudantes, ou nos trabalhadores de ônibus - a gente já fez batuque em porta de garagem, em ponto final. A descentralização era legal: fazer atos também em outras regiões da cidade, pra poder dar oportunidade de gente que são de

¹³⁹ Trata-se da Praça Diogo de Vasconcelos. A denominação de Praça da Savassi se deve à mesma se situar no coração desta região da cidade.

¹⁴⁰ A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais se situa entre a Praça Afonso Arinos e a Avenida João Pinheiro, no centro de Belo Horizonte. Por se localizar a cerca de dois quarteirões da sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é também um dos principais pontos de concentração e dispersão de protestos de rua na cidade.

regiões diferentes poderem ir. Achei essa ideia boa em geral: depois de que fiquei sabendo como foi, depois que eu vi os vídeos, eu acho que foi uma ideia boa.

Só acho que ela foi num momento ruim: aquilo ali tinha que vir quando a gente já estava no final do processo da jornada. Aquilo veio na época que estávamos no ápice - tinha que ter feito um final mais gradativo -: aquilo meio que sentenciou que os nossos atos iam ser dali em diante vazios, sentenciou o fim da jornada prematuramente. Mas enfim, esse ato específico foi legal pela ideia, teve certo envolvimento pequeno, mas que existiu, dos alunos do colégio e ficou nisso. Tudo é aprendizado: também dizer o que poderia ter sido, vai saber. Também poderíamos ter marcado um ato e ter sido vazio, não ter tido nada mais também - tem que desapegar esse sentimento aí. A galera ainda resistiu com a ocupação da Câmara depois, de novo.

O Quarto Ato foi bem vazio: acabou na Prefeitura - lembro de ter um último ato, que foi pequeno. Estava tão vazio: a galera na Prefeitura deu uma desmobilizada, e umas pessoas até tentaram convencer outras de catracar. Não sei se foram começar já a ocupação da Câmara no dia desse ato, não tenho certeza não. Pode ser que tenha sido na Prefeitura mesmo, mas eu lembro de já falar sobre a ocupação da Câmara nesse ato.

Não participei da ocupação da Câmara - a galera do MPL até ficou meio revoltada comigo nessa época: estava boa parte do tempo trabalhando em São Paulo, e fiquei um período só aqui. Nesse período, não fui: fiquei chateado mesmo com o movimento, de ter tomado a decisão de não fazer o ato, e depois fazer aquele ato menor. A crítica maior que já fazia nessa época é que a ocupação suga energia de todos os participantes do coletivo de uma vez só: você não mantém uma ocupação com dois ou três, então tinha que ser todo mundo mobilizado ali junto, com os outros movimentos, o que gera um desgaste. Outra que fica fácil de identificar quem é o movimento inteiro, a partir disso: não que isso seja um problema, também não é nenhum movimento terrorista, nem nada disso - apesar do Bolsonaro talvez achar. Convém certa discrição, pra não facilitar qualquer tipo de perseguição, qualquer tipo de desmobilização por vias de perseguição pessoal. Mas eu acompanhei à distância: acho que foi muito legal, apesar de algumas coisas. Acho que foi muito válido: tensionar até o limite esse aumento fora de época, que tínhamos tanta certeza que estava irregular.

Acho que valeu a pena muito pela forma como a gente entrou, a forma que a gente se colocou na cidade

Eu acho que a Campanha Contra o Aumento foi muito válida. Já me peguei em outros momentos pensando que talvez tenha sido um erro romper, não tentar conciliar um pouco mais com

o Tarifa Zero, mas acho que o que me faz acreditar que isso foi um acerto foi o Primeiro Ato: ele realmente deu uma elevada no discurso.

Apesar de tudo, acho que a gente fez um primeiro impacto muito legal na cidade: mostramos que se constrói luta de ônibus com funk, com participação de gente da quebrada, com estética da quebrada. Acho que isso foi muito legal, deu origem a outras coisas: a fanfarra, outras coisas dentro do movimento mesmo, que foram muito legais. Os atos em Pedro Leopoldo: depois que Neves enfraqueceu, abriu-se a frente em Pedro Leopoldo, que foi muito bacana.

Acho que valeu a pena muito pela forma como entramos e nos colocamos na cidade: a partir de agora vai ser popular, e vai tensionar mesmo. Tentamos segurar ao máximo, inclusive na jornada posterior. Quem sabe até agora: quem tiver lá dirá.

6.2 – RELATO DE ANA ARCO

FICHA TÉCNICA

Entrevistada: Ana Arco

Local de Entrevista: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

Data da Entrevista: 18/10/2016

Tempo de Entrevista: 02:01:07

Observações: *A primeira vez que me recordo de ter estado com Ana Arco se deu em uma reunião do coletivo Tarifa Zero em fins do primeiro semestre de 2014. Ainda que não tenhamos nesta ocasião nos conhecido pessoalmente, é nítida a recordação da então jovem militante do Partido Comunista Revolucionário, sua desenvoltura e o incisivo de suas colocações nos debates daquele dia. Viemos a nos reencontrar no primeiro semestre de 2015, em reunião ocorrida quando de sua entrada no Movimento Passe Livre – Belo Horizonte: na ocasião, uma vez mais Arco me impressionara por sua leitura de contexto, disposição prática e sua incomum maturidade política. Ana atualmente é estudante e faz diversos pequenos trabalhos como freelancer para se sustentar; ainda que nos dias correntes não seja integrante de nenhum movimento, coletivo ou organização política, continua a frequentar a cena política belo-horizontina contemporânea.*

A entrevista que deu origem a este documento foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 em Belo Horizonte, em sala do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais: tal se deu por sugestão do pesquisador, em virtude do local se encontrar próximo à sede do cursinho preparativo para o Exame Nacional do Ensino Médio frequentado pela entrevistada. A escolha pela coleta de seu depoimento se deu por indicação de Valério Carna. Seu relato foi perpassado pela desenvoltura e tranquilidade na qual abordou, de maneira franca ou entusiástica, temas concernentes ao seu histórico militante pregresso, e o quanto tal experiência anterior envolveu a forma de abordagem dos temas elencados no roteiro de entrevista - particularmente enquanto prisma reflexivo em suas explicações e comparações entre formas de organização e atuação ativista. Ademais, sua condição de mulher, jovem e afrodescendente transpareceu com vivacidade durante seu depoimento, articulando suas recordações diretamente pela transversalidade destes prismas. Outro dado de importância diz respeito ao fato da entrevistada ter sido alvo de detenção temporária por desacato à autoridade, cerca de duas semanas antes do momento de realização da entrevista: é possível afirmar que tal experiência imediatamente anterior incidiu na delicadeza de detalhes concernentes à situações similares vivenciadas anteriormente presentes em seu relato, em especial no que tange às suas recordações sobre as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte e ao Primeiro Ato Contra o Aumento, durante a campanha de julho-setembro de 2015.

Por pedido da entrevistada, será usado um pseudônimo no lugar de seu verdadeiro nome.

Eu sou Ana Arco. Nasci em Porto Alegre, tenho vinte e um anos, e vim morar em Belo Horizonte por volta de 2010. Meus pais são na verdade do interior de Minas: minha mãe morava comigo em Porto Alegre e meu pai ficava aqui em Minas Gerais. Meu pai é formado em Administração, Arquitetura e Engenharia e eu não sei totalmente com o que ele trabalha hoje. Minha mãe não tem formação superior, e trabalha como confeitadeira.

Eles ficavam juntos, mas não tão juntos pelo fato de minha mãe estar longe. Aí eles decidiram ficar juntos, e meu pai começou a trabalhar pra uma empresa que fez ele viajar bastante, e a gente acabou parando aqui.

Então é a empatia que me move pra que eu pense no outro e melhore as condições

A militância pra mim envolve uma coisa muito particular, que é se perguntar qual é a sua opressão hoje? O que você passou nessa vida que te fez entrar no movimento? É basicamente porque o movimento é empatia: eu estou muito estável, muito bem, só que eu poderia não estar, como meus pais já não estiveram há um tempo atrás —é o que vi da minha família. Tivemos muitos altos e baixos: falta de oportunidades, racismo e a opressão da mulher, de ver minha mãe submissa. Foi ver gente que não tinha o que comer, que não tinha onde morar que me movimentou: é a empatia que me move pra que eu pense no outro, e melhore as condições.

Foi ver muita coisa: além de ser mulher e negra, eu sempre fui muito jovem - sempre fui a jovem do movimento. Então as pessoas não levavam em consideração os meus posicionamentos políticos, pelo fato de acharem que eu não tinha preparação, que eu não tinha um posicionamento forte - e é óbvio que eu não teria, apesar de achar que sempre tive. As mulheres sempre foram muito colocadas numa submissão: as pessoas querem que a gente não se sinta confortável em espaços de militância, que fique calada, que acatemos as coisas - querem nos silenciar em todo momento. E foi muito difícil ir a reunião e chegar em casa chorando. Talvez, obviamente, o meu ponto colocado não fosse levado em consideração naquele momento por não ser o momento correto, mas não ser levado em consideração - nem a minha fala -, ouvirem e ignorarem, falarem “E vamos ouvir o companheiro”, isso é muito triste. As pessoas acabaram isolando a minha militância pelo fato de eu ser mulher.

A maior parte da minha militância foi independente: eu não tinha nenhuma vinculação com nenhum movimento ou partido. Existiam os movimentos como o MPL, e partidos como o PCB, com os quais eu simpatizava: ainda não era de nenhum movimento ou partido. Eu comecei a ter mais contatos, a me movimentar mais com a questão da juventude estudantil secundarista, pelo fato de ser secundarista. E foi assim que aconteceu: fui montando grêmios, movimentações na rua, até que vim parar em Belo Horizonte. Vim pra cá e aqui comecei a pesquisar um pouco mais sobre movimentos e partidos, e alguns partidos começaram a pensar na ideia de me recrutar, entre eles o

Levante, o PSTU e a UJS¹⁴¹. Aqui já tinha um movimento estudantil secundarista com um histórico muito forte, e eu me vinculei muito a esse movimento, que é a AMES: Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas.

Quando fui pro Estadual Central¹⁴² também tive contato com a AMES-BH. A AMES é um movimento que é núcleo de um partido: o PCR - Partido Comunista Revolucionário¹⁴³. E o PCR chegou com a AMES-BH pra movimentar o Estadual Central, que tem um histórico de processos de luta muito intenso. Como eu já estava um pouco à frente dos estudantes por já tá movimentando, eles tiveram muito interesse em mim: comecei a ir nas reuniões, e a juventude deles, a União da Juventude Revolucionária – UJR, me recrutou. Um mês depois eles me recrutaram pro partido: fui recrutada por eles em 2011.

Fiquei no partido quatro anos, de 2011 a 2014. Foi horrível, foi muito horrível: fiquei quatro anos no Partido, e nesses quatro anos abneguei de toda a minha vida por ele. Fui expulsa de casa, tive meu ensino médio encerrado, fui presa, apanhei da polícia, reneguei minha vida e não recebi isso de volta. Foi sofrer muito machismo, muito racismo dentro do Partido: pelo fato de não poder questionar isso, eu desisti. O PCR é uma grande bosta e foi uma grande bosta pra mim, mas esse desligamento foi muito difícil: esse desligamento é muito doloroso. Foi e é muito difícil: é um desligamento diário, porque da mesma forma que eu entrei no Partido por uma ideologia, eu sai por ela - por não corresponder a essa ideologia eu sai, e por essa ideologia eu fui trucidada.

O PCR era um partido marxista-leninista que tem um estatuto muito bacana: a primeira cláusula é revolução armada, e eles não abrem mão. Tanto que o PCR é clandestino no Brasil: os partidos não podem aceitar a revolução armada, e isso era uma coisa que me chamava muita atenção: é ir total contra o sistema não ter legenda, é fazer todo um processo de base. Só que aí eles fizeram a Unidade Popular, que é basicamente um partido pra ter legenda: isso que acabou comigo. O que acabou me desiludindo muito foi esse processo de hierarquia que tem dentro do Partido: o PCR acabou virando um ninho de cobra, todo mundo comendo o rabo de todo mundo pra acabar subindo - essa é a vida lá dentro, isso não me trazia nada de diferente do que via fora. Então quanto mais eu me aprofundava, mais via esse processo de hierarquia, que talvez na vida não quisesse estar em lugar nenhum: não vim tanto dessa sociedade que está lá em cima. Eu não queria estar numa pirâmide: mandar a base fazer o trabalho sujo, enquanto a galera de cima só ficava nas reuniões de

¹⁴¹ Tratam-se de organizações atuantes em meio ao movimento estudantil belo-horizontino: Levante Popular da Juventude, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e União da Juventude Socialista, organização da juventude do Partido Comunista do Brasil.

¹⁴² Trata-se da Escola Estadual Governador Milton Campos, um dos mais antigos colégios estaduais de Belo Horizonte.

¹⁴³ O Partido Comunista Revolucionário é uma organização marxista-leninista-maoísta que congrega em seu redor um conjunto de movimentos sociais atuante em diversas searas. Para saber mais: <http://pcrbrasil.org/>. Acesso em: 28 de dez. 2018.

colarinho branco. Isso eu não quero: foi basicamente criar a Unidade Popular pra virar legenda, esse processo de hierarquia muito forte que acabou me desmotivando bastante, primeiro.

Aí teve uma eleição, um processo de votação pra ver quem representaria a juventude do Estado de Minas Gerais - um congresso e tudo -: daqui de Belo Horizonte iria eu, e mais uma pessoa. E nesse dia da votação, meu assistente chegou pra mim e disse que eu não podia representar o Partido ou a juventude do Estado: porque eu era uma incompetente, porque não conseguia, e começou a destruir todo o meu trabalho nesses quatro anos de PCR. E foi aí: o ápice da minha cabeça, eu já tinha aguentado muita coisa, o máximo da minha vida, mas quando ele disse coisas horrorosas sobre a minha militância que não eram verdade – esquecendo a minha abnegação, toda a minha militância – e fez críticas pesadíssimas, eu não consegui, sabe? Eu já tinha aguentado coisa demais e aquilo lá foi meu ápice. Foi horrível: foi acabar com todo um processo que você cria na sua cabeça: criar uma ideologia, tentar colocar ela em prática, ver que não dá em nada e na verdade só se ferrar. Por isso que hoje eu me defino como anarquista.

Acaba que 2013 foi o estopim do empoderamento da mulher negra

2013 foi muito intenso. Foi inacreditável: eu pensei que nunca ia acontecer. Acho que o mais próximo de uma luta revolucionária mais recente pra mim que teve esse estopim foi na Ditadura Militar: a UNE, a galera independente indo pra rua e morrendo por isso - assim, o mais próximo que tive de mim foi isso. Foi uma coisa tão grande quando eu vi aquele tanto de gente na rua: brotou uma esperançazinha, tipo um:

- Nossa, as pessoas tem empatia! Meu Deus, o mundo ainda não está acabando, segura as pontas!

Foi basicamente isso. Eu sou péssima de memória, mas acho que isso foi muito recorrente em 2013.

2013 foi uma carreta, um trilhão de coisas que aconteceram, de movimentações políticas: povo na rua, sessenta mil pessoas em Belo Horizonte, um milhão no Rio de Janeiro. Foi muito intenso, foi lindo: foi ver também um processo de tática, de militância na rua. Eu já tinha ido pra rua algumas vezes, aquela não tinha sido a primeira, mas nenhuma tinha sido com tanta veracidade como foi em 2013: querendo ou não, aquilo lá acabou sendo meu primeiro contato de militância real. Esse esquema de ficar em salas e em reuniões delongadas por quatro horas, com um papo muito acadêmico, isso não é militância: é ter consciência de classe, não lutar, e ficar discutindo mais cinco teorias acadêmicas - não faz o menor sentido. Então aquele foi basicamente o meu

primeiro contato de militância real: de ver como a polícia responde à sua aversão ao capitalismo, ao sistema, um militarismo muito forte. Então esse foi o primeiro contato: apesar de que quando vai em ocupações por moradia você também vê isso, ali na rua acaba sendo todo mundo igual - então você vê de uma forma diferente.

A gente conseguiu ver que as pessoas se importam até com o outro também, abnegam de seu tempo, da sua integridade física. E 2013 foi isso: um estopim de movimentos que acarretou em lutas pra outros estados. Na época os movimentos estavam muito mornos, muito oprimidos pela sociedade por não aceitação de seu posicionamento e ideologia, e acabou sendo um ponto muito forte colocar as pessoas nas ruas. Só que aí tem uma coisa: 2013 foi aquele um trilhão de pessoas na rua, mas ainda não tinha a polarização. Eram as pessoas na rua: tinham os movimentos, tinham os partidos, tinham independentes, tinha anarquistas, tinha pessoas normais, civis. Mas não tinha uma polarização extrema da direita e da esquerda: eram pessoas que tinham empatia por outras, que viram o estopim dos vinte centavos e levaram pra rua a saúde, a educação, a opressão da Polícia Militar - levaram pra rua várias questões e isso foi muito legal. Era estar na rua fazendo uma coisa que eu já fazia há muito tempo. Era mostrar pras pessoas que uma indignação do tipo “Ah, mas todo político é ladrão. Num tem dinheiro investido pra educação” não é uma indignação só da pessoa que tá ali assistindo jornal - é a importância de passar a mensagem. De mostrar pra essas pessoas que durante a vida elas foram constrangidas pelo capital, que foram humilhadas: elas são roubadas todos os dias, elas não são representadas e não são apenas elas que sentem isso - tem toda uma ideia atrás disso.

Eu me lembro do primeiro dia, que ia ter uma manifestação de mulheres que o Olga Benário¹⁴⁴ tinha puxado: tinha um movimento na Praça da Liberdade com muitas pessoas, tinham cinco mil pessoas ali, e elas estavam descontroladas. E eu lembro que não sei se foi o Peá ou o Thomaz que ligou pra gente pedindo ajuda: aquilo foi o primeiro contato, foi muito forte - a primeira lembrança. A segunda lembrança mais marcante foi a polícia simplesmente atacar a gente: estava uma linha de frente de policiais, uma linha de frente da gente, e os policiais não queriam conversar. Na verdade eles não conversaram naquele momento, eles começaram a bater no povo: vestimentas, bombas, bala de borracha, essa é uma imagem muito forte. Do helicóptero descendo e jogando bomba, das pessoas desesperadas, muitas delas sem entender nem o porquê que aquilo estava acontecendo. Outra imagem muito forte que eu tenho foi a dum cara caindo do viaduto, por causa de um encurralamento da Polícia Militar: o cara caiu do viaduto e morreu. Outra foi de dois P2¹⁴⁵ terem me assediado pra pegarem contato de celular, contato da galera de movimentos.

¹⁴⁴ Trata-se do Movimento de Mulheres Olga Benário, vinculado ao Partido Comunista Revolucionário.

¹⁴⁵ Gíria para designar policial infiltrado.

E outra foi eu ter sido presa, que foi muito marcante também: acho que a primeira vez que eu fui presa foi naquele momento. Em 2013 a gente apanhou muito: da Polícia Militar, do Choque, da ROTAM¹⁴⁶, apanhou de todas as corporações da polícia da vida. Fui presa ali na Praça Sete, numa manifestação: estava rolando uma abordagem desproporcional, a polícia tentando intimidar e a gente não se intimidou, a polícia se sentiu ofendida e eu fui presa por desacato - eles usam muito isso. Prenderam-me porque eu confrontei a polícia e eles não colocaram como desacato: colocaram como formação de quadrilha. Só que eles não me levaram pro CEFLAN¹⁴⁷: eles deram uma volta comigo. Eu não sei exatamente se passaram pelo Anel - eu estava muito desesperada -, mas acho que ali era o Anel¹⁴⁸. Entraram no mato, pararam muito longe, perto de uma árvore, me amarraram e me bateram: eu fiquei dezoito horas apreendida, foi horrível. Mas eu tive sorte - na real, eu tive muita sorte -: essa é uma imagem muito forte, essas imagens todas são muito fortes de 2013.

2013 também foi a redenção do empoderamento da mulher negra. No meu caso, o movimento feminista sempre me foi dado. Sei que o movimento feminista já vem desde sempre: mas a mulher branca sempre teve mais contato com o empoderamento da mulher, de negar a sua submissão, do que a mulher negra. A mulher negra historicamente foi submissa, sempre será, e a miscigenação é exemplo disso, inclusive: ele é fruto de estupro de mulheres negras. Acaba que 2013 foi o estopim do empoderamento da mulher negra, dela conseguir enxergar sua beleza e não se sentir oprimida por esse fato: acabou trabalhando as pautas da mulher negra, a solidão da pele, a hiperssexualização da mulher negra, sabe? Foi um tema forte, até pra mim: me reconhecia como negra, mas não tinha esse empoderamento feminino negro, nunca tive - foi aí que eu comecei a trabalhar com os movimentos de mulheres negras da UFMG. Até o meu partido na época começou a trabalhar bastante com o movimento negro, mas eu conversava mais com as mulheres por eu ser mulher: o Olga Benário foi um movimento que acabou trazendo esse ponto bastante pra discussão, da mulher negra na sociedade.

E isso acarretou muitas informações, de ver a importância da militância: tanto da militância branca quanto da negra. Foi aí que eu comecei a entender também que por mais que eu traga na minha cabeça um “Porra, velho: somos mulheres, somos pessoas oprimidas”, ainda há uma opressão determinada, e a gente tem que falar disso! Há uma opressão de cor sim, e a gente tem que determinar, ter um “Até aqui sou eu, até aqui não sei, lamento”. Foi esse o momento, isso é a importância que 2013 trouxe: de todos os movimentos que eu tive contato, foi a importância de

¹⁴⁶ Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas da Polícia Militar de Minas Gerais.

¹⁴⁷ Central de Flagrantes da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, situada no bairro Floresta, na Regional Leste de Belo Horizonte.

¹⁴⁸ Trata-se do Anel Rodoviário, via rodoviária que interliga diversas estradas federais que passam pela área do município de Belo Horizonte e sua região metropolitana.

trazer minha pauta. E me trouxe também um debate interno: um auto questionamento muito grande da importância da esquerda. Porque é justamente entender essas diferenças, essas coisas que até então eram bizarras, um “Meu Deus: é a pessoa de alma preta”. Entender essas importâncias, trazer essas pessoas pro debate, e empoderá-las: trazer soluções pra cada problema de cada classe. Então, 2013 chegou como um *boom* pra todo mundo e foi muito legal, mas também mostrou que essa opressão militar tem cor, sabe? Obviamente foram muitas pessoas presas, muita gente apanhou: mas dessa percentagem a maioria eram homens e mulheres negras.

Era bem complicado: pensar que nós, mulheres, tínhamos que criar um GT pra gente

Fui na APH por deliberação do Partido: algumas não, mas a maioria foi. Foram várias e várias APHs: algumas delas começaram a fazer a formação de alguns atos, algumas ações - mas eu achava que a APH era muito mais disputa de ego do que debater sobre a pauta de 2013. Elas eram muito cheias, eu lembro que teve uma que deu mil pessoas, e foi diminuindo ao longo do tempo: mas diminuindo pra trezentas pessoas, o que era imenso também. Fui redatora, mas não tinha nenhum encaixe real dentro da APH, até porque eu era do PCR e não tinha ligação com os dois. Só depois que foram criando os GTs¹⁴⁹ que tive a “obrigação” de estar mais dentro da APH, e eu participei do GT de Comunicação: basicamente relatava e filmava as coisas que aconteciam nas reuniões. Deixava as pessoas a par das coisas que estavam acontecendo dentro da APH: pra quem não ia descobrisse, soubesse quando era reunião, essas coisas assim.

Fui até eu ter preguiça de ir, na real. Achava horrível ir pelo Partido: tinha que ir com a blusa do PCR, fazer falas extremamente stalinistas. Tinha todo um roteiro, o quanto eu podia me posicionar, eles falavam: “Olha, hoje é bom você falar, intervenha” - isso é muito ruim, tira toda a sua autonomia. Nos dias que eu tinha autonomia pra discutir sobre as coisas, a gente discutia mais sobre as ações de rua. Pelo PCR ter um histórico de tática muito grande, por participar das ocupações, a voz do Partido tinha muita força ali dentro: então minhas falas eram basicamente nesse sentido de tática, de se posicionar enquanto tática.

Tinha muito P2 nas reuniões também. Era uma coisa muito insegura, mas a APH foi muito importante pra colocar em prática esses processos que todo mundo tinha na cabeça, mas não sentavam pra discutir e fazer: acabou que a APH existiu pra isso. Eu lembro que a última que eu fui foi pra decidir sobre a ocupação da Câmara: eram muitas pessoas que tiravam ações nas ruas, não passavam muito disso e a gente começou a se organizar pra ocupar.

¹⁴⁹ Grupos de Trabalho.

Tomei parte na ocupação: a gente participou da tática de entrada. Era ter um monte de gente no dia, entrarmos, anunciarmos a ocupação de dentro e chamarmos as pessoas. Só que deu errado, pelo fato de que tinha muitos P2 nas APHs - os policiais já sabiam, então tinha muita Guarda Municipal na porta -: três pessoas conseguiram entrar, ficaram presas, e o resto ficou fora - mas acabou que a gente conseguiu entrar. Ocupamos porque teve um aumento de passagens, e a gente queria fazer um debate de inserção da população dentro da Câmara pra discutir sobre isso, acho que foi isso.

Fiquei dias a fio. Acho que a primeira ocupação teve basicamente uns nove dias; a segunda teve dez¹⁵⁰, a terceira teve doze¹⁵¹. Dentro da ocupação, eu trabalhei em mais GTs: GT de Comunicação, GT de Educação, GT de Mulheres, GT de Transporte e GT de Programação. O GT de Programação era basicamente programarmos nossos dias dentro da ocupação: que horas a galera vai comer, que horas vai ter reunião, se vai ou não ter show, era basicamente isso. No GT de Mulheres a gente discutia a segurança das mulheres dentro da ocupação: discutia táticas de segurança e a pauta do feminismo. No GT de Educação a gente discutia sobre escolas públicas e a inserção dos movimentos dentro delas. O GT de Comunicação pra gente foi pra mesma coisa: comunicávamos as pessoas do que estava acontecendo dentro da ocupação.

Eu lembro que a gente tinha um convívio muito bacana. As pessoas dormiam em barracas e colchonetes, acordavam e a gente fazia alvorada. Logo de manhã já tinha reunião e todo o processo de organização da ocupação: limpeza, reuniões dos GTs, programar todas as atividades. Era um convívio muito bacana, mas acabou tendo alguns problemas: teve uns casos de assédio, de estupro. Era bem complicado: pensar que nós, mulheres, tínhamos que criar um GT pra gente - criarmos um tipo de segurança pra gente dentro da ocupação era muito ruim. E militar me posicionando em cada pauta, em cada fala, era muito ruim porque ainda não tínhamos um processo de politização tão grande sobre o fato de mulher negra dever ter poder de fala. Não tinha, então as pessoas me atropelavam muito, me silenciavam: eu me sentia muito reprimida, fiquei muito mal. Ao ponto de eu ir embora, ficar alguns em casa, voltar e não conseguir ficar muito na ocupação por isso.

Ainda assim, eu me empoderei junto das mulheres da ocupação. A gente começou a criar regras de não silenciar meninas: se eu estiver falando e outro cara falar, e ele não tivesse na lista de fala, ele não falaria, pras mulheres terem prioridade de fala. Eu comecei a criar essa corrente com as mulheres pra eu me sentir mais segura de falar, de estar no movimento e funcionou bastante.

¹⁵⁰ A Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte veio a ser novamente ocupada em 1º de agosto de 2013 por manifestantes que exigiam uma audiência pública de prestação de contas com o Prefeito Márcio Lacerda e a abertura das planilhas de custo da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans). Sem resultados efetivos, se desmobilizou no dia 10 de agosto de 2013.

¹⁵¹ A terceira ocupação mencionada pela entrevistada se deu em setembro de 2015.

Foi na ocupação que eu me inseri na pauta de transporte. Essa pauta do passe livre me é importante, porque vindo de onde eu venho é saber que a gente não vai mais precisar pular catraca: ela é revolucionária. É muito legal, na real: anula toda e qualquer possibilidade de tirar o direito das pessoas de ir e vir. Elas vão ter esse direito e, além do mais, vão ter o poder de administração e gestão dessas empresas que hoje só passam por cima delas, e tiram esse meio de ocupar, de estar, de transitar na cidade. O transporte vai ser realmente vai ser público: acho que isso devia ser discutido como política pública. As pessoas que mais usam não o fazem por opção: o fazem porque tem que usar - elas num tem grana. Se você for contar mensalmente o que você gasta de passagem, você prefere comer ou pagar uma conta. Também por poder trazer um mínimo de suporte, de segurança pra mulher dentro do transporte. Acho que também foi muito isso o que me motivou de entrar pro GT: ter segurança pra mulher, trazer essa possibilidade de circulação pela cidade sem ser reprimida dentro do ônibus, sem a possibilidade de ser presa.

Por fim, porque o estopim de 2013 foram os vinte centavos da passagem de ônibus. Era muito importante, e eu senti que tinha muita contribuição pra tá naquele GT. Eu não tinha tanto conhecimentos sobre os contratos e tal, e eu queria ter esse conhecimento, discutir as questões do transporte: eu queria ter uma ajuda a mais. Eu sabia que podia contribuir com algumas coisas até porque tive bastante contato com o MPL de Florianópolis: foi também nesse sentido de querer estar ali pra ajudar e aprender, por ter sido essa pauta que motivou todas as pessoas.

Eu via o Tarifa Zero como uma proposta de autonomia e autogestão muito legal, mas na prática era a mesma coisa que o PCR.

O GT de Transportes era o mais cheio, o que a galera mais discutia: querendo ou não, todo aquele problema do valor das passagens contadas mensalmente fere bastante o direito de ir e vir - isso me interessava muito. Tiveram vários GTs na APH e na ocupação, e quem tivesse interesse de participar, de fazer encaminhamentos de opções de propostas de luta, que assim o fizesse. Os outros GTs, inclusive esses que eu participava, acabaram morrendo: não tinha mais, e os que tinham eram pra movimentar a ocupação, pra segurança das pessoas -na época, a gente entendia que 2013 trouxe um processo de debate muito maior que os vinte centavos.

Começou com algumas reuniões, na APH e na ocupação: o processo de debate mais longo da ocupação foi o do GT de Transporte. O que reinou ali dentro foi o GT de Transporte, e dentro dele começamos a discutir várias grandes e pequenas coisas. A gente ainda não tinha a noção que começamos a ter: trazendo pessoas especializadas na área, começamos a nos preparar bastante pra

trazer esse debate como uma nova opção. Não tínhamos simplesmente como falar do passe livre sem ter uma explicação básica do seu porquê.

A ocupação acabou depois de nove dias, eu acho, e a gente começou a se encontrar nesse prédio da Direito¹⁵². O GT ainda não tinha nome, e acabou virando um movimento: era então só um GT. Então começamos a discutir sobre a imagem e o nome do movimento - acabou sendo Tarifa Zero: ficou sendo aquela coisa horrorosa rosa e amarelo. Eu acho horroroso por causa do amarelo: num combina, num orna. O nome foi muito da ideia de Fortaleza também: em Fortaleza é o mesmo nome, a mesma imagem, e a mesma cor, inclusive. Começamos a se encontrar e discutir sobre novas atuações e atividades: o número de pessoas que tinha no antigo GT de de Transportes acabou diminuindo muito. Ficou um número muito pequeno: de, sei lá, trezentas pessoas, ficou trinta, quarenta. Então começamos a nos aprofundar muito mais, discutir sobre o nosso poder de inserção dentro da sociedade, pra termos atividades dentro da cidade, e aí foi criado o Tarifa Zero. Começamos a sair nas ruas, fazer manifestações contra os aumentos das passagens, criamos um meio de transporte alternativo, que é a Busona - criamos umas ações legais, tipo sair de bicicleta num bicicletão.

Eu era do GT de Comunicação e tesoureira. Só que o Tarifa Zero não estava estruturado, na real: era basicamente a galera se encontrar pra discutir sobre as ações dos empresários. Era um papo extremamente acadêmico, onde as pessoas não se sentiam à vontade de estar: toda semana tinham pessoas novas no Tarifa Zero, só que as pessoas não permaneciam porque não se sentiam incluídas, e não saía disso. Houve propostas maravilhosas, tipo:

- Vamos pra periferia discutir sobre mobilidade urbana. Afinal, todos os pulões são feitos pela galera da periferia.

E isso não era feito! O meu problema era que não via uma organização real: não é nem uma organização do movimento, é uma organização de trabalho. Tinham GTs, obviamente: GT de Comunicação, GT de Mulheres, GT Jurídico, GT num sei o quê. Só que acabava que as coisas que aconteciam eram sempre as mesmas pessoas que faziam, e outras ou não tinham o direito de fazer, ou não tinha habilidade. Tipo o Jurídico: se você não é advogado, você não pode fazer, acontece. Mas, por exemplo, tinha cinco pessoas que a gente tirava hoje aqui, e falava:

¹⁵² Prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, situado na Avenida João Pinheiro, na região central de Belo Horizonte.

- Olha, a gente vai nas escolas e vai panfletar. Vai conversar com os estudantes e fazer uma mobilização estudantil.

E iam duas pessoas. O resto não ia basicamente porque virou um esquema de pirâmide novamente: era o André, a Letícia pelo Jurídico, o Francisco e a base; nem Clessio nem Lu entravam ali. Eu me vi dentro do PCR de novo, sabe? Eu via o Tarifa Zero como uma proposta de autonomia e autogestão muito legal, mas na prática era a mesma coisa que o PCR.

Além disso, tinha o machismo e o racismo. Haviam apenas duas mulheres negras: depois de muito tempo a Isabella entrou - é uma pessoa fofíssima -, mas, ao longo do tempo, pessoas negras foram entrando enquanto outras saíam - sempre tiveram poucas. Em muitas das vezes que tiveram reuniões, a gente colocava muito posicionamento de ir nas periferias, e falar com as pessoas: mostrar pras pessoas que o catracaço não é ruim, que é inclusive uma ação política. E o racismo em volta disso era basicamente falarem:

- Vai você porque você é de lá.

– Boto fé, velho, eu vou com todo prazer, mas como assim? Você não é do movimento? Que quer compartilhar, democratizar informações sobre isso?

Não era uma coisa conjunta. Era também hiperssexualização: por exemplo, hoje eu estou vestida com macacão curto e uma blusa solta - eu tinha muito mais poder de falar do que quando estava frio, com blusa. Era basicamente me dar voz pelo que eu tenho, por eu ser gostosa ou não. Era basicamente me silenciar por ser mulher:

- Ai, velho: sua ideia de novo... sensível.

Isso é estereotipar todas as características femininas, chorar, ser sensível, ter empatia: tudo isso pras pessoas é feminino. Não, isso é ser pessoa! E isso me “desqualificou” muito pro coletivo.

Era uma coisa muito mais receptiva, um movimento mesmo

Eu sai do Tarifa Zero, e fui morar numa ocupação por moradia urbana: na Rosa Leão¹⁵³ - foi em 2014 ou em 2015, eu já tinha saído do PCR. Fiquei lá um tempo porque estava com um

¹⁵³ Rosa Leão é o nome dado a uma das três ocupações por moradia urbana atualmente existentes na Mata do Izidora, situada na divisa entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia.

processo de quase despejo de novo. Como tinha ligações muito fortes com a ocupação – já tinha morado lá há um ano, a acompanho – e tem uma rede de apoiadores, a gente teve que ficar ligado:

- Ah, vai rolar isso, vamos embora pra lá.

Então eu acabei indo pra lá porque acho que Belo Horizonte entrou com uma liminar de despejo contra a Rosa Leão e Esperança – Vitória era região de Santa Luzia. Eu acabei indo pra lá um pouco por questões ideológicas, mas por empatia também.

E o Melkor – um anarquista babaca de BH -, foi até a ocupação e falou que os meninos tinham criado um movimento: justamente um movimento que tinha se separado do Tarifa Zero e que o Zion¹⁵⁴ queria que eu entrasse pro movimento. O Zion estava no Tarifa Zero na época: ele saiu e fundou o Bloco de Lutas pelo Transporte. Os meninos estavam movimentando o Barreiro, e eu falei:

- Nossa, muito legal!

Mas não dava pra ir porque eu estava morando lá na ocupação. Só que aí o Zion apareceu lá um tempo depois, e falou que ia ser muito legal: o mesmo motivo que fez os meninos saírem do Tarifa Zero fez eu sair. Eu não aguentava mais ver que o Tarifa Zero tinha virado um palco político pra um partido: não aguentava mais ver várias mulheres caladas, reclusas, com medo de falar por causa de André e Francisco. As pessoas tinham medo deles, não conseguiam falar, e eu sou uma pessoa extremamente espontânea: tinha medo de falar nas reuniões, de colocar meu posicionamento. Esse motivo da galera sair, esse motivo me fez entrar: os meninos saíram por esse motivo, eles tem uma proposta muito boa, e então eu comecei a andar com a galera.

Me chamaram pra uma reunião – eu não sei se fizeram uma reunião antes – e falaram:

- Essa aqui é a Ana.

- Oi, Ana.

E continuamos o processo de discussão. Na verdade eu comecei, eles continuaram: nem lembro o que a gente estava discutindo aquele dia. Foi naquela salinha lá do lado das Brigadas¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Zion é o apelido de um dos membros fundadores do MPL-BH.

¹⁵⁵ Trata-se da sede da organização Brigadas Populares em Belo Horizonte. Essa organização é um dos principais movimentos atuantes na questão da moradia urbana na capital mineira e em sua região metropolitana.

Lembro que foi muito agradável: a gente basicamente estava dividindo tarefas, as pessoas eram muito tranquilas - não era tipo sentar na tábua redonda e falar. Não, era uma coisa muito mais receptiva, um movimento mesmo: foi muito agradável esse primeiro dia, muito bom. Diferente de outros movimentos, eu não tinha me portar na formalidade, ou ter medo da mesma. Não precisava sentir medo dos companheiros que estavam ali presentes, porque sabia que tinha meu poder fala, que eles iam me escutar e que não seria silenciada: aquilo tudo era muito confortável pra mim.

A diferença que eu via mais era na organicidade do MPL: acho que por ser recente, ele estava muito perdido. Isso era muito ruim pra mim: pro movimento também, mas pra mim era particularmente muito - eu tinha saído de uma organização extremamente organizada, então foi muito incômodo, mas todo o resto foi meio parecido. A única diferença era divisão de tarefas, debater: a minha opinião era muito levada em consideração, eu trabalhava conjuntamente, todo mundo trabalhando junto - isso era muito diferente, e era bacana.

Não me aconteceu nada de racismo ou machismo quando entrei pro MPL: o meu único problema era o meu antecedente de militância, né? Eu vim de um partido totalmente autoritário, centralismo democrático: um formato extremamente diferente. Então as pessoas não me escutavam, debochavam dos meus posicionamentos, eu via isso muito: sou muito chata, vejo muito quando a pessoa tá implicando comigo porque eu sou negra, eu sou mulher, mas nesse caso não. Nesse caso era porque eu já tinha sido do PCR: então elas ficavam muito reclusas. Não me escutavam, me excluía de alguns processos de decisões, e comecei a entender que era tanto o processo de aproximação minha, quanto a deles pra mim. Não é simples eu, por exemplo, sair do PCR e ir pra um movimento horizontal, de autogestão: é muito diferente! Agora imagina a visão da galera para comigo. Era a mesma: uma menina que saiu de um centralismo democrático extremamente autoritário, e que chegou aqui botando banca. Eu só senti esse problema: acho que é ruim, chega a ser um sectarismo. Foi um processo de aceitação da galera: entendeu que saí do PCR, que eu não era mais aquilo - mas foi um processo meio chatinho.

Era onde as pessoas ficavam e eram essas pessoas que a gente queria atingir

A gente começou a fazer um calendário: foi muito importante, começamos a nos organizar muito bem. Só que quando a gente estava começando essa organicidade, veio o aumento.

Tivemos essa notícia do aumento, decidimos fazer a Frente com as pessoas interessadas e o Tarifa Zero foi: basicamente, a gente compartilhou ideias nessa reunião. A Frente era basicamente pra democratizar informações sobre o aumento: que ele era ilegal, que queríamos discutir com as pessoas. Realmente mostrar o que estava rolando, e falar com as pessoas o que a gente faria:

- O que que vocês querem fazer? O que que vocês acham que a gente deve fazer?

Acho que a Frente se reuniu duas vezes, se não me engano: as duas vezes foram ali no passeio do Direito e no “Minha vida é essa: descer Bahia e subir Floresta”¹⁵⁶. Eu lembro que o Tarifa Zero tinha meio que morrido, e a gente estava muito empolgado: seria uma das primeiras movimentações nossas, e começamos a discutir bastante, mobilizamos muita gente. Um processo de aproximação das pessoas, a gente queria que elas participassem das reuniões - era basicamente a galera sentando e discutindo estratégia de ação, o que a gente faria de ato, de mobilização.

No final da história foram algumas pessoas novas, foi muito bacana, só que a gente conseguiu trazer o embate do MPL – Tarifa Zero, o que não queríamos: não queria bater de frente, não queria nada com eles. Nessa época a gente estava com um problema muito, muito sério com o Tarifa Zero, que foi o André, por causa do estupro: ele apareceu na reunião. Deu um peso muito horrível pra reunião: nesse dia já não tínhamos mais estômago pra discutir. Além do mais, tem essa história que o MPL saiu do Tarifa Zero, tem origem no Tarifa Zero: esse clima já era ruim o bastante, não era bacana. O posicionamento da galera do Tarifa Zero era basicamente não fazer nada: o posicionamento deles em reunião era extremamente acadêmico. Não tinha necessidade de debater mais a questão do aumento porque entendemos muito bem o que estava rolando. Era uma coisa muito acadêmica: as pessoas do Tarifa Zero não se disponibilizavam de forma alguma pra ajudar a gente nas questões práticas daquela tiragem de atividades.

Chegamos com uma ideia muito clara de fazer essa movimentação contra o aumento antes, de panfletar e tal: tinha dividido tarefas pra escola, pra escrever panfleto, pra imprimir – comissão de segurança, imprensa, faixa -, tudo a gente discutiu com eles. E todas as tarefas eles pegaram, só que no final da história era a gente que trabalhou sozinho - inclusive a gente se fodeu sozinho. Também foi muito importante: a partir daquele momento, a gente entenderia como seria o posicionamento do Tarifa Zero em qualquer trabalho em conjunto que pudéssemos fazer. Era basicamente a experiência que sabíamos que íamos ter: era acabar cedendo às ideias deles. Não era uma experiência legal: não era um trabalho que estávamos fazendo com bom gosto. A gente estava bacana com os nossos, mas não era uma coisa bacana: metade das coisas que estávamos fazendo, de opiniões tiradas ali, não era nossa- ficamos muito incomodados com aquilo.

¹⁵⁶ “A minha vida é subir Bahia e descer Floresta” é a inscrição de um monumento em homenagem ao compositor Rômulo Paes que se encontra em meio à Praça Afonso Arinos, no Centro de Belo Horizonte. Próximo ao monumento se encontra uma espécie de ágora de concreto onde tradicionalmente algumas organizações e movimentos políticos de Belo Horizonte se reúnem em atividades públicas.

Mesmo assim, passamos em escolas - a gente panfletou. Através de passagem em sala de aula, ficar na porta das escolas, panfletar no Centro, fazer um catracaço, que as pessoas entendem o que a gente vai fazer e que o que faremos não é ruim - é muito legal inclusive, é importante. Quando estamos nesses movimentos, as pessoas veem que somos normais: é uma pessoa de 21 anos que não estuda, não trabalha; é um cara que trabalha como assistente social - são pessoas normais, pra elas se identificarem com a gente também.

Também teve lambe, a gente fez: imprimimos imagens questionando o funcionamento do transporte público, questionando o aumento, e marcamos um dia pra colá-lo de madrugada. Conseguimos colocar lambe em vários pontos de ônibus, porta do metrô - lugares que ficavam muitas pessoas -: a gente sabe como é a circulação de pessoas, e o lambe dialoga com todo mundo, qualquer pessoa. Tem lambe sobre venda de casa, tem lambe sobre qualquer coisa: você pode colocar que tá apaixonado por uma pessoa e quer achar ela, coloca um lambe que ela vai ver. O lambe dialoga com qualquer pessoa, com qualquer informação.

Fizemos picho também, pichávamos “3,40 é roubo”¹⁵⁷: pichava sobre esse aumento das passagens. Colocávamos no chão, em lugares visíveis, e foi muito legal: o picho é voltado unicamente pra juventude. As pessoas mais velhas não gostam, não veem como um diálogo, mas o histórico do picho é o diálogo entre pessoas anônimas: é o diálogo entre um sentimento que você tá sentindo, que você sabe que outras pessoas tão sentindo. Não tem como você falar com todas as pessoas, mas colocando, elas vão entender - não precisa nem colocar nome, elas vão entender.

Acho que a gente fez a mesma seleção de lugares pros dois: aonde tinha muita circulação de pessoas e pontos de ônibus - conseguiu colocar muito lambe e picho na região central, na região oeste. Era onde as pessoas ficavam e eram essas pessoas que a gente queria atingir: a ideia era fazer basicamente a mesma comunicação que o ato de rua dá. Inclusive de maneira mais direta, porque as pessoas às vezes tão muito incomodadas com atos:

- Ah, vai atrasar meu ônibus. Mas que povo chato – o que esse povo tá querendo?

¹⁵⁷ O sistema de transporte de ônibus em Belo Horizonte atualmente se divide em cinco modalidades além do BRT-MOVE: linhas alimentadoras (ligando bairros a estações de metrô); troncais e semi-expressas (interligam as Estações Terminais de Integração ao Centro da cidade); interbairros (ligam bairros da cidade sem passar pelo Centro); circulares (atendem exclusivamente o Centro da cidade); diametrais e radiais (ligam bairros da cidade passando pelo Centro). Este sistema conta com tarifário diferenciado pra cada tipo de linha. As de tarifa mais elevada são as troncais e semi-expressas, interbairros e diametrais e radiais. Tradicionalmente, os protestos contra o aumento da tarifa em Belo Horizonte fazem divulgação referente ao aumento das tarifas desses tipos de linha. A promulgação do aumento das passagens de ônibus no município de Belo Horizonte no fim de julho de 2015 alterou o valor das passagens de R\$ 3,10 para R\$ 3,40, daí a menção a esse valor.

Quando colocamos o lambe, ou um picho, as pessoas dialogam muito com uma pequena frase: elas sabem o que estamos querendo dizer, e elas pensam a mesma coisa. E a gente viu muitas imagens dos nossas pichações, dos nossos lambes pela cidade no Instagram, no Facebook da galera: aderiu muito.

Também fizemos uma combinação de catracaço - tínhamos feito panfleto. Marcamos dois catracaços: um foi na Pampulha, o outro na São Gabriel - e eu fui na São Gabriel. Chegamos lá, pagamos passagem da primeira catraca, e ficamos ali pra distribuir panfleto pra galera que estava chegando ou voltando: indo pro trabalho, escola. Começou a panfletar, conversar sobre o aumento, que era absurdo: as pessoas dialogavam bem com aquilo, estavam bem receptivas. Algumas não, porque era de manhã: eram seis horas da manhã, o que era muito ruim. Mas muitas pessoas dialogavam bastante com a gente: a nossa ideia central era então panfletar, sentir a temperatura do lugar, e ver se dava ou não pra fazer um catracaço.

Estávamos muito receosos: nossa movimentação atçou muito os seguranças da estação. Mas conseguimos fazer o catracaço: pulamos e seguramos a catraca pra que as pessoas passassem - a gente pulou primeiro, pras pessoas pularem. O público adorou: quando a gente pulou, várias pessoas pularam e passaram por debaixo. Mas tinham algumas pessoas mais idosas: então uma pessoa pagou a passagem em todas as três ou quatro catracas, a gente segurou pra que as pessoas passassem de lado. Deu pra elas passarem tranquilamente, e elas falavam nossa palavra de ordem:

- Hoje não pagamos passagem, vamos pular catraca!
- É isso mesmo! Esse aumento é um roubo!

Num teve nenhuma pessoa que falou assim:

- Nossa, isso é muito ruim.

Não teve ninguém assim. Foram mais de trezentas pessoas no catracaço: pulando, passando por debaixo, do lado. A gente fez uma ação muito rápida: fizemos a galera passar, pegamos as coisas e fomos embora. Acho que a gente teve uma sorte de não ter sofrido nenhuma agressão, porque a Rede Minas¹⁵⁸ apareceu lá e estava filmando a nossa ação. Não falamos com a Rede Minas: só fez o catracaço e foi embora.

¹⁵⁸ A Rede Minas é a concessão pública de televisão de propriedade do Governo do Estado de Minas Gerais.

Não queremos só dialogar com a Prefeitura, nossa indignação não é só com ela: é passar pela zona sul e botar o terror.

A Frente deliberou que faríamos um Ato. Entramos em um embate muito grande na Frente por causa da faixa pro Ato, do que ia na faixa: “3,40 nem tenta” e a outra era “Todo aumento é um roubo”. A faixa é importante, primeiro pelo diálogo pela imagem; a outra é de contenção. Por exemplo, estamos numa rua, é muito tenso: temos que fazer o controle do trânsito, das pessoas atrás, ver se um carro num vai acelerar do nada. Imagina fazer isso na frente: as pessoas podem atravessar enquanto a gente não segura o trânsito. Então é muito importante que as pessoas fiquem atrás da faixa pra que elas não morram: por um fato simples, não morram, não pode morrer. A outra é o diálogo: a faixa entrega a primeira mensagem, a palavra de ordem entrega as outras: mas a faixa de entrada entrega a primeira mensagem que você quer de protesto, e isso é muito importante.

Essa foi uma questão infantil, em minha opinião. Porque a nossa ideia de frase era que a gente poderia usar aquela faixa pra qualquer outro ato; “3,40 nem tenta” não. A gente sabia que ia aumentar a passagem, que podíamos ir e jogar ela fora, era coisa de praticidade: “Todo aumento é um roubo”, ponto, acabou - e as pessoas brigaram muito com isso, não aceitavam. A galera do Tarifa Zero não aceitou pelo simples fato de ter sido a gente que colocou essa ideia de “Todo aumento é um roubo” - o Piratas estava lá nessa reunião, eles adoraram a ideia. O “3,40 nem tenta” era legal também, mas por questões de praticidade era melhor: inclusive ficou “3,40 nem tenta”. Ficou ela e então beleza: já que a nossa opinião foi trucidada por sete pessoas do Tarifa Zero – cinco, seis, tinha muito mais galera deles que nossa -, e foi questão de voto – não de consenso -, a nossa opinião foi trucidada. Pode até parecer um pouco ridículo, mas não é: é uma questão de merecimento, de trabalho em grupo. As pessoas nem se deram ao trabalho de ir no dia, não precisava nem fazer a faixa: não se deram ao trabalho e demarcaram assim. Esse processo de embate político, eu não queria ter tido: acho muito desgastante, muito ruim, não gosto. Mas acho que foi importante porque a história do Tarifa Zero eu construí, como o Zion construiu, como o Otávio construiu, como várias pessoas que são do MPL estavam na construção: elas conhecem a história toda, sabem o que virou – então, esse embate político foi muito importante pra gente renascer, pra fugir, sair do Tarifa Zero de vez. Nós já tínhamos saído, mas ainda não tinha saído da sombra deles: aquilo foi importante pra gente construir. Conseguir mostrar até pra gente que nós tínhamos conseguido alguma autonomia: éramos um movimento, conseguia fazer aquilo só por nós. Não precisava de Tarifa Zero, não precisávamos de mais ninguém, porque todas as nossas questões ideológicas já estavam construídas: por mais que tenha sido uma história boba – de “3,40 nem

tenta” ou de “Todo aumento é um roubo” -, foi um embate extremamente importante pra dar visibilidade pro nosso movimento.

Estava mais próximo do Ato, e fomos discutir quem vai ser comissão de segurança, imprensa, num sei o quê. Essa reunião foi pro Primeiro Ato: íamos fazer o Ato, e dali tirou o que faríamos. Naquele contexto fazer um Ato era importante pra mostrar pras pessoas que há um diálogo das ideias delas com as pessoas que realmente trabalham pra ir contra as coisas que realmente tão acontecendo pra gente. Acho que esse diálogo popular, tipo a voz do povo é a voz de Deus, é muito importante: tipo, a tia que vê a gente na rua se sente representada e isso é muito verídico. Sei que eles entendem a importância de movimentar, sabe? É você comunicar com as pessoas: dialogar com uma sociedade inteira.

Vai passar no jornal, as pessoas vão ver que você tá fazendo uma coisa que acredita, que tem outras que acreditam. No caso do transporte é uma questão muito irônica até: não só pelo transporte, mas pela mobilidade urbana, a gente acaba ocupando a cidade. Acabamos preenchendo essas lacunas das ruas vazias: as pessoas já não vão mais às ruas, e a gente vai pra rua - andamos quilômetros ignorando inclusive o ônibus, a gente faz questão de andar daqui do Centro até a UFMG, que é longe. Pensamos num processo que eu possa ir, que você e que todo mundo possa ir. Como que a gente vai? Então vamos a pé. É um processo muito de ocupar, de comunicar, de fazer uma prova. Se a gente tá incomodando – e não é incomodar os civis, é incomodar o Prefeito, a Polícia Militar -, quando eles te atacam, seja de qualquer forma, com o governador falando que você é um bosta, um vagabundo na TV, com a polícia te descendo o cacete, te prendendo: você tá fazendo o certo, porque o Estado só reprime, só oprime o que não pode deixar passar batido. Também é importante porque, dadas as circunstâncias do Estado agora, vemos que o jurídico é ruim também: tem seus próprios interesses, e quem paga mais acaba ganhando. Por mais que o movimento acabou com vários e vários advogados legais, entendemos que é o nosso poder de mobilização: nossa atuação na rua é uma pressão a mais. Tem um papel com uma ação de cento e setenta páginas que vai ser entregue, talvez nem lida, mas entregue porque a galera trabalhou aquilo: mas tem duas, três, cinco mil pessoas na rua, e se não fizerem nada, alguma coisa tá acontecendo.

Tiramos estratégia de fuga pra nossa segurança, pra galera do nosso movimento: com a Frente, tirou comissão de segurança, pra diálogo e controle das pessoas do Ato. Imprensa, jurídico - provavelmente jurídico já estava rolando, eles já sabiam. Tirou que faria a faixa, quem escreveria. Decidia quais comissões eram importantes pro Ato, e dessas comissões as pessoas diriam se queriam entrar ou não: tomei parte nas comissões de segurança e faixa pro Ato. Na comissão de

segurança eu lembro que rolou um impasse: alguns caras não queriam que tivesse mulheres na comissão de segurança. Só que eu sempre fui da comissão de segurança na vida, e falei assim:

- Olha, eu vou.

E isso inflamou uma parada muito legal nas meninas, que foi:

- Então beleza, a gente vai – a comissão de segurança vai ser só de mulheres.

Aí foi eu, mais uma pessoa do MPL, e a Lu e a Annie do Tarifa Zero: essas pessoas seriam da comissão de segurança, e os caras ficaram com raiva. Eu tentei marcar com as pessoas da comissão, e elas não foram: pouco antes do ato acontecer a gente demarcou trajeto, segurança, tática - comissão de tudo foi tirada na hora.

O trajeto era Afonso Pena¹⁵⁹ até aquela rua lá do João XXIII¹⁶⁰. Eu acho que a gente ia na SETOP, ou íamos na Prefeitura: tudo dependia de como a polícia ia receber essa indicação, de quantas pessoas tinha. Escolhemos o Centro porque lá passa Belo Horizonte inteira. Então o primeiro diálogo tem que acontecer num ambiente onde todo mundo tenha acesso: onde eu sei que uma pessoa do Barreiro vai estar, e vai poder estar no ato. É dialogar também com o histórico que a Praça tem: eu acho legal a gente se encontrar no ponto central, onde inclusive fica muita juventude, e todas as vezes que fazemos ato ali no Centro essa juventude que tá na Praça Sete vai. Pode tá fazendo alguma coisa, mas vai lá: então a gente acaba fazendo um arrasto de pessoas pro Ato, elas se sentem atraídas muitas vezes.

No dia do ato fizemos a faixa lá debaixo do viaduto¹⁶¹: a gente viu que não tinha ninguém pra nos ajudar do Tarifa Zero. Fez uma faixa, encontramos a maioria da galera do MPL da época, e fizemos “Todo aumento é um roubo”. Esperamos secar bonitinho e tal, e subimos cantando palavra de ordem, com bumbo: andando lá no Centro, e começando a agitar as pessoas. A palavra de ordem dialoga muito. Além da faixa, é o que dialoga com as pessoas: a gente consegue trazer tudo pra música. É muito mais atraente pras pessoas verem um ato com palavra de ordem, com uma coisa mais musicalizada, do que nada – as pessoas acham que vai ser uma marcha fúnebre, ou qualquer outra coisa: as pessoas podem estar ali no Centro fazendo *flash mob*, podem estar ali porque tão ali

¹⁵⁹ Trata-se da Avenida Afonso Pena, um dos principais corredores viários da regional Centro-Sul de Belo Horizonte. A Praça Sete de Setembro se situa no cruzamento dessa avenida com a Avenida Amazonas.

¹⁶⁰ Trata-se do Hospital João XXIII, situado na Avenida Professor Alfredo Balena, no Centro de Belo Horizonte.

¹⁶¹ Trata-se dos equipamentos públicos situados embaixo do Viaduto Santa Tereza, tradicional ponto de encontro de movimentações culturais e políticas da cidade.

fazendo questões da vida. Não pensávamos que a gente conseguiria fazer uma agitação naquela hora com as pessoas, mas acabamos conseguindo: aglomerou um número muito grande de pessoas que não iam ficar pro ato, mas que pararam pra ouvir a nossa palavra de ordem. Muitas pessoas ficaram pro ato: movimentamos muito a Praça naquela hora, panfletamos, conversamos com muitas pessoas e tal.

Eu conversei com a comissão de segurança nessa hora pra decidir o trajeto, e ver quem ia falar com a Polícia Militar, o que íamos fazer. As pessoas foram aglomerando: a gente não teve muita esperança nesse dia porque já estava ficando tarde, não tinha muitas pessoas e ficamos meio desesperançosos. Só que aí as pessoas começaram a chegar, e aí a gente decidiu:

- É, agora vai.

Não lembro se a gente deu aquela volta no Pirulito¹⁶², ou se fomos direto. Estava calmo: as pessoas falando as palavras de ordem, andando tranquilas. Antes de ir, a gente parou o trânsito um pouquinho, e teve um conflito, um embate com a polícia, era a questão do tempo:

- Ah, vocês vão ficar aqui quanto tempo?

– Só um pouquinho.

A polícia ficou meio encrespada com a gente: tiramos a faixa, liberamos mais um pouco. Eu lembro que o soldado Rafael, da Polícia Militar, queria falar com alguém da comissão de segurança, e falou comigo: falou da questão de obstruir passagem, e beleza.

Sáímos, demos a volta no Pirulito, começamos a seguir: as coisas começaram a ficar muito tensas pra mim, porque as pessoas da comissão de segurança não estavam ali, não estavam comigo. A gente tinha tirado quatro - duas na frente, duas atrás e a nossa galera no meio, olhando - e as pessoas não estavam: eu estava em todos os lugares. Comecei a entrar em pânico, porque tinha duas mil e quinhentas pessoas na rua, e eu sozinha – na verdade eu não estava sozinha -: peguei essa atividade, cumprindo ela, mas ninguém mais estava. Comecei a entrar num pânico, e a polícia começou a ser hostil: eles começaram a obstruir uma passagem. Pensei que a galera ia voar pra cima deles, e eu tendo um ataque de pânico muito forte: aí as pessoas que estavam segurando a faixa – inteligentemente eram as pessoas conhecidas, próximas nossas – só deram a volta,

¹⁶² A Praça Sete de Setembro conta com um monumento em formato de obelisco que é popularmente chamado de Pirulito pelos moradores de Belo Horizonte. As manifestações que se concentram na Praça têm por tradição darem uma volta em seu entorno antes de iniciarem suas trajetórias.

contiveram as pessoas, e continuaram seguindo. Quando eu pensei, nesse momento que a polícia fez um bolinho na Afonso Pena, que a galera ia ficar louca, as pessoas foram muito ordeiras. Elas só deram a voltinha e continuaram: a polícia tentando provocar a galera, mas eles ficavam se mantendo.

Um monte de policiais ali na porta da Prefeitura¹⁶³ e eu falei:

- Gente. Eu não posso deixar esse tanto de gente passar ali, porque senão vamos ser presos e acabar apanhando por nada.

Foi uma decisão muito assim; eu não tinha muito o que fazer. Eu olhei, o Fidel viu que eu estava desesperada, jogou água na minha cara, quase deu um tapa tipo “Acorda, relaxa” e eu falei:

- Velho, eu tenho só dois segundos pra decidir. Você acha que eu subo a Bahia¹⁶⁴ ou você acha que eu sigo direto?

– Sobe a Bahia.

Foi uma questão muito por pânico mesmo - de ver a polícia ali na frente -, que eu não lembrei que a Bahia era uma rua muito estreita, muito curta, e que tinha um batalhão de polícia logo em cima. Não pensei, não pensei mesmo - a única coisa que eu pensei foi -:

- Vou distrair essa galera subindo e descendo de novo, a gente volta pra Prefeitura e chegamos. Ali, na Augusto de Lima¹⁶⁵, a gente abre uma passagem e continua.

Quando a gente subiu, a polícia nos parou: na verdade esse Rafael me parou há vinte metros, ou menos, da esquina da Bahia com Afonso Pena. Falou:

- Você tinha me passado um trajeto e não sei o quê, mas...

– Eu não te passei o trajeto, eu só falei que a gente seguiria andando pela Afonso Pena até a gente decidir. Aqui decide todo mundo.

¹⁶³ A sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte se situa na Avenida Afonso Pena a três quarteirões da Praça Sete de Setembro.

¹⁶⁴ Trata-se da Rua da Bahia, via que cruza a Avenida Afonso Pena e que faz a ligação entre o Centro e os bairros da Zona Sul da cidade.

¹⁶⁵ Trata-se da Avenida Augusto de Lima, via que se situa paralelamente à Avenida Afonso Pena.

E o cara foi super agressivo, me jogou de um lado pro outro, gritando comigo: o Paulo Rocha viu na hora que eu estava sozinha e veio ficar comigo. Esse Rafael veio me ameaçando, falando que se eu não abrisse a passagem ia ser presa, aí eu falei:

- Mas tipo, essa rua, ela é uma faixa: se eu abrir a metade, a gente vai pro passeio.

Os soldados me fecharam, me jogaram pra fora da roda da conversa, e a galera continuou seguindo. Aí veio aquele Gianfranco, o comandante do Choque, com o Rafael, falando que queria conversar comigo. Nessa hora todo mundo do Tarifa Zero apareceu me tirando da conversa, e eu me senti totalmente violada: durante todo esse processo pesado que eu tive de controlar essa multidão, de controlar a polícia, de pensar, fui anulada no último momento. As pessoas decidiram por nós, entrou todo mundo na frente, e o Gianfranco foi muito educado nessa hora, falou assim:

- Em todo momento quem se prontificou de conversar com a gente foi ela, eu queria muito conversar com ela.

E também falou:

- Olha, você tem que parar de obstruir as ruas.

- Olha, eu boto fé, mas essa rua especialmente tem uma faixa: se eu colocar na Afonso Pena, você vai ver que vai dar uma faixa – não tem como tirar duas mil e quinhentas pessoas de uma faixa e botar no passeio – a gente só vai virar a Augusto de Lima, e abre uma faixa.

A gente realmente ia abrir uma faixa, não tinha condição de brigar com a polícia: aí todo mundo entrou na frente e começou a brigar com o Gianfranco e com o Rafael. O Gianfranco só entra, e começa a gritar:

- Três minutos! Três minutos!

Eu volto pra nossa galera e falo:

- Gente! Temos pouco tempo pra sair da Bahia, vamos acelerar o passo.

Volto lá pra ver, ainda tem muita gente: Letícia, louca, começa a gritar comigo o Frei Gilvander também fala com o Gianfranco que ele é um fascista, começa a gritar com ele desnecessariamente naquele momento - já estava uma loucura. Quando o Frei Gilvander falou isso, o Gianfranco foi pra trás da tropa e falou:

- Abre fogo!

E foi isso: tiro, porrada e bomba pra todo lado. Na hora que a polícia começou a soltar bomba, a galera não teve nem coordenação de jogar nada. Ficaram assustadíssimas, foi muito do nada: tipo assim, mãe com uma filha no passeio, vovozinha, e de repente tudo aconteceu.

Tínhamos marcado se acaso acontecer alguma coisa ia pro Shopping Cidade: encontrei com algumas pessoas, fomos pra frente do Maletta¹⁶⁶ e lá encontramos o resto das pessoas. Começou todo um processo sinistro: muita gente presa, apanhou, fugiu pros lugares mais próximos, pro Banco do Brasil, Hotel - pro Yoga também. Eu estava na frente do Maletta dando uma respirada: lavando o rosto, prendendo o cabelo, mudando o jeito que estava e fiquei ali na Araújo¹⁶⁷ - já estava todo mundo do MPL. E eu comecei a ter um ataque de pânico muito forte: eu conversando com o G1, a Band. Eu sempre fui da comissão de imprensa: tinha muito contato com a imprensa, e também fui deliberada pra imprensa nessa Frente. A gente estava fazendo um acompanhamento muito bacana, principalmente com os contatos que temos, mas não passamos muitas informações. Falamos que ia ter Ato e foi isso: não deu mais nenhuma informação sobre, até porque temos essa segurança de não passar por onde vai andar, e tal. Ficou em diálogo com a galera: mandamos um release pras mídias, e foi isso. Tinha alguém gravando na Bahia - na rua de cima ou na Augusto de Lima -, que deu pra pegar direitinho e mandou isso pra vários jornais: eles me ligaram pra saber o que é que estava acontecendo, as pessoas tinham sido presas e eu esclarecendo pra elas o que estava acontecendo na hora - a polícia ainda estava descendo bala na galera, e eu em pânico desmaiei.

Não lembro se foi a gente ou alguém que chamou, mas foi chamada uma APH. E nós fomos, porque era basicamente pra falar do ato - eu acho que foi pra falar sobre isso. Na verdade não era uma APH: era uma reunião da Frente, as pessoas meio que foram convidadas e acabou virando uma APH - acho que foi isso, ou uma reunião da APH. Enfim, rolou uma APH no final da história, as pessoas começaram a discutir sobre os erros dessa manifestação, e a próxima. E o MLB¹⁶⁸ e as

¹⁶⁶ A galeria do Edifício Maletta é um dos principais centros boêmios de Belo Horizonte. Se situa entre a Avenida Augusto de Lima e a Rua da Bahia.

¹⁶⁷ Trata-se da loja da rede de drogarias Araújo, situada na esquina entre a Rua da Bahia e a Avenida Augusto de Lima.

¹⁶⁸ Trata-se do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, organização ligada ao Partido Comunista Revolucionária e que atua em Belo Horizonte em ocupações por moradia.

Brigadas Populares foram e falaram pra que fizesse esse ato em apoio às ocupações urbanas: nessa época estavam sofrendo de novo um risco de despejo. E a gente não negou que apoiaria, porque é uma pauta nossa, mas não aceitaríamos esse oportunismo barato. Isso foi oportunismo barato - a galera simplesmente aparecer e falar -:

- Olha, que bom que foi o Primeiro Ato. Agora, a gente toma por aqui.

Foi basicamente isso. Não aceitamos, mas fizemos palavras de ordem que aclamaram as ocupações: não negamos nenhum apoio, mas não queríamos que essa galera tomasse a frente do nosso ato. Sabemos principalmente que, durante muito tempo, fomos excluídos desses processos de construção: isso é muito importante pra manter a identidade do movimento. Eu refleti muito sobre isso, porque essa galera é um bando de oportunista: essa galera só falou das ocupações porque era muito conveniente naquele momento falar.

O Segundo Ato foi convocado pelos dois, e a gente manteve as rédeas. Falamos:

- Olha, apoiamos, mas é o nosso movimento. A gente tá puxando esse ato porque setenta e quatro pessoas foram presas esses dias no nosso ato: vocês têm que entender o limite.

A galera das ocupações foi: isso mesmo que foi decidido. Decidimos puxar um ato logo, por calor do momento: tinha que aproveitar que muita gente, e até a mídia, estava a nosso favor. Tínhamos que aproveitar esse escape, era uma resposta: por mais que prendesse a gente, não íamos deixar de ir na rua. E o ato foi maior: o Primeiro Ato foram duas, duas mil e quinhentas pessoas e o Segundo foram tipo três, quatro mil pessoas. Foi bem maior!

O Segundo Ato foi pra Savassi¹⁶⁹: o trajeto foi concentração na Praça Sete, volta no Pirulito, depois a Amazonas¹⁷⁰. Subimos a Afonso Pena, e pensamos que íamos apanhar em todos os momentos da vida: virou na Getúlio Vargas¹⁷¹. Depois fomos descer, e parar nessa rua que vai pra Praça da Assembleia: foi pra porta de um empresário, e não fizemos nada porque ficamos com medo da polícia bater na gente. Mudamos o trajeto porque queríamos comunicar mais com a população que viu todo o Primeiro Ato: queríamos muito que eles vissem que nós temos força, que conseguimos. Não queremos só dialogar com a Prefeitura, nossa indignação não é só com ela: é

¹⁶⁹ Savassi é o nome popular de uma das regiões mais valorizadas da regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Se situa entre os bairros de Funcionários e Lourdes.

¹⁷⁰ A Avenida Amazonas é via de maior extensão da cidade de Belo Horizonte. É igualmente o principal corredor viário que liga a cidade aos municípios de Contagem e Betim, na zona industrial de sua região metropolitana.

¹⁷¹ A Avenida Getúlio Vargas se situa na regional Centro-Sul de Belo Horizonte e interliga os bairros de Funcionários e Santo Antonio.

passar pela zona sul e botar o terror. Mostrar que a gente tá aqui: eu acho que é essa importância de termos mudado, e feito esse trajeto imenso. São os pontos que a gente quer atingir: fazemos o trajeto pensando na finalidade dele. Por exemplo: se eu quero ir na SETOP, tenho que cortar o máximo da cidade pras pessoas verem o ato. É uma questão muito de segurança: pra mostrar que as pessoas são tranquilas, que em nenhum momento saíram quebrando tudo. Não, as pessoas não saem quebrando tudo: elas fazem isso em reação da opressão da polícia.

As pessoas estavam muito enérgicas no Segundo Ato. Estavam preparadas pra, se caso acontecesse algo com a polícia, darem suporte umas pras outras, ajudarem, estarem ali presente: uma postura bem mais forte de estar ali. Elas estavam indignadas com a situação, com o aumento: ele gerou uma prisão de setenta e quatro pessoas que foram manifestar - foi absurdo, e as pessoas estavam meio que nesse pensamento.

Depois desse Ato, a galera acabou ficando muito cansada e desgastada. Do Primeiro pro Segundo Ato foi o MPL que puxou: tomamos a responsabilidade toda, e a gente estava muito cansado, receoso - não levamos em consideração o apoio midiático que estávamos tendo. Muito cansados, inclusive, desses embates com o Tarifa Zero e com os movimentos de moradia - estávamos exauridos. Então, demos um tempo de uma semana, alguns bons dias pra fazer o Terceiro Ato.

O Terceiro Ato foi na Amazonas, no CEFET¹⁷². Não tomei parte na deliberação desse ato: fiquei afastada, estava extremamente cansada. Escolhemos o CEFET pelo seu histórico mesmo: ele é mobilizado, os estudantes sempre participam dos atos, sempre tão presentes. Eles têm Grêmio, uma movimentação política dentro da escola muito forte. Acho que escolhemos pra mostrar que a gente dialoga também com o movimento estudantil - acho que foi essa a intenção.

Foi bem menos mobilizado: teve umas trezentas pessoas no máximo. Trezentas pessoas, a maioria estudantes, e eles mobilizaram bastante durante o ato - eles são bem politizados por si só. Nesse sentido, foi muito legal: o horário foi ruim, mas o Ato foi bacana porque a gente acabou descentralizando, e trazendo um ato pra uma região mais afastada do Centro. É importante descentralizar: é levar a luta pra onde precisa ser levada. O problema da mobilidade urbana não afeta só as pessoas que estão no Centro: afeta, por exemplo, estudante do CEFET que não trabalha, não tem dinheiro pra pegar ônibus. Temos que levar a luta pros lugares, e não o contrário: ela não tá na Praça Sete, em nenhum momento só esteve lá. Ela tá na Savassi, tá no Centro, tá em Neves, tá em todo lugar. Mostramos que também podemos ser flexíveis nessa questão de colocar até aonde a

¹⁷² Uma das unidades de Belo Horizonte do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

gente pode ir: eu gostei, porque conseguimos dialogar com os secundaristas, foi um diálogo muito legal.

Acho que o Terceiro Ato foi muito cansativo, pelo horário em si. Sempre sou contra manifestação nove, onze horas da manhã: as pessoas não conseguem ir. E ali naquele momento, naquele local, não conseguimos pegar todos os estudantes do CEFET: eles estudam integralmente, estavam chegando, vindo do almoço e tal. Ficamos parados lá, até porque num tinha muito pra onde ir: era só bloquear o trânsito, e a gente conseguiu um trânsito imenso. Exatamente por isso do incômodo: temos que incomodar o funcionamento das empresas, do motorista. Nessa parada do CEFET conseguimos uns seis quilômetros pra mais de trânsito parado, foi muita coisa. E só ficou essa quantidade porque tem muito carro: se tivesse só ônibus, estava tranquilo. Então, além de mostrar essa questão da mobilidade individual, a gente incomoda as pessoas pelo que acreditamos: é importante pra que elas levem em consideração.

Teve um Quarto Ato também. O Quarto Ato foi aquele que a gente desceu num sei lá onde, foi lá pra Prefeitura: a gente deu a voltinha. Eu também não estava na linha de frente, nem na comissão de segurança, não estava em nada: por questão de segurança que o movimento propôs.

Tudo que a gente podia estávamos fazendo

Depois do Quarto Ato, fizemos um jogral pra avisar que ia rolar uma reunião na Afonso Arinos: eu não cheguei a ir nessa reunião - a gente fez outras reuniões junto com os Piratas, o Tarifa Zero, e apoiadores do movimento. Precisávamos de uma nova tática de mobilização popular: já tínhamos ido pra rua, mas esse processo de mobilização e agitação nas ruas tem tempo, então precisávamos de um novo meio. Decidimos ocupar a Câmara: ia rolar uma audiência sobre o aumento das passagens, mas foi cancelada. Também entramos num consenso de perceber primeiro a temperatura de como estaria a Câmara naquele dia, se realmente valeria ocupar: a gente ia aproveitar que ia rolar uma audiência do PME¹⁷³, da ideologia de gênero pra participar, entrar e acabar ocupando.

Entramos e subimos pra acompanhar: na verdade pra esperar o movimento LGBT chegar pra apoiarmos eles, mas antes estava rolando outras audiências. Até que a galera da LGBT chegasse, ficaríamos movimentando as coisas lá em cima, com palavras de ordem:

- E aí? Cadê a CPI dos Transportes? Cadê a audiência?

¹⁷³ Trata-se do Plano Municipal de Educação, conjunto de diretrizes de conteúdos curriculares a serem seguidos pelas escolas da rede municipal pública de ensino da cidade.

Foi basicamente assim. Depois a galera chegou, e ficamos lá em cima, apoiando: mas tinha muita gente da direita - católica, Opus Dei, uns nazistas. Uma coisa muito bizarra, e nós perdendo muito a clama: então decidimos fazer um beijaço gay lá no meio da audiência, e implodimos a audiência - os nazistas e a Opus Dei queriam matar a gente depois disso.

Nos reunimos: basicamente ficávamos entre olhares pra decidir se íamos ficar ou não, até que alguém postou na página do MPL que a gente estava ocupando a Câmara, e logo ficamos - não tinha muito o que fazer. Na primeira noite, sentamos e discutimos um pouco sobre o porquê a gente estava ali: começamos a fazer divisão dos Grupos de Trabalho, pra se organizar melhor ali dentro, e conseguir fazer um trabalho legal - eu assumi de tudo. Vimos nossa necessidade, o que precisávamos fazer, e daí tiramos algumas Comissões: Comissão de Cozinha, de Arrecadação de Doações, de Segurança, de Comunicação, de Programação, de Mulheres - teve um monte de Comissão, mas eu estava basicamente em todas.

Tivemos um susto muito grande: achamos que a Ocupação da Câmara dessa vez teria adesão. Tiveram as outras ocupações, né? Eram um trilhão de barracas e colchões, só que não. Não mesmo: começamos a trabalhar intensivamente na comunicação, fazendo designer pra falar que a gente estava lá, texto, vídeo. Tudo que podia estávamos fazendo: só que não estava tendo essa receptividade nem dos movimentos que tiveram na rua com a gente - eles não tiveram a pachorra de ir na Câmara em nenhum momento.

Então começamos a pensar em novas táticas, já que não conseguíamos a movimentação: o Tarifa Zero falou que ia tentar fazer um abaixo assinado pra pedir uma CPI do Transporte pros vereadores - cinco assinaram. Quantos vereadores têm aqui em BH? Cinco assinaram, e a gente sabia que isso não ia dar em nada: quem ia pedir a CPI do seu próprio rabo? Estava todo mundo ali no meio. Então começamos a falar:

- Olha, já que não consegue de um jeito, a gente vai conseguir de outro.

Começamos a fazer eventos culturais dentro da casa, pra falar pras pessoas que estávamos ali: precisava de visibilidade, de doações, que movimentassem as redes sociais falando que estávamos ali, e o porque estava ali - era o mais importante. No primeiro dia, tinha internet: era lindo, conseguíamos fazer tudo pela internet de lá. Eu comecei a rever meus contatos, era tudo na base da ligação: internet e celular que morria a cada dois segundos - haja internet. Eu resgatava uns contatos e ligava pra Fulano, que sabia de outra pessoa, que sabia de outra, e ia ligando até falar:

- Velho, eu preciso muito que você cante aqui hoje. Do que você precisa? Precisa de pedestal?

No final da história, conheci todo mundo porque, na realidade, não conhecia ninguém. Foi isso: ligava pras pessoas que estavam em casa, que não podiam ir pra ocupação, pra elas ficarem atualizando as coisas da rede, mandar release pra imprensa, coisas assim.

As festas ficavam relativamente cheias. Ficava bacana, a casa ficava movimentada: a galera basicamente trazia uma segurança, o que era bacana - dava pra gente ficar bem ali. Lembro de todas as atividades culturais: teve Dom Peppo, uma banda aqui de BH; teve Absinto Muito¹⁷⁴; tiveram uns cinco DJs. Teve Marcelo Toffani¹⁷⁵: acho que só, porque a gente ficou poucos dias, mas foi muita farra. Eram pessoas que tão dialogando direto com a gente no movimento: elas sempre tiveram presentes - militam com muito mais frequência na cultura independente.

Também fizemos assembleias. Na verdade dialogávamos muito através da página: o que a gente estava fazendo e tal. Fazíamos assembleias e reuniões: tentávamos fazer algumas atividades que dialogassem bastante com o motivo, pra que as pessoas também se interessassem, e fossem pra ocupação - algumas ficaram, mas não todas. As primeiras ocupações tiveram um arcabouço muito maior de pauta: 2013 foi uma bomba de pautas, e todas as frentes poderiam trabalhar, tinham oportunidade e respaldo midiático de qualquer coisa. E na nossa ocupação, tínhamos uma pauta específica, de um trabalho específico, onde queríamos que essa pauta fosse respeitada: poderiam sim levantar outras pautas, debater, conversar, usar a ocupação pras reuniões, mas que a nossa pauta fosse respeitada. E as pessoas não abriram mão de entender que aquela ocupação era importante pra personificar o movimento: pra manter a imagem, manter uma pauta, um trabalho - as pessoas não abriram mão. Deveríamos ter tido um trabalho muito mais minucioso de reuniões, de especular com alguns movimentos: de apoio, trabalhar nesse processo de movimentação das pessoas pra estarem mais com a gente, pra termos uma rede maior de apoiadores do que tinha naquele momento, que era muito pequena. Tínhamos uma agenda de luta extensa, mas pouco tempo de mobilização: acho que deveríamos ter tido um trabalho muito maior de mobilização, do que essa empolgação de simplesmente ocupar - de conversar, de comunicação. Vinculamos bastante com a questão da cultura independente, e a questão de ocupar a cidade, a mobilidade urbana. E essa galera que ia nessas festas era basicamente de cultura independente, de mobilidade urbana: começaram a ir mais nas reuniões, mas ficar, só de vez em quando ficavam - e não ficavam muitos dias.

A grande maioria que ficava era militante: o Partido Pirata nos apoiou integralmente, todos os dias, vinte e quatro horas, estavam lá - não todo mundo, mas algumas pessoas estavam lá sempre.

¹⁷⁴ Absinto Muito e Dom Peppo são bandas de rock independentes de Belo Horizonte.

¹⁷⁵ Cantor e compositor experimental local.

O Tarifa Zero só ia pra lá pra fazer embate político, o que foi um desgaste muito maior pra gente: isso cansou muito, mas o que eu fiquei mais feliz foi com o trabalho do Piratas. As outras pessoas tinham gostado da nossa ideia, abraçaram a causa da nossa ocupação, foram pra lá e ficaram: convívio em si era muito tranquilo, foi legal. Não havia atritos entre as pessoas mais politizadas e as não: era uma relação muito tranquila, muito amigável. O atrito entre pessoas politizadas era a questão ideológica: leninista, anarquista, sempre batia de frente um com o outro. Quando dava algum atrito mais sério, era por questões machistas - na verdade aconteceu só uma vez, mesmo. Tiveram algumas reuniões pra decidir algumas coisas, e as pessoas não conseguiam levar em consideração a minha proposta, no meu ponto de vista, e eu senti isso demais. Me colocavam na histeria:

- Você tá aqui tem muito tempo. Você é uma histérica.

Isso me atingia muito, porque eu realmente estava muito cansada: precisava de uma cama normal, comer direito, tomar um banho, ficar de boa. Mas isso não atingia o meu objetivo que era estar ali e eu estava de boa. Isso não queria dizer que o meu posicionamento estava tingido por questões externas, por questões machistas. Esses foram dois casos: na verdade os dois foram machistas. Ataques diretos machistas, e outros por *gaslighter*¹⁷⁶: de te colocar como a doida, te amaciar, e não levar em consideração o que você tá falando.

Nos primeiros dias da ocupação a imprensa fez um acompanhamento muito a nosso favor: acompanhando o nosso real motivo de estar ali, na mesma intensidade que a cobertura que teve durante os atos - só que ao longo dos dias acabamos sendo esquecidos. A Câmara, junto com os moradores do seu entorno, acabou começando a nos atacar com muita frequência: como a gente estava na ocupação, não tínhamos muito contato com as reportagens. Mas depois que começamos a fazer essa movimentação cultural pra ter visibilidade pro movimento e pra nossa causa, a Câmara começou a usar a mídia pra atacar a gente, o que não foi muito legal. Fizeram diversas alegações, e a mídia fez o seu papel novamente de mídia burguesa: de cobrir apenas as coisas ruins e esquecer de todo o trabalho que você teve. Foi isso que ela fez: colocar todas as pessoas que estavam ocupadas como usuários de drogas, vagabundos, e isso nos atingiu muito, obviamente. Mas conseguimos, com algumas mídias, um respaldo muito bom do que a gente realmente estava fazendo: do porque

¹⁷⁶ *Gaslighting* é uma denominação dada a uma modalidade de comportamento comum em relacionamentos emocionalmente abusivos. Consiste num conjunto de formas de manipulação psicológica visando deteriorar a auto-estima e desestabilizar o emocional da vítima, por meio do persistente semear de dúvidas concernentes à sua memória, percepção e sanidade. *Gaslighter* é o nome dado a praticantes dessa modalidade abusiva.

que estávamos fazendo as festas, qual que era a importância de estar ali e incomodar. Nem todas: na verdade, a maioria não jogava a nosso favor.

A Justiça emitiu uma ordem de despejo, de reintegração de posse, e fomos despejados. Nessa intimação tinha algumas observações: a gente não poderia ir na Câmara durante algum tempo, um ano ou alguns meses, por aí; se fôssemos, íamos pagar uma multa. Já tínhamos marcado uma festa de despedida no dia: só que eles não deixaram que a gente saísse por livre e espontânea vontade. Ficamos muito intimidados: já tínhamos programado pra sair, mas a polícia, o Choque e os seguranças da Câmara intimidaram bastante, nesse dia. A gente não se deixou levar pelas provocações: ficamos muito tranquilos e saímos de boa.

Eu acho que foi o melhor trabalho que a gente poderia ter feito

Eu acho que trabalhamos muito bem em vários aspectos. Na verdade, dada a nossa preparação e a nossa organização do movimento, eu acho que foi o melhor trabalho que a gente poderia ter feito.

Podia ter sido melhor só se começássemos a passar em cima um do outro, e eu acho que isso não ia acontecer. Eu acho que pra aquele momento de organização, a gente estava trabalhando muito bem: as únicas coisas foram um pouco de despreparação pra uma mobilização muito grande, igual uma ocupação. Tivemos uma empolgação muito grande pra ocupação e morremos pros atos: esquecemos de fazer um trabalho de campo, de saber como estava sendo o apoio midiático. Esquecemos de tentar ver com os movimentos de moradia um meio termo - fomos muito incisivos: devíamos ter sentado minimamente pra ouvir o que eles têm pra falar.

A gente foi muito incisivo, poderíamos ter sido um pouquinho maleáveis. Mas tem que saber negar, tinha que ter começado a trabalhar mais em conjunto: não uma coisa muito individual, como foi. Acho que tirando isso, a gente fez um trabalho muito legal.

6.3 – RELATO DE IGOR MÁTICA

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Igor Mática

Local de Entrevista: Residência do entrevistado

Data da Entrevista: 10/01/2017

Tempo de Entrevista: 47:29

Observações: *O primeiro encontro que tive com Igor Mática se deu durante reunião do coletivo Tarifa Zero – Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2015. Como militante, à época, do Partido Piratas, se destacou nestas reuniões por suas intervenções e sugestões concernentes ao uso de ferramentas virtuais para fins de propaganda, comunicação interna e segurança. Ainda neste semestre, o reencontrei em reunião do Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, organização que integrou, paralelamente à sua militância no Partido Piratas, nos eventos por ele relatados. Sempre econômico nas palavras por timidez, não raro forneceu insights valiosos nas reuniões do MPL-BH ou da Frente Única Contra o Aumento. Atualmente, é estudante de Ciências da Computação, e não detém participação em nenhuma organização política atuante na cidade.*

A entrevista que deu origem a este documento ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017, em sua residência, por sugestão do entrevistado: sua escolha se deveu à indicação de Ana Arco. Ao longo de sua entrevista, tornou-se manifesta uma característica de relato, pautada fundamentalmente pela concisão descritiva e assertividade no enfoque de detalhes concernentes à suas recordações dos temas abordados durante a sessão. Conforme relatado pelo entrevistado anteriormente à realização da sessão, tal se dava fundamentalmente em virtude de um histórico militante pautado pelo intercalar de experiências de aproximação e distanciamento perante organizações e movimentações na qual tomou parte ao longo de sua vida: a continuidade de tais vivências eventualmente se viu prejudicada pela impossibilidade momentânea pregressa de conciliação deste aspecto para com outros afazeres que tomou parte paralelamente a tais experiências. Ainda que tal traço tenha se feito presente na brevidade com a qual descreveu determinados eventos, nota-se que a mesma em nada prejudicou uma perspectiva reflexiva particularmente rica de entendimento e recuperação de tais vivências, especialmente no que tange à maneira com a qual procurou relacionar perspectivas aparentemente díspares de enfoque militante – como as existentes entre a militância em mobilidade urbana e a em favor da democratização do uso da internet como ferramenta emancipatória.

Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo no lugar de seu verdadeiro nome.

Meu nome é Igor Mática. Tenho 28 anos, vou fazer 29.

Eu sempre estudei em escola privada. No ensino médio, eu estudei no Pitágoras até a oitava a série, e no Marista¹⁷⁷ do primeiro ao terceiro ano. E eu tenho superior incompleto - já passei por três cursos de ensino superior, todos na PUC -: Direito, Relações Internacionais e eu estou fazendo Ciência da Computação agora. Não concluí essas graduações: fiz alguns períodos.

Eu sempre gostei de computador. E eu queria mexer com alguma coisa mais criativa mesmo: não no sentido criativo de arte, mais uma coisa criativa envolvendo ciência.

¹⁷⁷ Trata-se do Colégio Marista Dom Silvério, uma das mais tradicionais instituições de ensino particular de primeiro e segundo grau existentes em Belo Horizonte.

Meu pai me influenciou em meu interesse por política: ele foi trotskysta na faculdade, gravitava ali pela Libelu. Comecei na política me identificando como nacionalista de esquerda, bem Brizola.

Eu fui do Grêmio, no Colégio Marista. Eu fui num Congresso da UCMG¹⁷⁸: era um negócio total da UJS, e só, praticamente - não gostei da UJS nem um pouco. Na época, eu já me identificava como um comunista, marxista-leninista: achei eles muito diluídos teoricamente, era basicamente festa, e eu não gostei muito. Depois, por causa desse Congresso, eu coloquei o meu nome numa lista de e-mail, pra ir pro Fórum Social Mundial: fiquei querendo ir, mas não ia. Aí, em 2008 teve um encontro internacional da juventude antifascista e antiimperialista no Rio de Janeiro, que eu acabei indo - era organizado pelo PCR, e eu cheguei a conhecer um pouco da organização. Também não gostei não.

Depois disso, também teve uns protestos que eu fiquei sabendo pela internet: dos salários dos vereadores, várias coisas, e eu fui nesses protestos. Eu conheci um militante do MPL que depois eu fui reencontrar, anos depois: isso foi em 2011, 2012, e depois o reencontrei em 2014, 2015. Mexi com movimento estudantil também em faculdade.

Tem muito hacker que acredita que a informação tem que ser livre

Eu mexia na internet muito: debatia, mexia com coisas, e fui hackeado por uma galera de direita gringa, que fez um *harrassment*¹⁷⁹ forte em mim - eu tive até um surto psicótico, depois disso. Fiquei sabendo que Linux era mais seguro: comecei a me interessar por Free Software - gostei muito de Free Software. Fiquei sabendo do Partido Pirata, e comecei a fazer parte: já gravei em várias organizações, mas o primeiro movimento que eu fiz parte mesmo foi o Partido Piratas. Entrei no Partido em 2014, 2015, por aí.

O Partido Pirata vem de uma organização sueca, que estava querendo fazer um partido a favor da contra propriedade intelectual, da liberdade de informação. Tem muito a ver com hacker: tem muito hacker que acredita que a informação tem que ser livre, que a cultura deve ser livre, de graça, umas coisas assim, e eles falavam que iam ser chamados de Partido da Pirataria. Montaram o Partido Pirata, e começaram a expandir pra diversos países - primeiro na Europa, depois no resto do mundo.

¹⁷⁸ Trata-se da União Colegial de Minas Gerais, entidade estadual a representar os estudantes secundaristas mineiros.

¹⁷⁹ *Harassment* é uma designação dada a comportamentos de pressão agressiva e intimidação em ambientes virtuais. Se caracteriza pelo direcionamento de ameaças a um alvo selecionado por indivíduo ou redes de contato atuantes em tais ambientes.

Tem umas instâncias do Partido que todo mundo pode participar. Tem o Loomio, que é um fórum online, tem grupos no Telegram¹⁸⁰: qualquer um pode mandar proposta, todo mundo pra dentro do Partido sabe o que tá acontecendo - ele é muito forte na transparência. É uma organização que é basicamente online - é inclusive uma crítica que eu tenho -: não cria um senso de comunidade no Partido Pirata, ficava sendo uma, duas, três pessoas fazendo todas as tarefas técnicas, e o resto só reclamando.

Eu fazia um pouco de tudo: já estava fazendo Ciência da Computação, tinha algum conhecimento de informática, e quando tinha alguma demanda, eu ajudava nisso. Comecei a mexer um pouco com segurança, com várias coisas.

Eu achava que transporte e computação podiam ser complementados

Eu não participei dos protestos de 2013: eu estava deprimido pra caramba, vi os protestos pela TV.

Eu sempre gostei muito de política, é uma coisa que queria mexer desde sempre: me senti bem o suficiente, comecei a mexer. Eu considerava o transporte uma questão importante: de cidadania, da cidade mesmo, de qualidade de vida das pessoas, e sempre achei uma vergonha Belo Horizonte ser uma cidade de cinco milhões de habitantes e não ter um metrô. Eu achava que transporte e computação podiam ser complementados - o Partido Pirata tinha em geral um conhecimento de computação, informática e segurança muito bom. Achava que poderíamos ter alguma coisa a oferecer pros movimentos sociais em geral: questão de segurança na computação, plataformas online pra ter discussões, reuniões - facilitar a comunicação em geral. E na hora que eu estava entrando no Tarifa Zero, pensei ser uma coisa que pudesse ter nesse sentido - fui me inteirar de diversas questões que não tinha conhecimento ainda. Eu lembro que as pessoas eram muito receptivas no Tarifa Zero: diferente de outros movimentos sociais, tinha uma coisa que eu senti, que era um senso de comunidade muito forte lá - apesar disso, era também instrumentalizado por um partido.

Eu conheci um militante do MPL, e a gente começou a trocar ideia. Na época, comecei a ir pra reuniões do MPL também, e achava que o Tarifa Zero podia ser complementar, trabalhar junto: mas aí fui tomar uma escolha, e eu escolhi o MPL - a gente já estava envolvendo em transporte, e teve a proposta pra outro militante do Partido Pirata pra entrar no MPL. Perguntei se podia entrar também: eu poderia, entrei. Foi em 2015, depois do protesto da Copa - eu vi isso pela TV também.

¹⁸⁰ Loomio e Telegram são aplicativos de comunicação de aparelhos celulares.

O MPL era uma organização horizontal, suprapartidária: basicamente isso. No início, não lembro o que fazia: acho que deve ser a parte de informação, de internet, que era o que mais mexia na época. Era um pouco, eu considero, como se fosse um voluntarismo assistido – as pessoas se voluntariavam: o grupo decidia o que fazer, e geralmente alguém perguntava quem queria fazer o que, mas tinha a obrigação implícita de pelo menos algumas pessoas fazerem a tarefa. Na época que entrei tinha GTs: se tinha atividade, eram feitas pelas pessoas que faziam parte dos Grupos de Trabalho. Tinha uma assembleia mais geral, também: reuniões de GTs nuns dias, e assembleias noutros dias.

Eu fui no grupo de Neves - acho que é importante ter um trabalho comunitário na região metropolitana inteira. Acho que a região central é importante também, mas a região central você já tem certa organização de outros grupos, outros movimentos, outros partidos: ter uma organização em áreas que tão aparentemente desorganizadas é fazer um trabalho mais consistente. Fomos em algumas reuniões lá em Neves: a gente estava numa praça lá, querendo construir atividade, e em algumas as pessoas não foram. Era difícil, tanto o deslocamento, quanto pela animação do pessoal de lá, também: tinham dois militantes que estavam muito empenhados, mas não se chegou a fazer um núcleo lá propriamente dito - foi bem curto. Teve um evento numa praça, cultural: tinha coisa de Hip Hop, teve um militante que falava um pouco sobre a questão do transporte - falava assim, no microfone, com áudio. Uma coisa que eu fazia muito também era passar filme no projetor, umas coisas assim: levava computador, baixava o filme que tinha que ser, e passava.

Eu conheci gente nova: vi a realidade em Neves, eu nunca tinha ido antes. Acho que ajudou bastante no crescimento pessoal: foi uma experiência boa.

Usar tecnologia é importante com relação a divulgação do movimento mesmo

O coletivo ficou em polvorosa com a notícia que podia aumentar a passagem: a gente começou a fazer ato, a organizar ações midiáticas pra combater o aumento mesmo, basicamente isso.

Eu me lembro das reuniões no Estrela¹⁸¹, da Subindo a Bahia, Descendo a Floresta. Teve outras também. Acho que tinha certa disputa de agendas entre movimentos diferentes, tentativa de instrumentalizar as reuniões de diversos grupos: essa do Estrela foi uma reunião mais prática, mais questão de planejar atos, umas coisas assim. Parecia ser uma reunião dos anos 70 - tinha uma

¹⁸¹ Trata-se do Espaço Comum Luiz Estrela.

companheira que estava até vestida a caráter. Foi interessante, era um lugar fechado, quase um porão, uma sala dentro do Estrela que dava um ar de conspiração e tudo.

Havia certo grau de cooperação: inclusive o MPL e o Tarifa Zero fizeram atos juntos – eu lembro mais ou menos isso. Era importante pro Partido Pirata participar da campanha: uma questão de democracia direta, no sentido de que a proposta é hackear o sistema, colocar representantes eleitos pra fazerem a vontade da população. Ampliar democracia na democracia representativa: tendo uma demanda da população com relação ao transporte que não tá sendo ouvida pelos políticos eleitos, fazer essa demanda ser ouvida, e colocada na prática. Eu acho que tá bem dentro da proposta do Partido Pirata - inclusive, dentro do estatuto do Partido Pirata, que é gigantesco, tem essa questão da gratuidade do transporte, da democratização do transporte, do acesso à cidade.

Do que eu lembre, a Frente era pra ter um maior alcance da pauta do protesto: fazer um ato maior, não ter redundâncias também com relação ao ato antitarifa, concentrar esforços. A rua e o institucional são complementares: fazer um ato de rua dá principalmente mais pressão com relação à classe política - eles vão ouvir com muito mais afinco as demandas da população, quando a população faz a voz dela ser escutada.

Houve uma reunião até acalorada: foi um pouco antes de definirmos os trajetos. E a gente definiu uma comissão de segurança, de companheiras mulheres: tinha uma companheira que tinha uma experiência nesse tipo de coisa. Fiquei com a parte de mídia: acho que usar tecnologia é importante com relação a divulgação do movimento mesmo, de que parte da população tá fazendo. Tem demandas que muita gente pode se identificar: ir talvez num próximo ato, ou até criar outras formas de pressão também - ficar consciente, e se fazer ouvido.

Se você quer chegar às pessoas, tem que usar as redes sociais

O Ato estava tranquilo, tinha pessoal de ocupação lá: acho que se eu não me engano tinha pessoas mais velhas - não sei se tinha alguma criança, mas eu imagino que devesse ter. Era um ato pacífico, e quando a polícia começou a travar a rua, acho que ninguém imaginou que eles fossem começar a atirar bala de borracha e bomba de efeito moral em todo mundo.

Eu estava filmando durante o ato: não estava transmitindo automaticamente pra Internet não - depois que eu descobri um aplicativo que fazia isso, comecei a fazer, na hora mesmo, com minha Internet mesmo. Teve uma hora na manifestação que a polícia fechou a Rua da Bahia, e essa companheira que tinha experiência com isso foi negociar com eles. Eu estava filmando o que estava acontecendo: filmei uma parte da polícia fechando, as reações das pessoas.

E aconteceu de um companheiro de outra organização, uma pessoa religiosa, bater boca com o coronel da polícia, e o coronel inventou uma história de que alguém tinha tacado uma pedra no dedo dele, no mindinho - justificou isso pra repressão: antes ele tinha dado cinco, três minutos pra abrir a rua - falou que se não abrisse a rua, ia reprimir. Não passou nem vinte segundos e a polícia começou a acontecer.

Durante essa confusão, eu e essa companheira corremos. Aí uma bomba de gás, efeito moral, eu não sei, explodiu do nosso lado: derrubou todo mundo - inclusive eu fiquei com uma marca de queimadura que ainda existe aqui - e a gente caiu no chão. Eu levantei rápido, a levantei: ela achou na hora que era um policial, nem olhou pra trás e correu mais rápido do que eu consegui correr também. Eu usava lente de contato na época, estava com gás na lente, estava ardendo - fui pra correr pra um banco quase vomitando, muita gente tinha entrado nesse banco também -: tirei a lente, tirei a camisa do MPL, coloquei no bolso, estava com uma camisa branca por baixo e sai andando com medo de acontecer alguma coisa.

Depois eu dei a volta, fui na rua: encontrei com outros militantes, e fiquei sabendo o que estava acontecendo dessa questão da Rua da Bahia - eles prenderam umas quarenta pessoas que entraram num hotel. A gente foi pra casa de outra militante, que morava perto, fez o upload das fotos, dos vídeos: as redes sociais, estatisticamente, são boa parte da fonte de notícia das pessoas - se você quer chegar às pessoas, tem que usar as redes sociais. Depois voltou pra confusão, pra manifestação da porta do lugar. Fiquei na porta do hotel, na hora que a galera foi pra delegacia: antes de ir pra delegacia, fui pra casa porque estava machucado, sem ver nada.

Foi corrida a deliberação pro Segundo Ato. Estava na reunião da Frente com os movimentos de moradia, mas eu não prestava muita atenção não: era muita gente falando outras coisas que às vezes não era relacionada à pauta e eu acabava viajando - mas teve essa tentativa de instrumentalizar a pauta. Especialmente os movimentos associados aos movimentos de moradia - iam bloqueados pra tentar fazer a voz deles ser mais ouvida.

Lembro que o Segundo Ato foi maior, e não teve repressão. Eu não sei se foi nesse ato, mas lembro que teve um ato que a gente passou na porta lá do hotel da Rua da Bahia, e falou algumas coisas - acho que foi nesse Segundo Ato.

O Terceiro Ato foi menor. Estava todo mundo cansado, com dificuldade de organizar mesmo, por isso que demorou pra realizar o Terceiro Ato: não tinha condição de fazer o ato mais rápido. Acho que foi uma falha estratégica: a opinião pública é efêmera, as pessoas esquecem rápido algumas coisas que acontecem - o Estado de Minas geralmente era desfavorável e O Tempo tinha uma posição razoavelmente favorável à campanha contra o aumento - tinha que capitalizar o

backlash que teve no Primeiro Ato rapidamente. Depois teve uma política de não vamos fazer mais ato, vamos fazer alternativas: a jogada de mídias alternativas, pra promover a pauta.

Se ocupavam lugares de visibilidade política, pra passar uma mensagem

A gente chegou na Câmara: a ocupação é uma tradição já, importada dos Estados Unidos. O Movimento Occupy inspirou movimentos no mundo inteiro - desde os Estados Unidos, até a Primavera Árabe. Eram em grande parte feitos por redes sociais: se ocupavam lugares de visibilidade política, pra passar uma mensagem - a ideia era basicamente isso. Já tinha indicativo que ia fazer isso, entrou todo mundo com diversas precauções - a gente não se identificava e tal -, e fizemos uma assembleia dentro da Câmara, fora da área que os políticos deliberam as coisas.

Lá dentro estava tendo uma deliberação sobre o Plano Municipal de Educação, alguma coisa assim: eles queriam tirar a “ideologia de gênero” do Plano de Educação. Tinha um movimento LGBT que já tinha contatado outro militante que também estava num processo de entrar no MPL - já tinha uns grupos em rede social que estavam discutindo essa questão do Plano de Educação. Chegamos lá, e veio uma pessoa reclamar que tinha um tanto de gente de esquerda fazendo uma atividade, enquanto estava tendo uma coisa importante acontecendo: a direita estava em peso lá, tinha representantes católicos, militantes da Opus Dei, todos com placas e fazendo muito barulho. Era uma menina - ela até chorou, porque o pessoal não estava tendo solidariedade com a pauta dela.

A gente parou a assembleia e foi pra área de deliberação, apoiar a causa LGBT: começou a subir com palavra de ordem, a falar coisas, e decidimos fazer um beijaço gay - inclusive eu até participei -: foi pra frente da área de deliberação, e eu e um cara nos beijamos. Essa militante que estava na comissão de segurança do ato foi e beijou uma menina do MPL também, e outras duas meninas se beijaram - teve uma comoção tão forte que eles acabaram encerrando a sessão. Tinha gente fazendo saudação nazista enquanto a coisa estava acontecendo - inclusive um militante da Direita Minas, depois eu fui saber quem era -: parecia literalmente um bando de macacos ouriçados, eles perderam completamente a compostura.

Depois, voltamos pra nossa deliberação: a gente decidiu que íamos ocupar a Câmara. A ocupação se organizava por divisão de comissões e as pessoas se voluntariavam pra fazer coisas: tirou uma comissão de segurança, que estava lidando com os seguranças - inclusive o chefe de segurança da Câmara era um ex-policial que tinha sido colocado lá exatamente pra lidar com esse tipo de coisa. Teve uma comissão de segurança que ficava lidando com essa pessoa - inclusive conseguiu até uma relação incrivelmente boa -: eram dois militantes do Piratas, que ficavam boa

parte do tempo fazendo isso. Teve horas que trocavam a comissão de segurança, mas durou por alguns dias.

Usavam de táticas como desligar a Internet na Câmara: eu estava fazendo uma *live* talvez, transmitindo com um aplicativo de celular na Câmara - fiquei basicamente transmitindo pra rede social inteira. Era uma situação que usavam táticas da segurança da Câmara de repressão, táticas de *harassment*¹⁸² mesmo: pra incomodar e tentar forçar os militantes a saírem de lá sem expulsar. Tinha Internet da Câmara: era aberta ao público, e eles cortaram, basicamente, pra dificultar o trabalho de divulgação e isolar o movimento - só que a gente estava usando Internet de militantes, compartilhando e gastando horrores, e divulgando as coisas assim. Nos dias de hoje, uma pessoa ficar sem Internet é uma coisa - a pessoa fica até estressada, né? Então isso contribui bastante pras questões internas da ocupação.

A gente dormia lá, e pedia doações: fazia comida numa panela de fazer arroz, sei lá, uma coisa assim que alguma militante trouxe - acabei quebrando também um dia. Comissão de comida era uma que tinha um trabalho constante, tinha gente cozinhando, gente na mídia - tinha gente em diversas tarefas. E apoio de fora também: gente do MPL fazendo, distribuindo coisa de mídia de fora da ocupação. Eu não lembro o número, mas ocuparam menos que quarenta pessoas - muito mais gente na rede de apoio, fazendo coisas, umas coisas assim -: tinha uma militante do PSTU, que eu lembre, mas eu acho que tinha mais pessoas sem movimento nenhum também, bastante. Então, além de já ser a gente tá fora de casa - condição insalubre, e essa pressão por parte da força de segurança -, tinha também questões individuais de pessoas com pessoas. Tinha questão de gênero, tinha questões de pessoas que não gostavam umas das outras: isso tudo manifestava em discussões, em problemas mesmo em geral.

Algumas atividades foram feitas, a gente passou um filme - as atividades culturais eram importantes pra divulgar a pauta, basicamente. Eu lembro de uma festa do Masterplano¹⁸³, teve uma rave na Câmara: foi interessante, veio gente interessada em festa em geral - foi um evento produtivo, eu acho.

Tinha uma tentativa tanto da Câmara quanto da mídia de criminalizar o movimento, uma coisa explícita: usar drogas ou entorpecentes em geral e ilícitos na ocupação, pra criminalizar o movimento. Uma imagem de uma câmera, de um militante fazendo um cigarro de palha foi passada na mídia como se o militante tivesse usando maconha - então tinha uma ação conjunta da segurança

¹⁸² *Harassment* é uma designação dada a comportamentos de pressão agressiva e intimidação em ambientes virtuais. Se caracteriza pelo direcionamento de ameaças a um alvo selecionado por indivíduo ou redes de contato atuantes em tais ambientes.

¹⁸³ Masterplano é um coletivo de música eletrônica atuante em Belo Horizonte desde fins da década de 2000. Dentre as principais singularidades de sua atuação se encontra a elaboração de festas de rua em espaços públicos de Belo Horizonte.

da Câmara com a mídia pra tentar desacreditar o movimento -: eu só lembro de todo mundo falando que o Choque ia vir, e a gente saindo. Já tínhamos concordado em sair e, depois que a gente concordou em sair, eles mandaram o Choque.

Foi um aprendizado

Foi bem interessante. Eu acho, dadas as condições da época, a gente se portou muito bem. Foi um aprendizado, tinha organizações que eram novas, no caso o MPL, e até muito pouco estruturada. E você teve um aprendizado bom com relação a lidar com militância, situações de estresse e situações de exposição também na mídia. Eu acho que se a gente tivesse tido um treinamento prévio em diversas áreas, como, por exemplo, falar em público, etc., teria feito uma coisa melhor, mas serviu de aprendizado.

6.4 – RELATO DE VIRGÍNIA WOOLFE

FICHA TÉCNICA

Entrevistada: Virgínia Woolfe

Local de Entrevista: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

Data da Entrevista: 23/04/2017

Tempo de Entrevista: 02:04:02

Observações: *Conheci Virgínia Woolfe durante uma reunião do coletivo Tarifa Zero durante o primeiro semestre de 2014. Durante a reunião, me chamou atenção não somente sua juventude – à época, era ainda estudante secundarista –, como também sua inventividade, expressa em sua proposição de que o coletivo realizasse o que batizou de Manifesta Junina: junção de ato de rua de protesto com festejo junino, realizada em junho de 2014 pelo coletivo Tarifa Zero. Posteriormente, a reencontrei tanto em algumas das manifestações ocorridas em Belo Horizonte contra a realização da Copa do Mundo de 2014, quanto em fins do primeiro semestre de 2015, quando se juntou ao Movimento Passe Livre – Belo Horizonte. Sua colaboração nas instâncias de divulgação virtual da Frente Única Contra o Aumento, bem como durante a ocupação da Câmara, foram valiosas para o entendimento de algumas destas dimensões da Campanha. Atualmente, Woolfe é estudante universitária em conclusão de seus cursos de graduação, sem relações para com a cena ativista de Belo Horizonte.*

A entrevista que deu origem a este documento ocorreu no dia 23 de abril de 2017, em sala da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, por solicitação da entrevistada: a coleta de seu relato foi sugestão de Valério Carna. O fato de sua entrevista ter sido realizada num dos locais atuais de estudo parece ter particularmente incidido no estabelecimento de correlações diretas e indiretas entre sua condição de estudante, de jovem, e suas experiências militantes, iniciadas ainda durante o segundo grau. A conjunção de tais aspectos se torna manifesta na vivacidade de descrições dos diversos eventos em que se envolveu, assim como sua condição de estudante de ensino superior em cursos de humanidades oriunda das classes médias-altas da cidade parecem ter igualmente articulado relações entre suas recordações e as formas de entendimento dos eventos narrados, fornecendo insights e questionamentos aprofundados e singulares referentes à importância de muitas das atividades nas quais se envolveu durante a Campanha de julho-setembro de 2015. Por fim, não detém menor importância o fato de que, entre os entrevistados, Woolfe tenha sido a única a se encontrar no Hotel Sol durante a repressão ao Primeiro Ato Contra o Aumento: por esse aspecto, seu relato constrói toda uma dimensão específica de ângulo de vivência daquela experiência, de importância para o entendimento do comportamento da polícia durante aquela noite.

Por pedido da entrevistada, será usado um pseudônimo no lugar de seu verdadeiro nome.

Meu nome completo é Virgínia Woolfe. Moro em Belo Horizonte, Minas Gerais, e tenho vinte e dois anos.

Eu fiz educação até a primeira série no Colégio Pitágoras. Logo depois, na primeira série do ensino fundamental, eu passei pro Colégio Santo Antônio¹⁸⁴, e lá eu fiquei até o terceiro ano do ensino médio, quando me formei.

Eu estou cursando o terceiro grau: estudo História na UFMG, e Relações Internacionais na PUC Minas. Em grande parte, meu envolvimento e interesse por política me levou a fazer os dois cursos - mais o curso de Relações Internacionais -; e o curso de História por entender que a história é fundamental pra compreensão da política.

É como se aquele Viaduto fosse uma ágora, sabe?

Não participei de nenhum movimento social ou político até 2013, quando estava no terceiro ano do ensino médio. Meu envolvimento em 2013 começou na forma de apenas ir para os protestos.

Eu lembro que houve - principalmente da parte das pessoas que estavam engajadas no Grêmio - um processo de mobilização para irmos em conjunto aos protestos. Foi dessa maneira que eu fui, num momento inicial, aos protestos: com os meus amigos da escola. O que primeiramente me motivou a ir pra rua foi com certeza a violência policial que aconteceu contra o pessoal do Passe Livre de São Paulo: mais do que isso, foi um entendimento geral da arbitrariedade do Estado no tratamento de seus cidadãos numa manifestação pacífica, ou que teve depredação de coisas que não sentem dor - janelas, prédios, vidraças, etc. -, ficou muito claro o quão autoritário o Estado é. Um Estado que pessoas ao meu redor que se diziam de esquerda defendiam, e a maneira como ele se comportou frente a tudo isso: ignorando, passando pano, não tomando atitudes concretas.

Num primeiro momento, fui muito animada pros protestos: porque era contra a violência policial, contra o aumento dos ônibus, quanto ao que estava acontecendo em São Paulo, etc. e tal - fui muito animada pra coisa. E eu lembro claramente que isso morreu rapidamente: no início eu estava num lugar onde via gente vestida de vermelho, e num determinado momento, numa das vezes que fui aos protestos, eu olhei pros lados - acho que porque estava em lugares diferentes em cada manifestação - e de repente havia uma multidão de branco, de verde e amarelo, falando com um discurso nacionalista, falando um tanto de coisa que considerei muito esquisita, não muito coerente com o que eu estava lá fazendo. Nesse momento, percebi um grande abismo entre as pessoas que estavam lá: não estavam falando as mesmas coisas, não estavam reivindicando as mesmas coisas - apesar de parecer uma multidão mais ou menos sólida. E aí, parei de ir: os protestos aconteceram durante alguns dias, e não fui mais - estava afastada deles porque achei uma

¹⁸⁴ Os colégios Pitágoras e Santo Antônio são instituições privadas de ensino de primeiro e segundo grau, existentes em Belo Horizonte.

coisa nacionalista esquisita. Havia uma percepção, não apenas minha, mas generalizada de existir uma grande incoerência naqueles protestos.

Só voltei a participar quando aquele pessoal que estava nas mobilizações puxou a Assembleia Popular Horizontal: foi uma tentativa de articular vários grupos diferentes que se preocupavam com o rumo que aquilo estava tomando, pra fazer com que aquilo tivesse um mínimo de ordem - e tendo ordem, conseguisse atingir objetivos mais concretos. Vi um anúncio que a Assembleia ia acontecer na internet e eu simplesmente fui, num primeiro momento: o que me fez ir pra APH foi perceber que, mesmo que os protestos de uma maneira geral - na totalidade das pessoas envolvidas neles - poderiam não ser coesos, estava havendo um movimento de interlocução, de organização, de cooperação, que poderia dar bons frutos. Então, eu parei de ver os protestos de 2013 como uma desordem profunda, completa: passei a olhar pra eles com mais esperança.

Eu não lembro muito da primeira reunião: fui com meu amigo, e estava cheiíssimo debaixo do Viaduto Santa Tereza. Foi nos primórdios da APH, e então não havia uma metodologia bem estabelecida: uma assembleia longuíssima em que trouxeram um caminhão de som com microfone, e cada um podia subir naquele palco que tem ali debaixo do Viaduto e falar o que tivesse pra falar. Não lembro nem se eu fiquei até o final dessa assembleia: tinha trezentas pessoas lá embaixo, uma multiplicidade, e acho que todo mundo lá estava tentando se encontrar também. Ninguém tinha discurso pronto ou sabia o que queria com aquele discurso: pelo que entendi, as pessoas estavam indo lá pra desabafar, se conhecer, e se agrupar nas suas afinidades.

Me marcou muito a empolgação das pessoas com o que estava acontecendo: foi mágico! É como se aquele Viaduto fosse uma ágora, sabe? Enquanto cidadãos, a gente não tem nenhuma inserção, nenhuma maneira de demonstrar nossa cidadania: a única inserção é através do voto. Ninguém nos pergunta o que a gente acha da nossa rua, se tem um buraco que precisa ser tampado, se tem uma goteira, se tem um negócio assim. E ninguém tem voz nenhuma sobre a própria cidade, sobre a própria vivência cidadã. Era isso finalmente que via naquelas pessoas: mesmo sendo uma situação crítica, em que estavam se organizando pra um verdadeiro combate que ia acontecer - a gente sabia que ia haver problemas durante os protestos, já estava tendo problema com a polícia, óbvio -, foi a primeira vez que eu vi gente muito mobilizada e animada pra fazer alguma coisa sobre a própria vida. sobre a própria inserção deles na política. Eu estudava num colégio particular da Zona Sul de Belo Horizonte, em que havia pouquíssimas pessoas que pensavam de maneira minimamente parecida comigo em termos políticos, em termos de não ser um liberal igual seu pai. Foi muito importante conhecer essas pessoas com quem eu me alimentei: com quem não me alinhava completamente, mas me alinhava em várias questões, e com elas aprender muita coisa - muita coisa que eu não sabia enquanto menina de dezessete anos, inclusive.

Foram várias reuniões: principalmente em 2013, a APH se reunia muito e tinha muita gente. Até pelo tanto que eu era crua, meu papel então foi muito de observadora: sentar, observar, conhecer as pessoas, conversar com elas, pra tentar me achar também, porque até esse momento eu não tinha nenhuma definição política - em 2013, me declarava de esquerda, sem mais especificidade que isso. Continuei a ir depois desse dia, foi um início tímido: em 2013, participei muito timidamente, fiquei muito na minha. Até porque eu não tinha uma clareza pra mim também do que queria, do porque estava lá, qual grupo pertencia: via que havia grupos e que alguns deles queriam me chamar pra dentro.

Durante a primeira ocupação da Câmara, isso ficou muito explícito quando eu tive lá. Não cheguei a ocupar, mas passei e conversei com algumas pessoas, e ali tinha todo um movimento: gente sendo muito simpática, dando livro de Partido, carta de princípios, num sei o que lá mais, e eu ficava na minha. Eu não conhecia aquelas pessoas ainda, e na Câmara passei a conhecê-las, pelo menos parcialmente: cheguei a visitar a Câmara pra poder ver o que estava acontecendo, participar de discussões, rodas de debate esses tipos de coisa. Tinha muita gente lá dentro: todas as outras vezes que eu estive numa Câmara ocupada, não tinha tanta gente quanto essa vez. E gente de várias correntes diferentes da esquerda, claro. Lembro também que havia muitas atividades: pelo menos pra mim, foi de cunho muito pedagógico, porque eu não estava mobilizada - não tinha conhecimento. Discutiam questões sobre assuntos variados: professores discutindo educação, pessoas com afinidades de um tema discutindo esse tema.

É até um clichê falar isso, mas pra mim 2013 teve um papel pedagógico muito forte. Várias pessoas, inclusive eu mesma, que nunca haviam se mobilizado antes se mobilizaram: umas acabaram voltando pras suas casas, mas muitas não. A partir daquilo, daquelas pessoas que encontraram ali, muitas começaram a entrar em grupos, em associações, participar de assembleias: enfim, se movimentarem politicamente. Se engajarem politicamente, que é uma coisa que na época a gente falava que não existia, né? “O brasileiro é muito passivo, não se engaja e não participa” – é um discurso que eu ouvia muito: a partir de então isso mudou pra algumas pessoas, tanto da esquerda quanto da direita.

Isso é um limitante que me deixa com raiva, porque o transporte limita a minha vida, e isso é uma limitação só de gênero

Em 2014, depois que eu comecei a me identificar mais com o anarquismo, a coisa fluiu um pouco melhor: passei a participar direto do Tarifa Zero, depois que ele já não era mais o GT de Transportes. Eu acompanhava o Tarifa Zero de longe, enquanto Grupo de Trabalho que havia

nascido na Assembleia Popular Horizontal: nunca participei daquele GT, quando fazia parte da APH. De cara, não me envolvi com ele: foi em 2014 que entrei pro Tarifa Zero, se não me engano.

Entreí por entender que havia um momento muito propício: era muito importante debater-se o transporte público, que tinha sido o gatilho do que aconteceu em 2013, por entender aquela falta do transporte público como uma boa oportunidade de inserção na vida política da cidade, por achar que aquilo ali poderia mobilizar um grande número de pessoas. Nós vivemos num mundo hoje em dia que já é majoritariamente urbanizado: como a maioria das pessoas depende do transporte pra poder ter acesso a outros direitos delas – direito à saúde, a ir numa instância pública resolver um problema -, ele é um mediador nessas relações.

Tem muita coisa a ver com a condição de mulher também: eu sou uma mulher que já passou por muito perrengue dentro de transporte público - é uma causa que fala muito às mulheres, pela nossa experiência dentro do transporte ser ainda mais tenebrosa. De passar por medo dentro do transporte público, pensar que o seu limitante pra utilização do transporte público normalmente é “Não, tá escuro. Tá de noite. Eu to sozinha.”, etc. e tal. Isso é um limitante que me deixa com raiva, porque o transporte limita a minha vida, e isso é uma limitação só de gênero. As pessoas são limitadas pelo dinheiro no acesso ao transporte público: quer dizer, uma população pobre de mulheres que fica à margem de sair do seu bairro mesmo, de fazer um tanto, de viver sua própria vida, de viver a cidade - ficam à margem do direito à cidade por causa de uma mediação mal feita, que é o transporte público. Eu acho que pra juventude o transporte público é importante? Claro! Ainda mais com uma população que em sua maioria não ganha o próprio sustento, que não tem programas públicos de acessibilidade também pra essas pessoas. Gente que é secundarista, estudantes de faculdade, enfim: não tem políticas públicas do transporte pra eles - uma ou outra, normalmente irrisória, em Belo Horizonte.

Eu participava dos protestos deles, etc., por acompanhar eles de longe: achava um projeto legal, conhecia gente lá dentro já, e quando entrei, já havia feito contatos na militância belo-horizontina - tinha alguns amigos pra não ficar sozinha na reunião. Quando entrei no Tarifa Zero, jovem e crua na política, a coisa que mais senti na primeira reunião foi que havia uma certa soberba intelectual daqueles que já entendiam do assunto da mobilidade urbana em relação a aqueles que não entendiam, que eram crus como eu, e isso me incomodou de cara - uma conduta que ao longo das reuniões com certeza foi melhorando. Acho que conversas que as meninas tiveram com figuras proeminentes do coletivo fizeram com que deixassem um pouquinho de lado a soberba pra conversar com os outros. Enquanto mulher, a princípio, eu não tive nenhum problema com o Tarifa Zero, com a maneira como os homens se comportavam: eles se comportavam como homens sempre se comportam, o que não é necessariamente bom, mas nada muito problemático, no meu entender.

Na época que entrei, que eu lembre, só havia dois grupos que preponderavam além do grupo geral do Tarifa Zero: o grupo da comunicação, que lidava com artes gráficas - propaganda, esse tipo de coisa -, e o feminista, que se propunha a lidar com questões de gênero dentro do próprio coletivo, e envolvendo o transporte público. Não me envolvi nesses subgrupos dentro do Tarifa Zero: apesar de que enquanto mulher estava envolvida nas discussões que havia sobre gênero, etc., nunca cheguei a fazer nada concreto nesse sentido não. Eu participava das reuniões, obviamente: dava os meus palpites, quando convinha, e, claro, nos atos de rua.

Cheguei também a idealizar a Manifesta Junina, que foi um protesto na Nossa Senhora do Carmo/Festa junina¹⁸⁵: fiz o papel do Lacerda, o padre, nessa festa, foi interessante. Nós estávamos discutindo como fazer um protesto fora da caixa: ou seja, sair da obviedade de fechar a Praça Sete ou alguma coisa do gênero, e estávamos aproximando de junho. Quando conectei os dois pontos, eu simplesmente falei:

- Poxa, vamos fazer uma festa junina travando o trânsito, que ao mesmo tempo seja uma festa pro pessoal se divertir também de maneira lúdica.

Não lembro direito como que essas tarefas foram divididas, mas fiz com certeza a *playlist* de forró. As pessoas foram em grande parte com suas roupas de festa junina, houve uma fogueira no meio da Nossa Senhora do Carmo feita com pneus, havia comidas e bebidas, e havia pessoas que estavam encarregadas de barrar o trânsito. Não havia banda, mas havia uma caixa de som tocando forró: fizemos uma quadrilha, que apelidamos carinhosamente de Formação de Quadrilha, em que as pessoas estavam usando máscaras. Teve esse negócio também do padre Lacerda: houve um casório – uma festa junina tem que ter a noiva e o noivo -, e nós resolvemos que o casamento ia se dar entre o presidente da BHTrans e o cara da Ernst & Young¹⁸⁶, por causa dos contratos e tal, e que quem realizaria esse casamento seria o Márcio Lacerda. Então fizemos máscaras de cada um desses personagens, as pessoas se vestiram direitinho, e houve a missa de celebração - eu celebrei.

Lembro também duma manifestação em particular que aconteceu na Avenida dos Andradas: essa foi horrível. Havia pouco quórum – esse era um dos problemas – pra poder fechar uma avenida tão larga, os carros estavam tentando com força passar, e eventualmente o pessoal do Tarifa falou:

¹⁸⁵ Trata-se da Avenida Nossa Senhora do Carmo, situada na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A via é um dos principais corredores de interligação entre Belo Horizonte e municípios da região metropolitana da capital mineira situados neste vetor geográfico: muitos destes municípios contam com condomínios particulares de luxo, aonde reside parcela significativa da porção mais socioeconomicamente abastada de sua região metropolitana.

¹⁸⁶ A firma Ernst & Young é especializada na realização de consultorias e auditorias empresariais. A empresa foi contratada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no segundo semestre de 2013 para realizar a auditoria da situação financeira do serviço municipal de ônibus. O resultado da auditoria foi apresentado no primeiro semestre de 2014, e gerou profundos questionamentos acerca da qualidade e validade do estudo como efetiva auditoria.

- Vamos embora. Não há mais condições de continuar fechando essa avenida com o tanto de pessoas que nós temos.

Essa decisão do Tarifa nesse dia gerou o caos, porque haviam outras organizações envolvidas. Eu não lembro especificamente quais, mas com certeza a LER-QI estava presente: a Liga Estratégia Revolucionária - Quanta Internacional, se não me engano, que nem existe mais. Era um pessoal que aparentemente também tinha um histórico de mobilização pelo transporte público e chegou lá com suas próprias faixas, seus instrumentos, etc. e tal, e foram devidamente acoplados no protesto. Só que no momento em que o Tarifa Zero resolveu sair da Avenida dos Andradas¹⁸⁷ e passar pra Praça da Estação pra fazer uma ação panfletária ao invés de fechar o trânsito, isso gerou um conflito entre o coletivo e a LER-QI: o Tarifa Zero foi acusado de estar querendo monopolizar, de querer mandar no ato. Só que eles não conseguiam continuar na rua porque não havia quórum e isso gerou um grande problema entre todo mundo.

No protesto seguinte, eu tive uma discussão com um cara por conta desse evento, em que ele não me deixou falar de jeito nenhum: ele falava muito alto, interrompia, etc. e tal – um comportamento que notei que ele não estava tendo com os companheiros homens que estavam conversando com ele na mesma rodinha. Coloquei isso pra ele, antes de ir embora:

- Você tá sendo machista pra caramba, você não tá me deixando falar: você acha que porque é alto, fala grosso, pode interromper mulher e não é assim!

Aí, no protesto seguinte, esse pessoal entregou um panfleto falando mal do Tarifa Zero no geral, de como desmobilizou o ato, e não sei o que lá mais, e em que eles citavam explicitamente o meu nome. Falavam que eu, por fins políticos, estava acusando esse cara de ser machista, quando na verdade ele não era machista de jeito nenhum. Quem assinou isso foi o coletivo das mulheres dessa LER-QI: é uma lembrança marcante que eu tenho dos protestos do Tarifa. A lembrança mais marcante, com certeza, até porque eventualmente isso degringolou na minha saída do Tarifa Zero.

Foi depois desse evento que eu relatei que aí sim passei a ter um problema da ordem do sério com o Tarifa Zero, que acabou me levando a deixar o coletivo. Quando fui colocar esse problema para o coletivo, um dos caras lá fez pouco caso da situação – pra início de conversa, era

¹⁸⁷ A Avenida dos Andradas compõe a principal via de interligação rodoviária em sentido Leste-Oeste do município de Belo Horizonte. Por cruzar a Praça da Estação, a Avenida costuma ter seu tráfego interrompido quando da ocorrência de atos de rua na Praça e em seus entornos.

um problema dessas tais figuras proeminentes - : colocou panos quentes em cima, como se fosse um problema menor, e que a gente deveria estar discutindo uma questão mais urgente, mais importante naquele momento. E em seguida, as mulheres do coletivo falaram que iria se fazer uma nota em resposta a essa nota que a LER-QI fez, porque isso não poderia ser assim, etc. e tal - mas essa nota nunca saiu. Acabou que não houve empenho suficiente da parte das mulheres do coletivo pra tomar uma ação concreta: até criou-se um grupo, e discutiu-se, mas nunca aconteceu. Como eu não queria pegar a dianteira da minha própria nota – achei isso meio constrangedor -, optei por não reclamar disso com ninguém. Mas também perdi bastante do meu interesse em participar das reuniões do Tarifa Zero: fiquei triste, magoada.

Eu participava tanto do Tarifa Zero quanto da Assembleia Popular Horizontal, que se reunia em 2014. Também do COPAC, que se reunia uma vez por semana no Território Livre da Escola de Direito¹⁸⁸, e consequentemente também dos protestos que foram organizados por esses grupos. Cheguei a participar de alguns protestos contra a Copa, acho que em junho de 2014 se não me engano: pouco antes da Copa. Não lembro direito: participei do primeiro protesto em que fomos cercados na Praça Sete. E eu participei do protesto seguinte, em que o pessoal do COPAC, Assembleia, Tarifa Zero e mais tantos outros organizaram na Praça da Savassi: pretendia ser um protesto lúdico. Foi, inclusive um protesto lúdico: havia coisas de arte, performances, esse tipo de coisa.

Eu me lembro de um sentimento enorme e generalizado de frustração: havia uma grande expectativa quanto a 2014 desde 2013, quando surgiu dos protestos o grito de guerra “Não vai ter Copa!”. Nesse momento da Copa do Mundo, imprensa internacional mobilizada - todos os olhos, refletores, câmeras voltadas para o Brasil -, via-se uma oportunidade de ser ouvido de alguma maneira. Agora, quando a gente chega exatamente no primeiro protesto do “Não vai ter Copa” e somos impedidos de mover-nos, de sair de um quarteirão e ir pra outro, por estarmos cercados por um cerco policial inflexível, isso foi de uma frustração enorme. Uma frustração enorme: lembro desse sentimento, da gente conversando como que aquilo foi além de horrível, aterrorizante. É uma sensação péssima, cercado por polícia, foi frustrante. Foi frustrante porque a gente esperava mais, esperava alguma coisa do tipo 2013: não necessariamente tão grande quanto 2013, mas com certeza não esperava ser encurralado na Praça Sete.

Depois disso houve mais protestos, mas não fui neles porque fiz um procedimento cirúrgico que me impediu: entre isso e a minha entrada no MPL eu não fiz absolutamente nada.

¹⁸⁸ Trata-se do pátio do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

A ação física no mundo real demonstra uma presença maior na cidade, é concreto

Creio que foi no início de 2015 que me integrei no Movimento Passe Livre – Belo Horizonte. Dentro do Tarifa Zero, havia um grupo de anarquistas e eles estavam pensando em se filiar ao Movimento Passe Livre - estavam dando entrada no processo de filiação ao movimento. Eu me afastei do Tarifa Zero em 2014, e fiquei sem saber do coletivo até 2015, quando tive notícia de amigos meus que participavam do Tarifa Zero anteriormente: haviam me dito que haviam saído de lá, e estavam com um novo grupo de transporte coletivo, mais voltado pra fora do centro da cidade de Belo Horizonte.

Fui inclusive convidada a ir numa reunião do Passe Livre pra ver como é que era. Era na salinha do COMPA¹⁸⁹: perto do Viaduto Santa Tereza, ou da Assis Chateaubriand¹⁹⁰, ali na Floresta. Era uma salinha toda pequenininha, e tinha umas seis, sete pessoas dentro da sala, sendo que três delas estavam nessa reunião pela primeira vez também. Todas essas pessoas que foram pela primeira vez na reunião seguiram no coletivo por algum tempo – inclusive eu mesma.

Nesse momento em 2015 – em que já havia passado por um ano de transição para o anarquismo, etc. e tal -, a minha maior motivação pra entrar no coletivo era me associar com outras pessoas libertárias. A pauta do transporte continuava tendo o mesmo apelo pra mim que tinha antes enquanto elemento mobilizador, mas sinceramente o transporte público em si nunca foi minha paixão: pra mim, tratava-se de uma oportunidade de associação em torno de assuntos relevantes.

Havia no MPL todo um plano de expansão pra além de Belo Horizonte, pra atingir a periferia. Foi uma coisa que o Tarifa Zero nunca fez e, se não me engano, nunca se propôs a fazer também: a ir, a fazer o mesmo modelo que o Passe Livre adotou, que é de ir aos lugares, conhecer as pessoas locais e incentivá-los a formar os próprios grupos - isso é definitivamente o ponto mais relevante da diferenciação entre o Tarifa Zero e o Passe Livre. Uma coisa que me chamou atenção na minha primeira reunião é que o João, de Ribeirão das Neves, estava presente: então não só vi que havia um projeto de expansão, como que esse projeto já estava dando os seus primeiros passos. Eu fiquei muito feliz de ver um cidadão da periferia, de Ribeirão das Neves, numa reunião de política. O fato do João estar lá, e do Fábio também participar das reuniões eventualmente, já era uma diferença enorme do MPL pro Tarifa Zero, que era composto integralmente – não estou falando nem majoritariamente – de pessoas universitárias de classe média. Um ou outro, uma ou outra pessoa já se engajava na pauta do transporte, tipo o Chiquinho, mais velho, negro: no Tarifa Zero

¹⁸⁹ Trata-se do Coletivo Mineiro Popular Anarquista, organização anarquista atuante em Belo Horizonte desde o início da década de 2010.

¹⁹⁰ Trata-se da Avenida Assis Chateaubriand, via que cruza o bairro da Floresta, próximo à região central de Belo Horizonte. O local onde ocorreu a reunião narrada por Woolfe se situava nesta avenida.

não havia ninguém que vinha da periferia pra participar das reuniões, ou se importa com a pauta do transporte e quer levar pra lá também - sentia como se fosse uma coisa muito ensimesmada de estudante de Arquitetura. Sempre me senti tratada como igual pelos meus companheiros homens dentro do Passe Livre, mas sei que essa não é a percepção de outras mulheres - isso cabe a cada uma falar -: não posso falar do que eu nunca vivi.

Normalmente, o Passe Livre e o Tarifa Zero também já se preparavam pro tradicional aumento do fim do ano, que é o estabelecido por contrato entre a BHTrans e a Prefeitura. Beleza. Contudo, nesse ano, houve um aumento excepcional no meio do ano, que a Prefeitura justificou como sendo fruto dos gastos que ela teve com o MOVE: a Ernst Young havia feito um orçamento que estava abaixo do que eles gastaram realmente, então esse preço seria repassado pra tarifa, pro consumidor, e isso foi completamente inesperado. O coletivo recebeu a notícia com alguma surpresa, mas nem tanto: era um papo que já estava acontecendo, a gente já havia sido advertido que isso era uma possibilidade.

Então nesse momento, abandonaram-se todas as atividades que o coletivo vinha desenvolvendo pra poder lidar com essa urgência - inclusive pra depois ocupar a Câmara com essa mesma urgência -, e voltamos os nossos esforços pra essa nova campanha contra o aumento, que é quando o coletivo mais se mobiliza pra poder fazer protestos, esse tipo de coisa. Quando desse aumento, o coletivo se reuniu com outras pessoas de outros movimentos sociais no Luiz Estrela, pra poder deliberar o que seria feito acerca desse aumento. Foi a primeira vez desde a morte, ou desde que a Assembleia Horizontal entrou na CTI, no estado de coma, em que vários grupos sociais sentaram juntos pra poder discutir a questão do transporte. A partir dessa reunião, ficou-se estabelecida a Frente Única Contra o Aumento. Foi a partir dessa Frente também que o Movimento Passe Livre se aproximou dos membros do Partido Pirata, que acabaram participando da ocupação: alguns deles integraram posteriormente o MPL.

Deliberamos determinadas ações conjuntas: especialmente no sentido publicitário, se não me engano. A gente fez uma campanha publicitária intensa contra esse aumento: *memmes* pra ironizar o Márcio Lacerda, e as pessoas do Ministério Público que tinham a ver com esse negócio. A comunicação virtual é importante num contexto de aumento, especialmente pela velocidade de propagação de informações: de repente muita gente sabe disso, muita gente potencialmente vai ajudar. Tanto pra isso, naquele momento específico, quanto pra poder fazer a população belo-horizontina entender – obviamente, isso não era uma coisa falada abertamente -, que esse aumento extraordinário, no meio do ano, era um absurdo. Era inclusive um absurdo jurídico, como o pessoal do Tarifa Zero chegou a constatar: o custeamento da obra mal orçada do MOVE não poderia por contrato ser repassado na passagem.

Também foram feitas ações panfletárias, e de colar lambe-lambes: acho importante colocar lambe na rua, porque nas ações publicitárias do Passe Livre, e também dos outros coletivos que eu fiz parte em Belo Horizonte, tem a internet como veículo principal. Uma das meninas fez a arte do lambe - uma das meninas que estava na comissão, a Sara -: a gente imprimiu e, durante a noite, fomos em pontos no meu carro - eu estava dirigindo. Fomos num grupo de quatro pessoas colar esses lambes, preferencialmente em pontos de ônibus, próximo a eles, onde as pessoas veriam. Tentamos diversificar os pontos da cidade também, pra não colocar todos eles no Centro.

A internet tem sua importância, etc. e tal, porém o público que acessa a página do Passe Livre, ou que tem contato por aí tem um alvo – o Facebook é cheio dos algoritmos -: não é indiscriminadamente todo cidadão de Belo Horizonte que usa o transporte público. Agora, uma ação publicitária que cola coisas em pontos de ônibus em várias partes da cidade – não só pontos de ônibus, lugares de grande movimentação de transeuntes, etc. e tal -, tem um efeito diferente, por ter um público diferente também. E digo mais: é um público que talvez é ainda mais interessante de ser atingido do que o público que tem acesso a essas coisas que se postam na internet, porque, como eu disse, é um público limitado, e muito possivelmente repetitivo. Pra mim, além da diferença do público alvo, a ação física no mundo real demonstra uma presença maior na cidade, é concreto, né? As pessoas tão vendo que tem gente que não tá sentada dentro de suas próprias casas, em seus sofás: tão fazendo, tentando mobilizar coisas - enfim, se dando ao trabalho.

Também tiramos uma identidade visual comum dessa Frente: uma identidade visual dos dois coletivos presentes nela que estavam diretamente engajados na questão do transporte, o Tarifa Zero e o Movimento Passe Livre - ficou rosa e preto. Eu sou uma historiadora em formação, então a semiótica realmente não é muito a minha praia, mas acredito que é importante fazer uma espécie de *branding* – nossa, que expressão horrorosa, coisa de designer -, uma identidade visual que seja reconhecível, porque isso fica na cabeça das pessoas. As camisetas do Tarifa Zero entram nesse sentido: acho que elas fizeram uma ação publicitária enorme sobre o coletivo, fez com que as pessoas se solidarizassem mais, soubessem que existia, que estava ativo - você via rosa e amarelo e já sabia o que era. O Movimento Passe Livre se contentava sempre com as cores preto e branco: todas as nossas artes, pelo menos a grande maioria delas, tentaram ficar no simples - acho que isso tem a ver com o fato de que o movimento era formado majoritariamente por libertários, pela cor preta ser tradicionalmente associada ao anarquismo.

A Frente Contra o Aumento promoveu alguns catraçaços: acho que foram dois, se não me engano - eu só participei de um, que foi na Estação do MOVE da Pampulha, em que havia membros tanto do Tarifa Zero, quanto do Movimento Passe Livre. O catraçaço dá a dimensão direta do que a gente propõe teoricamente. A gente fala:

- Ah, gostaria que o transporte fosse de graça.

Mas quando o cara vai lá, e passa pelo ladinho da catraca, o meio de transporte efetivamente é de graça pra ele. A gente espera que aquilo bote o cara pra poder pensar sobre:

- Putz, podia sempre ser assim. Eu tenho direito de ir e vir na minha cidade: tenho direito a ter acesso a hospital, à escola, a levar meu filho no parque, tenho direito de ir ao teatro e voltar.

É basicamente isso. Houve organização prévia pro catracaço: nós construímos conjuntamente com o Tarifa Zero e as demais pessoas da Frente um panfleto coletivo, que explicava a situação do transporte. Dentro de cada coletivo foi estabelecido quem iria participar do ato em si. Fomos juntos, foram dois carros: um levando o pessoal do Passe Livre, e o outro o pessoal do Tarifa Zero. Nos encontramos às cinco, cinco e meia da manhã, do lado de fora da estação do MOVE da Pampulha, deixamos os carros estacionados e caminhamos juntos até a estação.

A gente estava entregando panfletos que falavam que havia aumentado o preço da passagem e o tanto que isso era absurdo. E nós segurávamos a catraca depois de teoricamente ter inflamado as pessoas: a gente chegou perto das catracas da estação e travou elas, pra que as pessoas pudessem passar de ladinho ali, sem girá-las - sem, portanto, pagar a passagem de ônibus. Isso já estava combinado: iria incentivar as pessoas a pularem as catracas, e pulamos nós mesmos, passamos pro lado de lá. Num primeiro momento houve certa resistência das pessoas, que não estavam entendendo muito bem o que estava acontecendo ali - a gente não conseguia convencer muito as pessoas a pularem a catraca -: existiam fiscais do MOVE também, então elas estavam com medo de pular. Cantávamos gritos de guerra, falando:

- Pula a catraca!

No primeiro momento isso não aconteceu. Até que uma ou outra pessoa - geralmente jovens -, começou a pular a catraca: nisso, que uma ou outra pessoa começou a fazer, outras pessoas começaram a fazer. E quando a gente descobriu que dava pra trancar a catraca numa dada posição em que as pessoas poderiam passar pelo lado, quando as pessoas de trás da fila - havia uma grande fila pra poder entrar na Estação -, viram que as da frente estavam passando sem pagar, a reação óbvia delas foi se juntar ao movimento, e todo mundo começou a passar de graça. Depois que foi

feito o ato, fomos juntos por dentro da estação de volta pros nossos carros sem grandes problemas nesse dia.

Você tá interrompendo aquilo que quer de fato que seja interrompido

Nós nos encontramos na Praça Sete com pessoas de várias filiações políticas diferentes, etc. Havia um número razoavelmente grande de pessoas – assim, tendo em vista os protestos anteriores – mas não um número enorme também. Fazer um ato de rua nesse contexto é importante, sobretudo pela visibilidade: é muito difícil de ignorar uma enorme multidão que trava as avenidas centrais da cidade. Primeiramente, isso é difícil de ignorar pro cidadão, que tá vendo isso acontecer na cidade dele. E isso é difícil de ser ignorado pelo poder público também, que deve ficar incomodado com esse tipo de situação. Então a gente vê o protesto como um instrumento de pressão sobre o poder público – e de divulgação sobre a sociedade. Escolhemos a Praça Sete porque ela tem toda uma história de concentração: desde muito antes de nascermos, esse lugar vem reunindo gente pra fins políticos. É uma das vias centrais do Centro da cidade, onde cruza a Avenida Amazonas com Afonso Pena, que são duas avenidas movimentadíssimas e enormes: tanto a Afonso Pena, que vai até a Zona Sul, até o Mangabeiras¹⁹¹, e a Amazonas, que vai até Contagem.

Então o potencial destrutivo do trânsito, duma manifestação que acontece nesse cruzamento, é muito grande: é muito importante causar o desconforto, porque raramente as pessoas, que tão envolvidas na sua própria individualidade o tempo todo, e que têm pouco hábito de olhar pra questões políticas e sociais, vão parar pra pensar sobre uma demanda política, se aquilo não atingir diretamente de alguma forma. Travar o trânsito é principalmente importante pra movimentos que lidam com mobilidade urbana, porque tem toda uma dimensão simbólica da coisa: você tá interrompendo aquilo que quer de fato que seja interrompido. É aquilo que você quer mudar: tá criando uma situação política em torno exatamente do seu tópico de militância.

O ato estava com uma atmosfera boa: estávamos todos contentes de estarmos juntos, de estar havendo um ato que unia as várias tribos do movimento social. Não havia nenhuma tensão - havia um clima bom -: estavam portando vários instrumentos de som, na concentração da Praça Sete estava acontecendo um batuque. A catraca que a gente normalmente coloca em chamas estava na minha casa, e eu trouxe essa catraca: imediatamente começamos a colocar várias coisas inflamáveis na catraca, pra ela poder pegar fogo.

¹⁹¹ Trata-se do bairro de Mangabeiras, situado na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A Avenida Afonso Pena termina na entrada deste que é um dos principais bairros de classe média-alta da capital mineira.

Estávamos concentrados na Praça Sete, o ato saiu na pista direção Mangabeiras da Avenida Afonso Penna, e subiu relativamente tranquilamente até a Rua da Bahia. Nesse ato, as pessoas encarregadas da repressão tiveram muita dificuldade de saber quem era a liderança que eles estavam procurando – estavam à busca de uma liderança -, e havia uma comissão formada por pessoas de coletivos diferentes encarregada da segurança do ato: ou seja, manter as pessoas na Avenida certa, conduzir pro lado certo, etc. e tal, e havia um trajeto deliberado.

Primeiramente subimos a Rua da Bahia, e tentamos virar à esquerda antes da Praça Afonso Arinos. Logo que a gente entrou na que rua dá na Boa Viagem¹⁹², a gente tentou virar ali - se não me engano, a intenção era chegar na Praça Marília de Dirceu¹⁹³, onde mora o presidente da BHTrans. O fato de que o protesto estava aparentemente subindo a Bahia, e tentou desviar pra esquerda, causou uma confusão na cabeça dos policiais, pra início de conversa: eles não ficaram nem um pouco contentes com aquilo ali. Encaminhamos de volta pra Rua da Bahia e lá, a polícia, de maneira arbitrária, decidiu que só poderíamos ocupar uma das faixas da rua – a outra deveria ser liberada para os carros -, e falou isso com alguém da comissão de segurança do ato. Essa pessoa da comissão de segurança tentou minimamente comunicar a decisão para as demais, o policial tinha falado:

- Vocês têm cinco minutos pra poder desocupar uma faixa.

Essas pessoas da comissão tentaram organizar, falar isso pro pessoal: só que era muita gente, tipo duas pessoas tentando dar essa mensagem. E outra que essas pessoas que tão encarregadas pela segurança do ato não têm controle sobre a multidão, elas não são lideranças. Então não é como se alguém fosse falar:

- Gente, sai da faixa!

E todo mundo for sair realmente da faixa.

Enquanto eu observava essas pessoas empreendendo esforços pra poder divulgar essa mensagem de que a gente deveria desocupar uma faixa - muito antes de acabarem os cinco minutos que nos foi dado como prazo -, iniciou-se uma repressão policial bruta, violenta: jogaram várias bombas de efeito moral e a multidão entrou em bastante pânico. Começou a ter uma correria, várias

¹⁹² Trata-se da Praça Boa Viagem, situada a dois quarteirões da Praça Afonso Arinos, no Centro de Belo Horizonte.

¹⁹³ A Praça Marília de Dirceu se situa no bairro de Lourdes, uma das principais áreas nobres da região Centro-Sul de Belo Horizonte: à época, o então diretor da BHTrans era residente do bairro.

pessoas indo pra vários lugares diferentes, entrando em vários prédios diferentes buscando ajuda, buscando refúgio – inclusive gente que estava machucada, etc. e tal.

Eu particularmente corri pra fachada do Hotel Sol¹⁹⁴: estava na fachada, observando um amigo meu que havia visto uma bicicleta caída no meio da rua que pertencia a um amigo dele. Ele viu essa bicicleta caída no meio da rua, sendo pisoteada por um tanto de gente no meio da confusão toda e foi tentar pegar, tirar ela do chão. E os policiais partiram pra cima desse meu amigo, que desvencilhou-se feito uma lagartixa deles, arrancando a camisa e passando correndo pelado pra dentro do Hotel Sol. Vendo esse cidadão, que havia contestado a autoridade deles correndo pra dentro do hotel, a polícia ficou muito nervosa: chegou na fachada e mandou quem estava lá dentro e lá fora, inclusive, entrar. O pessoal entrou, e começaram a jogar bomba dentro desse hotel: eu ouvi os policiais falando que estavam procurando um menino sem camisa – que nesse ponto já tinha arranjado uma camisa com alguém, já não era mais o menino sem camisa.

Os policiais fizeram todo mundo entrar e não deixaram ninguém sair. Lá dentro do Hotel Sol, na Rua da Bahia, a gente ficou umas três horas – umas três horas de bastante pânico. Quando eu estava lá dentro do Hotel, estava bem ruim: porém era sensação de que não poderia acontecer nada de realmente grave comigo, visto que eu não estava praticando nenhuma, zero ações ilegais – eu não poderia ser processada por nada. Fizeram a gente deitar no chão com a mão na cabeça, e em seguida ficar em fila de índio, e passamos para o coronel – Coronel Carvalho, se não me engano -, que era o chefe da operação, pelo que entendi. Depois que ele chegou, o clima, que já não estava bom, ficou ainda pior: esse cara passou umas duas horas dando um discurso absolutamente fascista pra cima da gente. Ele deixou se retirar do hotel quem estava portando a Carteira de Trabalho com a justificativa de quem não estava lá com a Carteira de Trabalho era tudo estudante de História vagabundo que fuma maconha. Ficou por várias horas fazendo terrorismo psicológico, falando que ia liberar do hotel quem tivesse a coragem de subir no morro com ele pra matar traficante, porque é isso que é o trabalho dele. Ficou horas nisso: fez elogios à Ditadura Militar, falou que nunca aconteceu, esse tipo de coisa.

Nesse meio tempo, havia um pessoal do lado de fora do hotel mobilizado: advogados de Direitos Humanos, gente da Procuradoria - pessoas da área do Direito foram chamadas pra poder estar lá e intervir -, e a permanência delas dentro do hotel não foi permitida pela polícia. Toda a base de apoio estava do lado de fora. Depois de um bom tempo dentro desse hotel, liberaram a gente pra entrar no ônibus da polícia, onde ficamos um pouco mais – uma meia hora, uns quarenta minutos. Éramos cerca de sessenta - eram dois ônibus cheios da polícia -, e encaminharam a gente

¹⁹⁴ O Hotel Sol se situa na Rua da Bahia, entre as Avenidas Afonso Pena e Augusto de Lima. Durante a repressão que se abateu sobre o Primeiro Ato Contra o Aumento, parcela dos manifestantes do ato se refugiou em seu hall de entrada.

pra delegacia que ficava lá no Santa Tereza, se não me engano, onde a base de apoio - as pessoas do movimento social - também estava reunida: inclusive tinham chamado advogados populares, e etc. Ficamos muito tempo dentro desse ônibus, parados na frente da delegacia: recolheram nossos dados, pegaram nossas identidades, nosso telefone, endereço - logo depois, foi avisado que havíamos sido liberados. Não ficou claro, naquele momento, se nosso nome tinha ido parar em algum lugar, se haviam feito algum tipo de ocorrência com a gente: não ficou claro, naquele momento, mas tem o medo de você ser enquadrado numa coisa completamente absurda e arbitrária.

Isso principalmente mexeu comigo: tive muito medo de ir nos protestos seguintes, especialmente levando em consideração que havia um registro da minha pessoa. Pelo que a gente conversava dentro do coletivo, sabia-se que possivelmente havia um trabalho da polícia de identificar as pessoas que estavam por trás daquele protesto, apesar de que não havia uma liderança: buscavam achar essa liderança, estabelecer essa, ou essas pessoas, como liderança e provavelmente perseguir, mesmo que ela não existisse! Então houve de fato um medo da perseguição individual, uma vez que a minha identidade pessoal havia sido descarada na frente da Polícia Militar.

Eu lembro que foi comentado na imprensa, a questão da repressão: não lembro exatamente como que a imprensa retratou isso, mas creio que dessa vez não foi algo inteiramente desfavorável a nós. Acho que houve um reconhecimento da arbitrariedade, do excesso do que havia acontecido.

Eu estive no Ato do CEFET: o tanto de pessoas era menor que o habitual, pra um protesto em época de aumento. Porém, as pessoas que estavam lá eram, em grande parte, secundaristas, estudantes do próprio CEFET, porque anteriormente a esse Ato houve uma campanha grande de mobilização, tanto lá dentro, quanto nas escolas estaduais e municipais da região. É importante a variação de público, porque dentro do movimento social, da minha experiência pessoal, eu vejo uma fluidez grande: quer dizer, pessoas que participam no momento, depois não participam no outro, aí voltam a participar - enfim, é um público que se renova. E é importante que esse público se renove, porque o ativismo - ou seja lá qual o nome que você queira chamar - é uma atividade desgastante pra quem faz parte dela. Esse ato foi pensado pra ser na frente duma escola, e era exatamente o público dessa escola que era o principal pra comparecer a esse ato - isso é o primeiro ponto. Em algumas escolas, a mobilização ficou sendo em seu exterior, durante a saída dos alunos, em que se entregavam panfletos e tentava-se conversar com eles. Entramos lá dentro do CEFET em particular, e durante o intervalo distribuímos panfletos. Tivemos contato com o Grêmio também, que ajudou nisso: se dispôs a mobilizar lá dentro, participou da divulgação e compareceram também no dia do protesto.

Então, apesar de não haver um quórum muito grande, primeiro que a via foi fechada com absoluto sucesso - o estrago feito na Avenida Amazonas foi gigantesco; segundo que as pessoas que

estavam lá eram extremamente jovens; terceiro que eram estudantes de escola pública, fundamental também. Nós constatamos no coletivo que havia estratégias já traçadas pra limitar a nossa ação nos atos de rua, que a previsibilidade ia muito contra nós, principalmente depois que a gente sofreu a repressão. A estratégia de repressão da polícia já tá bem mais desenvolvida, os serviços públicos já tão mais bem preparados, já sabem exatamente como desviar rapidamente o trânsito pra que o protesto, cujo intuito era pra criar um tumulto, crie um pequeno tumulto – um tumulto de dimensões muito reduzidas. Quando a gente muda de lugar e passa pra Avenida Amazonas, onde ninguém esperava que a gente fosse aparecer, não havia nenhum plano previamente traçado: então a capacidade do caos foi muito multiplicada pelo elemento surpresa.

A ocupação é um meio direto de pressionar o poder público

Houve uma reunião em que foram chamados os coletivos que faziam parte da Frente Única Contra o Aumento, em que a gente ia discutir a possibilidade de se ocupar a Câmara. Após o sucesso do Segundo Ato - que foi logo depois do Primeiro, em que houve repressão -, a adesão caiu drasticamente, num momento crítico em que havia tido o aumento ilegal. Então, optou-se por mudar de estratégia por acreditar que a rua não estava surtindo mais efeito, buscando esse efeito por outros meios, e a ocupação é um meio direto de pressionar o poder público: você tá deitado do lado dele o tempo todo, fazendo barulho, impedindo reunião, indo atrás de deputado. Enfim, se fazendo ver, se fazendo presente. É a sociedade civil mostrando ao poder público que ela quer ter alguma voz sobre as coisas que tangem ela.

Nessa reunião, nós discutimos a possibilidade, mas saímos com uma diretriz ambígua, no seguinte sentido: a gente decidiu que apareceria na Câmara em tal dia, às tais horas, para poder participar duma sessão e que dependendo da quantidade de pessoas que aparecessem lá naquele dia, iria se reunir lá dentro e avaliar conjuntamente a possibilidade de ocupar ou não. Foi exatamente assim que as coisas se sucederam, inclusive, com o seguinte diferencial: não esperávamos chegar lá num dia em que havia um debate intenso acontecendo acerca do projeto de Escola Sem Partido, com uma presença intensa de conservadores religiosos dentro da Câmara Municipal. Então, no primeiro momento a gente entrou lá sem intuito de participar desse negócio – inclusive, a gente não sabia que estava acontecendo.

Visto que havia um número exacerbado de conservadores lá, e muito pouca gente pra poder fazer frente à essas vozes conservadoras, nós resolvemos participar desse debate. Como? Havíamos puxado uma assembleia lá dentro da Câmara, no hall, pra poder debater se iria ou não ocupar, como tinha falado que ia fazer. Durante essa ocupação, uma pessoa muito sábia veio, e apontou pra gente

da incoerência do que estávamos fazendo: de falar de ocupar a Câmara pra fazer uma reivindicação política, quando naquele exato momento estava acontecendo uma reunião em que a Escola Sem Partido estava dando uma coça nas outras opiniões, e não estávamos participando. A partir de então, a gente entrou, participou dessa plenária: inclusive, através de um beijo gay promovido na frente da plenária, conseguimos adiar essa reunião, porque virou um caos tamanho entre os conservadores que não houve mais clima pra dar prosseguimento.

Essa decisão de ocupar não foi unânime, de forma alguma: havia pessoas que não se mostravam confortáveis com o fato de ocupar a Câmara, e se puseram contra. No final das contas, foi decidido por uma ocupação, mas houve coletivos que se retiraram dela, mesmo que não tenham dado um aviso formal, etc.: nos dias seguintes, eles não estavam muito presentes. A partir do momento que deliberou-se a ocupação da Câmara, foram divididas várias comissões, de acordo com as afinidades de cada um: tipo, comunicação, segurança, organização de eventos, e mais algumas coisas. A partir dessa reunião também, lançou-se um aviso pela página do Facebook falando que a Câmara havia sido ocupada - aliás, esse aviso vazou antes da Câmara efetivamente ser ocupada, e a gente ficou nervoso.

Cheguei a dormir na ocupação. Eu tomei parte das ações publicitárias que aconteceram a partir da ocupação conjunta dentro da Câmara: foram basicamente para divulgar as coisas que estavam acontecendo lá dentro - peguei muito da comunicação, da parte visual, de fazer banner, esse tipo de coisa. Mas várias vezes eu chegava lá também, me incumbi de trazer comida pras pessoas, porque a gente estava tendo muita dificuldade nessa ocupação de cozinhar lá dentro: cozinhou na minha casa e levar pra galera comer na ocupação. Obtivemos as coisas de infraestrutura na base da gentileza: a gente pedia pra pessoas que achava que poderiam ter o que precisava, e normalmente essas pessoas se dispunham. Muitas vezes íamos buscar equipamento na casa de alguém, porque tinha gente que tinha carro - inclusive eu e tal. Então havia uma facilidade aí de pegar e trazer e devolver esses equipamentos, mas tudo foi na base do empréstimo: desde a panela elétrica até o amplificador e o projetor.

Eu cheguei a participar da divulgação dessas festas, mas não fui ativa na concepção delas, porque não estava nesse grupo encarregado: era um corre de infraestrutura muito pesado. Se a gente quer chamar uma banda, precisa de instrumento, de caixa de som, de amplificador, de microfone, de fio, de extensão - precisa de um tanto de coisa. A gente também precisava achar essas pessoas que possuem grupos musicais, promovem festas, essas coisas, que estariam dispostos, em um curto aviso, de aparecer lá com seus próprios instrumentos, trazendo as suas coisas, pra poder fazer um show de graça. As festas eram o grande atrativo da ocupação: muita gente que não estava dormindo lá passava a noite farreando na ocupação. Na verdade, participava mais ativamente das festas o

público que não estava ocupando, até porque a gente estava cansado. A programação cultural cria um ambiente legal dentro da ocupação também: se não ia ser o dia inteiro de tédio lá dentro, o que tornaria a ocupação dez vezes mais desgastante - e os meios artísticos no geral têm uma grande capacidade de mobilização. Na primeira noite de ocupação, já aconteceu um evento, se não me engano: um duelo de MCs lá dentro, e aconteceu um som. Outras festas também: teve festa com Absinto Muito, outra banda que é mais ou menos do mesmo pessoal. Houve mais shows de RAP. Pra uma ocupação ficar, se manter, é preciso algum tipo de legitimidade: primeiro, é preciso mostrar pra cidade que as pessoas estão lá - as pessoas tem que vir pra ocupação, então, é preciso chamar essas pessoas.

Acho que pra uma ocupação ter muita gente, isso só acontece em momentos muito específicos. É uma questão de timing: às vezes vai acontecer, às vezes não vai acontecer. Igual um grande protesto: às vezes acontece, mas na maioria das vezes são pequenos e médios - isso tem muito a ver com o momento. Não sei dizer exatamente porque essas pessoas não ocupavam a Câmara, mas suponho que é porque naquele momento a ocupação parecia menos apelativa do que na primeira ocupação de 2013 - talvez exatamente porque grande parte das pessoas que se mobilizou em 2013 não estivesse mais mobilizada também, principalmente depois da frustração de 2014. No meu entender, são espécies de disputas de poder - disputas, na verdade, pela pauta -: as pessoas tem dificuldade de dividir o espaço de militância delas com outras pessoas, e têm dificuldade de tomar decisões coletivas também contemplando todo mundo.

Foi uma experiência muito cansativa, inclusive porque eu não pude parar com minhas atividades do dia a dia pra poder ocupar. Eu continuava indo na faculdade de manhã e de tarde, e normalmente era de noite que ia aparecer na ocupação: ia matar aula pra poder estar lá no momento mais crítico em que não houvesse ninguém. Havia um revezamento: a gente saía, pra quem precisava trabalhar, quem precisava estudar, quem precisava tomar um banho, esse tipo de coisa. Minha experiência, no geral, foi positiva, eu gostei de fazer parte da ocupação. Eu gostei da maneira como a gente levou a ocupação sem grandes tensões: tínhamos uma convivência boa, todo mundo estava comendo direitinho, bebendo direitinho. Claro que teve uma tensão ou outra, mas acho que, a partir daí, a gente aprendeu muito enquanto coletivo, enquanto Passe Livre também - num dado momento, percebeu-se que era basicamente as pessoas do Passe Livre que ainda seguravam a ocupação, já estava mais desgastada. Isso foi um grande aprendizado pro coletivo da capacidade de fazer as coisas, por si próprio, inclusive.

A cobertura da imprensa sobre a ocupação também foi absolutamente negativa: a ponto de num determinado momento os ocupantes se recusarem a dar entrevistas pra determinados veículos, por eles terem agido de maneira desonesta durante a ocupação. Teve um determinado veículo, por

exemplo, que entrou na ocupação quando estava todo mundo dormindo, filmou as pessoas dormindo, que foi um total desrespeito por si só. Era um veículo conservador, e fez uma reportagem que não nos ouviu de forma alguma, completamente enviesado, por exemplo. Outro veículo - não lembro se foi o mesmo veículo, mas eu acho que foi um outro veículo também -, fez uma reportagem muito falaciosa acusando as pessoas que estavam ocupando de estarem usando drogas dentro da Câmara Municipal. A pegada da reportagem foi essa: não foi uma pegada política, não foi falando das demandas, dos problemas do transporte público, mas foi com simples, claro e direto objetivo de manchar a imagem de quem estava lá, fazer com que saíssem como maconheiros que estão lá para fazer festa - o que despolitizava, portanto, o movimento.

A gente ia ser desocupada: pra início de conversa, havia uma liminar que pedia a desocupação do prédio, e a gente não estava disposta a passar por uma desocupação forçada. Uma vez que existe a liminar, então, sabe, você vai ser desocupado: a polícia vai vir, e vai desocupar. Então nós decidimos por conta própria desocupar a Câmara, e isso foi de maneira pacífica, sem grandes problemas: pegamos nossas coisas, e juntamos tudo e fomos embora, em festa.

O resultado foi um grande crescimento pra todo mundo nas suas ações de política

Eu senti que o coletivo se fortaleceu muito a partir dessas experiências.

Até porque a gente ganhou experiência em lidar com polícia, ganhou um know how. A gente se viu, de certa maneira, abandonados pelos nossos companheiros de outras filiações políticas quando da Câmara, porque houve certa debandada e nesse momento a gente pegou a ocupação basicamente nas costas. Então, percebemos que éramos capazes de fato de levar uma ocupação mesmo sendo um coletivo pequeno: que era possível fazer uma ação dessas com poucas pessoas, que tem força pra poder fazer o que quiser. A gente também aprendeu a colaborar muito mais.

E no final de tudo, o resultado foi um grande crescimento pra todo mundo nas suas ações de política: um entendimento muito melhor de como é que funciona isso. Acredito que talvez seja por causa dessa experiência do MPL que se cria meio sozinho nessa ocupação da Câmara, por causa dessa percepção da capacidade do MPL enquanto coletivo, sozinho, que talvez tenha sido possível os atos de trancamento de avenidas¹⁹⁵, que se sucederam um tempo depois.

¹⁹⁵ Trata-se de uma menção a uma das táticas de intervenção conduzidas por este coletivo durante a campanha contra o aumento executada em janeiro de 2016.

6.5 – RELATO DE OMMAR MOTTA

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Ommar Motta

Local de Entrevista: Residência do entrevistado

Data da Entrevista: 02/07/2017

Tempo de Entrevista: 01:56:30

Observações: *Fui apresentado a Ommar Motta durante a reunião em que se integrou ao Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2015. Desde o início de sua trajetória no MPL-BH, Motta se destacou não somente por sua disposição, mas acima de tudo por sua praticidade no lidar com diversos aspectos da atuação da organização à época, de grande importância para alguns aspectos das dinâmicas que se desenrolaram durante a campanha da Frente Única Contra o Aumento de 2015. Na atualidade, Motta produz e comercializa produtos alimentícios vegetarianos, além de ser frequentador habitual de diversos espaços de ativismo e sociabilidade anarquista existentes em Belo Horizonte.*

A entrevista que deu origem a este documento ocorreu no dia 2 de julho de 2017, na residência do entrevistado, atendendo à sua solicitação: a indicação para a coleta de seu relato partiu de sugestão de Ana Arco. Inseguro e econômico nas palavras de início, Motta paulatinamente construiu aberturas para expor a complexidade de suas descrições e entendimentos acerca de suas experiências militantes, particularmente quanto aos impactos em múltiplas dimensões de sua vida individual oriundos de sua inserção na cena ativista belo-horizontina. Sua atuação como produtor e comerciante de alimentos quando ocorreu a entrevista também parece ter denotado um traço singular ao seu relato: no caso, a articulação entre práticas de confecção de materiais que aprendeu a dominar e sua importância para o conjunto de atividades desenvolvidas pela Frente Única Contra o Aumento, dotando sua narrativa de um ângulo único entre aquelas realizadas sobre esta temática. Ademais, a continuidade de sua presença na cena anarquista e autonomista da cidade quando da realização da sessão de entrevista permitiu a compreensão de seu relato também na qualidade de registro singular acerca dos parâmetros de compreensão e crítica adotados por seus integrantes concernentes à Campanha de julho-setembro de 2015.

Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo no lugar de seu verdadeiro nome.

Me chamo Ommar Motta. Tenho vinte e cinco anos. Estou morando no bairro da Floresta, em Belo Horizonte: moro sozinho. Sai da casa dos meus pais há três anos, quando larguei o emprego e a faculdade, e comecei a trabalhar autônomo: tinha vinte e três anos quando saí de casa.

Tenho ensino médio completo, e ensino superior incompleto: estudei em escola particular a vida inteira. Fiquei saltando de um colégio pro outro, pelo que minha mãe conseguia pagar na época - ela se esforçava muito pra pagar escola particular.

Acabei formando no ensino médio particular, e a faculdade também: comecei o curso de Direito até o oitavo, nono período, e larguei - estudei na PUC do Coração Eucarístico. Não tinha motivação muito concreta não: eu fui fazer o curso de Direito porque a gente acaba encerrando o Ensino Médio com dezoito anos e na pressão, sem saber o que fazer. Na época, o que eu tinha mais facilidade era com Humanas, coisas dessa área, e o curso de Direito tinha uma maior abrangência de

possibilidade de trabalho depois - se eu conseguisse pelo menos formar, né? Eu achava que escolher mais pra frente ia atrasar: com o curso de Direito seria mais fácil, até que eu percebi que não, e resolvi largar.

Poucos meses depois eu já estava tentando encontrar algo que conseguisse fazer que a rua fervesse, de novo.

Tudo coincidiu muito com 2013: a partir de junho de 2013, eu já estava trabalhando na Praça Sete, e os atos começaram na região central - fui acompanhando todo esse processo de junho.

Eu trabalhava na Praça Sete, numa instituição bancária - na época, fazia estágio de Direito -, e aí todo dia eu largava o serviço às duas da tarde: era mais ou menos a hora de concentração do ato que partia pro Mineirão, na hora do jogo. Então todo dia eu saía do trabalho, e a Praça Sete estava lotada: participei mais espontâneo dos protestos.

Muitas coisas me deram energia, mas foi, ao mesmo tempo, medo. Pros primeiros dias, fui sozinho, caminhando até o Mineirão: sem nenhum conhecido. Chegava curioso mesmo, botando a cara, nas áreas mais tumultuadas, mais conflituosas:

- O que a galera tá fazendo? Como assim que tão tentando?

Nos primeiros dias era muito difícil chegar nesse espaço, tanto por medo e insegurança de não saber o que estava acontecendo, como por confiança também das pessoas que tão ao lado: você não sabe o que tá fazendo, o que vai acontecer. Daí eu comecei a ficar, pra ver o que as pessoas estavam dispostas a fazer nessa multidão: era muita gente, nunca tinha visto ato tão grande em Belo Horizonte. Dessas caminhadas, eu sempre chegava no Mineirão, as três ou quatro vezes, que foram. Mas eu ficava mais de espectador, olhando:

- Como assim as pessoas tão indo em direção ao estádio? Como assim a polícia tá atacando as pessoas?

Eu achei muito legal que no segundo, terceiro ato, as bombas já estavam caindo, e a gente já não tinha mais medo: não ligava pro barulho, pro estilhaço. Já tinha toda uma tática, confiando que tais pessoas já estavam dispostas a guardar bomba, botar ela num lugar, outro pra chutar ela pra frente, outro a correr: as pessoas mais calmas, todo mundo aguentando. Deu uma energia muito

forte sentir que, apesar de toda repressão sendo preparada contra nós, a galera ainda estava crescendo a revolta e a resistência também, ao mesmo tempo em que a repressão escalava.

Alguns momentos foram muito marcantes: a cavalaria voltando de ré - os cavalos correndo da gente -, a galera derrubando o outdoor e conseguindo catar tudo que tinha no caminho pra poder se defender da polícia - aguentando três, quatro horas seguidas de confronto. Alguns momentos de repressão foram horríveis: do helicóptero atirando bomba de cima da gente, a guarda nacional jogando bomba de dentro da UFMG¹⁹⁶, deixando um corredor de um quilômetro inteiro de fumaça. Não tinha como as pessoas se protegerem da violência mesmo: todo mundo sofrendo com a polícia, mesmo quem não estava envolvido com qualquer tumulto, não tinha atacado uma pedra.

Fui mais pra ver as coisas acontecerem, e questionar elas: comecei a questionar a partir dali. Claro que, inicialmente, eu não tinha nenhuma reflexão sobre o que estava acontecendo, mas sabia que era alguma coisa - a FIFA está aqui no Brasil, o Estado de Exceção. Até como estudante de Direito: tudo o que estudei sobre soberania, países, formas de Estado, democracia - estava vendo que era bem falho, inexistente até certo ponto, pra alguns. Essa coisa da FIFA, do Estado de Exceção, da repressão que foi criada no entorno duma empresa pra gerar lucro pra pessoas estrangeiras, tudo isso me deixou, de certa forma, indignado: disposto a tentar lutar contra isso, mas realmente não sabia como. Não até passar essa onda, e começar a ter tempo pra poder entender o que aconteceu.

Não participei da Assembleia Popular Horizontal: sempre tive certa dificuldade em reuniões e espaços públicos. Então, quando comecei a me aproximar nessa época - era uma época também de um fluxo muito grande -, a Assembleia Popular tinha reuniões de mil pessoas, duas mil pessoas: ia mais como um espectador. Também estava numa correria de trabalho e faculdade, eu não ia em todas. Ia mais pra entender e participar de um processo que eu nunca tinha vivenciado - esse tipo de Assembleia -: eu achava que a política era resumida em casas legislativas e tudo, e que isso era impossível, até 2013.

Não participei de nenhum GT da APH: só ia entender. Só mais pra frente que fui conhecer o Tarifa Zero, os outros GTs. Apesar de ser muita gente, era de certa forma bem organizado, por ser feito por nós mesmos, né? Era um espaço totalmente público, disponível pra todo mundo que chegasse: a metodologia era tirada antes - lembro da galera definindo como seria. Acabava chegando muita gente, movimentos já esquematizados, que faziam falas repetidas mil vezes, e tudo:

¹⁹⁶ O campus da Universidade Federal de Minas Gerais se situa nas imediações do Estádio Governador Magalhães Pinto, na região norte de Belo Horizonte. Durante os atos de rua das Jornadas de Junho de 2013 na cidade, unidades das forças policiais que atuaram na repressão aos protestos se encontravam posicionadas internamente ao campus, nas imediações da Avenida Presidente Antônio Carlos, de onde lançaram bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral nos manifestantes.

mas achava muito legal o método de organização autônomo acontecer, funcionar, e conseguir debater coisas tão rápidas em um espaço muito curto de tempo. Coisas tão importantes, que precisavam de decisões rápidas, às vezes: achava que era importante a luta na rua, mas com certeza entender o que a gente ia fazer na rua - encontrar uns aos outros antes pra um planejamento mínimo, era importante também. Pode ser melhor, se a gente se organiza melhor - achava que era importante essa confluência de pensamentos aí pra ação -: era mais poder ter uma ideia mesmo, tipo qual seria o clima da rua no próximo ato, alguma coisa assim.

Nos primeiros protestos, fui sozinho: depois comecei a tentar encontrar amigos que também queriam ir, fazer esse caminho junto - na Assembleia também, eu acho que cheguei a ir com um ou dois amigos. Mas também ficávamos numa posição meio estranha, chegando de repente num negócio que já tem muita gente que era conhecida de anos de militância: então a gente ficava mais na nossa e tentava mais aprender mesmo, porque não estava acostumado com esse tipo de coisa.

Não participei da Ocupação da Câmara em 2013: a primeira eu não fui. Acho que foi no fluxo de 2013: eles baixaram o aumento, mas só excluíram o imposto dos empresários - a ocupação foi mais pra tentar que o dinheiro fosse tirado do lucro, e não do imposto, que seria só uma isenção pra eles. Depois teve uma segunda - não sei se foi em 2013 ainda -, acho que foi em setembro¹⁹⁷. Nessa, eu cheguei a ir, mas só pra levar marmita, uns negócios pra galera assim, uns reforços: tinha uns amigos lá ocupados também, então levei comida, biscoito.

A importância de 2013 na minha vida foi completa. Em 2013, eu estava no auge da insatisfação com os meus últimos anos: desde aquela época, aquela insegurança que a gente tem do Ensino Médio, sem saber o que vai fazer da vida, até entrar pra faculdade. Conheci também na faculdade muitos advogados que seguiram por esse caminho, passaram dificuldades sérias.

Então, só de 2013 ter dado essa sacudida, foi o que me motivou a mudar alguma coisa na minha vida. A partir daí comecei a mudar tanto a minha rotina, quanto meu círculo de amizade - comecei a tentar me envolver com outros projetos, outras pessoas e outros meios -: acabei mudando a minha alimentação, minhas amizades, meu trabalho. Mudei poucas coisas pontuais, que acabaram gerando uma série de fluxos - mudou minha vida inteira. Poucos meses depois eu já estava tentando encontrar algo que conseguisse fazer que a rua fervesse, de novo.

Eles conseguiam roubar nosso dinheiro, tiraram tudo que a gente lutou

¹⁹⁷ Em agosto de 2013, a Câmara dos Vereadores do Município de Belo Horizonte foi ocupada por manifestantes que reivindicavam a realização de uma auditoria independente sobre o sistema público de ônibus da cidade.

Participei nos protestos contra a Copa: a gente ficou trancado, na Praça Sete, com o Caldeirão de Hamburgo¹⁹⁸. A Copa significava tudo de ruim, né? Eles conseguiam roubar nosso dinheiro, tiraram tudo que a gente lutou: tirar nossos direitos pra poder ter um evento, despejar duzentas mil famílias do Brasil todo pra construção de estádio, ocupar favela com o Exército. Uma série de violações de direitos humanos, de dignidade mesmo, contra a população brasileira foi feita pra existir esse evento: era uma obrigação que sentia de estar na rua também - pelo menos mais um ali. Estava indo de forma autônoma pros protestos contra a Copa: com amigos mesmo - me organizava em grupos de afinidade, pra tentar ir aos atos, e planejar as nossas ações.

Dos protestos de 2014, acho que o único que foi bom foi o do relógio da Copa: a ideia era tentar botar fogo nele, no final das contas. Mas acabou chegando lá, já tinha cordão de policial protegendo o relógio da Coca-Cola - era contagem regressiva da Copa. E desse tumulto começou a ter bala de borracha, tiro, bomba de gás, foi uma correria mesmo: no geral, algumas vidraças quebradas, tapumes do Cine Belas Artes¹⁹⁹ estouraram - só esse corre-corre. Depois desse ato do relógio da Copa, a polícia conseguiu causar um clamor público que justificasse mais violência: no próximo ato, eles agiram com o Caldeirão de Hamburgo - foi assim, os outros dois ou três.

Eu participei de todos aqui em BH, e na final, no Rio. Fui pra ver como seria essa experiência, e acabei ficando trancado lá também: do mesmo jeito, na praça, correndo de um lado pro outro, apanhando dos policiais. No Rio é bem pior do que aqui, e aí eu fui ver que a ideia não foi muito boa não - mas estava tudo bem, deu certo.

Eu via que isso é um meio mais possível de inflamar mesmo esse momento de revolta

Antes de entrar pro MPL só participei do projeto de extensão que tinha feito na faculdade. Só que quando estava na faculdade ainda, comecei a ver que tinha algumas limitações pra atuar lá como estudantes: no máximo a comunidade externa, mas sempre com aquele o vínculo institucional. Depois daí, comecei a procurar formas de me organizar que fossem de certa forma autônoma, com os princípios que eu me pautava pra minha vida: a horizontalidade, anti-autoridade.

¹⁹⁸ Caldeirão de Hamburgo é a denominação de uma tática de contenção de protestos originada na República Federal da Alemanha, nos anos 1980: consiste num cerco temporário completo de forças repressivas a manifestantes, impedindo por completo qualquer forma de deslocamento dos mesmos, em grupo ou individualmente. Normalmente, seu uso é combinado seja com a infiltração de policiais em meio aos manifestantes visando identificar e prender lideranças, seja com o uso de técnicas de desgaste físico e emocional dos mesmos. Por suas características pautadas pelo completo cerceamento de direitos, é internacionalmente condenado como técnica de contenção de protestos.

¹⁹⁹ Durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2014, as cidades que sediaram o evento receberam relógios de contagem regressiva para o início do torneio de uma de suas patrocinadoras. Em Belo Horizonte, o chamado Relógio da Copa ficava na Praça da Liberdade, na região Centro-Sul da cidade: o Cinema Belas Artes se situa a um quarteirão da Praça, e foi um dos locais aonde se desencadeou a repressão ao primeiro ato local contra a Copa do Mundo.

Foi assim que eu acabei conhecendo e me aproximando do MPL: ele era uma referência desde 2013. Aqui em BH, o único coletivo de forma mais autônoma de se organizar pra atos de rua de pauta específica, que eu sabia que existia, na época, era o MP - acabei já indo direto pro Passe Livre. Eu me interessei pela pauta do transporte por ter sido o catalisador de junho de 2013, por acontecer também todo ano: todo ano tem reajuste, tem mudança e afeta diretamente a população. Então já tem uma revolta esporádica, constante: eu via que isso é um meio mais possível de inflamar mesmo esse momento de revolta, conseguir atos grandes de rua. A minha vontade era que todo ano fosse 2013: então achei que, através do MPL, a gente conseguiria maior possibilidade de acontecer de novo.

O Tarifa Zero nunca me aproximei, até porque fiquei sabendo, na época - ele já estava funcionando há um ano, um ano e pouco -, que tinha um funcionamento mais institucional também, ou de certa forma vinculado a algum político, ou partido. Então, eu tentava saber do que estava acontecendo, apoiava as movimentações que eram mais autônomas, mas não consegui fazer muita parte, até por falta de tempo também. Tinha amigos que faziam parte do Tarifa Zero - sempre me mantive informado do que estava acontecendo -, e desse vínculo de amizade surgiu o MPL: na época eu não consegui participar do Tarifa Zero, mas quando tive disponibilidade já estava rolando o Passe Livre. Comecei a estruturar a minha vida pra ter esse tempo: acaba que militância exige um tempo danado da gente. Como organizei minha vida pra isso, eu queria estar num coletivo que potencializasse ao máximo essa energia: acabei encontrando no Passe Livre. E acabou rolando um convite: acho que foi pra frente de 2014 - setembro, outubro, novembro. Foi quando começou o processo de federalização: tinham algumas pessoas que faziam parte do Tarifa Zero, que estavam insatisfeitas com o coletivo, acabaram montando o Passe Livre e fazendo a proposta de federalização. A galera já tinha mandado a carta pra federalizar, e eles já estavam fazendo convite pra poder ampliar o coletivo.

Quando chegou esse tanto de gente, já começamos a dividir as tarefas lá, porque já tinha muita coisa acumulada - eram reuniões com pautas tiradas antes -: tinha lá certa definição de GTs, pautas específicas. Sempre tentamos nos estruturar com grupos de trabalho, que eram divididos por área de atuação: Comunicação, o Financeiro, Materiais - essas coisas básicas pra funcionar. Tentar deixar uma pessoa ou outra de referência, mas que não fosse algo pra cobrança ou nada, mas sim pra assumir tarefas mesmo. A metodologia era mais ou menos sempre a mesma: tinha informes, as pautas, encaminhamentos e tarefas e fim da reunião - e às vezes tomar uma cerveja. Era sempre voluntário: a gente tentava esquematizar o que precisava ser feito, quais as tarefas que teriam daí pra frente, e as pessoas que trouxeram o encaminhamento - ou quem tinha maior disponibilidade -

ia assumir a tarefa. Como sempre fui mais ouvinte, estava sempre tentando aprender um pouco como funcionava isso tudo.

Comecei a pegar as coisas mais mão na massa assim, pra fazer - que eu poderia contribuir mais -: eram Materiais, às vezes conseguia uma ou outra coisa pra publicar de Comunicação - fazer um flyer ou outro. Ajudar no financeiro a fazer dinheiro com camisa, e outras coisas que envolvia também confecção de materiais pra ato também: bandeira, faixa, cartaz, essas coisas. Normalmente a gente tirava na reunião o que a gente ia ter de programação nos próximos meses - se tivesse ato, alguma coisa, tirava o que precisaria ser levado -: sempre via o que poderia ser feito no tempo que tinha, com o dinheiro que tinha. A gente tentava fazer as camisas, e outras coisas, pra poder financiar esses materiais que eram necessários de última hora pra ato.

Nossa tentativa, com o MPL, era sempre levar as discussões do transporte pro Barreiro pra Neves, Santa Luzia, Eldorado, qualquer região - sempre tentando levar pra outros pontos. No MPL, participei do núcleo do Barreiro - o Movimento Linha 2: tinha um projeto de ampliação do metrô na estação Santa Tereza até o Barreiro, que nunca foi pra frente.

Sempre discutimos e travando as maiorias das lutas na região central: mas a região periférica de toda cidade são as que mais sofrem com o transporte público, e o Barreiro era um exemplo disso, na época - sempre que a gente puder levar a pauta do transporte pra ser discutida em qualquer lugar que seja afastado do Centro é bom, vai sair da bolha comum dela. O metrô não chega lá: era um bairro que era meio uma cidade inteira, na verdade - tem população gigantesca, maior do que as cidades vizinhas de BH, e mesmo assim, tem um transporte muito precário, cada vez mais caro.

Na eleição do Márcio Lacerda começaram a fazer perfurações por toda BH, pra prometer o metrô: começaram a privilegiar a Linha 3²⁰⁰, que seria até a Savassi - tem três ou quatro vezes menos usuário do que o Barreiro. Seria muito mais gasto pra poder fazer o metrô subterrâneo até a Savassi, até pela altitude - do Barreiro já tinha a linha de trem.

Era um bairro da periferia, a galera não tinha muito entendimento do que era: íamos lá mais pra esclarecer qual que era o projeto da Prefeitura, e qual que era a nossa vontade. Quando saiu essa notícia de que talvez seria feita a da Savassi primeiro, fomos no Barreiro, com a associação dos moradores, pra poder fazer uma reunião com a população da área: ver a possibilidade de fazer atos e movimentos que puxassem a construção da Linha 2 - acabamos reunindo com moradores, coletivos

²⁰⁰ Belo Horizonte detém uma linha de metrô com extensão atual de 28,2 km que corta a cidade entre as regionais Oeste e Venda Nova. Atualmente existem dois projetos de extensão de sua malha ferroviária: a Linha 2 (Calafate-Barreiro) e a Linha 3 (Savassi-Lagoinha). No primeiro semestre de 2015, a Prefeitura Municipal anunciou um acordo posteriormente suspenso de recebimento de verbas do Ministério das Cidades do Governo Federal para a expansão do metrô local. À época, informações divulgadas pela imprensa local davam conta de que a Prefeitura iria investir essa verba na construção da Linha 3 em detrimento da Linha 2: a região que seria atendida por essa última linha historicamente detém um dos maiores déficits em transporte público da região metropolitana da capital mineira.

de cultura lá. Tinha sempre uma mudança muito grande na frequência: mais senhoras e senhores mais velhos, moradores antigos do bairro, que começaram a aparecer por conta da associação comunitária que divulgou o projeto lá. Toda vez vinha mais gente pra poder tentar entender como isso ia afetar a vida deles: às vezes as pessoas saíam satisfeitas ou não com aquele esclarecimento - às vezes voltava, a maioria não. Iam numa reunião, não iam na outra; às vezes, o coletivo de cultura divulgava, às vezes não; às vezes só tinha partidos, às vezes não. Alguns partidos que atuavam na região - o PSTU -, e o Tarifa Zero começaram a comparecer, também: tudo pra agilizar um movimento que fosse pressionar pela construção da linha do Barreiro.

Começamos a ficar nessa função de informar: contar o que estava acontecendo, e tentar encontrar pessoas que pudessem espalhar a palavra ali na região, no bairro, na comunidade - desse murmurinho de que estava tendo o Movimento da Linha 2, a galera começou a achar que o metrô viria com certeza. Começaram a achar que seriam despejados: tivemos que lidar, no meio disso tudo, com o perigo de despejo de outras pessoas - se o Movimento fosse trazer o metrô, ele traria provavelmente um despejo -: então, as pessoas que estavam lá começaram a ficar com o pé atrás com a gente também. Ficamos nesse impasse lá: de tentar resolver tanto a causa do metrô, quanto problema de moradia. Começamos a ver que estava desarticulando quando o coletivo cultural, que era o que mais dava apoio, começou a ficar com medo de ameaças: quando começou a surgir a possibilidade do metrô vir ou não, a comunidade do tráfico lá ficou com medo de ser despejada, e ameaçou o coletivo de cultura, que estava fazendo divulgações das reuniões, do projeto. E quando eles pararam de divulgar isso, acabou participando só partidos interessados, o Tarifa Zero e o MPL: eram os movimentos - uma ou outra pessoa da associação de moradores, às vezes, ia. Quando começaram reuniões seguidas em que era o MPL, PSTU e Tarifa Zero só, vimos que não estava adiantando: estava tendo mais desgaste de trabalho e gasto pra tá lá, sendo que os próprios moradores num estavam interessados - ou estavam com algum receio.

Como o projeto de financiamento foi vetado pra construção do metrô de qualquer jeito - a Prefeitura acabou abrindo mão do metrô -, começamos a gastar energia com outras coisas. Foi o que meio que levou a gente a parar de ir no território.

Fazer um ato em sequência mostra que a gente não tá satisfeito com o que foi feito, nem com a repressão: continuar disposto a tocar aquilo que acha o certo, que é a causa do transporte.

Começamos a estruturar o coletivo pra luta contra o aumento no final do ano, quando recebemos a notícia de que ia aumentar em agosto ou setembro - todo mundo foi pego de surpresa com o aumento, na verdade. Inventaram uma desculpa qualquer lá: não há justificativa pelo contrato

- até achamos que poderia ser uma manobra da Prefeitura. Pra evitar essa desarticulação, tivemos que fazer tudo correndo: foi um mês de trabalho, desde que a gente ouviu do aumento, até fazer o primeiro ato. Conseguimos que essa revolta fosse mais fácil de ser fomentada: o nosso trabalho foi até de certa forma fácil, porque a revolta estava mais latente.

Fui numa das primeiras reuniões que a gente fez com o Tarifa Zero. Como o MPL estava surgindo na época, fizemos uma Assembleia Popular Horizontal de novo: chamamos a falecida, pra poder conseguir discutir com outros coletivos de esquerda o plano pros atos. A máfia do transporte só vai sentir a pressão popular quando eles tiverem realmente medo do que pode acontecer com o patrimônio deles. E eu acho que o único jeito da gente causar medo nos ricos é mostrando nossa disposição na rua: infelizmente, qualquer processo judicial, ou qualquer coisa que for feita nos âmbitos institucionais costuma ser muito favoráveis aos empresários, aos políticos. O único jeito de conseguir mostrar que tem revolta suficiente, e disposição suficiente pra fazer as coisas, é estando na rua, e fazendo o que a gente tá disposto a fazer. Dessas reuniões da Assembleia, tiramos uma Frente Contra o Aumento: coletivos que eram específicos do transporte - Tarifa Zero, o MPL -, ou não - Piratas, e autônomos - as pessoas que não se organizavam, mas que participavam do planejamento dos atos. Acabou sendo mais uma Frente de coletivos autônomos e TZ, pra divulgar a situação por meio de ações.

O catracaço que eu participei foi no São Gabriel. Marcamos de encontrar às seis da manhã na estação: foi uma ação articulada com o movimento Tarifa Zero, o Partido Piratas, algumas pessoas do Passe Livre, e autônomos também - conseguimos puxar alguns autônomos afim de fazer esses atos. Catracaço é importante: conseguimos dialogar com a galera, e ainda dar um desconto da passagem, mesmo que seja por um dia. Encontramos com milhões de panfletos pra poder distribuir. Com a desculpa de que era distribuição de panfletos - toda essa informação que é passada -: não só pelo ato de pular a catraca, mas dialogar com a galera através dos panfletos, chamar pra alguma atividade depois, participar de reunião ou outra coisa. Isso tudo soma tanto no ato: foi um volume grande de pessoas. Se a gente fizer coisas assim pra chamar pra uma reunião ou pra alguma coisa, consegue ter mais abrangência.

A estação São Gabriel é um inferno: todo o fluxo de pessoas da Zona Norte, Leste. Todo mundo de Santa Luzia, Sabará²⁰¹ passa por ali, e qualquer coisa que fazíamos lá acumulava muita gente. Acho que até pagamos a primeira passagem - lá tem duas catracas assim, uma catraca que paga só a integração -: ficamos entre a integração e a saída. Então, todo mundo que chegava de outros transportes - tinham que pegar a integração pra entrar no MOVE -, passava pela gente

²⁰¹ Sabará é um município que integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

panfletando. Umas oito pessoas conseguiram panfletar: os guardinhas achavam ruim no início, mas a gente articulou com eles lá de continuar panfletando só, sem fazer nada - puxava algumas músicas, e tentava animar a galera pra ver o momento mais certo de fazer alguma coisa. Sempre que estávamos ali cantando, entregando panfleto, falando do aumento, a gente via nas pessoas uma sensação de empatia. Todo mundo ficava:

- É isso mesmo! Tem que fazer isso! Isso aí! Tão certos mesmo!

Na hora que conseguimos sentir um clima bom - estava todo mundo mais revoltado, algumas pessoas puxando a música, cantando junto -, travamos a catraca uns dois minutos pra falar alguma coisa, e acumulou muita gente: pulou e segurou as catracas numa forma que todo mundo conseguia passar. Quando a gente fez a ação de pular e segurar as catracas, acabou que todo mundo tomou essa confiança: os usuários que estavam no momento tiveram certa confiança pra ir também. Um ou outro insistia em pagar - às vezes, a gente falava:

- Não! Pula! Pula!

- Não. Eu vou passar meu cartão.

- Que isso! É de graça!

- Ah, então tá!

Passava senhora, as crianças, todo mundo: a gente ficou cinco, sete minutos segurando a catraca - devem ter passado umas cem, cento e cinquenta pessoas, assim. Depois, saiu correndo todo mundo pra não ser pego e entramos no primeiro ônibus que vimos lá fora com a sensação de dever cumprido: fizemos uma catraca livre ali, pelo menos alguns minutos. Também distribuímos uns dois, três mil panfletos no dia: acho que isso tudo potencializou pro ato seguinte.

A escolha nossa pelo Centro foi porque é o Primeiro Ato: já temos uma articulação forte das pessoas pra estar no Centro. Na época, estava começando o coletivo: não tinha inserção nenhuma, em bairro nenhum, em periferia, nada - era melhor usar uma praça central, que pudesse ser um ponto mais fácil de acesso. Também é o lugar de maior circulação de pessoas: mesmo se não tivesse conseguido fazer muitos convites, ali é um lugar que muita gente passa, e que poderia ter uma chance de participar do ato, do que se fosse num lugar isolado na periferia.

Nos primeiros atos, a gente sempre dividia as comissões: Comissão de Faixa, que ficava na articulação da faixa, do andamento do ato; a Comissão de Segurança, pra ficar em função da comunicação com polícia, e a segurança dentro do ato: Comunicação, que era entre nós dentro do

ato também; Externa, com ponto de apoio; Mídia, era o pessoal pra dar entrevista; Materiais, materiais do ato. Eu ficava mais sempre no Materiais e Segurança ou Faixa - Comunicação não: acabo ficando nervoso demais pra dar entrevista. Deu o problema da repressão, eu fiquei na Faixa e na Segurança.

Sempre fazíamos faixa: normalmente comprava TNT, e pintava lá no corredor do barraco que eu tinha - era um corredor comprido, do tamanho certinho do TNT, então sempre pintava lá. Normalmente juntava umas duas, três pessoas, fazia o planejamento ali de como ficavam as letras: no final sempre ficava torta, tudo que a gente não queria. Era sempre o trabalho coletivo pra ser feito com quem tivesse com tempo: normalmente era tudo corrido também, meio de última hora, com o dinheiro que tinha ali, puxava uma graninha aqui, outra ali. A faixa tem vários aspectos no ato: tanto pra informar, pra dialogar com quem tiver do lado de fora, quanto pra segurança também - pelo menos analisando e aprendendo com outros atos no Brasil e na Europa, a faixa é muito utilizada pra poder manter essa unidade do ato. Costumamos só usar a faixa da frente, mas o ideal seria ter faixas laterais e traseiras, pra poder conseguir manter essa unidade: a tática da polícia também é infiltrar e analisar o tempo inteiro o que tá sendo feito dentro do ato. Quando a gente tem essa barreira, fica mais difícil tanto P2 se inserir, quanto pra alguém que tá filmando: a polícia mesmo começou a usar a tropa do braço, e outras coisas, dentro do ato pra poder prender pessoas específicas ou aleatórias - com a faixa, conseguimos manter quem não queremos fora do ato, e quem a gente quer dentro. Também manter a segurança: se quiser trocar de roupa no meio do ato, a gente vai tá cercado por uma barreira visual que não vai possibilitar filmagem, identificação.

A faixa dialoga com vários meios. O nosso objetivo é sempre fazer um ato que possa ser divulgado: quanto mais tivermos nossos meios pra divulgar, melhor - mas muito do que é usado ainda deve-se à mídia convencional. Então, você tem uma faixa bonita, de frente, que passa aquilo que a gente tá propondo no ato e na nossa luta, pra que quem tiver vendo uma foto só que seja consiga ter essa ideia, essa proximidade: certa empatia com o que tá sendo feito é importante. Escolhemos umas palavras que têm a ver com a luta do momento: basta olhar - na faixa estava escrito “Todo aumento é um roubo”. Você vê a foto no jornal: por mais que seja uma matéria tendenciosa, vai ver a galera fazendo aquilo ali - se eles realmente mostrarem a faixa do ato.

Tínhamos tirado um trajeto que eu nem lembro qual que era o final: passar na Afonso Pena, subir a rua da Bahia - se eu não me engano, ia descer a Augusto de Lima²⁰² pro outro lado, e parar na frente da Prefeitura. Um caminho razoavelmente pequeno até, que estava planejando fazer - esse dia foi bem louco. A gente estava na Praça Sete: um contingente de polícia já bem grande, o

²⁰² A Avenida Augusto de Lima cruza a Rua da Bahia num trecho que se situa a um quarteirão da sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

batalhão de choque à espera, tinha carro em todas as esquinas. A polícia fez a investida pra tentar identificar a liderança várias vezes: não conseguiram.

Não sabemos se foi planejado ou não, mas assim que começou a andar, a polícia já deu o sinal de que não deixaria o ato prosseguir: nos cem primeiros metros da Praça Sete até a Afonso Pena, no caminho da Prefeitura, o Choque já barrou a passagem de todo mundo, com escudo e tudo. Começou a negociação - eu nem lembro quem foi fazer ela - pra poder continuar, seguir com o ato. Eu estava meio nervoso com a situação do coletivo: acho que a gente estava tentando ainda se entender enquanto ação de rua ali, cada um conhecendo um ao outro enquanto estava no primeiro ato nosso, tentando lidar com isso tudo. Na hora, estava tentando falar alguma coisa com a comissão de frente, trocando informação com outras pessoas, ao mesmo em tempo que mantinha atenção na movimentação da polícia.

Muita gente já começou a ficar com medo de que seria reprimido, a voltar pra trás e tudo, só que muita gente continuou andando com a faixa pra frente, de certa forma. E alguém observou a movimentação da polícia, o que ela estava fazendo ali, indício de que iria recuar: não sei como que a negociação fluiu lá, mas, na hora, os policiais começaram a fazer umas corridinhas próprias pra fazer a movimentação deles. Aí já começaram a gritar:

- Recua, polícia, recua! É o poder popular que vai tá na rua!

Enquanto eles começaram a fazer essa movimentação pra recuar, o grito meio que pegou, continuamos tomando as ruas: continuando, conseguiu andar. Acho que já ficaram mais nervosos ainda: continuaram acompanhando o ato de forma bem ostensiva, com o Choque, carros e tudo. Senti que o clima estava tenso, mas estava muito bonito, pra um Primeiro Ato - a galera estava cantando muito. Muito cheio: a galera não arredou o pé, apesar da tentativa de repressão na Afonso Pena - foi claramente pra intimidar e tentar esvaziar o ato. Muita gente ainda continuou, e acho que depois disso talvez o ato tenha até ganhado mais corpo: quando conseguiu avançar ali, a galera sentiu mais confiança, então na hora que chegamos na Rua da Bahia, a gente estava no melhor momento. Quando entrou, eles começaram a querer apressar o ato, falando que tinha que sair da rua: o ato não podia ficar ali, é uma rua importante, movimentada. Só que nós tínhamos ali, eu acho, umas mil e duzentas ou mil e quinhentas pessoas na rua - ia ser muito difícil tirar todo mundo duma rua em dois minutos. Deu o prazo pra comissão de frente de ato que teria, sei lá, três a cinco minutos pra tirar todo mundo da rua, teria que abrir a Rua da Bahia, sendo que faltava uns trinta metros pra gente virar a esquina - o trajeto seria esse, de chegar na esquina e virar, e liberaria a rua. A opção foi que em três minutos, todo mundo saiu: contou até vinte segundos, e tacou bomba já.

Nessa hora, não deu tempo nem de quem estava na frente - e recebeu o comando pra tirar as pessoas em três minutos - passar essa informação pro resto do ato. O pau comeu: começou a tacar bomba e tiro. A polícia cercou a gente por cima, fechou a Rua da Bahia por baixo, e a Rua Goiás, à esquerda: só tinha como correr descendo e saindo pela Goitacazes²⁰³ - o que fez muita gente correr também no desespero pra cima da polícia -, ou pra cima, ou pela Rua Goiás, e acabava trombando com outro batalhão, tomando mais gás, mais tiro. Dessa vez, ao invés de fazer o Caldeirão de Hamburgo, eles já tinham definido como fariam essa repressão: estavam só esperando chegar no ponto que queriam, pra poder reprimir de cima. Percebemos logo depois que foi uma enrolação danada: eles já estavam articulados pra poder tacar bomba na gente.

Conseguimos se reagrupar nos quarteirões de fundo ali: conseguimos conectar com outras pessoas, e saber que alguns estavam no hotel - a polícia estava lá dentro, assustando todo mundo. Nessa, a gente se reagrupou na frente do hotel, quando a polícia liberou. Era pra liberar a via da manifestação, e a polícia tacou bomba em todo mundo: fechou a Rua da Bahia, uma hora, uma hora e meia - se deixasse o ato passar, a gente teria saído em cinco minutos, mas aí, eles fecharam. Ficaram ali com o quarteirão fechado, impossibilitando as pessoas chegarem na frente do hotel, até quando trouxeram um ônibus pra poder levar todo mundo.

Ficou um tumulto de horas pra tentar liberar as pessoas sem ir pra delegacia, mas nessa não conseguimos. A mídia chegou, especialista, advogado de direitos humanos: todo mundo tentando articular com o comandante do Choque lá, pra poder deixar a galera sair. Nisso, o Choque também estava usando outra estratégia, de identificar as pessoas após isso tudo: fizeram essa repressão e, ao mesmo tempo, usaram câmeras pra todo lado - câmera no capacete, policial filmando. Toda essa nossa tentativa de negociação dali, eles usaram desse episódio pra poder identificar também quem era do movimento, quem era interessado, quem estava mais afim, ou quem tinha mais interesse pela causa. Acaba que quem fica mesmo é só quem tá ou com amigo preso, ou porque era do coletivo. Então eles ficaram usando de toda essa repressão ainda pra poder identificar: sei lá pra quê isso vai ser usado pela polícia, nos bancos de dados que eles tão alimentando com essas nossas imagens.

Fui pra delegacia, até ser liberada a galera: fui andando, depois que todo mundo foi e entrou no ônibus da polícia. Eles levaram um ou dois ônibus de gente pra delegacia: a gente foi andando também juntos, pra evitar qualquer tipo de repressão. Foi andando até a delegacia - que era próxima da região central também - pra aguardar a liberação dos companheiros. A gente já sabia de alguns boatos de que a polícia tinha um ranço do MPL, não queria que ele surgisse em Belo Horizonte: a partir desse Primeiro Ato, tivemos certeza de que eles iriam pra cima com tudo. Tivemos que lidar

²⁰³ As Ruas Goiás e Goitacazes cruzam a Rua da Bahia no trecho aonde se deu a repressão ao Primeiro Ato.

com todas essas prisões, no dia: sessenta pessoas presas dentro do hotel, mais um monte de feridos, um monte de coisa - tudo no Primeiro Ato da luta contra o aumento. Mas pelo menos isso tudo acumulou, porque o Segundo Ato foi mais gente pra rua, e aí eles não tiveram essa resposta.

Fizemos uma reunião com a Frente: já decidiu pra fazer um ato na sexta seguinte - o primeiro eu não lembro se tinha sido terça ou quarta. Uma reunião de última hora, no mesmo dia do ato - não lembro ao certo como que foi: tirou, pelos ânimos da rua, e pelo acúmulo de atos, de fazer bem em seguida, pra não perder esse calor. A tática do Estado é essa: usar a repressão pra intimidar quem tá na rua, fazer com que você não se ache capaz de estar na rua, e poder ficar no conforto do seu lar, que tem sempre alguém decidindo por você - seja daqui a quatro anos, quando você apertar os botões, ou confiar nas pessoas que tão lá. Fazer um ato em sequência mostra que a gente não tá satisfeito com o que foi feito, nem com a repressão: continua disposto a tocar aquilo que acha o certo, que é a causa do transporte.

Cheguei a participar do Segundo Ato: foi na Praça Sete também. Não lembro o trajeto até o final não: fizemos um trajeto especial, justamente pra passar no mesmo lugar. Passamos tanto na porta do hotel, quanto na delegacia na Rua da Bahia, pra poder fazer umas palavras de ordem sobre os presos, a repressão, a polícia, a máfia do transporte. Repetimos também na frente da delegacia de polícia. A polícia mais acompanhou mesmo - o Ato cresceu muito, de um pro outro -: acabou aumentando, duplicando o número de pessoas, e acho que a polícia ficou mais com medo também. Acaba que a repressão atrai mais gente disposta à resistência: no segundo ato rolou mais punk, mais galera da periferia, que estava, às vezes, com sangue no olho. Sei lá, duplicou de pessoas e não era mais o público do Centro: eram pessoas da periferia, gente de outros bairros, interessada no transporte, também interessada na luta de rua - acaba que essa divulgação da polícia, da repressão, é negativa pra algumas pessoas, mas é positiva pra outros coletivos. Foi um ato tranquilo: todo mundo mais seguro, mais gente. Também não foi tão movimentado - não teve tanta ação direta nem nada -: todo mundo mais tranquilo, pra poder ver as atitudes da polícia. A polícia ficou mais acompanhando: isso é especulação minha, mas acho que ficaram acompanhando tudo aquilo que eles tinham identificado no último ato, feito filmagem e tudo - ficaram nesse ato mais de olho pra ver se alguma coisa era feita. A gente não deu mole pra eles, nem motivo pra repressão.

O Terceiro Ato foi em frente o CEFET, na Avenida Amazonas, caminho de São Paulo. Nem todo mundo pode chegar no Centro: o que a gente discutia - como levar a discussão do transporte pra outros lugares - é descentralizar a luta, quando gera esse acúmulo de atos em outras regiões. As pessoas tendem a se inteirar da pauta quando tá mais próxima dela, se for uma coisa que vai interferir diretamente no bairro dela, no trajeto dela. Às vezes ela não vem no Centro pra saber o que tá rolando pro ato - quando está acontecendo perto dela, é mais chance de ser impactada por

isso -: ficar sabendo, se informar, e às vezes aparecer tanto lá na região dela, pra fazer um movimento que possa ser produção dali, quanto somar quando acontecer alguma coisa no Centro. Não são vândalos que tão lá no Centro fazendo baderna: são pessoas que tão tocando projetos em todos os cantos, e se encontram quando é pra pegar fogo.

Acabava de fazer dois atos muito em cima, e demos esse tempo pra pensar como seria feito o Terceiro - acho que foi mais um tempo pra articular mesmo, tentar pensar de forma mais horizontal, também. Chamou uma reunião da Frente: foi tudo mais discutido que o último ato, que foi feito de uma hora pra outra - foi um ato bom.

Marcamos um horário da saída do colégio - um horário de pico da Amazonas também: panfletamos antes, se não me engano, nas escolas da região. Os estudantes são ótimos: são jovens, tem muita energia, normalmente são bastante questionadores, como todos nós. Mobilizar eles é uma boa estratégia também porque a polícia, de certa forma, não vai agir da mesma forma contra menores, do que agiria contra adultos. Então, quanto maior o número de jovens, e pessoas, melhor pro Ato: a polícia não pode justificar isso. Se tem mais estudantes, vai ter mais energia, e a polícia também vai ter certos limites pra poder agir. É de certa forma uma estratégia: não é uma utilização das pessoas pras nossas estratégias, mas sim uma forma da gente se fortalecer mesmo.

Fizemos o ato na Amazonas: durou meia hora, quarenta minutos. Trancamos a avenida por um período bom, deu um engarrafamento bem grande, até em Contagem - o fechamento da via é o que faz a gente ser visto. Infelizmente, quando atrapalha a população são os momentos que estamos mais visíveis pra cidade - quase a música do Chico Buarque: morreu na contramão atrapalhando o trânsito. Pode fazer de tudo na rua que a galera não tá nem ligando: se trava o trânsito, aí todo mundo vai virar notícia - vai sair na Itatiaia²⁰⁴, nos jornais de grande circulação. Provavelmente vai sair uma matéria falando do trânsito, não da causa que foi feito o ato. É muito engraçado: é conseguir fazer um ato que atrapalhe o trânsito e chamar atenção pra causa - é importante porque a mídia também vai usar isso. Então, se a pessoa for ver que o trânsito tá atrapalhado por uma causa que ela poderia ser interessada, às vezes gera mais retorno pra causa do que pra mídia - o trânsito é uma estratégia mesmo de visibilidade.

Só que, pelo número de pessoas, estava mais reduzido: foi um ato com cento e cinquenta, duzentas pessoas. A gente não fez trajeto: ficou ali parado, tocando, animando a galera, e tentando fazer com que essa ação também acumulasse num futuro próximo ato.

O Quarto Ato foi na Praça Sete: perdemos o acúmulo das lutas. Fizemos os dois atos muito próximos: cresceu - esse ato na periferia levou pouca mensagem à mídia. Não divulgamos quase

²⁰⁴ Trata-se de uma menção à Rádio Itatiaia, emissora local de rádio.

nada, nossos meios de divulgação não chegaram até muita gente - acho que deu essa ideia de que perdemos o timing. O Quarto Ato - como ele teve mais um espaço de uma semana -, passou batido: a mídia conseguiu contornar a informação pra outras coisas, e a passagem voltou a ser normal.

A ocupação é a criação de um espaço novo, dentro de um espaço que já existe

A gente estava em baixa com esse acúmulo da luta: a última cartada nossa era forçar uma ocupação, ou tentar se preparar pro final do ano. Como tinha algumas pessoas mais disponíveis, a nossa opção foi tentar ocupar com o que tinha mesmo: chamamos outros coletivos, fizemos um planejamento mais restrito, mais fechado: convites individuais, coletivos sérios. Tentamos planejar tudo: todo o andamento da ocupação, de como seria feito o processo de forma mais secreta, sigilosa, pra não vazar nenhum tipo de informação - teve umas duas reuniões, acho.

Montamos um cronograma de ações – é importante dividir tarefas porque se não fica muito solto -, e fomos lá: combinamos na Câmara, numa quarta-feira, se eu não me engano. Acho que a gente conseguia se articular, de certa forma, até sem nenhuma obrigação: não tinha pessoas específicas pra fazerem muita coisa, mas tinha sempre tarefas específicas pra serem cumpridas - se dividia mais nas tarefas, do que nos GTs. No caso lá tinha pouca gente, mas já tinha, sei lá, três coletivos, dois partidos, um monte de coisa: se cada um vai fazer o que acha que tá certo, poderia virar uma parada muito nada a ver com o que estávamos propondo.

A tratativa da reunião, essas coisas de organização, era mais pra conseguirmos achar pontos e direções em comum, pra caminhar junto - então era mais fácil tocar as coisas que estava precisando. Quando deu a entender que acabou as coisas, todo mundo se manteve lá, foi chegando mais gente, até que oficializaram: a Câmara está ocupada - mais pela internet, do que presencialmente. Dessa chamada na internet mais pessoas chegaram, e a gente conseguiu manter a Câmara ocupada, pelo menos nessas primeiras horas. Eu cheguei umas onze, - estava trabalhando, participando duma feira no dia -: lembro que levei até broinha de abóbora pra todo mundo. Cheguei lá, passei batido: o cara achou que eu era entregador de pizza, estava fechando a entrada pra todo mundo. Cheguei com minha bolsinha pra marmita lá, passei da segurança: quando eles viram, eu já estava ocupando também - eles acharam que eu era só um entregador.

A imprensa anunciou que a ocupação estava acontecendo, mas logo nos primeiros dias já começaram a tentar acabar com o nosso filme, vamos dizer assim. Eles começaram a achar os problemas que estávamos causando, foram na vizinhança: quase sempre pegavam a fala nossa, mas focava mais na fala de que estava atrapalhando, o que estava fazendo de errado - ou pegou câmeras de vigilância da gente. Ganhamos doação de tabaco e seda pra poder fumar lá: estava todo mundo

enrolando cigarro debaixo da câmera - eles começaram a pegar a filmagem da galera enrolando cigarro como se fosse droga ilícita, como se a gente tivesse usando o espaço da Câmara pra usar droga, fazer festa - tentavam sempre descaracterizar todo o político da ocupação, pra mostrar baderna e droga. Foi uma ou outra reportagem que a gente conseguiu fazer, mas por pessoas que também estejam envolvidos em outra causa, conhece o movimento: um ou outro que fizeram uma reportagem pegando o nosso lado, mas a maioria foi pra queimar filme.

Tinha sempre uns embates lá, pra poder fazer mais faixa, tentar decorar o espaço, e os seguranças não deixavam. A segurança da Câmara era bem chata: um cara bem manipulador, conseguia fazer entrar na nossa mente pra tudo. Fiquei um tempo nisso aí, pra poder não dialogar com ele: minha tentativa era de ser do GT de Segurança, pra não termos conversa com segurança. Quando estava no meio de algum processo, ele ia falar alguma coisa e atrapalhava a gente, ou acabava com o nosso sigilo: eu fiquei mais nesse Comitê de Segurança um tempo pra poder não dialogar com a segurança, e conseguir fazer as coisas mais autônomas - não dar satisfação.

Começamos a pendurar mais faixa, a provocar também: acabei entrando nessa missão de atrapalhar. A gente estaria contribuindo com o funcionamento normal da casa, se não tivesse uma decoração específica: a ocupação é a criação de um espaço novo, dentro de um espaço que já existe. Então, quando ocupou a Câmara, tentamos fazer daquilo ali a nossa casa mesmo: botamos uma cozinha no meio da sala, o colchão num canto no meio da passagem de trabalho - o banheiro da entrada era utilizado só nosso.

Acho que as pessoas que tinham disponibilidade, muitas delas, ficaram. Tanto é que conheceu muita gente nova, que já ia pra dormir: passou a semana conosci. Mas no geral, era muito difícil, porque cada um tinha uma coisa pra fazer: casa, um trabalho pra tocar, e nem era todo mundo que tinha essa disponibilidade. Acho que a vida ficou muito difícil depois de 2013, 2014: com a crise, o governo conseguiu garantir que todo mundo ficasse bem esgotado de tempo e trabalho, e estudo. Isso refletiu também nas causas políticas daí pra frente: acho que todo mundo tá cada vez mais corrido e mais sem tempo. Mesmo sem essa participação dos outros coletivos, a gente conseguiu sentir que estava forte o suficiente pra poder fazer essa ocupação com o nosso coletivo mesmo e com quem estava próximo, e fizemos.

Fizemos ali a nossa moradia: se a gente num deixasse com a nossa cara, ia ficar parecendo nada, apesar da Câmara ter se adaptado à nossa utilização da entrada - começaram a usar outras portarias, outras saídas, mas ali ainda é a entrada principal. Mostrar pra galera que passa na porta - é uma rua movimentada - que a casa do povo ali tá ocupada por pessoas, não por políticos, é extremamente importante: pra pessoa ver que aquilo ali pode ser um ambiente que ela agora pode fazer parte. Tentar mostrar pra quem tá lá fora que tá ocupado, que o que a gente tá querendo

daquilo ali é importantíssimo - pra poder atrair mais pessoas, e também pra passar uma ideia do que estamos fazendo ali.

Ficamos nove dias, dez dias ocupados, nesse perrengue: nos primeiros dias dormimos sempre com muita pouca gente. Logo no primeiro dia, a gente pensou como fazer pra que mais pessoas fossem lá: tanto nos outros horários, mas principalmente à noite, pra poder passar a noite. Era isso: tentando sempre trocar ideia, e armar programação, porque era importante - pra ter contato mesmo com outras pessoas, e mostrar o que a gente tá fazendo. A Câmara já não é acessível pra ninguém: se fosse estar lá e continuar invisível não ia chegar ninguém, nem nenhum resultado. Pelo menos trocamos mais ideia com as pessoas, chamando pra participar, ou pra passar lá e ficar, ou conseguir doações: pode tanto conseguir alcançar mais gente, e revigorar nossa energia.

Começamos a fazer shows, palestras, exibição de filme, oficina, duelo, sarau: tudo que era possível pra poder chamar pessoas e coletivos de tudo quanto é canto de BH pra ir na casa do povo. Encaixava no meio de um show outra coisa, botava uma performance; outros a gente conhecia já o trabalho, e achava que era importante tá ali, fazia o convite pessoal - só da divulgação mesmo da ocupação, também surgiu muitos contatos. Foi o que aconteceu: conseguimos fazer duas batalhas com MCs, teve sarau, teve filme. Em dez dias na Câmara dos Vereadores, acho que foi o período de maior utilização da população: teve dias com duzentas pessoas lá cantando RAP. Todas as programações eram políticas, de certa forma: eram pessoas e coletivos ocupando um espaço político que eles nunca ocuparam. Teve um dia da apresentação do LGBT - esqueci o nome do cara -, que ele dançou na frente dos seguranças, foi maravilhoso. Pode não parecer que seja algo político no conteúdo, mas era na proposta de ocupar ali: toda esquina, todo cantinho tinha alguém numa rodinha trocando rima - foi muito legal! Todo dia tinha alguma coisa assim. Nós tomando decisões, fazendo coisas que eram extremamente desgastantes - às vezes cansadíssimos por estar fazendo tudo com cinco pessoas -: mas no final do dia tinham cem, cento e cinquenta pessoas ali, e a coisa funcionando bem.

Hoje eu olho pra trás, e não lembro tantos problemas. O problema maior era lidar com os partidos: eles tinham já definições do que ia ser feito, antes de qualquer coisa - a agenda própria deles. O PSTU colou lá, mas eles têm a agenda de coisa pra ser feita durante o ano: tem eleição, então acabam estando ali pra marcar presença, e balançar as bandeiras deles. Outras organizações, às vezes, têm um vínculo mais institucional, tanto com a Câmara quanto com políticos lá dentro, então acaba vendo formas de agir ali que vão trazer mais benefícios pra eles também disso. Ou agir de uma forma que não seja tão ação direta, porque não acreditam que tem que ser assim: cada coletivo tem certo envolvimento com a causa, e uma forma de atuar. Então, já chegavam com ideia pronta do que queriam fazer: isso às vezes atrapalhava um pouco. E às vezes eles davam pra trás

nas decisões: tinham definido uma coisa com a gente, mas o partido pediu pra decidir outra - isso foi desgastando um pouco a manutenção lá do espaço. Tentávamos colocar de ficar, ou fazer isso ou aquilo, mas um ou outro achava que era radicalidade: tinha alguns problemas em lidar com as formas de atuar de cada coletivo que estava ali. Acho que teve um caso de expulsão, de um homem, por causa de machismo: teve uma discussão também de machismo com um ocupante e uma ocupante que estavam lá por silenciamento, entre outras coisas, mas que foi resolvido ali mesmo - os dois até continuaram tocando a ocupação juntos. No mais foi só isso: como estavam menos pessoas, e mais tarefas pra fazer, não ficava muito perdendo tempo nisso não. É mais difícil lidar com ocupar o espaço, e trocar ideia com o próprio coletivo: às vezes já estava tão difícil.

Pra desocupar, a gente decidiu que ia tentar ficar até ser expulso mesmo: já estava atrapalhando há alguns dias, já tinha batido o recorde da ocupação - já estava no décimo dia. E tinha notícia de que o Wellington Magalhães ia tentar expulsar a gente de qualquer jeito, nos próximos dias.

Como já estava todo mundo exausto - num tinha mais pernas pra tocar -, a gente pensou que a última cartada seria se fosse expulso mesmo. Então, tentou aguentar até ser expulso: acabou que no momento que decidiu por sair, teve notícia de que seria desocupado, na mesma noite. A gente só ficou lá, meio com as coisas arrumadas, esperando a polícia chegar pra botar pra fora: mas, na verdade, já estava exausto de tentar arrumar programação, arrumar gente pra ocupação girar, lidar com tudo isso.

A gente vê o quanto que é importante trocar essa ideia, mostrar pra galera onde que tá caminhando

Pra mim foi muito importante: eu não tinha tido contato com atos de rua além dos de 2013, 2014. Eu nunca estive tão inserido na participação da logística - aprendi pra caramba: quando tá como participante de um ato, a gente acaba sendo meio que levado pra situação e não sabe como tá sendo o ato, o que vai ser decidido, pra onde que vai caminhar e tudo. Participar do ato, na logística - a gente vê o quanto que é importante trocar essa ideia, mostrar pra galera onde que tá caminhando, pra todo mundo se manter informado.

Então, eu pude passar por esses dois lados: de conseguir entender melhor como seria o planejamento de um ato, e também amadurecer bem a estratégia da repressão - conseguir ter mais ideia de como agir com a polícia, ter mais noção de como a polícia vai ser sempre violenta com a gente, independente do modo que a gente resolva agir, a estratégia que escolha usar. A estratégia da polícia vai ser sempre a mesma, de tentar causar o máximo de medo, pra nos afastar da rua. Lidar

com tudo isso, duma forma mais segura pra todo mundo que tá envolvido foi bem difícil, mas foi muito legal: um coletivo que estava acabando de surgir já conseguir passar por todo essa questão do aumento, e ainda sair dessa forma satisfatória.

Aprendemos muito, e o coletivo tá forte pros próximos anos conseguir tocar essa luta.

6.6 – RELATO DE ANTÔNIO MISTA

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Antônio Mista

Local de Entrevista: Residência do entrevistado

Data da Entrevista: 30/09/2017

Tempo de Entrevista: 02:49:13

Observações: *Conheci Antônio Mista durante reuniões do coletivo Tarifa Zero, no primeiro semestre de 2015. À época, Mista se destacava não somente pelo conjunto de saberes referentes ao funcionamento do sistema de transportes públicos de Belo Horizonte em seus aspectos técnicos, como também por sua quase infinita generosidade em acolher novos participantes no coletivo, além de sua disposição em tomar parte nas mais diversas intervenções militantes do coletivo. Mesmo diante da ruptura que originou o Movimento Passe Livre – Belo Horizonte, e das animosidades que se deram entre integrantes dessas duas organizações que compuseram a Frente Única Contra o Aumento, Mista sempre se dedicou a tentar estabelecer pontes de contato e atuação comum entre as duas organizações, sendo um dos principais responsáveis pela interlocução entre as diversas coletividades que atuaram na campanha de 2015. Nos dias atuais, Mista é assistente social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, além de trabalhar como programador computacional enquanto freelancer, também atuando como militante do coletivo Tarifa Zero.*

A entrevista que serviu de base a este documento se deu no dia 30 de setembro de 2017, na residência do entrevistado: a coleta de seu depoimento se deu a partir de sugestão de Valério Carna. Uma das características que mais marcou sua entrevista se encontra na fluidez com a qual Mista discorreu sobre diversos assuntos, oriunda de sua maturidade: seja nas relações tecidas entre sua trajetória profissional e sua inserção militante, seja na inserção de perspectivas compreensivas sobre a complexidade de cenários envolvidos em diversas circunstâncias conflituosas em que as organizações que compunham a Frente eventualmente criaram, suas formas de entendimento espelham um rico percurso vivencial individual. Por seu ângulo enquanto militante do coletivo Tarifa Zero, Mista não só recuperou toda uma riqueza de experiências desenvolvidas por esta coletividade em sua história, como igualmente forneceu uma perspectiva única e preciosa acerca de como esta organização se inseriu, refletiu e teceu juízos sobre a campanha de julho-setembro de 2015.

Por pedido do entrevistado, será usado um pseudônimo no lugar de seu verdadeiro nome.

Me chamo Antônio Mista. Tenho quarenta anos. Sou nascido no Pará, rodei muito - mas estou em Belo Horizonte há quatorze anos, já me considero de BH.

Estudei sempre em escolas particulares: meu pai era funcionário do Banco do Brasil, com um poder aquisitivo bem acima da média: ele meio fazia questão de botar em escolas particulares, de elite, inclusive - principalmente na época que eu morava no interior. Marcou bastante a história da minha adolescência, porque eu me sentia bem peixe fora d'água em Varginha²⁰⁵: uma cidade muito aristocrática, e eu me sentia bem deslocado.

²⁰⁵ Varginha é um município situado na região sul do Estado de Minas Gerais.

Aí eu fui pra Campinas. Fui fazer o terceiro ano lá, já com o foco em passar no vestibular: naquele momento ainda indeciso do curso que ia seguir. Foi uma época difícil também: tive muita dificuldade de me socializar com o ambiente de Campinas, que também me pareceu bastante aristocrático. Eu queria fazer História - tenho um gosto pela História até hoje -, e acabei convencido naquela idade a fazer Engenharia de Computação, porque eu também gostava de computador. Tenho educação superior completa: sou Assistente Social e Engenheiro de Computação.

Fiquei empolgado com a ideia de uma possibilidade de transformação

Na área de Tecnologia da Informação, eu era programador: sou, ainda programo muito. Eu gostava muito do movimento Software Livre, enxergava como uma coisa muito legal. Tive bastante preguiça, e muita desconfiança, da figura do programador como alguém que tivesse afim de realmente tocar uma armação mais revolucionária, mas achava o Software Livre, em si, uma proposta bastante revolucionária. Mesmo que os atores não tivessem totalmente claros que estavam cumprindo um papel desse, tive uma convivência boa. Tem uma divisão lá entre programadores, de quem vai pra lá do lado do Software Livre, e gente que vai pro lado dos sistemas proprietários - e eu claramente estava do lado do pessoal do Software Livre.

Nesse meio tempo eu me casei. Quando completei os cinco anos que eram previstos pra formar, eu meio que queria ganhar independência dos meus pais, que até então me sustentavam - pagavam aluguel e todas as contas -, e vi uma oportunidade de abrir uma empresa, porque trabalhei numa Empresa Junior. Era um esquema que muitas universidades têm, de alunos montarem uma empresa: tem CNPJ, é uma coisa relativamente formal, e o trabalho dos diretores da empresa, dos gestores, é voluntário - então era considerado sem fins lucrativos. Ela implantava projetos que eram cobrados - sempre voltados pro mercado -, e a gente subcontractava os próprios alunos da universidade pra trabalharem como mão de obra. Ganhava lá uma parte: a maior parte do valor ia pros alunos, uma parte ia pros gerentes, uma parte ficava na empresa, pra custear lá algumas despesas que a gente tinha.

A experiência terminou meio mal: teve um cliente que me processou na justiça. Um dia eu estava trabalhando, sem saber de processo nem nada, entrou polícia, advogado e mais num sei o quê lá na minha sala, mandou levantar dos computadores. Fizeram busca e apreensão, aquelas coisas: fiquei muito assustado. Abandonei o projeto, encerrei alguns sistemas que estava desenvolvendo, e já comecei a pensar em alternativas. Por coincidência, eu tinha feito um concurso aqui pra Belo Horizonte um pouco antes - a empresa já não ia tão bem assim. Logo depois, em um dia que estava voltando da reunião com um advogado, muito tenso, peguei uma cartinha lá com o resultado: estava

sendo chamado pra um concurso que tinha feito na área de TI em Belo Horizonte. Eu tinha intenção de mudar pra BH, já tinha formado - tinha passado pouco tempo que eu tinha formado -: aí vim pra cá trabalhar na área de TI.

Chegando em Belo Horizonte, trabalho como servidor: era CLT, uma empresa pública. Nessa empresa eu adotei uma postura interessante de relação de trabalho, em busca de autonomia mesmo: num certo sentido de fortalecer o braço do trabalhador em relação ao patrão e tal, então comecei a participar de greves. Embora nunca me candidatasse a sindicato nem nada, comecei a participar das greves, incentivar os colegas, tentar chamar. Nesse momento, tinha como perfil de esquerda os candidatos da esquerda tradicional: o Lula, até a primeira vez que ele ganhou, e dali pra frente, PSOL - votava sempre nos candidatos do PSOL, era o que eu tinha de esquerda até então.

Em algum momento quando eu estava trabalhando - tinha uma renda muito boa -, decidi fazer um curso de graduação novo, e ia fazer História. Fui analisar os currículos: os currículos de História eram mais diurnos. Acabei pegando um currículo do Serviço Social: parecia-me bastante completo, abrangente, e fui fazer mais a título de experiência - não era o curso ainda, fui fazendo matéria isolada na UNA²⁰⁶, fiz duas disciplinas. Nessas disciplinas tive contato com uma professora marxista que me chamou muita atenção - me interessei muito pelo curso mesmo. Acabei pegando gosto pelo curso: não só pela disciplina, não só pela abordagem histórica do curso - fiz o curso inteiro, até o final. Transferi pra PUC, e já comecei a participar de movimento estudantil: participava do movimento estudantil, mas nunca me candidatei aos cargos - gostava da ideia de participar como independente.

Em 2011, quando teve os desdobramentos da Primavera Árabe com os Occupys, entrei pra ocupação da Praça da Assembleia²⁰⁷: conheci pessoas que até hoje a gente convive em movimentos aí. Fiquei empolgado com a ideia de uma possibilidade de transformação: já tinha estudado muito Marx - já imbuído de perspectivas de esquerda teóricas também -, e gostei muito da ideia da possibilidade de uma revolução internacional - achei que tinha todos os elementos de uma transformação radical de realidade mesmo.

Entre de cabeça, achando que era um momento, uma perspectiva boa: comecei participando por causa de um amigo - era namorado de uma amiga minha da faculdade. Quando o pessoal ocupou, eu estava viajando: era um feriado, mas logo depois que voltei, fui pra lá conhecer. Aí montei minha barraquinha lá: dormia e acordava cedo, ia trabalhar. Muitas pessoas ficaram

²⁰⁶ Trata-se do Centro Universitário UNA, instituição privada de ensino superior existente em Belo Horizonte.

²⁰⁷ Trata-se da Praça Carlos Chagas, popularmente conhecida em Belo Horizonte como Praça da Assembleia, em virtude da sede da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais se situar em meio a seu conjunto arquitetônico. Inspirado pelo movimento Occupy Wall Street, militantes de organizações majoritariamente anarquistas de Belo Horizonte realizaram um acampamento em 2011 na Praça, em solidariedade aos movimentos Occupy que ocorriam simultaneamente no Egito, na Espanha e nos EUA.

praticamente 24 horas por dia, não cheguei a ficar nesse nível: fazia questão de ir todo dia lá, participava de todas as assembleias. Foram poucos debates políticos que a gente conseguiu empreender mesmo: em geral muito mais a sobrevivência da ocupação em questão. A maioria das pessoas que estavam formando aquele coletivo era independente - a grande maioria -: pouquíssimos com alguma inserção no movimento anarquista, um só que ficou do começo ao fim, outros iam e saíam - não foi uma presença muito marcante. Foi o primeiro contato que eu tive com um grupo anarquista que passou por lá: era o pessoal do COMPA. Inclusive, depois, a gente se reencontrou na A Outra Campanha²⁰⁸ - foi um pessoal que passou lá pela ocupa que fez A Outra Campanha aqui no Brasil, antes de 2013.

Lembro uma coisa que me agradou bastante: era um pessoal muito novo, inclusive menor de idade - podia até achar ser algum problema, mas gostei muito da ideia de ver gente nova. Eu já tinha por volta de trinta anos: estava achando muito interessante tá conseguindo chegar em uma população que, na minha idade, por exemplo, estaria preocupado com videogame - achei legal. Tinha uma perspectiva hackerativista, que tinha um pouco a ver com a minha formação: a galera do Anonymous²⁰⁹, que também me interessava. Me sentia minimamente parte do Anonymous, já que era uma coisa totalmente aberta - cheguei a participar de uma ou duas reuniões.

No Brasil quase não foi muito pra frente: ainda assim, foi um momento importante da minha vida militante - não gosto do termo militante, mas acabo usando pra simplificar a comunicação. Foi o ocupa que mais durou no Brasil, quiçá no mundo: foram 140 dias. Não incomodava, então ninguém precisou tirar de lá: era muita pouca gente. Tinha uma perspectiva que começou a ficar estranha: muita gente começou a falar de montar uma comunidade isolada no campo - auto sustentável, com algum princípio talvez de horizontalidade, que estava em pauta nos movimentos de 2011, uma coisa muito esquisita. Muito problema de sobrevivência de ocupação - os casos de machismo já eram comuns de dar problema na época -: gente que estava lá quase sem nenhuma perspectiva de que aquilo fosse um movimento, muito mais pra se encontrar. Então, com o tempo, dava pra perceber que não era exatamente uma coisa de revolução, de transformação da realidade: era mais umas experiências pessoais que estavam em questão ali, embora eu não goste de transformar aquele momento num momento descartável, sem sentido. Acho que ele teve inclusive

²⁰⁸ A Outra Campanha é o nome dado a uma iniciativa proposta nos anos 2000 pelo Movimento Zapatista de Chiapas, no México. Consistia numa campanha em favor do abstencionismo eleitoral conjugado à formação de instâncias de interlocução, conscientização e atuação conjunta entre interessados na proposta. Em Belo Horizonte, seus principais adeptos se encontravam entre algumas das organizações anarquistas e autonomistas atuantes na cidade.

²⁰⁹ Anonymous é o nome dado a uma rede de ativismo hacker mundialmente disseminada a partir dos anos 2000. À época, esta rede se tornou famosa seja pelo vazamento de dados governamentais e corporativos, seja pela defesa da Internet como plataforma de livre acesso, produção e disseminação de conteúdos.

uma semente importante, em Belo Horizonte, pro que veio a acontecer em 2013: um pessoal que passou por lá reaparece em 2013, com afinco - a grande maioria das pessoas.

Outro detalhe foi um cursinho popular que comecei a participar, com um pessoal que era dessa ocupa: quando estourou 2013, estávamos justamente viabilizando um cursinho popular numa favela lá no Oeste. Cheguei a dar até algumas aulas, mas por volta de 2013, eu praticamente abandonei isso aí: voltei só pra Assembleia Popular Horizontal - o negócio dissipou, voltei a me preocupar com a formação acadêmica.

A Assembleia Popular Horizontal cumpriu um papel importantíssimo aqui em Belo Horizonte

Já tinha passado as experiências - do ocupa, da A Outra Campanha -, e estava muito conectado no Facebook. Demorei um pouco pra chegar nas redes sociais, em relação às outras pessoas dessa época: acabei chegando no Facebook, e começando a me conectar com o que estava acontecendo em termos de movimento social no Brasil, e um pouco no mundo.

Quando teve a primeira manifestação lá em São Paulo, com muita repressão, eu fiquei muito mexido assim - achei que estava acontecendo alguma coisa diferente. Fiquei meio que torcendo - era o máximo que eu conseguia fazer -: cheguei a pensar em pegar o carro e ir pra São Paulo participar, achando que ia fazer diferença - um voluntarismo que, às vezes, toma conta da gente. No que estava avaliando essa possibilidade, surgiu a primeira manifestação em Belo Horizonte: foi chamada pelos anarquistas que eu tinha tido contato, e fui já sabendo que tinha vínculos pessoais com as pessoas que estavam fazendo o chamado.

Foi na Savassi - lá, a gente surpreendeu -: era pra ser uma reunião, dessa que a gente tá acostumado a ver dez pessoas, e a Praça encheu. Tivemos que tirar na hora de fazer um ato - com aquele tanto de gente na rua, tinha que fazer um ato -: não lembro exatamente o percurso, mas a gente fez o ato no dia, no final já imaginando chamar o segundo.

Quando chamou o Segundo Ato, foi certa disputa, porque uma militante do PSTU marcou o Ato na internet - só que ela marcou num horário, num ponto de concentração, diferente do que a gente tinha deliberado no final do Primeiro Ato. Tentei ficar fazendo um papel de articulação com essa pessoa, tentando conversar. Na minha cabeça, PSTU era uma galera ultra resistente - não dava ouvidos, fazia as coisas só do contra -: tinha essa visão do PSTU, que até mudou muito depois da experiência da APH. No final, tipo um dia antes - eu não lembro o dia -, ela topou mudar o horário, o ponto de concentração e tudo: aí o Segundo Ato fluiu.

Os atos não tinham figuras com papéis específicos - era ir, fazer o número. Não me envolvi em ações diretas, nem isso eu considerava apto pra fazer - o que fazia era chamar pessoas -: jogava

no Facebook, e muitos amigos, colegas de faculdade, primos que sempre tiveram um pensamento um pouco mais conservador da minha família, foram, porque acho que me viram indo. Vários amigos foram, porque me viram indo: lembro que ficava lidando com aquela coisa de chegar no ato, aquela multidão de gente, as pessoas que estavam indo chamadas por mim me procurando, muitos grupos - eu tentando articular esses grupos pra manter eles lá, porque o número era importante.

Lembro-me do primeiro ato - o mais marcante -, que a gente foi parada na frente da UFMG. Achava que a opção do enfrentamento era uma opção ruim: não sei se eu gritava “Sem Violência”, mas basicamente não queria que tivesse violência - achava que era importante manter a opinião pública do lado do movimento, e até esse momento tinha uma resistência muito grande às táticas Black Bloc²¹⁰ e similares. Quando aconteceu do primeiro cerco, eu me lembro de uma figura que conheço pessoalmente ter forçado a barra pra romper o cordão lá, e acabar gerando toda repressão: fui contrário. Achei que não era por aí, que tínhamos que tentar insistir, negociar - ainda achava que tinha que ser por aí -: mas com a resposta, fiquei mais indignado ainda com a desproporção da repressão. Lembro de amigos também da mesma forma - todo mundo contra a violência e tal -, mas com um sentimento de que a violência da polícia é outro patamar do que poderia se chamar de violência dos manifestantes. Comecei a ficar muito revoltado com a polícia - já fui mudando minha forma de encarar como se faz um ato. Muito de personalidade - sempre fui muito pragmático -: pra brigar com um cara que tá armado você vai morrer, então sempre achava que isso tinha que ser feito com muito cuidado. Teve uma sequência de atos: fui a todos, sempre com esse mesmo movimento de chamar pessoas e botar pra colar.

Acho que a APH foi depois do Segundo Ato, se não me engano. Fiquei empolgado com a ideia da Assembleia: 2011 deu essa tônica das assembleias, da horizontalidade. Gostei da ideia de ter um momento pra gente pensar o que estava fazendo: a tal falta de rumo, a tal falta de direção dos movimentos - pra mim a Assembleia era a estratégia mais acertada de como tentar dar rumo pras coisas, e acho que funcionou em grande medida. A Assembleia Popular Horizontal cumpriu um papel importantíssimo aqui em Belo Horizonte, pra tentar direcionar: ainda que tivesse numa luta entre polos de poder institucional, conseguia impor certa pauta - na divisão dos GTs, no discurso que a gente construiu. Na comunicação, que foi a primeira vez que eu me dei conta de como é importante: pra além de fazer um movimento, pra além de encher a rua, conseguir comunicar - eu comecei a participar na Assembleia Popular Horizontal no GT de Comunicação.

²¹⁰ Black Bloc é a denominação dada a um conjunto de táticas de protesto originadas no movimento autonomista europeu nos anos 1980, e normalmente utilizada entre militantes anarquistas e autonomistas em protestos de rua. Em geral, se uso se dispõe em duas funções: ações de autodefesa de manifestações de protesto, assim como atos de depredação de patrimônio privado de grandes corporações nas imediações dos atos de rua aonde a tática é utilizada.

Queria trabalhar, estava afim de gastar tempo e esforço: fui pro GT de Comunicação e achei legal - foi uma época que tive convivência com o pessoal do Fora do Eixo daqui de BH. Tinha gente da universidade também, tinha muito independente - era a hora que você trocava ideia com as pessoas cara a cara; era a hora que começava a formular pra você e pro outro qual que era a intenção daquele movimento que estava tomando o país. O que mais me interessou na experiência da Assembleia Popular Horizontal era uma coisa que já trazia antes: uma crítica, de botar a culpa do fato de não conseguir progredir mais as pautas da esquerda na tal divisão da esquerda. Tinha - ainda guardo em grande medida, embora hoje em dia com um pouco mais de amadurecimento -, uma visão de que a união da esquerda era fundamental pra conseguir fazer frente ao poder do capital, do sistema. E a Assembleia me pareceu esse espaço: onde não só organizações de esquerda, que até então que não se bicavam, conseguiam sentar, mas principalmente de gente independente que não queria se organizar, mas que queria juntar pra fazer avançar as pautas.

Na Assembleia, também tive uma experiência de convivência com o pessoal da cultura - achei muito doido, nunca tinha tido antes -: com a perspectiva da cultura também ser um motor de questionamentos, de conseguir espalhar as propostas, as concepções que a gente defendia enquanto movimento. Inclusive, participei ativamente mais pra frente, daquele movimento - A Ocupação²¹¹: sentia-me um tecnocrata, um cara que ia ser militante, mas fazendo um trabalho braçal e teórico - eu achei muito legal essa experiência. Foram os dois GTs que acho que produziram muita coisa: o GT de Arte e Cultura, que deu origem a essa A Ocupação, e o GT de Transporte.

Participei da ocupação lá na Câmara, da votação. Não entendi nada do que estava acontecendo, não sabia que o povo tinha votado: aquela coisa caótica, não estava enxergando nada. De repente uma figura em específico grita lá:

- Nós vamos ocupar!

Era uma pessoa que eu já conhecia do movimento estudantil, ligado ao PCR. Falou:

- Vamos ocupar! Vamos ocupar! Vamos ocupar!

E todo mundo foi: uma catarse que aconteceu. Talvez um pouco premeditada por essa figura, ou por esse grupo, mas foi meio que espontâneo, em boa medida: a direção e a

²¹¹ O nome de A Ocupação foi dado a uma série de festivais de rua de cunho artístico e cultural organizados por integrantes de diversos coletivos da cena cultural independente belo-horizontina que se deram em diversos espaços públicos de Belo Horizonte no período mencionado.

espontaneidade nem sempre andam separadas. Estava lá na hora, no enfrentamento com os seguranças: nunca levei muita porrada. Mais pra frente, em alguns eventos talvez, mas nunca lá, tomando um murro na cara do cara - mas estava perto. Achava importante fazer número ali, e pelo menos inibir a agressão dos homens.

Rolou a ocupação: ficamos, dormi na primeira noite. Também achei uma experiência muito interessante: deu visibilidade pro movimento aqui em Belo Horizonte. Na época eu trabalhava no CRAS²¹²: o pessoal da favela - que até então não tinha ouvido falar das manifestações e tal, não falavam sobre isso -, falava muito sobre a ocupação. Falaram que era muito legal: uma senhora me deu toalha pra levar pra lá, porque ela estava preocupada como é que a gente tomava banho, como é que se enxugava.

Achei que foi legal a ocupação: toda ocupação tem dificuldades muito grandes. Não é uma coisa que pode durar muito tempo - uma conclusão que a gente já chegou -, mas teve o papel de ser um encontro: um local de encontro das pessoas que estavam querendo botar aquele movimento em algum rumo, ainda que com visões muito distintas.

O pessoal da Esquerda Festiva²¹³ também surgiu ali em 2013, e me interessou - eu me senti parte em alguma medida da Esquerda Festiva -: convivia com as pessoas, e cheguei a sair com eles - era meio que uma resposta a essa arrogância que eu enxergava da esquerda antes, uma esquerda que não sorria. Gostava da ideia de gente que queria fazer festa junto com revolução: esse povo estava lá na Câmara, convivendo com os anarquistas, com o pessoal do PSTU, do PSOL. Então minimamente, com todas as dificuldades, as Assembleias começaram a ser lá, a coisa fluiu, e deu bons frutos.

Foi bom ter ocupado a Câmara.

A pauta do momento era mobilidade urbana

As Assembleias duraram muito tempo depois disso, e foram minguando: ainda assim eu insistia muito com o lugar desse encontro de organizações muito separadas umas das outras - e fui assim até o fim, até a última Assembleia, que tinha, sei lá, quatro, cinco pessoas. No final, deu pra notar que estava sobrando o pessoal mais ligado ao anarquismo; um ou outro independente que ainda aparecia por lá, mas eu insisti muito nela - ela durou mais alguns meses.

²¹² Trata-se do Centro de Referência de Assistência Social, instituição municipal que presta serviços assistenciais em Belo Horizonte.

²¹³ Esquerda Festiva era o nome de um grupo de afinidade de militantes independentes ou pertencentes a diversas organizações políticas e sociais atuantes em Belo Horizonte, a partir das Jornadas de Junho de 2013. Seus participantes eram conhecidos tanto por sua atuação em diversas temáticas quanto pela predileção pela boemia.

Quando começou a separar os GTs, achava que educação era a solução pro mundo e tal, que com educação o resto automaticamente ia se transformar de uma forma mais progressista: tinha certa tara com educação - era inclusive o meu projeto de TCC lá no Serviço Social. Mas, num instinto meio oportunista, entendi que a pauta do momento era mobilidade urbana: aí fui pro GT Transporte - fui pra esse GT achando que era ali que o negócio tinha que ser levado. Os outros GTs sumiram rápido - acho que não teve nenhum que durou muito não -: Educação mesmo não foi pra frente, que eu me lembre.

Fiquei incomodado, no começo, com a postura de algumas pessoas que estavam ali de uma forma muito agressiva. Sempre tive muito uma imagem do militante de esquerda - por isso que eu não gosto do nome - como uma figura altamente refratária: uma figura arrogante, que não estava disposta a dialogar, que tinha muita certeza, muita convicção. Depois, quando vim a ser militante, descobri também que não é só uma questão de disposição: é de energia também. Esse trabalho de comunicação, de troca com pessoas que tão acabando de chegar, perdidas, perguntando coisas muito básicas, isso exige um esforço. No movimento - ou como foi junho -, tínhamos que incorporar isso como uma estratégia que não passava por uma questão de personalidade. Uma coisa que nunca concordei era que a gente tem que entender que existe a personalidade que é mais assim, existe a personalidade que é mais assado. Não! Isso é uma questão de estratégia: o grupo tem que entender que é fundamental, pro processo ganhar amplitude. E aí tinha essa experiência de ver figuras lá, muito arrogantes e tal, e fiz o meu esforço de tentar me aproximando aos poucos, de leve - vi muita gente se afastando por causa disso.

No GT de Transporte essas figuras começaram a ser menos do que eu esperava: comecei a ver muita gente chegando com uma disposição muito boa de dialogar, de escutar, e de trocar mesmo. Sentia uma energia - pra usar um termo que num tem muita uma definição - boa no ambiente ali, de gente que estava afim de conversar: não era mais só aquele militante com todas as certezas já, com a direção toda na cabeça pronta. O GT começou a receber pessoas de outros vernizes: veio o pessoal mais ligado à Escola de Arquitetura propondo uma comunicação alegre - uma comunicação diferente do que estava acostumado a ver dos movimentos até então - achei isso como potência, muito interessante. Inclusive no Tarifa Zero tinha um debate, até 2015, sobre o nome do movimento: na época, a gente nem sabia se se entendia como movimento - eu era um dos que defendia muito que não tinha porque abandonar a Assembleia Popular Horizontal do nome. E tinha pouca gente que falava bastante que queria romper - não com esses termos, mas que queria apagar essa história da Assembleia Popular Horizontal -: começou a achar que a Assembleia Popular Horizontal era um lugar do anarquista. Não necessariamente do anarquista, era um lugar que já não servia pra nada - sei de muita gente do Tarifa Zero que não gostava de ficar associado

ainda à Assembleia Popular Horizontal -: defendi durante muito tempo que mantivesse o vínculo, reconhecesse o papel dela. Até que em algum momento em 2014, de fato, a Assembleia não se reunia mais, já não fazia tanto sentido: aí que fomos levados a adotar o nome do Tarifa Zero.

Descobrimos muito rápido que não ia ser assim

Na história do Tarifa Zero, até 2013, até 2014, tivemos muitas vitórias: muito empolgados com as possibilidades de chamar atos de rua a qualquer momento, e assim que chamasse, todo mundo ia vir, e o governo ia recuar. Descobrimos muito rápido que não ia ser assim: teve um evento de uma cobrança de uma taxa da BHTrans que as empresas foram isentas - correspondia basicamente a 5%, cinco centavos da tarifa. Chamamos atos de rua pra pressionar o Poder Público a transferir esse desconto pra passagem: já não deu muita gente mais - nem perto do que estava dando em junho de 2013. Começou a cair a real de que não ia ser tão fácil assim: a empolgação estava diminuindo, mas ainda assim o Tarifa Zero, como um todo, tinha um crédito muito grande no ato de rua, na importância disso.

Hoje em dia não conseguimos manter esse discurso não, mas dizíamos que o Tarifa Zero tinha o braço da comunicação, que era muito forte; tinha o braço da rua - da ação direta, na medida do que a gente conseguia fazer. E tinha o braço institucional: menos com relação a Poder Executivo, Legislativo, mais em relação ao Poder Judiciário. A gente topava pegar causa na Justiça, e pressionar Ministério Público: eram três braços que achava legal andarem juntos - embora sempre se tenha discutido na esquerda se é um ou outro, eu achava que tinha que ser os três. O Tarifa Zero tinha essa concordância, esse consenso.

As reuniões eram todas abertas, uma coisa que eu achava muito legal: o movimento ser aberto e horizontal, sempre tentando divulgar que ia ter reunião. A gente tentava fazer um ambiente acolhedor - outra coisa que era muito legal em relação ao que estava acostumado a ver de movimento -: em geral se fala em ser acolhedor, mas da fala pra prática é muito difícil. Chegar gente o tempo todo, ter paciência o tempo todo: entender que a efetividade das suas ações vai ficar comprometida pelo fato de que tem gente chegando, e que essas pessoas têm que se apropriar do que tá acontecendo, antes de sair fazendo. Até hoje, ainda tem debate sobre isso, no Tarifa Zero: ainda sou da visão de que você não vai abandonar nenhuma das duas coisas. Se, em algum momento, tem que fazer uma escolha de Sofia, que escolha por retardar um pouco as suas ações, pra garantir que pessoas continuem chegando, e continuem se sentindo parte daquilo. Embora nunca tenha participado, a gente ouve falar de organizações que geram mais diretivas: a pessoa chegava, já tinha atividades para fazer, muito embora tenha dificuldade também de dar atividade pro pessoal -

acho que tem gente que chega com a demanda de atividade. Achava que o mais importante é começar a reunião explicando tudo que a gente já sabia, que estava careca de saber: o fato de ser aberto é sempre contar que tinha novato no lugar, que tinha que saber de tudo. Talvez aí a diferença com o MPL: nunca tivemos discussões que precisavam ser sigilosas - a ideia do Tarifa Zero era nunca precisar.

Em 2014, por conta do processo de auditoria - super maquiado -, teve aumento de tarifa. Acho que ficamos decepcionados com o fato de ter tido o aumento em 2014, e também não ter conseguido reverter. Veio a Copa, foi uma ducha de água fria: não conseguimos nem sair do lugar. Aí já não era o Tarifa Zero - era o COPAC -, mas a gente se sentia parte, chamava os atos juntos, tentou. Nesse momento, o Tarifa Zero era muito mais do que a Assembleia Popular Horizontal, do que o COPAC: era o que tinha sobrado de 2013 que ainda tinha ressonância na sociedade. A gente era muito chamado ainda pra dar entrevista, pra ir a escola: fez um TEDx²¹⁴, teve muita inserção ainda na cidade.

Com o final da Copa, a gente começou a apostar mais na comunicação: continuaria fazendo os atos de rua, mas não ia fazer a qualquer momento, achando que ia encher a rua e conseguir recuar cinco centavos na passagem - ficamos basicamente a reboque dos aumentos de tarifa. As Ocupações duraram até 2014 - essa Ocupação Cultural -: achava elas muito legais, conseguiam ir mais longe. Fizemos uma no Barreiro, que me empenhei muito pessoalmente: foi um dos dias de momentos de muita euforia. Lembro de datas específicas de muita euforia: a ocupação da Câmara foi uma, a Ocupação Cultural, que lançou a campanha do Tarifa Zero foi outra, essa A Ocupação do Barreiro também. Estava enxergando muito do que eu vinha estudando na faculdade acontecendo: tinha fórmulas que na faculdade me pareciam muito abstratas, que estava conseguindo enxergar na prática. Era o acesso a bairros afastados, sair do Centro, envolvia cultura: uma transformação, agregar pessoas que não estavam necessariamente militando em partidos - muito dos elementos que eu achava que compunham uma fórmula pra possível revolução.

O Tarifa Zero tem a proposta principal de convidar as pessoas a pensar na possibilidade de um transporte que não tenha que pagar tarifa na catraca - muito difícil, ao longo da vida do nosso movimento, se manter fiel a essa pauta. Então a luta contra a tarifa não é uma luta direta e imediatamente pela tarifa zero, a luta pela linha no Aglomerado da Serra²¹⁵ não é uma luta pela

²¹⁴ TEDx é uma organização voltada a elaboração de conferências patrocinadas por entidades internacionais sem fins lucrativos. Originária nos EUA nos anos 2000, seu modelo se disseminou mundialmente, contando com edições nacionais realizadas em Belo Horizonte: em geral, suas conferências se caracterizam por convites a personalidades e organizações consideradas portadoras de inovações em diversas searas de atuação entre a iniciativa privada e o ativismo de organizações não-governamentais.

²¹⁵ Entre os anos de 2017 e 2018, integrantes do coletivo Tarifa Zero desenvolveram todo um conjunto de atividades militantes em meio aos moradores das comunidades que formam o Aglomerado da Serra, situado entre as regiões

tarifa zero, e até a ideia da tarifa zero não é uma que tenha tanta adesão mais - tivemos muita adesão em 2013.

Quando decidimos fazer a primeira Busona, foi uma ideia que apareceu numa Assembleia, parecia estapafúrdia - meia dúzia ali botou fé, eu não. E deu muito certo: a primeira Busona foi no carnaval. Tem muito a cara que eu gostava: se afastava da tradição dos movimentos de esquerda de encarar o carnaval como um espaço de não penetração da nossa pauta - conversou com muita gente, deu reflexo na cidade inteira. Levava nesse momento a alguma reflexão: era muito legal descer num ponto e falar que a tarifa é zero, que aquilo é outra proposta de mobilidade - as pessoas conseguiram ouvir isso. Em geral é difícil ouvir: com um megafone na rua, ninguém presta atenção no que você tá falando. Na hora que você bota um ônibus ali, com uma faixa, com um colorido, com alguma coisa chamando, e as pessoas entram, é até muito gratificante. Fizemos experiências: circulando no Centro, indo até Contagem, mas sempre na perspectiva de não tentar fazer o ônibus fretado. Tivemos sim algumas situações que fez um ônibus mais ou menos fretado pra levar a galera pra Izidora, mas era pra levar os militantes - já não conversa tanto com a cidade. A experiência das Busonas foi muito legal: a gente foi até chamado pra fazer a Busona no Festival de Inverno da UFMG. Mas foi-se entendendo que dá trabalho fazer uma Busona: não é uma coisa tão simples - o pessoal foi cansando, parou de fazer. Em geral, da forma que o Tarifa Zero se estrutura, essa energia não tinha muito como garantir: é um movimento muito espontâneo. Hoje em dia as poucas pessoas que tão lá são muito comprometidas, mas em geral não conseguiam contar muito com comprometimento: se falava que ia ter, no dia apareciam algumas pessoas - muitas não apareciam -, e aí fazia. Embora todas as Busonas tenham funcionado, acho que o pessoal cansou: não conseguiu ficar fazendo muito, mas sem dúvida foi uma das experiências mais legais do Tarifa Zero.

Teve desdobramentos - no carnaval, a Skol se apropriou²¹⁶ -: as cores foram muito parecidas, a ideia foi muito parecida. Eu achei legal: achei muito bom. Na época, tínhamos uma séria divergência: o pessoal queria sair metendo o pau lá na página. A primeira Busona da Skol foi até mais interessante que a desse ano: esse ano eles fizeram literalmente ligar a Savassi ao Santa Tereza. No ano anterior, não: o ônibus circulava a Contorno inteira - achei que foi mais positivo do que negativo. A gente também não ia dar conta de ficar fazendo Busona no carnaval, o trabalho que dá: a galera gosta de pular carnaval, não tá afim de perder um dia inteiro na Busona. Eu gosto de carnaval muito mais pelo outro do que pra mim - não sou tão fã de carnaval -: vou, danço um

Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte. De sua atuação conjunta, foi criada uma linha suplementar de ônibus, interligando parte das comunidades do Aglomerado à linha de metrô existente na capital mineira.

²¹⁶ A partir do carnaval de 2015, a patrocinadora oficial do evento em Belo Horizonte desenvolveu uma iniciativa de marketing promocional, que consistia numa cópia para fins mercadológicos da iniciativa do coletivo Tarifa Zero das Busonas de carnaval: seus ônibus disponibilizavam gratuitamente transporte para foliões se deslocarem majoritariamente entre blocos situados na região central da capital mineira durante o feriado.

pouquinho, esse ano quase não fui nos blocos. Mas participar da Busona no carnaval pra mim era o máximo, - gosto é de labutar -: gosto de dançar, mas gosto de labutar, então estava lá labutando e curtindo o carnaval, da minha maneira.

É uma ferramenta que a gente continua usando, mas vai ser mais pontual, provavelmente. A gente fez Busona circulando na Serra, pra simular a linha que ia fazer, com muito sucesso também - repercutiu muito lá na Serra. Várias pessoas foram me perguntar depois porque a Busona tinha parado: achou que estávamos fazendo a linha mesmo, por mais que a gente tenha tentado tomar esse cuidado na hora de divulgar.

Em 2014, depois da Copa, senti um refluxo grande no movimento: o Tarifa Zero teve uma curva descendente de gente que ia na reunião - de junho de 2013 até 2015, foi caindo. Muitas pessoas que eram bem orgânicas já foram saindo. Nunca tinha uma justificativa exata, de discordância teórica - pelo menos não era expressa -: basicamente o pessoal meio que foi cansando de ficar fazendo reunião toda semana, e não conseguir ver muito resultado - a gente parou de produzir resultados significativos - e foi abandonando. Nesse tempo, existia uma leitura de que o Tarifa Zero era um lugar de disputa, o que quer que signifique - pra mim isso não significa quase nada -: não conseguia enxergar o que estava sendo disputado. Até hoje, tem gente que faz essa leitura: então, o que eu achava mais legal na Assembleia Popular Horizontal - ter gente de diferentes organizações, minoritários em relação aos independentes -, fazia com que as pessoas compondo essas organizações enxergassem aquilo como um movimento estudantil, que estava ali pra recrutar militante, ou que estaria ali pra dar a direção.

Tentei que isso não acontecesse, não tomasse conta do Tarifa Zero: mas sinto que não consegui - tanto é que todo mundo saiu em algum momento. Quase ninguém saiu do Tarifa Zero pra ser militante no partido A ou B, ou no movimento anarquista: todo mundo que era independente ou saiu por motivos pessoais, ou ficou - então foi uma visão muito pequena, de não conseguir enxergar isso. Tanto que as disputas de argumento na Assembleia, nos momentos das reuniões, na hora que a gente ia pro GT Bar²¹⁷, as pessoas tentavam transformar em questões partidárias. Acho que estamos acostumados com isso: só consegue enxergar uma divergência como blocagem, como uma estrutura direcionada, partidária, que mandou o cara ir lá e decidir desse jeito - e isso contaminou o Tarifa Zero muito tempo, nesse período de 2013 até 2015. E a saída dos anarquistas foi certamente reflexo disso: perdemos a capacidade de diálogo.

Eu acho que os anarquistas devem ter percebido que ali era um lugar de muita gente independente: mas também era um lugar onde tinha uma figura específica, que tinha muita voz no

²¹⁷ As confraternizações entre participantes das reuniões do coletivo Tarifa Zero eram carinhosamente apelidadas de GT Bar por seus integrantes.

movimento, que era de um partido, e que inclusive foi candidato. Não tem nada de curioso nisso, mas quando os anarquistas saíram, achei que foi a hora que a gente perdeu mesmo: foi uma derrota pra mim. Eu queria que todo mundo continuasse ali: os anarquistas não iam só na reunião - eles iam, e ajudavam a fazer as coisas que tinham que fazer depois, apesar de que sempre foi difícil. Ir na reunião é uma coisa, fazer a coisa, depois da reunião, é outra: até hoje temos dificuldades - como é que sai de uma reunião e transforma aquilo em ação. Em alguma medida mais ou menos, uma figura ou outra pode realmente num ter feito muita coisa, mas estava lá na reunião: ajudando nos debates, trazendo argumentos e perspectivas interessantes a respeito da importância de manter a rua, de fazer o ato. Lembro-me de debates, de gente achando que ato de rua não vale a pena, porque fechava o trânsito e tal: foi um debate muito interessante. Tinha realmente pontos de vista que faziam muito sentido, mas venceu o debate de que não: por menos que ela cause muito impacto, é importante fazer essa ação direta sim, nós vamos continuar fazendo. Quem perdeu não saiu, sabe? Tem uma história longa do Tarifa Zero de debates que podem ter alguma raiz aí na concepção ideológica no movimento A ou B: mas os debates foram feitos, e as pessoas foram convencidas. E o fato de ter muito independente no Tarifa Zero ajudou a manter por muito tempo as pessoas aceitarem perder os debates. Não perdia pro partido tal: perdia pra um tanto de gente, então tem que aceitar. Aí, pessoalmente achei uma derrota - pro movimento achei uma grande derrota -, ter saído os anarquistas: achava que era quem tinha até mais experiência de ação de rua.

Depois, quando a gente ficou sabendo que tinha se fundado outro movimento com esse pessoal, achei bom, achei positivo. Preferia que tivesse ficado junto: se não estava dando pra sentar e conversar, pelo menos continuasse fazendo, porque as pautas iam ser as mesmas. Tenho divergência com todo mundo que saiu, obviamente, mas sei que a pauta ia ser a mesma: o conjunto de estratégia poderia variar um pouquinho aqui, outro ali, mas iam ser as mesmas. Então achei positivo sim ter outro movimento, até porque trouxe mais gente. O fato de ter surgido um movimento já com um perfil mais delineado, não tão querendo abraçar todo mundo, como o Tarifa Zero se propunha: trouxe gente que também tinha resistência em participar de movimento muito aberto, que estava afim de participar de uma coisa mais delineada, trouxe esse povo pra luta - isso pra mim era o mais importante da história. Faltou um amadurecimento do Tarifa Zero de conseguir entender que fundou um outro movimento, vai ter um outro nome: automaticamente, várias pessoas do Tarifa Zero já acharam que aquilo ali era uma dissidência, uma ruptura, que a partir de então nós estávamos disputando alguma coisa. Quem ia puxar o ato, qual que ia ser a cor da faixa, achou que tudo isso ia ser a tônica, a partir de então, dos movimentos de mobilidade na cidade - eu achava que não precisava ser.

A federalização só se tornou mais delicada porque coincidiu com o fato da gente ter tomado conhecimento que tinha um novo movimento de mobilidade na cidade: isso, de alguma forma, ia mexer com o orgulho de quem estava no Tarifa Zero - pra mim, isso foi mais forte do que o fato da federalização não ter saído pro Tarifa Zero. A história da federalização volta lá em 2013, que a gente estava começando a considerar essa hipótese. Chamamos o MPL pra vir aqui dar o aulão no dia de lançamento da campanha, em setembro: tivemos um bom diálogo com a representante que estava aqui, na época. Esse diálogo se manteve em alguma medida via rede social - a gente se comunicava. Sentíamos que o MPL botava fé no Tarifa Zero, mas as condições que a gente teria que assumir pra federalização envolviam assinar lá uma tal carta de intenções, que tinha um discurso que exigia tomadas de posições que o Tarifa Zero, até então, não fazia questão de tomar. Tinha gente que concordava demais com a carta, mas o ponto vencedor na época era de que por mais que concordasse com a carta, não queremos limitar que pessoas venham a participar do Tarifa Zero porque eles não concordam - seja com a carta, seja até com a linguagem da carta, e aí a decisão foi essa. Embora se achasse que seria importante tá articulado nacionalmente, o que ia ter que se assumir, em troca desse ganho, considerávamos que poderia ser um prejuízo: o Tarifa Zero tinha essa intenção de ser um movimento que se espalhasse - não é a ideia de ser um movimento, uma organização limitada, que fosse de tempos em tempos chamar um ato. Perdemos a perspectiva de nacionalizar o processo, mas depois a gente veio a ouvir também do próprio pessoal do MPL de que a Federação não estava andando: estávamos imaginando uma coisa que não ia se concretizar também não. E aí, coincidiu de ter surgido um movimento, esse movimento inclusive usar o nome do MPL, e isso dar uma visibilidade. É interessante - por isso que eu gosto de falar do que a gente acha, e o que as pessoas que são de fora acham -: ninguém sabe que existem dois movimentos de tarifa, de mobilidade urbana na cidade. Ninguém sabe: as pessoas chama a gente de Passe Livre o tempo todo, chamam eles de Tarifa Zero. Pra cidade não mudou, não aconteceu nada: pra gente aconteceu, mas pra cidade não aconteceu.

A batalha de 2015 foi uma batalha árdua

Saiu o boato do aumento - no começo, eu não botei muita fé: achava que o pessoal era meio alarmista, mas muito rápido já mostrou que não era só um boato, e a gente decidiu que ia precisar chamar pra Frente Ampliada. Fomos convidados, pelo MPL, pra formar uma Frente: ia ter que ir pra rua - eu não lembro tanto, a minha memória não é muito factual.

Entramos na Justiça: até antes, nas iniciativas que teve na esfera judicial, foi uma ação autônoma nossa, mas muito protocolar - no âmbito das minúcias do judiciário, uma Portaria que não

saiu do jeito que tinha que sair. Em 2014, tivemos uma denúncia pro MP, que suspendeu o aumento por um tempo: foi uma denúncia que era menos jurídica, mais técnica, com uma parceria lá da galera da Auditoria Popular da Dívida.

Fizemos várias intervenções, na época. Sempre teve a história de fazer aulão: no lançamento da campanha, foi um aulão também lá na frente da Prefeitura, em 2013. Não foi a gente que inventou: eu já sabia que estava rolando essa história de aulão em outros lugares, a gente fez alguns. Esse de 2015 foi porque a ideia do aulão é conseguir conversar com a cidade - bastante gente foi. Não sei se pode ser o principal instrumento, acho importante, a gente continua fazendo.

Tem aulão: você vai no aulão e vê e tal. Por mais que não muita gente vá, acho que reforça o que, no final das contas, é um debate político: tentamos instrumentalizar tecnicamente, mas sabemos que é um debate político - tem que atirar nos dois sentidos. Não adianta você fazer uma coisa só ou outra: o que a gente estava acostumado a ver de luta contra a tarifa era só o “Não pode aumentar. Não pode aumentar, porque não pode, porque o povo vai sofrer.” A gente achava que podia ligar o “Não pode” com o “T tecnicamente também não pode, é contra a lei, contra a lógica” - acho que tinha esse papel.

Participei muito do aulão, eu e mais uma pessoa - foram mais pessoas, mas tinham duas pessoas específicas que se dedicaram mais -: a gente conseguiu construir argumentos técnicos precisos, que estavam abertos. Pouca gente de fora do movimento leu, debateu, e ajudou a construir. Acho que, do jeito que foram construídos, a ação e o aulão ajudaram a criar uma sensação na cidade de que aquilo lá não fazia sentido nenhum, em nenhuma perspectiva. Conseguimos travar uma batalha discursiva que é sempre muito difícil, com a mídia, com a Prefeitura: conseguimos chamar pro debate - em geral, falamos, e eles ignoram. Nesse momento, a gente conseguiu chamar pra esse debate, e a cidade - ainda que mais restrita ao alcance da mídia social e dos grupos de esquerda -, entendeu que era realmente injustificável em todos os sentidos: tanto no técnico quanto no jurídico, no social, era injustificável - acho que foi importante a batalha.

A batalha de 2015 foi uma batalha árdua: foi a primeira que achei que tinha muita chance de ganhar - a gente já tinha meio desistido, depois de 2013. Tinham acontecido dois aumentos até então, achamos que não conseguíamos segurar aumento mais. Já estava até discutindo se o Tarifa Zero vai existir só pra derrubar aumento, se consegue fazer outra coisa. Mas esse de 2015 eu claramente olhei pra aquilo, e falei:

- Se não for esse aqui, a gente num consegue derrubar mais nenhum. Então vamos com tudo nesse aqui.

Foi uma entrega pessoal, de 100%: como quando você tá fazendo um exercício físico desse que tá quase morrendo, mas que tá tão entregue, imbuído ali, que tem uma dose de adrenalina que não te faz sentir cansaço, nem dor - entrei muito nesse processo. Fiquei sentido pessoalmente, porque não vi das outras pessoas do meu movimento se entregarem minimamente, em minha opinião: poucas pessoas se dispuseram a algum nível de entrega. Muitas também porque estavam achando que não era o objetivo do Tarifa Zero só ficar fazendo luta contra o aumento: isso não era a única coisa que fazemos. Então, tudo bem se aumentar e não conseguir derrubar: que a gente num sofra tanto - e eu não. Estava disposto a sofrer, queria realmente segurar de qualquer jeito, achava que tinha condição de fazer luta de rua.

O primeiro desgaste foi numa reunião da Frente sobre o que ia tá escrito na faixa, a cor da faixa. Eu não chamaria de desgaste, porque acho que foi um debate que chegou num consenso: conseguiu tirar um conjunto de cores que satisfaz os dois coletivos, conseguimos tirar uma frase que satisfazia os dois coletivos. Não sei se era visão do Tarifa Zero - mas pessoas que eram do Tarifa Zero achavam que a pauta, a frase podia remeter ao fato de que judicialmente o aumento era ilegal - , e algumas pessoas do MPL não. Independente de ter razão ou não na Justiça, todo aumento é um roubo, e é isso - acho que essas duas pessoas, cada lado, não se convenceram. Mas as outras pessoas dos dois movimentos concordaram que não precisava ser nenhuma dessas duas - que poderia ser uma terceira, que foi a frase que ficou -: o aumento é um roubo, esse aumento é um roubo. Chegou a causar algum desgaste isso aí, porque ficou parecendo que era posição do movimento A contra a posição do movimento B, mas acho que passou rápido.

Teve o ato da Rua da Bahia, que foi um ato que foi bem conduzido. Não acho que tomamos atitude errada nenhuma: o fato de ter virado aqui ou ali, ou tal hora ou tal, ou não ter virado tal hora, ter liberado uma faixa, se é que a gente tinha condição de liberar faixa ali - acho que foi bem conduzido. O pessoal se irritou porque não deu errado - acho que deu super certo, aliás -: mas o fato de ter tido a repressão, e depois toda essa angústia, essa adrenalina que aquele momento causa, te faz querer começar a jogar no coleguinha a responsabilidade por alguma coisa ou outra. Assim, não teve, definitivamente não teve: tinha gente do MPL, tinha gente do Tarifa Zero na comissão de organização. As decisões estavam sendo meio atribuladas, porque ali também é difícil dialogar com calma, mas nada que tivesse sido determinante pro insucesso da parada, ou mesmo pra repressão: acho que a repressão ia acontecer, o pessoal estava decidido a reprimir, e não é o comportamento A ou B que ia mudar isso não – inclusive, ao fritar dos ovos, a gente liberou a faixa.

Foi acontecendo muita coisa na esfera do imponderável, que ajudou a gente: a repressão na Rua da Bahia, a prisão lá no Hotel Sol - muita cagada do poder institucional colaborou. A forma

com que a Prefeitura tentou vender a ideia também foi fraca, foi ruim: estávamos com a faca e o queijo na mão, ainda que não dê pra subestimar o poder dessa outra galera.

A gente foi pra delegacia, acabou que não prendeu porque não cabia, mas enfim, nós ficamos lá dentro do ônibus, tomando nosso chá de cadeira. Assim que foi liberado lá do evento do Hotel Sol, da prisão, uma figura que de fato eu me relaciono muito bem nos movimentos - a gente sempre defende as mesmas pautas - nos procurou: ela quis tomar uma decisão ali, não chegou a ser uma APH - não sei se tinha alternativa não, é uma decisão que precisava ser tomada rápida. Ela chamou uma pessoa do Tarifa Zero, uma pessoa do MPL, e botou os três pra conversar, pra falar do que estava acontecendo da Izidora: propôs da gente fazer o Segundo Ato incluindo a pauta da Izidora. Minha posição pessoal na época era tanto pra manter a aglutinação, quanto pra engrossar o ato: ter o pessoal das ocupações num ato de mobilidade pra mim era o máximo. Eu topei na hora, a pessoa do MPL topou também - não sei se podia ter tomado aquela decisão sozinha, mas topou. Me parece que depois, dentro do MPL, o pessoal não concordou com a decisão, mas de fato, ia ser uma coisa que tinha que ser decidida rápido: se não me engano, o ato ia ser no dia seguinte. E não concordou por bons motivos: tem o argumento de que se você pulveriza a pauta, você perde. Agora esse argumento, pra mim, não era bom: não chegamos a debater ele, não chegou a fazer a APH pra isso. De novo, é o que a gente diz, e o que as pessoas tão ouvindo: podia botar lá vinte pautas, desde a defesa LGBT, anti-machismo, que com certeza a cidade ia ver aquele ato como um ato contra o aumento da tarifa. Então valia a pena correr um pouco esse risco de pulverizar, apesar de que era só mais uma frase: sei lá, era descrição do evento no Facebook - uma coisa que não valia uma ruptura assim.

De fato o ato aconteceu com as ocupas: fortaleceram, foi muito legal o lugar onde eles estavam. Muda a cor do ato: impressionante como é que muda a cor mesmo do ato, das pessoas, achei que foi positivo. Eu não sei dizer até que ponto isso gerou um atrito maior aí - o Tarifa Zero não estava nesse desgaste: pro Tarifa Zero, se fosse com ou sem não ia mudar muita coisa. Acho que o desgaste realmente ficou muito lá com o MPL e com os movimentos de moradia: talvez por isso o pessoal nem apareceu muito mais nas outras ações que a gente fez. E tanto eu estava certo na minha forma de pensar que a gente ganhou nas esferas jurídicas, no debate, na rua: teve a repressão na Rua da Bahia, o ato seguinte foi explosivo. A cidade inteira - assim, muita gente - foi pra rua, e eu acho que quem não foi também apoiou decisivamente. Então, eu achei que deu tudo muito certo, seguiu um caminho muito certo.

Culminou com a ocupação da Câmara: antes da ocupação teve a decisão judicial - a gente ganhou em todas as instâncias que eu achava que existia. Não sou do Direito, mas até onde conhecia, achei que já tinha ganhado em todas as instâncias que podiam ser disputadas, então, pra

mim, já estava dado. Aí, veio a notícia de que a gente perdeu numa manobra nebulosa, de rodapé de lei tal, num sei da onde: uma pessoa sozinha conseguiu ir lá e derrubar tudo que os vários outros juízes, desembargadores do TJ - uma galera super difícil de ser convencida por uma pauta popular - já tinha sido convencidos. Teve uma manobra de uma figura específica lá, e conseguiu derrubar. A Prefeitura recorreu: a juíza suspendeu a decisão da cautelar inicial, porque ela ia analisar. Então foi um tempo que ela ficou analisando: tinha que voltar o valor da passagem, porque ia analisar. O tempo que ela ficou analisando foi quando a gente chamou os atos, e ocupou a Câmara. Depois que desocupou a Câmara, no dia seguinte, ela analisou e deu ganho pra gente.

A ocupação da Câmara foi um momento de tentar manter a pauta na imprensa, não deixar morrer, e meio que torcer pra um imponderável, já era praticamente perdido ali - foi depois disso que ocupamos a Câmara. Tinha uma ideia que surgia sempre, de que por mais que a gente não conseguisse barrar o aumento, tinha que manter o máximo possível na mídia, na imprensa, o fato de que o aumento era inaceitável pra, ao mesmo tempo em que gerava um desgaste em quem propôs, mostrar uma força do movimento. Mantém a pauta por um tempo maior na imprensa: isso era visto como relevante. Não sei se pode chamar de ato de desespero, mas foi uma medida que ainda parecia efetiva na época - ao mesmo tempo desesperadora, mas também eficaz, pra mim.

Ir pra Câmara foi o momento mais desgastante. Tem aquela convivência diária e assim, gente que eu botava a maior fé parecia que estava fazendo picuinha comigo. Foi desgastante, mas ainda assim, eu enxergava aquilo como uma daquelas coisas que falei lá da adrenalina: uma coisa que eu tinha que suportar, porque ainda era o momento, ainda era a oportunidade de barrar um aumento, de fazer isso com luta, junto com a estratégia jurídica, junto com a comunicação - ainda achava que era a especialidade do Tarifa Zero. Foi muito desgastante essa convivência diária: foi o momento que, do Tarifa Zero mesmo, só duas pessoas conseguiram ter estômago pra sustentar. Do MPL tinha mais gente e tal, e eu me senti um pouco abandonado pelos meus pares, fiquei mal com isso: chamei a atenção do pessoal na reunião, meio puto, um sentimento de abandono - mas dá pra entender, foi um momento desgastante.

Estava tendo aquela discórdia, não era só uma questão de tática em específica, era uma divisão ideológica, que era inconciliável: tentei argumentar que não. E aí depois, na ocupação da Câmara, teve eventos práticos mais específicos, que geraram irritação. Momentos que a gente não queria eventualmente entrar num atrito com os seguranças da Câmara: não porque eu não queria entrar de forma alguma, mas porque não via necessidade que entrasse em atrito, naquele momento. Não posso chamar do coletivo, mas várias pessoas do MPL achavam que tinha que partir pra um enfrentamento naquela hora: aquela era uma forma de luta política em algum momento, em alguma medida também. E aí, nessa discordância, teve um enfrentamento: por mais que eu tentasse impedir,

as pessoas em algum momento podiam ir lá e brigar com o segurança - você não vai ficar o tempo todo policiando.

Um detalhe importante: eu me decepcionei muito com a pouca adesão da esquerda às ações dentro da Câmara. Puxamos festa, tentamos puxar coisa todos os dias lá, com uma adesão muito baixa: isso gerou raiva de quem estava na ocupação, de quem estava de fora, mas me fez pensar também em até que ponto a gente não conseguia manter a unidade de esquerda, num momento que era tão óbvio que tinha que ter uma unidade. Eu acho que não apareceu porque a gente não conseguia manter um diálogo mínimo, no processo, que garantisse a presença deles lá.

Uma coisa que acho que vale destacar desse percurso aí da luta de 2015. Eu uso o termo imaturidade, mas é um termo meio arrogante: quando falo imaturidade, é de aprender com os erros da esquerda, sem precisar ter vivido eles. Um momento que você vê uma oportunidade clara de avanço numa pauta, e que pode fazer um exercício de ignorar uma provocação, que soa como provocação, sendo que o que geralmente uma pessoa consegue fazer é exatamente o contrário: pegar uma fala isolada qualquer, e transformar aquilo numa provocação, numa disputa de organizações e tal - o que eu chamo de imaturidade é isso. Tinha que ter certa sabedoria ali, dos dois coletivos: talvez até mais do Tarifa Zero que eu fazia parte - achava que o Tarifa Zero tinha esse perfil de diálogo com amplos setores, com organizações e tal -, eu cobrava isso mais até do Tarifa Zero. do que do próprio MPL. Isso não aconteceu.

Foi no final de 2015 que a gente teve a vitória: durou um mês, um mês e pouco, e depois teve uma derrota muito grande. Depois dessa derrota, não conseguimos muito caldo pra fazer mais nada: tanto no campo jurídico não tinha mais pra onde ir, quanto no campo da rua, não tinha mais o caldo de manter a mobilização. Fiquei bem mal, pessoalmente - foi um tempo que eu ia nas reuniões sem muita fé mais -: a empolgação toda que eu tinha até essa data praticamente se esvaiu.

E se esvaiu pelos dois motivos: não só por ter perdido a ação, como por a gente ter fracassado nessa proposta de aglutinação - isso tudo que eu falei aí. Pra mim, foi um fracasso do que eu entendia que era importante pro Tarifa Zero, e do que o Tarifa Zero em larga medida compreendia também que era importante - embora figuras específicas não aderissem muito a essa ideia não -: queria rachar mesmo, tocar seu barco sozinho. Mas o movimento em si, quando sentava pra conversar e tirava na reunião, a gente tirava que íamos junto, ia fazer o negócio mesmo de verdade - não ia ser só aparência não.

A gente estaria fazendo outras coisas mais interessantes se essa ruptura não tivesse acontecido

Eu não vou falar nada novo não, mas vou tentar dizer com outras palavras: 2015 foi uma oportunidade muito boa pros movimentos de esquerda em Belo Horizonte se unirem em torno de uma pauta que permeia claramente todos eles, do stalinista ao anarquista.

Um momento que já tinha uma dificuldade da divisão do Tarifa Zero com o MPL: era um desafio conseguir compreender, ou ser mais tranquilo quanto a essa separação, precisava duma unidade grande ali, e a gente perdeu a oportunidade de criar essa unidade. Por outro lado, não foi isso que fez com que a tarifa acabasse aumentando meses depois: com todas essas dificuldades, com tudo de errado que fizemos, a gente fez. Tinha que ter aprendido aquilo muito mais, pras próximas vezes: acho que tem reflexos disso até hoje.

O pessoal de São Paulo fala muito isso: eles não entendiam como é que em Belo Horizonte anarquista sentava com stalinista, não entendiam como é que a gente conseguiu se conversar tanto. São Paulo não entendia isso, o Rio não entendia isso, isso virou uma marca de Belo Horizonte: como é que Belo Horizonte estava conseguindo fazer essa conversa, e eu, no meu ego, me sentia parte dessa conquista. A luta de 2015 meio que mudou um pouco o rumo dessa construção de unidades que a gente tinha. Não tem a ver só com luta de tarifa: tem a ver com a Resiste Izidora, tem um pouco a ver com uma das ocupações, de como conseguia sentar e lutar junto - como é que a gente conseguiria lutar, sem ficar criando desgaste.

O desgaste pra luta da tarifa em 2015 não fez diferença: pros meses e anos que se seguiram, causou diferença. Existe até hoje momentos que essa divisão - embora ela não esteja mais na ordem do dia, acredito que nem pro Tarifa Zero nem pro MPL -, aparece um pouquinho. Vem à tona um pouquinho, e ainda causa algum mal estar: provavelmente a gente estaria fazendo outras coisas mais interessantes, se essa ruptura não tivesse acontecido lá em 2015.

Não sei se isso é uma obrigação, mas eu ainda acho que é a melhor estratégia quando se pensa em lutas de esquerda, em luta de transformação. Todo mundo fala, e ninguém consegue fazer isso: pega essas divergências no programa, e na hora que você tá precisando uma união na pauta, enfia essa divergência lá atravessada e acaba rompendo. Dificultando uma unidade, na hora que você mais precisa de unidade - acho que é uma conclusão.

Agora, com muitos erros também, o Tarifa Zero também não conseguiu. Talvez tenha conseguido mais do que as outras tentativas, mas o Tarifa Zero não conseguiu fazer isso, como eu gostaria que conseguisse. Essa é um embate ainda lá dentro do Tarifa Zero: até que ponto a gente tá disposto a ser aberto a quem é independente, a quem é de organização. Até que ponto enxergamos essa pessoa como aliada, ou se achamos que essa pessoa tá lá pra roubar militante da gente, sabe?

Essa divergência ainda existe até hoje - eu acho uma pena assim.

ANEXO 4 – RELATOS SOBRE A TRAJETÓRIA DO BLOCO FILHOS DE TCHÁ THCÁ DURANTE A RETOMADA DO CARNAVAL DE RUA DE BELO HORIZONTE (2010 – 2013)

7.1 – RELATO DE RAFAEL BARROS

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Rafael Barros

Local de Entrevista: Residência do entrevistado

Data da Entrevista: 25/01/2018

Tempo de Entrevista: 02:31:58

Observações: *A primeira vez que tomei contato com Rafael Barros se deu durante a primeira metade da década de 2000, quando militamos conjuntamente no movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais durante nossas graduações. Desde então, sua figura se caracterizou por sua simpatia, sua sensibilidade e sua infinita criatividade, seja como antropólogo, seja como produtor cultural. Viemos a nos reencontrar e retomar relações de amizade durante as primeiras Praias da Estação, em janeiro de 2010, assim como nos cortejos do Bloco Filhos de Tchá Tchá, fundado em sua homenagem pouco antes do carnaval daquele ano. Como folião e, posteriormente, pesquisador do Bloco organizado em seu entorno, as experiências de cidade propiciadas pela agremiação durante os carnavais ao longo dessa década foram, além de inestimáveis, inspiração direta para o aprofundamento em pesquisa acadêmica das concepções contemporâneas de contestação urbana existentes em Belo Horizonte. Atualmente, Rafael trabalha em Brasília como parte da equipe de assessores da deputada federal Áurea Carolina.*

A entrevista que serviu de base a este documento se deu no dia 25 de janeiro de 2018, na residência do entrevistado: sua escolha enquanto primeiro depoente se deveu a seu papel de articulador central da existência do Bloco Filhos de Tchá Tchá. Além da expansividade e desenvoltura presentes em sua fala, sua entrevista foi particularmente marcada pelas preciosas inflexões presentes na forma com a qual narrou, articulou e teceu reflexões acerca dos laços entre sua trajetória de vida pessoal, suas experiências carnavalescas e sua perspectiva de antropólogo, assim como a vivacidade de suas recordações acerca das Praias da Estação e sua importância para o panorama de Belo Horizonte durante a década de 2010. Também é digna de menção a relação entre as circunstâncias contextuais em que se deu a entrevista e seu relato: a proximidade para com o feriado carnavalesco de 2018 parece ter permitido a Barros relatar a trajetória do Bloco espelhando seu passado para com o presente da coletividade, especialmente quanto à disposição itinerante de descentralização que o mesmo adquiriu. Igualmente, sua aproximação e participação no movimento Muitxs – A Cidade que Queremos quando da coleta de seu relato parece ter se traduzido como instância de compreensão da dimensão política adquirida não só pela cena carnavalesca belo-horizontina, mas também pelo Bloco Filhos de Tchá Tchá.

Meu nome é Rafael Barros Gomes. Tenho trinta e quatro anos. Sou pós-graduado: tenho mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Sou de Ibirité²¹⁸.

A minha adolescência em Ibirité foi bem agitada: vamos dizer assim, que eu não fui um adolescente tão calmo e comportado. me envolvi em muitos movimentos sociais, culturais na cidade, e fui sentindo que aquilo tudo ali ainda era muito pequeno pra mim.

Um multiverso pra além daquela cidade, ligado ao universo da cultura, da arte

Na minha formação, é relevante que eu participei - sempre acompanhei, sempre fui muito envolvido - do Reinado, do Congado em Ibirité. Apesar de não se constituir enquanto um grupo ou movimento social, é uma referência importante pra minha formação pessoal: a relação ancestral e intuitiva com o Congado se deu aos seis anos de idade - eu conto até essa historinha na minha monografia -, porque os meus pais não tem relação nenhuma com o Congado, e nas minhas relações mais próximas, também não. E eu fui mesmo pro Reinado quase que a partir de uma condução mágica mesmo: enfeitado por ver, ficar inebriado pela dinâmica, pela performance dos Reinados nas ruas. Isso se deu com seis anos de idade: depois disso, sempre me vi ligado, de alguma forma associado ao Reinado.

Meu pai é uma figura, um cara incrível, a família enorme. São doze filhos - ele tem onze irmãos e irmãs -, é uma família festeira e muito simples - venho duma família muito pobre. Acho que isso tem relação direta com a efusividade da própria família: galera alegre, ativa, próxima, que é um pouco como se constituem essas grandes famílias proletárias numa dinâmica comunitária, pra própria sobrevivência - tudo muito vivo e ativo, pra que um ajude o outro, se apoie. Meu pai estava brincando comigo, falando que ele tinha achado umas fitas lá em casa e tinha mandado uma pro Marquinho, pra passar pra DVD, porque tem umas imagens minhas no carnaval muito novinho: eu com seis anos de idade, vestido de mulher no bloco das Virgens, com o meu tio. E aí minha mãe começou a procurar umas fotos: eu fantasiado com dois, três anos no carnaval de rua lá. Acho que é algo que eu venho herdando dele, da relação dele com a festa, com a alegria, um círculo de amizade muito grande: esse braço festeiro familiar vem muito dele, da função dele.

Depois, um pouco mais velho, mudamos de casa, quando eu vou fazer sete, oito anos de idade. A gente morava num bairro lá em Ibirité que chama Central Park - não tem nada a ver com o Central Park -: inclusive foi um bairro construído onde era uma grande horta, fui saber disso um tempo depois, mesmo porque Ibirité inteiro era uma horta. Aí, eu me torno vizinho do Felipe, meu

²¹⁸ Ibirité é um dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

amigo de infância: da família dele, Tisto e a Andreia, e o Gabriel e a Nina, irmãos dele. O Tisto e a Andreia eram figuras muito envolvidas politicamente, participaram da fundação do PT em Ibirité. O pai de Andreia, que depois se torna meu padrinho - o professor Vicente -, era uma figura muito conhecida na cidade: era um ambientalista e biólogo muito famoso lá - a Dona Helena Antipoff levou ele pra ser professor na Fundação, nos cursos de formação técnico-agrícola e na Sandoval²¹⁹, no curso normal.

Fizemos parte dum movimento ambiental em Ibirité - na verdade, de uma ONG, que chamava GPDA -: Grupo Popular de Defesa do Ambiente. A minha relação com essa família me colocou de forma muito próxima com essa associação, e a relação com a questão ambiental: toda a questão ligada mesmo à natureza, o pensamento orgânico da cidade, essa relação com um universo mais político assim - a aproximação com a própria ONG e com o GPDA.

Tivemos nesse mesmo período uma vizinha que foi muito, muito importante na minha vida, que é a Cíntia: ela foi professora do Felipe e do Gabriel na escolinha. Ela dando aula pros meninos, a gente acabou se aproximando - ela era prima deles de segundo ou terceiro grau, na verdade -. Ela, muito sensível, extremamente criativa, desenvolveu uma relação muito bonita com as crianças - na época nós éramos crianças, né? Eu devia ter nisso nove, dez anos de idade. Ela já tinha vinte, vinte e poucos, era jovem, fazia Belas Artes aqui. Era uma relação de proximidade, de troca efetiva muito intensa e sincera: ela começou a criar montagens de teatro com a gente, quando ela viu que já criávamos situações cênicas, montava pecinhas de teatro.

Nesse tempo também, fundamos um grupo de teatro e performance em Ibirité - eu devia tá com quinze anos, mais ou menos. Era outro grupo de teatro e dança: um grupo que criava artisticamente, mas também elaborava situações de performance de contestação política na cidade. Então a gente chegou a fazer várias intervenções de cunho político, em forma de protesto: muitas, relacionadas à questão ambiental, ao meio ambiente, mas outras de ataque mesmo ao poder político local, né? Que durante décadas foi comandado pelos Pinheiro, a família dos Pinheiro lá - Antônio Pinheiro, Dimas Pinheiro, a Ione Pinheiro.

Ela foi estimulando essa relação nossa com o teatro e com a arte: foi uma figura que depois participou da criação do grupo Oito, em 2015. Foi ela que me trouxe pra Belo Horizonte, pra conhecer o FIT - Festival Internacional de Teatro. Foi ela que me levou a primeira vez pro Festival de Inverno da UFMG em Ouro Preto em 99²²⁰. Então, foi ela que me cuspiu de Ibirité assim, né?

²¹⁹ Tratam-se respectivamente da Fundação Helena Antipoff, instituição estadual de ensino técnico situada no município de Ibirité, e da Escola Estadual Sandoval Soares de Azevedo, localizada na mesma cidade.

²²⁰ O Festival Internacional de Teatro Palco e Rua de Belo Horizonte é um dos principais festivais de artes dramáticas existentes no Brasil: se realiza bianualmente desde 1994 na cidade. Ao longo dos anos 1990, o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais se realizou no município de Ouro Preto.

Apresentou um multiverso pra além daquela cidade, ligado ao universo da cultura, da arte, que eu acho que foram fundamentais pra minha formação também nesse momento - muito mais até pra minha saída depois de Ibirité.

Me proporcionou conhecer uma série de figuras, espaços, comunidades e famílias negras aqui em BH

E aí, eu vim pra BH: em 2001, logo que eu fiz dezoito anos, vim pra Belo Horizonte. O grupo de teatro se desfez, acabei me afastando também do GPDA: larguei a direção, o grupo meio que se extinguiu, e eu vim pra cá, morar no Maletta²²¹. Vim pra Belo Horizonte estudar e trabalhar logo que eu fiz dezoito anos. Resolvi sair da barra da saia do pai e da mãe e tocar minha vida - na verdade, já foi um processo -: sair fora também da asa da mãe e do pai era uma coisa que eu gostaria pra respirar mais e melhor.

Vim pra cá e foi incrível! Cheguei aqui e o Centro Cultural da Rua da Bahia²²², na época, era dirigido pelo Garrocho - Luiz Carlos Garrocho -: ele era extremamente vivo, era um negócio impressionante. Aquele lugar pulsava vida e uma galera da minha geração - uma geração um pouco mais velha, outra geração um pouquinho mais nova - foi se encontrando e se reconhecendo ali. Ali, por exemplo, eu conheci na época a galera do GOM - do Oficina Multimedia²²³. Uma galera que ia estava ligada ao GOM e depois saiu: o Rafa Cabelinho, o Rafael Martini, a Loló - depois a gente foi se reencontrar na faculdade. A Nara, que fez Letras, hoje esposa do Caetano, que é mestre cuca de Food Truck. Uma galera do movimento anarquista: intensifiquei a minha amizade com o Vidigal: a gente já conhecia de antes, inclusive. Fui conhecendo um tanto de gente: povo do PSTU, o escambau a quatro do teatro, das músicas, do cinema. Inclusive os meninos, eu acho que eles já estavam começando a fazer umas coisinhas lá - o Theo, o Rogério, Affonso - com filme, cinema: aquilo ali também foi um impulsionador de coisas pra mim aqui.

Caí na esbórnia. Era serviço de seis horas, então eu trabalhava de onze às cinco, no expediente bancário: morava no Maletta e trabalhava na Praça Tiradentes²²⁴ - estava a cinco

²²¹ Trata-se do condomínio Arcângelo Maletta, situado entre a Rua da Bahia e a Avenida Augusto de Lima, no Centro de Belo Horizonte. Desde os anos 1960, os bares existentes na galeria comercial existente no edifício são um dos principais redutos boêmios da capital mineira.

²²² Trata-se do Centro de Cultura Belo Horizonte. Ao longo dos anos 2000, sua sede foi palco de diversificadas apresentações artísticas e culturais na capital mineira.

²²³ O Grupo Oficina Multimídia é um dos mais antigos grupos de teatro existentes em Belo Horizonte. Atualmente, é responsável pela realização do Festival Verão Arte Contemporânea, evento cultural anual a reunir atrações diversas na cidade.

²²⁴ A Praça Tiradentes se situa nas esquinas da Avenida Afonso Pena e Brasil: fica a cerca de um quilômetro do Condomínio Arcângelo Maletta.

minutos a pé do meu trabalho. Isso quer dizer que eu podia acordar às dez e meia, tomar um banho de dez minutos, engolir qualquer coisa e às onze horas eu estava lá. Então poder acordar às dez e meia da manhã com tempo pra chegar no trabalho, com dezoito anos de idade, saúde, eu quebrava o pau! Quebrava o pau: saía da Caixa, muitas vezes eu chegava no Maletta, já parava ali no Xok-Xok ou no Rubens²²⁵, e dali já ficava, de lá ia pra outro canto, e o pau quebrava.

Então, eu ignorei esse negócio do vestibular solenemente. Acho até hoje que só consegui passar no vestibular porque teve aquela greve de 2001 - aquela greve do final do governo Fernando Henrique -: foram quatro, cinco meses de greve - o vestibular, que ia acontecer no início de novembro, só aconteceu em fevereiro. Em janeiro, eu e Nara - eu tinha chutado o pau da barraca, acho que ela também -, matriculou num cursinho já de segunda etapa²²⁶: começamos a estudar Português, Geografia e História, e encontrava final de semana pra ficar fazendo exercício de apostila. Acho que foi isso que me deu um gás, porque aí nós fizemos a primeira etapa, passamos na primeira etapa. Acho que a prova esse ano do vestibular também não estava difícil, a gente foi bem - eu lembro que fui bem na primeira etapa -, e já estava engrenado nesse cursinho de janeiro. Emendou fevereiro fazendo cursinho de segunda etapa, e aí passamos no vestibular: fiz vestibular de Ciências Sociais.

Isso é engraçado, porque a minha ideia era fazer vestibular pra Artes Cênicas - ia fazer vestibular pra Teatro -, mas a minha mãe ficava enchendo a minha cabeça, perguntando se ia fazer Teatro pra passar fome. Daí dá pra entender porque sai de Ibirité, das minhas relações, né? Hoje a minha relação com a minha mãe é ótima, maravilhosa, mas na adolescência não era não. Fui fazer a prova do CEFAR²²⁷: eu, o Vidigal e Cíntia - essa amiga -, e nós três tomamos pau juntos na prova de canto - sou uma negação mesmo em música, não tenho ritmo, não tenho afinação, não sei cantar.

Por conta desse processo todo, desisti de fazer o vestibular pra Artes Cênicas, e resolvi fazer o vestibular de Ciências Sociais. Uma figura lá de Ibirité, uma arqueóloga que mora lá que é muito próxima, amiga também, ficou conversando comigo uma vez, e falando que ela achava que essa minha relação com o Congado, a minha facilidade comunicativa e tal, sempre remetiam ela pra Antropologia, pros antropólogos que ela conhecia que eram legais - ela me deu um empurrãozinho pra ir fazer Ciências Sociais. Fui fazer Ciências Sociais por causa de Antropologia, na verdade: já estava decepcionado com o PT, então a Ciências Políticas não me interessava tanto, não era um

²²⁵ Xok-Xok e Rubens eram bares situados na galeria do edifício Arcângelo Maletta.

²²⁶ Até a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio como exame de seleção nos anos 2000, a Universidade Federal de Minas Gerais realizava processos seletivos em duas etapas.

²²⁷ Trata-se do Exame de Aptidão Artística, que integrava parte específica do processo seletivo da Universidade Federal de Minas Gerais para os cursos de Belas Artes, Artes Cênicas e Música.

motivo. Sociologia também não: afinal de contas o presidente era um sociólogo, e eu não gostava muito dele.

Antes de sair da faculdade, eu já estava trabalhando com pesquisa: ligado ao Forumdoc, à Filmes de Quintal, já estava participando de projetos assim - seja da organização do festival, de outros projetos lá da própria Filmes. E já tinha iniciado com bolsa de iniciação científica minha inserção em outros trabalhos: por exemplo, participei, de 2003 até o final de 2004, do primeiro inventário das manifestações afrodescendentes de Belo Horizonte. Foi um trabalho importante pra minha formação: me proporcionou conhecer uma série de figuras, espaços, comunidades e famílias negras aqui em BH. Foi inclusive a ocasião em que eu conheci a Dona Isabel, lá do Concórdia, do 13 de Maio: virou uma mãe pra mim, e a casa dela, uma casa que me acolheu, que me recebeu.

Fui pra Amazônia trabalhar lá na reserva Mamirauá Yamanã²²⁸, comecei a trabalhar com os Maxacali - isso tudo eu ainda estava na faculdade, ainda estava cursando Ciências Sociais. Fora a minha participação na produção de alguns documentários, com os trabalhos lá da Filmes de Quintal²²⁹.

Nesse processo, um pouco antes de sair, comecei com o Graveola - a trabalhar enquanto produtor. Foi uma banda que se formou lá dentro da FAFICH, que foi também me levando pra outro universo da cidade: da música autoral, independente, que me fez aproximar de outro grupo de pessoas que são extremamente importantes pra minha vida hoje. A minha amizade com o Guto e com a Jana tão intimamente relacionados a esse período - de 2006, 2007 em diante. O Guto eu já conhecia: a gente já tinha se esbarrado na FAFICH, fomos contemporâneos. A gente não tinha uma relação de amizade, de proximidade: foi esse vínculo com o Grave e tal, via Dead Lovers²³⁰, que nos aproximou, e a Jana a mesma coisa. Depois que formei, fui dedicar sobremaneira à minha atuação enquanto antropólogo, fundamentalmente vinculada à Filmes de Quintal: era organização do Forumdoc, e pesquisas que a gente desenvolvia a partir da Filmes - projetos de pesquisa que a gente enviava, escrevia -, e a minha relação e construção com o Graveola.

A ideia de fazer um ato performance, de ir vestido de sunga, biquíni, caixa de isopor, etc. e tal

²²⁸ Trata-se da Reserva Extrativista do Baixo Juruá, situada no estado do Amazonas. Os Maxacali são uma das populações nativas que habitam sua área.

²²⁹ A Associação Filmes de Quintal é um coletivo cinematográfico fundado nos anos 2000 em Belo Horizonte e que produz diversas ações voltadas para o cinema independente mineiro. Dentre suas atividades, se encontra a realização anual do ForumDoc, mostra de documentários de temática antropológica concernentes às populações originárias brasileiras.

²³⁰ Dead Lovers Twisted Heart era uma banda de rock autoral independente surgida em Belo Horizonte durante a década de 2000. Nesse período, fez diversas festas conjuntamente à banda Graveola e o Lixo Polifônico, então produzida por Rafael Barros.

Eu recebi um e-mail com o link dum blog - Vá de Branco - em dezembro: estava compartilhando a publicação do decreto, denunciando a arbitrariedade do ato do prefeito e convocando um ato pra Praça dia 7 de janeiro, com o objetivo de se posicionar e pensar numa forma de construção de resistência coletiva ao decreto.

Eu não lembro quem mandou esse e-mail: lembro que recebi o e-mail. Inclusive acho que o Facebook nessa época nem era uma rede social ainda popular aqui - eu pelo menos não tinha -: eu fui ter Facebook quase no final de 2010, e o que antecedeu o Facebook era o Orkut, que eu nunca tive. Sempre fui uma figura mais analógica por causa da minha herança ibiritense, porque tenho uma dificuldade enorme com coisas digitais: não me dou muito bem com essas ferramentas, nem com celular - se o celular é mais complexo, piorou.

Fomos nesse ato no dia 7: chegamos na Praça da Estação - eu não fui de branco - eu e a Milene Migliano fomos juntos. Devíamos estar fazendo alguma coisa juntos lá na Filmes de Quintal, às vezes mexendo com produção do Forumdoc. Isso foi em início de 2010 - final de 2009, início de 2010. Nós éramos, sei lá, umas trinta pessoas, no máximo – tipo, não foi ninguém: aquele povo lá, um e-mail que ninguém sabe quem mandou, um blog que ninguém sabe quem inventou. A gente fez uma roda, deu um abraço simbólico na Praça e sentamos pra discutir o que podia fazer.

O Paulo Rocha, do Conjunto Vazio²³¹, estava; o Dedé, porque tinha uma galera do Ystilingue²³². A gente encontrou com umas figuras lá que tinham ido: Bizoca, com uma moçada do Instituto Helena Greco²³³ - os meninos do COMPA²³⁴, estavam o Peá, o Thomaz, Luiz, Sávio Leite, Arthur Senra -, Bruno Vieira, se eu não me engano, que era da Comunicação - o Bruno, jornalista

²³¹ O Conjunto Vazio é um coletivo artístico-político belo-horizontino de influência situacionista e autonomista. Em seu site, o mesmo se descreve enquanto “um coletivo anticapitalista e não hierárquico/horizontal de anti-arte, intervenção urbana, performance, negação prática, masturbação teórica e experimentos de estratégias para charlatanismo crítico.” Para saber mais: <https://conjuntovazio.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 22 de dez. 2018.

²³² O Ystilingue era um espaço de sociabilidade e encontro gerido por anarquistas e autonomistas pertencentes à cena ativista belo-horizontina que funcionava numa sobreloja da galeria comercial do Conjunto Arcângelo Maletta, situado na região central de Belo Horizonte. Funcionou entre a segunda metade da década de 2000 e primeira metade da década seguinte.

²³³ O Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania é um espaço que se auto-intitula enquanto “autogestionário, autônomo, livre e independente.” Concentra sua atuação tanto na defesa da memória dos mortos e desaparecidos da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 quanto na confecção de reuniões abertas e formação de grupos de estudos atinentes em temáticas voltadas para diversas correntes de pensamento das esquerdas. Para saber mais: <https://institutohelenagreco.blogspot.com/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

²³⁴ O Coletivo Mineiro Popular Anarquista (COMPA) é uma organização anarquista atuante na região metropolitana de Belo Horizonte fundada no ano de 2012. Afora a confecção de reuniões abertas, grupos de estudos e eventos voltados à disseminação do anarquismo em Belo Horizonte, seus militantes atuam em diversos movimentos sociais existentes na capital mineira. Na referência acima de Barros à organização, o mesmo faz menção a integrantes e ex-integrantes que vieram a fundar o coletivo em momento posterior aos acontecimentos que narra. Para saber mais: <https://compa.noblogs.org/quem-somos/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

negro. Eu não lembro se Fidélis estava nesse dia já. Tinha uns meninos, num sei se era da UBES²³⁵, da AMES²³⁶. Acho que Ed já foi nesse dia também: o Ed Marte, que não chamava Ed Marte - posso te contar, o nome Ed Marte surge na Praia, eu que dei o nome pra Ed. Não sei se Erikinha já estava nesse dia, acho que o Igor também estava nesse dia. A gente sentou e falou:

- Então, o que é que nos vamos fazer?

Tai o decreto, ninguém sabe quem puxou, o que vai fazer. Nós criamos um grupo de e-mails da Praça - Praça Livre - pra se comunicar e planejar as coisas. Não sei se já nesse primeiro dia - acho que não -, a gente criou a sugestão de criação do blog da Praça Livre²³⁷. Começamos a pensar num ato manifesto: no grupo de e-mail, o Paulinho joga a ideia de fazer um ato performance, de ir vestido de sunga, biquíni, caixa de isopor, etc. e tal. - rolou uma adesão geral. Foram onze dias, passou-se mais de uma semana - a gente ficou nesse processo de discussão no e-mail.

No dia 16 de janeiro, organizou o primeiro ato: foi a primeira Praia - tem um *flyer* que eu acho que talvez tenha sido até o Paulo que fez. O Coala já talvez tenha ido na primeira Praia, o Matheus: vai vindo a imagem de um tanto de gente da época. Convocou, e aí cada um foi mobilizando da sua forma, né? Assim, não tinha uma orientação: eu escrevi um e-mail que eu disparei pra minha caixa de entrada, de contato, inteira - lembro que o assunto do e-mail já era Praia da Estação, contando a história, e marcando essa posição.

Cheguei a receber o e-mail que eu tinha mandado por outras pessoas: foi quando percebi que estava rolando uma circulação da informação, uma repercussão do ato. Encomendei uma faixa aqui embaixo aqui, no Santa Tereza - lembro até hoje o lugarzinho -, com um escrito assim: “A Praça é de tudo e de todos – A Praça é a nossa Praia”. Foi uma faixa que a gente ficou levando em algumas edições da Praia.

Lembro também - isso foi super engraçado -, que eu e a Milene estávamos lá na Filmes de Quintal. Nós começamos a elucubrar, e não sei por que cargas d’água, a gente anteviu que a Prefeitura ia desligar as fontes: no meio da conversa, da discussão, imaginou que era possível que eles pudessem fazer isso de boicote, e fez pesquisa de caminhão pipa. Já fomos pra Praia preparados

²³⁵ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é uma organização estudantil fundada em 1948 cujo principal foco de atuação se concentra na representação nacional de demandas e interesses dos estudantes de Ensino Médio. Para saber mais: <https://ubes.org.br/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

²³⁶ A Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES-BH) é uma organização estudantil que busca representar os estudantes de Ensino Médio de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana. Quando da realização desta pesquisa, seu site se encontrava desativado, restando apenas a página da organização na rede social *Facebook*. Para saber mais: <https://www.facebook.com/AmesBH/>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

²³⁷ Ainda que inativo desde 2011, o blog ainda se encontra disponível para consulta na internet. Seu endereço é: <https://pracalivrebh.wordpress.com/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

pra um plano B, que de fato rolou - eles não ligaram a fonte. A gente começou a passar vaquinha, ligou pro caminhão pipa - lembro direitinho, falou que ia abastecer ali na Pedro II -, e teve o banho de caminhão. Assim que o caminhão surge, começam os signos da Praia: o pipa, por conta da fonte que não foi ligada; “Toda semana!”, o grito de toda semana, que induziu a propagação da Praia. Foi muito doido isso também, porque a continuidade da Praia foi estimulada por esse frenesi coletivo completamente independente. A galera começou a gritar:

- Toda semana! Toda semana! Deita no cimento toda semana!

E impôs a continuidade. A gente fez uma roda de conversa nesse dia na Praia, pra discutir, pra compartilhar a situação, e a questão. Aí já começaram a surgir os primeiros incômodos de algumas figuras, com relação ao formato e processo da Praia: começaram a refletir criticamente que a Praia, naquele formato vazio, ia cair numa ludicidade sem muita fundamentação política, sem muita consistência efetiva.

Acho que teve a segunda Praia, pra galera fazer discussão, aí viu que não rolava discussão na Praia: o povo ali, o momento era outro - era de fruição, era de participação, e começou a se puxar as reuniões semanais. Então assim: você tinha a Praia, e durante a semana, terça-feira, quinta-feira, fazia reunião pra discutir politicamente, pensar em outros atos, como comunicar. Já tinha surgido o blog, que era sempre assinado anonimamente, ou por personagens do imaginário dessa contracultura anarquista: o Luther Blisset²³⁸ era quem assinava a maior parte dos posts do blog, fazia as convocações pras Praias seguintes, já num processo muito demarcado de uma não personalização, numa tentativa de construção de algo mais ampliado, mais horizontal, toda essa discussão antiga aí.

Começam nessas reuniões presenciais a rolar os primeiros paus entre os diferentes movimentos: a galera do Instituto Helena Greco, com os meninos do COMPA, com o povo do Ystilingue, com os meninos ligados aos movimentos de esquerda estudantil - principalmente figuras, agentes políticos que já se conheciam na cidade - já tinham alguns atritos, algumas resistências mútuas. Isso começou a reverberar nesse processo da Praia: foi um dos fatores que

²³⁸ Luther Blisset é o nome de um pseudônimo coletivo originado em meio a coletivos ativistas autonomistas italianos entre fins dos anos 1980 e início dos anos 1990: normalmente era utilizado como nome coletivo de fachada de autoria de diversas intervenções de contestação, majoritariamente no campo do ativismo midiático e cultural, de modo a preservar seus verdadeiros autores de vigilância e perseguição policial. Seu uso se disseminou no Brasil a partir do início da década de 2000 em meio a participantes locais da Ação Global dos Povos e de coletivos anarquistas e autonomistas. Durante as primeiras Praias da Estação, era comum que seus participantes fizessem uso do nome Luther ou do sobrenome Blisset durante entrevistas dadas aos grandes órgãos de imprensa.

começou a impulsionar a saída de algumas figuras, de alguns atores e atrizes, por conta dessas questões de conceituação, de percepção e do próprio entendimento mesmo de organização política.

Outro motivo era de concepção mesmo, vamos dizer assim, mais conceitual e teórica, da performance praieira enquanto um ato político mais consistente, mais robusto - por exemplo, o Paulo desenvolve toda uma linha crítica dele em relação à Praia. No final das contas, quem que sobrou ali? Sobrou uma galera que não era vinculada a movimentos organizados, sujeitos mais autônomos mesmo, que foram dando prosseguimento. A verdade era essa: pra Praia existir precisava chamar o caminhão, passar a vaquinha, mandar e-mail, agilizar a movimentação, e tinha toda a questão do enfrentamento com a PM, com a Guarda Municipal, com a fiscalização que tinha toda semana; produzir material, adesivo, caixinha, saco térmico - então, ficou uma galera muito nisso. Mi, eu, Fidélis, Coala, Erikinha, Dé, Igor, Bruno - ficou umas figuras que foram acreditando na importância e na potência daquilo, e da forma como aquilo foi reverberando e ganhando o imaginário da cidade.

Em poucas semanas a Praia estava em todos os jornais, tinha causado um impacto na imagem do prefeito. É até interessante, porque sexta-feira agora, a gente indo fazer o percurso do Tchá Tchá, o Guto estava conversando comigo, e falou de um texto que ele escreveu num Simpósio lá de História lá do povo do Departamento - teve cem anos do departamento, sei lá o que foi que aconteceu agora, do BDMG - e que foi revisitar a primeira declaração do Lacerda sobre a Praia. Uma das primeiras coisas que o Lacerda fala, lá na declaração dele, é:

- Esses jovens que tão fazendo essa Praia são a favor da pichação?

Você vê como é que já estava no imaginário, na concepção dele, todo um processo de limpeza: de perseguição mesmo de formas de expressão marginal, e duma ideia de cidade que ele automaticamente associou ao levante da Praia da Estação.

Aí tem Praia toda semana: isso impulsiona essa coisa de tomar conta do imaginário dos jornais - os canais de comunicação começam a pressionar. Na minha perspectiva, a dinâmica da Praia assume um papel importante na projeção do carnaval, porque aí, o que aconteceu? No ano anterior, um grupo super reduzido tinha saído com três bloquinhos de pessoas próximas, que depois, durante a Praia, foram participando do processo de construção e ativação. Tinha tudo a ver também com o pensamento de várias dessas pessoas com relação à ideia de cidade: impulsionava aquele tipo de retomada da festa, e um desejo de não deixar a Praia morrer. Então, sábado de carnaval era um marco importante pra continuidade da Praia: ela estava acontecendo toda semana, era toda semana - não rolava de não ter Praia no sábado de carnaval, não podia não ter.

Esse pequeno carnaval acontece em 2009: com o processo de ativação da Praia, impulsiona a ocupação por outros blocos. No sábado, a gente cria o Bloco da Praia da Estação, já com a linha narrativa performática de passar na frente da Prefeitura, lavar a Prefeitura²³⁹, e ir pro Brasil 41 pra encontrar com o Approach, o bloco dos meninos do Proa²⁴⁰, que também já tinha rolado no ano anterior. No domingo saíria o Tico Tico²⁴¹ com o Queixinho²⁴² - saiu do Parque Municipal²⁴³ e foi pra Praia da Estação -; na terça-feira, o Peixoto, que já tinha saído também no ano anterior, e com a perspectiva de saída do Vira o Santo²⁴⁴ no sábado, pra fazer o encontro dos blocos. Tinha no pré-carnaval o Mamá na Vaca, que a família de Guto estava puxando no Santo Antônio, e a Tetê a Santa²⁴⁵, aqui.

O hiato era segunda, e o Tchá Tchá surge por conta do hiato da segunda-feira: já estava combinado que ia ter carnaval mesmo, já tinha esses blocos, e ia ter a Praia. É interessante registrar que é justamente no sábado de carnaval que as fontes voltam a ser ligadas: tenho convicção de que eles duvidavam de que ia ter aquela mobilização de gente de Praia da Estação durante o carnaval, porque a cidade era um deserto, não tinha nada na cidade - e o que teve em 2009 era inexpressivo.

Muito, eu acredito, dessa retomada tem a ver com as nossas idas pros carnavais do Rio e de Recife nesses anos anteriores

Hoje, a narrativa histórica confere a 2009 um marco temporal como precipitador, mas em 2009 não existia: esses bloquinhos que saíram em 2009, eles não existiam, não existia carnaval. E não haveria Praia, não existiria Praia: estava ali todo mundo fora da cidade, ou no máximo trinta, meia dúzia de gato pingado lá no sábado de carnaval, depois de um processo de retomada da Praia de semanas. O carnaval em 2010, se eu não estou enganado, aconteceu no final de fevereiro: então

²³⁹ Durante os primeiros anos em que desfilou no carnaval belo-horizontino ao longo da administração Márcio Lacerda, o Bloco da Praia da Estação se caracterizou por sempre procurar parar em frente à sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: através do aluguel de um caminhão-pipa pago colaborativamente entre os foliões do Bloco, era encenada uma lavagem das escadarias de acesso ao edifício. A encenação se inspirava diretamente no ritual religioso anual da Festa do Bonfim, de lavagem da escadaria da Igreja do Bonfim, em Salvador-BA.

²⁴⁰ Proa era uma banda de rock independente de Belo Horizonte. Entre 2009 e 2013, a banda organizava uma festa de rua na calçada do Bar Brasil 41 nos sábados de carnaval.

²⁴¹ Tico Tico Serra Copo foi um dos primeiros blocos fundados em Belo Horizonte no período de retomada recente de seu carnaval de rua. Se caracteriza por sua perspectiva itinerante quanto a locais de realização de seus cortejos.

²⁴² Trata-se do Bloco Unidos do Samba Queixinho, fundado em 2010.

²⁴³ Trata-se do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, situado na região central de Belo Horizonte.

²⁴⁴ O Vira o Santo é uma reunião de diversos blocos carnavalescos belo-horizontinos: tradicionalmente ocorre nos sábados imediatamente posteriores ao feriado de carnaval na Praça da Estação.

²⁴⁵ Tetê a Santa foi um dos blocos fundados pelo *grupo de afinidade* atuante no entorno dos blocos mencionados por Barros neste parágrafo. Desfila nos domingos imediatamente anteriores ao feriado de carnaval no bairro de Santa Tereza: dentre suas singularidades, se encontra a acolhida ao público LGBTQ em seus desfiles.

nós estamos falando quase que de dois meses de ocupação de Praia até chegar no carnaval - foi isso mesmo, de meados de fevereiro e tal.

Uma semana antes do Mamá na Vaca, combinamos de fazer um ensaio dos blocos: Ian, Elisa, Guto, Mi, Lourenço, Roberto, junto com a Cuequinha do Papai - Regininha, Lucinha, Haidée, Gabi -, que já era uma turma que já faziam um pré-carnaval às terças-feiras no Brasil 41, anos antes.

A gente combina um ensaio lá, e eu sou o único que chega fantasiado de Bahiana no ensaio: tá todo mundo à paisana, e eu chego literalmente maquiado, de vestido, com capacete - ninguém acreditava em mim, naquela cena. A Dona Jacira lá do Brasil 41 até hoje racha de rir de lembrar disso: eu, na verve dos carnavais pulados no Rio e em Recife. É importante enfatizar também: muito, eu acredito, dessa retomada tem a ver com as nossas idas pros carnavais do Rio e de Recife nesses anos anteriores - inclusive, me encontro com o Guto e Ian em Santa Tereza, no carnaval do Rio de 2004 ou 2005, se eu não me engano. Vou três anos seguidos pra Pernambuco passar carnaval, inebriado também com aquele negócio, com a tomada da rua, com a experiência da festa, da catarse coletiva: bebedeira, família, criança, velho, e o negócio de fantasiar. Isso era um negócio lá no Recife, principalmente, que me deixou em êxtase: mesmo no Rio é forte, mas não tinha a mesma potência que pra mim se apresentou com essa prática do carnaval pernambucano de se fantasiar mesmo, seja do que for! Fantasias coletivas, fantasias familiares - da perspectiva de que os grupos de amigos e amigas, que as famílias passam meses antes pensando qual que vão ser:

- Como que eu vou sair no Galo da Madrugada? Como que eu vou sair no Eu Acho é Pouco²⁴⁶? Vamos fazer uma fantasia. Ah, rolou isso aqui, como é que nos vamos zoar o governador, o presidente da república, o prefeito da cidade?

Toda uma dinâmica coletiva, de concepção mesmo da fantasia, e como que esse fantasiar-se estava ligado a uma dinâmica de elaboração comum, conjunta - e de deboche, de leitura política. Com aquela coisa mais primeva e fundamental da gênese do pensamento carnavalesco bakhtiniano assim, sabe? Da sátira, do escárnio, do cômico, e como é que isso tá ligado a um processo de subversão dos poderes instituídos, das figuras instituídas públicas, etc. e tal. Então, quando o povo falou que ia retomar carnaval, uma das coisas fundamentais pra mim era:

- Uai, fantasiar!

²⁴⁶ Tratam-se dos Blocos Galo da Madrugada e Eu Acho que é Pouco, dois dos mais tradicionais blocos carnavalescos pernambucanos.

Então eu fui lá crente que ia tá todo mundo fantasiado, né? Mas não estava ainda - ainda não. Nesse dia no Brasil 41, por causa desse hiato da segunda-feira, o povo começa a brincar com como é que a gente ia ocupar esse espaço na agenda, esse lugar: não podia ter bloco sábado e domingo antes do carnaval, sábado, domingo, terça e sábado pós, e não ter na segunda-feira, quando do carnaval. O povo começou a brincar com isso:

- Vamos puxar um bloco, vamos fazer não sei o quê.

E eles começaram a me provocar:

- Não, Rafa. Você tem que puxar um bloco lá em Santa Tereza na segunda-feira, fazer um bloco. A gente complementa a agenda.

A Florinha - a Flora Lopes, que era percussionista do Graveola -, estava lá também, e começa a contar que nessa noite anterior ela tinha tido um sonho com uma gincana: tinham equipes de gincana disputando, e uma das equipes era Filhos de Tchá Tchá. Eu liderava essa equipe e tal, e a gente participava dessa disputa de gincana: ela vira e interpreta esse sonho não como equipe, mas o bloco de carnaval. Ela falou assim:

- Rafa, eu não sonhei com equipe de gincana, eu sonhei foi com o bloco. É esse bloco, o Filhos de Tchá Tchá.

A gente começa a zoar, disso, brincar com isso, e eu pergunto:

- Mas nós vamos sair com o bloco de onde?

- Não, vai sair da sua casa. Vai sair da sua casa lá do Santa Tereza, uai, né? Tem nada a ver não, e a gente sai pelo bairro, vai ser incrível.

E isso fica no registro da Mariana - que puxa a Tetê com a Milene e com a Sara -, que era jornalista do O Tempo, da Pampulha²⁴⁷: ela cria uma agenda oficial dos blocos de carnaval que vão desfilar em 2010. Sai no Pampulha, incluindo o Filhas da Tchá Tchá: o Miguel até brinca com isso na musiquinha - é Filhos da Tchá Tchá que ela escreve.

²⁴⁷ Pampulha era um semanário gratuito que circulava em Belo Horizonte: era de mesma propriedade dos donos do jornal O Tempo.

Jana me liga - eu estava no Rio, acompanhando o processo de impressão do livro do projeto do trabalho com os Maxacalis com a Rosana - e fala assim:

- Rafa, agora já era, meu filho. O bloco já vai sair, é oficial. Já tá no jornal.

Isso era uma viagem: a gente não tinha acertado isso, não tinha combinado nada. Ela falou:

- Agora saiu no jornal, vai ter que ter. Vai ter que ter o bloco.

Aí, começamos então a falar de forma mais séria:

- Então eu vou sair com um bloco. Vamos fazer o bloco?

— Vamos.

A festa se dá na explosão da diversidade, de que as pessoas tenham a liberdade de vestir a sua fantasia, do jeito que elas queiram estar

O Grave vai fazer um show num festival lá em Sabará, do coletivo lá de Sabará: fomos fazer um show com o Zé do Poço, um carnaval alternativo que a galera estava fazendo lá. Na volta de Neves, sentamos pra comer aqui em BH - a trupe do Graveola - e aí os meninos, brincando, começam a compor uma música pro bloco. Nessa coisa de compor a música, terminam a letra, juntam em ensaios do Grave, meio que de surpresa. E no dia que o bloco ia sair, chega o Zé Lu com o Iuri, o Luiz, a Flávia, com uns papeizinhos de Xerox com a letra. Nasce a letra do bloco do Tchá Tchá: no dia mesmo eles apresentaram. A gente com uma caixa de som fuleira que usava no Graveola, da frente da garagem de casa: aquela coisa mambembe, meia dúzia de gente, e nós saindo com o Filhos de Tchá Tchá no primeiro ano.

Um estandarte tosco que a gente fez de todo e qualquer jeito. Tinha esse negócio de pensar na cor: aí eu fiquei pirando na coisa então de Logun Edé²⁴⁸, que era o meu orixá - a gente sai com o azul e amarelo e dourado, que são as cores de Logun Edé, como cor de referência do bloco. E com essa coisa do imaginário, porque aquela imagem do Baco do Caravaggio - aquele Baco do cabelo aneladinho - o povo ficava falando que parecia muito comigo. Eu já tinha essa coisa da faculdade de

²⁴⁸ Logun Edé, ou Logunedé é uma das divindades que compõem o panteão de entidades de matizes religiosas afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Divindade associada à pesca e à caça, é tradicionalmente caracterizado por sua profunda beleza e sua personalidade contraditória.

Rafa Doidinho, de ser organizador de festas do Forumdoc, organizador de festa da turma, e casou: a imagem do Baco como uma figura do carnaval que parecia comigo - essa coisa muito da minha imagem ligada a festa, com a própria pintura do Caravaggio -, e as cores de Logun Edé, que são as cores do meu orixá marcando significativamente o bloco. Isso, e a marchinha que os meninos fizeram, que é na verdade é um samba-enredo: é uma saga imagética da minha história de vida.

Foi uma coisa orgânica, natural, não termos uma identidade visual: sempre tive um problema com o bloco carregar o meu apelido, o meu nome - dele ser um bloco tão personalista. Quando ele surge, eu não pensei nisso, ninguém pensou nisso, isso não estava dado: ninguém imaginava que o bloco fosse continuar existindo - ninguém sabia se ia existir carnaval no ano seguinte. Então, com o passar do tempo, ter o meu nome foi se transformando num peso - eu tive que aprender a lidar com isso -: era um bloco ligado a uma figura - a mim - e o bloco na verdade sempre foi um bloco coletivo.

Ele surge de uma ideia compartilhada, dum desejo coletivo - ele é construído e formado coletivamente. Tem um grupo de pessoas que ajuda, mas como ele carrega o meu nome, saiu da minha casa, eu acabo tendo de assumir também certo protagonismo no processo de organização e estruturação dele, ao mesmo tempo tendo que trabalhar pra lutar contra isso. Todo ano tentando chamar coletivamente o processo, pensar junto com outras pessoas onde ele pode sair, construir com as pessoas dos territórios e com o grupo de amigos e pessoas mais próximas o percurso, o itinerário, uma ideia. Então é sempre esse movimento, de carregar essa responsabilidade: de conduzir um bloco que carrega o seu nome, e, ao mesmo tempo, de tá sempre nesse movimento de tentar diluir essa imagem, essa ideia, com diversas estratégias.

Uma delas é essa: tentar sempre construir coletivamente como ele vai ser, aonde que ele vai ser. Não ter uma identidade já era uma questão básica, pra não reforçar ainda mais essa identidade com a minha pessoa, que já estava dada nele - sempre foi uma preocupação, pra tentar não personificar mais do que já é personificado. Outra por conta da minha própria crença festiva, da minha própria experiência festiva: de que a festa se dá na explosão da diversidade, de que as pessoas tenham a liberdade de vestir a sua fantasia, do jeito que elas queiram estar. Manter uma liberdade: o espaço pra que todo mundo vá da forma que queira, faça o que queira, sempre foi - e eu acho que não é só essa uma característica do Tchá Tchá, essa é uma característica de vários desses nossos bloquinhos que a gente vem construindo aí, do Mamá na Vaca, a Tetê, o Bloco da Praia, o Tico Tico, o Tchá Tchá, o Peixoto - que é dessa coisa de brincar com a fantasia, de brincar com o carnaval. De ter essa liberdade que é própria da festa, que também é uma coisa que tá no meu imaginário de carnaval de Ibirité, foi sempre assim que eu vi: todo mundo fantasiando de tudo que é jeito diferente.

Apesar de você ter às vezes algumas coisas da referência: a própria Tetê - amarelo ouro e rosa choque, fala no versinho -, que coincidentemente também são as cores do Brilha²⁴⁹, mas ela não reivindica essa identidade pras pessoas que participam dela; ou o azul e o rosa do Peixoto também, ou o azul e dourado do Tchá Tchá. Tem alguma coisa que identifica, que marca uma referência de cor, mas que não se transforma numa identidade geral do bloco, que se impõe enquanto uma marca pra ser reproduzida pra quem participa dele. Tem uma terceira coisa, que é essa contraposição à lógica de abada, de uniforme: de uniformização da festa. Sempre também foi uma questão que surgia e aparecia - estava em voga, em pauta -, e a gente sempre teve que lidar com esse debate aqui em Belo Horizonte desde o início: se colocar numa posição contrária a esse processo de uniformização da festa, de fechamento da festa, de enclausuramento da festa.

É uma característica de berço que se perpetua enquanto lógica de funcionamento do bloco, que também se repete nesses mesmos bloquinhos: a gente não tem uma bateria formada, não tem ensaio, não tem um repertório - aquela lógica do toca quem chega junto, forma com quem tá ali na hora. Com o tempo, o que se tornou a base do ensaio desses blocos - Mamá, Tetê, Praia, Tico Tico, Tchá Tchá, Peixoto e depois o próprio Manjerição e Vira o Santo²⁵⁰, pra citar alguns do círculo de proximidade constitutiva - foi a própria prática do carnaval: o exercício de se tocar no outro bloco.

Então, por exemplo, o Tchá Tchá dava sorte porque na segunda-feira o povo já tinha tocado no Mamá na Vaca, na Tetê, na Praia e no Tico Tico, já estava mais ensaiadinho - não por menos que a bateria do Peixoto sempre foi a mais robusta. Apesar do povo tá de ressaca e detonado, já estava mais sintonizado - já tinha tocado junto nos outros blocos. Essa lógica continua existindo até hoje, com a diferença duma prática que a gente foi tomando depois. Nessa integração cada vez mais orgânica entre carnaval e Praia - dos ensaios coletivos na Praia da Estação -, a Praia virou um lugar espontâneo de ensaio avulso, sem ser de um bloco específico. Naqueles dias de Praia, a galera também vai ensaiando, mas quem toca em cada um desses blocos, toca em outros, sai em outros, e a coisa da bateria no carnaval de BH, da música, foi cada vez mais se profissionalizando assim, tanto num sentido, quanto no outro. Profissionalizando na prática mesmo, no aperfeiçoamento das pessoas e dos músicos, e na constituição de grupos e de músicos que foram dedicando a sua vida profissional a esse momento que é o carnaval.

²⁴⁹ Trata-se de uma menção ao Bloco Então Brilha!, que desfila nos sábados de carnaval de Belo Horizonte na região central. O Bloco tem como marca distintiva render homenagem às prostitutas que trabalham nos prostíbulos do Baixo Centro de Belo Horizonte.

²⁵⁰ O Bloco do Manjerição é um dos blocos fundados pelo grupo de afinidade atuante no entorno de blocos como o Filhos de Tchá Tchá. Fundado em 2011, costuma desfilar nas quartas-feiras de cinzas, e tem como principal singularidade sua defesa da legalização de entorpecentes.

Fazer da experiência festiva, desse gesto festivo, uma fissura de onde pudesse brotar a vida na cidade

O Bloco sai ali de casa e vai dar a volta no Santa Tereza, passando pelo Alto dos Piolhos²⁵¹, pra terminar no Seu Orlando, lá embaixo. Passa pelo Mercado, já muito tentando fazer um percurso no bairro com esse processo de discussão da luta do bairro: a coisa do Mercado, de querer passar por ali também, pra demarcar aquele lugar.

Acho que desfilar na rua tem a ver com toda reflexão de retomada do espaço público: da experiência do ser e do ser visto. Quase que meio que procissional até, pra pegar uma expressão cultural bem cara aos mineiros. É o cortejo: é algo fundamental no carnaval de rua, pela possibilidade que ele oferece enquanto experiências de encontro com o outro, com a diferença, com as situações inusitadas, inesperadas - com a descoberta de lugares desconhecidos, com a capacidade de despertar situações afetivas e não programadas. É meio que como se fosse essa irrupção do inesperado, do risco, da aposta mesmo de apropriação, e de uso do espaço: de pertencimento do território que você habita, que você constrói - sua capacidade inclusive de transformar, de ressignificar ele.

Está na ideia, está na base: acho que, no impulso carnavalesco, isso tá no fundamento daquilo que principia esse processo de retomada do carnaval de rua, nesse marco temporal - nós estamos falando desse período datado -: não inventamos nada, não estamos reinventando nada. E que vai se intensificar, por conta da política pública: estamos falando dum processo de esvaziamento do espaço público, duma política dos governos Pimentel e Márcio Lacerda completamente mercantilizadoras da experiência de vida na cidade. Uma administração extremamente voltada pra lógica automobilística, do veículo motor, individual, dos viadutos, das construtoras; da canalização de rios, de cursos d'água, dum processo mesmo de pavimentação da cidade. De apagamento da vida: quando você cimenta a terra, você tá matando a terra, porque você impede que ela respire. Apesar de que a vida é tão potente que ela é capaz de começar a surgir das pequenas fissuras - é um pouco isso que essa aposta também se deu: de fazer da experiência festiva, desse gesto festivo, uma fissura de onde pudesse brotar a vida na cidade, dentro desse processo. Foi cada vez mais - de forma também não muito refletida, não intencional - radicalizando essa possibilidade de experiência: a gente foi percebendo à medida que o carnaval foi crescendo.

²⁵¹ Alto dos Piolhos é uma denominação popular dada pelos habitantes deste bairro para a aglomeração de bares existente no cruzamento entre as Ruas Bocaiúvas, Quimberlita, Tenente Freitas e Bom Despacho. É um dos mais tradicionais pontos da boemia do bairro.

É importante que se diga: ninguém nunca teve um preciosismo em relação a esse processo de crescimento. A festa é contágio, é transgressão, ela é efusiva, sabe? Ela é o não controle: ninguém quis ou nunca pretendeu fazer um carnaval que fosse seu, nem imaginar que um carnaval fosse o carnaval dos nossos sonhos, que ele fosse um carnaval só idílico, daqueles bloquinhos minúsculos, apesar de que é possível que as coisas coexistam. Elas coexistem ainda hoje - o carnaval de multidões, ao lado do carnaval de pequenas experiências -, de experiências mais delicadas, afetivas, sensíveis.

O bloco seguiria o princípio da errância, extrapolando então qualquer contorno anteriormente definido e indo em busca de outras relações, de outros espaços, de outros territórios, em lugares escondidos, desconhecidos

Os outros dois anos - 2011 e 2012 -, quando o bloco sai em Santa Tereza, ele sai numa perspectiva de tentar reproduzir um pouco o rito da Folia de Reis: tentava imaginar uma linha narrativa pro bloco, do como é que seria. A gente vinha saindo em Santa Tereza desde 2010, tendo em vista a história do bairro com o carnaval da cidade, com os blocos - a história cultural, e o meu vínculo, a minha moradia aqui no bairro de Santa Tereza, tentando manter essa relação de proximidade, de construção mais interiorana. E nesse percurso, meio que desenhou - a partir até duma sugestão de Silvia Amélia - a perspectiva do bloco viver uma experiência de itinerância muito próxima da Folia de Reis, com a ideia de sair percorrendo algumas casas: essas casas sendo visitadas pelo cortejo, pela bandeira, pelo estandarte do bloco. A gente já tinha essa coisa de trazer de volta o carnaval pra Santa Tereza, que era um bairro tradicional do carnaval: de vir com essa estratégia de passar com o estandarte em algumas casas, as casas recebiam o estandarte - um gesto de receber junto uma benção, uma energia festiva -, e davam algo em troca, ofereceria em contra dádiva algo em reciprocidade, de comer, de beber. O carnaval foi crescendo, e Santa Tereza foi se tornando um foco muito grande desse processo de retomada do carnaval de rua: isso foi gerando uma série de incômodos com a vizinhança, com os moradores, com os comerciantes.

O Bloco sai daqui por conta da proporção que o carnaval começa a tomar na cidade - fundamentalmente em Santa Tereza -, e os conflitos que isso começa a gerar com os vizinhos, e com a Polícia Militar. Já em 2011 eu fui denunciado ao Ministério Público pela Polícia Militar e pelo André, da Parada do Cardoso, proprietário da pizzaria - por isso que nunca mais eu botei os pés lá dentro - como responsável pela saída de todos os blocos em Santa Tereza em 2011. Foi uma loucura, eles ficaram tentando me achar: em 2011, saiu uns 21 blocos - já saiu bloco aqui pra além da Tetê e do Tchá Tchá. Teve o Moreré na quinta-feira no Seu Orlando, eu acho que eles já

começaram a fazer o Os Pescadores - eu não sei se os meninos saíram com o Bloco da Esquina²⁵² - enfim, teve mais movimentação de carnaval que gerou essa denúncia. Lembro que o dia na audiência no Ministério Público foi o mesmo dia do desfile da Luta Antimanicomial, do 18 de Maio, que eu tinha sido jurado do samba-enredo. não fui no Ministério Público, eu fui no desfile, ignorei solenemente. Depois eles ficaram atrás de mim de novo, eu tive que ir lá: tive que assinar um termo de compromisso, mas não depois de dar uma aula de antropologia da festa pra promotora.

Em 2012, já rolou uma perseguição e enfrentamento mais complexo. Em 2011 também, se eu não me engano, foi o ano no sábado que a gente enfrentou a polícia lá no Brasil 41, com a fiscalização querendo multar a Dona Jacira. Falamos:

- Então nós vamos pra Praça. Quero ver quem que eles vão multar.

Aquela coisa absurda de policiamento - tem até vídeo na televisão de eu indo pro braço com as polícias. Em 2012, a Regional Leste expede um comunicado pra todos os comércios de Santa Tereza falando que se eles recebessem os blocos, eles estariam sujeitos a multa também - uma pressão. Também é o mesmo ano que a Prefeitura chama o Choque, e o Choque lança bomba no Bloco da Praia na porta da Prefeitura: nesse processo de crescimento da festa, de repressão contínua da coisa que ia se constituindo aí.

E aí, fizemos uma reflexão que talvez fosse o momento de transbordar esse sentido, essa proposta não só do bloco, mas desse processo de reflexão sobre a retomada do carnaval, que também dizia respeito a um processo de retomada do espaço público, de retomada da experiência da cidade. Decidimos então que o bloco seguiria o princípio da errância, extrapolando então qualquer contorno anteriormente definido, e indo em busca de outras relações, de outros espaços, de outros territórios, em lugares escondidos, desconhecidos: provocando mesmo essa mudança, esse deslocamento. Não seria apenas um deslocamento geográfico, mas também um deslocamento existencial: mesmo que a partir de um momento efêmero que seria esse do carnaval, da experiência de um dia e um bloco, em algumas horas torcer o nosso ponto de vista, nos colocando em relação e na disposição do encontro com o outro, com a diferença, com a diversidade - isso também provoca uma torção existencial das nossas percepções, das nossas orientações no mundo.

Na perspectiva então de que era preciso se enraizar pela cidade, era importante criar um movimento de capilarização da festa, pra que, por exemplo, não vivesse situações e questões como a que vivemos em Santa Tereza, em que chegou um momento em que a festa foi se tornando algo

²⁵² Os blocos Moreré, Os Pescadores e da Esquina foram fundados no Santa Tereza em 2011

próximo do insuportável pra quem vive naquele território - é muito complicado quando você atrai uma força externa, e essa força externa começa a causar um desequilíbrio interno. A gente precisava equilibrar também de forma mais orgânica e respeitosa essa equação, e isso também é pertencer à cidade: diz respeito com a relação de respeito com a cidade, com as pessoas e os territórios.

Então, começamos a investir num ímpeto de tentar se deslocar mais. Um deslocamento também muito associado em direção a uma alteridade - a uma alteridade em que ordinariamente, esse encontro, não se daria. Começamos a perceber que o momento do carnaval, a festa, poderia ser um momento de fazer com que figuras sociais, pessoas, pudessem ser confrontadas com situações, locais, regiões: outras pessoas que ordinariamente não estariam dispostas a fazer aquilo, não se confrontariam com aquilo. Era um mecanismo - só me vem uma palavra que eu odeio, que é um dispositivo -: um gesto que provocaria esse tipo de encontro, esse encontro com alteridades radicais. O que eu acho que é mais potente é que esse deslocamento geográfico no encontro com o outro, com a alteridade, com essa diferença, na verdade, implica um deslocamento existencial: ela precisa de outros mundos, de outras perspectivas, de outras formas de vida. Você se confrontar de fato com uma cidade que desconhece, que não acessa, que nem imagina que ela possa existir: é ter a possibilidade de ter um entendimento muito mais delicado e sofisticado daquilo que muitas vezes você nega, critica.

Isso foi cada vez mais se constituindo enquanto um ímpeto mesmo: uma força, um desejo potente. Então quando toma a decisão, por exemplo, de sair de Santa Tereza - o Tico Tico já tinha essa relação forte com a cidade, com a urbanidade, com essa coisa do deslocamento, que foi cada vez se constituindo de forma muito natural, autônoma - resolve abandonar essa coisa mais idílica do bairro berço do carnaval tradicional, e sai, coincide com 2013: com o ano de captura da festa pelo poder público. É justamente nessa sobreposição com 2013 - vamos com esse intuito e com o cuidado ao mesmo tempo -:

- Nós não podemos fazer em outros lugares, ou transformar a festa em outros lugares, o que de alguma maneira ela acabou se configurando em Santa Tereza. Eu não posso chegar igual um alienígena num lugar onde eu não conheço ninguém, onde as pessoas me desconhecem.

Percorrer aquele território, estabelecer essas conexões com aquelas espacialidades

Por toda a minha relação com o bairro Concórdia, e com todo o meu vínculo com o Reinado 13 de Maio, com o Centro Espirita São Sebastião - já vinha dum processo ali naquele momento de relação de onze anos -, a gente começou a conversar com a Dona Isabel, com a família, com o

peçoal da Guarda, na perspectiva de construir aquele momento ali. Era extremamente significativa, porque já tinha esse vínculo, toda essa relação, essa construção: eu como membro da casa, como um filho adotado pela Dona Isabel, e como alguém que já atuava politicamente e devocionalmente no âmbito do Reinado e da Umbanda. Nos colocamos ali pra poder construir essa experiência, e de alguma forma, fortalecer as pautas, as lutas carregadas por aquela Casa. Também fazendo uma recuperação com todo um processo, com toda história do carnaval e do samba, que estão intimamente ligadas ao bairro do Concórdia: grandes sambistas, escolas de samba tradicionais nascidas, surgidas ali naquele território. Então, começamos a construir esse diálogo, essa conversa: Dona Isabel, Belinha, Guidinha, Ricardo, o peçoal pirou, na possibilidade de fazer mais essa amarração com a cidade, com outros grupos, com outros imaginários.

A Guidinha - Margarida, filha da Dona Isabel - se dispôs a sair conosco, desenhando um percurso pelo bairro, em que também pudesse ali visitar espacialidades menos conhecidas, que também nos levasse ao encontro de pessoas marginalizadas dentro daquele bairro. O Concórdia também tem uma divisão interna, entre os moradores que já vivem lá há décadas, entre o Alto Concórdia e o Baixo Concórdia - mesmo o bairro, na sua totalidade, sendo um bairro popular, de classe média baixa. O Alto Concórdia é a parte de cima, que tá em conexão mais próxima com o Bairro da Graça, o Novo Floresta, a Rua Jacuí, que tem um centro localizado ali na Praça do México e na Rua Guanabara. E o Baixo Concórdia, com o seu centro localizado mais na Vila do Concórdia, nas imediações do campo do Inconfidência, é uma comunidade de favela que tem no bairro. De ocupação extremamente popular, relacionada também aos fluxos de transformação da cidade: grande parte dos moradores do Concórdia são provenientes de remoções que ocorreram no processo de expansão de Belo Horizonte, seja por exemplo da Vila do Alto Barroca, quando da expansão da Amazonas, no sentido de Contagem, ou da Vila Anchieta, pra expansão da Afonso Pena pós Contorno, no sentido Praça da Bandeira. Ali também tem uma configuração de disposição social interna, que estabelece uma hierarquia social: o Alto Concórdia representaria uma classe mais abastada dentro daquele repertório interno, e o Baixo Concórdia é essa ocupação ainda mais popular, mais pobre, mais proletária, em vilas que se configurariam enquanto pequenas favelas.

A gente fez questão de tentar fazer esse percurso por baixo, aonde pudesse entrar na Vila do Concórdia: percorrer aquele território, estabelecer essas conexões com aquelas espacialidades, e também percorrer um pouco as residências, espaços que faziam relação com o próprio universo do Reinado e da Umbanda ali da Dona Isabel - passar por casas de integrantes da Irmandade, ou da Umbanda, outras Guardas de Congado, outros terreiros. Buscou, no percurso, fazer um desenho que alinhavasse isso: figuras de referência pro universo do Reinado e dos terreiros, passando por casas de integrantes da Irmandade, da Umbanda, ou na frente de outras Guardas de Congado e terreiros

do bairro - passou lá pela Guarda de São Bartolomeu, o terreiro do Lisboa, na casa da Rainha Belinha. E nesse percurso, entrar na Vila - nesse núcleo mais popular, mais proletário do Baixo Concórdia -, criando ali uma conexão, e terminando com o bloco no campo do Inconfidência. É um lugar de referência importante: deu nome à Escola de Samba Inconfidência Mineira, criada pelo Mestre Conga, pelo Kalu - é uma das escolas de samba mais antigas e tradicionais de Belo Horizonte. A Guidinha foi quem nos guiou fazendo essa amarração, nesse processo de interlocução e no traçado: fomos ali no bairro umas três vezes antes, encontrando com as pessoas, visitando as casas, informando que ia passar nos bares no percurso - alinhavando esse itinerário que conformou ali a nossa saída no Concórdia.

Foi bem interessante: como um reflexo desse processo, depois da saída do bloco lá, eu fui procurado por algumas pessoas, moradores do bairro que viram a experiência do carnaval, a retomada desse processo ali que sempre foi muito forte, que saíram no bloco e me pediram ajuda e orientação pra saber como poderiam retomar esse processo lá no bairro Concórdia, criando os blocos de vizinhos, de amigos do bairro. Nesse sentido, se tem a partir desse momento iniciativas ali na região, no bairro, de construções de blocos muito relacionados à dinâmica local. Tem uma coisa incrível: o Afoxé Bandalerê, que hoje é uma referência nesse processo de retomada do carnaval enquanto um bloco afro, surge ali então no Concórdia, sai ali no Concórdia - esse desdobramento é algo muito incrível.

Teve também outra situação interessante da Dona Isabel, que foi procurada pela galera do Alto Concórdia - o terreiro da Dona Isabel tá numa situação intermediária entre o Alto e o Baixo - reclamando de que a gente não teria saído ali, naquela porção do território, e pedindo pra que o carnaval saísse ali: pudesse desfilar ali num outro ano, num outro momento, porque eles teriam ficado enciumados. Segundo a Dona Isabel, isso gerou uma situação delicada pra ela politicamente, porque ela precisa tá em relação, em conexão com o bairro todo, precisa de todo mundo pra manter as tradições, e ela começou a reclamar: então a gente fez um compromisso com a Dona Isabel que a gente ia, em algum outro momento, em algum outro ano, voltar pro bairro pra poder retomar essa relação, essa conexão nessa outra porção do bairro, nesse outro território. Isso acabou acontecendo só em 2017, e infelizmente com a ausência dela: ela faleceu em junho de 2015, e o falecimento da Dona Isabel nos chamou a essa responsabilidade assumida. E aí nesse retorno a conexão se deu aí de forma mais forte com a história do samba ali no bairro, em homenagem ao Mestre Conga, que completava cem anos de idade, um grande baluarte do samba - e o povo do terreiro ficou muito feliz também com a possibilidade de levantar recursos, ampliar as relações, ter mais gente conhecendo a história ali.

Essas duas vidas vivendo a experiência da festa, um negócio sem pudor, sem critério, sem limite.

Decidimos ir pras ocupações da Izidora, e aí, de novo, a coisa vai ganhando cada vez mais também um contorno político forte, em relação às pautas e construções com as quais também já vínhamos se envolvendo. Isso vai se transformando numa característica do Tchá Tchá, e também do Tico Tico: as investidas do Tico Tico no Ribeiro de Abreu, no Conjunto Felicidade, no Aglomerado da Serra²⁵³, já são fruto dessa relação de uma construção política anterior. Das nossas relações políticas anteriores também, no dia a dia, pra ir fortalecendo essas lutas, essas frentes de resistência.

Vamos pra Rosa Leão, é incrível! Foi uma experiência maravilhosa, porque também foi uma experiência de relação com a comunidade, com as ocupações: de construção de percurso junto, de conhecer as famílias, de passar nas casas, de avisar, fazer faixa, de pregar, avisando a comunidade do entorno, de tentar atrair. Vínhamos dum processo de participação, de construção da rede do Resiste Izidora²⁵⁴: a nossa relação foi se construindo a partir da conformação dessa grande rede de resistência.

Na minha avaliação, depois do Movimento Fora Lacerda, foi talvez a ação política que mais conseguiu confluir diferentes movimentos e segmentos da cidade em torno de uma luta. Essa articulação foi nos aproximando das lideranças das ocupações: através da Resiste Izidora, a gente foi conhecendo várias das coordenadoras. Nós fomos pra lá, dormir lá naquelas vigílias, levamos o carnaval, fizemos ocupa cultural lá, participamos do processo de organização. Guto e eu conseguimos ajudar a articular uma rede de blocos pra fazer um carnaval lá na Izidora, e isso foi já criando os nossos laços de afinidade, de construção territorial nas três ocupações - participando de ações, de atividades, de reuniões, isso tudo foi se conformando dessa forma.

Em 2015 voltamos pras ocupações, ainda no processo de resistência. Sai nas outras duas²⁵⁵, porque o percurso era muito longo, não tinha como fazer o percurso pelas três: é quando a gente marcha da Esperança até a Vitória, naquela saga homérica do Tchá Tchá com o dilúvio louco. Gente passando mal, que quebrou o pé, mas com o paradoxo mesmo, né? Com a radicalidade da experiência no seu limite, que é de você também conseguir naquele momento da festa experimentar a intimidade do que é viver naquela situação. Tomou a decisão de construir o carnaval lá - já tinha

²⁵³ Barros menciona aqui três desfiles do Bloco Tico Tico Serra Copo ao longo da década de 2010: o de 2013 (Aglomerado da Serra), 2016 (Ribeiro de Abreu) e 2018 (Conjunto Felicidade).

²⁵⁴ Resiste Izidora é uma rede de apoiadores e simpatizantes das ocupações por moradia urbana da Mata do Izidora: a rede costuma atuar em diversas atividades de apoio às ocupações, particularmente no angariamento de recursos e em ações de solidariedade em circunstâncias de ameaça de despejo.

²⁵⁵ Em 2014, o Bloco Filhos de Tchá Tchá desfilou na ocupação Rosa Leão, uma das três ocupações que formam o conjunto de ocupações da Mata do Izidora. Em 2015, o Bloco desfilou entre as outras duas ocupações do conjunto: Esperança e Vitória.

esse desejo, porque no ano anterior a gente só tinha conseguido sair na Rosa Leão: então, começou a acionar as lideranças da Esperança e da Vitória pra poder construir e pensar o carnaval juntos. Nós fomos construindo com eles o percurso, o itinerário: fizemos umas visitas, eles deram umas sugestões, a gente pensou em outros - nas conversas, fomos fazendo um trajeto de carro pra saber a dificuldade que se teria e ter uma dimensão da distância. Até que fechou o percurso: uma das pessoas inclusive que construiu o percurso pra gente foi o Bahia: foi assassinado pouco tempo depois, numa situação de disputa fundiária dentro da ocupação Vitória. Foi incrível, sensacional, ele foi uma figura muito importante: já nesse momento foi construindo um percurso, já foi passando as casas, conversando com a galera, e avisando nos lugares onde tinha barzinhos, informando que ia passar o bloco - qualquer expectativa, perspectiva mais ou menos de gente que o povo podia se preparar pra receber, porque ia poder vender as coisas, estimulando os moradores também que quisessem pra poderem tirar um trocadinho.

Feito isso, começamos a construir com as lideranças das organizações a estrutura pra eles poderem conseguir uma grana: lá na Esperança se montou uma praça de concentração com venda de bebidas e de comida. Isso a gente sempre faz, estimula - esse ano não vai ser diferente: é uma forma de gerar um recurso ou pros movimentos sociais, ou pras famílias ali de onde a gente tá - foi assim nos Congados, nas ocupações, vai ser assim de novo lá na Eliana essa semana²⁵⁶.

Na dispersão, a galera fez a mesma coisa na Vitória, com a diferença daquela estrutura do palco, que foi uma surpresa pra gente: eles estavam esperando o bloco com uma estrutura de festa. Eles fizeram essa surpresa ali, e quem não foi embora, ou não molhou muito, não assustou muito com a chuva, e ficou até o final, pôde participar do que foi depois a catarse: do show com a galera da ocupação, aquela interação incrível que rolou lá.

Nós fizemos umas oficinas também de instrumentos: os meninos gracinha - principalmente os meninos do Juventude Bronzeada e do Tchãnzinho Zona Norte²⁵⁷ - compraram uma ideia de dar oficina lá de instrumentos. Silvinha - Sílvia Andrade - articulou, principalmente ela com Maola, oficina de fantasias e a gente repetiu uma coisa que a gente tinha feito na Rosa Leão no ano anterior: estimular as pessoas a levarem fantasias, tintas, coisas velhas, pra poder fantasiar principalmente as crianças, mas também os adultos das ocupações. Rolou esse processo, esse momento, que é uma coisa que queremos repetir esse ano de novo: fazer esse movimento, essa campanha.

²⁵⁶ No ano de 2018, o Bloco Filhos de Tchá Tchá desfilou por um conjunto de ocupações por moradia situadas na região do Barreiro, no extremo-oeste de Belo Horizonte. São as ocupações Eliana Silva, Horta, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Horta II e Paulo Freire.

²⁵⁷ Juventude Bronzeada e Tchãnzinho Zona Norte são dois Blocos carnavalescos surgidos em Belo Horizonte no início da retomada do carnaval de rua local.

Tem uma imagem forte - eu não esqueço -, duma senhora voltando com a sacola de compras toda enlameada: ela com certeza já tinha escorregado várias vezes no percurso, ela estava toda suja voltando do trabalho, e a gente ali todo sujo no meio da festa. O carro que o povo organizou pra levar as crianças: chegou uma galera. o povo da ocupação veio, e foi botando todas as crianças e mulheres grávidas dentro do carro e levando, e na hora que nós chegamos lá na Vitória tinha uma crechezinha, umas mães chegando depois, e os filhos lá sendo cuidados coletivamente. Um boteco já no final que a gente chegou - Guto, Morgana, o povo que enfiou pra dentro desse boteco, um som no talo, e um tanto de gente da ocupação, o restolho do bloco assim, bebendo tudo que tinha: Conhaque Presidente, Jurubeba, cerveja, cachaça. Aquele som, o povo louco, ensandecido, se beijando, se pegando.

Aquilo ali foi, talvez, a grande síntese da imagem do carnaval pra mim: era a junção da ocupação com o povo de fora, essas duas vidas vivendo a experiência da festa, um negócio sem pudor, sem critério, sem limite. Sabe? Um povo bebendo de tudo no bico, e comprando, e dançando enlameado, descalço, e se beijando, e rolando - assim, o caos, a catarse. O povo só saiu dali porque não tinha mais nada, zerou tudo, o estoque todo e aí foi embora.

Pra mim ficou uma experiência transformadora de vida: duma compreensão mais profunda mesmo da potência da experiência do carnaval enquanto um gesto político, enquanto um ativador de perturbação sociocultural mesmo, a potência mesmo. Eu acho que pras pessoas que foram, ficou uma dimensão do que que é uma ocupação: a possibilidade de viver a experiência no limite da precariedade e, ao mesmo tempo, no máximo da generosidade daquelas pessoas diante da precariedade que elas vivem.

Deve ter sido marcante pra muitas pessoas: perceberam o que é uma ocupação mesmo, aquelas pessoas, o perrengue que elas passam, sabe? As pessoas trabalhadoras, famílias, crianças - a condição concreta e real da vida delas -, e diante daquela precariedade, a capacidade delas de acolhimento, de generosidade. Ou seja, o vínculo comunitário que a experiência da ocupação acaba precipitando: não que ele permaneça, mas isso contempla a própria integração da ocupação na vida urbana, vai criando, precipitando outras sociabilidades. A Charlene brinca que o Tchá Tchá na Izidora é o melhor carnaval da vida dela. Ela fala de como que levar a festa - transitar, deslocar a festa -, pra aquela espacialidade foi rica e transformadora pras famílias, e que esse seria um gesto impensado, inimaginável pra eles. Apesar de que eles têm essa capacidade e essa possibilidade deles mesmo fazerem a festa, o que fica de ganho político efetivo é a contribuição que a ida do carnaval, dos blocos lá, deu do ponto de vista da visibilidade, do alcance, que se juntou ao fortalecimento da construção daquela grande rede de enfrentamento.

É um pouco o que o Frei Gilvander, por exemplo, fala do que foi o show de lançamento do disco do Graveola, na Dandara²⁵⁸: na leitura dele, duma galera da Dandara e até das Brigadas²⁵⁹, aquele foi um marco de resistência fundamental pra manutenção da comunidade - ele acha que se não tivesse existido aquele show, naquele momento, talvez hoje aquela comunidade não existisse.

Tem um pouco da perspectiva deles, do que eles já trocaram comigo, que a realização do carnaval ali - pra além desse momento de possibilidade festiva, de encontro com essa diferença, com esse outro -: eles têm essa sensação de que houve uma contribuição muito importante pra visibilidade da luta e pra resistência da luta. É um pouco o que a gente tenta fazer também: aproveitar a capacidade que a gente tem de penetração dentro da mídia pra fortalecer essas lutas.

É por reconhecimento mesmo, por dádiva, por reciprocidade

É a possibilidade da gente ainda fazer uma festa que é uma festa da construção coletiva e da experiência comum: rompe com qualquer possibilidade de lógica mercantil, utilitarista da festa. É o que vários blocos já tão vivendo: as pessoas reclamando do som, da qualidade do som, da quantidade de banheiro químico, como se os blocos de carnaval, e o carnaval, tivessem ofertando um serviço a ser consumido pelo público.

Poderíamos fazer uma longa reflexão sobre isso pela ótica, por exemplo, do poder público: como a Belotur, lá em 2013, começou a vender o carnaval enquanto uma peça turística, e como é que isso reforça e alimenta esse lugar, e nós não. Você imagina - a figura vai pra um bloco, lá longe, que é isso: não tem controle de nada, e as pessoas que vão tão indo pro risco, e ela quebra o pé, faz uma cirurgia, tem que botar num sei quantos pinos, e você vai visitar ela, ela ri pra você, te abraça, te agradece e fala que foi o melhor carnaval da vida dela, feliz da vida, assim - é outra relação, é outra perspectiva de relação.

Vamos pro Aparecida no ano seguinte, em 2016: vai pruma outra Guarda de Congado, outro processo de construção também - eles ameaçados pela administração do Lacerda de serem desapropriados pra canalização dum rio, vai vendo que as reflexões tão todas interligadas. Lá no Aparecida, tem um desafio interessante: vai muito em função dos Carolinos, do Congado, mas a gente tem que circular no bairro. E descobre que, ao mesmo tempo, a própria Guarda é um apêndice no bairro - ela é uma margem da margem -: tem um grupo de afinidade de relação ali, entre os

²⁵⁸ A ocupação Dandara é uma das mais antigas ocupações por moradia urbana existentes no município de Belo Horizonte. Formada ao longo da década de 2000 através da atuação de militantes da organização Brigadas Populares, a ocupação desde então luta pelo processo de regularização da posse para seus moradores e urbanização de sua área. O show mencionado por Barros se deu em 2012.

²⁵⁹ As Brigadas Populares são uma organização social atuante em Belo Horizonte desde a década de 2000 na luta por moradia urbana popular.

próprios grupos de Congado e alguns vizinhos, mas o bairro como um todo não tem relação com os Carolinos. Há uma relação de exotização, ao mesmo tempo em que não existia tanto vínculo que pudesse nos orientar na construção das relações, pra formação do percurso. Então, falamos assim:

- Como é que nós vamos resolver esse desafio? Como é que a gente vai conseguir chegar nessas pessoas? Já que quem tá nos acolhendo também não tem esse vínculo.

Aí tem uma ideia que foi maravilhosa, que foi fazer cartas: a gente fez uma carta, imprimiu várias cópias dessa carta, e nós fomos na caixa de correio de todas as casas por onde o bloco ia passar, do percurso do bloco. A carta contava a historinha do bloco, falava da relação com os Carolinos, e falava que ia passar um bloco, pedia licença - e chamava as pessoas pra participar, pra se fantasiarem, pra jogarem água de mangueira e tal. Pra nossa surpresa, quando o bloco sai da horta dos Carolinos e começa a entrar pra dentro do Aparecida, tão os moradores esperando o bloco com as mangueiras: eles acolheram a mensagem e o gesto sensível que a gente arriscou, de tentar se comunicar. Era impossível conversar, bater de casa em casa: então foi a forma como arriscamos fazer essa comunicação, e ela foi extremamente efetiva. Foi incrível!

Em 2017, a gente volta pro Concórdia, por uma questão extremamente afetiva, né? Assim, eu estava conversando com a Dona Isabel, antes dela falecer: ela tinha falado que uma parte do bairro por onde o bloco não passou tinha ficado chateada, e ela tinha esse compromisso de levar a festa nessa parte. Tinha todo esse histórico do bairro com o samba e o carnaval da cidade, e o Mestre Conga, que é uma figura muito querida - foi meu companheiro no Conselho Municipal de Cultura²⁶⁰, tinha acabado de completar noventa anos -: ele que cresceu, se criou no Concórdia. E a gente então resolveu voltar pro Concórdia nesse misto: tanto de fazer essa homenagem póstuma pra Dona Isabel, que tinha falecido, quanto homenagear o Mestre Conga, e a história do samba no Concórdia. Um pouco voltar - também depois fruto de muitas reflexões nossas -, com o cuidado com a história do carnaval da cidade: não deixar que esse frenesi, essa efervescência dos blocos acabe apagando, ocultando toda a história do carnaval que a antecedeu, que continuou a existir. Assim, um pouco também um compromisso nosso: a gente troca muito sobre isso, fala muito sobre isso de fortalecer cada vez mais esse espaço periférico, esse lugar periférico. Não que eles precisem de nós - muito pelo contrário -: eles tão aí a vida inteira, eles fazem as coisas, e elas existem. É por reconhecimento mesmo, por dádiva, por reciprocidade.

²⁶⁰ Belo Horizonte conta atualmente com um Conselho Municipal de Cultura: de caráter consultivo e propositivo, é formado por representantes eleitos da cena cultural local e funcionários da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Rafael Barros foi representante no Conselho nos primeiros anos da década de 2010.

Esse ano, vamos pras ocupas do Barreiro: um deslocamento maior pruma outra banda da cidade, um percurso legal, também nesse processo de construção. Território que a gente já vem se relacionando há muitos anos, e que agora tá aí com um flanco, porque Kalil²⁶¹ no discurso tá prometendo, prometendo, prometendo mas num tá efetivando nada mesmo de concreto, principalmente pras ocupações: do processo de regularização lá - no caso daquelas ocupações do Barreiro, seria muito mais fácil por se tratar em sua grande maioria de terrenos públicos. Eles tão com um projeto de construção dum grande parque das ocupações: é uma mancha verde que liga sete ocupações. daquela região do Barreiro acima da Vila Pinho. Aí, a gente também vai levar essa pauta: o bloco se concentra na cabeceira - tem três nascentes nessa área verde ainda - onde seria o início desse parque, num descampado, embaixo duns abacateiros lindos. E vai percorrendo as ocupações: não passa só pela Nelson Mandela, porque tá muito afastada, não tem acesso. Por seis ocupações: concentramos na Eliana Silva, faz um percurso por dentro da Eliana, passa na Horta, na Camilo Torres, na Irmã Dorothy, na Horta II, terminando na Paulo Freire, que é uma ocupação das mais recentes. Uma parte do percurso, a gente faz margeando essa área verde, passando por essa área verde, onde se deseja construir esse parque das ocupações, pra preservar a área, preservar as nascentes.

²⁶¹ Barros aqui faz menção a Alexandre Kalil, atual prefeito de Belo Horizonte. Uma de suas principais promessas de campanha era a regularização fundiária das ocupações por moradia urbana existentes no território da cidade.

7.2 – RELATO DE PRISCILA MUSA

FICHA TÉCNICA

Entrevistada: Priscila Musa

Local de Entrevista: Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

Data da Entrevista: 22/03/2018

Tempo de Entrevista: 01:50:13

Observações: *Os primeiros contatos que tive com Priscila Musa se deram durante reuniões do Movimento Fora Lacerda, ao longo do segundo semestre de 2011: mesmo sem nos conhecermos pessoalmente à época, Musa chamava atenção precisamente por suas multifacetadas formas de atuar e se fazer presente não somente no Fora Lacerda, como igualmente em diversas outros ambientes da cena ativista de Belo Horizonte. Conciliando sua formação como arquiteta com sua sensibilidade fotográfica, suas fotografias certamente foram um dos principais fatores da disseminação imagética de todo um conjunto de atividades de contestação urbana que se deram na capital mineira ao longo dos últimos dez anos. Além do olhar voltado à cena ativista da cidade, Priscila desenvolveu paralelamente toda uma atuação em meio ao carnaval de rua de Belo Horizonte, fornecendo alguns dos mais belos e impactantes registros de sua retomada ao longo da década de 2010. Priscila atualmente é doutoranda em Arquitetura e professora universitária na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.*

A entrevista que serviu de base a este documento se deu no dia 22 de março de 2018, numa sala da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais: sua indicação como entrevistada se deu a partir de sugestão de Rafael Barros. Inicialmente tímida em sua entrevista, Musa foi gradualmente se abrindo a revisitar suas experiências em meio ao Bloco Filhos de Tchá Tchá a partir de uma perspectiva articulando o urbanismo crítico, um contexto de politização de diversas questões pertinentes à Belo Horizonte e a polissêmica imagética criada pelo carnaval de rua belo-horizontino, em sua via de ocupação dos espaços públicos da cidade. A articulação de tais eixos, eivadas pela nitidez, entusiasmo e um tom reflexivo de suas recordações, recuperadas ao longo de sua narrativa que não se furtou a abordar alguns dos principais pontos irresolutos na relação entre carnaval e cidade, permitiu a formação de um olhar singular sobre a trajetória desta cena. Igualmente, sua condição individual enquanto alguém que se somou à movimentação carnavalesca posteriormente ao reaparecimento inicial desta cena parece ter permitido enfocar aspectos próprios à forma mesma como o carnaval de rua iniciou sua disseminação pelos habitantes da cidade, a partir tanto da perspectiva de sua recepção quanto das questões suscitadas ao longo de sua expansão pelo território de Belo Horizonte.

Meu nome é Priscila Mesquita Musa. Tenho 36 anos. Eu nasci em Três Corações, no Sul de Minas.

Vim pra cá pra estudar e fiquei desde 2003. Sou formada em Arquitetura e Urbanismo, e fiz mestrado também em Arquitetura.

Eu não tinha uma motivação muito clara não pra fazer Arquitetura: fiquei entre Veterinária, Belas Artes, Comunicação, Direito - desisti de estudar uma época da vida, eu entrei no curso de Arquitetura um pouco mais tarde. Estava com 21 anos: fui fazer um curso de Desenho na minha cidade. Comecei a desenhar loucamente, copiar fotografia de revista, comecei a doar pros meus

amigos. Entrei na Arquitetura aqui na PUC, no Coração Eucarístico, e me encantei pelo curso: gosto muito do meu trabalho.

O curso de Arquitetura é bem focado em intervenção arquitetônica pra parcela da população que não tem acesso à Arquitetura hoje - classe baixa, classe média baixa. Tive contato com alguns Movimentos de Moradia no início do curso, quando eu fiz parte do Escritório Modelo de Arquitetura da PUC - depois eu fiz parte do Escritório de Integração da PUC. Fui rede de apoio desses movimentos - da Pastoral de Rua também, lembro de trabalhar junto com eles lá no Santa Tereza. Mas era estudante, tentando entender onde que eu estava chegando, o que era isso, o que era aquele lugar: acho que não fiz tanta diferença assim. As Brigadas Populares também, com essa história da Dandara, do Eliana Silva²⁶², mas isso foi mais recente: eu trabalhava junto com os escritórios da PUC, uma interlocução com os moradores pra criar os projetos arquitetônicos colaborativamente. Não tenho nada muito forte, tão consistente em relação ao movimento de moradia.

Os movimentos sociais em geral de ocupação do espaço público trazem essa possibilidade de construção de outra imagem de cidade

A fotografia tem uma origem militar: meu avô era fotógrafo, gostava de fotografar - num determinado momento da vida, ele tinha uma lojinha. Durante um período da vida o meu pai também teve uma loja dentro do Exército, que foi onde eu aprendi a fotografar. Tirando foto de soldado, três por quatro de soldado, indo com ele pros campos de treinamento, fotografando tiro de canhão: enfim, essas atividades do Exército lá da minha cidade - tem uma escola de sargento das armas, e a vida em Três Corações, no sul de Minas, é muito condicionada por esse quartel. Eu aprendi a fotografar com ele nessas missões, e isso ficou um pouco esquecido: quando era adolescente, meio que pra ajudar o trabalho na renda familiar e tal, ia fotografar com ele em campo.

Fui estudar Arquitetura e abandonei esse negócio: estava querendo trabalhar com desenho, estava gostando da universidade, e depois tive contato com as fotografias do Wilson Batista primeiro, e da Mana Coelho depois. Fui fazer um estágio na Casa do Baile²⁶³, e lá eu conheci o Wilson Batista - faleceu recentemente -: é um fotógrafo aqui de Belo Horizonte, e comecei a me despertar pra Fotografia. Eu ajudei uma colega arquiteta - a Fernanda -, a montar uma exposição no Abílio Barreto, e essa exposição era sobre a Mana Coelho.

²⁶² Dandara e Eliana Silva são comunidades formadas a partir da ocupação de terrenos vagos em Belo Horizonte reivindicando sua posse.

²⁶³ A Casa do Baile é uma das edificações originais que integram o conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Atualmente, é sede do Centro de Referência em Arquitetura, Urbanismo e Design de Belo Horizonte.

Ela tinha acabado de doar todo acervo dela pro arquivo do Museu, o filho dela tinha falecido logo no dia que ela estava lá entregando. Ela me convidou pra ajudar a montar essa exposição e tratar as imagens, eram muitos filmes escaneados: alguns foram mal escaneados, tinha que escanear, esse trabalho manual mesmo. E aí eu comecei a ver aquelas fotos, - muito mais as da Mana que o do Wilson -: as fotos da Mana Coelho me mostraram que era possível usar a militância com a fotografia: eu comecei a ver as fotos das manifestações que a Mana tirava.

Teve uma antropóloga, Eliane, Larissa, que fez uma exposição agora, A cidade Sem Fim, - eu fiquei até emocionada -: ela me pediu umas fotos, foi lá montar uma exposição sobre manifestação. Ela pegou e foi fazendo uns díplicos, minha foto e foto da Mana, Marcha das Vadias e Manifestação das Mulheres. Nem imagina a conexão que existe entre essas fotos: fiquei muito achando que tinha uma potência nessas fotos da Mana, que ficava meio guardada nesses negativos, naquele arquivo, muita pouca gente via e tal, e fiquei meio deslumbrada. Eram 14 mil fotos que tive contato dela, de tudo: das conformações das favelas de Belo Horizonte, as favelas que desapareceram - acho que meu doutorado até tem ligação assim com isso.

Comecei a perceber que na nossa geração, diferente da dela, tinha um potencial pros movimentos sociais através dessa imagem, da construção de imagem: acho que os movimentos de Belo Horizonte, ou os movimentos sociais em geral de ocupação do espaço público, trazem essa possibilidade de construção de outra imagem de cidade. De outra fotografia, tanto no espaço quanto na imagem: percebi que tinha um potencial na circulação da imagem. Então, às vezes a Praia da Estação, você chegava lá, tinha quinze pessoas, um negócio muito pequeno: eu tirava aquelas fotografias - sei lá, passaram cinquenta pessoas enquanto a Praia estava acontecendo. Eu tirava as fotos que davam conta de circular e atingir três mil pessoas ou muito mais gente do que isso: ontem, eu encaminhei foto da Praia da Estação e não consigo nem contabilizar quantas vezes as fotos já circularam - deixo elas totalmente em aberto. No meu entendimento, essas fotos são dos movimentos, e quem quiser, só pegar, copiar, postar, circular, a não ser que tenha um mau uso: aí vou reclamar. Percebi isso: era uma construção de imagem na cidade, na fotografia, e a possibilidade de reconstruir esses movimentos, quando eles começam a circular fotograficamente.

Tem uma coisa muito incrível na Praça - já no primeiro dia isso se anunciou -: a convivência com grupos diferentes

Montei um coletivo de fotografia, que chamava Urbe Coletivo Fotográfico - eu e o Rodrigo, que era um historiador que trabalhava na Casa do Baile que montamos. A gente viu as fotos do Wilson e falamos:

- Cara! Olha como a cidade mudou! Olha como era a cidade antes! Vamos fazer um registro do nosso tempo.

Era o nosso objetivo, queríamos puxar esse movimento no Brasil inteiro, e aí a gente conseguiu só um amigo em São Paulo - então existia o Urbe BH e o Urbe São Paulo, não conseguiu o resto.

Começamos a fazer saídas fotográficas no Centro de Belo Horizonte, e numa dessas, eu encontrei a Praia da Estação: assim, por acaso, andando pelo Centro. É doido, porque o que aconteceu exatamente? A gente chegou lá na Praia, ela estava cercada com uma grade, um muro - era uma grade na verdade, de vez em quando eles cercam ali. Estava cercada, e era um dia que tinha show dos Direitos Humanos: tinha uma grade verde gigante tampando tudo. Fiquei fotografando a grade, as pessoas pequenininhas lá dentro, e tinha um cartaz escrito "Ocupe a Cidade". Aí eu olhei aquilo, e falei:

- Ocupe a Cidade.

E o povo sentadinho com um guarda-sol, eu falei:

- Tem alguma coisa ali! Esses vinte gatos pingados aqui, eu acho que é uma manifestação!

Conversamos, tiramos foto, era muita pouca gente que tinha no começo dessa Praia, com canga - aquela esplanada gigantesca, a sombrinha da árvore e todo mundo debaixo da sombrinha da árvore. E aí, depois que a gente fotografou, foi embora e ficou comentando.

Voltei com um amigo pro show dos Direitos Humanos, fiquei muito pensando sobre isso: de como que era doida aquela experiência da Praia ser cercada, e depois ter um show em comemoração dos Direitos Humanos. Escrevi um texto - uma carta aberta anônima -, e eu fingi que era tipo a tia do Lacerda, que ficava dando uns conselhos pra ele sobre a cidade, só que esse texto circulou muito: publiquei lá no blog da Praça Livre, e ele circulou muito. No que ele circulou, comecei a conhecer o povo: alguém que contou pra alguém, que contou pra alguém. que descobriu que era eu, e eu fui conhecendo o pessoal.

Nisso, a Praia já tinha se desmobilizado, no passar do tempo: as reuniões, assembleias que tinham no comecinho dela - aconteceu esse momento, que tinha umas assembleias, do movimento Vá de Branco, e foi esses encontros que conformaram a Praia. Isso já tinha desmobilizado e eu

participei dos encontros de Praia mesmo: fui em quase todos se bobear. Participei de algumas reuniões:

- Ah, vamos discutir a Copa do Mundo. Vamos discutir as coisas que aconteciam lá.

Daí que surgiu o Fora Lacerda, onde eu participei ativamente - o Fora Lacerda era a Praia da Estação. Tirando alguns anarquistas mais radicais, era a Praia: era o pessoal da Praia, juntando Guto, Rafa, Joviano. Veio outras pessoas, da Guarda Municipal - Pedro Bueno participou do Fora Lacerda -, o pessoal da Feira Hippie²⁶⁴. Então vinham as pautas específicas, se juntaram com as da Praia, que eram pautas mais voltadas pra cultura geralmente: pensando, de forma expandida, não só Belas Artes e tal.

Foi essa a minha atuação na Praia: banhista. Teve alguns carnavais que o Bloco eu que puxei um pouco, no começo: o Bloco da Praia, a Praia de Iemanjá²⁶⁵, outro também que eu puxava. Era fazer um post, chamar no chat, falando:

- E aí, gente? E a Praia de Iemanjá? Vamos fazer? Gustavo Bones, leva a santa, Fulano, leva vela, vamos levar.

Conversa com o povo da capoeira pra poder tocar, nada demais. Teve alguns eventos da Praia da Estação que eu que criei: também nenhum trabalho. além disso. E as fotos: acho que o meu trabalho fotográfico, acompanhando os movimentos e a Praia, é um dos mais importantes, talvez.

A Praia tinha como pauta a ocupação da cidade total. Uma pauta muito arquitetônica pra mim: isso aparece muito claro na carta que eu escrevi pro prefeito, que eu fiquei sabendo que chegou nele: ainda bem que chegou nele, porque eu gastei um tempo pra escrever aquilo. Acho que a Praia me pegou de fato: eu podia ter chegado lá fotograficamente, achado ridículo aquele povo lá na Praça, ou podia ter passado por aquilo e ido fotografar prédio, outra coisa - ela me pegou pela discussão de ocupação da cidade. Tem uma coisa muito incrível na Praça - já no primeiro dia isso se anunciou -: a convivência com grupos diferentes. Até o César Guimarães falou um pouco disso na minha banca de mestrado, Ele falou:

²⁶⁴ Popularmente conhecida na cidade como Feira Hippie, a Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte é uma feira de rua existente na capital mineira desde 1972. Ocorre todos os domingos na Avenida Afonso Pena, no Centro de Belo Horizonte. Para saber mais: <https://feirahippie.com/>. Acesso em: 25 de dez. 2018.

²⁶⁵ As Praias de Iemanjá eram atividades performáticas de protesto ocorridas durante as Praias da Estação entre 2010 e 2012. Fazendo uso das fontes da Praça, alguns dos banhistas simulavam um ritual em homenagem à Iemanjá, uma das entidades do panteão religioso de matriz africana existente no Brasil, no dia anual de celebração de seu culto (2 de fevereiro).

- A gente, na minha geração, ocupar ou passar pelo Centro da cidade de Belo Horizonte era ter uma relação com morador de rua que era de medo, de insegurança, ou era de conviver com eles, ou de olhar achando incrível pensar o que é aquilo.

E a Praia da Estação não: a gente convive mesmo com os moradores - no primeiro dia já veio morador de rua pedir pra eu fotografar, que ele queria achar a família. Tem essa convivência, essa possibilidade dessas convivências com grupos diferentes, de pessoas, né? Vamos combinar que tanto a Praia da Estação quanto o carnaval de rua são manifestações de classe média, mais gente branca, estando num lugar de favorecidos, até: de pensar que tem esse direito de reclamar pela cultura na cidade, quando outras pessoas tão reclamando de coisas mais básicas, como moradia. Tem esse gesto muito importante, que é de ocupar aquele espaço da cidade: ocupar aquele espaço não quer dizer que ele estava vazio, eu acho que aquele espaço já estava ocupado. Mas é de levar esse nosso grupo pra conhecer esse lugar, que é do estranho: ficar de biquíni no Centro era completamente estranho pra gente, pra minha geração, pra essa turma - hoje já explodiu isso, né? Aí depois vem o pessoal das ocupações urbanas, vem o pessoal da Feira Hippie: implode inclusive esse movimento branco classe média, ali naquela Praça. Saímos de uma pauta, que era uma disputa muito clara com o Poder Público: muito delineada do que a gente queria, o que precisava da pauta da cultura, muito direcionada.

Temos várias questões com o Lacerda, até da desconstrução do PT em Belo Horizonte - a gente vinha de uma trajetória de vinte anos -: a Prefeitura do Patrus, políticas públicas voltadas pra população de rua, o Orçamento Participativo, política de moradia, foi muito importante, mudou muito o rumo de Belo Horizonte. A Prefeitura do Lacerda praticamente desconstruiu o resto das políticas públicas que chegaram até lá, depois da era Pimentel. Foi há dez anos, mas eu acho que o Lacerda representa uma radicalização da ação neoliberal no espaço urbano de Belo Horizonte: abriu as portas pra entrada ou fortalecimento da especulação imobiliária de forma muito grave, pra realização da forma que foi a Copa do Mundo aqui - espetacularização do espaço urbano como evento. Um recrudescimento, uma diminuição das políticas públicas voltadas pra população de rua: acho que ele representa quase uma antipolítica - é um administrador, um empresário que entra pra administrar uma cidade. Não teve uma ação política: na carta até chamei ele de administrador, não chamo ele de prefeito. Vejo de forma muito maléfica, e acho que Kalil segue a linha.

O Fora Lacerda é muito delineado pela figura do prefeito, da gestão pública: como é que sai desse lugar, e hoje a Praia da Estação tá numa construção duma política que acho muito importante - a política do cotidiano. Então, como é que esses grupos se relacionam ali na Praia da Estação hoje

é uma das grandes questões políticas: quando chega o Funk, e cria conflito com a marchinha de carnaval, com o Forró, como é que a gente convive ali. Agora, a turma que chegou ali naquele movimento classe média branca vem se implodindo: vai chegando a Região metropolitana de Belo Horizonte. Antigamente era mais Zona Sul, apesar de que já tinham outras figuras lá - a Áurea Carolina no Fora Lacerda, também não podemos apagar -: mas era, enfim, prioritariamente branco.

Eu participei da fundação do Fora Lacerda: da primeira reunião. A cor laranja²⁶⁶, eu que falei. A gente:

- Que cor que vai ser? Vermelho! Num pode, já tem. Azul? Num pode, amarelo.

E eu:

- Laranja, gente!

- Então vamos laranja!

Lembro de quem estava: acho que a Cris e o Vitor puxaram um evento no Facebook de impeachment do Lacerda - e aí eu vi e fui na primeira reunião. O impeachment do Lacerda já estava na Praia, fazia parte daquele grupo de pessoas - lembro que a gente até fez uma ação na Praia -: a gente colou um Fora Lacerda no piso. Foi lá no Parque Municipal a primeira reunião, era pouca gente: tinha umas cinco ou seis pessoas - no evento tinham não sei quantas confirmações, e não foi quase ninguém. Algumas pessoas com alguma relação com a Prefeitura tinham receio de serem comprometidas pessoalmente - com o vice-prefeito, no caso do Rodrigo. Participei do jornal: diagramei os dois jornais, aprendi inclusive a diagramar com esse jornal. Fotografia eu participei: tinha uma coisa também muito forte da comunicação do Fora Lacerda, era aonde eu participei mais ativamente - participei muito nesse sentido, logomarca, essas coisas de designer gráfico, fazer camisa, fazer bandeira.

Nessa época, eu participava das reuniões: ouvia tudo, aprendia muita coisa. Nunca fui muito da fala - acho que agora estou aprendendo isso, na verdade. Claro que esses movimentos todos foram destravando minha língua - agora que estou dando aula, tendo que desdobrar -, mas nunca fui muito de participar na fala. Ficava muito ajudando a mobilizar os movimentos, os grupos, e participava pela fotografia - cuidava da página junto com o Carlos.

²⁶⁶ O Movimento Fora Lacerda tinha como cor oficial o laranja: no caso, tratava-se de uma alusão à aliança entre PT e PSDB que o conduziu à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O Fora Lacerda tem esse contexto geracional dos mais fortes: colocou uma série de atores de movimentos sociais diferentes pra dialogar dentro da cidade - eu não sei como era antes de mim, mas vi isso acontecendo muito nessa experiência. Desde essa coisa do Bueno, da Guarda Municipal, com a turma da Comunicação da UFMG, a turma da Sociologia, Brigadas Populares, os arquitetos, a turma do Hip Hop – o Duelo nunca participou tão ativamente, mas tinha uma turma do Hip Hop. Esses movimentos todos foram culminar no que é o Muitxs, o Pela Cidade que Queremos²⁶⁷ - esses atores todos se conheceram aí. Acho que a Áurea se fortaleceu muito no Fora Lacerda, o Rafa se fortaleceu muito no Fora Lacerda.

Tinham vários grupos interessados no impeachment do Lacerda, que infelizmente não aconteceu: fomos derrotados, com a segunda eleição dele. O movimento deu uma desmobilizada com isso, mas tem essa importância -: a gente desgastou muito o prefeito. Teve um determinado momento da história que ele parou de participar de encontros públicos porque a gente ia, ia, gritava Fora Lacerda e tal: ele começou a não transitar com tranquilidade nesses meios, principalmente no da cultura. No FAN, Festival de Arte Negra²⁶⁸, foi muito constrangedor: váamos o Lacerda, arrumou uma confusão, isso foi se alastrando. Conseguiu dar visibilidade pra umas pautas importantes: do transporte, da cultura. Isso apareceu muito claro na segunda campanha dele: ele montou quase uma equipe pra rebater os argumentos que a gente colocava dentro do movimento. Então, querendo ou não, a gente conseguiu dar uma visibilidade pra algumas pautas que ficavam até meio esquecidas: a permanência da Dandara tem uma participação muito forte do Fora Lacerda também, do show do Graveola, tem essas conexões. E o carnaval de rua, né? O carnaval de rua se fortaleceu muito com o movimento também.

Foi aí que eu me inseri nessa linha aí dos movimentos de Belo Horizonte: foi pela Praia da Estação em 2010. Da Praia da Estação, eu participei do Fora Lacerda, do carnaval de rua, mais ativamente. Pontualmente, eu participei do Duelo; dentro do Fora Lacerda, a gente foi em várias ocupações urbanas participar de atividade do movimento conectado com outros, na Dandara, na Eliana Silva. Minha participação era muito através da fotografia - participava desses movimentos fotografando -: tinha uma visão arquitetônica bem relacionada com as espacialidades, como é que esses movimentos interagem com a cidade - minha atuação no carnaval de rua é muito através da fotografia. Depois do Fora Lacerda, eu participei do Estrela: do Espaço Comum Luiz Estrela. Foi

²⁶⁷ O Muitxs – Pela Cidade que Queremos é uma rede de coletividades atuantes em diversas searas da cena ativista de Belo Horizonte. Inspirada diretamente pelo Partido Podemos da Espanha, esta rede construiu laços diretos de atuação com o PSOL em Belo Horizonte, lançando candidaturas de alguns de seus integrantes por meio da sigla nas eleições de 2016 e 2018.

²⁶⁸ O Festival de Arte Negra de Belo Horizonte é promovido pela Prefeitura Municipal e teve sua primeira edição no ano de 1995. Concebido como festival visando expor a multifacetada produção cultural africana e afrodescendente brasileira, o festival é realizado bianualmente desde 2003 na cidade.

quando eu virei arquiteta, porque lá a gente desenvolveu um trabalho de arquitetura e urbanismo: eu voltei a ser arquiteta pros movimentos.

Foi tudo no Fora Lacerda, porque o carnaval virou quase uma atividade do movimento - era uma das grandes pautas contra o prefeito.

Diferente do Rafa, eu não tinha nenhuma relação com o carnaval. Na verdade até esses dias estava procurando umas fotografias minhas de infância: as que tem do carnaval sou eu fantasiada completamente constrangida - era uma criança muito tímida. Eu não gostava de carnaval na verdade, nem na adolescência: tinha carnaval, eu pulava, enfim.

A minha chegada pro carnaval tem tudo a ver com os movimentos sociais - até o fato de eu gostar de carnaval tem a ver com isso. Antes de chegar no carnaval de Belo Horizonte, eu participei do carnaval do Rio de Janeiro: fui um ano pro Rio de Janeiro com uma colega pro carnaval. Fiquei muito apaixonada com o carnaval: nem tanto pela festa em si, mas pela possibilidade de andar na cidade - isso foi em 2011. Foi a primeira coisa impactante pra mim, do carnaval do Rio de Janeiro: na verdade, praticamente a minha primeira memória de estar feliz no carnaval é andar pelo Rio de Janeiro no meio da rua, visualizar a cidade. De ficar olhando as coisas nas perspectivas, e ficar imaginando, pensando:

- Gente, eu nunca estaria aqui se não fosse o carnaval nesse lugar, com essa tranquilidade, essa hora da noite.

Não sei como que o carnaval muda completamente o ritmo da cidade: essa coisa da experiência da festa altera tudo, inclusive a paisagem, porque a gente se posiciona de um jeito que não tá acostumado a se posicionar. Quando cheguei em Belo Horizonte, eu morava no Santo Antônio, e uma amiga minha daqui me falou:

- Vamos no carnaval aqui. Vai ter um bloco lá aí no Santo Antônio: o Vira o Santo, que é a reunião de todos os blocos de carnaval de Belo Horizonte em 2011.

Aí eu falei:

- Ah, não vou não. Eu num gosto desse negócio de carnaval e tal.

Ela falou assim:

- Não, é igual o do Rio. É bloco na rua, marchinhas de carnaval.

Eu lembro de ter gostado muito também da musicalidade, porque tinha dificuldade com axé – hoje isso já mudou um pouco, eu já aprendi a gostar de coisas que eu não gostava. Mas essa coisa do axé, eu tinha um pouco de preguiça, Aí eu fui, cheguei em BH pelo Vira o Santo: era do lado da minha casa, praticamente - isso foi o primeiro ano.

Em 2012, já participei de tudo. Estava no Fora Lacerda, na Praia: participei dos blocos também, tentando ajudar a organizar, fazendo uns corres no dia, participando das discussões políticas - conheci o Rafa também no Fora Lacerda. Foi tudo no Fora Lacerda, porque o carnaval virou quase uma atividade do movimento - era uma das grandes pautas contra o prefeito. Tinha essa coisa dos amigos: na verdade, a gente virou amigo a partir desses movimentos. Nos conhecemos nesse contexto do Fora Lacerda, que vem da Praia, de outros movimentos: na verdade, o Fora Lacerda era um movimento de movimentos.

O Filhos de Tchá Tchá era um dos blocos que traziam essas pautas do Fora Lacerda, dos movimentos que participamos ativamente - os membros que fundaram, faziam parte desses blocos. A gente podia fortalecer a pauta de ocupação do espaço público da cidade com o carnaval através desses blocos: a Praia, o Filhos de Tchá Tchá, o Tico Tico Serra Copo. O Tchá Tchá é um bloco que foi criado muito em cima da figura do Rafa, embora ele tente escapar disso várias vezes. Quando ele vai falar, ele fala:

- Nós.

Eu falo:

- Você. Você que pensou, que decidiu.

Com pegadas completamente diferentes, pensando também que vêm de lugares diferentes as pessoas que puxam esses blocos mais diretamente - o Manjeriçã, Tetê a Santa, era quase o mesmo grupo. Muda uma pessoa ou outra, mas tem uma geração ali, que trabalha, que mexe, que tá nesses movimentos - varia muito a forma desse núcleo se organizar. Tem a pauta que o Poder Público condiciona a gente, digamos: então, por exemplo, vai ter alguma mudança de legislação, aí tem assembleia, tem reunião dos blocos de carnaval. Não sei nem como é que começou, talvez eu não

tenha participado disso -: acho que teve um momento que o carnaval foi um grupinho de amigos, isso explodiu, e aí chegou a pauta da cidade, talvez pelas primeiras restrições.

O Lacerda foi ótimo nesse sentido pra cidade, porque ele mobilizou uma geração, se a gente pensar. Lembro muito forte de uma restrição, uma recomendação: de restrição de abertura dos estabelecimentos no bairro de Santa Tereza - não lembro se era uma sugestão, “Recomendo que não abra durante o carnaval.”, uma coisa assim da Prefeitura. A partir disso, teve uma mobilização que talvez tenha sido a primeira vez que juntou Tico Tico com o Tchá Tchá: O Tico Tico estava lá do outro lado do mundo, muito em cima já dessas experiências dos movimentos. O carnaval primeiro foi em 2009, mas 2010 já tinha a Praia: eles se conectaram e se reuniram através desses movimentos, e o carnaval virou mais um jeito de brigar contra o prefeito. Em determinado momento, eu pelo menos comecei a chamar ele de Fora Lacerdas: quase um sistema de visão de mundo, era uma ação que não era só do prefeito, mas estava em vários lugares.

Tinham essas mobilizações que vinham em cima de ações equivocadas do Poder Público, então fazia uma reunião, uma assembleia. Eu lembro de uma reunião que foi feita na casa da Jana, que era do Manjerição. Essa reunião foi antes do carnaval, pra gente discutir talvez o de 2013: era pra discutir onde que cada bloco estava pensando em sair, como que estava fazendo. Foi uma coisa do início de uma espetacularização do carnaval, de uma apropriação da Belotur do carnaval de Belo Horizonte: a tentativa de transformar ele num grande negócio. Foi o primeiro gesto: talvez o gesto mais forte tenha sido esse de 2013.

Até saiu uma carta do carnaval e política, que o Roberto Andrés cuidou mais diretamente dessa escrita, embora ela tenha sido coletiva -: foi quando o carnaval soltou essa carta pro Poder Público, na imprensa, pautou. Teve uma iniciativa também de pautar muito radicalmente o carnaval nos blocos: até organizei uma série de fotos, foi mandado um release pra imprensa pra puxar essa força política, não deixar que ela morresse debaixo de patrocinadores - teve uma discussão dos blocos que começaram a receber patrocínio. Esse ano o carnaval deu muito trabalho: eu lembro de ter tido essa conversa, eu e o Rafa, na nossa versão caseira de carnaval, de pensar que o carnaval precisava ser leve. No meio do carnaval, termos que dar entrevista, estava diminuindo a nossa força: no ano seguinte, rolou uma campanha de “Crie seu bloco, ocupe a praça do seu bairro.”.

Essa coisa do desvio, e da efervescência que a festa traz pra dinâmica da cidade

O carnaval de 2012, eu participei: morava em Santa Tereza, e o que aconteceu foi uma ocupação gigantesca. Até determinado momento - até esse determinado momento -, o carnaval tinha uma centralidade: era Santa Tereza, e o bairro de certa forma não comportou essa centralidade da

Prefeitura. Uma pelas condições arquitetônicas do bairro: um bairro residencial de histórico operário, então as casas pequenas, ruas pequenas, sem muito um planejamento urbano de grande escala. A Praça sem um planejamento também pra receber grandes aportes populacionais: foi uma explosão de gente de tudo quanto é lugar.

Tinha por um lado uma ala conservadora, preconceituosa até, do bairro achando ruim a musicalidade - por exemplo, o Funk -, as pessoas vindas da região metropolitana, pessoas negras, tinha essa questão. Tinha também um conservadorismo em relação à explosão da festa: pessoas se beijando, homens beijando homens, mulher beijando mulher. Mas tinha também uma questão - era inclusive a minha questão, porque eu também fui a favor de incentivar que o carnaval não ficasse centralizado no bairro de Santa Tereza -, que era com a ocupação do bairro mesmo. De repente, tinham seis mil pessoas no quarteirão do Orlando: a festa perde um pouco a escala da tranquilidade que o bairro comportaria - não sei como explicar isso não sendo conservador, mas deixa um rastro de lixo, deixa um rastro de mijó. No dia seguinte, como a gente conhecia a vizinhança, estava lá a doninha varrendo o bairro, e aquela visão do inferno. Tinha um problema que era um conservadorismo em relação às pessoas, tinha um problema que era a falta de planejamento da Prefeitura: ela poderia ter dado um suporte pra que a festa acontecesse ali. Mas tinha também uma explosão de uma escala que era complicada pro bairro, inclusive de som: na esquina da minha casa - eu morava perto do Orlando -, eram seis carros de som, cada um tocando coisa diferente, e as janelas lá de casa tremiam.

Nosso lado era de descentralizar a festa dentro desse movimento de bloquinhos, do Tchá Tchá, do Tetê: pulverizar essa festa, ocupar outros lugares da cidade. Por que a gente tem que ficar na Centro-Sul ou Zona Leste? Foi feita uma discussão junto com a Prefeitura: era pra tentar que tivesse um carnaval no Barreiro, que nunca chegou - chegou esse ano -, que tivesse um carnaval no Concórdia, que tivesse um carnaval em outros lugares da cidade. A festa não precisava ter uma centralidade, e que esses lugares também fossem possíveis de mudar a festa: o Tico Tico foi no Aglomerado da Serra, disso surgiu o Bloco do Seu Vizinho, e o Seu Vizinho tem outra característica, é outro tipo de carnaval. Então teve essa iniciativa, em 2012: a gente estava defendendo um pouco essa saída - inclusive, o Tchá Tchá saiu de lá por causa disso. Não voltou até hoje, foi quando ele começou a ser errante.

Até 2012, o posicionamento da Prefeitura era de reprimir: era um posicionamento quase desse administrador Lacerda, que não estava entendendo essa potência da festa. A potência enquanto a capacidade de colocar pessoas em encontro, de ocupar os espaços da cidade: isso não era uma questão da gestão dele, também não era da gestão anterior, tanto é que a festa desapareceu durante muitos anos. A postura da Prefeitura era de controlar, reprimir, e fazer com que ela

praticamente desaparecesse: tem inclusive um vídeo no Youtube, dos meninos do Peixoto em 2010, com uma cena ridícula da polícia querendo entender. O carnaval tem esse histórico que é de libertar quase uma ocupação festiva da cidade - tem a Praia, mas é muito potencializado pelo carnaval hoje em dia. Então a própria postura da polícia quando tem algum aglomerado de pessoas fazendo festa no espaço, hoje mudou: mudou inclusive também com a Praia da Estação, que conseguiu aprovar um projeto de lei junto com o Arnaldo Godoy, que era de liberar a ocupação do espaço público, coisa que não era tranquila até então - a postura era um pouco de reprimir.

Tinha sempre uma dificuldade de diálogo, de entendimento: em 2013 a Prefeitura percebeu que o carnaval podia ser um grande negócio, que podia explorar comercialmente e conseguir recursos pra gerir a festa, pra manter a Belotur, pra trazer dinheiro pra Prefeitura de Belo Horizonte - muito a iniciativa da gestão de um empresário, que viu ali no carnaval uma potência. Em algum momento, com rede hoteleira, restaurantes, que tão de alguma forma se beneficiando dessa festa, essa postura muda: 2013 é uma virada mesmo. Acho que junho de 2013, em Belo Horizonte, tem a ver também com o carnaval - pelo menos um grupo, o do bandeirão, tem a ver com isso.

Na mesma época, dentro da rede de vários movimentos que estavam se mobilizando, teve uma reestruturação do Salve Santa Tereza, e a gente até participou. Teve um churrasco na Vila Dias²⁶⁹, tinha a ver com remoção de moradias: foi Copa do Mundo, a remoção das Torres Gêmeas²⁷⁰. Nessa discussão do carnaval sair, eu lembro de uma assembleia gigantesca no Oasis Clube²⁷¹, dentro do Salve Santa Tereza, de posicionamentos dos moradores: alguns contrários, alguns a favor - tinha uma hostilidade, que era da parte de comerciantes específicos, na verdade. Tinham outros comerciantes que eram a favor, porque viam ali então uma possibilidade de aumentar renda. Lembro de uma discussão dentro do Salve Santa Tereza sobre isso: moradores com posicionamentos muito conservadores, outros defendendo a festa, que tinha que ter. E teve a reunião dos blocos também: o Tchá Tchá estava se posicionando a favor dessa saída, nesse momento. Teve um exagero no planejamento da Prefeitura, que restringiu os blocos: de tentar diminuir a centralidade da festa no Santa Tereza, e incentivar a Praça da Estação como um lugar de fazer grandes shows, porque lá era uma esplanada, foi planejada pra isso, pra receber um grande público - a gente defendeu isso. Eu nunca participei especificamente de audiência ou reunião com a Belotur, mas os meninos sempre - eu não sei dizer, mas sempre teve: as transformações que tiveram

²⁶⁹ Vila Dias é uma comunidade situada nas margens do bairro de Santa Tereza.

²⁷⁰ Torres Gêmeas é uma denominação popular para a ocupação de dois prédios residenciais inacabados no bairro de Santa Tereza. Alvo de uma disputa judicial nas últimas duas décadas envolvendo construtora, compradores dos apartamentos e ocupantes, em 2017, as famílias que habitavam o prédio foram despejadas para a retomada da construção dos edifícios.

²⁷¹ Clube de lazer particular situado no bairro de Santa Tereza.

do edital, pra financiamento ou não, de inscrição, de divulgação dos blocos, se adequando ao desejo desses blocos que estavam construindo politicamente o carnaval de Belo Horizonte.

Tinha uma restrição de horário de entrada e saída que foi muito radical: sete horas da noite - até o Manjerição sofreu uma repressão porque chegou lá fora desse horário. Essa restrição acabou sendo direcionada contra um determinado público: quem se viu impedido de realmente ocupar aquele lugar era quem ia de outros bairros pro Santa Tereza, porque ia vivenciar a festa à noite. Tinha gente que trabalhava de dia e ia pro Santa Tereza à noite, e esse público foi praticamente expulso: sete horas já tinha toque de recolher. Principalmente esse público do bloco lá perto de casa, no Orlando: foi o que gerou também um conservadorismo lá da Associação de Comerciante, muito representada pela figura da Pizzaria do Cardoso, que moveu inclusive uma ação contra o Rafa no Ministério Público no primeiro ano de carnaval.

Quando decidimos sair do Santa Tereza, a gente discutiu pra onde ia: quais são as possibilidades, o que pode nos levar a ir pra algum outro lugar. A decisão de ir pro Concórdia era muito em relação com o envolvimento pessoal do Rafa com o Concórdia - tem a ver com a Dona Isabel, com os festejos de Reinado, faz parte da trajetória pessoal dele. O Tchá Tchá foi se explodindo: começou com a figura do Rafa, era um bloco dele. Não que ele fez, nem isso de sou dono de bloco poderoso, mas que os amigos fizeram um pouco em cima da figura dele, porque era uma figura do mundo, da cidade, uma figura muito aberta, muito da festa, e ele foi se abrindo. Depois do Concórdia, foi pras ocupações, ele foi se abrindo, e hoje ele quase é da cidade.

A gente discutiu a escala do Concórdia ser parecida com a do Santa Tereza, a proximidade: ia ser na Zona Leste também - o berço do samba em Belo Horizonte -, e tinha muito essa relação forte com a festa dela, que nem gostava muito de carnaval, mas recebeu muito bem o bloco, na época. Teve um trabalho anterior, de conversar, é quase uma metodologia que a gente usa: tem uma pessoa da comunidade que nos leva a conhecer outras pessoas. O Cadinho e a Guidinha fizeram o percurso com a gente caminhando, fomos conversando com todos os comerciantes, com as pessoas que moravam no entorno: no Santa Tereza a gente fazia isso também, colocava cartinha avisando que o bloco ia passar, no Aparecida também²⁷². Colocar cartinha pra quem tivesse no trajeto, falando:

- No dia tal, vai passar um bloco aqui. Se você puder jogar água.

²⁷² Musa faz menção ao desfile do Bloco Filhos de Tchá Tchá ocorrido durante o carnaval de 2016. O cortejo do Bloco desfilou entre as ruas dos bairros Santo André e Aparecida, na região Noroeste de Belo Horizonte, em solidariedade à Irmandade Os Carolinos, proprietária de um dos mais antigos terreiros de religiosidade de matriz africana existente em Belo Horizonte. À época do desfile, a sede da Irmandade se encontrava ameaçada de desapropriação pela Prefeitura Municipal para obras de saneamento.

Aí no dia o bloco passa, todo mundo joga água, o pessoal fala:

- Nossa! Como eles foram receptivos! Todo mundo jogou água!

Teve um trabalho anterior, de conversar. Às vezes tinha uma pessoa ou outra que se opunha, eu não lembro no Concórdia - se opunha, a gente mudava o trajeto, é junto com eles a elaboração do trajeto, na verdade. Tanto lá no Concórdia, na primeira e na segunda vez, quanto no Aparecida, ou no Esperança²⁷³, a gente fala que tem tantas pessoas, as pessoas são assim, assim e assado, procuramos ter esse tipo de música. E aí:

- Onde você acha que é legal passar?

É legal ter um espaço maior pra terminar o bloco, é legal não caminhar muito: mais de um quilômetro já começa a ficar muito puxado, porque o bloco vai parando, ele anda devagar. A gente pensa:

- Quais lugares você acha que valoriza o seu bairro? Que é interessante assim passar?

São referências comunitárias, pessoas que a gente vá visitar. E aí a gente vai perguntando:

- Que lugar que é interessante?

Eu lembro que, no Concórdia, a gente estava muito preocupado com a Vila - a favela que tem ali no meio, passmos dentro dela. Estava muito preocupado de passar, porque tinha uma questão do tráfico na época. Teve um campo de futebol, que era uma coisa que eles ficaram muito afirmando: eu lembro que o campo estava numa disputa de tráfico, e aí, na hora que fomos passar no campo até, a gente ficou meio tenso. Não lembro direito o que era: se era a Associação que administrava o campo e o tráfico - tinha uma disputa assim na época. Até o último ano, estava em guerra com a Lagoinha, com a Pedreira: a gente estava com muito medo, mas não teve nada. Não teve nada: na verdade, os caras fizeram a segurança pra nós.

²⁷³ Musa faz menção aos desfiles do Bloco Filhos de Tchá Tchá ocorridos nos anos de 2013 (Concórdia), 2015 (Esperança), 2016 (Aparecida) e 2017 (Concórdia).

A gente procura passar em vila, em favela quando ela existe. Muito menos por uma experiência paisagística, igual poderia ser o Tico Tico, e muito mais por uma coisa de levar esse samba, essa festa, que é deles também, pra esse lugar, sem uma visão messiânica. Também porque tem uma escala que comporta muito bem isso: na hora que passamos, as pessoas descem, elas participam. Centralidade de bares também:

- Onde tem um bar?

Vamos passar aonde tem bares pro pessoal poder comprar cerveja, e alimentar o comércio do bairro - quando ele sai do Concórdia, quando ele sai do Aparecida, de todos os lugares que ele saiu. Geralmente, sai de um lugar aonde fazem comida, e essa comida é pra gerar um recurso. Tá todo mundo no meio do carnaval, segunda-feira já é um dia de baixa - esse ano, por exemplo, tinha lá um pessoal servindo churrasquinho -: então tem essa troca também, que é de levar dinheiro, levar recurso, de movimentar os comércios. No caso da Dona Isabel, de gerar dinheiro pra festa de Congado: então serviu tropeiro, põe os filhos dela pra vender cerveja no meio do bloco. O Aparecida também: a festa lá serviu pra gerar recursos pra fazer a festa de Congado, então o pessoal estava vendendo cerveja no meio do bloco.

Discutir a divulgação, a gente fazia muito: vai divulgar, não vai, como vai divulgar, quantos dias antes, qual que é o impacto que essa divulgação pode ter, isso era conversado com eles também:

- É vantajoso pra vocês, divulgar? Não é?

Um medo também de encher demais o bloco. A gente fez esse percurso um pouco antes, conversou com os moradores do entorno. O próprio pessoal da Guarda do 13 de Maio fez essa relação também, de falar:

- Vai vir um carnaval, o Rafa vai passar com um bloco.

E tem uma coisa que é muito específica do Guto: tem vários blocos de carnaval que saem em vários espaços da cidade, mas o Guto tem uma sensibilidade de se relacionar com o entorno - isso é diferente da maior parte dos blocos. Ainda mais quem rege o bloco: eles tão muito voltados pra bateria, quem tá tocando, o jeito que tá tocando, e se tá tudo certo, o que tá acontecendo - o regente fica fechado dentro desse bloco de pessoas. E o Guto não: é uma sensibilidade muito grande

de olhar pra fora, ver o que tá acontecendo, o senhorzinho e as senhorinhas na janela, as pessoas que tão jogando água. Ele tá o tempo inteiro puxando a bateria - não intuitivamente, é muito direcionado -, criando uma relação com o entorno, e com o bairro. O Tchá Tchá não é um bloco que simplesmente passa: ele vai cantando, tocando pra quem tá no entorno, pra quem sai na janela - tem a serenata, Carinhoso, que ele toca, é tradicional. É muito o Guto, muito o Rafa também, com o estandarte. Quando ele carrega o estandarte, ele puxa o Guto o tempo inteiro:

- Vem aqui, olha aqui essa senhora.

Até as pessoas que tocam já tem o entendimento do que é isso, já fazem uma roda, já abraçam o bairro. Eu acho que isso cria uma política: uma micropolítica da passagem do carnaval, que inclusive transforma a relação de muita gente com essa musicalidade que passa. Tem uma coisa das marchinhas também, que é democrático: todo mundo conhece uma sonoridade conhecida. O Guto também desenvolveu ao longo dos anos uma coisa do Funk: então, em determinados lugares ele sabe quando puxa uma coisa, quando puxa outra. Eu me lembro duma cena na Ocupação Esperança, no ano que foi da Esperança à Vitória, que um morador entrou tocando uma lata: ele rapidamente começou a acompanhar, fez a bateria acompanhar esse morador, todo mundo tocando, era um Funk - enfim, tem essa coisa dele, de todo mundo.

A gente saiu muito do Santa Tereza preocupado com a escala do bloco: era um medo do bloco ficar muito grande. E ficando muito grande, um receio de que ele perdesse essa dimensão: a de abrigar a comunidade, de trazer o bairro pra dentro dele. Não é de simplesmente passar endogenamente: a galera fica muito louca no Tico Tico e no Tchá Tchá, características do pessoal que participa. Mas ao mesmo tempo, muito antenado no entorno, nas comunidades, quem tá lá, puxando isso. Tinha um receio de que o bloco de repente pulasse pra seis mil pessoas, que passasse deixando nenhuma relação com o entorno e um rastro de mijo, de lixo, de estranhamento: a gente nunca quis isso. Tem essa relação, essa diferença entre o Tchá Tchá e o Tico Tico²⁷⁴: é muito latente.

O que eu acho talvez até mais legal do Tchá Tchá, é essa coisa do desvio, e da efervescência que a festa traz pra dinâmica da cidade. A dinâmica urbana - esse endurecimento, esse recrudescimento -, essa potência festiva atravessando esses lugares, deixa muito rastros: de fortalecer os comércios, de fortalecer pessoas, de fortalecer identidades, locais, de aparecer outros blocos, de fortalecer possibilidades de ocupação do espaço público. De desviar, de levar esse

²⁷⁴ Os dois blocos mencionados aqui por Musa se caracterizam por sua dimensão itinerante quanto a locais de realização de seus cortejos carnavalescos.

desvio, que é pegar um povo da Zona Sul e jogar lá numa ocupação urbana lá no final da cidade de Belo Horizonte, em quase outro ponto da cidade nunca dantes navegado. Tem essa força de colocar essas comunidades diferentes pra dialogar: povo do Congado com o povo do movimento da cultura, do teatro, da dança. Tem essa coisa do rastro: não lembro no Concórdia, mas acho que teve algum bloco que surgiu depois disso. Tem uma coisa aí que a gente não consegue nem medir o que isso vira depois, mas tem: as coisas vão se fortalecendo.

Esses blocos são quase uns blocos dos iniciados na discussão do feminismo. As meninas muito envolvidas com essa discussão, que participam do bloco: no Tico Tico a Fernanda Regalo, a Elisa; no Tchá Tchá eu, a Bela um pouco menos, a Flávia Mafra, Jana Macruz, Milagros. É interessante a gente pensar o tanto de mulher que eu cito e o tanto que elas quase não aparecem, né? E é muito doido, é uma discussão que eu fico fazendo. Pensando que essas pautas do racismo, dos movimentos negros, a questão dessa pauta do feminismo, dos movimentos LGBT, dos indígenas - as pautas identitárias aparecem muito forte nos movimentos sociais de Belo Horizonte depois de 2013.

Eu sinto isso: pelo menos nos movimentos que participava, essa não era uma questão que passava - as pessoas estavam o tempo inteiro falando das mulheres, dos negros, mas não era de forma tão violenta, igual de repente, em algum momento, virou. Tem a ver com junho de 2013: não lembro, por exemplo, de ter um peso no movimento Fora Lacerda, de você ter vergonha de falar de repente, com medo de ser mulher branca em relação às mulheres negras, ou tá oprimindo, não deixando elas falarem - acho que isso veio com uma força de uma reatividade gigantesca depois de junho de 2013.

Na Praia da Estação principalmente, a gente percebe isso, com a entrada do Du Pentecoste, dos meninos lá da Ocupação da Câmara: a diversificação e multiplicação de pessoas na Praia da Estação têm muito a ver com a chegada deles. Mas eu me lembro dessas pautas serem colocadas com mais leveza. Tanto é que quando qualquer pessoa, na hora que vai falar:

- E as mulheres do carnaval?

Já espera uma reatividade, e eu acho que não foi bem assim. Acho que teve uma tranquilidade nessa construção - falando de dentro desses blocos que eu vivi a experiência, que eu participei. Não me lembro de ter uma discussão assim:

- Fulano não vai participar porque ele é homem. Hoje é só uma reunião do grupo de mulheres do carnaval, porque os homens tão...

É lógico que machismo perpassa o carnaval o tempo inteiro, de diversificadas formas. É claro que os meninos tem muito mais visibilidade: a gente pensar a regência do Guto, é tão forte quanto a da Milagros. Os gestos vieram da Milagros - ele mesmo coloca isso -, e ela quase não aparece. Eu sou menos radical em relação a essas coisas - sou mais do diálogo. Embora tenha algumas escalas - algum ou outro em homens, e também em mulheres -, de machismo mais forte, mais arraigado, alguns casos específicos, eu acho que a gente que tá muito atento pro diálogo, pra tentar entender, pra tentar ouvir, pra se repensar. Acho que ficamos se atirando muito, gastando energia com umas coisas que, às vezes, poderiam ser colocadas de forma mais delicadas e mais construtivas.

Tem uma dimensão de uma conformação de uma comunidade espontânea, ali no carnaval

A grande potência do Tchá Tchá que a gente descobriu, nesse ano, foi de atravessar esses mundos diferentes: de encontrar o mundo do sagrado do Congado com o mundo dessa experiência explosiva da festa do carnaval - e daquilo sair um lugar de uma delicadeza.

Eu me lembro de um bloco muito tranquilo, de uma escala legal, de uma relação com a comunidade do entorno muito forte: começou pequeno, saiu pequeno. Essa relação com a Dona Isabel: dela carregando, girando o estandarte lá na entrada da casa dela. Inclusive é uma boa memória: o bloco saindo, todo mundo ali na frente da casa, e aquela casa, que é um território sagrado, um terreiro e também o altar do Congado da Guarda 13 de Maio, fortalecendo essa festa.

Sempre tem umas tensões: sempre ficamos um pouco tensos, de dar briga, quem tá na organização interna - não é uma organização, mas na hora que aparecer o B.O., quem vai lá conversar com a polícia é a gente. Só que lá na Dona Isabel foi essa abertura, de uma recepção do bairro, uma tranquilidade. Eu me lembro de ter muita criança, filhos de amigos nossos e também crianças que foram entrando: essa relação das crianças que vão chegando, vão participando do bloco, o jeito que o Guto recebe também. Do estandarte andando na mão dos moradores: de morador vir, pegar o estandarte, brincar com aquilo.

Lembro muito da nossa chegada no campo de futebol: a gente podia entrar pela porta, ou num buraco na grade. Então:

- Vamos entrar pelo buraco!

E ficou todo mundo passando, um por um. No meio daquilo, fizemos um jogo: tinha umas crianças jogando bola, a gente fez um jogo de futebol, e o bloco foi chegando, foi misturando com aquelas crianças, foi chegando outro povo. Me lembro de uma dimensão muito comunitarista realmente: de uma relação de troca ali com a comunidade. De um deslocamento muito grande, porque a maior parte dessa galera vive nessa loucura. Por mais que more no Santa Tereza, vive numa loucura de uma metrópole: metrô, ônibus, vai trabalhar não sei aonde, aquela loucura. E tinha uma dimensão ali de uma escala interiorana de convivência: as pessoas na janela, as pessoas da Vila descendo, começando a participar do bloco. O jeito que a gente era recebido: querendo ir no banheiro, entrando dentro da casa das pessoas com muita tranquilidade.

Tem uma dimensão de uma conformação de uma comunidade espontânea, ali no carnaval: algo se conformou pela empatia e pela festa, pela própria dinâmica, pelo colorido, as pessoas fantasiadas. Pela forma que o bloco nos recebeu, e pela forma com que a gente se colocou ali: de coração aberto, como diz o outro. E eu acho que isso possibilitou esse atravessamento, esse entrecruzamento festivo mesmo, que vem também de uma construção da Dona Isabel, do terreiro lá, e da Guarda, que anda pelo bairro. Então quando foi andar, a gente em alguns momentos passou pelo percurso da Guarda, e por figuras que a Guarda - Reis, Rainhas - vai visitar. Esse território do sagrado com a festa, do sagrado e do profano se cruzou naquele bairro: isso é muito legal.

7.3 – RELATO DE JANAÍNA MACRUZ

FICHA TÉCNICA

Entrevistada: Janaína Macruz

Local de Entrevista: Residência da entrevistada

Data da Entrevista: 22/03/2018

Tempo de Entrevista: 02:18:14

Observações: *Conheci Janaína Macruz por meio de um círculo comum de amizades que compartilhamos durante a primeira metade da década de 2000: além da simpatia cativante, Jana se notabilizou por sua profunda competência como produtora cultural de alguns dos primeiros festivais de rock de rua existentes na cidade que frequentei, à época. Nós nos reencontramos como banhistas por ocasião das Praias em 2010, assim como colegas durante uma breve incursão pessoal como produtor cultural de uma banda de rock experimental. Entusiasta desde o início do então renascente carnaval local, Jana foi uma das figuras que mais se empenhou pessoalmente não só na fundação de alguns dos primeiros blocos carnavalescos desse período, como também nos embates com as instâncias burocráticas da Prefeitura, em favor da organicidade da expansão desta cena em Belo Horizonte no início da década de 2010. Atualmente, além de ser uma das organizadoras do Bloco do Manjerição, Macruz continua trabalhando como produtora cultural. A entrevista que serviu de base a este documento se deu no dia 29 de abril de 2018, em sua residência. Indicada por Rafael Barros, Macruz desvelou ao longo de sua entrevista um prisma de interconexões inteiramente singular em sua forma de narrar o carnaval de rua belo-horizontino ao longo do início da década de 2010: seja pela recuperação da importância dos circuitos de música independente existentes em Belo Horizonte na organização e expansão da cena carnavalesca, seja pela sensibilidade de seu olhar enquanto produtora acerca do Bloco Carnavalesco, sob um prisma de organização e manifestação cultural dotado de particularidades intrínsecas. Foi de seu relato que se tornou possível aprofundar não só as singularidades organizacionais imersas nessas coletividades, como alguns dos principais pontos nos quais a cena carnavalesca se inseriu enquanto seara de demandas próprias na paisagem cultural belo-horizontina da década de 2010.*

Me chamo Janaina Macruz Inácio. Eu tenho 35 anos.

Eu nasci no Araguaia, numa cidade chamada Porto Alegre do Norte. Meus pais eram militantes estudantis na época da ditadura lá na USP, a militância era muito séria. E o Bispo Dom Pedro Casaldáglida - Bispo da Prelazia do Araguaia -, na época rodava o Brasil chamando pessoas pra trabalhar com a equipe dele, lá nessa área do Araguaia. A equipe do agente pastoral nessa época do Dom Pedro Casaldáglida era meio que isso: tinha muito mais a ver com o trabalho social que eles desenvolviam de luta lá, do que a religião ser a base em si. O Dom Pedro Casadágilda é da Teologia da Libertação, e então, a maioria da equipe dele era atea - era muito engraçado isso.

Meu pai e minha mãe viraram lideranças políticas lá: Porto Alegre do Norte não era uma cidade ainda, e virou uma cidade. Teve a primeira eleição, meu pai acabou sendo o candidato à Prefeitura, e foi eleito. Inclusive, é uma experiência maravilhosa lá da região: foram quatro

prefeituras que fizeram uma gestão horizontal e 100% participativa, uma coisa muito legal, lá no começo da década de 1980.

Eles sofreram vários atentados. O primeiro foi que colocaram fogo na casa: eu tinha um ano, o meu irmão estava quase nascendo - demorou até um mês pra nascer, não quiseram sair de lá. E o último atentado foi mais sério, foi em 1988: meu pai já estava passando o bastão pra próxima prefeitura, porque eles ganharam a eleição de novo. O alvo era o meu pai: ele levou dois ou três tiros, e minha mãe ficou deitada no banco, de baixo, de trás, acabou saindo correndo pra um lado, e ele pro outro. E nessa confusão, um achando que o outro tinha morrido, meu pai conseguiu chegar no hospital: foi escondido num chiqueiro, depois num açougue, porque os moradores todos gostavam muito do meu pai e da minha mãe.

Eles saíram de lá fugidos: o governador do estado mandou um avião pra buscar eles com escolta - a gente saiu de lá, e não voltou mais. Eles acharam que era possível a volta, mas estava muito feia a situação, e eles já tinham três filhos muito pequenos, né? Isso também aumentou o medo de voltar. Eles foram pro Rio, numa casa paroquial, também desse pessoal da prelazia. A gente ficou escondido lá um ano, morando em Sepetiba: outra região super violenta, onde que a polícia deságua os corpos. E eles retornaram pra São Paulo, morrendo de medo, porque a casa dos pais é o primeiro endereço que a galera procura: ficaram lá um ano.

Acabaram vindo pra BH: várias pessoas do Araguaia já tinham voltado pras suas cidades, e tinha muita gente daqui - o Juarez Dayrell, que é da FAE, a Lucinha Álvares da FAE²⁷⁵, tudo do Araguaia. O ex-marido da Lucinha, o Carlão, que é da Assembleia, assessor do PT; o Paulo Gabriel, um padre dos agostinianos, que também militou muito no Araguaia, já tinha voltado, acabou ficando em BH. Várias pessoas: o Durval é meio ligado ao Araguaia também, o Durval Ângelo. Eles já tinham um projeto: ficaram elaborando nesses anos um projeto que chama “O Araguaia Pão e Circo”. É inclusive considerado pela galera que estuda circo o primeiro circo social do Brasil: eles fizeram uma parceria com a Fundação do Cirque de Soléil, que bancou esse projeto - era um circo social que ficava viajando a América Latina. Eles chegaram aqui como ponto de partida: tinha essa equipe de retaguarda pra começar o projeto, e aí nós caímos aqui. Conseguiu com a Prefeitura, por uma articulação do Durval, um lote vago, do lado do Shopping Eldorado hoje em dia, em Contagem. O circo ficou montado lá: a gente ficou mais ou menos dois anos nesse projeto. Acabou não dando certo: eram aqueles projetos que vem gente que nunca trabalhou junto do Araguaia, tudo ligado à cultura e teatro, a convivência não dando certo inicialmente, e aí se desfez o projeto. Meu

²⁷⁵ São professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

pai e minha mãe resolveram ficar em BH, por causa desses vínculos de amizade: já não se identificavam mais com São Paulo, que era uma cidade muito grande.

E eu cheguei aqui então com oito anos de idade: eu me considero belo-horizontina, porque minha formação toda foi aqui, na verdade, né?

Eu estudava no Colégio Santo Agostinho²⁷⁶ no segundo grau, aquelas escolas super vestibular. Eu nem sabia: estudava numa escola alternativa até a oitava série, queria conhecer o mundo - cansei de estudar numa turma que tinha oito alunos na sala, e queria mudar prumas escolas grandes e tal. Meu pai me proibiu de estudar no Pitágoras ou Promove²⁷⁷. Lá você tem aula o dia inteiro no terceiro ano, então até o meio do ano eu ia fazer Economia.

Eu tenho curso superior: formei na UFMG, sou engenheira de produção. Fui ler aquele livro maravilhoso pra estudante, que chama Guia do Estudante da Editora Abril, e tinha acabado de surgir esse curso novo, que era uma mistura de Engenharia Industrial com Economia, que chamava Engenharia de Produção - nunca tinha escutado falar. E aí, eu falei:

- Ah, eu acho que é isso: mistura teoria e prática.

E aí meu pai, como um ótimo pai, me pegou e falou assim:

- Não, então se você quer isso, vamos conversar com o coordenador que fundou o curso.

E ligou lá na Federal, marcou essa reunião: foi eu e meu pai conversar com o coordenador do curso. O coordenador do curso é o Chico, é um cara maravilhoso: marxista e tal. Fui conversar com ele: tinha uma pilha de livros de um lado e de outro, só aparecia a cara dele - ele é um cara de dois metros de altura, barbudão assim, camisa xadrez de botão e óculos. E só falou coisas maravilhosas: encontrei lá um cara marxista, de esquerda. Lógico, com dezessete anos, na verdade, qualquer coordenador de curso ia me convencer a fazer o curso: é uma estratégia boa que meu pai usou, mas ao mesmo tempo qualquer coordenador ia vender o curso dele.

Adorava fazer cálculo: ficava até quatro horas da manhã fazendo aquelas equações gigantes, mas achava muito distante da realidade, estava muito parecido com a escola. O ICEX²⁷⁸ é muito isso: é Física pura, Química pura, Matemática pura, ao invés das questões serem já ligadas à

²⁷⁶ O Colégio Santo Agostinho é uma das mais tradicionais instituições de ensino privado confessional existentes em Belo Horizonte.

²⁷⁷ Pitágoras e Promove são dois colégios particulares laicos a ofertarem ensino de primeiro e segundo grau em Belo Horizonte.

²⁷⁸ Trata-se do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais.

realidade. Eu resolvi então querer sair, mas aí abriu uma bolsa de pesquisa pra trabalhar com catador, fiz a seleção e passei. Então eu encontrei o lado bom: comecei a trabalhar no quarto período e, na verdade, minha formação toda foram esses projetos de extensão - a aula ia só pra passar mesmo. A gente inclusive fundou um núcleo lá, que hoje tá super forte, super legal, trabalhando em várias áreas, que é o Núcleo Alternativo de Produção. Na época tinha um grupo parecido, que tinha acabado de começar no Rio também - chamava SouTec -: a gente foi apresentar um cartaz num seminário que eles fizeram lá, acabou criando uma ligação. No nono período surgiu o Mobilidade - Programa de Mobilidade -, e eu acabei escolhendo o Rio, por causa desse núcleo. Fui pro Rio, e fiquei trabalhando no SouTec também. Com essa ligação forte entre esses dois núcleos, a gente acabou mapeando vários núcleos de engenharia que trabalham com a parte social no Brasil: hoje a rede é super forte, maravilhosa - a galera todo mês tá se encontrando.

Foi um momento muito bonito, pra gente se politizar também

Meus pais têm um grupo de Teatro, que tem um foco em mobilização social e educação popular. Vem aí dessa história deles do Araguaia, inclusive da universidade: meu pai trabalha com Teatro desde o cursinho, o Teatro enquanto uma ferramenta política - não que Teatro por si só não seja uma ferramenta, essa discussão toda. Eles fizeram esse grupo de Teatro: chama Parangolé Arte e Mobilização.

E eu estava já trabalhando nessa produção desses projetos sociais: trabalhava como técnica, mas ao mesmo tempo, como era um núcleo que num tinha dinheiro, a gente sentava igual os editais de cultura - tem projeto, tem edital, tem prazo e tem que inscrever, fazer planilha e tal. Era um núcleo: o professor Chico, um mestrando, e eu e a Cíntia - o núcleo inicial da gente era esse. Escrevia vários projetos, e lidava com isso: é semelhante com o processo de captação de grana pra cultura. Meus pais tinham esse grupo: de vez em quando ajudava, quando precisava. No final de 2006, eles estavam precisando de ajuda, porque iam inscrever um projeto na Lei Rouanet: como tinha muitos amigos inseridos nisso, escrevendo projeto, eu também acompanhava essa escritura. Eu sabia um pouco: fui e indiquei um amigo pra escrever projeto, estava nessa reunião.

Resumindo: fiquei ali como ponto de apoio, e fui virando produtora, sem saber, do Parangolé. Nessa história, eu já estava com os meninos do Dead Lovers na gravação do primeiro disco. A gente ficava lá nas férias, caseiro, e eu estava lá o tempo inteiro: várias coisas eu resolvia, como experiência desses projetos. E os meninos começaram a ser convidados pra show, bem no início assim: eles não sabiam lidar. Então, entrei: no início de 2007, virei produtora do Dead Lovers e comecei a ser produtora do Parangolé também, mesmo ainda trabalhando com Engenharia. Essa

história da produção foi crescendo bastante: acabou me apaixonando mais pelo ambiente de trabalho, por ser mais tranquilo. Não que as pessoas dessa rede que eu falo, dessa Engenharia solidária não são - são pessoas maravilhosas e tranquilas também -: o objeto que é diferente mesmo. É diferente um pouco, as ideias: reunião de cultura você vai de chinelo, pode tá ali de boa, fumando um cigarro, e nesses outros projetos sociais não. Fora que eu queria trabalhar com os meus amigos, sabe? Minha reunião de trabalho era Guto, Vivi, Ivan e a Papá - Feijão numa época. Isso me fez mudar mesmo: em 2011, resolvi largar a Engenharia e só ficar com a produção cultural.

A ligação com o Fora do Eixo²⁷⁹ foi muito legal - esse trabalho com banda independente -: era uma época que BH era referência de banda cover. Tinha a melhor banda de Beatles cover, tinha a melhor banda de Rolling Stones cover e tal - era meio que uma referência -: ao mesmo tempo, fora de BH, era considerada a cidade do rock, o que era engraçado. A gente fez o primeiro Gravelovers²⁸⁰ em 2008, ou até final de 2007, não sei: foi o meu encontro com o Rafa Tchá Tchá. Foi maravilhoso trabalhar com ele: a gente deu certo, nós fizemos a festa juntando as duas bandas que não tinham nada a ver. Nada a ver uma com a outra, uma não tinha nada a ver com a outra: Graveola, super tilelê FAFICH²⁸¹, e Dead Lovers, a galera moderninha que ia na Obra, na Velvet²⁸² - mas como todo mundo se conhecia, se gostava, foi maravilhoso esse processo.

Nesse mesmo ano de 2008, os meninos do Cinza, da MONO²⁸³ – esqueci o nome das outras bandas -, se juntaram pra fazer um festival de rock. O Arthemius trabalhava na Prefeitura, na Fundação²⁸⁴ na época, e a gente fez uma reunião geral de várias bandas pra fazer um festival de rock na rua. Foi na Praça Floriano Peixoto²⁸⁵, nem era reformada ainda: era uma praça super abandonada, inclusive. Conseguimos palco e som com a Prefeitura, e criou-se essa rede: foram doze bandas independentes de rock lá. Fizemos esse festival mais dois anos – um foi na Savassi -: aí teve um ano que ficou meio parado.

Essa junção do Graveola com o Dead Lovers foi até inclusive por causa do Fora do Eixo. Tenho vários elogios, e várias questões com o Fora do Eixo: essas questões nem cabe tanto, porque

²⁷⁹ O Fora do Eixo é uma rede nacional de coletivos atuantes em diversas ramificações das cenas da cultura e mídia independentes no país. Fundado nos anos 2000 em Cuiabá-MT, o Fora do Eixo se singularizou ao longo da década de 2000 por sua atuação no desenvolvimento de diversos festivais de rock independente no país à época. Para saber mais: <http://foradoeixo.org.br/historico/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

²⁸⁰ Gravelovers era o nome da festa que reunia as bandas Dead Lovers Twisted Heart e Graveola e o Lixo Polifônico.

²⁸¹ Trata-se da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

²⁸² Velvet Club era uma antiga danceteria e casa de shows, existente em Belo Horizonte entre fins da década de 2000 e início da década de 2010. O local era particularmente frequentado por entusiastas da cena de rock independente de Belo Horizonte.

²⁸³ Cinza e MONO eram bandas da cena de rock independente de Belo Horizonte.

²⁸⁴ Trata-se da Fundação Municipal de Cultura: criada em 2008 durante a administração de Fernando Pimentel, sua existência tinha por objetivo substituir a existência de uma Secretaria Municipal de Cultura.

²⁸⁵ Trata-se da Praça Floriano Peixoto, situada no bairro de Santa Efigência, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A existência de um coreto na Praça era aproveitada para a realização de festivais musicais à época dos acontecimentos narrados por Macruz.

acho que eles tão agora muito mais amadurecidos politicamente, entendendo o que fazem, o que querem - mas vendiam uma coisa maior do que podiam fazer. Prometiam mundos e fundos e acabava num cumprindo - se queimavam muito. Chegaram em BH, arranjaram algumas pessoas pra montar o coletivo - o Coletivo Pegada -: uma galera muito legal, inclusive, mas estava começando ainda a entrar na cena, e todas as parcerias que eles faziam forçavam a barra, até por essa questão de poder político nacional - vinham com números, festivais.

Em BH, eles não conseguiram entrar muito, porque a cena já estava articulada. Antes era música: depois que foram tentando ir pra outras áreas - e agora, na questão política -, deixaram um pouco essa parte de segmentos culturais de lado. Eles eram muito agressivos, também: muito hierárquicos. Eu lembro que um dia eles foram e começaram a meter o pau numa das bandas: se não me engano era o Transmissor - era uma banda de amigos nossos. Gostar ou não gostar do som deles é outro esquema: nós estávamos numa união de bandas autorais, não significava que você gostava da música das bandas, mas nós éramos um grupo. Começaram a meter o pau na internet, e a gente fez uma reunião. Eu, o Bruno Miari, o Tetê, e o TC, falando:

- Eles não podem fazer isso. O que é isso? Eles vão ficar queimando as bandas, quem são eles? Vamos marcar uma reunião, nós temos que voltar com o Outro Rock com força, que a gente tem que se posicionar.

Antes o Outro Rock era um festival: a partir desse ponto, desse ataque público ao Transmissor, sem pensar muito, a gente virou um movimento. Foi muito legal esse processo: a gente começou a reunir toda segunda-feira! A TV Queijo Elétrico - super forte na época -, entrou, porque não era só um movimento de banda: era um movimento da cena da música, e a TV Queijo Elétrico²⁸⁶ era muito importante pras bandas autorais. Começou a reunir e discutir várias coisas: foi um momento muito bonito, pra gente se politizar também, pra discutir várias políticas públicas da música.

Foi muito interessante essa época, estávamos muito fortes: o Fora do Eixo então começou a entender essa força, e começou a tratar a gente diferente também. Fizemos coisas muito legais: começamos a criar programação na página do Outro Rock de todas as bandas. Então, tinha muito show durante a semana, e era cartaz do Outro Rock: segunda, Dead Lovers em Uberlândia,

²⁸⁶ A TV Queijo Elétrico era um coletivo voltado à divulgação audiovisual e virtual da cena cultural independente belohorizontina entre fins da década de 2000 e início da década de 2010. Para saber mais: <https://blogqueijoeletrico.wordpress.com/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

Graveola em São Paulo, Transmissor²⁸⁷ no Rio e tal - era um cartaz só, parecia que era uma turnê só, mas eram os shows de todo mundo. Criamos bottons do movimento, tinha adesivo: sempre falava nas redes sociais dos shows das outras bandas, então tentamos coletivizar e divulgar isso.

A Praia foi juntar todo mundo, e isso fez BH borbulhar

Teve uma época da minha vida que eu não gostava de carnaval: ia sempre acampar, ia pra cachoeira - era um feriado igual outro qualquer. Já fui em alguns carnavais, na adolescência ainda: no começo de faculdade, fui em Ouro Preto, e em Tiradentes, uma vez.

Um pouco antes do carnaval voltar – uns cinco anos antes -, fui apresentada ao carnaval no Rio: uns amigos meus, canadenses - eu tinha feito intercâmbio -, iam passar o carnaval no Rio, me convidaram, e acabei indo. Achei maravilhoso! Conhecer aquele movimento dos bloquinhos - achei o carnaval do Rio muito legal! E aí, mais ou menos entre 2004 e 2005, eu morei no Rio: vivi o carnaval de bloquinhos de verdade, no Rio. Foi maravilhoso: desde então, eu ia pro Rio.

Em 2007 eu tinha grana, uns amigos meus convenceram a gente a ir pra Recife: já estava apaixonada com o carnaval desde 2005. Inclusive foi esse ano, no carnaval em Recife, que eu conheci o Rafa Tchá Tchá: a gente se conheceu no meio do show do Nação Zumbi²⁸⁸ - ele até conhecia o meu irmão, estava vestido de grego no dia, eu lembro direitinho. No ano seguinte eu não tinha grana, voltei pro Rio, aí no outro ano eu consegui juntar grana, voltei pra Recife. Era meio que isso: quando eu conseguia juntar grana, ia pra Recife; quando não conseguia, ia pro Rio - tinha amigos, era mais fácil de chegar. Então, já gostava muito de carnaval: tinha passado essa primeira fase de nem ligar, depois estava apaixonada, e minhas referências eram Rio e Recife - e aí veio BH.

Janeiro de 2010 rolou a Praia da Estação: não é todo mundo que concorda com esse meu ponto de vista, mas acho que essa retomada do carnaval em Belo Horizonte aconteceu por causa da Praia. Não que não tivessem blocos de carnaval, em Belo Horizonte: o Mamá na Vaca já tinha saído uma vez, o Tico Tico também. Mas a Praia da Estação é um marco mesmo: acho que a virada de Belo Horizonte, foi o ano de 2010, mesmo. Acho mesmo!

Eu estava sem dinheiro, assim como vários amigos: teve o lance da Praia, que o grande mobilizador, pelo menos pra nossa galera lá, foi o Tchá Tchá. Ele foi na primeira reunião com camisas brancas, e falou que ia ter um movimento na Praia da Estação: todo mundo tinha que ir, de roupa de banho, e tal. Era aniversário de alguém, nós viramos a noite. O Tchá Tchá apareceu lá, foi embora porque ele ia pra Praia, e lembro que saiu de lá eu e a Carol, viradas: a gente estava de calça

²⁸⁷ Transmissor era uma das bandas da cena do rock independente de Belo Horizonte.

²⁸⁸ Trata-se da banda Nação Zumbi, precursora do estilo de rock Mangue Beat.

jeans, blusa preta. Fomos pra Praia porque o Rafa tinha falado que tinha que ir - não botou muita fé no lance de roupa de praia. Nós chegamos lá, tinham vários amigos, ficamos lá trocando ideia. E aí sol começou a bater forte pra caramba, eu falei:

- Gente, não aguento mais. Estou de ressaca, vou pra casa, não dá pra ficar aqui nesse lugar quente.

E tinha realmente uma galera de guarda-sol, estava divertido. O Rafa já tinha falado que ia tentar um caminhão de areia, e um caminhão pipa – essas duas ideias. E aí, eu falei:

- Vou embora.

Eu olho pro lado, um caminhão pipa parando na Andradas, na Contorno²⁸⁹:

- Eu não estou acreditando, velho!

Todo mundo já saiu correndo pro caminhão pipa: depois daquela experiência, todo mundo que viveu ela queria repetir, já que não estava na praia e nem na cachoeira – e quem viu as fotos, e os vídeos, queria viver essa experiência. Dum sábado pro outro encheu: ia ali pulando na água e tal, inventou vários gritos de guerra, a loucura ali. Cada hora de catarse, o *insight* surgia:

- Toda semana!

Começou a fazer toda semana. A Praia foi muito importante pra BH: foi nesse contexto que os grupos – principalmente da juventude -, os militantes dos movimentos sociais, a galera da cultura - música, cinema, teatro, dança, Hip Hop também - se conheceram: estavam militando por uma única causa.

Então, essa troca que a gente tinha no Outro Rock, com a galera da música e que era uma troca incrível, que era assim:

- Gente, eu vou dar um show amanhã, eu estou sem amplificador de guitarra. Alguém pode me emprestar? Eu não tenho dinheiro pra alugar.

²⁸⁹ A Praça da Estação se situa entre as Avenidas dos Andradas e do Contorno.

Essa troca que já estava indo pra rua - pra música, porque já estávamos nesse processo de fazer coisa na rua – se cruzou. Aí, a gente conheceu a galera das Brigadas, da Margarida Alves²⁹⁰, do Nova Cena²⁹¹: já tinha ouvido falar - tinha uma ou outra pessoa que a gente trocava e conhecia por causa de vida, mas não tinha conhecido o movimento mesmo. Então simplesmente foi isso: colocou num caldeirão todo mundo. E todo mundo estava se divertindo junto, ao mesmo tempo em que estava militando: foi um amor à primeira vista de todo mundo!

Todo mundo se apaixonou: foi isso que aconteceu ali em 2010. Tanto que quando depois a gente começou a fazer a Ocupação²⁹², era todo mundo junto. Vinha cada um já oferecendo o que tinha: já não era mais fazer um evento, só os músicos se organizando - era todo mundo junto. A Praia foi juntar todo mundo, e isso fez BH borbulhar:

- A cidade é nossa. Ocupe a cidade, quem manda aqui é a gente.

Em um mês, a gente estava sentando com o prefeito Márcio Lacerda: nós, de movimentos de juventude. Eu imaginava só os grandes movimentos que sentavam com o prefeito - o MST e tal. Aí, de repente, um tanto de jovem, sentando na mesa com o prefeito. Foi a primeira vez que me deu uma sensação falando:

- A gente pode, cara! A gente consegue! O povo consegue!

Me deu aquela sensação: foi a minha primeira experiência que eu tive essa sensação. Em um mês a gente sentou com o prefeito. Foi muito poderoso isso, esse encontro!

O carnaval foi muito isso: nós vamos ocupar

Do carnaval, tinha aquele bloco antigo, um bloco parado da galera de esquerda petista das antigas: A Cuequinha do Papai, que acontece ali no Brasil 41. Era um ano que eu não tinha dinheiro, tinha terminado um namoro, estava muito mal por isso: não sabia se ia pro Rio, ou não. A gente estava lá no Brasil 41, nesse dia: era o pré-carnaval - eles sempre fazem pré-carnaval. O Mamá na Vaca já tinha saído um ano atrás, o Tico Tico também, já estava se falando do carnaval:

²⁹⁰ O Coletivo Margarida Alves é uma organização de advogados atuantes conjuntamente a diversas causas jurídicas envolvendo alguns dos principais movimentos sociais atualmente atuantes em Belo Horizonte.

²⁹¹ O Coletivo Nova Cena era uma organização de artistas atuantes na cena teatral independente de Belo Horizonte entre fins da década de 2000 e início da década de 2010.

²⁹² A Ocupação era um festival de rua existente em Belo Horizonte entre os anos de 2013 e 2015. Sua fundação foi desdobramento direto do GT de Cultura da Assembleia Popular Horizontal.

- Não, nós temos que repetir os blocos que a gente fez ano passado, velho.
- Vamos mesmo!

E aí a Flora Lopes falou:

- Tchá Tchá, eu sonhei que tinha um bloco seu!

Eu não sei se ela chegou a falar o nome: na minha memória, sim - um bloco que chamava Filhos de Tchá Tchá. Por coincidência, todo mundo tinha combinado de ir fantasiado: a única pessoa fantasiada era o Tchá Tchá. Ele ficou com raiva! Ele era o único que estava lá - de Carmen Miranda, algo assim -: ninguém tinha ido fantasiado, o Rafa, empolgado, foi o único que tinha ido fantasiado! E aí, a gente falou:

- Tem que fazer o bloco Filhos de Tchá Tchá.

Já a galera empolgando, e o Rafa:

- Nós temos que criar a agenda do carnaval! Isso mesmo! Já tem Tico Tico, Mamá na Vaca e o Peixoto, então a gente faz. A gente faz o bloco da Praia, e faz um bloco Filhos de Tchá Tchá então!

E aí montou a agenda desses blocos: Peixoto, Tico Tico, Praia, Tchá Tchá - mas conversa de bêbado. O Rafa viajou pro Rio: ele tinha uma pesquisa, estava a trabalho lá. Tinha uma jornalista nesse dia, no Brasil 41: ela escutou essa história e publicou a programação do carnaval com esses blocos. E eu ligando pro Rafa, falei:

- Rafa, sabe o seu bloco? Vai ter que sair, cara, porque já saiu no jornal!

Ele:

- Você tá brincando, Jana?

Eu falei:

- É, saiu no jornal!

Ele:

- Uai. Então agora nós temos que fazer!

Foi isso: aí foi o começo do bloco do Tchá Tchá - a gente depois disso parou pra pensar o que seria. Foi maravilhoso, esse 2010: tinha esses blocos, essa agenda, eram mais ou menos trezentas pessoas - as mesmas trezentas pessoas todos os blocos. Quem tocava e cantava era a galera mesmo, a maioria do sopro tinha estudado há seis anos trompete, saxofone, ninguém tocava, caixa também. Nem o Guto tocava direito - tinha a Chaya, que tocava mais -, mas era bem aquela coisa louca, aquela bateria:

- Vamos curtir! É isso aí.

Foi muito legal! Muito legal mesmo, viver essa experiência: continuava a onda da Praia, a onda de ocupar a cidade, vivenciar a cidade. Em 2008 foi a primeira vez que eu fui pra Europa e voltei com essa sensação. No Rio também, em 2005, eu voltava com essa sensação:

- Poxa, cara! BH a gente fica em casa! Vai de um lugar fechado pra outro! Você quer curtir com os amigos, você marca na casa de alguém.

Você não vai curtir na rua: é sempre bar ou casa de alguém. Por mais que as mesinhas estejam na rua, é um bar - sentia falta. O lance de fumar maconha: queria fumar um, era na casa de alguém, era isso. E no Rio íamos pra praia, pra Lagoa, - na Europa aquele tanto de praça - e BH era muito isso: a Praia fez a gente querer, era maravilhoso. Eu lembro entrando no metrô, vestido de biquíni, com roupa de praia, cheiro de protetor solar, e aí atendendo:

- Ah, não! Eu estou indo pra Praia! Você vai?

Era muito praia: era como se eu tivesse no Rio, quando eu morava lá, pegando metrô e indo pra praia! O carnaval de 2010 foi muito isso: nós vamos ocupar. Ainda mais que existia o Bloco da Praia: era meio esse lance de bater no Lacerda mesmo! A cidade é nossa, a gente tem que tá na rua, tem que potencializar isso! E a Prefeitura era a Prefeitura do Lacerda, né? Não era uma Prefeitura

aberta a entender organicamente os movimentos da cidade: começou a retaliar mesmo, ainda mais que o carnaval veio da Praia. Acho que o carnaval de 2010 foi logo depois de janeiro: então foi essa potência da gente emendar no carnaval. A Praia foi em janeiro, no verão: se o carnaval fosse três meses depois, talvez não vinha com essa potência toda.

Em 2010, a gente fez vários trajetos. Tudo aleatório, nada definido: só marcava um ponto de encontro, era um lance de experimentar, e foi maravilhoso! Isso:

- Uma agência de banco!
- Vamos entrar lá?
- Vamos!
- Palácio das Artes²⁹³!
- Vamos entrar no Palácio das Artes?
- Vamos!

Era na hora que decidia: entrava lá na agência de banco, jogava os envelopes de banco pra cima, fazia o carnaval, saía fora. Bem juventude, de uma experiência que parecia que a gente tinha realmente tomado um doce e estava pirando, experimentando a cidade - só que como era a primeira vez, dava essa sensação lisérgica. Foi uma sensação de viajar pro carnaval! Era férias ainda, então foi um movimento só: a Prefeitura estava morrendo de medo da galera da Praia da Estação. Morrendo mesmo, porque aquilo ali teve visibilidade nacional - mal sabiam eles que depois vinha o Fora Lacerda, e tudo mais.

Eu lembro uma cena, - acho que isso foi 2010 também -, que nós éramos poucas pessoas: acho que foi no Tico Tico. Nós íamos a pegar o metrô pra encontrar o resto da galera, e como estava com duas ou três caixas, a gente chegou meio festejando no metrô. A funcionária olhou aquilo, e falou:

- Não! Vocês num podem passar!
- Como assim a gente num pode passar? A gente comprou passagem e tal.
- Não! Não pode entrar fantasiado no metrô.

A gente:

²⁹³ O Palácio das Artes é um Complexo Cultural situado dentro do Parque Américo Renné Gianetti, na região central de Belo Horizonte.

- Mas, quê? Como assim a gente num pode entrar fantasiado no metrô?

Ela foi no coordenador dela: o coordenador deixou a gente entrar, desde que não tocasse instrumento. Eu lembro da gente descendo pra plataforma: ao invés de cantar a música, alguém teve a ideia genial e ridícula de fazer tipo um jogral - uma voz aveludada, tranquila. Então ficava:

- Alalaô, alalaô, alalaô. Mamãe eu quero, mamãe eu quero.

Ficava repetindo isso, numa voz super suave, pra não cantar marchinha. Entramos no metrô: na hora que entrou no vagão, brincamos, ficamos loucos dentro do metrô tocando, porque não tinha ninguém, e as poucas pessoas que estavam ali adoraram!

O tanto que era importante pras outras pessoas, pra cidade mesmo ter esse suporte

A gente teve notificações do carnaval: o Rafa inclusive recebeu uma do Manjericão. No começo, não queríamos registrar os blocos, por esse entendimento de que era um movimento, uma manifestação popular: não queria se enquadrar enquanto evento. A Prefeitura não tinha essa instrumentalização de separar, que é o que as outras Prefeituras faziam: nunca cadastrava, nem avisava a Prefeitura, nem nada. Aí chegava a Prefeitura, a polícia, ou a BHTrans, falando:

- Quem que é o responsável do bloco?

- Cara, é um cara que tá de chapéu verde.

- Ah, o cara tá de chapéu verde?

- É, ele chama Danilo.

- Ah, muito obrigado.

E foi atrás dum cara de chapéu verde no bloco do Manjericão²⁹⁴! Nunca falava quem era, ou falava que era todo mundo, e era isso: resolvia no corpo a corpo ali a questão com a polícia, com a Prefeitura. Conseguimos ter reuniões com a Belotur, foi avançando a passos lentos: na verdade, a gente conversava. Numa reunião, apareceu um velhinho, de algum bloco tradicional de BH, e ele falando assim com a Belotur:

²⁹⁴ Diferentemente de outros blocos organizados pelos grupos de afinidade atuantes no entorno do Bloco Filhos de Tchá Tchá, o Bloco do Manjericão tem como marca distintiva o uso de fantasias e adornos de cor verde por seus foliões: trata-se de uma menção à defesa da legalização da maconha no Brasil, uma das bandeiras carregadas pelo Bloco.

- Pelo amor de Deus! Olha esses meninos querendo fazer o bloco deles, eles não tão dando trabalho nenhum pra vocês, e vocês enchendo o saco. Você sabe como que é Recife? A galera preenche um formulário, e a Prefeitura dá três mil reais pra ajudar o bloco.

Um velhinho defendendo a gente ali! A Prefeitura demorou a assimilar: o que aconteceu muito - é prática do poder público -, é que fazíamos uma reunião no ano, e no outro ano parecia que não tinha acontecido a reunião no primeiro ano.

Hoje em dia é a maior festa da cidade - mais que Virada, mais que o FAN, mais que o FIT, mais que o Arraial de Belô²⁹⁵ -: é a maior festa da cidade, e tem uma equipe própria pra isso, que realmente estuda, são pessoas sérias que tão lá dentro fazendo isso. Uma época, inclusive, uma amiga trabalhava lá, e a própria Prefeitura fez com que elas fossem pra Recife conversar com a Secretaria de Cultura, fossem pro Rio pra entender como que funcionava.

Essa virada foi 2013: 2012 já tinha um corpo, e a virada total da Prefeitura comprar, ter a AMBEV como patrocinador, foi em 2013. Em 2012, a AMBEV começou a entender que era o carnaval e tentou chegar pelos blocos: depois virou Prefeitura, e os grandes patrocinadores e, se eu não me engano, de 2013 pra cá, a coisa foi só crescendo. Tem reunião o ano inteiro do carnaval, puxado pela Prefeitura: audiência pública e tal. Acho interessante: se os blocos hoje em dia desde o carnaval já começam a ensaiar pro ano seguinte, por que não começar a avaliar e fazer reuniões o tempo inteiro? Não significa que nessas reuniões, nossas reflexões sobre o que melhorar pro ano seguinte a Prefeitura absorve, mas já é interessante.

Em 2012 pra 2013, a gente tinha esse lance de resistência mesmo, de não cadastrar os blocos. Alguns já cadastravam: já avisava a Prefeitura enquanto evento, e não queríamos. E saiu uma matéria sobre o carnaval do Rio, falando que a Prefeitura queria de certo modo fazer com que os turistas diminuíssem no carnaval, porque já não estavam suportando: a cidade, a estrutura, não estava suportando o número de turistas. Tinham blocos - por exemplo, da Preta Gil, foi o primeiro ano que saiu - falando que ia ter cinquenta mil pessoas, e apareceram trezentas mil. Lógico que você num tem controle muito do seu público, mas sabe, ainda mais sendo uma experiência de um ano pra outro, mais ou menos quanto é seu público: um Brilha²⁹⁶ num pode falar que vai mil pessoas no bloco deles - não pode mais, eles sabem. E o da Preta Gil foi trezentas mil pessoas: não

²⁹⁵ São eventos culturais da cidade: A Virada Cultural é inspirada na similar surgida em São Paulo nos anos 2000. O FIT é o Festival Internacional de Teatro Palco e Rua, que ocorre na cidade desde 1994. O Arraial de Belô é uma festividade anual organizada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: trata-se de um concurso de quadrilhas de festa junina.

²⁹⁶ O Bloco Então Brilha! se singularizou ao longo dos últimos anos pela numerosa afluência de foliões em seus cortejos: nos últimos carnavais, foram estimados na casa de dezenas de milhares de participantes de seus desfiles.

tinha os bares, os ambulantes, toda a estrutura não comportou. Tinha gente desmaiando por falta de água: como estava muito cheio, as ambulâncias não conseguiam chegar, então foi meio caos.

Foi esse ano que me bateu isso. Várias vezes dava medo de alguém ser atropelado: a BHTrans chegava uma hora no bloco e até ajudava. E ter banheiro: eu lembro o pessoal de Santa Tereza reunindo na Regional Leste pra falar - antes, as Regionais chamavam pra reuniões do carnaval. Chamava o Batalhão, chamava a BHTrans: num era uma reunião da Belotur com os blocos. E as velhinhas reclamavam:

- Pô, a minha porta de casa tá um lixo! Tá fedendo xixi.

Então caiu minha ficha, eu lendo essa matéria, o tanto que era importante pras outras pessoas, pra cidade mesmo ter esse suporte: ter banheiro, ter a BHTrans, fechar o trânsito. É legal, porque não é só pros foliões que tão ali: eles acabam gerando um impacto por onde passam.

O que importa é ter mais gente tocando e aprendendo

Tinha esse lance do Santa Tereza, porque o Rafa morava aqui já há muito tempo: ele já tinha nessa vivência toda do bairro, e aqui já tinha uns blocos. Foi muito legal sair no Santa Tereza, foi muito gostoso: lógico que tinha moradores mais caretas que não gostavam muito, mas quase noventa por cento da reação foi maravilhosa. Nós saímos de dia, eram trezentas pessoas: não incomodou tanto assim, e foi muito bonito sair pelo bairro, foi muito legal. O Rafa já morava no Santa Tereza fazia uns quatro anos: conhecia várias pessoas, e ele é muito cuidadoso. Antes do bloco sair, já tinha avisado geral que ia acontecer: o pessoal já sabia. Foi muito orgânica a saída do bloco aqui no bairro: já tinha as casas que jogavam água e tal. O Rafa é muito amoroso e muito cuidadoso mesmo por onde ele passa - e como ele já tinha essa ligação com o bairro, foi muito fácil.

Tinha esse cuidado também porque era feriado: a gente podia passar no bairro inteiro e todos os bares estarem fechados, por exemplo. Não tinha muito contatos de ambulantes: hoje em dia tem a rede enorme de ambulantes - você liga pra um, todo mundo tá sabendo, os próprios ambulantes acompanham o Facebook. Então teve esse cuidado de conversar com os bares também, pra ter cerveja, ter estoque pra vender pra galera: a gente terminava no Seu Orlando, então tudo era bem conversado com o Seu Orlando pra acolher o bloco no final - muito legal, essa interação com o bairro, muito legal. Lógico que tem alguns moradores que se incomodam com o barulho.

Acho que todo bloco vai criando mais coisas, mais elementos pra não cair na mesmice: com essa ligação do Rafa com o Congado e o sagrado, criou-se um lance que é tipo o que o cortejo do

Congado faz - ir na casa das pessoas, e essas pessoas oferecem cachaça. Fez um esquema assim - acho que foi no segundo ano -: foi muito legal que as casas abriam a porta pra gente, esperavam, e ofereciam cachaça - foi muito bonito esse gesto assim, sabe? Os moradores amavam mesmo o bloco. Teve um ano que foi chuva pra caramba, muita chuva: a gente concentrou na casa dele, aí começou a chover, e não dava pra sair. E o Rafa falou:

- Nós temos que sair agora, se não a gente não vai sair!

E o temporal caindo lá fora e todo mundo:

- Então vamos, né?

E saiu na chuva: aí que todo mundo bebeu cachaça mesmo, porque cerveja não esquentava! O que a gente fazia na casa do Tchá Tchá? Mesmo pros outros blocos, tinha um quintal, e a gente ensaiava os blocos lá. Já estava uma festinha mesmo antes do carnaval: ia todo mundo pra casa dele ensaiar a bateria pra tocar, que vinha desse movimento das bandas autorais.

O carnaval, com a força que tem, e o que virou, os músicos todos que eram desses movimentos começaram a tocar em bandas cover, que são as bandas carnavalescas! E essas bandas são as que sustentam eles: são as que dão grana - SÍNDICO²⁹⁷, Brilha e mil outras! Todos os blocos viraram bandas. E aí, nessas conversas, na nossa rede da cultura que veio da Praia da Estação, a gente puxou uma reunião aberta pra organizar o carnaval de 2011, na Casinha²⁹⁸: foi a primeira reunião do carnaval organizada, um chamamento do Facebook, pela Casinha.

Nós fizemos a reunião lá: como ainda eram poucos blocos, a gente queria que um bloco não batesse no outro, ainda com a experiência de 2010. Foi muito legal: apareceram uns blocos que não tinha nada a ver com a gente, que era de produtor da CRIA²⁹⁹ - uma coisa assim. A gente fez um cronograma de carnaval mesmo, acho que dobrou: de cinco blocos, acho que foram pra doze, tipo isso. Como rolou essa movimentação, e 2010 tinha sido esse ano potente, o Outro Rock estava junto - o Outro Rock também acabou se desfazendo naturalmente. A gente ficou muito tempo reunindo toda semana, e aí chegou uma hora que as bandas já tinham compartilhado muita coisa: todo mundo tinha que voltar pra sua casinha, que era a sua banda, pra trabalhar, pra gravar. Todo mundo

²⁹⁷ Trata-se do Bloco Chama o SÍNDICO!, que desfila nas quartas-feiras imediatamente anteriores ao feriado de carnaval em Belo Horizonte. O Bloco se caracteriza pelo uso de sonorização elétrica e por render homenagens ao repertório musical de Tim Maia.

²⁹⁸ Trata-se do Espaço Cultural Casinha, situado na região central de Belo Horizonte, no bairro do Barro Preto.

²⁹⁹ CRIA é uma empresa privada que atua na produção de grandes eventos culturais de Belo Horizonte.

começou a ficar sem tempo e começou a ficar mais velho também, de idade mesmo - então o Movimento Outro Rock acabou parando de se reunir.

Olha que legal, como o Outro Rock foi importante nesse início do carnaval: tinha dinheiro, a gente fazia essa caixinha. Quando tinha a Outra Jam³⁰⁰, o dinheiro ia pra caixinha - nós compramos amplificador, guitarra e baixo, pra ficar na Outra Jam. Encontramos com o Geraldino - ele estava fazendo um projeto, tinha uma parceria com uma gráfica. Ele falou:

- Eu consigo imprimir um tanto de coisa, é só a gente pagar um valor baratinho.

Eram 800 reais, sei lá. Juntamos, colocamos uma data limite pros blocos mandarem as marchinhas pra gente, e nós fizemos a movimentação maravilhosa: a parceria Outro Rock. Milhões de estúdios, gravamos a maioria das marchinhas: a marchinha de todos esses blocos, e fizemos e distribuímos um livretinho do carnaval em 2011! Foi maravilhoso! Foi quando surgiu o Bloco do Manjerição, o Bloco da Alcova: o segundo semestre de 2010, janeiro antes do carnaval de 2011 foi maravilhoso. Todo dia íamos pra um estúdio gravar marchinha, e lançamos esse livretinho que eu tenho até hoje. A gente usou o estúdio da TV Queijo Elétrico, usamos o estúdio da Contato, compilamos tudo, e o Outro Rock acabou bancando parte: a ideia era todos os blocos dividirem, só que nessa confusão de passar dinheiro, o Outro Rock bancou – inclusive tem a logo do Outro Rock. Então, olha que engraçado: o carnaval, no começo, foi um movimento articulado pelos músicos também. A galera que tocava em 2010 eram todos os músicos: era o Transmissor, Graveola, Dead Lovers, Fusille³⁰¹ - eram os músicos mesmo. Estava muito ligado: foi esse ano potência, e o Outro Rock foi muito importante pro carnaval, por causa disso.

Rolou isso, no começo do carnaval: como tinham poucos músicos, a ideia era fazer a galera chegar pra tocar. Lógico que tem os outros blocos grandes de amigos também, que são uma coisa profissional, que tem produtor, mas eu sinto mais como um movimento entre amigos querendo fazer folia e festa. A gente sempre falou:

- Venha, traga seu instrumento. Vem aqui.

O que importa é ter mais gente tocando e aprendendo, nesses blocos, que são meio iniciais. Não que os outros não sejam politizados, porque são também, mas tem essa coisa - não quer perder

³⁰⁰ Outra Jam é o nome de um encontro musical semanal entre músicos das bandas de rock independente de Belo Horizonte: ocorria nas terças-feiras nos primeiros anos da década de 2010.

³⁰¹ Fusille era uma das bandas da cena de rock independente de Belo Horizonte.

o lance de ser uma manifestação cultural, não quer ser encaixado enquanto evento. São blocos abertos, que não tem pretensão nenhuma de ser gigantescos, e nem querem ser gigantescos. E esses outros blocos são nitidamente encaixados enquanto eventos: esses blocos mais ensaiados, que exigem mais ensaios - Alcova, Brilha, Síndico e vários outros.

Eu acho que uma característica peculiar desses nossos blocos é que são os blocos marchinha. Os outros não são tão mais, já variaram mil coisas, e são os blocos que são marchinha: Peixoto, Tico Tico, Tchá, Tchá, Manjerição, e o da Praia, cinco. São os cinco blocos marchinhas, e os trabalhos são esses, são de articulação. No Manjerição a gente sempre faz umas reuniões, fica fumando um e pensando mil ideias legais: na hora não sai nada. Uma coisa que a galera, no Manjerição especificamente, quer construir: um repertório que tenha a ver mais com o bloco - ligado à causa da legalização. Essa *playlist* já foi colocada mil vezes, mas a gente nunca ensaiou: talvez, quem sabe, pro ano que vem, a galera esteja mais empolgada e role um ensaio.

O Mamá na Vaca ensaia: eu acho muito legal o Mamá, a bateria é aberta. Tem os outros blocos que tem os ensaios, só que fecha a bateria de certa forma, e eu não os critico. A gente já foi criticada muitas vezes:

- Vocês tão fazendo bloquinho só pra vocês, pro grupo de amigos.

Não tá fazendo isso. A gente divulga: só que não quer sair na Globo, não quer sair no Estado de Minas, não quer sair no O Tempo. Se sair, vai vir várias mil pessoas, e a gente não tem pretensão nenhuma, inclusive, dessa responsabilidade de ter um produtor organizando um evento desses: quer a coisa solta, orgânica mesmo, e pra isso, não queremos ter dez mil pessoas. E como que você não tem dez mil pessoas? É quem ficar sabendo! Nós não vamos falar:

- Gente, é segredo. Só essas dez pessoas.

Não: a informação flui boca a boca, e a galera chega, é isso. Sempre, quando preenche o formulário da Prefeitura, falamos: não divulgar no site da Prefeitura. Lógico que a primeira vez que saiu pra bem longe - lá no Izidora, no Rosa Leão, com o Tchá Tchá -, a gente falou:

- Vamos dar uma divulgada. Vamos nesse ano dar uma divulgada, porque, se bobear, não vai ninguém.

Continuou o mesmo número de pessoas que a gente espera: os nossos blocos acho já que chegaram até três mil pessoas.

Cada dia chega mais: tem várias mulheres aí que são protagonistas

Eu me assumi feminista em 2013: acho que hoje em dia tá mais naturalizado, várias discussões que eu trazia em 2013 já nem cabe, mais. Tendo essa consciência de ser assim, de 2013 pra cá, eu comecei a normalizar, a pensar no carnaval.

E é engraçado como em 2010, se bobear, metade ou mais do grupo que movimentou o carnaval foi mulher: quem são os porta-vozes dessa época, até agora? É Guto Borges e Rafa Tchá Tchá! Depois, a Nara chegou no carnaval de BH: começou, a ir em blocos, reger o Síndico e etc., e aí começou a ganhar um protagonismo; a Flora Rajão fez o PPK³⁰², em 2014, e começou a ganhar um protagonismo. Mas nesse início do carnaval a galera só entrevista Tchá Tchá, Guto e Roberto Andrés: ninguém conversa com a Sílvia Herval! A Sílvia Herval estava lá o tempo inteiro. Cadê a Flávia Mafra falando do bloco do Tchá Tchá? A Flávia Mafra tá lá desde o Brasil 41, e a gente fez junto o bloco. O Rafa sempre falou isso:

- Ah, tem meu nome, mas o bloco é nosso!

E a Júnia Torres, sabe? Mas é isso: é essa sociedade mesmo que vai puxando. Eu mesmo, quando vou falar do carnaval, ou quando vou pensar alguém pra falar o carnaval:

- O Rafa e o Guto tem muito mais propriedade pra falar.

Eu não me sinto confortável: eles falaram tanto, são homens, são acostumados, realmente eles tem muito mais propriedade pra falar mesmo - é difícil isso. Mas eu acho que tá mudando: como cresceu muito os blocos, e tem muito mais bloco com a pegada feminista, mais blocos ainda puxados por mulheres, tá mudando. Agora tem outras referências que são mulheres. Cada dia chega mais: tem várias mulheres aí que são protagonistas - a Nayara Gofaro, do Angola Janga, a Cristal Lopez -, e tão aí brilhando, né? Essa mulherada, esse protagonismo feminista veio depois de 2013: ali veio muita coisa à tona, e o feminismo veio escrachando - foi muito legal.

³⁰² Trata-se do Bloco Pena de Pavão Krishna, fundado em 2013 em Belo Horizonte.

É uma barreira social e cultural que não é duma hora pra outra que a gente desconstrói ela

Vários blocos começaram a pipocar: uma parte da história do carnaval que eu não contei é que a gente teve esse encontro de 2010 - foram esses blocos todos, aconteceu a partir do Cuequinha do Papai. E aí o que aconteceu depois de 2010? Vários vídeos, fotos bonitas na Internet. Então, todo mundo que tinha ido pra Recife e pro Rio voltaram: foi o ano que o carnaval estava muito cheio no Rio, também - não foi o ano daquela matéria, mas o carnaval estava muito cheio. A galera falou:

- Quero ficar em BH. Quero fazer bloco!

Começaram a surgir muitos blocos: de 2011, que a gente organizou os blocos, pra 2012. Sempre duplicava ou triplicava o número de blocos: já não dava mais pra fazer o calendário, vamos manter os blocos. E o Santa Tereza começou - porque é um bairro gostoso de andar -, a ser um lugar que tinha muito bloco também. Estava lotado: ficava um bloco esbarrando no outro. Como o carnaval não era bem visto por alguns moradores de Santa Tereza, eles fizeram um abaixo assinado: várias pessoas assinaram. E aí começou uma lei - eles conseguiram através da Associação de Moradores -, que o carnaval no bairro tinha que ser até quatro da tarde. A polícia estava muito chata, alguns moradores chatos, então falamos:

- Vamos sair!

O Tchá Tchá tem essa ligação muito forte com a Dona Isabel: é do terreiro dela. Dona Isabel era viva, e o primeiro passo foi ir pra lá. Foi muito bonito: do mesmo jeito que ele fez aqui, lá foi com muito mais carinho, porque foi uma construção com a Dona Isabel. Não lembro direito se foi ela que pediu: mas tinha alguma coisa espiritual ligado à Dona Isabel. Foi uma articulação com a galera do Congado: articularam os vizinhos, articularam os bares. Foi muito mágico ter saído lá - foi muito, muito, muito legal! Terminou num campo de futebol super gostoso: passamos por praças. Foi muito gostoso ter saído de Santa Tereza: continuou num bairro aconchegante também, e depois ganhou o mundo, né?

Depois, o carnaval de luta: começamos a ir pras ocupações, e aí foi maravilhoso também - foi muito, muito maravilhoso ir em todas as ocupações. E é engraçado, porque tem várias críticas em relação a isso:

- Poxa, mas é um tanto de gente da Zona Sul indo fazer um turismo carnavalesco nas comunidades.

Essa crítica existe, ela é verdadeira: mas, ao mesmo tempo, você tá deslocando pessoas pra conhecer a própria cidade. Isso é muito interessante: se não é com bloco de carnaval que vai levar a galera da Zona Sul pra conhecer esse lugar, nunca vai existir, e aí? Essa troca é ruim? É ruim as pessoas da Zona Sul conhecerem ocupação? A mulher do meu pai, empresária que mora num super apartamento na Serra³⁰³, esse ano foi lá no bloco: no Filhos de Tchá Tchá, que foi nas ocupações do Barreiro Nunca tinha ido numa ocupação do Barreiro, ela ficou impressionada. É até pra politizar a galera também:

- Você já viu na TV e tal, mas olha aqui como que é a realidade?

Ela quis arranjar doações, sabe? Eu sei que é importante as pessoas vivenciarem isso: olha como tão perto, na sua própria cidade, várias pessoas vivem, na precariedade que é, de ser tudo de barro. Não é nem favela - a favela ainda é urbanizada, de certa forma. Com várias deficiências, é uma urbanização; as ocupações são muito tristes, muito precárias mesmo, nesse sentido de infraestrutura, mas eles são super felizes, uma galera bem de luta.

Todas as vezes que os nossos blocos vão pra algum bairro desses, rola uma conversa inicial: a gente faz uma visita lá, caminha com os moradores, pra eles indicarem qual que seria o melhor caminho do bloco passar. Aí a Doninha que é salgadeira vai, faz um tanto de salgado e vai vender na porta da casa dela, aí o seu Zé vai e compra um isopor pra vender. E, ao mesmo tempo, essa galera também não tá perto da cultura do carnaval que tem no Centro. É muito legal levar o carnaval: eles terem o carnaval na porta da casa deles, igual os moradores de Santa Tereza tem, e pra eles é legal essa experiência também.

Lógico que eu ainda acho que são poucos moradores que entram no bloco, e ficam ali curtindo com as outras pessoas que vão até lá. Ainda falta isso, mas é uma barreira social e cultural que não é duma hora pra outra que desconstrói ela, sabe? Essas críticas todas são verdadeiras, mas eu acho que a gente não deve deixar de fazer essa experiência, porque a troca é muito bonita.

³⁰³ Trata-se do bairro da Serra, um dos redutos da classe média-alta de Belo Horizonte.

7.4 – RELATO DE AUGUSTO BORGES

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Augusto Borges

Local de Entrevista: Residência da entrevistado

Data da Entrevista: 13/06/2018

Tempo de Entrevista: 02:46:19

Observações: *De todos os entrevistados para esta pesquisa, Augusto Borges é certamente aquele que há mais tempo conheço. Colegas de escola no segundo grau, de curso de graduação na UFMG e de trabalho, temos uma amizade de cerca de vinte anos. Éramos colegas de trabalho quando da irrupção das Praias da Estação, e fomos alguns de seus primeiros banhistas, paralelamente à nossa incursão em alguns dos primeiros blocos carnavalescos surgidos em Belo Horizonte durante esse período de retomada. Além de ser um dos mais conhecidos puxadores de bandas de blocos carnavalescos na cidade, Borges desenvolveu ao longo dos últimos anos todo um conjunto de pesquisas informais e reflexões sobre Belo Horizonte e a história de seu carnaval popular. Atualmente, Borges é professor de Culturas Audiovisuais numa escola particular de Belo Horizonte.*

A proposta de escutá-lo para esta pesquisa partiu de indicação de Rafael Barros: a entrevista que serviu de base a este documento se deu no dia 13 de junho de 2018, em sua residência. Parte significativa da riqueza de seu relato advém do fato de que Borges testemunhou e participou diretamente da formação de alguns dos primeiros Blocos Carnavalescos de Belo Horizonte no período estudado: presente no carnaval de 2009, suas recordações em nada renunciaram à descrição de uma atmosfera pautada pelo imprevisto e pela mútua descoberta de formas outras de se relacionar festivamente para com a cidade, e a dimensão política envolvida nas práticas ali encetadas coletivamente. Igualmente, seu olhar informado pela lente do historiador em muito se fez presente em sua narrativa, particularmente no que tange à tessitura de interconexões entre a história de Belo Horizonte, de seu carnaval em períodos anteriores, e as singularidades e pontos comuns existentes nesta cena em sua atual configuração, particularmente no que tange às especificidades democratizantes adquiridas em sua dimensão estética e performática. Um dado de importância também parece ter-se feito presente em seu relato, enquanto pano de fundo: no caso, a associação entre o contexto vivido na cidade e o contexto do país ao longo da década de 2010, transformado em espécie de instância perspectiva a nortear as dimensões críticas de seu olhar acerca da importância desta cena para Belo Horizonte.

Meu nome é Augusto Carvalho Borges. Tenho trinta e seis anos. Eu tenho o superior completo e mestrado - pós-graduação.

Sou belo-horizontino: nasci aqui. Eu tenho pais que não nasceram aqui, isso é um dado importante também. Essa é uma ideia às vezes que eu próprio volto, de uma geração nascida aqui – de pais que não nasceram aqui, que migraram pra Belo Horizonte, essa geração anos noventa. Até pela idade de Belo Horizonte, existe um fluxo migratório: eu não sei quando que a população de Belo Horizonte passa a nascer majoritariamente aqui. Mas sou nascido aqui, e tenho a cidade como um grande cenário da minha juventude, da minha história.

Uma geração que não se reconheceu nesses grandes discursos sobre a cidade de Belo

Horizonte

Eu estudei num primeiro momento em duas escolas aqui da cidade de Belo Horizonte que marcadamente se confundiam com o seu contexto político do final dos anos 1980: era a Escola Albert Einstein, seguida da Escola da Serra³⁰⁴. Na verdade essas relações com a política ficaram mais claras pra mim nos últimos anos - eu tinha uma lembrança bastante infantil disso -: tem uma pesquisadora fazendo um trabalho sobre a história da Escola da Serra, e a gente chegou a conversar com ela, fui entender um pouco melhor. São duas escolas particulares: o Einstein historicamente em Belo Horizonte é reconhecido como uma escola de ensino construtivista, alternativo, e eu estudei lá até a quarta série então. A quarta série eu cheguei a fazer na Escola da Serra, e houve na verdade ali, em algum momento, um conflito nessa escola, que inclusive ganhou contornos públicos: lembro de passeatas, de coisas assim, ainda muito novo. Não sei dizer sobre essa trama muito particularmente, só sei que houve um conflito ali com contornos políticos, contornos públicos, passeata, etc., e fundou-se uma escola que também passava aí por um ato político também, de abrir uma escola democrática: as decisões passavam pelas associações de pais, existia um experimento ali. Claro, a gente muito novo, mas obviamente esse clima permeava ali a nossa vida escolar. Duas escolas notadamente não só de ensino alternativo que, na década de 1990, passou-se a ser cada vez mais uma questão desconfortável no mundo da educação, e que carregavam também a pecha de serem escolas ligadas à esquerda.

Outra lembrança que eu tenho dessa formação escolar é discutir temas da cidade de Belo Horizonte: era muito forte na nossa escola, até porque o Patrus veio a ser prefeito em 92, e de alguma forma convivemos muito próximos de um projeto ali - todos muito novinhos, a gente conviveu ali com os pais envolvidos nessa gestão. Não sei o quanto, mas eu tenho essa lembrança de ser uma prefeitura que circulava as questões, e as questões circulavam dentro da escola: alguns pais trabalhavam na Prefeitura. Lembro também da escola sofrer ataques da imprensa: volta e meia existia uma reportagem - meu irmão inclusive participou, foi personagem de uma reportagem que atacava a escola. A reportagem chamava “Muito rock, pouco livro” - que difamava a escola, dizendo que ninguém estudava, era uma escola que ninguém fazia porra nenhuma. Ou seja, a minha educação misturou escolas particulares que de alguma forma conviveram no início dos anos 1990 de uma forma muito intensa com o mundo público, ainda que eu não tivesse essa dimensão.

³⁰⁴ São duas instituições particulares de ensino de Belo Horizonte que se caracterizam pelo uso de metodologias pedagógicas alternativas.

Depois disso, fui pro Pitágoras: lá na Escola da Serra só ia até a oitava série e passei três anos no Pitágoras - o Pitágoras da Cidade Jardim. Eu sempre tratei esse período do Pitágoras como certo hiato, porque eu tinha uma relação com a Escola muito mais de conflito do que de educação: era uma perspectiva estranha pra mim. Não vou nem entrar em nomes, etc., que eu acho que não vale a pena, mas por outro lado, acho que tem um crescimento ali, que é o de conhecer um pouco mais, sair de um espectro reduzido dessa experiência do engajamento político mesmo. E daí, ter esse período bastante conflituoso, bastante confuso, que são os três anos: primeiro, segundo e terceiro ano, vestibular, e entro no curso de História.

É algo que me faz retornar também a algumas dessas questões sobre a escola que eu estudei, e também sobre a época que eu passei aí - essa saída pra esse mundo público. É importante dizer que pelo menos eu cresci nos anos 1990: cada vez fica mais claro, até pelo retorno da direção aí da presidência do inferno neoliberal - do experimento neoliberal que o Brasil foi nos anos 1990. Ficou muito claro pra mim, por exemplo, na exposição do Pedro Moraleida³⁰⁵: foi um cara que estudou nessa escola - Escola da Serra -, ele era mais velho que eu. O Pedro Moraleida era uma figura que, ano passado, teve a exposição dele no Palácio das Artes que foi combatida pelos setores reacionários: curiosamente também é uma vitória, porque a exposição foi até o fim, não houve recuo aqui em Belo Horizonte. Existe uma geração aí que encarna muito propriamente esse inferno mesmo, que foi ser jovem nos anos 1990 no Brasil: o fato de ser da classe média, classe média baixa, não salvava a gente de viver uma experiência aterradora.

Existia um projeto dessa época, que incluía essa redução de horizonte muito drástica: não há espaço, não há muito pra onde você ir. Era um corredor muito curto, que é o que o mundo liberal abertamente coloca: do formar, ter um emprego. Um corredor curto de expectativa, de horizonte de exercício humano: a questão da Thatcher de que não existe mundo social, o que existe é o mundo privado. Então, a gente viveu isso: o Brasil era isso. O jornal, a experiência social dizia pra gente isso: o Pitágoras era isso. Era escola mercado: o mercadão de educação, de num sei quantos milhões de pessoas na sala de aula, etc. E eu vinha de um lugar que aonde era absolutamente estranho a isso: vinha de um lugar que estava exercitando questões sobre cidadania - existia uma utopia ali, que constantemente era confrontada com um mundo que não era nada disso. Até falei isso, quando participei do evento da UFMG sobre os cento e vinte anos de Belo Horizonte, ano passado: fui da geração também do centenário de Belo Horizonte - 1997 -, que era uma geração que não se reconheceu nesses grandes discursos sobre a cidade de Belo Horizonte. Houve ali uma celebração,

³⁰⁵ Pedro Moraleida foi um talentoso artista plástico belo-horizontino ao longo da década de 1990. A organização de uma exposição em sua homenagem no segundo semestre de 2017 no Palácio das Artes rendeu uma série de protestos organizados por entidades conservadoras atuantes em Belo Horizonte, que consideravam suas abordagens em temas de religião e sexualidade imorais.

BH girando sempre em torno dessa coisa: o Carlos Drummond de Andrade, a Rua da Bahia, essa alta cultura, enfim - eu falei um pouco disso.

Existe uma geração que se desconecta um pouco dessa paternidade de cidade: esse cenário da desconjuntura política, os amigos envolvidos com o movimento punk em Belo Horizonte - o Anarquia pela Ordem³⁰⁶. Meus amigos envolvidos muito mais numa perspectiva musical e cultural, uma espécie também de reduto experimental mesmo; de política, de visão de mundo, da gente passar a frequentar cinema. Eu brinco que a gente misturava: tinha quase uma estética hippie, mas era punk, e frequentava lugares da alta cultura num visual totalmente mendigo. É uma marca sobre isso, sobre não se identificar, uma marca de distinção - minha formação política na verdade passa muito mais por isso. Fui encontrando formação: um lugar mais adequado, ou uma falta de lugar. Me identifiquei muito mais na falta de lugar nessas projeções políticas, com essa turma, que era essa galera dos punks, do universo da música - não existia nenhuma unidade nisso não. Era uma espécie de corja dissonante, uma galera que não necessariamente se ligava uns aos outros: a gente tinha grupos meio hippie, meio punk, meio culturalista.

E a gente entrou na universidade também assim: meio num Deus nos acuda, não sabia o que viria daquilo ali, greve atrás de greve - isso gerou reações de toda natureza, no meu caso. Aí eu reencontro um lugar muito mais familiar, muito mais libertador pra mim, que foi um ambiente acadêmico - por mais que o meio acadêmico não seja nada libertador, era, em comparação com o que era a experiência do Pitágoras. Uma perspectiva mais voltada pra essa questão das pesquisas individuais, e também o assunto da política voltando. Nós vivemos também um período ali estranho, politicamente estranho: vivemos justamente a transição entre quase que o último lamento da universidade pública, que foi o final do período Fernando Henrique, e um rearranjo muito impressionante da vida acadêmica durante o governo Lula, depois de 2002. A gente entrou em 2000: vê a universidade quase fechar as portas, com os laboratórios devendo conta de luz, sem papel higiênico no banheiro, umas provas malucas pra medir qualidade de educação - na verdade era um grande projeto de desqualificação do ensino público. Lembro muito do caso da escola de Comunicação, que foi dita como uma escola ruim na UFMG, porque não tinha equipamento. Eu vivi, observei isso: as bolsas voltando, as pesquisas ganhando força, a universidade expandindo, e eu ainda pego um pouco ali da experiência - fico lá bastante tempo ainda - das entradas da universidade. Na universidade, eu me identifico mais com uma questão intelectual, também muito envolvido com aquela dinâmica um pouco viciada da universidade, das coisas girarem muito lá dentro - passo a viver muito restritamente ali dentro, tem um período de formação muito intenso ali

³⁰⁶ Anarquia Pela Ordem era uma banda de punk rock de Belo Horizonte dos anos 1990.

também. Isso que é curioso: existe uma formação mesclada, seja na escola, seja nesse mundo da cultura, misturado com política.

Foi extremamente formador pra mim o fato de conhecer cidades, cenários

Eu volto no final da minha graduação a tocar. Volto não, porque eu não tocava: não tive banda essa época - era do público, assistia bandas, mas não tive banda. Eu não tive banda de punk rock, não tive nada disso assim - vivia naquele turbilhão maluco ali, ir pra lá, pra cá, no Estrela, no Elite³⁰⁷, show de não sei quem, enfim. De turmas em turmas, aquela coisa meio buscador de amigos, conhecendo um pouco, vivendo um pouco dessas várias cenas: essas realidades que Belo Horizonte dispunha do lado de fora dos grandes eixos de sociabilidade, de cultura de juventude. Vou tocar com o Ivan, Vivi, o Feijão, depois a Pati, no final da minha graduação. Não tinha nem me formado ainda, quando a gente se encontrou pra fazer uma banda: chamava Dead Lovers Twisted Heart. Era uma banda que vinha dessa experiência, de umas referências do movimento punk. Movimento punk é exagero dizer: desse universo desajustado dos malucos de Belo Horizonte - é um cenário interessante um dia de alguém investir nisso, porque é uma miríade meio maluca de gente. Também inclui tudo isso música eletrônica: as fitas que o Moraleida gravava, uns universos também experimentais. Isso é legal: o filme do Thiago Matta Machado meio como experimento - eu lembro de ver muito novo o Curra Urbana. Eu vivia aí, o Ivan e o Feijão, amigos desde essa época: passa a graduação, a gente se encontra depois e faz essa banda. E já começa a chegar algumas coisas do cinema marginal brasileiro: algumas informações bem longínquas, a gente começa a tentar buscar uma genealogia meio desse desajuste.

É interessante que essa banda é uma grande provocação pra mim da saída, do exercício do mundo público: eu já tocava como DJ às vezes também, mas a banda começa a colocar a gente num cenário público, cultural - no mundo da música de Belo Horizonte, e os shows começam a fazer sucesso. Uma loucura: começa a dar gente pra caramba nos shows, e rapidamente tá tocando fora de Belo Horizonte - coisa de quarto ou quinto show, já tinha show em outras cidades. Curiosamente, eu faço uma banda despretensiosa, e essa banda começa a circular, conhecer cenas, cidades, no Brasil inteiro: viajou de Belém do Pará à Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com a banda. Existia um circuito: o Fora do Eixo, mas também a ABRAFIN - a Associação de Festivais Independentes do Brasil. Foi extremamente formador pra mim o fato de conhecer cidades, cenários: eu lembro perfeitamente da primeira vez que tocou fora de Belo Horizonte. A gente tocava em Belo Horizonte

³⁰⁷ Estrela e Elite eram casas culturais de Belo Horizonte. Durante os anos 1990, se notabilizaram por abrigar diversos shows de projetos autorais da cena cultural independente da capital mineira.

claramente pra pessoas muito próximas: pra amigos, ou conhecidos dos conhecidos. Vale dizer também que é um início dessa coisa da internet também: o Dead Lovers funcionou muito na internet - uma fé muito grande nessa cultura, nessa promessa de uma cultura livre, que hoje caiu por terra completamente com esses grandes conglomerados de informação. Artistas independentes, com propostas as mais malucas possíveis, encontrando ali num universo de igualdade: olhar pro lado, você reconhecendo aquilo.

Existia, num primeiro momento, uma intenção meio universalista, despretensiosa, - a gente cantava em inglês -: um esforço meio que de estar antenado, escutando as coisas de fora, e começamos a retornar. Eu lembro de terminar o meu mestrado no camarim em Goiânia: um mestrado sobre cultura marginal, sobre cinema marginal, Ozualdo Candeias - pra falar um pouco também dessa mescla, desse cenário que mistura política, formação intelectual e cultura -, sobre um tema forte ali no Brasil dessa época - o meu mestrado passa um pouco sobre essa afirmação de uma inteligência periférica, passa pela experiência dos movimentos marginais brasileiros. E eu terminei em Goiânia, numa periferia da musicalidade: era conhecida como a Seattle brasileira nessa época, num show movido por essas questões todas do Fora do Eixo, de estar fora dos grandes centros. Vim a conhecer Belém do Pará nessa viagem: foi marcante pra mim, principalmente pelo desenho distinto de lá. O cara da banda de rock era amigo do pessoal do tecnobrega³⁰⁸ e eu achei esse desenho da cultura esclarecedor: o festival de música tocava as duas coisas, e o público escutava as duas coisas também.

Aí, o que acontece? Tem um retorno: voltamos pra Belo Horizonte - a gente sempre volta. Começa uma jornada engraçada: rodamos, e voltamos pra onde partiu - a gente toca fora do Brasil, etc., com o Dead Lovers, e volta. E particularmente começo a conversar com algumas pessoas que enquanto não fôssemos uma banda daqui, não ia ser banda de lugar nenhum. A gente não toca em São Paulo: São Paulo você pode ser uma banda razoável, uma banda sem público - mas tá na Folha de São Paulo, toca no Brasil inteiro. Por essa experiência das localidades, começou a ficar uma questão: era uma banda de uma parte muito pequena, tocava pra uma parte muito pequena da cidade, e despertou em mim um desejo de conhecer melhor Belo Horizonte. Comecei a ter uma inquietação em torno de que a gente via um universo muito reduzido, por tudo: do quão a gente era limitado, até pelas impossibilidades de deslocamento, do preço - do quão é caro se deslocar, e como é difícil se deslocar. E como era uma cidade que estava desenhada muito em torno disso: de localidades, de algumas centralidades que não se conhecem, não se conectaram. Então, a gente começa esse retorno pra Belo Horizonte, e se tornar uma banda de Belo Horizonte: uma banda de

³⁰⁸ Tecnobrega é um estilo musical independente surgido em Belém do Pará ao longo dos anos 2000. Consiste numa mistura de sons eletrônicos da música pop internacional com ritmos regionais paraenses.

alguma forma, de algum relevo, pelo menos uma banda que circulasse em Belo Horizonte. Existe, também, um retorno pra questões da música e da forma: é mais ou menos nesse contexto aí que, em 2010, começa a Praia da Estação e todo esse envolvimento - 2009 já tem carnaval, e Praia da Estação. Começo a entender também esse meu papel de músico - não que fosse uma coisa pensada - : intuitivamente, começo a entender esse papel de músico passarido, do músico da cidade. Por mais que a banda não fosse política - pelo contrário, é uma banda bastante festiva, de tocar em boate -, a gente participou de um circuito político muito forte da cultura no Brasil: eram essas associações, os movimentos do Fora do Eixo, as localidades, e esse encontro com o desenho cultural brasileiro mais amplo.

E eu retorno pra cá, e aí a gente começa a questão da rua, começa a discutir. Tem um coletivo aí que se forma um pouco antes, que é o Outro Rock: a gente começa a tocar em praça pública, com os shows. Vem essa experiência também, meio ao acaso, do carnaval do Tico Tico - eu toquei no Tico Tico, a convite do Roberto Andrés, e no Peixoto -: ainda conjuguei durante muito tempo a carreira de banda com esse exercício anual do carnaval na rua. Existe aí uma revisão também do papel como músico - uma musicalidade mais coletiva, uma revisão dos lugares. A gente sai duma banda da Zona Sul pro Centro da cidade: eu, músico que exerce a sua sociabilidade desde as eras do desajuste punk bem aqui na Centro-Sul, pra visitar Centro da cidade, viver um deslocamento do eixo. Vim a conhecer os meninos do Duelo de MCs, coisas que estavam acontecendo no Centro da cidade, até antes da gente - é como se fosse um mundo novo. Também porque existe uma rede: o carnaval num primeiro momento era composto basicamente pelas bandas de Belo Horizonte. Os primeiros blocos: os primeiros Mamá na Vaca era mistura do Graveola, o Iconili³⁰⁹, com a Chaya que era do Frito na Hora³¹⁰, eu do Dead Lovers. Era uma mistura de músicos que estavam atuando nessa cena, circulando no Brasil. São as redes: 2009 também é o ano da entrada do Facebook no Brasil.

Começamos a pensar essa sociabilidade bastante: quase que um capital mesmo, as redes de quem era conhecido - passa a ser um capital mesmo, e a gente capitaliza isso, em alguma medida. Inclusive, a gente chegou a ser acusado de carreirista, que estava fazendo o carnaval e a Praia por causa das nossas bandas - muito pelo contrário, a minha banda praticamente não existe mais. Na verdade, estava fazendo ao contrário disso: uma revisão do meu papel como músico, do meu papel como banda, como carreira - quase que numa diluição desse papel de músico e dessa ideia de

³⁰⁹ Iconili era uma das bandas da cena de rock independente de Belo Horizonte.

³¹⁰ Frito na Hora era um projeto coletivo de músicos independentes de Belo Horizonte. Se singularizava pela confecção de jogos e desafios de improviso musical entre seus participantes, regulado por uma linguagem de sinais desenvolvidas por alguns integrantes do grupo. A performance se inspirava em propostas de jogos de livre improvisação musical do compositor estadunidense John Cage.

carreira. Não vou dizer que essa questão estivesse ou está resolvida, desse diálogo mais amplo com a cidade: os blocos também passam a ser um exercício de conhecer a cidade, os pontos ou realidades. Essa questão da localidade, radicalizando cada vez mais isso: a experiência de localidade em Belo Horizonte.

Existe certa consciência de que o que tá sendo feito ali é um experimento

A família da minha mãe de São João Del Rey tinha uma história carnavalesca: quando eu era criança, fui pro carnaval de São João Del Rey. Meu pai, a partir de um momento, começou a frequentar o carnaval do Rio - eu desfilei na Mangueira mais de uma vez também -: frequentava no carnaval a zona sul do Rio de Janeiro, quase fazia parte da fundação de um bloco lá, que chamava Que Merda é Essa?.

Mas não posso dizer que abracei isso: muito pelo contrário, essas experiências são não lineares, também. A primeira vez que desfilei na Mangueira foi uma coisa surreal pra mim: tinha dezesseis anos, a gente já estudava lá no Pitágoras, essa identificação desse universo meio punk, um cabelão, era um estrupício. Fui lá muito mais por uma provocação com o meu pai, de sair com o meu pai e beber: mas lembro de quase enlouquecer quando a gente saiu numa ala exatamente atrás da bateria, naquele ano que homenageou o Chico Buarque. Meu universo social era muito mais isso do rock, do punk, do que qualquer outra coisa: claro, meu pai sempre foi um colecionador de música brasileira, o meu trabalho na universidade também passava muito pela inteligência, pelo reconhecimento da coisa brasileira - a própria banda, eu brincava que a gente cantava em inglês, mas era um inglês de brasileiro, uma coisa sem pé nem cabeça. Mas musicalmente, vamos dizer assim, não é uma coisa que eu cultivei, que eu aprendi a tocar. Muito pelo contrário: eram umas experiências isoladas, não lineares, não conectadas.

No início dos anos 2000, por um convite de uma amiga, fui pro carnaval do Rio de Janeiro. Meu pai já ia pros carnavais: a Banda de Ipanema, umas coisas que eu não tinha a menor paciência mais - aquelas multidões, aquele tanto de gente, eu não tinha a menor paciência não. Não gostava tanto daquilo mais - aquela coisa monumental -, e a gente foi pro Rio de Janeiro: o meu pai pra um lado, eu fui pra outro - em 2002. Aí sim, talvez, seja uma experiência um pouco mais marcante pra mim: quando estava nos primeiros desfiles do Boitatá por acaso, por conhecer amigos em comum. Sai ali dum beco que tem ali do lado do Paço Imperial, e andava pelo centro da cidade tocando marchinha - um formato bastante próximo do que a gente faz até hoje, e que se disseminou no carnaval do Rio também. Aquilo foi muito marcante: talvez pela minha formação em História

também, ali no centro do Rio de Janeiro, eu fui especialmente sensível a isso - aquilo me tocou, mas isso em 2002, ainda.

O Tico Tico, em 2009, é curioso também - tem uns vídeos na internet, é muito engraçado, porque é uma descoberta mesmo, em todos os níveis -: estava falando de conhecer melhor a cidade, fazia parte dessa revisão do papel como músico, como atuante na cena pública, cultural da cidade, também com o sentido do que tocar. O primeiro carnaval, eu fui com um banjo, que tenho até hoje: tocando um banjo, que vinha um pouco dessa referência minha - a nossa banda tocava uma coisa meio country, meio folk -, e existe o banjo no samba também, com a mesma afinação. Fui com um banjo num território³¹¹: foi o que eu encontrei de interseção entre esses dois mundos. Tem alguns vídeos muito engraçados da gente cantando - todo carnaval é um pouco isso -, tirando do fundo da memória as letras, as músicas, tentando fazer aquilo funcionar, ainda descobrindo como tocava as coisas.

Tem uma coisa legal nesse meio, que é o carnaval sem mestre. O carnaval sem mestre envolve muito da desconstrução do lugar de músico, do lugar dessa maestria, literalmente: é o ofício da construção de uma linguagem mais de improviso. Esse papel do desafio, e da construção constante disso: de uma linguagem um pouco de improviso - tendo a achar que essa indefinição a gente chama até hoje de bateria de guerrilha. Hoje em dia, fazemos até um ensaio do Mamá na Vaca, mas que não é um ensaio, não se executa depois igual: é mais convívio, um reconhecimento dos gestos - não é um ensaio, a gente não executa *ipsis literis* o que vai acontecer no dia. A Chaya também tem aí um papel muito importante: além da regência dos maracatus, ela tinha a experiência do Frito na Hora, que é um grupo de improviso - ela tem senhas, um saber sobre uma linguagem de improviso musical. Musicalmente, tem aí o que eu chamo de repertório: tem peças que a gente mobiliza de acordo com as situações, essas peças vão crescendo - é um arcabouço -, por um lado. Por outro, tem essa questão do engajamento, que eu acho fundamental: no sentido de que não existe um uniforme, não existe uma indumentária, e também não existe regras não. Não é como uma Escola de Samba, não existe alguém te dizendo que você deve ir - é a diferença entre o consumidor -: o cara que vai num bloco desse, se for na perspectiva de que vai consumir, ou que vai tocar numa bateria, vai se frustrar - o que tá ali é exatamente isso, todo mundo é construtor na coisa. Desconstrói essa imagem do show, do consumo cultural; é um chamado, é uma convocatória, quem quiser vai, sabendo que é uma construção que todo mundo deve fazer parte, e não o contrário - de poucos para ser consumido por muitos, o desenho que é o circuito cultural mais claro.

³¹¹ Durante o carnaval de 2009, o cortejo do Bloco Tico Tico Serra Copo fez um percurso abrangendo ruas e avenidas dos bairros da Serra e de Funcionários, situados na região centro-sul de Belo Horizonte.

A bateria é um reflexo disso: uma bateria engajada no processo, existe certa consciência de que o que tá sendo feito ali é um experimento. E que você tá lá, e não é alguém que vai arrumar as soluções pra você - você constrói as suas soluções ali, durante o processo. É uma bateria também que se constrói das vontades, das pessoas que ali forem fazer parte, não de laços morais, É uma bateria que se constrói no laço individual, pessoal: as pessoas se sentem bem ali. Existe talvez uma herança punk aí, também: talvez até uma lembrança, uma reminiscência do Carnaval Revolução, principalmente daquele cortejo - isso é 2000, 2001, sei lá - que a polícia reprime. Tinha a ver com Seattle, tinha a ver com aquelas questões da época: mas eu falo reminiscências também, porque na hora do vamos ver ali, no calor da coisa, elas todas ressurgem. Eu acho que quando aquilo aparece, que aquela cena se forma, são formações também que a gente tem da nossa infância, ou de experiências ao longo da vida, que se tornam relevantes: monta ali uma mistura disso. Tanto que essa história de tocar marchinha, nesse formato, musicalmente, é muito semelhante, talvez, ao bloco do Rio - muito mais do que os blocos de zona sul ou a escola de samba que eu fui. Podia ser várias coisas naquele momento ali, podia ser qualquer coisa: podia ficar tocando rock, mas foi isso.

A experiência que pesou foi um pouco essa: meio memorialística, meio fazendo essa remissão a uma tradição, essa coisa da história também, como que é um pano de fundo - recorri mais num primeiro momento quase que a um pano de fundo mesmo dessa memória carnavalesca. Imagina, chega lá e começar a tocar: podia ser qualquer outra coisa, mas foi um formato que reverberou. Eu lembro muito do primeiro momento desses blocos: a tentativa era de diálogo, a gente saiu na rua tentando conversar com as pessoas que estavam nas janelas, e isso desde então é um exercício - esse é um território aonde a gente caminha desde então em Belo Horizonte. Eu não tenho uma formação, e o que aprendi - isso é outra coisa que eu falo do carnaval sem mestre -, eu aprendi fazendo na rua: aprendi na lida, aprendi nesse improviso, nesse diálogo, um reconhecimento. Fazia parte também dessa busca de como ser amplo: como ser um artista mais amplo no sentido do diálogo com a cidade - acho que a memória foi também um recurso ali, naquele momento, uma tentativa de dialogar.

Foi um experimento: o próprio Tico Tico era pra andar duas ruas, e aí andou, e não parava de tocar nunca. Tinha uma artista que fazia um trabalho dos terrenos vagos em Belo Horizonte, então o Tico Tico já entrou nuns terrenos baldios: já começou aquele andar maluco que não acabava nunca - acabou que andou quase dez quilômetros no bloco. Choveu, a gente nadou, foi uma loucura! Eu dei meu banjo na Sorveteria São Domingos³¹², e falei:

³¹² A Sorveteria São Domingos é uma das mais antigas sorveterias de Belo Horizonte. Se situa no Bairro de Funcionários, na Avenida Getúlio Vargas.

- Toma de presente pra você!

Foi um experimento musical: a gente não sabia de formato, de tudo - extremamente ao acaso, foi isso. Depois teve o Peixoto, que já fez o mesmo percurso, bem dentro dessa coisa dum experimento mesmo - isso 2009. É uma história que a princípio desenrolou nesse contexto: chamei algumas pessoas, vizinhos, amigos que trabalhava ali e tal, ativei uma redezinha assim de músicos.

Foi um caos no bairro, paramos o trânsito, completamente fora da lei

Existe outro movimento aí, que é esse da Praia: a gente começou a passar o janeiro aqui por uma questão de grana - todo mundo duro. Não tinha grana pra viajar, já não morava com os pais, começando um pouco essa história de janeiro em Belo Horizonte, do verão em Belo Horizonte. Já desenha uma coisa que, hoje, em Belo Horizonte, tá em voga: certo orgulho belo-horizontino - parece um pouco Recife, nos anos 90 - de “aqui é legal pra caralho”. Meio na raça mesmo: isso fazia parte da nossa afirmação como cena cultural, cena de bandas, mas não só - era uma questão de formulação de uma localidade mesmo que, pra mim, ficou fundamental. Não adianta você ter uma banda se não tem um lugar, uma cidade - Belém era muito claro isso, até Cuiabá tinha um pouco isso, na época que o Fora do Eixo era lá - a sede era lá.

Aí entra a figura do Rafa muito particularmente - o Rafa era produtor do Graveola nessa época -: participou daquela conversa na Praça da Estação, ainda em 2009 - teve um debate lá. Era uma figura também que eu conhecia ali da antropologia da UFMG, do Forumdoc particularmente, que é outro polo aglutinador: quando falo dessa juventude desajustada, também aglutinou muito esse pensamento antropológico. Era um braço interessantíssimo, importantíssimo de formação na cidade, de um diálogo com o mundo fora da universidade: de formação mesmo de um público imenso. O Graveola também, que inexplicavelmente se tornou uma banda irmã, muito próxima da gente - fazíamos o Gravelovers. Eram duas bandas bem distintas: o Graveola, bem brasileira - os primeiros shows que a gente deu tocavam tudo violão, acústico -, e a gente, que era uma banda de rock espalhafatosa. Então, começou a juntar esses públicos também: era um público bastante roqueiro, meio club Savassi, com um público bastante universitário, que era o público do Graveola. Nos tornamos bem próximos, e o Rafa chamou essa história da Praia, chegou pra gente nisso: fomos todo mundo pra Praia da Estação. Mesma coisa: era um experimento, nem sabia o que ia dar aquilo, uma coisa um pouco teatral misturado com uma manifestação política, já desde então - e as coisas estavam em aberto, completamente em aberto.

Vale dizer também que existia já uma indisposição com o prefeito: veio de um desenho político, de um xeque-mate num núcleo petista, da prefeitura do Patrus - o Márcio Lacerda significa o fim disso. O Célio de Castro, do PSB assume a Prefeitura em 1997 – era o prefeito do centenário, se não me engano -, até dois mil e pouco. Ele é reeleito, morre no mandato³¹³, o Pimentel era o vice, vem essa figura desastrosa à tona: cresce como figura política por um acaso também, se reelege, e na hora de formar o seu sucessor, começa os desenhos dessas alianças com o PSDB em Minas, que governava o estado desde então - o Aécio, e depois o Anastasia³¹⁴. E eles desenham esse candidato imbatível, que era o Lacerda: criou uma indisposição gigantesca com esse projeto de prefeitura popular. Era um desenho do Pimentel, de uma ala carreirista: estava pensando no futuro, ele como governador do estado. O Márcio Lacerda era quase uma figura imbatível, inquestionável e ele quase perde a eleição pro André Quintão³¹⁵ - que era outro desastre -: colocou a gente numa sinuca de bico, já num xeque-mate político. O desenho político brasileiro naquela altura já demonstrava fraqueza, no sentido desse fisiologismo sem tamanho – coloca ali um empresário político, um cara vanguarda do atraso. De Belo Horizonte retornar pra um cenário que a gente temia, do que a gente sofreu tanto, - o cenário da cidade neoliberal -: da cidade massacrante, guiada pela perspectiva tatcherista do fim do mundo público. Muito claramente, retornamos pra isso: já existia uma indisposição com a eleição do cara, ganhou questionado pelo tipo de aliança que colocou ele lá.

Chegamos lá na Praia meio sem saber o que era aquilo, o que aquilo ia dar, e aí o prefeito manda desligar as fontes - parece que existiu essa ordem de que não se ligasse as fontes. O Rafa era produtor do Graveola, então ele tinha umas sacadas - tinha uma produção absolutamente autoral, artística, era muito propositivo -: aquele calor desgraçado, a gente deitado ali, e aí vem essa ideia do caminhão-pipa, aquela solução bastante interiorana também. Tomar banho de mangueira era infantil, um pouco lúdico: uma palavra que a gente tinha muito, da ludicidade daquilo, de brincar também muito. E eu lembro perfeitamente da sensação - outro dia me veio isso, essa sensação eventualmente retorna - daquele calor infernal: a gente morrendo de calor no Centro da cidade. Era meio-dia, acho que se ligava a fonte dez, onze horas, e o prefeito mandou desligar, pra gente sair de lá - já sabia que era um movimento de oposição ao decreto -: queria matar aquilo na origem. Aí chegou o caminhão-pipa, e jogou água: tenho até hoje a sensação da emoção disso, quase que uma

³¹³ Célio de Castro se elegeu como Prefeito de Belo Horizonte nas eleições de 1996. Reeleito nas eleições municipais de 2000, sofreu em dezembro de 2001 um Acidente Vascular Cerebral que o impediu de terminar seu mandato à frente do cargo. Seu vice-prefeito era Fernando Pimentel, que assumiu o cargo e foi reeleito como prefeito nas eleições de 2004.

³¹⁴ Tratam-se, dos ex-governadores do estado de Minas Gerais Aécio Neves (2002 – 2010) e Antônio Anastasia (2010 – 2014).

³¹⁵ André Quintão foi candidato à Prefeitura de Belo Horizonte em 2008, tendo sido o principal oponente de Márcio Lacerda naquelas eleições.

infância mesmo, no meio daquele concreto. A gente já ali com questões tão complicadas, de repente tem aquele frescor, aquela infância quase, uma sensação muito forte.

Aí, vem o carnaval de 2010. Vim pro bairro do Santo Antônio em 2009: toda essa virada também faz parte da minha vinda pra cá. No carnaval de 2010, meu pai e meu tio, que ficavam meio atentos, falaram:

- Vamos fazer um bloco de carnaval. Vamos fazer, e vai ser uma homenagem à vaca. Vamos sair da Praça Cairo.

Por questões deles também: a questão da vaca, - o meu tio sempre morou aqui a vida inteira. Também pela experiência deles no Rio: eles não estavam em 2009, talvez tenham ouvido falar da Praia. No sábado do Mamá na Vaca, lembro de ir na Praia e de pedir pelo amor de Deus, antes do bloco - o bloco saiu duas horas da tarde -, pra uma galera lá subir: vir pro bloco, e ligar e pedir pros amigos virem, em 2010. E rolar aquela doideira na rua, contra os carros: a gente pediu autorização pra Prefeitura, a Prefeitura desautorizou porque existia o Santo Bando³¹⁶, sem chances. Desobedecemos todas as regras: em Belo Horizonte não existia, era basicamente impossível, burocraticamente, você fazer uma coisa dessa - vários tabus que hoje são até meio clichê, da rua, da ocupação do espaço público, a gente colocou muito, na época.

O Mamá na Vaca foi isso: a gente pegou a Mar de Espanha³¹⁷ na contramão com os carros, ônibus, e descemos aquela escada - foi um caos no bairro, paramos o trânsito, completamente fora da lei. Fora da perspectiva de permissão: a gente começou a entender, a partir da Praia, que existia um projeto mesmo de esvaziamento absoluto que vinha se construindo - o Lacerda era a consequência, a cartada final desse movimento. Não é à toa que ele é um prefeito construído dentro da Prefeitura do próprio Pimentel: era do PSB - o partido do Célio de Castro também -, um prefeito empresário. Era tudo muito claro, muito lúcido: a gente no movimento contrário, de fundação da localidade culturalmente, muito tentando entender essa cidade, pertencer à cidade. E existia uma Prefeitura que fazia o caminho inverso: de tornar a cidade cada vez mais ausente, de não existir essa história da cidade - cidade dormitório, de negócios. Uns projetos anticidade, de deformação, de desconstruir - é a história de Belo Horizonte -: qualquer iniciativa de formulação de cultura de cidade existe também esse movimento de desconstrução na cultura, na arquitetura - isso é também um hábito da cidade moderna, da cidade planejada aqui em Belo Horizonte.

³¹⁶ O Santo Bando era um Bloco carnavalesco existente em Belo Horizonte que realizava desfiles carnavalescos no bairro do Santo Antônio nos sábados imediatamente anteriores ao feriado carnavalesco durante a década de 2000.

³¹⁷ Trata-se da Rua Mar de Espanha, uma das vias do bairro Santo Antônio.

E aí começa essa jornada: 2010 é muito curioso. Teve um ano que eu circulei um post meu falando assim:

- Pessoal, a programação do carnaval de 2010 é...

É surreal aquilo: Mamá na Vaca, talvez Tetê a Santa já existia. Ou seja, em 2010 já tinha sábado e domingo antes do carnaval; sábado, Praia; já existia o Tico Tico, domingo, e terça-feira o Peixoto - não existia Manjerição ainda. Eu não sei como que isso circulava na época: vejo os posts na internet, esse negócio tinha dois *likes*. Não sei como é que se comunicavam, se era telefone: o boca a boca devia funcionar muito mais.

A gente fez um esquentar de carnaval no Brasil 41, e foi uma galera lá, todo mundo meio sem jeito: eu levei uma caixa pra tocar - já tinha uma caixa. Era pra tocar, e a gente sentou cada um numa mesa: o Rafa chegou vestido de Bahiana, de Carmem Miranda assim, uma coisa muito mais além! O máximo que eu coloquei foi uma camisa - nem lembro do que era - e o Rafa já chegou vestido assim. Aí, eu lembro demais a gente tendo essa conversa:

- Segunda não tem nada.

E já tinha essa história da Flora. A Flora tinha um sonho lá no terreiro da Dona Isabel - o Rafa circulava, tinha essa coisa das irmandades, também tinha isso que a gente falava da localidade, já carregava isso um pouco pela experiência da antropologia. E aí, então:

- Então vamos fazer o Filhos de Tchá Tchá na segunda.

Estava na mesa uma jornalista - eu esqueci o nome dela, Luciana - e ela já publicou no O Tempo: eu lembro da gente olhar isso, e rolar no chão de rir. Saiu no O Tempo a programação dos blocos de Belo Horizonte em 2010, e isso porque ela estava na mesa com a gente, tomando cerveja.

Aí, surge uma coisa também muito interessante. Como estava muito próximo desse cenário, começam a surgir composições: o Miguel vem, compõe a música da Praia; um ano depois o Manjerição; tem a Tetê a Santa, que ele fez também - o Miguel era o compositor desse primeiro momento, em 2010. Ele não queria assinar na época: assinava Omar Motta. Tem até um texto bonito do Miguel falando sobre essa coisa de como compor pensando que o amplificador são as pessoas, é a massa, a galera - um texto bem legal do Miguel, ele escreveu na época que a gente fez a

coletânea Deita no Cimento³¹⁸. O que acontece é isso: os blocos começam a ter seus hinos, o seu estandarte. Então existe um movimento nisso também de composição: o Peixoto tem uma música, o Tico Tico e o Tchá Tchá, os meninos do Graveola fazem a música. O Tchá Tchá e a Tetê saem em Santa Tereza: nesse momento também é um grande cenário. Em 2010, a gente já tem uma agenda: eu tocava até morrer, quase - em 2011 fui parar no hospital.

No ano seguinte, em 2011, quando já tem o Manjerição, se eu não me engano, já tem carnaval todo dia: todos os dias de carnaval tem bloco pra ir - muito louco, uma galera tocando, e uma galera indo. Em 2011 tem um caderninho bancado pelo dinheiro do coletivo de bandas de Belo Horizonte - o Outro Rock -, com as letras das músicas feitas pro carnaval de Belo Horizonte, pros hinos dos blocos - são os hinos que a gente toca até hoje. Demora, né? Hoje a Praia é cantada por todo mundo, mas são dez anos tocando essa música na rua, com uma gravação, um registro. É isso que eu chamo de cultura: é muito diferente de subir num trio elétrico, e tocar uma música que o mercado trouxe até a gente; outra coisa é você formular uma música e a música colar - no nível cultural belo-horizontino, isso demanda muito tempo. É o contrário do movimento que tá sendo feito hoje, de aceleração absurda pelo mercado do carnaval capital: o que existe é mercado, consumo e venda de uma cultura que nem foi formulada, nem teve tempo de ser formulada - nas outras cidades são séculos formulando isso.

Existia a ação direta, a coisa sendo feita, o desrespeito à regra, o desrespeito à lei

Em 2011, que foi um ano super difícil - choveu todos os dias -, e a gente puxando aquele negócio, adoeci. Em 2012 a coisa começa a mudar de figura. Entre 2010, 2011 e 2012, uma situação complicada: eu estava falando do Mamá na Vaca sem licença, o bar que recebesse algum tipo de aglomeração era multado, porque não tem o alvará, não tem não sei o quê. Aquela incompreensão absoluta do poder público em relação ao espaço público, até no sentido dos alvarás: não existia previsão no Código de Posturas da questão dos eventos que não fossem privados. Não existia essa ideia, então era:

- Como assim vocês juntaram, e tão andando na rua tocando?

³¹⁸ A Coletânea Deita no Cimento é uma gravação de marchinhas carnavalescas de alguns dos principais blocos carnavalescos surgidos em Belo Horizonte no início do período da retomada do carnaval local. Foi gravada entre 2010 e início de 2011.

Tudo muito da perspectiva do mundo privado mesmo. E a gente começa a forçar todas essas barras do público, nesse primeiro momento: fazendo porque é um tanto de gente na rua. Isso vem à tona com muita clareza: esse discurso até meio formulado mesmo, num primeiro momento. Isso foi formulado: a coisa acontecia e depois ela ganhava contornos de discurso também. Tinha uma forma, uma produção artística, uma fortuna crítica, mais ou menos, sendo produzida: existia a ação direta, a coisa sendo feita, o desrespeito à regra, o desrespeito à lei - ou seja, é um movimento que produziu muito, num primeiro momento. Inclusive, precisava disso pra se multiplicar: produziu músico - um tanto de gente que foi aprendendo a tocar nessa bateria maluca que a gente fazia, foi produzindo cultura mesmo. Situações, um repertório mesmo: então, num primeiro momento produziu muito - num esforço também de resistência, porque existiam todas as forças da Prefeitura jogando o jogo de impossibilitar, inclusive com força policial. Por diversas vezes a gente chegou na Praia com a polícia lá em cima da Praça, dando volta com metralhadora: a gente de calção jogando frescobol, e a polícia em volta, com arma de fogo - o Choque do outro lado da Praça da Estação, surreal. Assim, cena de realismo fantástico mesmo: o nível de truculência, de desconhecimento do espaço público.

Em 2012 tem até um vídeo, chama “Quem não gosta de samba”: editei esse vídeo aqui em casa, fizemos as entrevistas. A gente viu, num debate eleitoral, o Lacerda abrir a boca pra falar que, durante a gestão dele, o carnaval tinha crescido, que já contava com trinta blocos em Belo Horizonte, uma coisa assim. Olhamos aquilo, e falamos:

- Eu não acredito que eu estou escutando isso!

E formulamos um vídeo, com umas entrevistas rechaçando essa ideia de que o Lacerda tinha sido um promotor do carnaval. Mas o que estava em curso ali era outra coisa: era a introdução disso que eu estou falando do carnaval capital - a Skol chegou como patrocinadora. A Skol, que vinha da experiência de devastação do carnaval de Ouro Preto, pra falar mais abertamente: em Ouro Preto tinha um carnaval tradicional, e chega a Skol, mete um tanto de palco, marca a cidade inteira, e vai explorando aquele carnaval até onde interessa - quando os ventos do mercado partem, ela vai embora, e começa a querer migrar pra cá, em 2012. A gente produzindo arduamente o repertório mesmo pra se ter carnaval em Belo Horizonte - não que não tivesse, eu falo do carnaval com as questões do hoje -: uma nova safra, com composições, com questões, atualizando essa história - já tínhamos relação com as Escolas de Samba, especialmente com a Cidade Jardim, reconhecia um pouco esse cenário também, em 2012. A Skol começa a fazer um varejo: começa a colar nos blocos, oferecer um patrocínio - aquelas fórmulas toscas de distribuir publicidade no bloco. Dava um

dinheiro pro bloco, ou pior que isso: fazia um show, o bloco tocava e ganhava 100% da bilheteria - umas coisas horríveis. Um jogo absurdamente tosco, hostil, do ponto de vista cultural; e do ponto de vista do mercado, quase uma barganha pobre.

Como se existisse um carnaval mais correto, mais ordeiro, e um carnaval que é desordeiro

A partir de 2013 a coisa muda: começa a vir a figura das multidões. A Prefeitura sai do papel de combater, e passa a fazer o papel da promotora e, agora, sócia do carnaval. O jogo da Prefeitura é isso: na derrota do controle através da burocracia, da lei, controla pelo mercado - é o desenho aonde a gente chegou.

Por que o que vinha com o mercado? Os formatos nacionais consagrados que o mercado implementou em todos os carnavais de capital no Brasil – o próprio trio elétrico é uma coisa assim. Eu fui numa reunião com o Juca³¹⁹, esse ano: o trio elétrico é algo que tá em decadência na Bahia, é um formato do comercial. E o próprio Axé que chegou pra gente - o próprio Juca fala isso -, é um golpe do mercado, é muito louco isso. Salvador tinha uma diversidade enorme de estilos e formas - do jêge elétrico, carrinho de café -, de se fazer carnaval, de musicalidades distintas. Era uma diversidade cultural muito grande, herdeira de séculos de cidade, de experiência urbana - dessas tradições de música urbana -: o formato que chama música baiana é de uma agressividade visceral e voltado pro mercado - vende-se o Axé Music pros outros lugares do Brasil como uma grande marca de mercado.

Isso começa a chegar muito claramente - e também as discussões. Eu lembro particularmente da discussão dentro do Então Brilha: de repente o Brilha tinha uma multidão, e como lidar com isso? Impossibilitava eles saírem às vezes sem cantor – era gogó no início -, na bicicleta que o pai do Glauco fez com duas caixas de som: essa bicicleta começa a ficar inviável - não consegue andar -, começa a ser pouco o volume pro tanto de gente. Aí, começa a discussão:

- Vamos subir no trio elétrico?

A gente:

- Nós não vamos mexer com isso não.

³¹⁹ Borges aqui faz menção a Juca Ferreira, atual secretário municipal de cultura. A Secretaria Municipal de Cultura foi recriada durante a gestão Alexandre Kalil (2016 -).

O bloco é desse tamanho: não dá conta da multidão que eu não quero criar. A gente claramente não quer criar uma relação de consumo: o folião consumidor, que é o que assola o carnaval de Belo Horizonte hoje. E com a multidão, vem as respostas mais óbvias, mais clássicas de carnaval comercial pelo resto do Brasil. Os blocos começam a produzir o que? Soluções - a grande produção dos blocos hoje em dia é soluções de entretenimento pras multidões. É o que se produz hoje no carnaval de Belo Horizonte: isso custa fortunas, começa a girar também um capital que os blocos já não dão conta. O próprio Mamá na Vaca não gasta nada: o custo de um bloco como o Mamá na Vaca, ou Praia da Estação, ou o Filhos de Tchá Tchá, ou o Tico Tico, é zero! É zero! A gente não gasta, mas também não ganha: mas também tem muita gente ganhando na rua - ambulante, rede hoteleira, Uber, cerveja.

A partir de 2012, a gente começa a lidar com, por um lado, a consolidação. E, por outro lado, com uma aceleração muito veloz do processo - começa o falseamento das cifras, também outro dado importante. Todo ano falava assim:

- Deu cem mil pessoas no Baianas Ozadas³²⁰.

Não deu cem mil pessoas, mas é importante dizer isso: como cada ano a manchete denotava um crescimento, então agora tem carnaval. A Skol fez um evento esse ano, em que tinha uma *timeline* lá do carnaval de Belo Horizonte: existe um salto entre 2009 e 2012, e 2013 pra frente - é como se, a partir daí, o carnaval começasse a funcionar, começasse a existir carnaval em Belo Horizonte. A partir daí que vem a multidão, vem o sentido comercial, vem o patrocinador - a Skol começa a patrocinar. E a Skol patrocina via Prefeitura, via PPP³²¹ - a Prefeitura não conseguia bancar os custos da máquina pública durante esse período -: uns valores ridículos, um milhão de reais, umas coisas ridículas assim. Não necessariamente desmonta, apaga esse eixo de 2010: nesse período, esses blocos continuam em curso - imagino que outros tantos blocos surgiram em Belo Horizonte com questões que tão formulando na cidade. Mas existe outra produção sendo construída também: essa dos grandes carnavais, dos carnavais de multidão. Esse ano, a gente chega num impasse, e fala assim:

- Então esses carnavais vão coexistir.

³²⁰ O Bloco Baianas Ozadas foi fundado em 2012 em Belo Horizonte. É considerado atualmente o maior dos blocos de multidão existentes na cidade.

³²¹ Em 2013, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte assinou um contrato de patrocínio e parceria público-privada para a gestão da infraestrutura do carnaval de Belo Horizonte com a cervejaria AMBEV.

Um carnaval de aliança, de cidade com um tom mais comunitarista, de exploração de laços comunitários, de homenagens, reconhecimentos, e o outro - a gente pensava assim. Mas esse ano tem um dado que a gente ainda tá tentando entender, que me parece assustador: o da violência policial nos carnavais não centrais. Os carnavais desimportantes são abertamente coagidos: tem uma lista que foi formulada terça-feira agora, na reunião lá do Espanca, que é gigantesca³²². De todo tipo de constrangimento com blocos menores, blocos divergentes, muitas das vezes em regiões não centrais. É um acúmulo: o Bicicletinha³²³ teve problema, o Tico Tico teve problema ano passado, esse ano o Filhos de Tchá Tchá teve problemas - hoje experimentamos, inclusive, um revés. Existe uma coação, um constrangimento dessa pulverização: como se existisse um carnaval mais correto, mais ordeiro, e um carnaval que é desordeiro.

Isso começou a ser uma questão pra gente: do tipo, Santa Tereza ficou inviável por algumas situações, inclusive da Associação de Moradores e a Associação dos Comerciantes. Dizem que a Associação dos Comerciantes gostaria que o carnaval acabasse tipo 8 horas, 9 horas da noite pra que os bares enchessem - pra eles interessava muito mais os bares cheios. Infelizmente, o carnaval comercial, hoje em dia, significa, em alguma medida, isso: o carnaval da ordem. Tanto que toda vez que alguém vai falar - o poder público, etc. - do carnaval em Belo Horizonte, a justificativa é financeira:

- Mas é um dinheiro! É muito dinheiro pra cidade, isso é muito importante.

Como se fosse a justificativa final, como se não existisse outras coisas além disso. Por exemplo, uma reformulação da cidade: a potência do carnaval, se for ser seguido por alguma coisa, é pra reformulação da imagem de cidade de Belo Horizonte. Principalmente nessa questão desses territórios desconhecidos, ou propositalmente marginalizados: inclusive na formação da cidade, enquanto memória de cidade, enquanto não pertencentes à imagem de cidade.

Das pessoas pelo menos experimentarem um trajeto de cidade que nunca tinham passado, e que é o trajeto natural de muita gente

³²² Trata-se do Teatro Espanca!, situado na Rua Aarão Reis, nas proximidades do conjunto arquitetônico da Praça da Estação.

³²³ O Bloco da Bicicletinha é uma das agremiações carnavalescas fundadas ao longo da década de 2010 em Belo Horizonte. Se singulariza por realizar seus desfiles com bicicletas percorrendo trechos da região central da cidade nas quintas-feiras imediatamente anteriores ao feriado de carnaval. No ano de 2018, o desfile do bloco foi dispersado com bombas de gás pela Polícia Militar.

A primeira coisa é pontuar que o carnaval de 2013 aconteceu antes das manifestações: ele pertence um pouco a um mundo distante das questões que 2013 viria a trazer. Eu estranhei a primeira vez que escutei a ideia do Filhos de Tchá Tchá ir ao Concórdia: tinha uma série de questões sobre Santa Tereza se saturando em relação à quantidade de blocos, quantidade de pessoas - já em 2013 enchendo demais, e aí vem essa ideia de sair, vamos dizer assim, dos territórios centrais. Devo confessar que essa ideia, num primeiro momento, me soou estrategicamente perigosa: não me parecia uma ideia, a princípio, muito boa. Na época, o que eu argumentei foi que a gente abriria mão de disputar o centro do carnaval: iria começar um movimento importante de descentralização, mas se colocaria à margem da disputa pelo significado e pela presença no Centro do carnaval - essa é uma discussão que antecede a nossa ida pro Concórdia. Por outro lado, já argumentava que o carnaval precisava se descentralizar: nem tanto por questão da nossa postura política, mas de sobrevivência, de bem estar na cidade - também por uma nova guinada.

O TcháTchá embarca um pouco na prática do Tico Tico: na itinerância. Num tom muito distinto, muito mais vinculado às comunidades tradicionais num primeiro momento, também às ocupações, etc. Embarca numa itinerância, e, a princípio, isso me soa um desinvestimento: desinveste no Centro, pra investir num outro modo, numa outra estrutura de carnaval.

Eu já conhecia o 13 de Maio - naquela ocasião, a Dona Isabel, Rainha do Congo em Minas Gerais, ainda era viva. Eu já conhecia o Concórdia, muito particularmente ali a região: não era um bairro que eu conhecia tão bem, apesar de ser um bairro próximo ao Centro, e a gente sai de lá com a Dona Isabel cantando - uma série de lembranças importantes. É muito interessante, porque começam umas coisas engraçadas: a gente desce a Jataí³²⁴, e faz um itinerário que passa por uma escadinha. Tem algumas fotos da gente descendo essa escada, um terreno bem acidentado, algumas pessoas reclamarem da falta de conforto daquilo, e algumas outras já chamaram atenção:

- Mas esse é o caminho de muitas pessoas que moram aqui, né?

Essa pergunta, na verdade, é um incômodo involuntário pra algumas outras pessoas. Essa história circulou um pouco depois, como uma forma da gente entender, pelo menos da parte do folião desavisado, que experiência foi essa: das pessoas pelo menos experimentarem um trajeto de cidade que nunca tinham passado, e que é o trajeto natural de muita gente - uma alteridade urbana. Depois, passamos por dentro de uma comunidade: até tenho algumas lembranças das pessoas aderirem - aquela velha imagem das pessoas saírem de suas janelas, aquelas casas que têm um

³²⁴ Trata-se da Rua Jataí, uma das vias do bairro Concórdia: o Centro 13 de Maio tem sua sede nesta rua.

acesso direto à rua. Olhava pra dentro e ver televisão de plasma, essas coisas do consumo: era 2013, no limite ali de até onde foi o projeto da cidadania pelo consumo do lulismo. Muito dessa imagem, desse encontro: a gente também entrando, vamos dizer, quase que dentro da casa dessas pessoas. Se eu não me engano, é a primeira vez que esse grupo nosso faz uma investida abertamente periférica: de entrar nas comunidades, nos becos - essa imagem do beco é muito forte, da gente passando por entre os becos.

Outra imagem que ficou marcada pra mim eternamente foi a quantidade de terreiros que a gente passou - não saberia dizer quantos -: muitos, todos bem discretos ali no Concórdia, com uma insígnia ou outra na porta. E como que foi crescendo essa imagem do Concórdia como um bairro negro, de sobrevivência negra, na imagem principalmente da visita aos terreiros - já conhecia o 13 de Maio, mas a quantidade de outros pontos que me surgiram ali me deixou bastante impressionado, impactado na época. Mais tarde vim a estudar o bairro, a entender melhor essa dinâmica: a princípio, esse contato mais direto começa uma revisão muito importante da minha ideia de Belo Horizonte, que vim a estudar depois. Foi fundador de uma ruptura muito importante, sobre essa outra Belo Horizonte suburbana: as sobrevivências que acontecem, principalmente do acento negro nesses lugares. A terceira lembrança que eu tenho bem forte é a do campo de futebol que a gente para: no Inconfidência. É uma quadra de terra, e a gente entra lá e também saúda ali o time de futebol de várzea: também era o nome da escola de samba das mais tradicionais que existiam em BH - a Inconfidência Mineira, fundada pelo Mestre Conga. Lembro dessa poeira subindo, da gente ali: foi marcante essa BH dos subúrbios.

Foi inacreditável! Foi uma mudança de um paradigma mesmo, de como encarar essa questão: aquela busca lá no início, de conhecer um pouco mais a cidade. Toda aquela renovação dessa experiência da invenção, quase que o início da coisa, de novo: me pareceu o Tico Tico, os primeiros blocos. É aquele lugar que você se coloca do não saber reiteradamente o que vai acontecer: o carnaval podia ser sempre esse vir a ser. Essa forma da produção de repertório cultural exigia da gente também esse desconhecimento - justamente pra agir, e formular mais. Por isso que não é regra: é repertório, são armas. Ainda que eu tenha resistido num primeiro momento, não acho também que fosse uma avaliação errada minha: existe um desinvestimento sendo desenhado por esse grupo nosso em relação ao Centro, o carnaval central, ou disputar esse carnaval do Centro, e um investimento desse carnaval suburbano, descentralizado. Não que tivéssemos descoberto isso, mas eu acho que o carnaval incorporar isso é uma coisa diferente: no sentido até do carnaval que tem hoje, uma festa de bastante visibilidade política, visibilidade financeira. Ao ter feito esse trabalho de ir alargando as fronteiras em direção a outros espaços, a gente mais uma vez não estava inventando nada, descobrindo nada: é uma questão de usar dessa ideia do próprio limite do

carnaval, da cidade, até onde ele iria, e ir incorporando - se misturando, na verdade - a outras paisagens, na tentativa de levar um pouco dessa vontade da cidade em relação a outros lugares. De rever, recolocar outros lugares nesse mapa, nem que fosse através do carnaval.

Foi um ano que eu me emocionei também: um dos anos mais difíceis, uma jornada difícil, mas que o final foi legal - conseguimos chegar em algum lugar com a galera de lá. Tem um papel nisso, que é renovar esse lugar de retirar certezas, retirar os lugares de conforto: é a gente se lançar de fato num território.

No caso do Filhos de Tchá Tchá, no terreiro, saindo da Dona Isabel. Aquilo pra mim foi revelador em vários níveis, entre eles, sobre o próprio Concórdia: passou na porta de não sei quantos terreiros que estavam saudando a gente, o campo de futebol do Inconfidência, a comunidade, umas vielas que passamos com todo mundo cantando junto, a criançada que desceu. Aquele cenário meio inóspito do Centro da cidade era o oposto daquilo - era um carnaval muito mais vivo -: o senso de comunidade mais aceso, algo que a gente de uma forma buscava. Ali existia uma questão sobre a preservação disso: de Guardas de Congado, terreiros de Candomblé num bairro do lado do Centro da cidade.

São ações também que não são previstas, programadas: o bloco é uma espécie de disparador

Isso revela também o nosso desconhecimento, o quão segregadora é a cidade de Belo Horizonte: essa falta de cidade, que foi tão cruel e tão angustiante pra gente nos anos 1990 - como existiam lugares assim, aonde existe uma cidade mesmo, sabe? No sentido comunitário, das adesões, das portas abertas das casas. Num nível mais macro, começou a desenhar esse primeiro subúrbio belo-horizontino: essa Belo Horizonte negra - Lagoinha, Concórdia, Pedreira Prado Lopes³²⁵. Isso me chamou muito a atenção, e eu comecei também a me debruçar sobre isso depois disso: foi uma porta também que abriu, especialmente depois da passagem pelo Concórdia. Foi pra mim foi um dos dias mais especiais - não só pra mim -: foi muito revelador desse carnaval em Belo Horizonte, do que a gente estava fazendo. Muita gente viu que aquilo ali era ir além: estava realmente num desenho que convidava todo mundo pra uma experiência de reformulação mesmo! Igual eu falando o papel do músico: também dessa nossa imaginação de cidade, de como entendemos a cidade de Belo Horizonte.

³²⁵ Lagoinha e Concórdia são dois dos primeiros bairros construídos em Belo Horizonte fora do perímetro central do planejamento executado na cidade (ARREGUY; RIBEIRO, 2008 I). A comunidade Pedreira Prado Lopes é a mais antiga favela construída na capital mineira.

O Tchá Tchá vira, a partir de então, essa ideia de bloco que não repete itinerário: do bloco itinerante. Coisa que eu compartilho: sempre discuti esses itinerários, passou a ser uma produção do bloco. Ao invés de tá preocupado com entretenimento, a gente passou a tá preocupado com os itinerários: passou a ser uma composição, uma autoria do bloco. Essa ideia do bloco itinerante o Tico Tico e o Tchá Tchá começaram a incorporar, mas eu acho que são distintos. O Tico Tico tem essa pegada bem urbanística: a própria ida ao São Geraldo³²⁶ tem aquela coisa do Rio Arrudas, do fim da cidade, as fronteiras - até pela formação de arquiteto do Roberto.

E o Filhos de Tchá Tchá sempre nesse reconhecimento do que eu chamo dos comunitarismos urbanos: esse tom bastante acolhedor dos comunitarismos urbanos. Quando saiu no Carolinos, quando saiu nas ocupações: é aquela experiência comunitária ali de construção de uma cidade, a construção das habitações, construção das soluções todas em comunidade. Trouxe essa coisa muito forte: de uma cidade que sofre da falta de cidade, da falta dos sentidos comunitários, e de ilhas de comunitarismo na cidade - não é exatamente uma descoberta, mas algo que participamos - e participando, as outras pessoas participam.

Tem uma imagem muito bonita do ano seguinte, quando saiu na ocupação lá no Izidora³²⁷: a gente andando ali naquelas ruas, as casas sendo construídas, aquele calor, a falta de água, a mata, e no fundo Belo Horizonte. Tem até uma foto bem clássica: nós andando numa rua de terra, uma cidade literalmente no seu início, no seu construir - e lá no fundo uma Belo Horizonte sólida. Essa imagem ficou muito forte: de que a gente participava mais. O nosso circuito era um circuito mais de formulação, mais de construção, de reinício: de imaginar de novo, de construir soluções mais comuns, do que aquela cidade que estava lá como um pano de fundo pra gente. É uma questão difícil: a princípio, assustei um pouco com a ideia de sair do Centro, porque saia da disputa. Ia construir soluções fora do conflito: foi buscar respiro em outros lugares, e começamos a se identificar com lugares aonde também se lutava pela construção de outras referências.

Por exemplo, a luta por habitação: esse carnaval se encontra com a luta por habitação, por uma falta de lugar na cidade, e pelo desejo de construção de outra relação de cidade. Essa história começa até antes: em 2012 tem aquele Movimento Fora Lacerda - ganha força, porque é o ano da reeleição. E existe um encontro ali na Praça da Liberdade aonde são convocados blocos de carnaval e as ocupações urbanas. Sempre falo que tem uma síntese: de como é que esse carnaval também sintetizou algumas questões - cultura, cidade, mobilidade. E houve uma síntese ali também entre a questão da ocupação urbana - até nesse sentido da falta de lugar da ocupação urbana - e desse carnaval em 2012, por incrível que pareça: tanto que acho que isso desemboca em 2013, por conta

³²⁶ Borges faz menção ao desfile do carnaval de 2015 do Bloco Tico Tico Serra Copo.

³²⁷ Borges aqui menciona o desfile de 2014 do Bloco Filhos de Tchá Tchá

desse encontro de 2012. Eles vinham com gritos de guerra, tínhamos algumas marchinhas falando mal do Lacerda que já eram famosas dentro da Praia da Estação - “Começa com M e termina com Erda”³²⁸, e aí esses cantos se encontraram: de repente a gente era bateria das ocupações urbanas, e as ocupações cantando as marchinhas contra o Lacerda. Então tem uma mistura ali, que começa em 2012 e que define uma aliança mesmo. O que acontece é construído, principalmente num primeiro momento, com a militância, mas depois essa coisa ganha contornos também de quem seguiu trabalhando, ajudando: muita gente que não conhecia passou a conhecer, e daí integrou a militância, ou apoiava as manifestações aqui, ou até nas redes sociais mobilizando. Quando houve uma ameaça de despejo, em 2013 ou 2014 - a mais complicada, que até o Otto, Criollo entraram - se criou uma

³²⁸ Trata-se de um trecho da Marchinha da Estação. A letra da marchinha segue abaixo:

*“Começa com M,
Termina com erda,
Começa com M,
Termina com erda,
Advinha o que que é?*

*Prefeito como esse
É a pura prefeição,
Ele é tão bom que agrada
Situação e oposição
Interditou a Praça
E trouxe a Praia pra Estação
Só falta confiscar o tropeirão
Do Mineirão
É tanta obra que já tá faltando até cimento
Só não dá conta mesmo de evitar alagamento
Mas sei que não tem jeito,
É só disso que eu lamento,
Depois que a lama seca
O povo cai no esquecimento*

*Começa com M,
Termina com erda,
Começa com M,
Termina com erda,
Advinha o que que é?*

*Instalou mil radares no anel rodoviário
Pra duplicar as multas no lugar do assoalho
E tudo isso às custas desse meu pobre salário,
As vezes acho que no fundo fui feito de otário,
Mas todo mundo canta pelas ruas da cidade
Aquele sertanejo que virou publicidade,
Não sei se é propaganda ou se é de verdade
Parece que ele é mesmo uma unanimidade*

*Começa com M,
Termina com erda,
Começa com M,
Termina com erda,
Advinha o que que é?”*

rede também de apoio muito importante: quem foi lá também saiu desse discurso da imprensa, e conheceu aquelas pessoas que estavam lá.

Teve também o show do Graveola no Dandara, um deslocamento muito impressionante: lança o disco no Dandara, que já era uma ocupação bem mais antiga, e também com todas as dificuldades. E vai um contingente gigantesco de pessoas: nessa altura, era uma banda que incorporava também muito abertamente essa questão da música local, e tinha um público muito grande. Foi bem impressionante - esse dia também foi bem marcante. Já existia uma construção das pessoas envolvidas nos blocos: existe uma rede em torno desses blocos que é involuntária, é solta. São ações também que não são previstas, programadas: o bloco é uma espécie de disparador. O carnaval nunca é em si, a não ser pro mercado - pro mercado é ótimo -: o carnaval é um início dele mesmo. Um reinício de questões: de pessoas que foram nas ocupações e eventualmente se engajaram no processo lá dentro - a gente não programou, nem geriu isso. Assim como uma bateria que as pessoas se auto gerem lá dentro, também tem essa questão de que as pessoas passaram a militar no MLB³²⁹ depois. Existe uma aproximação, através das outras organizações, da militância: também existe esse contato, essa construção, que passou a se desenvolver.

Esperança e Vitória inclusive tem essa metáfora bem simbólica, do ano que a gente vivia: entre 2014 e 2016, e um caminho absolutamente quase impossível de se seguir. Foi bastante impressionante, na verdade: até onde que estávamos indo, nessa radicalidade. A história é essa: a gente sai da Esperança, chove muito no meio do caminho, não adianta voltar ou ir pra frente - a ponto de cair barranco, raio ali -; a menina cai em convulsão; a lama entrando até aqui, naquele caos. A chuva vai arrefecendo: a gente vê as pessoas indo trabalhar naquela chuva também, vivendo a vida delas. E aí, chegamos, tem um palco - muita gente passou direto do palco e foi embora - e tem uma festa: um show e uma festa no final com pouquíssima gente. Tem uma celebração no final também, e pra mim determinou isso: que a gente quer um caminho árduo, quase impossível, mas que a saída é inclusive melhor. Não é nenhuma saída apoteótica nem nada: é uma saída bem humilde, entre iguais, e numa festa - essa metáfora se completava, da Esperança à Vitória. E essa vitória não vir: tem um desastre no meio, um desastre mesmo.

O Carolinos só reforça esse caráter comunitário. Eu tenho alguns resquícios bem importantes pra mim também desse dia, do Santo André³³⁰: um senhor lá puxou a música do Leões da Lagoinha³³¹ - fiquei absolutamente sensível ao tema dessa memória suburbana belo-horizontina, dessa cidade que criou a experiência de cidade não incorporada pela cidade. O carnaval sempre me

³²⁹ Trata-se do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, uma das principais organizações atuantes na luta por moradia popular em Belo Horizonte.

³³⁰ Borges faz menção ao desfile de 2016 do Bloco Filhos de Tchá Tchá.

³³¹ Leões da Lagoinha foi uma das primeiras agremiações carnavalescas populares fundadas em Belo Horizonte.

traz coisas que me informam muito em relação a isso: de como Belo Horizonte formulou a cidade do lado de fora, e como nunca incorporou isso. Provoca essa cidade fraca, angustiante, que tem poucas localidades: Belo Horizonte foi construindo lugares fora da cidade - é herança da Contorno, dessa segregação fundadora de Belo Horizonte, segue sendo segregadora. Não é essa a nossa cidade: pode ser uma cidade literária, mas que busca a imagem suburbana, essa imagem das ocupações, de um lugar intermediário - um lugar de uma cidade que ainda não se construiu, pra chegar e falar “Belo Horizonte é isso.”.

E como que Belo Horizonte tem uma vida de bairro, dessa história do sobrenome das pessoas: sou não sei quem, de não sei aonde. Belo Horizonte tem uma resistência, uma construção, das funções locais: construiu e guarda, quase que no anonimato, nos seus pontos cegos, esses lugares - bairros, ruas, comunidades; histórias, memórias, personagens. Belo Horizonte não se construiu: acho que o carnaval foi renovando pra gente essa quase que infinitude desse processo, da necessidade de produzir sempre. É uma cidade que precisa ser inventada.

Aquilo dali é uma espécie também estar caminhando, andando pelas ruas de Belo Horizonte

Uma das coisas interessantes do carnaval esse ano³³² - eles falaram isso no microfone assim:

- Não é que vocês tão indo numa ocupação em Belo Horizonte, isso aqui é Belo Horizonte.

Então, fica gente na internet:

- Isso é exotismo. Nunca foram lá, por que tão indo pela primeira vez lá?

De fato, muita gente vai também pra ter uma experiência, conhecer aquilo: pode ser que dê alguma coisa, pode ser que não - mas aquilo é Belo Horizonte. Aquilo dali é uma espécie também estar caminhando, andando pelas ruas de Belo Horizonte. É um pouco dizer o seguinte:

- A gente precisa que a cidade venha aqui. A gente constrói uma cidade que precisa que a cidade venha aqui.

³³² Borges menciona o cortejo do Bloco Filhos de Tchá Tchá do carnaval de 2018, que se deu em meio ao conjunto de ocupações por moradia urbana do Barreiro, no extremo-oeste de Belo Horizonte.

Então é uma caminhada também pra um lugar que vai construindo: vai ligando esse elo cidadão, de cidade também nesses lugares.

7.5 – RELATO DE ISABEL CASEMIRA

FICHA TÉCNICA

Entrevistada: Isabel Casemira

Local de Entrevista: Centro Espírita São Sebastião

Data da Entrevista: 25/07/2018

Tempo de Entrevista: 26:30

Observações: *Conheci Isabel Casemira em 2018, precisamente por indicação de outros entrevistados durante as coletas de dados para esta pesquisa. Profundamente generosa em sua disposição em me conceder uma entrevista, Casemira traz consigo toda uma rica herança familiar de tradições culturais que em muito auxiliaram a transformar o bairro Concórdia naquilo que hoje ele simboliza perante a cidade de Belo Horizonte. Não foi menor seu entusiasmo e sua emoção em recontar, mesmo que sucintamente, toda uma história da qual fez, faz parte e se empenha diretamente em dar continuidade. Além de artesã, Isabel Casemira é atualmente diretamente responsável pela manutenção e pelas atividades do Centro Espírita São Sebastião.*

A entrevista que serviu de base a este documento se deu no dia 25 de julho de 2018, na sede do Centro Espírita São Sebastião. Ainda que breve, seu relato é marcado pelo orgulho para com o qual recuperou a história do Bairro Concórdia e a importância do desenvolvimento histórico de manifestações culturais e religiosas de matiz africana, e sua relação direta na formação das paisagens sociais e culturais daquele território na atualidade: nesse aspecto, suas memórias formam um mosaico de aspectos de uma história popular de Belo Horizonte, cujos traços não raramente foram apagados de suas versões oficiais. Também não detém menor importância a singularidade de um enfoque generoso enquanto integrante daquela comunidade acerca da recepção do carnaval de rua no contexto de 2013: a felicidade atrelada às suas lembranças traduzem muito da importância embutida na disposição do Bloco Filhos de Tchá Tchá em valorizar cotidianos fundamentados por relações residuais entre seus habitantes, que delineiam muitas das riquezas atualmente existentes na capital mineira.

Meu nome é Isabel Casemira Gasparino. Tenho sessenta anos de idade, e trabalho de artesã.

Aqui é aberto pra todos, de todas as agremiações, ao passo que quando um tá na quadra do outro pode ter sua rivalidade pra lá - quando tá aqui é uma agremiação só

No início da construção de Belo Horizonte, tinha um pessoal onde que minha avó morava, no Barroca. Essa era uma área nobre - já destinada aos nobres da cidade -, e estava sendo ocupada por pessoas oriundas do bairro Angola: muitos negros que trabalhavam na construção da cidade, ali é um ponto mais fácil de locomoção desde aquela época. Então foi feito um acordo com esse pessoal que eles viriam para o Concórdia. Por isso que chama Concórdia: eles concordaram em vir. Muitas dessas pessoas compraram os seus terrenos, pagando direito: foi combinado pra cada um ter seu pedacinho, de acordo com sua posse e foi pago. A minha avó veio também: quando ela veio pra

cá tinha um menino só, que já tinha um ano de idade – o tio Efigênio Casemiro. Minha mãe já nasceu nessa casa.

Tinha a Inconfidência Mineira, a Escola: era muito legal. Eles ensaiavam na Escola Hugo Pinheiro³³³, a escola é aberta pra essas coisas. É uma união de amigos: as pessoas faziam muito gosto dessa Escola sair, era com muito esforço. Quando sai o dinheiro, quando tem ajuda: o dinheiro chega em fevereiro pra pessoa gastar, fazer tudo, construir tudo, e elas mesmo assim constroem. Os sambistas que fazem os enredos dessas Escolas que circundam o Bairro são pessoas muito legais: tem uma sintonia com o samba muito profunda, faz samba muito bonito, que fala do fundo do coração. Os do Unidos do Guarani³³⁴ também são pessoas que frequentam a nossa Casa: é uma divisão que é do portão pra fora. Eu sou convidada a fazer visita a eles: aqui é aberto pra todos, de todas as agremiações, ao passo que quando um tá na quadra do outro pode ter sua rivalidade pra lá - quando tá aqui é uma agremiação só, de Nossa Senhora, aí não tem problema. Eu vejo que essa Escola teve um papel muito importante na criação nossa. Aqui em Casa nós não trabalhamos com o samba: mas tem os filhos dos filhos deles, os netos, que também são do Rosário, que vão trabalhando e vindo. Então é tudo uma coisa só, é um povo que trabalha em frentes amplas: hoje ele é do Rosário, amanhã ele é do samba.

Pra mim é um Concórdia só: as pessoas que vem aqui do Concórdia inteiro, do redor da Concórdia

O Centro Espírita é de Santa Tereza: foi fundado em 1933 e transferido cá pro Concórdia. A Guarda de Moçambique foi fundada em 1944, por Efigênio Casemiro e Maria Casemira: era minha avó. As pessoas do Bairro giravam em torno do Reinado: muitos daqueles que vieram eram também de matriz africana, tinham as suas venerações, os seus cultos. Foram cada qual se situando no espaço do Bairro: as manifestações mantiveram-se cada vez mais fortes por causa disso. Um ajudava o outro na sua manifestação, a também conseguir alimentação, seguir vivendo naquela condição precária. Foi passando o tempo: com isso o Centro e também o Reinado foi firmando nessa situação de ajuda à comunidade. Muitos que são do Centro são do Reinado: pode ser que não seja pertencente a nenhum deles, mas tem amor à Casa, e vem trabalhar conosco nos ajudando a manter funcionando.

Nós, da comunidade antiga, não temos problema algum. Nós temos problemas, porque aqui é uma região de herdeiros: as pessoas não têm como dividir os terrenos - aqui no terreiro continua

³³³ A Escola Estadual Hugo Pinheiro é uma instituição de ensino situada no Bairro Concórdia.

³³⁴ Unidos do Guarani é uma Escola de Samba de Belo Horizonte.

tranquilo. Quando não cabe, e tem que vender, vem pessoas diferentes, que não conhecem a estrutura do nosso Bairro: aí às vezes dá um probleminha porque são pessoas com cultura diferente, não conhecem a nossa cultura. Normalmente as pessoas que tem dinheiro, não sabem o que é cultura popular, primeiro. Segundo, cultura pra eles é ópera, é visitar museus, é fazer viagens: não respeita a cultura do outro, de matriz africana, de renda mínima, que tem história, que trabalha pra cultura, e muito bem - com dinheiro ou sem dinheiro, faz o que tem que fazer perfeitamente. Mas muitas vezes eles também se apaixonam, e muitas vezes por ser de religião diferente. Não é problema ser de religião diferente: pessoas têm religião diferente, são seres humanos, não tem problema algum, porque sabe que a diferença existe. As pessoas que são de uma reforma mais radical acham que o Deus dele é único, verdadeiro, soberano a todos. E Deus é um só: ele é soberano a todos, e em igualdade.

Pra mim, é um Concórdia só: as pessoas que vem aqui do Concórdia inteiro, do redor da Concórdia. Se eu tenho que ir lá eu vou, se o Boi tem que ir, o Boi vai - é tranquilo pra mim. Um povo só, uma comunidade estendida, por causa das circunvizinhanças.

As pessoas reconhecem a gente como sendo a casa do Boi, a Casa do Rosário: conheceram a minha avó. Quando me veem, falam:

- Aí, eu lembro da sua avó.

- Ah, minha mãe fala da sua avó, da sua casa, do seu tio.

O tio Efigênio mesmo - filho mais velho da minha avó -, foi um dos fundadores da Escola Hugo Pinheiro: pessoas que fundam escolas, ginásios, são pessoas que têm interesse em educação e cultura, porque senão fundava outra coisa.

As pessoas são oriundas de lavadeiras, de parteira, como a minha avó mesmo era: são pessoas de recursos limitados, mas são pessoas de coração ilimitado, de ternura ilimitada, de acolhimento também ilimitado. As pessoas que chegam aqui em Casa mesmo: a gente não pergunta se ela é branca, parda, preta retinta ou só pretinha, ou preta ou negra. Se ela é evangélica ou não, a gente não faz sequer uma pergunta. A gente pergunta:

- O que você está precisando? Em que eu posso te ajudar?

Essa é a pergunta que nós fazemos.

Então, quando a gente de dentro do Bairro é homenageado, a gente agradece aquela homenagem: transforma aquele agradecimento em pedido à espiritualidade maior que transforme a atitude que as pessoas teve de sair da sua casa pra vir nos honrar, nos reverenciar

O Rafael Barros é uma dessas pessoas: chegou aqui no Reino pra fazer uma pesquisa da Prefeitura e se apaixonou com a nossa história, com a força que essa Casa tem, e ficou nosso amigo - com o passar do tempo ele se tornou integrante da Guarda e do Centro.

Quando ele fundou esse Bloco, já tendo essa corrente de afetividade tão grande com o bairro, ele quis nos prestigiar: honrar a nossa Casa com essa saída, para que ficasse mais conhecido por outro tipo de pessoas, e valorizar o Bairro Concórdia. Homenagear o Bairro Concórdia, que é um Bairro tão afetivo: um Bairro tão negro, um quilombo grande, um quilombaço. Com isso, ele nos convidou pra vir, nos deu essa preferência.

A mamãe ficou toda empolgada, ela gostava demais de carnaval: única coisa que ela não gostava é deixar de ir ver o carnaval, de prestigiar o carnaval. A irmã da vovó, tia Agripina, saía na Escola de Samba no Salgueiro, no Império Serrano, no Rio de Janeiro. Saía de baiana: toda linda, toda enfeitada - era em outros tempos. Logo que o titio comprou o carro, ele levou eles pra assistir carnaval no Rio de Janeiro. Nossa! Então foi maravilhoso! A mamãe ficou muito feliz, a gente também ficou feliz.

Foi esse dia que o carnaval veio na casa dela. Nossa senhora! Até que chegou o dia do carnaval vir na casa dela, do Bloco do Tchá Tchá vir na casa dela. Nós já fomos no Santa Tereza atrás de Bloco do Tchá Tchá muitas vezes, vendendo cerveja - as pessoas do bloco ajudavam a gente vender cerveja. Um pouquinho na sacola assim, e a mamãe toda feliz:

- Ah, a cerveja de Dona Isabel! A cerveja de Dona Isabel!

E aí foi: ia vendendo, ia comprando, eles mesmos já davam o troco, e a mamãe já ia guardando o dinheiro. Ela ficou animada, ficou lisonjeada, ficou toda metida que o Bloco saiu da casa dela, que num sei o quê: ela gostava.

Nós preparamos uma comida muito gostosa, um feijão tropeiro espetacular, maravilhoso! Pastel gostoso, croquete, que era a mamãe que fazia - um croquete para os vegetarianos -, cervejinha gelada e um espaço aconchegante. Ah, foi magnífico! Foi maravilhoso, foi bom demais! Eles ficaram muito eufóricos, muito animados, muito alegres: aquelas pessoas rindo alto, rindo

feliz, fantasiadas. Quando o Bloco sai, eu não saio: eu estou aqui. Quando a mamãe estava viva eu ficava com ela: agora eu fico aqui com o pessoal que fica comigo.

Foi andando, e o pessoal do campo já ficou esperando o Bloco passar. É um Bloco que gera renda pro povo do bairro, o que a gente precisa é disso: a valorização que a gente espera é a geração de renda pro próprio Bairro. Num é pro outro que não mora aqui: é girar aqui.

Sempre que qualquer manifestação de bondade passa em frente à porta de qualquer Reino, de qualquer terreiro, de qualquer espaço religioso ou não, cultural ou não, mas que tenha história no Bairro, que recebe pessoas, eles são muito bem recebidos. Essa homenagem é muito bem recebida, porque poucas pessoas nos homenageiam: poucas pessoas entendem o nosso valor! Na cidade, o nosso valor no contexto de cultura, no contexto religioso. Então, quando a gente de dentro do Bairro é homenageado, a gente agradece aquela homenagem: transforma aquele agradecimento em pedido à espiritualidade maior que transforme a atitude que as pessoas tiveram de sair da sua casa pra vir nos honrar, nos reverenciar. Que seja revertido aquilo em benção pra aquelas pessoas: de paz, de tranquilidade, de prosperidade, que aquelas pessoas continuem sendo pessoas boas como elas já são, porque á medida que a gente vai caminhando, dependendo do que acontece, a gente pode se transformar, né? E a gente pede à Maria Santíssima, à espiritualidade maior que mantenha aquelas pessoas boas, que elas tenham prosperidade, que elas possam sempre ter gosto de fazer o que elas fazem: ter prazer de vir pro Concórdia reverenciar uma ancestralidade tão poderosa e tão antiga.

E esse bloco passando pelo campo foi maravilhoso, foi muito legal. E foi maravilhoso: o pessoal da Velha Guarda cantou lá no campo. O Mestre Conga também andou muito pelas redondezas do Concórdia - ele faz isso com maestria até hoje -, Dona Elisa, e os outros companheiros do samba. É muito bom! Foi maravilhoso. Cada espaço desse que é escolhido pra reforçar a estrutura financeira e cultural do bairro é válido: qualquer pessoa, qualquer que seja. Comigo é assim: me deu a mão é irmão.

E desde então a gente fica louco pro bloco vir pra cá e sair daqui de Casa, que é o chique – o chique é passar aqui em Casa, é sair daqui de Casa, ou voltar aqui. Eles sempre serão muito bem recebidos: são pessoas que respeitam essa casa, não tem uma briga. As pessoas daquele bloco sabem o valor dessa Casa: chegam de fora e já são contaminados, contagiados com aquela versão de paz e tranquilidade, de harmonia, de serenidade, de espiritualidade, é muito legal isso. Foi assim, um acontecimento magnífico esse dia, esse primeiro dia que o Bloco veio cá pra casa: nós ficamos tudo animados. Além de animados, a gente não sabia como que ia ser: então a gente estava numa expectativa maravilhosa.

Isso foi o primeiro ano: como nós fizemos o contato direto com o Rafael, os comerciantes, as pessoas em geral não foram avisadas. A gente também nem tinha costume de fazer: a gente

aprende a fazer fazendo. Eles não ficaram muito satisfeitos, porque queriam também ter participado: providenciado coisas, preparado a rua deles pra também homenagear o Bloco que estava homenageando eles.

Por onde vai passar o Bloco, com quem tem que conversar, eu não quero nem saber: única coisa que eu quero saber é que dia que eles vão vim, que horas que vão passar, e até que horas que vão ficar, pra eu preparar um espaço aconchegante pra receber eles. Quem que faz essa estrutura de itinerário, de conversa, é o Rafael - o pessoal do bloco dele mesmo. É muito raro eu intervir em algum itinerário: salvo se alguém souber, tiver querendo, tiver precisando e não sei o quê, me fala e eu passo pro Rafa: ele atende na medida do possível. Também até às vezes não pode atender, mas ele me dá a resposta para que eu possa esclarecer aquela pessoa porque que não vai passar por ali, porque escolheu aquele caminho, porque que eles fizeram aquela coreografia aqui, homenagem a quem, o que eles queriam com aquilo.

Com o passar do tempo todos ficaram amigos: todo mundo fica sabendo quando o Bloco vai passar. Virou tradição da Concórdia o Bloco do Tchá Tchá passar por aqui no Carnaval. Quando eles escolhem outro itinerário a gente fica muito chateado: porque nós já acostumamos com a presença de um povo tão bonito, tão tranquilo - o Bloco são de pessoas de bem. Pessoas tranquilas, pessoas maravilhosas: se não puder fazer o bem pro outro, mal não quer. Então são pessoas que comungam com a nossa Casa, com o nosso sentido de vida.

As pessoas do Bloco tem a intenção simples de homenagear o Bairro e as pessoas do Bairro: os vivos, atuantes, e os ancestrais, as pessoas que chegaram antes de nós, que são nossos tatas, nossos avós. O bloco já fez homenagem muito linda ao Mestre Conga: ele é um baluarte do samba de Minas, de BH. Ele ficou muito feliz de ser homenageado nessa Casa: a gente preza muito essas homenagens. É pra pessoa receber em vida: ela ser valorizada, saber que o trabalho que ela fez sem pretensão de nada tem reconhecimento.

Isso é bacana, é fofo: é a estrutura, a essência, a espinha do Tchá Tchá. É essa: de valorizar as pessoas vivas, as pessoas que foram embora, mas tiveram um trabalho sem reconhecimento. Mesmo que tenha tido um reconhecimento em vida, pros descendentes, pros outros não esquecer quem veio antes deles. Isso é muito lindo: o Bloco ter essa sensibilidade.

Nesse interim se formou o Bloco Bandarerê, que é do Congo do Concórdia: um afoxé, que fala de religiosidade africana. As pessoas gostam muito do Bandarerê: valoriza, também faz com que as pessoas fiquem muito felizes, se respeitem. É uma outra constituição de africanidade que eu não sei falar a respeito: sei que é de alegria também. Isso é o que me interessa: alegria, tranquilidade, paz, tudo - eu acho maravilhoso. Esse Bandarerê foi um divisor de água: foi uma coisa muito boa pro Bairro, isso eu sei.